



Leandro Eustáquio Gomes

Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela

O Património em Processo

Tese de Doutoramento em Antropologia, ramo de especialização Antropologia Social e Cultural,
orientada pelo Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio e apresentada a
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências da Vida da
Universidade de Coimbra.

Março de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Aluno:

Leandro Eustáquio Gomes

Orientador:

Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio

Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela

O Património em Processo

**Coimbra
Março/ 2017**

Não Deixe O Samba Morrer

(Compositores: Edson Gomes da Conceição e Aloísio Silva)

<i>Quando eu não puder</i>	<i>Perdendo ou ganhando</i>
<i>Pisar mais na avenida</i>	<i>Mais um carnaval</i>
<i>Quando as minhas pernas</i>	
<i>Não puderem aguentar</i>	<i>Antes de me despedir</i>
<i>Levar meu corpo</i>	<i>Deixo ao sambista mais novo</i>
<i>Junto com meu samba</i>	<i>O meu pedido final</i>
<i>O meu anel de bamba</i>	
<i>Entrego a quem mereça usar</i>	<i>Antes de me despedir</i>
	<i>Deixo ao sambista mais novo</i>
<i>Quando eu não puder</i>	<i>O meu pedido final</i>
<i>Pisar mais na avenida</i>	
<i>Quando as minhas pernas</i>	<i>Não deixe o samba morrer</i>
<i>Não puderem aguentar</i>	<i>Não deixe o samba acabar</i>
<i>Levar meu corpo</i>	<i>O morro foi feito de samba</i>
<i>Junto com meu samba</i>	<i>De samba, pra gente sambar</i>
<i>O meu anel de bamba</i>	
<i>Entrego a quem mereça usar</i>	<i>Não deixe o samba morrer</i>
	<i>Não deixe o samba acabar</i>
<i>Eu vou ficar</i>	<i>O morro foi feito de samba</i>
<i>No meio do povo, espiando</i>	<i>De samba, pra gente sambar...</i>
<i>Minha escola</i>	

A música acima, gravada pela primeira vez no ano de 1975, descreve um pouco a ideia da cultura e do património, da sua construção, reconstrução e transmissão. O Bamba (perito, mestre), que é reconhecido pelos seus pares como o detentor desse conhecimento através da simbologia do Anel de Bamba, dispõe desse objeto simbólico, sempre que não lhe seja possível exercer as atividades ou responsabilidades atribuídas ao Bamba. Assim, o Anel de Bamba é como um elemento de transmissão de um status e de responsabilidade, do fidedigno e recetáculo de um determinado traço cultural.

Quando o trecho “minha escola perdendo ou ganhando”, demonstra, independentemente do julgamento, da apreciação ou do reconhecimento do outro como sendo melhor ou não, que há uma apropriação, identificação e valorização da cultura.

A transmissão não se resume à passagem do Anel de Bamba, mas pode ser percebida, sempre que seja pedido pelo sénior (figura de respeito e valor) ao mais jovem sambista (a ideia do iniciante), como sendo esse o seu último desejo, o de transmitir e manter viva a tradição.

No uso do termo “O morro foi feito de samba”, remonta a uma identidade de um local, como enraizado, legítimo, natural e espontâneo, algo necessário e inerente.

Assim, a música demonstra uma face e perspectivas dessa ideia de cultura e património, das ações de valorização, legitimação, apropriação, hierarquização e transmissão desse bem, permitindo uma analogia reflexiva, que também não é restritiva à leitura apresentada.

Gratidão

A Função da Arte/I

"Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: Me ajuda a olhar!" (Eduardo Galeano)

Com este pequeno conto de Eduardo Galeano, contido na publicação “O livro dos abraços” (El libro de los abrazos), publicado em 1991, procuro resumir essa gratidão a todas (os) que de alguma forma, direta e/ou indireta, me ajudaram e ajudam a ver este mundo, seja através do conhecimento e formação formal ou informal, da acadêmica, da vida, ou mesmo em ambas as situações.

Coloco-me ou transporto-me na figura desse filho que fica mudo, treme, gagueja, que, por tantas vezes ao longo da minha vida, em que fiquei encantado ou mesmo perplexo com questões que contemplei ou me assustaram. Mas graças a esse auxílio de pessoas inumeráveis, consegui e consigo ver, decifrar e contemplar a vida e continuar a vivê-la.

Seria injusto, ou mesmo inviável, citar aqui nomes, momentos e aprendizagens com essas tantas pessoas que fazem e estão presentes neste trabalho, e para além disso, estão presentes no que sou. Assim, deixo registada a minha gratidão aos inominados neste pequeno texto, mas latente na minha memória e vida.

Contudo, cabe também aqui, por uma questão formal, fazer a menção das instituições que colaboram na realização desta investigação. Desta forma, apresento os agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo programa de Doutorado Pleno no Exterior e pela concessão da bolsa para o mesmo, permitindo a realização desta investigação; à Universidade de Coimbra, instituição de acolhimento para a realização do doutoramento; aos albergues de peregrinos em Portugal, ao Centro de Estudos Galegos, à Associação e Espaço Jacobeus em Portugal e à UNESCO Portugal, por disponibilizarem informações e outros contributos para a realização deste trabalho.

A todos, familiares, mestres, mentores, amigos, visíveis, invisíveis, conhecidos, desconhecidos, nações, grupos, órgãos e instituições, expresso a minha sincera gratidão por todo esse caminhar e crescimento pessoal e profissional que, de forma direta ou indireta, num determinado espaço e tempo, contribuíram para este trabalho.

Agradecimientos

Resumo

Esta investigação tem como temática o processo das perceções sobre o património e o processo de patrimonialização, tendo maior foco de estudo no Caminho Português a Santiago de Compostela, mais precisamente no Caminho Central, que tem início na cidade do Porto, em Portugal, e segue por Vilarinho, Barcelos, Ponte de Lima, Rubiães, Valença do Minho, Tui, Porriño, Redondela, Pontevedra, Briallós, Caldas de Reis e Padrón, com chegada à cidade de Santiago de Compostela, em Espanha. Assim, para além das contextualizações históricas que permeiam o objeto, objetivos e métodos da investigação, realizou-se um estudo e registo sincrónico das perceções, relações e ações para com este património, e como ele é percebido e apropriado; as ações políticas e culturais das organizações envolvidas com o Caminho Português; as motivações, visões e interpretação das pessoas das localidades e das pessoas que realizam esta rota de peregrinação; o registo e descrição de todo o trajeto de peregrinação, os locais frequentados e todas as atividades comumente realizadas por aqueles que percorrem o Caminho Português a Santiago.

Palavras-chave: Caminho de Santiago Português, Etnografia, Peregrinação, Património, Cultura.

Abstract

This research has as a theme the perceptions process on heritage and the patrimonialization process, with its main study focus on the Portuguese Way to Santiago de Compostela, specifically the Central Way, which starts in the city of Oporto, in Portugal, and proceeds through Vilarinho, Barcelos, Ponte de Lima, Rubiães, Valença do Minho, Tui, Porriño, Redondela, Pontevedra, Briallós, Caldas de Reis and Padrón, arriving at the city of Santiago de Compostela, in Spain. Thus, in addition to the historical contextualization that impregnate the object, the goals and the research methods, a study and a synchronic record were conducted on the perceptions, relationships and actions towards this heritage, and how it is perceived and accommodated; the political and cultural activities of the organizations involved in the Portuguese Way; the motivations, visions and interpretation of the local people and of the people who perform this pilgrimage route; registration and description of all the pilgrimage route, the popular places and other activities commonly carried out by those who perform the Portuguese Way to Santiago.

Keywords: Portuguese Way to Santiago, Ethnography, Pilgrimage, Heritage, Culture

Resumo/Abstract

Sumário

Introdução.....	17
Capítulo I	
1. Diálogos Metodológicos.....	23
1.1 Sobre os Métodos.....	24
<i>1.1.1 A Pesquisa Teórica</i>	<i>27</i>
<i>1.1.2 O Trabalho em Campo.....</i>	<i>29</i>
<i>1.1.3 A Observação Participante.....</i>	<i>37</i>
<i>1.1.4 As Entrevistas.....</i>	<i>41</i>
<i>1.1.5 O Registo.....</i>	<i>43</i>
<i>1.1.6 Síntese.....</i>	<i>45</i>
<i>1.1.7 Ensaio: Reflexão Metodológica.....</i>	<i>46</i>
1.2 Apresentação Metodológica.....	49
Capítulo II	
2. Construções Dinâmicas, Trajetórias e Cenários	53
2.1 A Cultura: Compreensão, Construção e Vertentes	54
2.2 O Património: Origens, Construções e Perceções	77
2.3 Turismo e Turistas :Entendimentos, Variações e Impactos.....	88
2.4 UNESCO: O Património da Humanidade.....	94
2.5 Um Breve Contexto Português: Preservação e Salvaguarda.....	106
2.6 Peregrino e Peregrinação.....	112
<i>2.6.1 A História das Peregrinações.....</i>	<i>112</i>
<i>2.6.2 Entre Contextos, Conceitos e Definições.....</i>	<i>120</i>
2.7 Santiago (Tiago Maior): A Lenda de Santiago.....	127
2.8 Os Caminhos de Santiago.....	133
<i>2.8.1 A Peregrinação a Santiago de Compostela.....</i>	<i>133</i>
<i>2.8.2 Os Caminhos a Santiago de Compostela em Portugal.....</i>	<i>142</i>
Capítulo III	
3. Das Observações, Interpelações e Meandros.....	155
3.1 Da Observação Participante.....	155
<i>3.1.1 Olhares e Vivências.....</i>	<i>156</i>

Sumário

3.1.1.1 <i>Dos Caminhos</i>	156
3.1.1.2 <i>Dos Peregrinos</i>	164
3.1.1.3 <i>Das Motivações</i>	166
3.1.1.4 <i>Os Peregrinos no Caminho</i>	168
3.1.1.5 <i>Dos Locais</i>	170
3.1.1.6 <i>Dos Albergues</i>	173
3.1.1.7 <i>Síntese</i>	178
3.2 <i>Das Visões e Interpretações</i>	181
3.2.1 <i>Entrevistas no Caminho</i>	182
3.2.1.1 <i>Gestora e Hospitaleira do Albergue Vairão</i>	182
3.2.1.2 <i>Presidente da Junta de Freguesia de Vairão</i>	189
3.2.1.3 <i>Casal de Hospitaleiros Albergue de Vairão</i>	190
3.2.1.4 <i>Hospitaleira Albergue São Pedro de Rates</i>	193
3.2.1.5 <i>Gestor e Hospitaleiro Albergue Barcelinhos</i>	195
3.2.1.6 <i>Hospitaleiro Casa da Recoleta (Tamel)</i>	199
3.2.1.7 <i>Proprietária Casa de Acolhimento de Peregrinos - Casa Da Fernanda</i>	202
3.2.1.8 <i>Hospitaleira Albergue Ponte de Lima</i>	205
3.2.1.9 <i>Gestor, Hospitaleiro e Presidente do Albergue de Rubiães</i>	207
3.2.1.10 <i>Presidente da Câmara Municipal de Valença do Minho</i>	210
3.2.1.11 <i>Síntese</i>	217
Capítulo IV	
4. <i>Dentre Eventos, Associações e a Proposta</i>	225
4.1 <i>O Caminho de Torres e o “Colóquio Caminhos de Santiago”</i>	226
4.1.1 <i>O Caminho de Torres: Sobre a etapa entre Almeida e Pinhel</i>	226
4.1.2 <i>O Colóquio</i>	228
4.1.2.1 <i>Técnico do Município de Barcelos: “A importância dos Caminhos para os Municípios”</i>	228
4.1.2.2 <i>Delegado da Associação e Espaço Jacobeus em Amaranto: “Revitalização do Património Cultural dos Caminhos de Santiago”</i>	231
4.1.2.3 <i>Membro da Associação e Espaço Jacobeus: “Experiências do Caminho”</i>	233
4.1.2.4 <i>Frei Franciscano: “Espiritualidade no Caminho de Santiago”</i>	234

4.1.2.5 <i>Síntese</i>	236
4.2 Encontro das Associações em Comemoração “Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela	237
4.2.1 <i>A Última Etapa</i>	237
4.2.2 <i>A Comemoração</i>	243
4.2.3 <i>Síntese</i>	245
4.3 As Associações e a Candidatura	247
4.3.1 <i>Presidente da Associação e Espaço Jacobeus</i>	247
4.3.2 <i>Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana</i>	255
4.3.3 <i>Relator da Proposta de Candidatura a Património da Humanidade</i>	264
4.3.4 <i>Síntese</i>	276
Capítulo V	
5. Entre Reflexões e Dialéticas	279
5.1 Os Peregrinos e a Peregrinação – Mutabilidades.....	280
5.2 Os Caminhos a Santiago de Compostela - Patrimonializações	288
5.3 Notas Finais.....	297
5.4 <i>Making Of</i> : Notas da Trajetória.....	303
6. Referências Bibliográficas	309
7. Apêndices	319
7.1 Registo Digital.....	319
7.1.1 Mapas de Registo Georreferenciado.....	319
7.1.2 Álbum Digital.....	320
8. Anexos	321

Sumário

Lista de Imagens/Quadros /Tabelas

Imagens

Imagem I: A Verdade.....	48
Imagem II: Mapa II- Caminhos de Santiago na Europa.....	140
Imagem III: Cruz de Santiago.....	144
Imagem IV: Vieira com a Cruz de Santiago.....	144
Imagem V: Mapa I - Caminhos de Santiago em Portugal.....	149
Imagem VI: Mapa II - Dos Caminhos de Santiago no Norte de Portugal.....	149
Imagem VII: Explicações Sobre o Desvio.....	160
Imagem VIII: Cartaz de informações do Desvio.....	160
Imagem IX: Desvio Setas alteradas I.....	162
Imagem X: Desvio Setas alteradas II.....	162
Imagem XI: Postal Frente/Verso.....	163
Imagem XII: Início da última etapa em Padrón.....	238
Imagem XIII: Almoço etapa Padrón I.....	241
Imagem XIV: Almoço etapa Padrón II.....	241
Imagem XV: Jantar Seminário Menor.....	242
Imagem XVI: Medalha de Confrade de Santiago.....	242
Imagem XVII: Grupo em Posse para Foto Catedral.....	242
Imagem XVIII: Celebração Missa do Peregrino.....	244
Imagem XIX: Almoço de Confraternização I.....	244
Imagem XX: Almoço de Confraternização II.....	245
Imagem XXI: Almoço de Confraternização - Presidentes da APVL e AEJ.....	245
Imagem XXII: Mapa dos Caminhos para Proposta Indicativa a UNESCO.....	272

Quadros

Quadro I: Nacionalidades.....	152
Quadro II: Local de Início.....	152
Quadro III: Critérios Equivalente para Candidatura.....	270-271
Quadro IV: Descrição Proposta de Candidatura.....	273-275

Tabelas

Tabela I: Dados Estatísticos da Peregrinação de 2015.....	150
Tabela II: Dados Estatísticos da Peregrinação de 2014.....	150
Tabela III: Dados Estatísticos da Peregrinação de 2014.....	150
Tabela IV: Sexo.....	151
Tabela V: Meios Utilizados.....	151
Tabela VI: Faixa de Idades.....	151
Tabela VII: Motivações.....	151

Sumário

Siglas

ABBTUR- Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo

a.C- antes de Cristo

A.E.J - Associação e Espaço Jacobeus

A.P.V.L - Associação de Peregrinos Via Lusitana

C.H.A.V - Casal de Hospitaleiros Albergue de Vairão

CNUNESCO-MNE - Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Ministério dos Negócios Estrangeiros

d.C - depois de Cristo

G.H.A.B - Gestor e Hospitaleiro Albergue Barcelinhos

G.H.A.H - Gestora e Hospitaleira do Albergue Vairão

G.H.P.A.R - Gestor, Hospitaleiro e Presidente do Albergue de Rubiães

H.A.C.R - Hospitaleiro Albergue Casa Recoleta

H.A.P.L - Hospitaleira Albergue Ponte de Lima

H.A.S.P.R - Hospitaleira Albergue São Pedro de Rates

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena

IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

P.C.A.P- C.F - Proprietária Casa de Acolhimento de Peregrinos- Casa da Fernanda

P.C.M.V.M - Presidente da Câmara Municipal de Valença do Minho

POC - Programa de Ocupação Complementar

POCTEP- Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha e Portugal

P.J.F.V - Presidente da Junta de Freguesia de Vairão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

Siglas

Introdução

Esta investigação procura compreender parte das dinâmicas existentes, as ações e perceções da patrimonialização, tendo como foco ou objeto de investigação o Caminho de Santiago, pela rota Portuguesa.

A 13 de dezembro de 2009, a Associação Espaço Jacobeus¹, em reunião realizada com câmaras municipais, entidades de turismo e direções regionais de cultura, elaboraram a “Carta Grijó²”, carta essa que teve como um dos objetivos trabalhar junto do Estado Português para o reconhecimento como Património Nacional e junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, para o reconhecimento do Caminho Português de Santiago, para que este fosse inscrito na lista do Património da Humanidade. Tal pedido foi realizado pela Associação Espaço Jacobeus em 2010. Entretanto, o processo que teve início em 2010 não teve continuidade.

Contudo, após a realização da reunião intitulada “Caminho Português de Santiago de Compostela – Valorização Cultural e Turística”, realizada no dia 8 de abril de 2015, na cidade de Coimbra³, entre os pontos debatidos e as consequências dessa reunião, novamente no mês de setembro do ano de 2015, foi apresentada uma nova proposta para a candidatura ao Património da Humanidade, pedido esse que tem como representantes institucionais, duas associações, a Associação e Espaço Jacobeus(A.E.J) e a Associação de Peregrinos Via Lusitana⁴ (A.P.V.L). O pedido de Candidatura do Caminho Português de Santiago está em processo de avaliação pela UNESCO. No pedido/processo atual, assim como no anterior, é indicado que no

¹ Associação Espaço Jacobeus - Associação religiosa católica que tem como objetivo fomentar e auxiliar as pessoas que realizam a peregrinação até o túmulo do Apóstolo Santo Tiago Maior, na cidade Santiago de Compostela. Estatuto da associação encontra-se em Anexos (Estatuto AEJ).

² Carta Grijó: Cópia conteúdo integral da Carta encontra-se nos Anexos (CartaGrijó).

Em consequência à Carta Grijó, foram realizados outros eventos, ações que geraram outros documentos, tais como Fórum de Sinalização “Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal²” Ata de Resumo “Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal (Documentos de Dezembro de 2009); Conferência “Carta de Grijó: E Agora?”; Conclusões e Propostas “Carta de Grijó: E Agora?” (documentos de Janeiro de 2010), esses documentos encontram-se nos anexos.

³ Reunião “Caminho Português de Santiago de Compostela – Valorização Cultural e Turística”: A ata da reunião elaborada pelo Turismo de Portugal encontra-se nos Anexos (Ata “Caminho Português de Santiago de Compostela-Valorização Cultural e Turística”), sendo outros conteúdos debatidos no Cap. IV.

⁴ Associação de Peregrinos Via Lusitana: Associação não religiosa que tem dentre objetivos divulgar e promover a peregrinação a Santiago de Compostela, preservar e promover o Caminho Português e auxiliar os peregrinos. Estatuto da associação e regulamento de associado encontra-se em Anexos (Estatuto APVL) (Regulamento Associado APVL).

Introdução

ano de 2021, próximo Ano Santo⁵, o Caminho Português de Santiago de Compostela deverá ser reconhecido como Património da Humanidade.

Como também foi apresentando no documento técnico da reunião do ano de 2015, enfatizam-se alguns pontos acerca da importância cultural do Caminho Português no cenário nacional português e internacional. Destaca-se também a necessidade de criação de um mecanismo de valorização desses bens, assim como, por exemplo, o itinerário de convergência de valores culturais diversos ao património material e imaterial contido ao longo do mesmo.

Tal documento apresenta, de forma concisa, vários pontos a serem observados, Entre eles, afirma-se a singularidade e a necessidade de preservar o Caminho Português. Como tal, destaca-se a importância da realização de estudos e divulgação de trabalhos científicos das questões que permeiam o envolvimento, e os papéis dos diversos atores interligados através das peregrinações e do Caminho Português, para além do seu carácter transfronteiriço (Portugal/Espanha), e da necessidade de diálogo entre as instituições e Estados.

Aponta-se também no documento em questão, o crescente número de peregrinos, uma vez que se está a consolidar o Caminho Português como sendo a segunda rota de peregrinação mais praticada a Santiago de Compostela. Em consequência desta crescente relevância, apresenta-se a necessidade de planeamento, gestão, criação e manutenção de estruturas adequadas. Assim, também se destaca a necessidade de existir uma organização, para que se possam lograr recursos junto dos órgãos nacionais e internacionais, para o desenvolvimento do Caminho Português.

Dentre as fases para candidatura, no dia 30 de Maio de 2016, foi divulgado a Lista Indicativa, pré-requisito para reconhecimento a Património da Humanidade, a lista atualizada, em que consta, juntamente com outros 21 bens, os “*Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*”. (CNUNESCO- MNE, 2016).

⁵ Ano Santo – a festa de comemoração do martírio do Apóstolo S. Tiago Maior que é celebrada no dia 25 de julho, quando este dia coincide com um domingo é então considerado Ano Santo. O primeiro Ano Santo foi decretado (no ano 1112 pelo Papa Calisto II, porém só em 1179, Alexandre III decreta a perpetuidade da data. O próximo Ano Santo será em 2021.

A possibilidade do Caminho de Santiago Português⁶ poder vir a receber o título de Património da Humanidade pela UNESCO é mais um motivo para se tentar compreender quais são as relações que estas organizações sociais têm, ao longo do caminho, sobre esse património. Como tal, este processo de compreensão sobre como as organizações governamentais, não-governamentais e as comunidades percebem o Caminho Português, assim como as ações diretas e indiretas sobre o Caminho Português, podem auxiliar no processo de gestão dos espaços e das relações entre peregrinos e comunidades, além de servirem como uma referência norteadora de um possível processo de transformação e perceção, após a concretização do reconhecimento como Património da Humanidade.

O acompanhamento das dinâmicas de patrimonialização e das relações existentes com este património binacional é algo singular no cenário português, cujo tema/objeto de investigação são relevantes tanto para os Estados (Portugal/Espanha), como também para um importante registo e compreensão científico a nível mundial, uma vez que as peregrinações a Santiago de Compostela têm um aumento crescente significativo, atraindo pessoas de diversas partes do mundo. Assim, cabe à comunidade científica investigar este fenómeno, e desta forma, esta investigação visa contribuir para esse conhecimento científico e dar continuidade à investigação já realizada no âmbito do mestrado, nesta mesma instituição.

Ao longo deste trabalho de investigação, procura-se apresentar e registar este Caminho de Santiago, mais concretamente o Caminho Central mencionado que, como trecho ou trajeto, tem o seu início na cidade do Porto, em Portugal, e segue pelas localidades de: Vilarinho, Barcelos, Ponte de Lima, Rubiães, Valença do Minho, Tui, Porriño, Redondela, Pontevedra, Briallos, Caldas de Reis, Padrón, com chegada à cidade de Santiago de Compostela, em Espanha.

Dada a dimensão do número de localidades abrangidas no Caminho de Santiago pelo Caminho Central, tem-se maior foco nas localidades que possuem os albergues públicos, isto é, locais nestes trajetos destinados à hospedagem e auxílio aos peregrinos durante esta viagem até à cidade de Santiago de Compostela. Contudo, vale a pena ressaltar que as outras localidades que abrangem ou que estão abrangidas neste trajeto, não são desprezadas na construção desta investigação, uma vez que elas compõem este Caminho Português, sendo, como tal, também

⁶ O Caminho de Santiago Português/ Caminho Português: nomenclatura essa a ser utilizada neste trabalho para referir-se as rotas ou caminhos em Portugal, que seguem por território espanhol que são utilizados como trajetos de peregrinação para chegar a cidade de Santiago de Compostela em Espanha.

Introdução

relevantes para compreendê-lo.

Assim, procura-se, ao longo deste trabalho, apresentar algumas das características do Caminho Português: as condições e características dos caminhos utilizados; os locais frequentados por quem utiliza essa rota de peregrinação, tanto para alimentação, hospedagem, descanso, visita, rituais, manifestações, como para outras atividades; as motivações e usos para efetuarem a viagem; as percepções quanto a esse itinerário por parte dos viajantes e por parte das pessoas “comuns” e gestores de órgãos públicos ou privados em torno deste trajeto ou ligados ao Caminho Português.

Este trabalho de investigação é composto por cinco capítulos: Capítulo I- As questões metodológicas teóricas e práticas utilizadas na investigação; Capítulo II- Os conceitos, definições, questões históricas e políticas sobre cultura, património, UNESCO, peregrino, peregrinação, Santiago, os Caminhos de Santiago. Capítulo III- Observação participante com a viagem de peregrinação; Conjunto de entrevistas. Capítulo IV- Participação em eventos, Observação participante e entrevistas com representantes das associações e relator da proposta de candidatura. Capítulo V- Reflexões sobre a investigação. Posterior a estes capítulos, encontram-se as Referências Bibliográfica; Apêndices; Anexos.

Através destes diversos pontos, procurou-se assim compreender como é, e de que é composto este Património, as percepções sobre o mesmo e os elementos envolvidos nas dinâmicas de preservação e mutabilidade. Assim, para além dos levantamentos e registos, foi possível refletir sobre algumas questões apresentadas dentro do universo pesquisado.

Nesta investigação não se tem como objetivo qualificar os discursos ou visões como certos ou errados, legítimos ou ilegítimos, mas sim apresentar e registar algumas das formas de ver, interpretar ou fazer uso deste património. O principal objetivo desta investigação é ampliar o conhecimento sobre os Caminhos de Santiago, em especial sobre o Caminho Português, assim como sobre as diversas formas de compreender, de forma teórica e prática, o património e a cultura. Como tal, procura-se fortalecer o diálogo entre essas diversidades para uma maior harmonia e tolerância.

Neste sentido, a elaboração deste trabalho antropológico foi pensado e construído de forma a ampliar o conhecimento e possibilitar reflexões. Este possível contributo de conhecimento e

reflexões também foi concebido de maneira a ser acessível a outras áreas do meio acadêmico, ou também para além do mesmo.

As ideias que aqui se defendem na construção deste trabalho, são uma produção ampla e não restritiva do conhecimento acadêmico. Ou seja, procura-se valorizar e realizar a tarefa que é atribuída ao meio acadêmico, como local de formação e construção do conhecimento, visando retribuir de forma mais horizontal possível os contributos da sociedade, ao proporcionar acessibilidade a este material produzido.

Neste sentido, acredita-se que compreender as culturas é como um processo que retira véus e filtros que turvam e deixam a visão opaca, que permitem romper com os pré-conceitos duros e pejorativos, e ir além do etnocentrismo, despir-se do asco ao estranho, ao incomum, e compreender o relativismo dinâmico que se move no mundo. Assim, o final que se procura através desta investigação é ser um pouco deste caminho de descobrimento e contributo.

A interação com o outro, seja de forma direta ou indireta, permite refletir e demonstrar algumas perceções e relações que se desenvolveram ao longo desses séculos passados, nos quais foram “descobertos” locais, culturas e povos. Ainda embriagados por um olhar etnocêntrico, que por vezes ofuscavam ou inferiorizavam algumas práticas culturais. O novo, o desconhecido, enfrentava (assim como na contemporaneidade) uma resistência de aceitação, por uma leitura superficial, mono prismática e não relativizada. Deram-se grandes conflitos e até mesmo aniquilação de traços culturais, em que “vestígios”, (isso num olhar otimista) ainda perseveram.

Lidar com o outro “próximo”, em que há vários elementos em comum, já não é tido como tarefa fácil, quanto mais lidar com o “distante”, em que os elementos se distanciam da sua cultura. Esse exercício no mundo contemporâneo não está assim distante ou isolado, pois há cada vez mais “janelas” que nos permitem ir ao encontro, ou de encontro, com essas culturas.

Por mais que aparentemente isoladas, as culturas mostram-se cada vez mais vulneráveis às permeabilidades, pois as ferramentas e mecanismos de comunicações e transportes permitem, cada vez mais, uma maior acessibilidade a esses “mundos”.

A utilização do termo mundos torna-se pertinente, pois ele permite-nos inferir que existe uma pluralidade de “mundos” no planeta que habitamos, ou seja, uma pluralidade de perceções e

Introdução

leituras dos diferentes espaços e tempos, existindo assim uma permeabilidade desses espaços e tempos, assim como um processo de “intertextualidade cultural”.

Pode-se dizer que se vive num mundo poliprismático, em que as várias formas de leitura e tradução dos elementos são infinitamente variadas, pois estas estão sujeitas a fatores intrínsecos e extrínsecos. Para além disso, sabe-se que há diferentes interpretações destes elementos, pelos indivíduos, em determinados momentos e fatores, ou seja, fatores temporais, psicológicos e sensoriais podem interferir nessa leitura e tradução.

Como tal, nesta mesma interferência está o sujeito investigador, o qual deve ter a consciência da existência desses fatores e deve isolá-los ao máximo, de forma a minimizar os ruídos neste processo de perceção e interpretação. Isso não quer dizer que se deve negar ou ignorar, mas compreender e transcrever estas relatividades e perspectivas influenciadas.

Como já referido, os “mundos” estudados na contemporaneidade são permeáveis, assim como mutáveis, uns mais do que outros, mais ou menos voláteis. Assim, os processos de leitura e tradução tornaram-se cada vez mais curtos, tanto pela escassez de recursos financeiros e de tempo, bem como das necessidades de um recorte ou janela temporal devido às complexas dinâmicas.

Contudo, mesmo com as referidas dificuldades e necessidades de um exercício de dinâmicas e adaptabilidades, afirma-se a importância e relevância deste saber construído e por vezes reconstruído na academia para auxiliar na interpretação e registo desses fenómenos culturais. Mais especificamente e referidamente, no que compete a esta investigação, conhecer, compreender e registar parte das dinâmicas existentes no Caminho de Santiago. Com isso reafirma-se a procura, nesta investigação, de um contributo construtivo que possa auxiliar em algumas questões presentes e futuras que tangem este bem patrimonial.

Nota: Nesta construção, na utilização e menção de obras e textos em língua inglesa, francesa, espanhola e galega, são apresentadas traduções livres das mesmas, para o português.

Capítulo I**1. Diálogos Metodológicos**

Visa-se neste capítulo, apresentar e efetuar uma descrição sobre a metodologia, isto é, o conjunto de métodos utilizados para a realização desta investigação, das questões teóricas às práticas e as suas aplicações e implicações.

Em relação à utilização do termo diálogos metodológicos, pretende-se dizer ou enfatizar esta inter-relação entre métodos, ou mesmo a sobreposição dos mesmos, para a construção norteadora, a fim de lograr os objetivos propostos.

Os diálogos entre métodos, permitem a permeabilidade construtiva, seja no âmbito teórico e/ou prático, em que se procuram os pontos de convergências e sinergias destes métodos multifacetados e dinâmicos.

Assim, na primeira parte deste capítulo, são apresentadas questões sobre as investigações em antropologia, numa busca pela compreensão das construções e dinâmicas culturais e das ferramentas metodológicas para tal.

Em sequência, são apresentados alguns métodos, com questões teóricas dos mesmos, contrapondo e justapondo diversos autores, as suas perspetivas, os contextos de criação e a utilização, assim como as implicações e limitações desses métodos. Os métodos aos quais se faz referência são: A Pesquisa Teórica; O Trabalho em Campo; A Observação Participante; As Entrevistas; O Registo. Após a apresentação destes e em sequência do mesmo, é feita uma síntese reflexiva destes métodos.

Dando sequência a esse raciocínio metodológico, é apresentada uma reflexão metodológica sobre a perceção das informações e variações de entendimentos, ou seja, diferentes olhares no espaço e no tempo.

Quanto à escolha e apresentação dos métodos referenciados, os mesmos são apresentados, ou mesmo direcionados face às metodologias, ou seja, o conjunto de métodos utilizados nesta investigação. Assim, após essa apresentação e discursão sobre a ótica dos diversos autores nas suas discursões bibliográficas e reflexão, é apresentada a metodologia utilizada e a forma como

os métodos foram utilizados nesta investigação, nos diversos momentos.

1.1 Sobre os Métodos

Ao longo da sua história, a Antropologia tem-se desenvolvido através da busca de métodos que permitam conhecer e registrar as dinâmicas culturais. Uma vez que surgiu como uma ciência que procurava compreender os ditos “primitivos”, hoje aponta-se como um elemento e ferramenta científica de larga abrangência e complexidades dos universos culturais mais diversos, como apresenta Bernardi (2007).

A singularidade do método antropológico consiste na capacidade de captar ao vivo a dinâmica cultural nas suas origens antropémicas e etnémicas, tanto nas sociedades iletradas como nas letradas, nas sociedades simples e nas complexas. Em tempos, a antropologia limitava-se só às sociedades iletradas e simples. Hoje, o que se pergunta é se ainda existem sociedades simples, e de qualquer modo o estudo antropológico da dinâmica cultural, em particular das transformações, estende-se a todas manifestações sem distinção da sociedade. (Bernardi, 2007, p.135-136)

Os métodos de investigação em antropologia, apresentam-se como sendo muito diversos, uma vez que, na sua maioria, cada objeto de estudo/investigação requer uma metodologia específica ou adaptação, consoante as necessidades e objetivos propostos na investigação, assim como uma interdisciplinaridade, ou seja, a utilização de métodos de investigação e a formação de uma abordagem em comum utilizados por outras áreas do conhecimento. Assim, a investigação antropológica permite um processo de construção metodológica híbrida face aos desafios e necessidades que encontra, como também de um processo de não resposta de todas as questões, pois como dito por Bernardi (2007), o conhecimento de um antropólogo sobre uma dada cultura também é limitado.

O objeto de estudo da pesquisa antropológica é a cultura na sua totalidade, por este motivo, o método antropológico é necessariamente interdisciplinar, no sentido em que se serve das técnicas de pesquisa elaborada por outras disciplinas, tanto na fase da recolha como na fase de elaboração analítica. Pela mesma razão, um antropólogo individual não pode estar em posição de aprofundar todos os aspetos particulares de uma cultura, uma vez que é limitado o âmbito de especialização possível para cada estudioso. Portanto, o conhecimento global da cultura de uma sociedade qualquer resultará somente do trabalho coordenado de múltiplos estudiosos.” (Bernardi, 2007. p.136)

Mas esta questão de limitação apresentada por Bernardi (2007) não deve servir como uma limitação ou comodismo face ao processo de investigação, pois o investigador deve buscar investigar de forma sistemática e exaustiva. No entanto, no que se refere a esta limitação, a

mesma auxilia num processo de consciência das limitações técnicas/metodológicas/instrumentais face a determinados aspetos culturais.

Na escolha da metodologia, deve-se primar pela aproximação da metodologia ao objetivo, e não o sentido inverso, *“Qualquer metodologia deve ser escolhida em função dos objetivos da investigação, em função do tipo de resultado esperado, do tipo de análise que desejamos efetuar.”* (Alberello, 1997.p.50)

No entanto, esta escolha deve ser norteada, de maneira que *“Os instrumentos metodológicos não podem ser escolhidos independentemente das referências teóricas da investigação. Com efeito, o método de recolha de dados deve ser adaptado ao tipo de dados a investigar.”* (Ruquoy, 1997.p.86). Assim, reafirma-se a necessidade de um elemento teórico norteador à metodologia, mas destaca-se também a flexibilidade do(s) método(s) face ao(s) objetivo(s) proposto(s).

Burgess (1997), quando aborda a questão de elaboração de metodologia, produção e fases de um projeto de pesquisa, deixa bem claro que existe a necessidade de uma flexibilização no trabalho de campo, ou seja, um processo adaptativo no qual o investigador consiga informações pertinentes sobre o investigado, afirmando assim que:

Em nenhum outro lado este facto é mais essencial do que na condução do trabalho de campo que é caracterizado pela flexibilidade. Aqui não há regras, nem procedimentos rígidos, nem papéis fixados. Porque a investigação de campo envolve predominantemente o uso da observação, observação participante. Entrevistas não estruturadas e evidência documental, tudo isto a ser aplicado a um determinado contexto social. Muitos destes métodos dependerão do investigador, dos que são investigados e do contexto onde o investigador trabalha. (Burgess, 1997. p.33)

Já Maroy (1997) apresenta questões voltadas para a análise qualitativa. Assim, destaca as necessidades de adequação da metodologia face aos objetos, e a possível utilização de vários métodos para alcançar os objetivos propostos.

(...) cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros fatores contingentes. Consequentemente, os métodos e procedimentos de análise afiguram-se múltiplos.

Esta multiplicidade não é ilegítima na medida em que as investigações qualitativas apresentam muitas vezes a particularidade de serem indutivas, pelo menos parcialmente. (Maroy, 1997.p.117)

Em Fife (2005) são apresentadas algumas abordagens metodológicas, em que o autor afirma não ser possível produzir uma regra geral, cada objeto ou tema estudado requer uma abordagem diferenciada e específica de acordo com uma dada realidade. Assim, diz, por exemplo, que realizar uma pesquisa em Papua Nova Guiné, Nova Zelândia, Costa do Marfim, no Canadá, ou na Índia são locais que possuem elementos em comum, mas também existe uma outra grande diversidade de fatores e, como tal, exigem abordagens diferentes, ou seja, uma flexibilidade e adequação de métodos face às peculiaridades em diferentes contextos.

Este ponto é reforçado por Costa (1989) que contrapõe com outras questões:

(...)para além da variação inerente à exigência de adequação aos objetivos da pesquisa, ao quadro de referências teóricas e as características do objeto de estudo – a natureza específica dos procedimentos do método de campo impõe-lhes, para adquirirem pertinência e rigor, tenham que ser necessariamente, diversificados e flexíveis. (Costa, 1989.p.132-133)

Um outro ponto bastante complexo e delicado da investigação, que em alguns casos é negligenciado pelo investigador, consiste na escolha do objeto e campo do estudo, pois estas escolhas podem causar efeitos benéficos ou nocivos a uma investigação. Assim, a escolha do objeto, campo de estudo e metodologia devem ser escolhas convergentes às capacidades e estímulos do investigador, como é apresentado por Bernardi (2007), “*O antropólogo gosta de conhecer os homens e os seus costumes. O mesmo amor deveria guiar a escolha de um campo específico com critérios de preferência ligados à direção do estudo e à inclinação do estudioso.*” (Bernardi, 2007. p.142)

E afirma que:

Mas qualquer que seja a razão ou a ocasião da escolha, uma vez feita deve acrescentar-se à intensidade da preparação próxima, através da bibliografia existente, a diligência e a avidez no arranjo de todos os apetrechos e formalidades que permitirão atingir o local. O antropólogo não pode ser um estudioso abstrato, mas prático. Esta qualidade é-lhe necessária, também para a organização logística que quase sempre absorverá algum tempo, com aborrecimentos de vária ordem. (Bernardi, 2007. p.143)

Assim, com estes últimos pontos apresentados por Bernardi (2007) fica clara a questão de influência de diversos fatores na escolha, na construção e na utilização de métodos em antropologia, consoante os recursos disponíveis, as capacidades do investigador e aos processos de adaptabilidades face às necessidades.

1.1.1 A Pesquisa Teórica

Burgess (1997) apresenta e explica as etapas para a realização duma investigação, mais precisamente, no processo de construção do projeto, em que traz a necessidade de se realizar um levantamento e estudo bibliográfico, para que este possa auxiliar no processo, de forma a gerar a problemática da pesquisa. Contudo, ele também diz que sabe que esta etapa é necessária, pois ela faz parte de um processo apresentado por Burgess, como um treino sociológico do investigador, ou seja, um processo de familiarização do tema/objeto em questão, como também auxiliam no processo de junção/sobreposição destes novos conhecimentos com as experiências existentes.

Face às necessidades de planeamento da investigação, cabe destacar o processo de conhecimento teórico específico e direcionado como elemento essencial, pois este auxilia de forma contínua nas investigações, desde o processo de nascimento das ideias e objetos a serem investigados e delimitação do objeto e fenómeno; até ao processos de construção do projeto de investigação, os métodos/técnicas a serem utilizados, assim como outros conhecimentos teóricos e conceituais; no processo de recolha e tratamento dos dados; quer no processo de elaboração como na apresentação dos resultados. Assim como apresenta Bernardi (2007).

O estudo da teoria antropológica é uma premissa essencial e um ótimo estímulo para saber ver os problemas e conduzir as investigações com clareza de intentos e conhecimento dos critérios, transmitidos pelos grandes mestres, e que a experiência pessoal poderá aperfeiçoar. O antropólogo não nasce nem se improvisa, mas faz-se. (Bernardi, 2007. p.141)

Malinowski (2009) também apresenta argumentos para a necessidade de um estudo e conhecimentos teóricos para a realização da investigação, pois sem esses, é como uma construção do conhecimento sem uma contextualização e fundamento, constando:

A descrição inteiramente desprovida de teoria é algo que não existe. Quer se constituam episódios históricos, se realize trabalhos de campo em tribos selvagens ou comunidades civilizadas, se analisem estatísticas ou se façam inferências a partir de monumentos arqueológicas ou descobertas pré-históricas, as afirmações e os argumentos têm de ser expressos em palavras, isto é, em conceitos. Cada conceito, por sua vez, resulta de uma teoria que postula que certos factos são relevantes e outros fortuitos, que uns fatores determinam o curso dos acontecimentos se verificam porque personagens, massas e agentes materiais do meio ambiente os produzem.(Malinowski, 2009. p.18)

Digeneff (1997) também apresenta questões relacionadas com as abordagens bibliográficas da investigação e das suas particularidades, assim como, com as necessidades específicas em cada

projeto de investigação, e, como tal, afirma:

Como a maior parte das investigações em ciências sociais, a abordagem bibliográfica segue, no concreto, um caminho que raramente é linear ou sistemático. As etapas da investigação interpenetram-se e enriquecem-se mutuamente, ao mesmo tempo que permitem entrever a complexidade do objeto que está na origem da investigação. (Digeneff, 1997. p.204)

Outro ponto que destaca Digeneff (1997) é a importância do método biográfico como instrumento que auxilia na compreensão das dinâmicas temporais de determinado objeto/objetivo de estudo, com também pontos e processos específicos, afirmando:

Através da análise biográfica, podemos estudar os percursos, centrando-se então sobre o que permite compreender a transição de um estado a outro, ou a mudança. Podemos examinar igualmente momentos de rutura. Podemos, enfim, analisar formas de organizações ou de reorganizações num espaço social em mudança. (Digeneff, 1997. p.243)

Mas Almeida e Pinto (1989), discursam sobre questões que vão desde a teoria à investigação empírica e destacam a importância e a necessidade dos elementos teóricos, ou melhor dizendo, a necessidade de tal conhecimento teórico para fundamentar e auxiliar a construção do conhecimento para a realização de investigações. Também é de destacar que o conhecimento teórico não deve ser um agente limitador na produção e construção do conhecimento, ou seja, de uma forma restritiva compreender e descrever os elementos investigados. E assim afirmam:

Afirmar, a propósito das exigências da pesquisa empírica, que a teoria é um ponto de partida insubstituível e o elemento que comanda os seus momentos e opções fundamentais, não pode querer significar, entretanto, que a análise de situações concretas se circunscreva necessariamente no interior de um círculo traçado de antemão, em forma definitiva, pelo conjunto de hipóteses pertinentes incluídas na matriz teórica da disciplina. (Almeida e Pinto, 1989. p. 57)

Mesmo com diversas técnicas e métodos de investigação, a construção teórica, ou contraposição teórica, são peças chave, seja na elaboração projeto de investigação, seja na conclusão da investigação⁷, pois, este é o elemento norteador, isso não quer dizer que ao afirmar que seja a única direção, mas auxilia inicialmente nos primeiros passos, e em muitos casos, também nos últimos, como apresentam Almeida e Pinto (1989): “(...) a investigação, naturalmente armada de uma instrumentalidade técnica mais ou menos sofisticada, desdobrar-se-ia numa sucessão de fases autónomas e a teoria aparece subordinada – exterior e posterior- à recolha dos “dados”: resulta da indução-depuração da evidência empírica.” (Almeida e Pinto, 1989. p.62)

⁷ Estas práticas são denominadas por Pierre Bourdieu como função de comando da teoria.

Como tal, pode-se afirmar que é compreendida como um elemento essencial nas diversas etapas da investigação, que é o que muitas vezes a liga, que a une, molda e rege a investigação, como aponta Almeida/Pinto (1989): *“À teoria é conferido o papel de comando do conjunto do trabalho científico que se traduz em articular-lhe os diversos momentos: ela define o objeto de análise, confere à investigação, por referência a esse objeto, orientação e significado, constrói-lhe potencialidades explicativas e define-lhe os limites.”* (Almeida e Pinto, 1989. p.62)

Com isso, fecha-se este ponto com este fragmento da obra de Moreira (1994), onde este aborda o papel da teoria, que auxilia o processo de tornar visível o invisível:

Toda a pesquisa é, dependente da teoria: a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível. Ora, o papel da teoria é tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações que normalmente são efetuados pelos investigadores sociais quando estudam as sociedades e as culturas. (Moreira, 1994. p. 19)

Em suma, a pesquisa teórica é uma importante ferramenta na construção da investigação, uma vez que ela permite, planejar, planificar e formatar de maneira mais clara e objetiva, seja nos aspetos teórico/histórico/contextual do tema e objeto de investigação, no passado e presente, como também num processo de definições metodológicas mais adequadas/abrangentes das questões que se pretende verificar, responder e apresentar na investigação.

1.1.2 O Trabalho em Campo

Em Burgess (1997) é efetuado o relato do trabalho dos antropólogos, antes do ano de 1920, em que, para as investigações os antropólogos faziam uso de exploradores, comerciantes, missionários e/ou funcionários do governo, a fim de obterem informações dos povos que estudavam. Mas segundo Burgess, estas informações não eram precisas e, muitas vezes, distorcidas, uma vez que existia o interesse, destas fontes referidas de “mudar” hábitos culturais destes povos. Apenas no início do século XX, os antropólogos começam de facto, a fazer uso de incursões, ou melhor dizendo, da imersão no terreno em zonas mais distantes.

Contudo, estas relações entre investigador, investigado e informante, ainda eram questionáveis, pois os trabalhos de investigação eram realizados fora do ambiente comum/quotidiano dos

povos, como por exemplo hospitais, prisões, por funcionários governamentais na “varanda da casa de administradores”. Assim, havia, na sua maioria, uma inferiorização das culturas estudadas, ou seja, eram tratados como inferiores e subalternos. Os dados e informações obtidas sofriam, em grande parte, grandes distorções e não correspondiam à realidade, para além do facto de vários elementos do quotidiano serem desprezados pelo investigador. (Burgess, 1997)

Tido como precursor e defensor do trabalho de campo com a observação direta, Malinowski (1922) é citado por Burgess (1997), em que (Malinowski) descreveu o início do seu trabalho de campo em Nova Guiné, dos seus medos, inseguranças de estar num meio desconhecido, sem referências e nem apoio. Cita também Delamont (1976), que também descreve o início do seu trabalho de campo, os vários elementos e as suas disposições, mais como um meio ainda desconhecido que lhe desperta dúvidas e suposições.

Assim é apresentada esta forma de imersão, como um processo de investigação que requer uma relação entre investigador e investigado, que pode ser classificado na antropologia e na sociologia como trabalho de campo: etnografia, estudo de caso, pesquisa qualitativa, procedimentos interpretativos, pesquisa de terreno. Desta forma, o primeiro, para a antropologia (trabalho de campo) é tido como um processo de recolha de dados, onde é utilizada a observação. (Burgess, 1997)

O processo de imersão, ou seja, o trabalho de terreno, é tido como um dos momentos mais delicados e cruciais, pois é neste momento em que o investigador se põe à prova e está perante o desafio de conduzir a investigação,

O trabalho de investigação, em especial a investigação avançada, é visto, com frequência, como um período de incerteza, ambiguidade e falho de estrutura. O futuro apresenta-se incerto até se tornar um facto passado. O investigador depende quase totalmente dos seus próprios recursos e força de vontade. (Moreira, 1994. p. 11)

Em Costa (1989) faz-se uma abordagem sobre esta prática de terreno, onde o autor apresenta o que é que faz um investigador em terreno, ou seja, o seu trabalho de campo, e apresenta as práticas comumente utilizadas, o seu papel direto de interação, busca e obtenção de fontes de informações. Assim, afirma que o investigador em campo:

Observa os locais, os objetos e os símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou de outra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas.

Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. É frequentemente arranja “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspetos a que não pode acesso direto. (Costa, 1989. p.132)

Em Malinowski (2009) são apresentadas questões do trabalho de campo, como também de processos, como a postura e capacidades que o investigador/observador deve ter quando realiza esse trabalho, “*O etnólogo estuda as realidades da cultura sob grande variedade de condições ambientais, radicais e psicológicas. Em simultâneo, deve ser hábil na arte de observar, ou seja, no trabalho de campo etnológico e um perito na teoria da cultura.*” (Malinowski, 2009. p.22)

E o autor prossegue, afirmando que “*Observar significa escolher, classificar e isolar os factos tendo por base a teoria. Construir a teoria é proceder ao resumo dos dados pertinentes recolhidos em observações passadas e esperar que se confirmem ou se refutem empiricamente os problemas em causa.*”(Malinowski, 2009. p.22)

Em Moreira (1994) é evidenciada a importância da observação, onde o mesmo apresenta os elementos básicos que compõem a observação “*Embora se deva admitir que a maior parte do conhecimento científico social tem origem na observação, em etnografia tal conhecimento respeita tanto à observação de fenómenos culturais como à informação que é proporcionada pelos informantes.*” (Moreira, 1994. p. 106). E segue a dizer: “*Em qualquer ciência a situação de observação compõe-se como se sabe pelo menos, de quatro elementos: 1) o observador; 2) os fenómenos observados; 3) a informação pretendida e 4) o papel do observador.*” (Moreira, 1994. p.106).

Os autores Emerson, Fretz e Shaw (1995), afirmam que a etnografia se define em duas etapas, uma das quais é a imersão e interação em determinada cultura, em que o etnógrafo participa em atividades da vida quotidiana da cultura em questão, a fim de observar e aprender. A segunda etapa consiste no facto de o etnógrafo registar, de forma sistemática, toda a aprendizagem. Estes métodos unidos, segundo os autores, constituem o núcleo do que é a etnografia.

Através da imersão e dessa experiência em si, o etnógrafo procura compreender, através da vivência das rotinas de determinada cultura, transportar os seus sentidos e perceber da maneira mais próxima possível a realidade cultural, mas é necessário que o etnógrafo seja sensível e perspicaz. (Emerson, Fretz e Shaw, 1995)

A experiência de campo, ou, como apresentado em Augé e Colleyn (2008), como familiarização ou impregnação, nada mais é do que uma forma de aprendizagem que permite distinguir os factos comuns ou factos esporádico, como afirmam os autores:

A experiência permite prever o que se irá passar, não ignorar as regras implícitas de uma cultura. É lenta e paciente a familiarização com o terreno que faz com que o antropólogo deixe de estar à mercê da diversidade de fenómenos: aprenda a distinguir o que é informação daquilo que não passa de ruído circunstancial. (Augé e Colleyn 2008. p.74).

Assim, Emerson, Fretz e Shaw (1995) estabelecem que o etnógrafo procura participar o mais plenamente possível em determinada cultura, para que possa tornar-se membro da mesma, e experimentar e ter a experiência e entendimento dos seus significados. Mas os autores destacam que cabe ao etnógrafo compreender que a sua presença pode causar interferências, ou seja, que não é um sujeito neutro, mas isso não é tido como um problema no processo de investigação. Porém, o investigador deve ter consciência deste processo.

Com isso, Moreira (1994) aponta a necessidade de imersão do investigador dentro do universo investigado, uma interação social, um envolvimento com a cultura em questão para poder ir além da observação, afirmando que:

Nos estudos etnográficos, por sua vez, dada a própria natureza da investigação, o investigador é um elemento decisivo no investigado, é parte intrínseca do processo. O etnógrafo ao estudar os comportamentos culturais só pode fazê-lo no contexto onde, efetivamente, os mesmos se produzem. (Moreira, 1994. p.121)

Entretanto, Carmo e Ferreira (1998) debatem sobre a investigação etnográfica e essa imersão, destacando também a necessidade de haver uma permanência de forma naturalista, isto é, estar inserido sem causar grandes perturbações no sistema cultural que estuda consoante o objetivo da investigação.

Como apontam os autores Sarró e Lima (2006), na etnografia clássica havia uma maior visibilidade das fronteiras geográficas ou étnicas delimitadoras dos objetos. Contudo, numa perspetiva mais recente, afirmam que o trabalho etnográfico se assemelha ao trabalho de um cirurgião que procura, de uma forma precisa, fazer as incisões, e só depois as respetivas suturas para uma construção.

Curiosamente, apesar de enorme diversidade de escolas, locais geográficos pesquisados, temas estudados

e orientações teóricas, falamos do trabalho de campo como se fosse igual em todas essas situações, como o trabalho de campo dos princípios do século XX fosse a mesma coisa que fazemos hoje em dia. Porém, apesar disso, e da importância da etnografia como elemento constitutivo do conhecimento em antropologia, não há consenso alargado sobre uma definição única para este método. (Sarró e Lima, 2006, p.18)

Nestes contextos contemporâneos, segundo Sarró e Lima (2006), não há a busca e ilusão dos terrenos “puros”, “autênticos”, pois é evidente a mistura existente, sendo necessário um trabalho minucioso, como já dito, cirúrgico, para haver hipótese de se fazer a operação com as devidas e justificadas incisões e suturas construtivas e/ou reconstrutivas com o trabalho etnográfico.

Como apresenta Sacramento (2014), os estudos antropológicos na contemporaneidade, devido à intensificação de processos cada vez mais globalizados, fez com que alguns trabalhos se apresentem com a necessidade de adaptação, face a essas formas mais fluídas de espaços e alternadas observações.

Em Berg (2006) é mencionado que a definição do conceito de terreno é uma construção analítica e não um conceito, que meramente restringe o seu significado a um lugar.

Como tal, Quintino (2004) afirma que a visão de terreno, a partir da década de 90, extrapola a noção geográfica, isto é, vai além da mera delimitação do espaço, e vai além da restritiva visão Malinowskiana de terreno, pois as investigações passam a ter múltiplos espaços, a fim de acompanhar os fluxos e fragmentações.

Esta Transmigração obriga o antropólogo a evacuar-se da aldeia e aprender a lidar com o terreno na arena global, gerindo sua incapacidade de ser observador neutral, tornando-se itinerante para seguir o rasto dos indivíduos e dos grupos, experimentando o desconforto da macro escala e testando a teoria a novos dados empíricos (Burawoy 2000:34). (Quintino, 2004.p. 215)

Assim, a autora apresenta a questão da necessidade de uma adaptabilidade de observação, em que antes era feita de forma sistémica num determinado local, mas face aos estudos móveis e multisituados, as investigações multilocalizadas demonstram-se ser prática útil.

Marcus (1995) diz que houve então o aparecimento e transformação nestes contextos metodológicos, isto é, surgem mudanças a fim de se perceber e de se descrever os elementos

culturais difusos no espaço e tempo. Com isso, defende a *multi-sited ethnography* (etnografia multisituada).

Porém, como destacado por Marcus (1995), há novas implicações face a esta prática, tais como a delimitação da etnografia, a limitação do trabalho de campo e as variadas relações e percepções. Neste sentido, há uma maior necessidade de: definir os limites e elos, ou seja, as margens da investigação e as respectivas ligações; estar muito mais atento a fim de perceber as permeabilidades e tangibilidades dos objetos de pesquisa em questão, bem como as variadas intensidades das informações e a posterior utilização e construção das mesmas; estabelecer relações e negociações em diversos espaços, para além de sobrepô-los.

Assim, como destacado por Quintino (2004) e como se pode inferir, esta metodologia exige mais e coloca ao etnógrafo um novo desafio, para além dos existentes nos métodos tradicionais de etnografia.

No seu trabalho realizado na cidade do Rio de Janeiro, Abreu (2010) faz uma descrição metodológica que já tinha sido utilizada, e uma explicação sobre em que consistiu esta metodologia.

A metodologia da "etnografia dos percursos" consiste em vivenciar a experiência do viajante que percorre uma região, buscando exercitar um olhar que estranha, que inquire, que indaga, que procura novos ângulos, novas perspectivas, novas faces de paisagens já vistas e consagradas. A etnografia, gênero de escritura que se desenvolveu com a tradição antropológica, guarda um parentesco com o diário de viagem ou diário de campo. Uma característica central da etnografia é o fato de que o pesquisador se inclui na pesquisa e inclui também a relação com os outros, na medida em que procura expressar o pensamento dos segmentos pesquisados, dialogar com outras culturas, com outras pessoas. É um trabalho artesanal. Na etnografia, importa o aspecto relacional, o aspecto experimental, o aspecto de construção dos dados da pesquisa a partir da visão do pesquisador no trabalho de campo. (Abreu 2010, p.201)

Assim, este fragmento apresentado por Abreu permite-nos exemplificar como se dá este processo de observar este percurso e as dinâmicas de estabelecer e tecer leituras dessas vivências em campo.

Mapril (2006) faz uma reflexão sobre esta construção e delimitação de fronteiras criadas e utilizadas pelos antropólogos nas investigações, para a construção do conhecimento, assim como, as implicações de tais práticas. Aponta também algumas questões, entre as quais, de que

o trabalho de campo, ou o campo, é produzido de acordo com as escolhas e posições do investigador e das circunstâncias do mundo, sendo o trabalho etnográfico moldado pelas leituras que se faz antes, durante e depois do campo e, para além disso, que o trabalho de campo é produzido e não escolhido.

Com isso, pode-se inferir no seguinte contexto, descrito por Mapril (2006), que o campo se constrói através destas escolhas e delimitações criadas, como uma espécie de construção de uma colcha de retalhos, em que os retalhos que constituem esta colcha fazem parte desses tecidos dispersos e/ou estratificados, cujos recortes foram realizados e serão unidos através do exercício das linhas, dos recursos e habilidades para compor o painel mosaico.

Em Augé e Colleyn (2008), são apresentadas questões sobre a postura do investigador face ao seu trabalho de campo, e o foco no objetivo, como também a realização de exercícios constantes sobre ver mais além, ou seja, retirar os véus. Segundo os autores:

O investigador deve questionar incessantemente as suas próprias predefinições e colocar-se numa posição de aprendizagem. De qualquer modo, mesmo que esteja a dois passos de sua casa, ver-se-á forçada a isso sempre que se encontrar num ambiente pouco familiar. O etnógrafo deve então assumir duas posturas contraditórias: impedir-se de macular as suas observações com ideias preconcebidas tendo em conta a sua própria cultura, sem deixar nunca de manter um certo distanciamento, com o objectivo de comparar e relativizar as suas observações com outras relativas a outros contextos. (Augé e Colleyn, 2008. p. 17-18)

Face a estas questões de interação e imersão, Bernardi (2007) destaca a necessidade dos papéis do investigador, mas também deixa claro que existe a necessidade de colaboração, ou seja, que o trabalho do etnógrafo não seja feito sozinho, pois ele necessita do auxílio e ajuda do outro para conseguir alcançar o seu objetivo:

A pesquisa antropológica, até porque é uma observação participante, é sempre necessariamente um trabalho de grupo. O antropólogo deve saber trabalhar em colaboração com outros. Insere-se na vida de comunidade dos seus hospedeiros e participar nos atos e acontecimento de cada dia, uma vez como simples espectador, outras como ator. Deve, portanto, esforçar-se para que sua presença não seja tolerada como um intruso, mas antes aceite como um amigo ou de um hóspede respeitado também, ainda que nem sempre agradável. (Bernardi, 2007, p.147)

Sobre as escolhas e o processo de assumir papéis, Burgess (1997) apresenta estes vários papéis estabelecidos pelos observadores nos contextos das investigações, afirmando que:

Grandes distinções têm sido feitas entre os papéis ativos e passivos (Schwartz e Schwartz, 1995), papéis abertos e ocultos... Quaisquer que sejam as distinções estabelecidas recobram a tipologia básica

estabelecida por Gold (1958) na qual distingue quatro papéis ideal-típicos desempenhados no terreno: o participante; o observador-participante; o participante observador; e o observador. (Burgess, 1997, p.87)

Burgess (1997) faz uma abordagem sobre o observador, o qual esconde a dimensão de observador, ou seja, tem uma observação oculta. Segundo ele, neste papel oculto existe o fator positivo, pois aparentemente não há uma interferência nestes grupos, causada pelo facto de haver um observador declarado como observador. Porém, há também alguns problemas e limitações, pois o observador fica limitado ao papel que assume.

Já o observador participante, este participa e, simultaneamente, observa e estabelece ligações com informantes, ou seja, tem interesse e, papel de observador declarado. Assim, o mesmo está livre e não limitado a um papel.

O papel de participante observador caracteriza-se, quando há um contato breve com o informante de forma declarada, como observação, mas apresenta como principal implicação a brevidade das relações e observações. Quanto ao papel de observador, é caracterizado quando o observador não mantém qualquer interação com o informante, sendo este também alvo de questionamento, pois nesse papel, segundo Burgess (1997), as interpretações etnocêntricas tornam-se mais latentes, uma vez que é rejeitada a perspetiva do informante, sem mesmo conhecê-la.

Sobre as fontes, Fife (2005) explica, no que respeita à diferença de abrangência entre primárias e secundárias, em que as fontes secundárias se apresentam como uma fonte de informações resumidas, ou mesmo reduzidas e podem ser negligentes quanto às particularidades e individualidades. Já as fontes primárias, ou em primeira mão, são elementos mais ricos, isto é, permitem uma maior profundidade e menor distorção.

Assim, constatámos que o trabalho de campo é um grande exercício para o investigador, em que este lança mão de diversos recursos para alcançar os seus objetivos propostos na investigação, e assume diversos papéis e posturas.

1.1.3 A Observação Participante

Em Geertz (1973) é dito que, para compreender a ciência, deve olhar-se ao que os praticantes de ciência fazem, e em antropologia social, deve-se olhar e compreender o que é a etnografia e em que consiste a prática etnográfica, o que representa este processo e como se forma este conhecimento. Contudo, Geertz destaca que a etnografia não se resume a métodos, que a etnografia vai mais além, sendo uma prática investigativa de interação e leitura dos elementos em campo, das relações com as pessoas, da busca e registo dessas informações, um processo de infiltração na cultura para possibilitar o que este chama de “descrição densa”, termo utilizado por Gilbert Ryle que Geertz apropriou.

Neste ponto, Geertz (1973) traz à luz a necessidade de se fazer uma leitura muito mais profunda, uma vez que ao estar distante, a leitura pode-se tornar muito superficial, e conseqüentemente, estar vulnerável ao erro e a distorções. Já numa descrição densa, infiltrar e aproximar mais o olhar do investigador ao olhar do “nativo”. Com isso, pode-se reduzir o erro das leituras e interpretações, pois procura compreender o real significado das ações, o que são frutos de ensaios, de imitações e o que são tiques nervosos, como também e o porquê dos mesmos.

Assim, temos um caminho para tal “descrição densa” a observação participante, que, de acordo com Rivière (2013) a observação participante consiste em: *“Partilhar a vida quotidiana do observado, os seus trabalhos, as suas conversas, as suas festas, impõe-se a todo aquele que deseja aprender a sua visão do universo, captar as motivações dos seus atos e compreender o seu sistema de valores.”* (Rivière, 2013.p.25)

Como é dito por Moreira (2007), este método de investigação está atrelado a algumas técnicas, ou seja, a um conjunto de atividades comumente utilizadas a fim de infiltrar neste universo investigado.

A expressão **observação participante** tem sido usada na literatura antropológica e sociológica para designar uma estratégia metodológica, composta por uma série de técnicas de obtenção e análise de dados. No seu clássico manual sobre métodos de pesquisa, *The research act* (1970). Denzin di-lo claramente: «Há uma curiosa mistura de técnicas de pesquisa na observação participante: entrevistam-se pessoas, analisam-se documentos, compilam-se estatísticas, recorre-se a informantes e realiza-se observação direta. Sendo assim, a observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina simultaneamente a entrevista, a participação, a análise de documentos e a introspeção. (185-186)». (Moreira, 2007.p.178)

Destaca também Moreira (2007) que esta pode ser uma poderosa ferramenta de investigação para recolha de informações, entretanto, se a mesma “*a) for orientada e focalizada para um objecto concreto de pesquisa, previamente formulado; b) planificada sistematicamente em fase, lugares e pessoas; c) controlada e relacionada com proposições teóricas; d) submetida a controles de objectividade, fiabilidade e previsão.*” (Moreira, 2007.p.177)

Em Fife (2005) é dito que a observação participante consiste em observar as atividades, pessoas, aspetos físicos e situações, de forma a conseguir captar e compreender as regras e linguagens que não estão escritas nas interações humanas, e desta forma, fazer um registo minucioso.

Desta forma, Iturra (1989) apresenta a observação participante como uma ferramenta ou técnica de investigação gradativa que permite a infiltrar nas tramas do tecido cultural, como meio de compreender de forma mais densa os elementos que compõem determinada cultura.

... Esta penetração lenta e mesmo ritualizada na outra cultura, é o que ensina a etnografia específica do povo que se estuda, do seu corpo central de conhecimento e ação, bem como da heterogeneidade das práticas com que a vida social é construída e encarada. Nos aspetos práticos, é só no convívio com o quotidiano cultural que se obtêm os elementos que constituem um facto, que separam um fenómeno de outro, e definem a estrutura e o processo específico daquilo que constitui a vida social de um grupo. (Iturra, 1989.p.157).

Outro ponto que Iturra (1989) esclarece é a questão da comparação, que ele afirma ser normalmente comum, que se faz entre o trabalho de terreno e a observação participante. Para isso, apresenta os dois casos e as suas diferenças:

Faz-se normalmente referência ao trabalho de campo e a observação participante como se fossem um mesmo assunto. A diferença é simples: a observação participante é o envolvimento direto que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro de parâmetros das próprias normas do grupo; o trabalho de campo é um processo que envolve mais aspetos da conduta social, dentro dos quais o comportamento manifesto é observado. O trabalho de campo procura, no conjunto de informações sobre o presente e o passado, contextualizar as relações sociais que observa; a observação participante é pontual, o trabalho de campo é envolvente. (Iturra, 1989.p.149)

Iturra (1989) pretende deixar bem claro que a observação participante pode estar contida no trabalho de campo, e que ela, a observação participante, é uma leitura presencial, isto é, uma observação realizada de forma direta, em primeira mão, num determinado período temporal estabelecido, de convivência e observação.

Assim, em Burgess (1997) afirma-se que a observação participante faz parte de um processo de construção e busca de informações, ou seja, que a observação participante e outros métodos, são ferramentas e mecanismos de investigação que, somados, permitem traçar um panorama mais claro e abrangente, pelo que o autor afirma:

Apesar de os cientistas sociais usarem várias abordagens para estudar o mundo social- métodos experimentais, medidas estatísticas e inquéritos por questionário- nenhum destes métodos pode completamente abarcar os elementos subjetivos da vida social. Deste modo, os investigadores viraram-se para a observação e para a observação participante, por forma a terem acesso aos significados que os participantes atribuem às situações sociais. Nestas circunstâncias, o investigador aprende em primeira mão uma dada situação social utilizando a observação participante. (Burgess, 1997, p.86)

Como principal instrumento da investigação na observação participante, o investigador é apresentado por Burgess (1997), o qual também ressalta que esta (observação participante) é uma grande oportunidade para o investigador recolher informações pormenorizadas, acrescentando que:

Na investigação que envolve o uso de observação participante é o investigador que é o principal instrumento da investigação social. Nesta base a observação participante facilita a colheita de dados sobre interação social: na situação em que ocorrem e não em situações artificiais (como na investigação experimental) nem em situações artificialmente construídas que são criadas pelo investigador (como pesquisa através de inquérito). A vantagem de ser um observador participante reside na oportunidade de estar disponível para recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação de contextos naturais. Além disso, o observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias. (Burgess, 1997, p.86)

Em Iturra (1989) a figura do investigador que realiza a observação participante aparece como um ser vulnerável exposto que, como ele diz: *“(...) A observação participante caracteriza-se como sendo uma situação dum investigador que é adulto como é, saltita desajeitadamente no meio do que já sabem há muito tempo como orientar-se e que, idealmente, querem ajudá-lo explicando o seu cotidiano rotineiro(...)”* (Iturra, 1989, p.155).

No entanto, sabe-se que estes casos não são generalizados, uma vez que existem investigações que estudam o familiar, ou mesmo as chamadas “investigações ao pé de casa”, mas esta visão apresentada por Iturra (1989) é relevante, uma vez que demonstra a observação participante com um tatear com que se é conduzido, e assim pode-se construir uma imagem e leitura.

Carmo e Ferreira (1998), apontam a aplicação do método de observação participante nas investigações, quer seja como método principal, como auxiliar, para a obtenção de dados, afirmando que:

Há muito utilizada pelos antropólogos em estudos sobre pequenas comunidades, a observação participante tem vindo a ser cada vez mais usada em trabalho de natureza sociológica, interdisciplinar ou em antropologia das sociedades complexas, quer como ferramenta exploratória quer como técnica principal de recolha de dados, quer ainda como instrumento auxiliar de pesquisa de natureza quantitativa. (Carmo e Ferreira, 1998.p.108)

Desta forma, Burgess (1997) apresenta uma síntese do que é a observação participante e reafirma a questão da observação participante como método à investigação complementar, ao dizer que:

Este método de investigação exige que o investigador desempenhe um papel particular na cultura a estudar, por forma examinar, em primeira mão, uma situação social do ponto de vista de um participante. Essencial para este método de investigação é assumir e criar papéis que influenciem o grau no qual o investigador participa, as relações que desenvolve e os dados que obtém. Contudo, a observação-participante é apenas uma das abordagens que se usa no terreno e deve ser complementada por outros métodos(...) (Burgess, 1997, p.106)

Esta última questão é reforçada por Iturra (1989), que reafirma o potencial da observação participante como uma ferramenta de investigação em contraposição com outras fontes de informação. *“Ninguém duvida que observar, participando na estrutura da cultura que se estuda como uma maneira de aprender para elaborar o documento, seja um método científico, uma vez que permite abstrair os fatores constantes da conduta, e compará-los com outras variáveis.”* (Iturra, 1989.p.157). Como tal, a questão da associação entre a observação participante e outros métodos de investigação é explicitamente relevante para sobrepor as informações.

A associação de métodos está ligada à associação de papéis e de determinadas posturas ao longo da investigação, em que lança mão de determinado papel, de acordo com as necessidades ao longo da investigação, ou seja, um dado período de tempo é apresentado, em determinados momentos, durante a investigação. (Burgues, 1997)

1.1.4 As Entrevistas

Dentro desses processos de métodos, um comumente associado à observação participante, é o processo de entrevistas, pois *“As entrevistas também podem ser usadas como complemento da observação-participante; podem ajudar o investigador no acesso a situações que ao longo do tempo, e conforme o lugar ou a própria situação eram “fechadas”.”*(Burgess, 1997. p.116)

Como também é apresentado por Ruquoy (1997), que afirma que, muitas vezes, a entrevista está associada a outros métodos de investigação, como por exemplo, uma forma de complemento da observação. Mas destaca também uma dificuldade neste processo metodológico:

(...) Ao colocarmos frente a frente dois sujeitos com a sua subjetividade, não podemos garantir que as informações obtidas sejam idênticas noutra situação de interação. É igualmente impossível garantir uma comparabilidade perfeita dos dados, uma vez que o dispositivo de interrogação não pode ser rigorosamente idêntico. (Ruquoy, 1997.p.84)

Assim, em Ruquoy (1997) é apresentada a questão metodológica da investigação das entrevistas e algumas formas e intuítos de realizá-la, sobre a qual o autor diz:

(...) os investigadores foram-se interessando cada vez mais pelo indivíduo, pela sua forma de ver o mundo, pelas suas intenções, pelas suas crenças. Para esta abordagem em profundidade do ser humano, a entrevista tornou-se um instrumento primordial. O que explica em grande parte a sua atração e compreensão rica e matizada das situações que o método proporciona. (Ruquoy, 1997.p.84)

Com isso, Ruquoy (1997) aborda a questão da definição e uso das entrevistas, estabelecendo-as de cinco formas: as entrevistas através de relação verbal entre o investigado e entrevistado, onde o investigador interroga o entrevistado, processo que pode ser realizada de forma direta (frente a frente), ou de forma indireta, como por exemplo por telefone; a entrevista provocada pelo investigador, que consiste num processo em que o investigador, integrando-se na população, estabelece uma comunicação que é apresentada por Ruquoy como artificialismo; a entrevista para fins de investigação, que se distingue de uma entrevista terapêutica ou de apoio, que visa levar a pessoa a resolver os seus problemas; a entrevista baseada na utilização de um guia de entrevistas, é a entrevista em que se utiliza num guia ou roteiro de perguntas, a fim de direcionar e ter mais objetividade em questões de interesse; a entrevista numa perspectiva intensiva é a entrevista que consiste em conhecer as reações das pessoas e detetar processos.

O grau de liberdade, ou seja, a atuação e interferência do entrevistador, em que o entrevistador deixa o entrevistado livre e intervém o mínimo possível, ou outro em que o entrevistador estrutura a entrevista de acordo com o objeto de estudo definido. (Ruquoy, 1997)

Sobre a questão das escolhas dos instrumentos para a realização de entrevistas, Moreira (1994) apresenta, entre outros, vários pontos, entre os quais, as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, em que a primeira consiste num processo rígido e dirigido, já a última, consiste num processo dirigido, porém permite uma adequação e flexibilização, de acordo com as percepções do investigador, de pontos relevantes e necessidades que possam surgir, como coloca o autor:

O meio mais usual de diferenciar tipos de entrevistas é através do grau de estruturação: nas entrevistas estruturadas ou padronizadas, a formulação das perguntas e a sequência de apresentação são, por regra, invariáveis. O seu formato é, portanto rígido. Já no caso das entrevistas semiestruturadas, o entrevistador faz certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informação. O entrevistador tem, assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível compreensão e recetibilidade do entrevistado. (Moreira, 1994. p. 133)

Assim, Moreira (1994) estabelece que as entrevistas não-estruturadas são aquelas em que o entrevistador utiliza uma lista de tópicos a serem abordados, que são apresentados numa ordem ao entrevistado, consoante o momento em que o entrevistador julgar mais adequado, sendo este método muito utilizado nas questões descobertas.

E em Burgess (1997) é dito que, *“As entrevistas não estruturadas raramente são conduzidas isoladamente; fazem frequentemente parte de um programa de investigação e utilizam o conhecimento que o investigador tem da situação social”*. (Burgess, 1997, p.116). Assim, Burgess prossegue o seu discurso sobre o papel que o investigado assume, face a esta questão da interação e método de entrevista, e para tal cita Zweig.

...Zweig esclarece algumas das características-chave do investigador que compromete na realização de entrevistas não estruturadas. Para ele, o investigador é um amigo e um confidente que mostra interesse, compreensão e simpatia pela vida da pessoa com quem mantém uma conversa..., ... este estilo de entrevista não pode desencadear-se sem um minucioso conhecimento e preparação. Ele entende que é essencial observar as pessoas antes de uma conversa detalhada possa ter lugar. (Burgess, 1997, p.113)

Já as entrevistas estruturadas apresentam um maior rigor e uma menor flexibilização, assim como um maior distanciamento e controlo, no decorrer da entrevista, assim como da sequência e objetivos nas questões abordadas, como apresenta Burgess (1997).

Neste caso não há relação de longo prazo entre o investigador e o investigado. Assume-se que o entrevistador pode controlar a situação e dominar uma lista de questões que foram formuladas antes da entrevista e que são respondidas, em vez de serem consideradas, reescritas, reordenadas, discutidas e analisadas. Em resumo, assume-se que o entrevistador tem poder sobre o respondente, a quem é conferido um papel subordinado neste contexto. (Burgess, 1997, p. 111).

As entrevistas podem ser elementos de grande riqueza. No entanto, é necessário uma grande atenção ao seu processo de condução, ou seja, um processo crítico em relação às informações recebidas, assim como um processo objetivo, como apresenta Ruquoy (1997).

A situação de entrevista põe em jogo numerosas variáveis que influenciam no conteúdo do que é dito: o quadro da investigação que delimita o espaço do discurso, a palavra e as atitudes do entrevistador, a relação social entre os dois interlocutores... É ao ter uma visão menos ingênua do processo de entrevista que se assegura um melhor domínio da produção dos dados no sentido de uma informação fiável. Completa e adequada. (Ruquoy, 1997.p.115-116)

Destes pontos supracitados, cabe ao investigador não negligenciar a sua possível existência e também utilizar os recursos disponíveis, de modo a prevenir e a reduzir ao máximo essas distorções das informações que se pretendem obter através das entrevistas, assim como da escolha das suas fontes.

1.1.5 O Registo

Face às escolhas dos métodos/técnicas a serem empregues, um elemento que requer uma grande atenção é o registo, pois o trabalho de campo efetuado de vários casos ao mesmo tempo, acaba por ser intenso, requerendo do investigador, além de capacidades técnicas e disciplina, uma grande sensibilidade para compreender os acontecimentos, sinais e significados. Para tal atividade intensa, pode-se utilizar mecanismos e equipamentos, desde os meios mais simples, às novas tecnologias, a fim de captar e registar as informações que lhe são pertinentes. Costa (1989) descreve este processo sistémico de registo e diz que o investigador em campo:

Regista, diária e sistematicamente: (a) observações e informações, (b) reflexões teóricas e metodológicas, (c) impressões e estado de espírito. Neste “diário de campo” - incluindo remissões a fichas técnicas e a todo o tipo de anexos - tem a preocupação de distinguir claramente cada um daqueles três tipos de registo. Na anotação da informação substantiva distingue ainda observações realizadas pessoalmente, informações prestadas por outras pessoas e enunciados verbais de atores sociais em estudo, procurando transcrever estes últimos tão a letra quanto o possível. Por vezes utiliza também - com a devida atenção

as circunstâncias e aos efeitos possam produzir- gravadores de som e máquinas fotográficas, de filmar ou de vídeo. (Costa, 1989.p.132)

O processo de registo no diário de campo é dito e descrito por Bernardi (2007) como o mais comum, e assim aborda a questão do seu conteúdo, dizendo:

Entre as tarefas mais correntes do pesquisador encontra-se a de redigir um diário pessoal. Naturalmente, cada um tem a liberdade de escrever as notas que quiser, contudo, ao dizer «pessoal», não se pretende dizer íntimo; pelo contrário, quer-se dizer que ao pesquisador compete registar, pessoalmente, as suas próprias observações e os seus próprios comentários. (Bernardi, 2007, p.147)

O diário de campo é tido como o meio mais simples de registo, mas isso não significa que seja simplório, pois, além de ser um elemento de registo, pode ser visto como uma forma de exercício de reflexão.

Contudo, existe uma diversidade tida como muito ampla de elementos que podem auxiliar e compor este processo de registo. Assim Bernardi (2007) apresenta alguns e afirma que:

A difusão e o aperfeiçoamento dos meios de registo audiovisuais oferecem outros meios para fixar as observações. Pode dizer, desde já, que as máquinas fotográficas e cinematográficas, bem como os gravadores magnéticos, se tornaram instrumentos indispensáveis da pesquisa de campo. As vantagens são evidentes. Há, talvez, problemas de manutenção e distorções pelo contacto direto. Diz-se que a objetiva fotográfica obscurece e limita o entendimento da visual. A disponibilidade de aparelhos é grande, mas convém ser seletivo, levando somente aqueles que se está efetivamente, habituado a usar. (Bernardi, 2007, p.150)

Mas Bernardi (2007) também adverte quanto ao uso dos instrumentos tecnológicos e os processos de desconforto que estes podem causar aos entrevistados, observados e registados, afirmando que:

No uso dos aparelhos de registo mecânicos a discrição é uma regra de ouro. Nem todos suportam a vista de um magnetofone no decurso de uma entrevista. Outros suscetíveis ao ruído de um disparo fotográfico. O bom senso e a prudência e a eventual ação tranquilizadora dos cooperadores locais poderão indicar a conveniência ou inconveniência do uso dos aparelhos. Todavia, vale a pena referir a conclusão obtida pelo autor de um estudo sobre o assunto, Ivam Poluin, no termo de uma discussão, na revista *Current Anthropology*: «Tendo despendido grandes esforços para dissuadir os pesquisadores de campo do papel e do lápis, considero simplesmente honesto admitir que não conheço nenhum sistema (excepto o papel e lápis) tão pouco dispendiosos, ligeiros e disponível, assim simples de usar e imune a erros de funcionamento. Com estas vantagens, o papel e lápis nunca se tornarão obsoletos.» (Polunin, 1870:21.) Jean Rouch, um dos etnólogos mais peritos em cinematografia, faz uma observação análoga: «A câmara

e o gravador, mesmo que sejam muito aperfeiçoados, nunca substituem os métodos clássicos da pesquisa etnográfica.» (Rouch, 1968:429.). (Bernardi, 2007, p.151 -152)

Segundo Geertz (1973), os dados e registros obtidos nas investigações, são informações construídas sobre um outro, através de uma leitura que se faz dele, “uma reconstrução”. Sendo que a capacidade do investigador não está no ato de captar as informações e levá-la, mas na busca e capacidade de esclarecer situações, ou seja, avaliar a observação e o registro no momento e à posteriori.

Clifford (1986) aborda esse exercício de registro, em que é necessário transportar-se no universo da informação para se conseguir captar a essência, os sentidos observados e/ou narrados, e de como se faz essa transcrição dessas informações, e a linguagem que se utiliza.

Assim, a ideia de se poder utilizar novos recursos pode ser realizada mas, como foi apresentado, requer prudência e bom senso. No entanto, é de esclarecer que o registro clássico (caneta/lápis e papel) são meios vivos e usuais e são instrumentos eficazes de registro. Salienta-se também que o registro é um momento que requer grande atenção, não somente no momento de captação e inscrição, mas também, para, em posteriori, quando do tratamento e utilização das informações obtidas.

1.1.6 Síntese

Através das apresentações mencionadas, fica claro que existem processos de adequação face às necessidades, recursos, objetivos e objetos de estudo, ou seja, uma construção metodológica híbrida e dinâmica. Mas, sobretudo, cabe também destacar que o processo metodológico é um preceito básico em qualquer área de construção e desenvolvimento da ciência, e quando definido, deve ser seguido com rigor. Sendo assim, na antropologia não é diferente, pois os processos metodológicos auxiliam e norteiam os processos de criação, desenvolvimento e conclusão das investigações, assim como o processo de validação dos dados/informações.

Outro ponto que é pertinente frisar, é a tentativa de cristalização de métodos de investigação em antropologia social e cultural, ou seja, as tentativas de eternizar métodos e modelos, é algo que, como já foi exposto, é passível de inferir, como sendo tentativas frustradas, pois as

dinâmicas dos processos de construção do conhecimento, deparam-se, de vez em quando, com novas particularidades, se é que assim pode ser dito, novidades, em que em determinado momento podem ser vistas como avanço, progresso, destruição ou retrocessos para as metodologias de investigação. No entanto, são necessárias estas experimentações, uma vez que trazem contribuições.

Assim, o processo de conhecimento das metodologias do passado e do presente é algo indispensável, até mesmo as tidas como ultrapassadas ou inadequadas face às questões da contemporaneidade ou aplicabilidade, uma vez que ampliam a visão, senso crítico e base para as investigações antropológicas.

Pode-se concluir, pelos dos diversos pontos apresentados por diversos autores, no que toca às questões críticas e construtivas destes processos de sobreposição, adaptabilidade ou mesmo mutabilidade, face às necessidades nas investigações, e de como esses processos são dinâmicos e requerem bom senso por parte do investigador, no que diz respeito à escolha da metodologia e métodos a serem empregues, assim como, a sua capacidade de interação e relação com o(s) objeto(s) de estudo e a capacidade de construção e apresentação das informações adquiridas.

1.1.7 Ensaio: Reflexão Metodológica

Pode-se exemplificar ou explicar uma investigação como algo que é observado, tal como se observa uma foto, um momento congelado e cristalizado, mas na verdade esta assemelha-se mais a um filme, que é composto por uma sequência de fotos, isto é, algo dinâmico e em constante transformação, seja de foram intrínseca ou extrínseca, sendo que o olhar ou descrição é um registo fotográfico, que está ligado a um determinado momento no tempo e espaço. Porém, esse registo é relevante, mas tem de se ter consciência dessa dinâmica de cenas e fotos, dos frames⁸, na sequência de imagens desse filme.

É possível utilizar esta analogia para se explicar o direcionamento do olhar, ou seja, o foco que se faz perante um objeto e/ou tema de investigação, pois é necessário que haja um

⁸ *Frames*: Termo utilizado para designar o número de quadros por segundo feitos durante uma filmagem, sendo o filme um conjunto de fotografias feitas em sequência em dado espaço de tempo.

direcionamento do olhar; ajustar o foco e, de seguida, fazer a imagem. Sendo que, a imagem pode ser de um plano maior ou menor, de menor ou maior alcance, conforme a escolha do investigador e das lentes objetivas, ou seja, os recursos técnicos que possui; os filtros a serem utilizados, as cores e formas que se pretende destacar, os aspetos da investigação que se pretende serem evidenciadas. Mas não é simplesmente olhar e carregar no botão, mas para além de se enquadrar o plano, é necessário definir os pixéis⁹, a densidade da investigação que se pretende; ajustar o foco, para evitar desfocar/embaciar a imagem, mas sim deixar mais nítidas as questões registadas; e assim, produzir uma foto/trabalho de qualidade.

O domínio do equipamento, do conhecimento e das capacidades técnicas do investigador, a forma como as imagens são tratadas, como um investigador processa os materiais recolhidos, vão interferir na qualidade do trabalho.

Tendo por base o exemplo da foto que congela, cabe então pensar sobre a patrimonialização, pois é necessário estar atento à questão de que o critério que coloca ou inclui um bem à lista de Património da Humanidade pode gerar um processo de hiper valorização de determinado traço cultural de um património. Assim, a analogia permite compreender estas várias vertentes, e afirmar que esta é legítima, verdadeira e valorizada, exclui ou marginaliza as outras, ou seja, uma, a primeira, é legítima, já a segunda ou as outras são periféricas e ilegítimas.

Como o exemplo no Mito da Caverna de Platão, não se pode dizer que isso é uma verdade, há várias formas diferentes, e porque não mutáveis, de ver e fazer uso da cultura pois, como no Mito, para alguns é sombra, para outros é a realidade (real).

Há diferentes formas de ver o reflexo ou a sombra de algo, com a ideia das luzes sobre um cilindro (ver imagem I), permite compreender os diferentes pontos de vista, as diferentes formas e focos de luzes sobre o mesmo objeto. Assim, reafirma-se aqui o objetivo deste trabalho, que não é fazer juízos de valor, mas sim apresentar os diferentes pontos de vista, compreender qual o ângulo do objeto em que a luz incide, a consequência, a visão que se tem com a luz projetada nos diversos ângulos que o objeto está sujeito a ser observado, bem como as sombras e as pseudo realidades que, podemos dizer, são também realidades relativas, uma vez que o que vemos são sombras.

⁹ Termo utilizado para designar o número de pontos que compõem uma imagem digital.

Imagem I: A Verdade¹⁰

Isto é, quando lançamos luzes sobre algo, cabe ao investigador descrever essas sombras e olhares, através dos diversos ângulos, para compreender que não há somente uma verdade, mas sim um processo de funcionalidade das coisas. As verdades temporárias são apenas instrumentos funcionais momentâneos, sendo a sua mutabilidade inevitável, assim como o prisma da verdade, ou seja, um processo mono prismático ou mono ótico.

Cabe ao investigador ter a consciência desse relativismo, desse entendimento e não de julgamento. Não que ele seja nulo, pois não é possível, até onde se entende, anular-se, mas o exercício de ter consciência das possíveis interferências e limitações a que ele está exposto, e procurar, de forma contínua, o registo imparcial, como forma de contributo à ciência. Não que o olhar parcial não traga benefícios, mas, como numa descrição densa, pode ter o olhar de dentro, do nativo, de fora, do observador, mas também dos intermediários.

Quanto ao olhar etnocêntrico das culturas, o mono prisma, cabe ao antropólogo, ao investigador em geral, romper essas barreiras e apresentar as diferenças de percepções e apropriações do objeto e realizar o diálogo e os registos das mesmas. Porém, é de salientar, por uma questão ideológica, que se preza aqui por uma diversidade, ou seja, valoriza-se a diversidade construtiva, o respeito mútuo, e não a diferença impositiva que oprime o outro e que também é utilizada, para se dizer que é melhor que outra/outro, que é superior. O que se defende é uma relativização da cultura, o relativismo cultural, como apresentado posteriormente no capítulo II, nas definições de cultura.

¹⁰ Verdade: Fonte da imagem: <http://meucerebro.com/wp-content/uploads/2015/08/percep%C3%A7%C3%A3o-ponto-de-vista.jpg>

O Mito da Caverna também pode ser utilizado como analogia das diferentes áreas da ciência, em que, em momentos de conflito, de diferentes visões, uns dizem que os outros olham as sombras, enquanto que outros olham a realidade, mas que, na verdade, numa visão reducionista, ambos olham para as sombras e que a realidade é a verdade, neste sentido, é relativa, e, quando vista sobre uma só ótica, torna-se turva e deturpada, isto é, sempre que, por mais que se queira, ela será incompleta, seja ela por uma área da ciência, ou pelos incompletos pontos de vista, apenas é possível exemplificar ou descrever alguns.

Para além disso, como são mutáveis, a cultura e o património, como será apresentado ao longo deste trabalho, haverá sempre um trabalho de registo e continuidade de observações e olhares sobre as sombras. Mas isso não descarta o mérito de ver e olhar, sendo a investigação e registo um processo enriquecedor às ciências e à Humanidade.

1.2 Apresentação Metodológica

Como já mencionado neste capítulo, os processos de conhecimento teórico específico e direcionado são como elementos essenciais nas investigações, pois estes auxiliam, de forma contínua, desde o processo de nascimento das ideias e objetos a serem investigados à delimitação do objeto e fenómeno; nos processos de construção e desenvolvimento da investigação sobre métodos/técnicas a serem utilizados e outros conhecimentos teóricos e conceituais; na ação de recolha e tratamento dos dados; seja no processo de elaboração e apresentação dos resultados. (Bernardi, 2007)

Assim, para o início da realização desta investigação, foi realizada uma investigação exploratória, através de uma revisão bibliográfica em livros, revistas, jornais e outras publicações. Buscou-se assim a apresentação e a ampliação do conhecimento das temáticas: peregrinação e peregrinos; património e cultura e uma base teórica das diversas formas de ver estas temáticas. Outro ponto aqui abrangido recai sobre o conhecimento de Santiago (Tiago Maior), o Caminho de Santiago, a cidade de Santiago de Compostela e o Caminho de Santiago Português, para obter informações históricas, culturais e de eventos que ocorrem e ocorreram nestes locais e demonstraram-se pertinentes à investigação.

Em seguida realizou-se um trabalho de pré-campo que consistiu no planeamento do trabalho em campo, na realização de contactos com as autoridades competentes, em que foram enviados correios eletrónicos e cartas físicas de apresentação a todos os albergues públicos e demais órgãos competentes, de forma a obter as devidas autorizações; compra e organização do material a ser utilizado em campo; pré-teste dos materiais, técnicas e equipamentos a serem utilizados, assim como um ensaio em terreno para minimizar os riscos, erros e contratemplos.

Como uma fase de teste dos equipamentos, roteiros e condições físicas, foi realizada a viagem até à cidade do Porto, no mês de abril de 2015 e, em seguida, uma caminhada pela cidade onde se retirou apontamentos e registos para verificar a viabilidade dos materiais e roteiros propostos. Este teste foi realizado em condições climáticas diversas (sol, chuva, vento...).

Devido à quantidade de material a ser transportado, aquando da realização da viagem de peregrinação (Porto à Santiago de Compostela), e como forma de auxiliar em outras questões técnicas, tanto no pré-teste como no trabalho de campo, houve a colaboração de um amigo Max Anjos¹¹. O pré-teste também serviu para auxiliar, sincronizar e estabelecer normas de registo, acordos e práticas de comunicação para um melhor funcionamento do trabalho em equipa.

Após o trabalho de pré-campo, foi realizada a pesquisa descritiva, através de uma pesquisa qualitativa. Para tal, foram elaborados roteiros semiestruturados, sendo que estes roteiros, como já referido, passaram por um pré-teste. As entrevistas foram estruturadas de forma a serem realizadas com atores, tais como presidentes ou membros gestores de associações e organizações ligadas aos Caminhos de Santiago, responsáveis pela gestão dos albergues públicos, voluntários dos albergues públicos, responsáveis pelas áreas da cultura nas localidades e com os peregrinos, para conhecer e registar a perceção dos mesmos quanto ao pull que envolve os Caminhos de Santiago.

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, assim como a realização de apontamentos no caderno de campo. No caso dos peregrinos, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos albergues, sempre que autorizado pelos albergues. O tempo de permanência para a realização da coleta de dados em cada localidade variou, de acordo com a quantidade de

¹¹ Max Wendell Batista dos Anjos, brasileiro, estudante de doutoramento em Geografia pela Universidade de Lisboa e investigador do Group Climate Change and Environmental Systems (ZEPHYRUS) /CEG/IGOT.

informações pertinentes ao projeto de investigação.

Assim, ao longo do caminho procurou-se também realizar entrevistas livres com os peregrinos para se recolher mais informações sobre as suas vivências e as motivações e objetivos para a realização da peregrinação, percepções sobre o caminho e sobre os demais viajantes peregrinos.

Para o trabalho de campo também foi utilizada a observação participante, ou seja, os dados foram coletados através de apontamentos das vivências, ao participar nas atividades que são comuns aos peregrinos. Assim, foi realizado o percurso do caminho indicado pela sinalização existente do Caminho Português Central; as estadias foram realizadas nos albergues públicos existentes no caminho; a viagem foi realizada a pé, por esta ser a forma mais comum e tradicional de peregrinação. Com isso, pretendeu-se ter uma maior vivência comum aos peregrinos, observá-los e também perceber como estes interagem, como as comunidades se relacionam com eles; e os locais que frequentam e como se comportam e se percebem nestes ambientes.

Houve um registo em vídeo, fotográfico e em caderno de campo de toda a viagem, das vias, das localidades, dos monumentos e obras arquitetónicas históricas, dos locais de hospedagem e alimentação, dos centros de informação e apoio e de outros equipamentos direcionados, de forma direta ou indireta, para dar apoio aos peregrinos que realizam o caminho.

Após o trabalho de campo, realizou-se também uma revisão bibliografia, para enquadrar alguns dos novos elementos e necessidades que surgiram, frente às informações obtidas.

Entre os pontos descritos, vividos e observados ao longo do Caminho de Santiago, cabe afirmar ou enfatizar que existe uma diversidade, velada e a florada, em que, para penetrar e perceber os níveis de discursos, tornou-se necessária a utilização de métodos para entrar nesse universo que tange o Caminho de Santiago e as suas pluralidades.

Capítulo II**2. Construções, Definições, Trajetórias e Cenários**

Este capítulo recai sobre uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos, jornais e outras publicações nos meios eletrônicos, utilizados para uma ampliação do conhecimento dos assuntos referidos, para uma fundamentação teórica, histórica e de contextualização, conceitos e definições¹², assim como de ações e interpretações de organizações e áreas do conhecimento sobre os tópicos abordados, a fim de ir ao encontro do objeto e objetivos propostos nesta investigação.

Assim, neste capítulo procura-se fazer uma leitura das questões mencionadas, a fim de proporcionar uma base conceptual e reflexiva sobre as mesmas. Com este pull de abordagens e formas de entender, definir, conceber e investigar, tem-se a intenção de proporcionar uma leitura e entendimento dos termos das diversas áreas do conhecimento e dos diferentes níveis de interesses, no que refere às questões que permeiam o Caminho de Santiago, e que se mostraram relevantes e passíveis de serem apresentadas e discutidas para esta investigação.

As informações reunidas neste capítulo são apresentadas através de citações diretas e indiretas, juntamente com observações e reflexões acerca das temáticas referidas neste capítulo.

Na primeira parte são apresentada as questões que tangem a cultura, desde o surgimento do termo, a sua construção e reflexão ao longo da história, assim como as suas discussões e implicações como objeto de investigação numa vertente antropológica.

Na segunda parte, são apresentadas e debatidas questões sobre o património, sendo também apresentados alguns contextos sobre o processo de formação e utilização do termo, os elementos e atributos a ele agregado ao longo do tempo e espaço.

Já na terceira parte são apresentadas questões sobre o turismo e o turista e algumas perceções

¹² Sabe-se da existência de uma outra grande variedade de definições, conceitos e interpretações que não foram explorados nas exposições mencionadas, contudo, face a uma necessidade de delimitação e objetivação para com o objetivo e objeto de estudo em questão, deu-se este direcionamento, exploração e discursão, sendo que estes apresentaram-se pertinentes para tal.

sobre o fenómeno e os impactos da atividade.

Na quarta parte, é apresentada instituição a UNESCO, o contexto da sua formação, objetivos e ações de cunho concetual, técnico e político, no que diz respeito às formas e diretrizes sobre a escala mundial de valorizar a diversidade e preservar um legado mundial.

Na quinta parte, são apresentadas breves questões e contextos de criação e mecanismo de preservação e valorização dos patrimónios culturais no contexto nacional português.

Na sexta parte deste capítulo, são apresentadas questões sobre a história das peregrinações cristãs no contexto mundial e europeu, as motivações e transformações ao longo dos tempos, bem como os conceitos e definições de peregrinar e peregrinação, através de diversas visões e instituições.

No sétimo momento, são apresentadas questões sobre a lenda de Santiago, as suas origens e a sua vinda à Península Ibérica e difusão do cristianismo.

Já na oitava e última parte deste capítulo, são apresentadas as origens e histórias das peregrinações a Santiago e os Caminhos a Santiago pela Europa, seguido pela história e outros factos sobre os caminhos a Santiago de Compostela, em Portugal.

2.1. Cultura: Compreensão, Construção e Vertentes

Desde o surgimento da antropologia, no século XIX, como campo de investigação sistémica, que há duas questões sempre em aberto, sendo elas: como estão arrançados os sistemas culturais e como os elementos culturais se arranjam para construir o que são hoje. (Kaplam e Manners, 1975)

Uma vez que os cientistas dizem que o ser humano veio de uma única espécie, Homo Sapiens, a antropologia procura explicações para as diferenças e semelhanças, mudanças e transformações da cultura, encontrando nos elementos do tempo e do espaço a base para a estabilidade que mantém uma cultura. Sendo assim, a antropologia busca ainda conhecer quais os elementos de instabilidade que são responsáveis pela transformação, que podem consistir em

elementos internos, ou serem externos, ou mesmo ambos. (Batalha, 2005)

A antropologia social e cultural procura compreender quais as relações existentes nos grupos sociais, ou seja, nas relações entre indivíduos e destes com o meio em que habitam ou transitam, como é colocado por Batalha (2005).

Envolve o estudo detalhado das diferentes sociedades humanas. Ou, como diz Bates, “o estudo de culturas tomadas individualmente, designado por etnografia, assim como a análise e interpretação dos dados recolhidos de modo a descobrir padrões culturais, designado por etnologia” (1999:7). (Batalha, 2005, p.27).

Tem-se repetido múltiplas vezes que o objeto da antropologia é a cultura, e que por vezes os antropólogos a procuram estudar como realidades que podem ser investigadas de forma objetiva, e que a existência desta somente pode ser explicada pela ação do ser humano para com a natureza, natureza essa onde o ser humano está incluído e tenta dominá-la. (Lima, 1979)

Os estudos das sociedades através da vertente antropológica têm-se tornado cada vez mais um importante elemento de registo acerca destes grupos sociais, permitindo também a comparação entre grupos e as suas mudanças, como diz Batalha (2005).. *“A investigação antropológica envolve a comparação entre sociedades, ou culturas, tendo em conta as mudanças culturais e biológicas que nelas ocorrem. Toma como objeto da sua investigação as populações humanas na sua diversidade em diferente locais e épocas”*. (Batalha, 2005, p.25).

Os arranjos culturais, ou teias culturais, na escala macro ou micro, são objetos de estudo da antropologia, seja esta no presente ou passado, tidas como modernas ou não, como diz Gonçalves (1992).

A antropologia estuda o homem na sua identidade e alteridade. Não se trata, apenas do estudo de tudo que compõe uma sociedade; trata-se fundamentalmente, do estudo de todas as sociedades humanas, das culturas humanas nas suas diversidades históricas e geográficas, abrangendo as nossas sociedades industriais e tecnológicas, desde as pequenas comunidades rurais aos grupos marginais e aos grupos urbanos. (Gonçalves,1992, p. 21).

Nas questões de formações e traços culturais, Lévi-Strauss (2010-2) descreve que há vários traços culturais comuns entre os sistemas culturais, estando estes próximos ou distantes, mas que alguns desenvolvem mais ou menos, consoante as necessidades e condições necessárias para serem desenvolvidos. Mas esta dinâmica de formação também pode ser entendida e

aplicada na “reformulação”, isto é, um processo contínuo no tempo e espaço, diante das necessidades e condições. *“Esses traços equilibram-se no seio de um sistema que, num e noutro caso, deve ser viável, sob a pena de ser progressivamente eliminado por outros sistemas, mais aptos a propagar-se e a reproduzir-se.”* (Lévi- Strauss, 2010-2, p.40).

Outro ponto a destacar tem a ver com a visão da cultura como instituições, ou melhor dizendo, um conjunto de instituições que estão atreladas a um processo de satisfação das necessidades e interesses pertinentes à instituição, como diz Malinowski (2009).

A cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autónomas e em partes associadas. Integram-na múltiplos princípios tais como a consanguinidade resultante da procriação, a contiguidade no espaço devida à cooperação, a especialização em diversas atividades e, por fim mas não menos importante, o uso do poder na estrutura política. Cada cultura deve a sua plenitude e auto-suficiência ao facto de satisfazer toda gama de necessidades básicas, instrumentais e interrogativas. Por consequência, sugerir – como se faz ainda há bem pouco tempo- que cada cultura apenas abarca um pequeno seguimento da sua área potencial, constitui um erro grave, pelo menos em certo sentido. (Malinowski, 2009, p. 49).

Segundo Williams (2001), a palavra cultura está entre as cinco (indústria, democracia, classe e arte) novas palavras-chave, ou novos usos e empregos, nas últimas décadas do século XVIII, que têm grande relevância e impacto e que trouxeram consigo mudanças na vida e no pensamento. A palavra cultura passa, de uma conotação e emprego, referindo-se apenas ao cuidado com o crescimento natural (cultivar) para uma aplicação e emprego, no sentido de formação humana. De seguida, no século XIX entende-se como um estado geral da mente, que passa a estado geral do desenvolvimento intelectual e parte integrante de uma sociedade. Depois, como corpo geral das artes, chega ao final do século significando todo um modo de vida material, intelectual e espiritual.

Em Williams (1985), é dito que a palavra cultura é tida como uma das três mais complicadas da língua inglesa, pois, ao longo dos tempos, o seu desenvolvimento histórico a assim fez, cuja aplicação do termo foi empregue em várias disciplinas, bem como sistemas de pensamentos. Desde a sua origem ou raiz do termo em latim, surgiram novos significados, sobreposições, derivações e agregação de significados.

Assim, a fim de contemplar essa plenitude de visões e até mesmo o significado que o termo abarca, conceituar o que é a cultura foi, e é, alvo de grandes discussões. Em Lima (1979) é feita uma abordagem geral sobre o termo cultura, desde a sua etimologia até às bases que são hoje

utilizadas:

O termo Cultura provém do latim culture = cultivação em agricultura. Em francês temos culture, em inglês culture e em alemão kultur. De acordo com Kröeber, o termo teria sido empregado pela primeira vez em 1793 (cf. Paul Hazard, cit. por Kröeber) num dicionário alemão, todavia se o sentido antropológico que hoje possui. Com este último significado foi empregado pela primeira vez pelo alemão Gustav Klemm nos seus trabalhos. (Lima, 1979, p. 52).

Outra apresentada por Lima (1979) também faz uma referência à compreensão de Kröeber, no seu artigo “O Super Orgânico”, em que diz que “*«cultura consiste numa massa de reações motoras aprendidas e transmitidas, hábitos, técnicas, ideias e valores e os consequentes comportamentos que tudo isso introduz»*”. E complementa dizendo que “*«é o conjunto de tradições sociais»*.” (Lima, 1979, p. 54).

Nestes dois fragmentos do artigo de Kröeber, pode-se compreender um pouco mais esta sua visão e interpretação do Super Orgânico como o mundo social e cultural, mas esta visão também é alvo de críticas pois, como aponta Lima (1979), o ser humano não é só feito de tradição e está sujeito a ela, também ele pode construí-la e modificá-la, através da interação entre a tradição e o moderno.

Assim, face a estas questões, surge a necessidade de uma definição que abrangesse esse fenómeno e as suas nuances e peculiaridades. Para tal, foi-se construindo e reconstruindo diversos conceitos, a fim de se obter um abrangência teórica norteadora. Neste ponto Laraia (20013), faz uma síntese deste processo e faz novamente referência à origem germânica do termo cultura, com o sentido que é utilizado hoje, formulado Edward Burnett Tylor, que publicou dois volumes do trabalho intitulado *Primitive Culture*, no ano de 1871.

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente as realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832- 1917) no vocábulo inglês Culture, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o carácter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (Laraia, 2013, p. 24).

Porém Lima (1979), refere-se a visão funcionalista de Tylor. Lima afirma que “... a cultura

inclui técnicas, equipamentos, comportamentos, produtos diversos, normas, ideias, regras, leis, de tudo criado, usado e desenvolvido pelo homem com o objetivo de satisfação de necessidades físicas, psíquicas e sociais.” E prossegue, comentando este ponto de vista estabelecido por Tylor. *“Por consequência, a cultura é não só um conjunto de apriorismo que o homem encontra no seu meio ambiente... “...mas também implica um processo que é dinâmico, na medida em que o indivíduo, agente dinâmico-motor, tem de tudo aprender. (Lima, 1979, p.57).*

Segundo Laraia (2013), houveram centenas de outros conceitos que vieram após Tylor, mas ao invés de esclarecer, esses conceitos confundiram mais do que ampliaram o conceito. Tendo em conta os atrapalhos que esses novos conceitos criaram, no ano de 1973 Geertz escreveu que seria mais importante para a moderna teoria antropológica, a diminuição da amplitude do conceito e fazer dele um instrumento mais forte e teoricamente mais especializado.

Como já mencionado, foi Tylor quem formulou o primeiro conceito de cultura, e face às restantes definições sobre cultura, esta definição de Tylor, como aponta Bernardi é sucinta, pois apresenta os elementos essenciais, que segundo ele são quatro. *“...(1) a integridade da cultura como complexo unitário;(2) o seu valor como norma de comportamento; (3) para o indivíduo, (4) como membro da sociedade... (Bernardi, 2007, p.31).* Assim, este conceito mantém-se como um clássico de referência.

Hall (2003), no seu trabalho *The Work of Representation*, afirma que, entre os conceitos da ciências sociais, o conceito de cultura é o mais difícil de conceptualizar, pois abarca diversos elementos, desde obras eruditas a populares, elemento das massas às elites, desde o simples ato do quotidiano a um pensamento filosófico artístico, tudo isso englobado em diversas áreas, bem como em diversos tempos, ou seja, passado à contemporaneidade.

Segundo Cucho (1999), a criação da palavra cultura, por si só, já exprime um problema, uma vez que não existe uma palavra equivalente para algumas sociedades de língua oral. No entanto, isso não quer dizer que essas sociedades não tenham cultura, pois não é a existência, ou não, de uma palavra que define a existência, ou não, de algo. Quanto ao surgimento de novas palavras e expressões, deve-se procurar entender o seu contexto, qual o seu significado e a necessidade da sua formação, como é o caso da palavra cultura.

De entre várias discussões, Lima (1979) apresenta a definição de cultura formulada por P. F.

Sorokin, a qual a descreve em três níveis: “1.º *Ideológico – mundo dos significados, dos valores e das normas*; 2.º *comportamental ou das condutas – mundo das ações que socializam e objetivam aquilo que denomina cultura ideológica*; 3.º *Material – mundo das formas materiais que condensam e socializam a cultura ideológica.*” (Lima, 1979, p.55). Essa definição pode ser entendido como sendo o processo de pensar, do agir e produzir, mas não num processo distinto, porém interligado e não sequencial.

Outra abordagem conceitual sobre a cultura dita por Lima (1979) tem a ver com a ótica do sistema generativo, cujo conceito citado foi construído por E. Morim, em que apresenta a cultura:

...«como sistema generativo de alta complexidade, sem o qual essa alta complexidade ruiria para dar lugar a um nível organizacional mais baixo. Neste sentido, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem (learning) para se poder autopetuar e para se poder perpetuar a alta complexidade social». (Lima, 1979, p. 65)

Lima (1979) aponta este conceito como válido através da ótica do processo de aprendizagem e transmissão, mas destaca também o mecanismo de perpetuação, uma vez que a aprendizagem e a transmissão não são coisas idênticas, mas sim similares, e que, para tal diferenciação, afirma que o ser humano não é uma máquina, no sentido de uma reprodução idêntica formatada e controlada.

Assim, ao longo das construções, dos debates, ou por vezes embates, ao longo da História, desde do surgimento, definições e aplicações do termo cultura, Laraia (2013) reafirma, mesmo que, ainda que não esteja cristalizado o termo, a base que se utiliza hoje, isto é, as suas raízes de discursão e fundamentação, são aplicadas nos dias atuais:

O conceito de cultura, pelo menos como utilizado atualmente, foi portanto definido pela primeira vez por Tylor. Mas o que ele fez foi formalizar uma ideia que vinha crescendo na mente humana. A ideia de cultura, com efeito, estava ganhando consistência talvez mesmo antes de John Locke (1632- 1704) que em 1690, ao escrever Ensaio acerca do entendimento humano, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que hoje chamamos de endoculturação. Locke refutou fortemente as ideais correntes da época (que ainda se manifestam até hoje) de princípios ou verdades inatas impressos hereditariamente na mente humana, ao mesmo tempo que em ensaiou os primeiros passos do relativismo cultural ao afirmar que os homens tem princípios práticos opostos: “ Quem investigar cuidadosamente a história da humanidade, examinar cuidadosamente por toda a parte as várias tribos de homens e com indiferença observar suas ações, será capaz de convencer-se de que raramente há

princípios de moralidade para serem designados, ou regra de virtude para ser considerada... que não seja, de alguma parte ou outra, menosprezado e condenado pela moda geral de todas as sociedades de homens, governadas por opiniões práticas e regras de condutas bem contrárias umas às outras. (Livro I, cap II,§10).(Laraia, 2013. p. 25-26)

Uma síntese do pensamento convergente de antropólogos da antropologia moderna, é apresentada por Laraia (2013), que cita o artigo intitulado “*Theories of Culture*” de Roger Keesing, que, na procura de uma reconstrução do conceito de cultura diz:

...Culturas são sistemas (de padrões de comportamentos socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. (Laraia, 2013. p. 59)

Por Lima (1979) são utilizadas citações do antropólogo Franz Boas, em que ele formulou dois conceitos de cultura, sendo o primeiro: “*A cultura engloba todas as manifestações e hábitos sociais da comunidade, as reações do indivíduo afetadas pelos hábitos do grupo no qual vive e o produto de atividades humanas determinadas pelos hábitos.*” (Lima, 1979, p. 53). Na segunda ele diz que a cultura é: “*A totalidade de reações das atividades mentais e físicas que caracterizam um grupo social, coletivamente e individualmente, em relações ao seu meio ambiente, em relação a outros grupos, ao seu próprio grupo e ao próprio indivíduo.*” (Lima,1979, p.53). Ambas as definições levantam a questão do coletivo, do processo de interação entre indivíduos, isto é, dos grupos, com elementos característicos da cultura.

Contudo, as questões teóricas da cultura são foco de críticas, pois são vistas como elementos teóricos incompletos, pelo facto de envolverem teorias que não abrangem o todo, sendo sugerido que, se não abrangem o todo, não fazem sentido, pois o que as teorias procuram é generalizar os factos, o que neste contexto não é possível. (Handler, 1988)

Entre as várias tentativas de construção de um conceito sobre cultura, há um conflito relacionado com estas tentativas, por parte da antropologia, em conceber um conceito ou definição que englobe este pull de diversidades, a fim de abranger, sem marginalizar ou deixar à margem diferentes realidades, sem pecar por um reducionismo ou exclusão. (Arias, 2002)

Segundo Bernardi (2007):

Os antropólogos americanos foram os estudiosos que mais se aplicaram ao estudo do **conceito** de cultura, ao ponto de o tornar uma disciplina especializada denominada culturologia. As suas indagações

alargaram-se à vasta problemática da dinâmica cultural da ontogênese, ou seja, o processo de formação e de integração da cultura, ao efeito sobre personalidade de todo o indivíduo e sobre os padrões de comportamento dos grupos humanos e os de transformação. (Bernardi, 2007, p. 26).

Bernardi (2007) complementa, a fim de melhor elucidar este ponto, e para tal cita White (1959), que diz: *“A cultura é uma classe de coisas e de acontecimentos, dependentes da simbolização, considerado num contexto extra-somático» (White, 1959:234).” (Bernardi, 2007, p.28).*

Com isso, Bernardi (2007) diz que as ações dos seres humanos podem assumir o valor de um símbolo, ou seja, parte de um sistema de interpretações e de expressões, em que este busca a sua relação com a natureza cósmica e com outros seres humanos, quer individualmente, quer associado *“Cada coisa, material ou não, ligada a um símbolo, recebe um significado suplementar que se adiciona ao seu significado normal e natural e exprime uma relação com uma realidade diversa, conhecida ou misteriosa.” (Bernardi, 2007, p.29).*

Outro ponto debatido por Bernardo Bernardi (2007) é a cultura do ponto de vista mental, numa formação ou construção da mesma, que carece e está relacionada com as escolhas dos indivíduos e as suas interações com outros indivíduos, sendo a cultura esta manifestação mental: *“Nas suas escolhas, o homem é condicionado pela sua constituição de indivíduo, pelas relações que o ligam a outros indivíduos com quais comparticipa a sua vida e a natureza mais vasta que o circunda e dentro da qual está incluído.” (Bernardi, 2007, p.19).*

Nesta abordagem, Bernardi (2007) apresenta três pontos. O primeiro, o homem com sua individualidade, ou seja, o indivíduo. O segundo, o homem e as suas relações sociais, o seu convívio e papel social. O terceiro são as relações dos homens com a natureza, ou seja, no meio natural onde estão inseridos.

Este terceiro elemento é passível de uma melhor explicação, pois segundo o autor, o homem procura, através da interpretação, ou seja, do conhecimento da natureza, formas conhecê-la e dominá-la, para obter meios para a sua subsistência, sendo que o homem também está inscrito dentro do termo natureza. Assim, o seu nascer, crescer e morrer também fazem parte deste elemento natureza: *“Natureza é, antes de mais, o universo como totalidade cósmica, visível e invisível, dentro do qual o homem está imerso” (Bernardi, 2007, p.20).* Vale a pena destacar que o termo cósmico é colocado para explicar questões ecológicas, mas também forças sobrenaturais e misteriosas.

Não é fácil traçar a linha limite entre natureza e cultura.

Em geral, sublinha-se que a natureza é regida por leis universais fixas; é universal, constante, não dá saltos, evolui gradualmente. A atividade cultural do homem procede por forças e vias mais complexas, por altos e baixos, quase por sístole e diástole, segundo a escolha livre do próprio homem. A capacidade de intervir na natureza é a característica mais significativa do homem. Observa-a e estuda-a, não só para a conhecer e apreciar, mas para modificar e corrigir o seu curso, acomodando ou desdobrando aos próprios intentos as suas leis. (Bernardi, 2007, p.22)

Em Salazar (2009) é dito que a cultura, de maneira geral, se articula com a história, crenças, valores, normas e práticas sociais através dos tempos, assim como está presente nos ritos, mitos, tradições e instituições, uma vez que ela se apresenta ou se faz percebida nas artes, na música, literatura e na vida cotidiana.

Entre uma das ideias sobre cultura colocadas por Storey (2000), está o papel dos grupos sociais como agentes formadores e produtores de cultura, que é apresentado pelo autor como “agências humanas”, e não somente como meros consumidores de cultura, ou seja, há um movimento de produção e consumo de cultura.

No conceito ou esquema construído por Hall (2003) utilizado para explicar o que é cultura, apresentada o “circuito da cultura”, nomenclatura essa que ele usa para designar os processos de interação dos elementos, representação, identidade, produção, consumação e regulamentação, sendo estes os elementos que regem a cultura. Assim, o autor defende a ideia de cultura como sendo uma construção coletiva, isto é, que os significados partem de uma partilha, e que a linguagem, está nela a chave dos valores culturais, pois permite essa transmissão de significados.

Para Hall (2003), as representações ou correlações que se faz de algo, são frutos de uma construção mental que cada indivíduo carrega, e é através desse conjunto de interpretações que vê o mundo e a si mesmo. Em nada há significado natural, latente ou invariável, tudo é uma construção. Assim a cultura pode ser compreendida com uma forma de construção de padrões de representações e interpretações acumulativas.

Outro ponto polémico e alvo de grande discussão na antropologia é a questão biológica e genética, a qual é clarificada quando se refere a cultura como elemento biológico, em que Laraia (2013) faz uma abordagem, de onde se destaca:

Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Segundo Felix Keesing “não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado. (Laraia 2013, p.17)

As abordagens biológicas foram alvo de grande discussão, pois foram utilizadas como elemento que justificava a superioridade para se subjugar outras culturas. Assim, em 1950, após o movimento de racismo nazista, reuniram-se antropólogos físicos e culturais, geneticistas e biólogos, entre outros especialistas, na cidade de Paris, sob a tutela da UNESCO, com o objetivo de descortinar as questões entre genética e cultura, e assim, redigiram um documento que contém as seguintes informações:

Os dados científicos de que atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituíram um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos e grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, que essas diferenças se explicam antes de tudo. Pela história cultural de cada grupo. Os fatores que tiveram um papel preponderante na evolução do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade. Esta dupla aptidão é o apanágio de todos os seres humanos. Ela constitui, de fato, uma das características específicas do *Homo sapiens*.

b) No estado atual de nossos conhecimentos, não foi ainda provado a validade da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate de inteligência ou temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível de aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos. (Laraia, 2013, p.18).

Assim, há que destacar que o processo cultural está ligado a um processo de aprendizagem, isto é, a endoculturação, e que a formação cultural não tem ligações com questões genéticas ou de gênero.

Dentre os antropólogos participantes do evento em 1950, destaca-se aqui Lévi-Strauss, cujo o trabalho intitulado *Raça e História*, ganhou grande repercussão, em que ele, Lévi-Strauss, discorre que mesmo com tantos esforços para tentar comprovar a superioridade ou inferioridade cultural das raças, numa tentativa de atribuir características psicológicas às questões biológicas, mas essas perspectivas foram refutadas pela ciência. (Lévi-Strauss, 2010)

Anteriormente a este evento e marco, Franz Boas, a partir do ano de 1883, após ter realizado uma expedição geográfica a Baffin Land, fez duras críticas ao então sistema evolucionista das culturas, tendo destacado a necessidade de haver estudos antropológicos sobre a cultura

baseados num processo multilinear, e rompendo drasticamente com o processo unilinear da então evolução cultural e etnocêntrica. (Laraia, 2013)

Já no ano de 1907, Kroeber, no seu artigo “O Superorgânico”, rompe definitivamente com os laços de subordinação entre o biológico e a cultura pois, segundo Kroeber, existe uma supremacia do cultural sobre o biológico. (Laraia, 2013)

Assim, Geertz (1978) reforça esta ideia afirmando que a cultura segue um rumo que se distancia de fatores genéticos e raciais, e se aproxima de formas de adaptação ao meio ambiente, tendo este processo tido o seu início há cerca de quinze milhões de anos. A cultura tem por base as relações sociais, que são definidas através de um processo de escolha de se viver inserido num certo grupo e pela aceitação por parte do grupo.

E em Bernardi (2007), é bem claro, no que refere às questões das diversidades das culturais, a desassociação com a genéticas e biológicas, sendo a multiplicidade cultural expressa em dois fatores. O primeiro, que a humanidade pertence por natureza a uma mesma raça, o homo sapiens, sendo essa uma identidade natural comum que se manifesta na cultura humana. O Segundo, que as diversidades de fatores, tempo e espaço, são elementos fundamentais para um processo da adaptabilidade ao ambiente. Contudo, essa também não é restritiva, pois há também o fator escolha, em que se procura alternativas diversas para se resolver a mesma necessidade ou problema.

No que se refere às diversidades culturais, outro ponto que também foi questionado, foi o da afirmação de que a cultura estava relacionada ao determinismo geográfico em que se acreditava, segundo teorias formuladas por geógrafos no final do século XIX e início do século XX. Pode-se destacar o livro *Civilization and Climate* (1915) do autor Huntington, onde este relaciona a latitude aos centros da civilização. Porém, essa teoria veio abaixo após demonstrações realizadas por antropólogos, a partir do ano de 1920. (Laraia, 2013)

A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, refutaram este tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação de influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico. (Laraia, 2013, p.21)

Assim, o autor aborda o determinismo geográfico e apresenta dois exemplos de duas culturas em ambientes relativamente iguais que refutam essa ideia. É o caso dos lapões no norte da

Europa e os esquimós no norte da América, em que as condições ambientais muito semelhantes, com característica em comum, de um inverno longo e rigoroso, assim como de uma fauna e flora semelhantes. Assim, era suposto terem respostas comuns de sobrevivência nestes ambientes, mas isso não acontece, pois os dois grupos possuem grandes diferenças culturais. Os esquimós constroem as suas casas através de blocos de neve, já os lapões fazem as suas casas com tendas de pele de animais. Os lapões são excelentes criadores de animais, ao contrário dos esquimós, que vivem da caça de animais. (Laraia, 2013)

Estes são alguns dos exemplos que colocaram em “xeque” a questão do determinismo cultural geográfico.

...não é possível admitir a ideia do determinismo geográfico, ou seja, a admissão da “ação mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva”. A posição da moderna antropologia é que a “cultura age seletivamente”, e não casualmente, sobre seu ambiente, “explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura.

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo ambiente. (Laraia, 2013, p. 24)

Sob o ponto de vista de Lévi-Strauss (2010-2), apesar de poder ter havido algo determinista, permite estabelecer uma reflexão sobre a formação cultural do indivíduo e do coletivo, pois não se pode negar o processo de influência do meio, e que este também pode interferir no processo de abstração da sua própria cultura ou elementos profundos balizares da mesma.

...Desde o nascimento e – acabei de o dizer- provavelmente mesmo antes, os seres e as coisas que nos rodeiam montam em cada um de nós um aparelho de referências complexas que formam sistema: condutas, motivações, juízos implícitos que, mais tarde, a educação vem a confirmar pela visão reflexiva que nos propõe do devir histórico da nossa civilização. Nós descolocamo-nos, literalmente, com este sistema de referências e os conjuntos culturais que se constituíram fora dele não nos são perceptíveis senão através das deformações que ele lhes imprime. Talvez nos torne incapazes de os ver. (Lévi- Strauss, 2010-2, p. 31)

Após estas apresentações e argumentações em torno do aparato biológico, genético e ambiental, no contexto da formação da cultura, passa-se para outro ponto, em que Malinowski (2009) afirma que, muitas das questões culturais são restringidas às necessidades orgânicas e na criação de mecanismos para suprir estas necessidades, adaptabilidades e transformação do meio, sendo a cultura fruto da busca do homem para atingir um fim. Fim este que serve para obter uma relativa segurança, conforto e prosperidade, que lhe permita extrapolar os dotes de animais orgânicos. Sendo assim, a cultura é como o meio e o resultado da busca desse objetivo.

...a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos. Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, quer uma cultura extremamente complexa e desenvolvida, confrontamo-nos com um vasto dispositivo, em parte material e em parte espiritual, que possibilita ao homem fazer face aos problemas concretos e específicos que se deparam. Estes problemas resultam do facto de o homem possuir um corpo sujeito às necessidades orgânicas mais variadas e de viver num meio ambiente que é o seu melhor amigo visto fornecer-lhe a matéria-prima destinada ao seu trabalho manual, mas que é ao mesmo tempo um inimigo perigoso, pois alberga muitas forças hostis. (Malinowski, 2009, p. 45)

Apesar de fazer uso do termo primitivo, que pode ser interpretado como inferior e, por outro lado, dizer que há uma cultura complexa e desenvolvida, o conceito de Malinowski oferece elementos para se entender como esta era compreendida, oferecendo também elementos relevantes de reflexão e entendimento dos códigos e elementos culturais em toda a sua complexidade.

Assim, abre-se aqui um parêntese dentro deste ponto sobre a questão biológica para deixar claro que, tal como apresenta Laraia (2013), em que cita Claude Lévi-Strauss, que discorre sobre a ideia de que existem culturas superiores ou inferiores, ou mesmo um processo evolutivo das culturas. Assim, é refutada a ideia que tinha sido apresentada por Levy-Bruhl, no seu livro *A Mentalidade Primitiva*, que classifica a cultura entre aqueles que têm um pensamento lógico e outros com pensamentos pré-lógica.

A discordar e rebater quanto a esta questão, Lévi-Strauss, no seu livro *O Pensamento Mágico*, lança o seguinte argumento: “... não é um começo, um esboço, uma iniciação, a parte de um todo que não se realizou; forma um sistema bem articulado, independente deste outro sistema que construirá a ciência, salvo a analogia formal que as aproxima e que faz do primeiro uma expressão metafórica do segundo” (Laraia, 2013, p. 87-88). Esta visão de classificação e ordenação hierárquica foi alvo de críticas e tornou-se uma classificação ultrapassada, ou melhor dizendo, superada.

Para contextualizar o movimento para a superação dessa visão hierarquizada sobre a cultura, Abreu (2007) diz que há a necessidade de superar estas interpretações, e o trauma causado após a Segunda Guerra Mundial, fez com que os intelectuais procurassem alternativas para uma construção definitiva de paz entre os povos. Sendo assim, a formulação sobre cultura produzida

por Franz Boas e Bronislaw Malinowski, em que valorizavam as diferenças culturais, contextualizando-as e relativizando-as, auxiliaram no processo de luta e superação do racismo, do evolucionismo cultural, da hierarquização das culturas e dos povos, e traçava uma história linear única de evolução das civilizações.

Assim, para voltar à questão biológica, mas sobre um olhar, vale pena destacar que as necessidades biológicas e ações humanas no meio ambiente podem ser consideradas como precursoras da cultura:

... o homem tem de satisfazer, em primeiro lugar, todas as necessidades do organismo: estabelecer planos de trabalhar para alimentar-se, aquecer-se, abrigar-se. Vestir-se ou resistir ao frio, ao vento e ao clima; tem de proteger-se e organizar tal proteção contra inimigos exteriores e contra perigos físicos, provenientes de animais ou de outros seres humanos. (Malinowski, 2009, p. 47)

Regidos por designios ou mandatos tradicionais, obedecendo às normas específicas sob as quais se congregam, utilizando aparelho material que manipulam, os seres humanos agem em conjunto, satisfazem assim algumas das suas necessidades e deixam a marca de sua passagem no meio ambiente. (Malinowski, 2009, p.48)

No que diz respeito à transformação do ambiente para suprir essas necessidades, Malinowski (2009) afirma que o ser humano age de acordo com as condicionantes de sobrevivência, perpetuação da raça e a boa funcionalidade do organismo. Por outro lado, através das suas capacidades e manipulações, é criado um ambiente secundário. Desse modo, são estabelecidas condições mínimas para suprir as necessidades básicas orgânicas, em que a cultura se constitui como o processo de criação desse ambiente secundário. Contudo, não é só necessário produzi-la, é necessário também mantê-la.

Porém, as necessidades são mutáveis e acentuadas e, como tal, cria-se uma dinâmica de ações e alterações do meio, seja ele primário e/ou secundário, para suprir essas necessidades. Em suma, a cultura está atrelada às necessidades, pois estas necessidades criam padrões, mas isso não quer dizer que são imutáveis, uma vez que surgem novas necessidades. É claro que a cultura é algo construído e dinâmico com sentidos e objetividade, e não um mero elemento do acaso.

Este ponto de vista supracitado é discutido por Bernardi (2007), em que segundo ele, Malinowski apresentou uma interpretação da cultura a partir das necessidades humanas fundamentais ou base, e necessidades variadas, sendo que ele classifica a primeira como as necessárias ao homem para sobreviver, isto é, as necessidades básicas biológicas, comuns a

todos os seres humanos. Mas destaca que, mesmo relativamente iguais, têm as suas particularidades. Essas necessidades são apresentadas como sendo: o metabolismo – abastecimento; reprodução – parentesco; bem-estar corporal – abrigo – casa; segurança – proteção; movimento – atividade; desenvolvimento – instrução; saúde – higiene.

Já as necessidades derivadas são impostas pelo modo como o ser humano satisfaz as suas necessidades fundamentais, sendo classificado por Malinowski, como sendo imperativas, ou seja, o mecanismo utilizado para suprir estas necessidades, em que ele classifica como: instrumentos de produção; comportamento humano – controlo social; conhecimento da tradição – educação, autoridade – organização política. (Bernardi, 2007)

Segundo Bernardi (2007), o fenómeno cultural parte de um processo de escolhas que vão ao encontro às necessidades, sendo que, para suprir as necessidades, são utilizados ou criados mecanismos ou modelos, ou mesmo modos de . *“Cada cultura aparece, assim, ligada a um modelo ideal de vida e de comportamento, mediante o qual se torna num bem, num valor, para aqueles que dela participam.”* (Bernardi, 2007, p.47- 48).

Para Lima (1979) estas necessidades humanas são supridas através de um movimento constante, movimento este que procura suprir estas lacunas internas para se manter, viver e sobreviver, sendo o movimento sistémico das necessidades interiores projetado para fora, a fim de satisfazer, ou seja, de preencher estas lacunas interiores.

Assim, Lima (1979) afirma que a natureza humana é dividida em quatro partes, *“a primeira natureza biológica, a segunda natureza psicológica, a terceira por natureza cultural, e a quarta por natureza social, ou ainda bionatureza humana, psiconatureza humana, culturonatureza e socionatureza. (Lima, 1979, p. 29)”*. Uma vez que, de acordo com as situações, uma pode ser mais latente do que a outra. Porém, pode afirmar-se que nenhuma delas é isolada, ou seja, são interdependentes e só podem ser compreendidas se analisadas como elementos conjuntos e interativos.

Segundo Bernardi (2007), a cultura tem como base 4 fatores essenciais, ou seja, são premissas para a sua existência, e descreve-os como sendo:

...O anthropos, ou seja, o homem na sua realidade individual e pessoal; o ethons, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o oikos, o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a actuar; o chronos, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de

sucessão, se desenvolve a actividade humana. (Bernardi, 2007, p.54)

Nisto, e como nos argumentos anteriores, esses estão interligados e não produzem a cultura por si só. Em todas as manifestações culturais existe a evidência da sua existência, seja de forma mais latente explícita, ou discreta e profunda.

Já em Laraia (2013) são apresentadas três abordagens idealistas da cultura. A primeira considera a cultura como um sistema cognitivo, isto é, uma análise dos modelos que são construídos pelos membros das comunidades sobre o seu próprio universo. Assim, cita-se W. Goodenough, que considera que a cultura *“consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade.”* (Laraia, 2013, p.61.).

A segunda abordagem considera a cultura como sistemas estruturais, citando-se Claude Lévi-Strauss *“que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais – mito, arte, parentesco e linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.”*(Laraia, 2013, p.60.).

A terceira abordagem, desenvolvida principalmente por Clifford Geertz e David Schneider, considera a cultura como sistemas simbólicos. Segundo Laraia (2013), Geertz procura uma definição de Homem baseado na definição de cultura, e rompe com as questões da forma ideal de Homem, ligadas às antropologia clássica e ao iluminismo. Para tal, afirma que a cultura deve ser compreendida *“não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controlo, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento.”* (Laraia, 2013,p. 62).

Nesta abordagem o indivíduo nasce como uma folha em branco e está suscetível a aprender qualquer cultura à qual seja inserido, e que a cultura é um conjunto de códigos partilhados, ou seja, estão fora dos indivíduos, e que o estudo da cultura é estudar um conjunto de símbolos partilhado por membros de determinada cultura.

O conceito de cultura referido, defendido por Geertz (1973) utiliza-se do pensamento de Max Weber, em que o ser humano é uma animal preso a teia de significados que ele mesmo produziu, sendo então a cultura para Geertz essa teia que o ser humano é emaranhado. Dessa forma, o

autor busca compreender a cultura não como ciência experimental num sentido de leis, mas sim através de uma ciência interpretativa em busca de significados.

Já na visão de David Schneider, no seu livro *American Kinship: A Cultural Account*, a abordagem é um pouco mais diversificada, afirmando que *“Cultura é um sistema de símbolos e significados, compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais.”* (Laraia, 2013, p.63). Na visão de Schneider, a complexidade de elementos que podem compor a cultura é evidente, assim como a leitura complexa dos elementos que são necessários, para se compreender uma determinada cultura.

Seguindo esta linha de pensamento sobre a complexidade cultural, Bernardi (2007) também faz uma referência ao pull de sistemas culturais ao longo do tempo e espaço e dos mecanismos e instituições que são criados.

A cultura, de facto assume fisionomias precisas que distinguem no tempo e no espaço. Neste sentido, não há apenas uma cultura, mas muitas. Cada uma delas representa o modo típico e específico pelo qual os povos singularmente definem os próprios valores e interpretações culturais e com os quais organizam as instituições próprias num sistema social distinto. (Bernardi, 2007, p. 46-47)

Nesta procura por diferenças culturais, Lévi-Strauss (2010-2) argumenta sobre estas, e de como elas podem ser entendidas, pois, por vezes há algo que turva esta visão e tem-se uma leitura dura e superficial. Pois existem diferenças entre as culturas, mas existem algumas que diferem de umas mais do que das outras. *“Por seu lado, estas julgam que a diferença entre as suas culturas respetivas são menos importantes do que as que prevalecem entre elas e as culturas das primeiras populações.”* (Lévi- Strauss, 2010-2, p.25).

Assim, em Lévi- Strauss (2010-2), aborda-se a questão das diversidades culturais, quanto ao reconhecimento das diferenças. Mas ele destaca através das suas narrativas, que entre a complexidade de diversidades culturais e as suas relações, podem existir aproximações pelo desejo de se conhecer o exótico. Entretanto, aponta um outro ponto, quando o nível da diferença toma outros caminhos. Quando estão conscientes das diferenças, os mesmos podem ignorar-se ou considerarem-se e estabelecerem um diálogo. Porém, em outras situações, ameaçam-se e atacam-se, contudo sem colocar em perigo as suas existências.

Entretanto, uma postura “mais nociva”, se assim se pode dizer, é quando é reconhecida a diferença pelas partes, e uma delas acredita e se sente superior à outra, e tem na diferença um argumento de imposição do positivo superior ao negativo inferior, e com isso afirma a desigualdade. Em suma, neste ponto apresenta-se a questão do carácter de superioridade cultural e de subjugação da outra cultura, forçando-a a um processo de inferiorização, domínio, deterioração ou até mesmo de aniquilação cultural, ou seja, de relações interculturais nocivas. (Lévi- Strauss, 2010-2)

Outro ponto debatido de forma sistémica, são as transformações culturais. Como já foi referido, a cultura é algo dinâmico, algo vivo e em movimento que apresenta mudanças, desde processos sutis e gradativos, a processos impactantes e abruptos.

A mudança da cultura é resultante de complexos jogos entre forças e grupos sociais, provocando alterações nas estruturas das organizações sociais. Esses processos de mudanças podem ser graduais ou ocorrerem de forma brusca. Quando se dão de forma brusca, pode acarretar sérios danos para a estrutura sociocultural. (Cuche, 1999)

Assim, as transformações culturais são causadas por elementos internos, externos ou ambos, podem causar homogeneização das culturas, sendo necessário compreender as dinâmicas e processos envolvidos e registar os elementos que acarretam estas transformações. Existe um processo acelerado e de grande escala, nunca antes visto ou registado, de homogeneização, com uma crescente cultura industrial e urbana, em que os antropólogos procuram compreender como é que estas transformações e mudanças podem ocorrer sem causar grandes choques, e sem por em risco a destruição da unidade e identidade, despersonalização e desestruturação, enfim, como mitigar os impactos nocivos desses processos. (Gonçalves, 1992)

A fim de compreender e explicar estas mudanças, há o aparecimento do termo aculturação, pois havia a necessidade de existir um termo concetual para este processo de mudança cultural por um agente externo, ou seja, o contacto com outras culturas, termo esse utilizado desde o início do século XX, pela antropologia alemã, e a partir de 1928, pelos antropólogos anglo-saxões. (Laraia, 2013)

Em Laraia (2013) é afirmado que, entre algumas ações, face a estas mudanças nocivas ou

perdas, foi produzido o Manifesto sobre Aculturação, que foi resultado de um seminário realizado em 1953, na Universidade de Stanford, destacando-se:

...qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Assim sendo, a mudança que é inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra. O contato, muitas vezes, estimula a mudança mais brusca, geral e rápida do que as forças internas. (Laraia, 2013, p.96)

Nesta questão de mudanças culturais, e as suas causas, Laraia (2013) afirma que existem dois tipos de mudanças culturais, uma resultante de ações de agentes culturais internos, como um processo dinâmico do próprio sistema cultural, sendo esta tida como um processo lento, mas podendo haver um processo mais acelerado de mudanças drásticas do ambiente, novas tecnologias entre outros. O segundo processo de mudança apresentado é o da mudança causada por agentes externos, como por exemplo, o contacto de um determinado grupo ou grupos culturais, com um grupo que se encontrava isolado culturalmente. Esse processo de mudança pode ocorrer de maneira relativamente rápida.

Mas o autor destaca que é raro ocorrer um processo de mudança cultural, apenas pautada no primeiro, pois, para tal, uma cultura deveria estar isolada das demais. *“Por isto, a mudança proveniente de causas externas mereceu sempre uma grande atenção por parte dos antropólogos.”* (Laraia, 2013, p.96).

Assim, em Bernardi (2007) há uma descrição sobre estas de mudanças culturais, na ótica da aculturação, em que diz que *“... a aculturação refere-se às relações existentes entre as demais culturas e aos efeitos que derivam do seu contacto.”* (Bernardi, 2007, p. 110). Com isso, Bernardi destaca o isolamento das culturas, falando de permeabilidade e interação entre culturas e as suas resultantes transformações, como algo comum na dinâmica cultural. O dito isolamento cultural é algo relativo, pois a transformação é ativa, quer seja por agentes internos, como por externos. Com isso, a aculturação, seja ela proporcionada por meio de agentes externos ou por agentes internos, faz parte da dinâmica cultural. Assim a aculturação é um aditivo. Contudo, tem o seu aspeto negativo e desagregante.

Esta dinâmica cultural intitulada de aculturação, segue por várias vias, vias estas conflituosas, com verdadeiros embates, gradativas, meramente sultis, pois para se conseguir observar esta mudança, é necessário ir a origem. *“Os contactos culturais causam as transformações no*

interior de uma cultura, por vias informais e formais, ocultas e patentes, dando lugar a fenómenos de encontro e desencontro, de aceitação e de recusa.”(Bernardi, 2007, p.113).

Assim, a aculturação está ligada ao fator tempo, pois a mudança exige tempo, e para se compreender esta mudança, é necessário identificar um ponto de partida.

Sendo a cultura uma relação entre seres humanos, a sua formação e transformação também é resultante desta interação. Pensar ou tentar um isolamento cultural para uma cristalização cultural é algo utópico, pois, como já mencionado, há forças internas e externas que agem para que estas mudanças aconteçam, e desvendá-las, ou mesmo evitá-las de forma negativa, vai além de uma leitura superficial, em que a preservação deve seguir o caminho do conhecimento e entendimento. A cultura foi, e é, construída através de dinâmicas de comunicabilidade entre seres humanos. Sendo assim, o isolamento não se justifica. Entretanto, cabe destacar que estas interações primam por serem passivas e construtivas, e não impositivas.

A aculturação consiste em, e vai além de, mecanismos de mudança. Mas também como elementos de formação cultural, a aculturação pode ser uma via para resolver problemas existenciais. Assim, a aculturação assume e torna-se via construtiva, produtiva de cultura.

Disse-se que a aculturação é um fenómeno complexo; em grande parte fica oculto, como um «iceberg». Quando se torna patente, e dela se toma consciência, então o processo é já aceite e irreversível. Há quem, no entanto, observe que «uma mutação social só se torna verdadeiramente irreversível no momento que se inscreve nas inovações pedagógicas» (Las Pierre, 1970: 47).” (Bernardi, 2007, p.127)

Outro fenómeno existente nas transformações e dinâmicas culturais é a desculturação. Esta também é dita como algo nocivo, pois acarreta danos, ou seja, uma de perda dos elementos culturais e de autenticidade, pois vem atrelada à destruição parcial ou total das culturas. Desculturação pode ocorrer de forma direta ou indireta, sendo os caminhos para tal, quer de natureza passiva e pacífica, como conflituosa e opressiva. Pode ocorrer em diversas escalas e esferas. Quando se fala em escala, refere-se ao nível local, regional, nacional... Já as esferas, tangem os aspetos políticos, económicos, religiosos... Mas todos estes têm o mesmo caminho, um novo sistema de significados, que muitas das vezes é pautado pelo discurso de superioridade e subjugação. (Bernardi, 2007)

Outro fenómeno, a enculturação, é vista como um elemento positivo, pois é usualmente tida como um mecanismo de formação cultural, isto é, de transmissão, receção e interiorização de

informações. Estas informações podem ser práticas ou teóricas, sendo assimiladas pelo recetor, e partem de um membro da cultura ou de algum perito, ou até mesmo de alguém que recebeu capacitação para tal. Assim, este fenómeno é entendido como passivo, ou seja, construtivo, com uma correspondência e aceitação livre por parte do recetor. (Bernardi, 2007)

Assim a enculturação é tida como ação educativa, em que membros da cultura tornam-se conscientes e participantes, informam-se e formam-se, num objetivo de orientar a sua visão mental e o seu comportamento.

A informação nutre a consciência, e a criança, de criatura totalmente dependente torna-se pessoa responsável e autónoma (de child, neutro, transforma-se em he ou she, com personalidade). Os padrões e valores culturais como se viu, não são recebidos passivamente, antes servem para suscitar o seu juízo crítico. (Bernardi, 2007, p.102).

A prática de enculturação pode ser realizada tanto por indivíduos, como por instituições, os ditos meios informais ou formais. O informal dá-se desde o momento do nascimento e ao longo da vida, em que as informações, ou melhor dizendo, a formação é recebida de forma consciente, ou não. Já a enculturação formal tem por um dos objetivos, aumentar a inserção na sociedade, a qual é realizada através de várias manifestações, tendo como um dos intuitos, preparar para as responsabilidades do matrimónio, atividade política e militar... Neste ponto, tem-se quase sempre um carácter coletivo e raramente tem um carácter individual. (Bernardi, 2007)

Contudo, neste ponto cabe ressaltar que a transmissão não assegura a assimilação e reprodução, e que esta forma também permite e engloba uma mudança cultural, pois pode ocorrer uma rejeição por parte do indivíduo, uma vez que os conjuntos de valores e comportamentos podem ser rejeitados pela experiência, ou mesmo modificados. Contudo, através da enculturação, a cultura passa estar no indivíduo, de um mero elemento abstrato ao estado concreto. (Bernardi, 2007)

O homem torna-se, assim, cultura. Quem encontra um homem, encontra cultura, ainda que seja apenas numa forma individuada e capilar. É de profundo significado e suma utilidade evidenciar esta identidade. De facto, isso permite dissipar muitos equívocos sobre o conceito de cultura e ainda esclarecer o valor das relações humanas. (Bernardi, 2007, p.59)

Através da questão apresentada, afirma-se que não há um sistema de transmissão de valores livre de questionamentos, isto é, o que é transmitido pode não ser percebido como absoluto e puro. Também pode haver, por parte de quem recebe um questionamento, ou uma interpretação

diferente. Com isso, também se evidencia o papel importante do indivíduo na cultura e para a cultura. (Bernardi, 2007)

Em Iturra (1991), é descrito sobre esta questão de reprodução social, em que ele diz que qualquer sociedade se utiliza de um sistema de relações de indivíduos para indivíduos, cada qual com seu entendimento, consoante a sua maior ou menor experiência no espaço e tempo, em que estes mais ou menos experientes convivem, e os mais experientes ensinam aos menos. Nisso, estes últimos veem, ouvem e imitam os anteriores, com isso criam os meandros das relações e ligações com os demais, num processo de experiência acumulada.

Bourdieu (2007) fala a cerca da transmissão do capital cultural, cujo os grupos detentores, transmitem aos seus pares hereditários esse capital de uma forma cíclica, embora seja ou esteja disponível a todos, somente aqueles que possuem os códigos para descodificá-los terão capacidades para apropriar-se desses bens. Ou seja, dessa forma os bens culturais são transmitidos e apropriados pelos então selecionados e dignos de acesso.

A tradição cultural é normalmente transmitida de geração em geração. Assim, por esse motivo, há em cada cultura mecanismos e métodos para tal. Existe a necessidade de se manter a ordenação e organização, formas limites que visam garantir e sustentar as regras e normas estabelecidas, seja por lei ou outros mecanismos. Assim, procura-se manter essa dinâmica de transmissão, com o objetivo assegurar o bom funcionamento, seja por instituições, grupos e/ou mecanismos. (Malinowski, 2009)

Quando o processo de enculturação é bem-sucedido, isto é, a transmissão, recepção, assimilação e apropriação, o indivíduo passa a ser parte dessa cultura, como um elo de ligação da mesma, um elemento atrelado a esta. Como mencionado anteriormente, ele torna-se a cultura viva, assim como, o possível criador e transformador da mesma. (Bernardi, 2007)

Entretanto, vale ressaltar que enculturação, aculturação e desculturação não são fenômenos existentes nas culturas, de forma linear e sucessiva, pois todas as culturas foram, ou estão suscetíveis em determinado tempo e espaço. As culturas existentes na contemporaneidade são derivadas destes fenômenos sucessivos, em maior ou menor grau.

Sendo assim, nesta dinâmica da cultura, o que existe hoje não é necessariamente o que existiu

ontem, ou o que existirá amanhã. Há, houve e haverá outros elementos, pois como sistema dinâmico, há novas “entradas e saídas” de traços culturais, ou mesmo, mutabilidades dos mesmos. Se estas mudanças são para pior ou para melhor, essa é uma questão relativa. (Bernardi, 2007)

Nas mudanças culturais, por vezes existem aqueles que querem manter certos valores, e outros que querem agregar novos valores, ou mesmo um rompimento, sendo que, num mesmo grupo cultural, pode-se encontrar ambas vertentes. Por menor que seja a mudança, ela é resultado de vários interesses e conflitos. (Laraia, 2013)

Vive-se num mundo em que as mudanças tornam-se cada vez mais dinâmicas, num reordenamento impulsionado pela globalização e economia capitalista, sendo estes alguns sintomas deste mundo, tido como da modernidade. Face a estas mudanças, existem movimentos de procura de afirmação de identidades culturais, assim como de especificidades culturais, como forma de combater alguns efeitos do modelo civilizatório dominante. (Arias, 2002)

Segundo Anico (2005), no mundo contemporâneo, entender a cultura como algo puro, essencialmente construído e isolado permeia o erro, pois o que predomina é um processo dinâmico e híbrido de construção cultural. Nos casos mais avançados e drásticos, há uma homogeneização cultural, sendo a globalização económica uma das principais causas. Este processo é explicado por um distanciamento dos indivíduos das suas raízes e da história dos seus ancestrais e território.

Entretanto, há uma outra linha de pensamento que defende que este entender o mundo contemporâneo, e as ditas perdas e homogeneização cultural, é algo nostálgico. Com isso, alegam que parte destas “perdas culturais” eram formas alienadas de pensamentos, apenas reproduzidas e não racionalizadas. (Anico, 2005)

Contudo, Anico (2005), também destaca que, confrontado com esse movimento de homogeneização, há também o contra movimento que busca justamente acentuar essas diferenças culturais, a fim de destacar o seu papel identitário. Esta forma de resgate segue por diversas vias, seja por um processo nostálgico, identitário, político ou económico... Seja qual for a intenção e, mais uma vez, a questão, as dinâmicas culturais e os seus mecanismos de construção e reconstrução tornam-se evidentes.

Através dessas diversas tentativas de uma construção de conceitos e definições sobre cultura, não se pode dizer que está certa ou errada, como a própria cultura, há diferentes formas de se construir estas visões e interpretações, pois algo que é tão dinâmico e global torna-se difícil de encaixar numa palavra de forma sucinta, ou mesmo espremidos e comprimidos num único conceito, mas sim, pode-se utilizar essas definições e conceitos como elementos norteadores.

2.2 O Património: Origens, Construções e Percepções

Nesta procura de se compreender o que é cultura, e de quais elementos esta é composta, está o património, em que, se assim se pode dizer, são entrelaçados ou mesmo indissociáveis. Com isso, a transmissão da cultura assume o carácter de património.

Para compreender melhor o termo património, é pertinente conhecer a sua origem e a sua ideia de preservação. Cabral (2011) faz uma síntese da origem do termo e contexto temporal em que foi idealizado.

Na sua forma hodierna, porém, o conceito, teve origem nos finais do século XVIII, no contexto social desencadeado pela Revolução Francesa, que determinou a entrada de obras de arte nos museus e a destruição dos vestígios do Antigo Regime, considerados reminiscências de um passado corrupto (Poulot, 1998). (Cabral, 2011, p. 26).

No entanto, este movimento de destruição neste período, é tido, para alguns, como a origem do atual conceito de património, pois neste período surge a ideia do que deve ou não ser conservado e preservado, ou seja, dignos ou não de serem postos em locais reservados e retirados do seu uso funcional, como elementos simbólicos, como por exemplo, em museus.

A Associação Brasileira de Bachareis em Turismo - ABBTUR (2003), como já mencionado, afirma que a origem e a preocupação em preservar o património remonta ao século XVIII e acrescenta que *“O histórico e o artístico assumem nesse caso, uma dimensão estrutural e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação.”* (ABBTUR, 2003, p. 158)

Este período também é marcado pelo termo vandalismo, que é denominado por ações de cunho

coletivo ou individual de roubo, pilhagem, destruição ou descaracterização destes bens da história e da memória coletiva da nação, assim como, à posteriori, é elaborado o dispositivo legal para coibir e punir tais atos de vandalismos. Contudo, há nesse período uma falta de recursos, sejam eles técnicos ou financeiros, que garantam, de forma ampla, a salvaguarda desses bens patrimoniais. (Choay, 2010)

Já quando se faz referência às questões históricas de ações para a preservação do património, é relevante destacar uma ação realizada, de cunho mundial, para este fim, A Carta de Atenas, que constitui um marco, uma ideia e um elemento reflexivo norteador de abrangência mundial.

A Carta de Atenas, fruto da conclusão da Conferência Internacional sobre a Restauração de Monumentos, que aconteceu no ano de 1931, em que participaram apenas Especialistas de Estados Europeus, foi alvo de críticas. Mesmo assim, mais tarde, logrou méritos para conseguir delimitar a Resolução sobre a Conservação de Monumentos históricos e de Obras de Arte, sendo a mesma aprovada no ano de 1932, pela Assembleia da Sociedade das Nações, (que anteviu a Organização das Nações Unidas), procurando assegurar “*«a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados depositários e defensores da civilização»*, reconhecendo-se pela primeira vez a existência de *património cuja importância transcende fronteiras nacionais.*” (Cabral, 2011, p.28-29).

A Carta de Atenas e, à posteriori, as outras ações desenvolvidas, abriram e abarcaram o processo de mundialização do património, sendo que estas foram as premissas para a criação da convenção do Património Mundial, na primeira metade dos anos setenta. Assim, em 1964, emerge, através da Carta de Atenas, um sentido ou um espírito de responsabilidade na preservação dos bens patrimoniais tidos como emblemáticos, pelo facto de dever ser preservado e transmitidos para as gerações subsequentes, como elemento patrimonial da humanidade. (Cabral, 2011)

No entanto, até à primeira metade do século XIX, o termo e conceção de património cultural era utilizada para se referir a obras de arte consagradas e monumentos de luxo associados à classe dominante da sociedade política e civil. Neste contexto, as construções cuja preservação se revestia de interesse, eram antigos palácios, residências de nobres ou locais que foram palco de factos marcantes da história política, o que se justificava pela convicção de que, através destes bens patrimoniais, era possível ligar o passado ao presente, constituindo elementos da

identidade. (Barreto, 2000)

Ao abordar esta questão de interesse, memória e identidade, em que o património surge como elemento pertinente, representativo e significativo para a nação, ou seja, como um legado, uma herança de cunho nacional, em que obras de arte e monumentos e edifícios têm um valor cultural para a nação, o património nacional que se reconhece nesses elementos, e/ou a sua importância, a fim de serem transmitidos a outras gerações. (Abreu, 2008)

Esta concepção de património vem atrelada à ideia de que o património é uma representação da nação, que esse conjunto de bens formam um sentimento de pertença de uma nação ou de uma localidade, justificando o processo para perpetuar esses símbolos da identidade e da história. Estes exemplos mostram que são considerados patrimónios os elementos que tenham relevância nacional, como os que são representações da história de povos, registos materiais das relações sociais, criações e modificações do ser humano no meio ambiente.

Contudo, Lima (2005), demonstra o quão maior é a dimensão do que é património, e o que é englobado e reconhecido, e pode ser entendido como tal, deixando-se mais esclarecida a amplitude do termo e sentido.

O património cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (Lima,2005, p.5)

Assim, nesta construção contemporânea conceitual e representativa, o termo património vem sendo usado de forma abrangente, cujas fronteiras têm cada vez mais extensões.

A palavra `património` passou atualmente a fazer parte do nosso dia a dia. Utilizado na área da cultura, do ambiente, do turismo, da publicidade e em muito outros contextos, o património é percebido como algo positivo e relevante na vida, um bem precioso que devemos preservar a todos os custos. (Cabral, 2011, p. 25).

Numa abordagem mais semântica e contextual do património, apontam-se a emergência do termo e as esferas e dimensões que o mesmo engloba: “...*transmissão, herança, posse, carácter material, imaterial e espiritual, entre as mais significativas. A emergência do conceito de património esta associada aos valores dos bens e sua transmissão. (Carvalho e Fernandes, 2012, p.7)*”. O património está sempre associado à ideia de elemento de propriedade e

transmissão. Assim, segue este caminho na atualidade, mesmo que a noção moral tenha cada vez mais ligação, como uma espécie de tomada de consciência, a diferentes níveis, local, nacional ou até mesmo mundial.

Na visão de Abreu (2007) a noção de património encontra-se inserida em duas esferas do tempo, na esfera linear e na esfera cíclica:

A noção de Património, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo o tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo.

Inversamente, nas sociedades onde predomina a concepção cíclica do tempo, a memória está disseminada no tecido social. Como assinalou Pierre Nora, as sociedades tradicionais são sociedades-memória por excelência. Nelas não é necessário guardar objetos ou fazer registos de qualquer ordem. As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes. (Abreu, 2007, p. 266)

Assim, a primeira concepção de tempo (linear) está ligado a fatores de uma construção da história no mundo ocidental, com um dispositivo técnico e metodológico, numa forma de documentação e registo, num processo contínuo e infinito. Já na segunda concepção de tempo (cíclico), existe uma predominância das narrativas orais e construção da memória social através de cerimónias, festas e rituais, em que os acontecimentos são repetitivos e reversíveis. Contudo, vale ressaltar, que no mundo contemporâneo, um não exclui a outra, pois os contactos entre culturas permitem uma permeabilidade e, desta forma, não há obrigatoriedade de uma única concepção de tempo. Na sociedade ocidental, o que predomina e é dominante, é a concepção de tempo linear. Entretanto, observam-se alguns elementos do tempo cíclico, como a contagem do tempo, estações, assim como de outras manifestações populares que fazem uso do tempo cíclico para a sua realização. (Abreu, 2007)

Já em Costa (2006) é feita uma referência etimológica para explicar e definir património, onde a relação com o passado é vista como um legado, e na qual existe uma gama de experiências e saberes deixados às gerações do presente e às futuras, de forma a compreender e aprender com esse passado.

A origem da palavra Património é do latim e é derivada de *pater*, que significa pai. É utilizada no sentido de herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também se refere ao conjunto de bens produzidos por outras gerações, por bens que resultam em experiências, coletivas ou individuais, para se tornarem perpétuas. (Costa, 2006, p.8)

Em Laraia (2013), é apresentado um conceito de património, em que se destaca a construção

de cultura através das gerações, e que essa carga cultural é fruto de uma ação coletiva, sendo o homem o resultado deste meio que o socializou e um herdeiro de um processo acumulativo transmitido por várias gerações antecedentes a ele. Sendo que, “*A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.*” (Laraia, 2013, p. 45).

Em Bernardi (2007), é novamente apresentada a cultura como um elemento hereditário, pelo que o autor explica desta forma este processo de continuidade, “*O aspeto hereditário da cultura atribui continuidade à própria cultura e se reflete em valores interpretativos e em instituições sociais com consequências bastante profundas.*” (Bernardi, 2007, p.30). Neste ponto a cultura vem a se tornar tradição, com isso, estabelece-se como parte essencial da cultura.

Desta forma, a cultura não diz respeito somente ao indivíduo no sentido que a formação psicológica e social da sua personalidade vai buscar inspiração e modelo à tradição, isto é, aos ensinamentos formais e informais de seus pais. Diz respeito, também, a cada grupo social, no aspecto de associação organizada de indivíduos. (Bernardi, 2007, p.30)

Desta forma, essa construção da tradição¹³ e transmissão da cultura, tange o que é denominado como patrimônio cultural, como elementos que são transmitidos, mas que, por não serem questionado em diversos momentos, são meramente absorvidos e transmitidos, através do discurso, «*sempre assim se fez*»; «*não sabemos; nossos pais fizeram sempre assim*»; «*foi como os nossos pais nos ensinaram*». *A cultura deste modo, afirma-se como um patrimônio.*” (Bernardi, 2007, p.69-70). Mas é de destacar, e como já mencionado na abordagem sobre a cultura, que o patrimônio cultural não se restringe à esfera hereditária familiar, este extrapola esta esfera e também é passível de questionamento, assim como, o facto de ter o seu carácter dinâmico.

Em Abreu (2007), também é feita esta referência ao patrimônio como sendo um elemento de transmissão e herança, e que a questão concetual ocidental de patrimônio pode não fazer sentido em outros contextos. Outro ponto também destacado, tem a ver com os conflitos e interesses conceituais, pois a sobreposição de concepção de tempo é algo que gera alguns conflitos, em

¹³ Entretanto, como dito com Hobsbawm (1994), as ditas tradições que parecem ter um carácter histórico longínquo, podem ser questões relativamente recentes e mesmo fictícias. Esta última, é denominada pelo autor como “tradições inventadas”, cujo as práticas são criadas e repetidas ou mesmo impostas, e com isso estabelecem-se. As tradições também podem ser vistas como um carácter de resistência frente as mudanças.

que há um jogo e disputas entre lembranças e esquecimentos. São disputas ou manobras de forças de interesses, cada qual a defender o que lhe é mais conveniente. Sendo assim, como apresentado, é passível de ser um processo dinâmico de mutabilidade. (Abreu, 2007)

As mudanças ou agregações de sentidos na utilização do termo património é demonstrativo de que as formas e as tentativas de cristalização de termos e conceitos são algo de difícil construção, para não dizer impossível, pois:

Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico ...) que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório. (Choay, 2010, p. 11)

Já mais especificamente, o património histórico é tido como uma acumulação sistémica de bens, isto é, de objetos, saberes e conhecimentos humanos e remontam a um passado, em que o processo sistémico de acumulação é explicado pelas contínuas transformações do presente. Assim, o termo, como o próprio património, segue num processo de transformação e de acumulação, ou até mesmo, de resinificação de sentido e uso. (Choay, 2010)

O património histórico-cultural, seja ele material ou imaterial, constrói-se de elementos que compõem o passado da história do homem, que são símbolos representativos da cultura e que possibilitam o entendimento sobre o seu passado, as suas raízes e os elementos naturais e construídos à sua volta, seja de um povo, região ou nação. Assim, este pode ser compreendido como um elemento para a compreensão e consciência de si mesmo, assim como, do meio onde está inserido, sendo que a medida de importância desse bem cultural está relacionada com a sua capacidade em estimular a memória. (ABBTUR, 2005)

Assim, o património consiste num processo de utilização de locais, práticas e objetos como um veículo de transmissão de ideias e valores, cuja aplicação atual é satisfazer as necessidades e, com isso, transforma-se num produto do presente, valendo-se do passado e projetando para o futuro, ou seja, algo imaginário e idealizado. (Baveystock e Mason, 2009)

Na contemporaneidade, como já mencionado, os tidos bens patrimoniais estão divididos em duas categorias base, o património material e imaterial, mas pode-se dizer que ambos, em vários momentos, estão ligados e associados, mas teoricamente são caracterizados.

Quando nos referimos a bens materiais, podemos observá-los e descrever a sua forma, cor, dimensões, aparência, estado de conservação, cheiro, som, local onde são mantidos ou coordenadas dos seus limites, entre inúmeras outras características que os diferenciam enquanto objetos, edificações ou paisagens. Os bens imateriais, pelo contrário, apenas podem ser verdadeiramente conhecidos nos momentos em que são executados ou, indireta e parcialmente, mediante a apreciação dos seus registos ou produtos. No património material, o mais importante são as coisas; no património imaterial, o principal são as pessoas. É esta mudança e paradigma, o desviar do foco das atenções do objeto para o ser o que o executa, que torna o património cultural imaterial tão difícil de definir e de interiorizar-se é isso que o torna também tão interessante e atrativo. (Cabral, 2011, p.16)

Segundo o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – IEPÉ (2006), o património cultural imaterial são:

- as tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do património cultural imaterial,
- dança, música e artes da representação tradicionais,
- as práticas sociais, os rituais e eventos festivos, os conhecimentos e os usos relacionados à natureza e ao universo,
- as técnicas artesanais tradicionais. (IEPÉ, 2006, p.10-11)

O património, material e imaterial, constitui-se de elementos de registo da memória de povos e/ou grupos, sendo importante o processo de registo e salvaguarda, pois através destes, é possível compreender como era e/ou como é a trama construída através dos tempos, sendo que *“A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens aos quais se atribuiu valor patrimonial são procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o património expressa e impedir sua destruição ou descaracterização.”* (Zanirato, 2009, p.78).

Face a isso, outro ponto a ser destacado, é o conjunto de mecanismos de preservação deste património, para o qual é necessária a identificação da população a que lhe pertence, tomando-o como elemento vivo na sua cultura, de forma a que existam ligações entre a população e o património em questão. Dessa forma, constitui-se, através dessa ligação entre população e património, seja ele material e imaterial, público ou privado, o elemento da identidade, pois ao proteger estes bens, está-se a fazer a preservação da identidade, isto é, as ligações e referências dos indivíduos com o espaço e o seu sentimento de pertença. (Lima, 2005)

Como já discutido, o termo património assumiu, ao longo da história, diversos significados e sofreu transformações, desde a sua origem etnológica, aos dias atuais, bem como, das ações e formas de salvaguarda. Assim, Rodrigues (2005) faz uma referência a este processo de

transformação e intensificação da atividade, no século XIX, de um património nacional em busca de uma construção de identidade nacional, a fim de unificar o território e a história nacional, sobrepondo elementos de memória particulares e regionais. Em suma, assume um carácter unificador nacional, mesmo que os grupos internos nos territórios sejam diversos, tornando-se uma ferramenta política, parte de um processo de escolha de inclusão e exclusão.

Em Prats (2009) é defendida a ideia de que o património é algo abstrato, ou seja, um processo de construção predominantemente intrínseco. Assim, nesta linha de pensamento, pode-se pensar no património como uma construção interna de sentidos, significados, seja para algo material e/ou imaterial, em que o seu significado não é algo latente, mas sim algo relativo e sujeito a interpretação, e que, naturalmente não existe, pois é fruto de uma criação e necessita de um conjunto de saberes, para penetrar nesta trama construída, e interpretar os diversos caminhos, ou melhor dizendo, as várias interpretações e construções atribuídas, assim como, as formas e mecanismos de transmissão.

Tem-se, normalmente, através de uma análise de pensamento superficial, que o património é algo que simplesmente existe e é natural. Mas não é bem esse o caso pois este é uma construção social que nasce com objetivos específicos. (Prats, 2009)

Fica claro em Rodrigues (2005), que o processo de patrimonialização consiste em escolhas, ou seja, eleger determinados elementos, de determinada cultura, que serão elementos representativos de uma história e de uma identidade, sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos e outros interesses.

A patrimonialização, como apresentado anteriormente, também permeia e é passível de críticas, uma vez que se refere às escolhas ou pontos de vistas, sobre se há-de elevar ou ressaltar tal elemento cultural. Entretanto, para tal, há outros elementos ou interpretações que podem ficar à margem, *“Pelo facto de ser uma construção mais ou menos intencional, em vez de qualquer processo de patrimonialização tende à imposição de uma perspetiva única, considerada a verdadeira e legítima, o património comporta uma marcada dimensão política (Reis 2009).”* (Cabral, 2011, p.32).

Tais movimentos políticos podem ser marcados por intencionalidades de cunho e objetivos

manter, ressaltar determinado património cultural.

Efetivamente, no mundo atual são inúmeros os agentes que participam no processo de construção da memória coletiva e de patrimonialização, possuindo cada indivíduo a sua própria visão do passado, pelo que qualquer versão imposta que contradiga os factos e as crenças comumente aceites não será facilmente incorporada (Peralta 2008; Reis 2009). (Cabral, 2011, p.32)

Segundo Anico (2005), existe, na contemporaneidade, um forte e crescente movimento de construção, recuperação e valorização de locais de memória, pautados ou apresentados como forma de proteção da identidade, face a um processo de homogeneização causado pelo processo de globalização. Com isso, esses elementos de memória procuram tornar legítimo e mais latente essa identidade que se conjuga como património.

Para tal, o património assume o papel de um bem, fruto de um processo de negociação, que por vezes procura por elementos culturais antes marginalizados, que são reinterpretados ou reinventados, consoante as novas necessidades sociais, económicas e políticas de hoje, isto é, um processo de objetivação da memória e património, em que se vê e realça o que é pertinente e conivente. Em suma, lembrança e esquecimento, seleção e recortes do passado. (Anico, 2005)

Outra visão contemporânea do termo, bem como das ações desenvolvidas junto ao património, e tendo-o como instrumento, são apresentadas por Carvalho e Fernandes (2012). Destacam-se o modismo científico na contemporaneidade, assim como a plasticidade temporal e espacial, como alternativa de desenvolvimento de grupos, locais e seguimentos. Também é utilizado como instrumento político, social e económico, de memória e identidade, de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de revitalização e requalificação de lugares. Assim, o património, ou o conceito património na contemporaneidade, assume um papel de múltiplas funcionalidades e aplicabilidades, sendo tido como uma alternativa face aos problemas e necessidades.

O património é algo vivo e mutável, como também são os grupos sociais. Assim, podem existir diferentes interpretações para determinados elementos patrimoniais, em determinado tempo histórico, envolvendo questões políticas para determinados grupos sociais,

A construção do património cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao património também se modifica segundo as circunstâncias de momento. (Rodrigues, 2005, p.16)

Como já mencionado, este ato de escolher, de destacar determinados elementos, pode ser realizado em consequência do interesse em estabelecer uma identidade, ressaltar valores concretos, sob a pressão de interesses económicos, políticos e sociais, ou seja, não se pode afirmar que um determinado bem patrimonial, mesmo que reconhecido por grupos e instituições públicas, ou não, seja um fiel representante da totalidade dos elementos de um grupo social.

Inventa-se o património a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um património por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade. (Soares, 2009, p. 21)

O património cultural exerce um papel para determinados grupos sociais, orientando, de certa forma, a união dos grupos e as suas relações com o espaço.

...entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva. (Rodrigues, 2005, p.17)

O património cultural apresenta-se como um legado, uma herança, sendo algo bom e necessário. Com isto, apresenta-se e justifica-se a necessidade de preservá-lo, sendo esta necessidade de preservação ainda pautada pela constatação dos grandes e rápidos processos de mudanças que estão a ocorrer no mundo contemporâneo, impulsionados principalmente pela globalização.

Com isso, busca-se cada vez mais afirmar e ressaltar os elementos que diferenciam, seja na escala local, regional ou nacional, face ao crescente mundo de semelhanças. (Anico, 2009)

O movimento que se torna mais evidente, são as ações e visões multilíneas do património, em que há múltiplas formas de reconhecimento e apropriação, e em que vários atores embatem, debatem ao se afirmarem como legítimos representantes e detentores de bens culturais. Assim, essas leituras e interpretações do património tornam-se cada vez mais dinâmicas. Contudo, há um outro lado, também preocupante, pois esse processo de mutabilidade, a credibilidade desses bens é abalada, uma vez que são transformados, de tal forma, para atender interesses políticos, sociais e/ou económicos, sendo este último mais comum, em que há uma busca de mercantilização do património, um esvaziamento de significado e uma construção de um produto. (Anico e Peralta, 2009)

Já num processo de reflexão sobre estes elementos patrimoniais, a definição de cultura apresentada por Lima (1979), que faz referência a R. Linton, em que ela, a cultura, é classificada em dois planos, sendo o primeiro, o geral, da humanidade, como uma espécie de herança social da humanidade, e o segunda, como específico, ou seja, específico de um grupo com as suas peculiaridades do grupo social. Assim, podemos entender essa definição como um processo de escalas, macro, da humanidade, e micro, dos grupos.

Esta linha de pensamento pode, então, auxiliar a pensar a questão da cultura e bens patrimoniais, como escalas, não necessariamente como dita, mas transportando este pensamento, compreende-se, se assim pode ser dito, aos universos, tanto culturais, como o local, regional, nacional, continental... Pois há nesses universos culturais/patrimoniais, elementos que são relativamente comuns, que os aproximam. Contudo, há também uma gama de outros elementos que os diferenciam e distanciam, são como conjuntos, em que o conjunto humanidade da humanidade engloba todos, e dentro desse mega conjunto, há outros infinitos conjuntos, que se entrecruzam e se ligam, contidos ou pertencentes a outros conjuntos de menor ou maior escala.

Já sob uma óptica de construção e reconstrução do património, como apresentando ao longo dos diversos discursos, dos diversos autores, percebe-se que o património é permeado de diversos meandros, meandros esses de fazimento “expontâneo” ou intencional, numa constituição natural e artificial, por agentes diversos, que conjugam necessidades, forças, interesses objetivos. Permitem assim, demonstrar os cenários complexões que o compõem.

Os conceitos de cultura e património, em que património é análogo a cultura, são conceitos abertos, ou seja, como a própria cultura e património, são elementos dinâmicos, moldáveis e adaptativos, consoante o espaço e tempo, em que os elementos humanos são responsáveis por esses processos de construções e reconstruções, sejam elas com inclinações mais voláteis ou concretas, densidades também estabelecidas pelas tramas de abstrações. Abstrações, pois, contruir elementos culturais, patrimoniais, conceitos e definições, são justamente isto, processos de abstrações objetivas consoante as necessidades, interesses e recursos. Recursos esses de indivíduos, grupos, instituições. Representação metamórfica e metafórica, cujo sentido e variação, que por vezes pode parecer estanque, mas é mero sentido transitório, ilusório motriz de movimento perpétuo.

Num cenário global de conceitos e definições, busca-se ou lançasse a tentativa de aproximações das derivações a uma nova pangeia, porém, esse cenário mosaico não concatena. Entretanto, essas polis fraturas, complexas e endêmicas, carecem de uma amálgama referencial, a fim de permitir decodificá-las e codificá-las através de sentidos direcionais norteadores, como mencionado inicialmente, mas tendo consciência da existência de outros subcaminhos, e que essas construções são, num cenário global, elementos de junção e aproximação, e não absoluto restritivo.

2.3 Turismo e Turistas: Entendimentos, Variações e Impactos

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2001), desde a origem dos homens, estes sentiam a necessidade do deslocamento de regiões e áreas devido a fatores, como a procura e captura de caça, guerras, comércio e outras atividades, que os forçavam a sair do seu local habitual. É destacado também pela OMT o deslocamento dos romanos no século II a.C., em busca de locais de descanso, em suas casas de veraneio, a fim de fugir da vida agitada das cidades.

Estes factos, de uma forma bem clara, demonstram que a necessidade e a vontade do homem de sair do seu local habitual é realizada há milhares de anos, impulsionada pelo desejo e necessidade. Contudo, segundo a OMT (2001), o turismo de forma massificada, e visto como uma atividade socioeconômica, surgiu recentemente. Isso aconteceu após a Revolução Industrial e os avanços tecnológicos dos meios de transporte e da comunicação, sendo que o turismo internacional teve um crescimento significativo após a II Guerra Mundial, na década de 1950, com a queda do petróleo e o advento do avião a jato para transporte de passageiros, possibilitando aos países industrializados, não só o turismo como lazer, mas também o de negócios e estudos profissionais. Os avanços tecnológicos dos transporte, como os automóveis e outros meios de locomoção, também propiciaram um desenvolvimento de fluxo turístico acentuado nos países desenvolvidos, devido à mudanças significativa na qualidade de vida e ao tempo livre, para novas formas de lazer.

De acordo com Dias (2003), o turismo é um fenômeno que envolve o deslocamento de pessoas do seu local de origem para um destino, onde estas pessoas provocam profundas alterações econômicas, políticas, culturais e sociais. Além disso, destaca que a atividade turística é a maior

atividade econômica do planeta, e que se torna importante uma definição do conceito de turismo para se poder mensurar os efeitos provocados pela atividade.

Existe ainda uma dificuldade em classificar os diversos tipos de deslocamentos, que podem ser entendidos como objetivo turístico, pois é necessário estabelecer-se um conceito único, que abranja todos os fatores motivadores, de forma a classificar a atividade que é realizada de maneira global e que envolva vários elementos culturais e econômicos, distintos de país para país e de região para região, tendo como base as relações econômicas, antropológicas e sociológicas. Há uma gama de fatores que devem ser tidos em consideração. Estes motivos, entre outros mais, dificultam o processo de se estabelecer um termo como denominador comum entre os estudiosos da atividade turística, que englobe todos os aspectos supracitados.

Beni (2001), diz que existem, desde a década de 1930, estudos com o intuito de definir o que é turismo, para que se possa distingui-lo dos demais tipos de viagem. Para se alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três parâmetros: o objetivo da viagem, o tempo de duração e a distância. Sendo que, a primeira definição tinha como objetivo classificar o turista internacional, estabelecendo quem eram os indivíduos que se deslocavam do seu país de origem por um tempo superior a vinte e quatro horas, sendo este o conceito base para os demais conceitos que surgiram.

Beni (2001) também destaca que, em 1963, numa conferência sobre viagens internacionais e turismo, realizada pelas Nações Unidas, criou-se uma distinção entre turistas e excursionistas.

Turistas - visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cujo a finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudos, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências; excursionistas – visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). (Beni, 2001, p.35)

Neste conceito de turista e visitante, é bem claro que, o critério utilizado para diferenciá-los é o tempo de permanência, no qual, sempre que alguém efectuar uma viagem com um tempo de duração superior ou igual a vinte e quatro horas de permanência fora de seu país de moradia, este pode ser considerado turista. Caso permaneça um tempo inferior a vinte e quatro horas, este será considerado excursionista.

Dentre vários autores e organizações que se procuram aproximar de um termo comum está a

OMT (1994) *apud* OMT (2001) que classifica o turismo como: “*compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros*”(OMT,2001.p 38). Nesta classificação, o uso da palavra “outros” pode ser entendida como uma tentativa de englobar outras atividades que podem ser classificadas como turismo.

Este conceito é o mais aceite. Nele o autor coloca que, para ser considerado turismo, o deslocamento tem que ser fora do seu local habitual de vivência, ou seja, o movimento pendular realizado por indivíduos ou grupos para trabalhar em cidades vizinhas e depois retornar aos seus domicílios ao final da jornada de trabalho, não são considerados como turistas e excursionistas.

A ABBTUR (2005) destaca que a essência da atividade turística está no deslocamento de pessoas da sua residência fixa para outro local que não o de sua vida quotidiana e que, na atividade turística, o consumidor vai até ao produto para consumi-lo, não ocorrendo o inverso, pois, na maioria das atividades, os produtos são produzidos em determinados locais e, posteriormente, vão ao encontro dos consumidores e são disponibilizados em vários locais, regiões e países.

Segundo Beni (2001), todos os conceitos que tentam definir o que é turismo são válidos, não se podendo dizer que este ou aquele é o mais correto ou mais errado, pois o turismo está ligado a vários setores da atividade social humana, e como objeto de estudo desses vários setores, existe uma tendência em aproximar-se o conceito ou definição de turismo das diferentes linhas de pensamentos, de acordo com a realidade social.

Para a ABBTUR (2005), existe um número cada vez maior de pessoas que procuram ter esta relação com culturas diferentes através de viagens turísticas que possibilitem, com esse contato, uma aprendizagem e crescimento cultural, podendo ser feita através da observação, ou até mesmo, com a interação direta com essas diferentes culturas.

Essa experiência de contacto com outras culturas é válida e importante, mas há de se entender que, quando existe um encontro de culturas e/ou de turistas com um meio que não é o do seu quotidiano, existe a possibilidade de haver danos. Esse importante e principal ator da atividade que é o turista, traz consigo elementos culturais de comportamento do seu local de origem, e

traz ainda uma expectativa com relação ao local que escolhem como destino. Neste sentido a ABBTUR (2003) destaca que os turistas:

...são pessoas de todos os tipos, portadores das mais diversas formações e informações que naturalmente desencadeiam, com seus deslocamentos e permanências, diferentes tipos de impactos e conseqüências nos destinos visitados/”explorados”. As pessoas que viajam levam consigo informações, objetos, necessidades e desejos - ou “sonhos” – quase sempre bem definidos, mas não necessariamente coincidentes com as informações, objetos, desejos,”sonhos” e necessidades reais das populações receptoras - populações estas que, muitas vezes, não pertencem à classe dos que fazem turismo. Enfim, turistas são portadores de níveis e formações culturais, intelectuais, sociais e econômicos diversos, nem sempre condizentes com os residentes locais visitados. (ABBTUR, 2003, p. 159)

Esta citação gera uma reflexão sobre os impactos que os turistas podem produzir no local visitado, em que podem ocorrer impactos negativos, visto que, esses desejos, necessidades e sonhos dos turistas podem trazer prejuízos à cultura - desde um processo de aculturação, à economia - uma subida de preços ao meio ambiente - o desequilíbrio ambiental e a degradação do local visitado. Além disso, pode ocorrer uma frustração, no que a ABBTUR coloca como “sonho” do turista, que pode ser entendido como expectativas criadas por este aquando da escolha do seu destino turístico.

Segundo Beni (2001), os impactos negativos que o turismo pode proporcionar, vão desde a degradação dos recursos naturais até ao desequilíbrio social da comunidade, como a perda da identidade e a perda de valores:

Degradação e destruição dos recursos naturais; perda da identidade da cultura local; descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada; ausência de perspectivas para aqueles grupos de população das áreas de destinação turísticas, que não obtêm benefícios diretos das visitas dos turistas ou do próprio sistema de turismo da localidade; aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade. (Beni, 2001, p. 39)

Para Beni (2006), os impactos nas comunidades podem ocorrer com mudanças de comportamento e de relacionamento, decorrentes do contacto com pessoas externas ao sistema habitual. Este contacto pode ser feito com pessoas de outros países ou regiões, sendo que estes problemas ocorrem, de forma direta, proporcionalmente às diferenças existentes entre as comunidades anfitriãs e os turistas, quanto às suas diferenças económicas, sociais, religiosas ou culturais.

Estes impactos provocados pela atividade turística dão início na construção de estruturas turísticas - como a construção de meios de hospedagem, assim como, a construção de infraestruturas, tais como, aeroportos e estradas... Impactos esses que ocorrem, desde a vinda de pessoas, para a efetuar a concepção e planejamento dos projetos, até à concretização das obras. (Beni, 2006)

Estas novas pessoas inseridas na comunidade podem trazer consigo problemas sociais, como drogas, prostituição, doenças sexualmente transmissíveis, desemprego e ainda, danos ao meio ambiente, como lixo, poluição de lagos e rios, desflorestação, desequilíbrio na fauna e flora, entre outros impactos negativos. (Beni, 2006)

Quando estas novas estruturas e infraestruturas entram em funcionamento, e não existe mão-de-obra qualificada para operacionalizá-las, ocorre o processo de migração de pessoas para estas localidades, a fim de trabalharem nesses locais. Com isso, ocorre um aumento da demanda existente, que pode provocar uma especulação imobiliária, com o aumento de preços das habitações, crise no abastecimento de alimentos, medicamentos, vestuário, entre outros. Esses impactos podem causar uma aversão da comunidade local, em relação à atividade turística, provocando um aumento da criminalidade, falta de hospitalidade, depredação de bens públicos e privados. (Beni, 2006)

Segundo a OMT (2001), em relação à análise dos impactos das relações entre turistas e as comunidades receptoras, deve ter-se em conta quais as possíveis alterações sociais e econômicas que os turistas podem trazer para a comunidade em questão.

A atividade turística ocorre num âmbito em que entram em contato pessoas de bagagem culturais e socioeconômicas muito diferentes, pois envolve o deslocamento das pessoas a uma região diferente da sua residência. Os impactos socioculturais, numa atividade turística, são resultados das relações sociais mantidas durante a estada dos visitantes, cuja intensidade e duração são afetadas por fatores especiais e restritivos (OMT, 2001, p. 215).

Para a OMT (2001), a atividade turística pode provocar uma descaracterização da cultura do local visitado, ou seja, a perda e mudança nos costumes, quando deparada com a outra cultura. Este efeito é descrito, principalmente em países em desenvolvimento, porque a cultura dos turistas pode ser vista pelos moradores, como sendo superior à sua, principalmente quando estas comunidades associam a cultura com a qualidade de vida superior dos turistas, podendo causar um processo de aculturação.

Por outro lado, Beni (2006) também destaca que existem vários benefícios, ou seja, impactos positivos, que a atividade turística pode produzir, como por exemplo, a entrada de divisas, fortalecendo a economia, gerando emprego e renda e o aumento na arrecadação de impostos. Com isso, o turismo pode possibilitar o crescimento e a melhoria nas infraestruturas e estruturas dos locais receptores. Conseqüentemente, estas mudanças podem levar a um aumento na qualidade de vida da comunidade local.

Dias (2003) aponta que o turismo pode auxiliar na disseminação de valores, nos vários âmbitos, possibilitando uma maior tolerância em relação às diferenças culturais, assim como, conhecer e entender o outro, auxiliando no processo de paz entre os povos, na sobrevivência da diversidade cultural e pode, também, proporcionar uma exploração sustentável do património.

Segundo Beni (2001), o turismo cultural pode:

Promover a difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais; abrir novas perspectiva sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região; integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional; desenvolver a criatividade em vários campos; promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas (Beni, 2001,p. 39).

Segundo o autor supracitado, o turismo realizado de forma planeada e controlada pode trazer grandes benefícios à comunidade, em que, os turistas, vendo a preocupação e interesse da comunidade receptora em recuperar e preservar o património, auxiliam no processo de sensibilização e valorização da cultura. A valorização e a preservação do património deve ser colocada como sendo a mais importante no processo, onde o interesse económico não se deve sobrepor à preservação do património.

A atividade turística é de extrema importância para a economia de alguns continentes, países, regiões e cidades. O turismo é uma atividade que pode trazer divisas, fortalecer a economia e proporcionar aumento na geração de emprego e renda, para além de criar estruturas e infraestruturas que beneficiam as populações onde as atividades turística são realizadas.

O turismo também pode ser considerado como um mecanismo de valorização do património material e imaterial, auxiliando como uma ferramenta de preservação e resgate de valores e da

identidade, além de proporcionar um intercâmbio cultural, seja ele de forma global, nacional, regional e local.

Entretanto, esses benefícios gerados pela atividade turística, podem ser alcançados, desde que esta seja realizada de forma planejada, para que os ônus, ou seja, os impactos negativos possam ser minimizados no desenvolvimento da atividade.

2.4 A UNESCO: O Patrimônio da Humanidade

Entre os dias 01 a 16 de novembro de 1945 numa conferência da Organização das Nações Unidas - ONU, em Londres, foi criado dentro da ONU, um órgão específico para a educação e cultura, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A constituição da UNESCO entrou em vigor a 04 de novembro de 1946, e tem sede Paris /França. (UNESCO-1, s/d)

A UNESCO, numa conferência realizada de 17 de Outubro à 21 de Novembro de 1972, estabeleceu uma convenção geral para propor medidas de salvaguarda, uma vez que foi constatado pela UNESCO que os patrimônios, cultural e natural, estavam ameaçados por processo naturais de desgaste, com o tempo, assim como, por ações predatórias, sendo estes patrimônios também ameaçados pelos processos de desenvolvimentos social e económico. A sua maior preocupação recaía sob a aniquilação ou degradação do patrimônio natural. (UNESCO, 2004)

A UNESCO alegava uma necessidade de ação do órgão internacional, uma vez que, os países onde esses patrimônios estavam inseridos não dispunham de recursos, de forma satisfatória, que garantissem a perpetuação desses patrimônios de relevância mundial. Os recursos a que a UNESCO se refere, são os financeiros, técnicos e científicos. Para tal, a UNESCO criou convenções, recomendações e resoluções internacionais, com o objetivo de garantir a proteção desses patrimônios, além de afirmar o reconhecimento e apoio na preservação dos patrimônios em questão. Com isso, a UNESCO afirma a importância desses bens únicos e insubstituíveis existentes, espalhados pelo globo. (UNESCO, 2004)

Estes bens de excepcional interesse, segundo a UNESCO, devem receber a atenção da

coletividade internacional, a fim de garantir a sua proteção e perpetuação ao longo das gerações futuras. De afirmar que, essa ação de proteção, tem de ser realizada, não em substituição do Estado, nas suas ações de proteção, mas sim auxiliando-o no processo de proteção. (UNESCO, 2004)

A UNESCO, nessa convenção supracitada, cria parâmetros para se definir o que é considerado como património cultural e natural, e no artigo 1, define o que é património cultural como:

- os monumentos: obras arquitetónicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal/ excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 2004, p. 2-3)

No artigo 2, define o que é património natural:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 2004, p. 3)

Nos artigos de 3 ao 6, são estabelecidas, desde as obrigações do Estado para com seus bens, considerados património universal, tendo em consideração o processo de identificar e criar políticas e órgãos nacionais responsáveis pela preservação; até aos direitos do Estado, onde a ajuda técnica científica, recursos financeiros e soberania territorial são salvaguardados. (UNESCO, 2004)

Artigo 3

Cabe a cada Estado- parte da presente Convenção identificar e delimitar os diversos bens situados em seu território e mencionados nos artigos 1 e 2.

II. Proteção nacional e proteção internacional do património cultural e natural

Artigo 4

Cada Estado - parte da presente convenção reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar,

valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. O Estado-parte envidará esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação internacionais às quais poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico.

Artigo 5

A fim de assegurar proteção e conservação eficazes e valorizar de forma ativa o patrimônio cultural e natural situado em seu território e em condições adequadas aos países, cada Estado-parte da presente Convenção empenhar-se-á em:

- a) adotar uma política geral com vistas a atribuir função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e a integrar sua proteção aos programas de planejamento;
- b) instituir no seu território, caso não existam, um órgão (ou vários órgãos) de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal capacitado, que disponha de meios que lhe permitam desempenhar suas atribuições;
- c) desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado enfrentar os perigos ao patrimônio cultural ou natural;
- d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras cabíveis para identificar, proteger, conservar, valorizar e reabilitar o patrimônio; e
- e) fomentar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação em matéria de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.

Artigo 6.

1. Com pleno respeito à soberania dos Estados em cujo território se situa o patrimônio cultural e natural a que se referem os artigos 1 e 2 deste instrumento, e sem prejuízo dos direitos reais previstos pela legislação nacional sobre esse patrimônio, os Estados-partes da presente Convenção reconhecem que ele constitui patrimônio universal, com a proteção do qual a comunidade internacional tem o dever de cooperar.

2. Os Estados-partes comprometem-se, por conseguinte, e em conformidade às disposições da presente Convenção, a dar apoio para identificar, proteger, conservar e valorizar o patrimônio cultural e natural de que tratam os parágrafos 2 e 4 do artigo 11, por solicitação do Estado, em cujo território o bem está localizado.

3. Cada um dos Estados-partes da presente Convenção se compromete a não tomar deliberadamente qualquer medida suscetível de prejudicar, direta ou indiretamente, o patrimônio cultural e natural a que se referem os artigos 1 e 2 localizados no território dos demais Estados-partes a esta Convenção.

(UNESCO, 2004, p.3-4)

No ano de 1989, a UNESCO lançou o programa Tesouros Humanos Vivos. Com isso visava-se incentivar a criação de sistemas nacionais de identificação e reconhecimento de indivíduos, reconhecidos e considerados pelas comunidades em que estão inseridos, como depositários e

praticantes das tradições. Esse programa dava início ao processo de reconhecimento, valorização e ações de salvaguarda desses saberes tidos como representantes do património cultural. (UNESCO-2, s/d)

Já no ano de 1999, é lançado o programa de Proclamação das Obras Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, tendo como objetivo identificar os espaços culturais ou formas de expressão populares e tradicionais, como as línguas, a literatura oral, as músicas, as danças, os jogos, a mitologia, rituais, costumes, artesanato, arquitetura, entre outras artes, e os meios tradicionais de comunicação e informação. (UNESCO-2, s/d)

Entretanto, durante mais de 30 anos, existiu uma lacuna a ser retificada, pois, na convenção de 1972, a UNESCO apenas classifica como património, os elementos materiais, ou seja, apenas os bens físicos eram considerados património. Essa correção é feita de forma efetiva numa conferência realizada entre o dia 29 de Setembro e 17 de Outubro de 2003, que, considerando a relevância do património cultural imaterial, destaca a ligação profunda existente entre o património imaterial, o património cultural e o património natural. (UNESCO, 2006)

Nessa data, a UNESCO reconhece a importância do património cultural imaterial e afirma que os processos de transformação social e de globalização, da mesma forma como acontece com o património cultural imaterial, aproximam as pessoas, mas também criam um processo de intolerância que coloca em risco o património, podendo conduzir à perda do património cultural imaterial, destacando também a inexistência de meios de salvaguarda desses bens. (UNESCO, 2006)

Segundo a UNESCO, as comunidades indígenas em especial, são as mais ameaçadas, e afirma que os indivíduos têm um papel importante no processo de salvaguarda e manutenção e, também, de recriação do património cultural imaterial, sendo este elemento bastante importante para enriquecer a cultura e a criatividade humana. (UNESCO, 2006)

No artigo 1 é apresentada a finalidade da convenção:

- a) salvaguarda do património cultural imaterial;
- b) o respeito ao património cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do património cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;

d) a cooperação e a assistência internacionais.

No artigo 2 da convenção, são estabelecidas definições sobre o que é património cultural imaterial:

1. Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “património cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

3. Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do património cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste património em seus diversos aspetos.

4. A expressão “Estados Partes” designa os Estados vinculados pela presente Convenção e entre os quais a presente Convenção está em vigor.

5. Esta Convenção se aplica aos territórios mencionados no Artigo 33 que se tornarem Partes na presente Convenção, conforme as condições especificadas no referido Artigo. A expressão “Estados Partes” se referirá igualmente a esses territórios.¹⁴

A UNESCO, ao reconhecer o património cultural imaterial, procura valorizar e garantir os elementos culturais que, até então, estavam à margem das ações de proteção, sendo os objetos

¹⁴ Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>

materiais o principal foco. Com essa nova visão do património, a UNESCO, coloca o saber, a oralidade e as demais formas de expressão social no mesmo patamar que os patrimónios culturais materiais. Com isso, esses elementos até então não muito valorizados, recebem novos olhares e maior atenção. (UNESCO, 2006)

Entre os dias de 03 ao 21 de outubro de 2005, em Paris/ França, foi realizada a 33ª conferência Geral da UNESCO, a fim de afirmar que a diversidade cultural é uma característica essencial para a humanidade. Com isso, essa diversidade cultural deve ser valorizada e cultivada, e a diversidade cultural auxilia no processo de paz, justiça e respeito entre nações e povos. Também se destaca nesta convenção, a diversidade cultural como a plena realização dos direitos humanos, sendo a diversidade cultural pertencente às liberdades fundamentais definidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para tal, a UNESCO estabelece objetivos e Princípios Diretores. (UNESCO, 2005)

Os Objetivos são apresentados no artigo 1:

Artigo 1 – Objetivos

Os objetivos da presente Convenção são:

- a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- c) encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
- d) fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
- e) promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- f) reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
- g) reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;
- h) reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;
- i) fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de

promoverem a diversidade das expressões culturais.¹⁵

Os objetivos estabelecidos visam, não só a preservação da diversidade cultural, mas também a interação entre as culturas. Com isso, procura estabelecer um conhecimento de culturas, sobre as outras culturas, assim também como, o respeito mútuo. Esse processo de conhecimento, interação e respeito é também visto pela UNESCO como uma forma de auxiliar na preservação dessas diversidades culturais, através da cooperação política e técnico-científica entre grupos culturais e Estados, e com isso, criar elos que fortaleçam e estimulem as diversidades, com respeito e interação, das diversidades culturais. (UNESCO, 2006)

Nos objetivos, é também apresentado o papel dos Estados, os quais devem identificar as diversidades culturais existente e adotar medidas para garantir a proteção das diversidades culturais. (UNESCO, 2006)

Os Princípios Diretores são definidos no artigo 2:

Artigo 2 - Princípios Diretores

1. Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais. Ninguém poderá invocar as disposições da presente Convenção para atentar contra os direitos do homem e as liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos pelo direito internacional, ou para limitar o âmbito de sua aplicação.

2. Princípio da soberania

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de adotar medidas e políticas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seus respectivos territórios.

3. Princípio da igual dignidade e do respeito por todas as culturas

A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas.

4. Princípio da solidariedade e cooperação internacionais

¹⁵ Convenção para Diversidade de Expressões culturais. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

A cooperação e a solidariedade internacionais devem permitir a todos os países, em particular os países em desenvolvimento, criarem e fortalecerem os meios necessários a sua expressão cultural – incluindo as indústrias culturais, sejam elas nascentes ou estabelecidas – nos planos local, nacional e internacional.

5. Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem.

6. Princípio do desenvolvimento sustentável

A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras.

7. Princípio do acesso equitativo

O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo.

8. Princípio da abertura e do equilíbrio

Ao adotarem medidas para favorecer a diversidade das expressões culturais, os Estados buscarão promover, de modo apropriado, a abertura a outras culturas do mundo e garantir que tais medidas estejam em conformidade com os objetivos perseguidos pela presente Convenção.¹⁶

Os princípios diretores são apresentados como elementos ligados, de forma direta, aos direitos humanos fundamentais, e ressalta que, os direitos da diversidade cultural não podem ser utilizados para infligir os direitos fundamentais, ou seja, as práticas culturais não podem ir contra os princípios fundamentais dos direitos humanos. (UNESCO, 2006)

Nos princípios diretores, é destacado que as culturas e as diversidades culturais têm o mesmo valor, ou seja, que não há cultura de maior ou menor relevância, todas são iguais quanto à sua valorização e preservação, assim também como ao papel dos Estados em assegurar essas diversidades, sejam essas expressões culturais de majorias e minorias. (UNESCO, 2006)

Nos princípios diretores, também se coloca que, a diversidade cultural deve procurar o

¹⁶ Convenção para Diversidade de Expressões culturais. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

desenvolvimento sustentável, isto é, respeitar os recursos disponíveis e a perpetuação desses recursos, assim como, a exploração económica dessa diversidade cultural. (UNESCO, 2006)

Desde de o surgimento da ONU nos anos 40, e as ações por esta elaboradas, a fim de procurar a paz entre povos e nações, proporcionou uma crescente “ramificação”, se assim se pode dizer, da ONU, com ações e instituições mais específicas que procuram abranger todos os elementos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, serve como base para o desenvolvimento de ações teóricas e práticas, não só para a ONU e para as instituições coligadas, mas também para outras instituições governamentais e não-governamentais, que utilizam a declaração como elementos norteador.

Porém, cabe ressaltar que, as convenções da ONU e as suas ramificações, vão muito além da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Existem várias outras convenções propostas e ratificadas pelos Estados.

Como no no caso da UNESCO, esta surge após um momento de crise mundial, em que a intolerância e supremacia de grupos colocaram em risco a segurança de povos e das suas culturas. A UNESCO tem apresentado, ao longo de sua história, diversas convenções orientadas para a educação, ciência e cultura. Essas convenções, como já foi abordado, têm como premissa os direitos humanos. Porém, são muito mais específicas.

Pode-se dizer que, desde a convenção de 1972, houve um aprofundamento das questões do património, pois em 1972, o foco da UNESCO incidia no património material. Só em 1989, a UNESCO começa a levar a cabo ações mais específicas para com os detentores dos saberes e as comunidades ligadas a esses patrimónios. Essa mudança da UNESCO foi essencial, uma vez que valoriza os patrimónios, sejam eles materiais ou imateriais, assim como, aproxima as pessoas desses bens, o que também auxilia na proteção do património.

A UNESCO tem um papel importante no cenário internacional, uma vez que, para além de auxiliar no processo de preservação dos bens e culturas, através da criação de diretrizes que visam promover a interação das culturas, valoriza a diversidade e procura promover a tolerância e o respeito por essas diversidades culturais.

O papel da UNESCO no cenário internacional, é um mecanismo importante para preservação e para a paz, indo ao encontro das questões estabelecidas nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, principalmente, no que refere às questões de minorias étnicas que, se não fossem as ações da UNESCO poderiam estar oprimidas, ou até mesmo extintas.

Hoje, no mundo existem cerca de 1052 sítios¹⁷ reconhecidos pela UNESCO¹⁸, como sendo património da humanidade, entre eles, 814 são culturais, 203 naturais e 35 são mistos. Estes bens patrimoniais estão localizados em 165 países, sendo que 191 Estados já ratificaram o tratado. (UNESCO, 2016).

Portugal possui hoje 15 (quinze) bens considerados pela UNESCO, como sendo património histórico e Cultural da humanidade. São eles: Centro Histórico de Angra do Heroísmo, nos Açores (1983)¹⁹; Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, em Lisboa (1983); Mosteiro da Batalha (1983); Convento de Cristo, em Tomar (1983); Centro Histórico de Évora (1988); Mosteiro de Alcobaça (1989); Paisagem Cultural de Sintra (1995); Centro Histórico do Porto (1996); Sítios Arqueológicos no Vale do Rio Côa (1998); Floresta Laurissilva, na Madeira (1999); Centro Histórico de Guimarães (2001); Alto Douro Vinhateiro (2001); Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (2004); Cidade fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações (2012), Universidade de Coimbra (2013). (UNESCO, 2014-2)

Existem também, em Portugal, 22 (vinte e dois)²⁰ outros bens que pertencem à Lista Indicativa, lista essa onde os bens são apresentados à UNESCO, como já mencionada, a candidatos a serem reconhecidos como Património da Humanidade. São eles: Aqueduto das Águas Livres; Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela; Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão); Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Tróia; Conjunto de Obras Arquitetónicas de Alvaro Siza em Portugal; Costa Sudoeste; Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto Edificado do Palace-Hotel no Bussaco; Dorsal

¹⁷ O mapa com localização geográfica mundial dos bens reconhecidos pela UNESCO como Património da Humanidade encontra-se nos anexos (Mapa Património da Humanidade).

¹⁸ Lista de bens inscritos como Património da Humanidade atualizado em 2016.

¹⁹ Os número apresentado entre parenteses ex: (1983), são referentes ao ano que receberam o título de Património da Humanidade.

²⁰ Lista Indicativa atualizada a CNUNESO em 2016.

Médio-Atlântica; Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa; Fortalezas Abaluartadas da Raia; Icnitos de Dinossáurios da Península Ibérica; Ilhas Selvagens; Levadas da Madeira; Lisboa Pombalina; Lisboa Histórica, Cidade Global; Lugares de Globalização; Mértola; Montado, Paisagem Cultural; Palácio e Tapada Nacionais de Mafra e Jardim do Cerco; Rota de Magalhães. Primeira à volta do Mundo; Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga; Vila Viçosa, Vila ducal renascentista. (CNUNESCO- MNE, 2016)

A UNESCO (2013), na preparação de candidaturas a Património Mundial, entre os vários pontos norteadores para a preparação da candidatura, apresenta os critérios que devem ser satisfeitos, para que o bem seja reconhecido ou incluído na lista de Património da Humanidade pela UNESCO.

No caso dos bens culturais e/ou bens naturais, para pleitearem ou serem reconhecidos, estes devem ter uma, ou mais, das 10 características que se seguem:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
 - ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
 - iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
 - iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
 - v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
 - vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).
- É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual ele esteja protegido e administrado.

Os bens naturais devem:

vii. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registo da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou

viii. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou

ix. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou

x. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Também são critérios importantes a proteção, a administração e a integridade do sítio.

Os sítios mistos têm, ao mesmo tempo, excepcional valor natural e cultural. Desde 1992, interações significativas entre o homem e o meio natural têm sido reconhecidas como paisagens culturais²¹. (UNESCO, 2013, p. 36-45)

Outro ponto a ser destacado, que é apresentado na Preparação de Candidaturas a Património Mundial, tem a ver com os bens seriados e transfronteiriços. O dito bem seriado, pode estar inscrito numa grande, ou pequena área e circunscrito no território de um Estado. Já os bens seriados transfronteiriços estão circunscrito em dois ou mais Estados, e não requer necessariamente que estes Estados sejam fronteiriços. Em ambos os casos, estes bens têm duas, ou mais, partes componentes, podem estar mais próximos ou distante geograficamente.

Das características destes bens seriados é dito:

a) As partes componentes devem refletir ligações culturais, sociais ou funcionais ao longo do tempo, oferecendo, quando relevante, uma integração paisagística, ecológica, evolucionária ou de *habitat*.

b) Cada parte componente deve contribuir para o Valor Universal Excepcional do bem como uma premissa cientificamente demonstrada, irretocável e compreensível, e pode incluir, entre outras características, atributos imateriais. O Valor Universal Excepcional resultante deve ser fácil de compreender e comunicar.

²¹ Até o ano de 2005 os critérios eram apresentados separados em critérios culturais com a sequência (i-vi) e critérios naturais (i-iv). (UNESCO, 2013)

c) De forma consistente, e para evitar uma excessiva fragmentação das composições individuais, o processo de candidatura do bem, inclusive a seleção das partes componentes, deve levar em total consideração a administrabilidade geral e a coerência do bem. (UNESCO, 2013, p. 48)

Os bens transfronteiriços, bens em áreas marítimas ou terrestres, são bens que estão inseridos em dois, ou mais, Estados, isto é, bens que estão circunscritos, de forma contínua, em territórios de Estados fronteiriços em que estes bens perpassam estas fronteiras políticas. Assim, quanto a estas diferenças entres os Estados-partes, é apresentado que:

Entre as vantagens dos bens transfronteiriços estão a possibilidade de incorporar em um único bem toda a área e os atributos que produzem seu Valor Universal Excepcional, independente das fronteiras políticas atuais. Os bens podem ajudar a refletir e incentivar a cooperação internacional e pacífica em relação ao patrimônio compartilhado dos países. (UNESCO, 2013, p. 46)

Contudo, é também considerado que, a candidatura, manutenção e gestão desses bens transfronteiriços, são mais complexos, uma vez que há a necessidade de coordenação, cooperação e acordos, para além das possíveis diferenças de mecanismos e recursos disponíveis em cada país.

Já sobre a óptica do processo de gestão geral²², no Manual de Referência da UNESCO, é apresentado, que se faz necessário, uma gestão a fim de assegurar o valor, autenticidade e integridade do bem, sendo que o processo de reconhecimento também é um passo para tal. Dentre os pontos, é dito que a gestão do bem deve ter em conta, para sua preservação, uma gestão integrada, em que respeite todos os valores, bem como de um planeamento frente os impactos que possam ocorrer após o reconhecimento. (UNESCO, 2013)

2.5 Um Breve Contexto Português: Preservação e Salvaguarda

As primeiras ações, ou instrumentos para a preservação do património em Portugal, remontam ao século XVIII, mais precisamente, ao ano de 1721, em que o então monarca D. João V, incubiu à Real Academia de História Portuguesa²³ a função de inventariar e conservar monumentos

²² Os planos de gestão devem ser apresentados aquando da candidatura, em que para o processo de avaliação do pedido, os planos são avaliados, o que pode facilitar ou dificultar o processo de reconhecimento à Património da Humanidade.

²³ Real Académia de História foi uma instituição fundada em 1720, que tinha como objetivo retratar a história eclesiástica e secular e neste período em particular teve a função de providenciar sobre a conservação dos monumentos.

antigos, de que já se tinha conhecimento, assim como, de outros que se pudesse vir a ter conhecimento no território (reino) português, em qualquer período em que os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabes dominavam este território. Fica também estabelecida, a proibição de se desfazer ou destruir qualquer edificação ou monumento que remontam a estes períodos. Assim, incube às vilas do reino e às câmaras das cidades as tarefas de comunicar à Real Academia de História Portuguesa, qualquer nova descoberta, de forma a assegurar a preservação desses bens. Contudo, os feitos e ordens instituídos pelo monarca não garantiram a preservação total, ou mesmo de grande parte destes bens. (Carvalho e Fernandes, 2012)

Já no século XIX, as ações desenvolvidas por Alexandre Herculano²⁴, possibilitaram um amplo processo de identificação e salvaguarda do património arquitetónico e artístico, cujas ações de sensibilização foram acentuadas pelas publicações realizadas no jornal O Panorama²⁵, em que era difundida a ideia, e mesmo a necessidade, de preservação do património, uma vez que, após a extinção das ordens religiosas, no ano de 1834, houve uma grande degradação, ou mesmo risco de perda destes bens, que anteriormente estavam sobre a tutela do poder eclesiástico. (Carvalho e Fernandes, 2012)

No final do século XIX, em Portugal, houve um movimento para fazer face às necessidades, para a criação de um corpo técnico, ou seja, profissionais capacitados para a identificação e inventariação do património. Com isso, em 1880, é apresentado pelo Ministro das Obras Públicas, à Real Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, a primeira relação e classificação de bens, sendo estas agrupadas em seis categorias, “*obras-primas da arquitetura e da arte portuguesa; os edifícios com significado para o estudo da história das artes; monumentos militares, a estatuária, os padrões e arcos comemorativos, os monumentos pré-históricos*”. (Carvalho e Fernandes, 2012, p. 20)

Assim, já no início do século XX, em 1901, surge o Conselho de Monumentos, e define-se em decretos as bases para classificação de imóveis classificados como património nacional. Já no ano de 1907, eram divulgados os monumentos tidos como mais emblemáticos em Portugal, nos quais constavam, o Mosteiro da Batalha, Mosteiro Jerónimos, Mosteiro Alcobaça, o Convento

²⁴ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810- 1874), escritor, historiador, jornalista e poeta português da era do romantismo, cujas obras de carácter político foram polémicas e geram discussões e ecoaram pós sua época.

²⁵ Jornal que teve circulação entre os anos 1837 a 1868 cujas publicações tinham como público-alvo todas as classes e teve seu nome ligado e mesmo atrelado ao romantismo português.

de Cristo em Tomar, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Sé de Coimbra e a Torre de Belém. (Carvalho e Fernandes, 2012)

No ano de 1910, é publicado o decreto que classifica os demais bens, segundo as tipologias²⁶, e em 1932, através do Decreto n.º 20 985, cria-se a categoria de Imóveis de Interesse Público, e com a Lei n.º 2032 de 1949, intitulada Valor Concelhio, é dada permissão aos municípios para a classificação de bens. Entretanto, a mesma é válida após a ratificação do governo, não tendo sido feito, porém, grande uso desse instrumento legal, até o final do Estado Novo. (Carvalho e Fernandes, 2012)

O conceito de património teve a sua utilização de forma mais direta, explícita e jurídica na Constituição da República Portuguesa, no ano de 1976, em que se faz referência, no Artigo 9º da Constituição Portuguesa. Nas tarefas fundamentais do Estado, incluía função de *“Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.”* (Carvalho e Fernandes, 2012, p.17)

Contudo, é apenas no ano de 1985 que é criada a Lei de Património Cultural Português, Lei nº 13/85 de 6 de julho, que faz referência ao património cultural, dizendo que o mesmo é *“«constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelos seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo»...”* (Cabral, 2011, p.183).

No entanto, apenas no ano de 2001, tendo como normativa a Lei n.º 13/85, com a Lei n. 107/2001, de 8 de setembro, são estabelecidas as bases normativas políticas que visam a valorização do património cultural português.

Este documento estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Sobre os pilares, nos termos da alínea c), do artigo 161.º da Constituição, é decretado, para valer como lei geral da República, aprovada a 17 de julho de 2001,

²⁶ “Tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários, pontes arcos, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, entre outros (IPPAR, op., 9).” (Carvalho e Fernandes, 2012. p. 20)

promulgada em 22 de agosto de 2001, e referendada no dia 30 de agosto de 2001. A Lei n.º 107/2001 é composta de 115 artigos, que criam e revogam normativas.

Entre este extenso número de artigos, cabe destacar alguns, para se compreender um pouco esse mecanismo jurídico no Estado Português.

Entre eles, destaca-se o Títulos I - Dos Princípios Basilares, composto por seis (6) artigos, que aqui valem serem citados de forma direta, a fim de se compreender o que é património cultural para o Estado Português.

Artigo 1.º - Objeto

1- A presente lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2- A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º - Conceito e âmbito do património cultural

1- Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

2- A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3- O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4- Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.

5- Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6- Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7- O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território

nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem *objeto de legislação e políticas próprias*.

8- A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria.

Artigo 3.º Tarefa fundamental do Estado

1- Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2- O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3- O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º Contratualização da administração do património cultural

1- Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2- Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objeto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de atos administrativos de classificação.

3- Com as pessoas coletivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excecional importância e com as entidades incumbidas da respetiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respetivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4- O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de propriedade do Estado e com afetação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé.

Artigo 5.º - Identidades culturais

1- No âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado Português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sito no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.

2- O Estado Português contribui, ainda, para a preservação e salvaguarda do património cultural sito fora

do espaço lusófono que constitua testemunho de especial importância de civilização e de cultura portuguesas.

3- A política do património cultural visa, em termos específicos, a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia e do património cultural de valor universal excepcional, em particular quando se trate de bens culturais que integrem o património cultural português ou que com este apresentem conexões significativas.

Artigo 6.º - Outros princípios gerais

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de:

- a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação;
- b) Planeamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adaptadas resultam de uma prévia e adequada planificação e programação;
- c) Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo;
- d) Eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objetivos previstos e estabelecidos;
- e) Inspeção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural;
- f) Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respetivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;
- g) Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ónus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de proteção e valorização do património cultural;
- h) Responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos atos suscetíveis de afetar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural;
- i) Cooperação internacional, reconhecendo e dando efectividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional.²⁷

E assim seguem-se os demais títulos. Título II: Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos; Título III: Dos objetivos; Título IV Dos bens culturais e das formas de proteção; Título VI: Do regime geral de valorização dos bens culturais; Título VII: Dos regimes especiais de proteção e valorização de bens culturais; Título VIII: Dos bens imateriais; Título IX: Das atribuições do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais; Título X: Dos benefícios e incentivos fiscais; Título XI: Da tutela penal e contra-ordenacional; Título XII: Disposições finais e transitórias.

²⁷ Lei do Património Cultural Português: Lei n. 107/2001. Número 209, Séria I-A. 8 de Setembro de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.pdf>. Acesso em: 02 dez. de 2014.

No Diário da República, 1.^a série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2009, através do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro²⁸, Ministério da Cultura, reforça o papel do Estado, em que apresenta como tarefa fundamental, proteger e valorizar o património cultural.

Assim é descrito nesse instrumento legal, nos capítulos, secções e artigos, as normativas correspondentes: Capítulo I - Património cultural imóvel; Capítulo II - Procedimento de classificação; Capítulo III - Zonas de protecção; Capítulo IV - Conjuntos e sítios; Capítulo V - Imóveis de interesse municipal; Capítulo VI - Plano de pormenor de salvaguarda; Capítulo VII - Disposições finais.

Pode-se dizer que há um dispositivo legal extenso²⁹, ao nível do Estado Português, que também irradia ou transfere, incentiva, atribui punições, confere poderes e autonomia, em prol dos interesses e objetivos e mecanismos, de inventariar, resguardar, valorizar, preservar e transmitir, os elementos, ou esferas que englobam o património cultural no território português, ou sobre a posse e influência do Estado, bem como, do seu papel na colaboração e cooperação com outros órgãos internacionais e Estados.

Através desses pontos, fica clara a questão de mutabilidade e a adequação face às necessidades e interesses, não necessariamente nesta ordem, de políticas e ações preservacionistas, neste breve contexto histórico do contexto português.

2.6 Peregrino e Peregrinação

2.6.1 A História das Peregrinações

Ao se falar de peregrino e peregrinações, é necessário compreender as origens de tais denominações e aplicações no tempo e espaço, assim como, os seus processos de transformações, nos seus caminhos e descaminhos.

²⁸ Diário da República, 1.^a série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2009, Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf. Acesso em: 22 nov. de 2016.

²⁹ Outros aparatos legais sobre o património podem ser consultados na Direção Geral do Património, em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>

As investigações antropológicas demonstram a presença de peregrinações rituais nas mais diversas culturas, como por exemplo, entre os registros babilônicos que datam do ano 2300 a 2000 antes de Cristo (a.C), demonstram o deslocamento a locais sagrados. Há diversas peregrinações nas culturas, sejam elas hindus, budistas, judaicas..., estas são realizadas como forma de penitência, adoração e realização e de outros rituais bem diversos, consoante as crenças. (Rivas, 1997)

Assim, diz-se que a peregrinação foi ou é prática comum em várias crenças religiosas, e que o termo peregrinação surge depois da existência da ação e ato de peregrinar, sendo estes locais de destino das peregrinações bem variados, que vão desde ambientes naturais como montanhas, grutas, lagos, florestas, entre outros pontos e marcos geográficos, como edificações, em que são atribuídos os privilégios de ligação com o místico, ou locais em que viveram, passaram, ou onde tiveram manifestações míticas dos mesmo, assim como, locais onde se encontra algum pertence, ou mesmo restos mortais, de figuras tidas como referências, tais como, os guias religiosos, mártires de causas nobres, entre outros. (Pereira, 2003)

Por mais diversos que sejam os locais, a característica comum a estes, é que são tidos como locais sagrados e de ligação com outros planos e mundos. A peregrinação, sejam elas nas religiões do ocidente ou oriente, têm como objetivo a procura do sagrado, ou seja, aproximar-se do divino. (Dias, 1994)

Neste diversificado universo de peregrinações, em diversas culturas e religiões, lancemos um olhar mais direcionado sobre às peregrinações cristãs.

A peregrinação cristã, ou melhor dizendo, o arquétipo dela, são apresentadas no texto bíblico do antigo testamento, em que Abraão é chamado por Deus a deixar a sua terra natal (ver Gênesis,12)³⁰, e que Moisés guia os Hebreus do Egito rumo à terra prometida (ver Êxodo), ambas como uma ação de devoção e obediência. (Vecoli e Khân, 2011)

Já no Novo Testamento, existe uma série de viagens realizadas, sendo as primeiras, os Reis Magos, Baltazar, Gaspar e Belchior, que seguem os sinais do nascimento do salvador

³⁰ Quando das menções Gêneses, Mateus, João... fazem referência os textos bíblicos, sendo que os números primeiros referenciam os capítulos e os seguintes aos versículos. (Mateus, 2- 1-12) Cap. 2 Versículo 1 ao 12.

prometido, (ver Mateus, 2- 1-12); os pais de Jesus Cristo, assim como, o próprio Jesus, à posteriori, realizaram viagens à Cidade Santa, a Jerusalém, em período sagrado, em comemoração da Páscoa (ver João 2,13,23; 5,1;12,12), sendo esta uma viagem realizada a fim de cumprir ritos de ida até templos sagrados. (Vecoli e Khân, 2011)

No entanto, sobre as primeiras luzes do cristianismo, as peregrinações, como era prática do tempo contemporâneo ao judaísmo, eram tidas como práticas pagãs, pois, sob uma visão espiritualizada do cristianismo nascente, a ideia de locais sagrados era recusada. (Pereira, 2003)

Contudo, há no início do cristianismo, viagens em busca de adoração aos túmulos dos Profetas e Evangelistas, mas esse movimento é alvo de críticas por parte dos evangelistas, num movimento de antimaterialismo, como já mencionado, alegando que Deus estava em toda parte, e não em um lugar específico (ver Mateus 23,29 e João, 4, 23). (Vecoli e Khân, 2011)

No cristianismo, a peregrinação surge entre os vários significados, como uma penitência e sacrifício, sendo esta, um caminho que liga ao divino, em que também se atribui a passagem pela terra (vida e morte), como uma caminhada para chegar até Deus. (Rivas, 1997)

Ao longo dos primeiros séculos da era cristã, depois de Cristo (d.C), são apresentados alguns registros de figuras históricas que fizeram viagens, como o caso Melitão, então bispo de Sardes, no século II, que vai até Jerusalém à procura de informações sobre os ditos textos sagrados da Bíblia. Orígenes, teólogo de Alexandria, no século III, vai à procura de conhecer os sinais deixados por Jesus Cristo e seus discípulos. Assim, posteriormente, no século IV, surgem as primeiras peregrinações a Jerusalém, ao Monte Sinai e a túmulos de mártires do cristianismo, sendo que neste período são erguidos os primeiros santuários. (Vecoli e Khân, 2011)

Até o reconhecimento do cristianismo como religião, no século IV, no ano de 313 por Constantino³¹, e já ao final do século IV, o cristianismo torna-se uma religião de Estado. Com isso, o movimento da cristandade ganha cada vez mais força e adquire condições mais propícias para as práticas de peregrinação, pois multiplicam-se as construções de templos e a recuperação de objetos e locais sagrados, como é exemplo, a cruz de Jesus Cristo, e o seu túmulo, sendo que esta primeira, após ter sido encontrada, é enviada para Roma, e sobre o segundo pressuposto, é

³¹ Flavius Valerius Constantinus (272-337): Então Imperador Romano entre os anos de 306-337.

construída uma basílica. Com isso, ambos os sítios, Jerusalém e Roma, intensificam-se como metas de peregrinação. (Pereira, 2003)

Segundo a tradição da religião Cristã, a Terra Santa, mais precisamente, Belém, o local de nascimento de Jesus é Jerusalém, local onde morreu e ressuscitou; Roma, local do túmulo dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, e sede do Papa, eram tidos no cristianismo medieval como os grandes locais de peregrinação. Outros locais atribuídos à Virgem Maria mãe de Jesus, Tours a S. Martinho, Bari a S. Nicolau, Colónia aos Reis Magos, entre outros, eram tidos como locais de peregrinação menores. (Dias, 1994)

Contudo, as peregrinações ganham cada vez mais dimensões e destinos, como por exemplo, na Ásia Menor, o túmulo do apóstolo João em Éfeso; na Síria – Mesopotâmia, local de grande número de mártires; em Edessa, em veneração às relíquias do apóstolo Tomé; no Egito, S. Marcos, em Alexandria; na Grécia, S. Demétrio, entre outros tantos locais e relíquias. (Pereira, 2003)

Como visto, entre os séculos III-IV, surge um grande movimento de construção de locais sagrados, os mesmos tornam-se locais de relíquias, em que bens, restos mortais de Santos, fragmentos do martírio de Jesus Cristo, entre outros objetos, quer do Antigo Testamento como do Novo Testamento, envolvidas ou protegidas por relicários, em que são ostentados e venerados, cujos locais onde se encontram, são tidos como destinos de adoração. Esse movimento de construção de locais sagrados, assim como, de canonizações, alargam-se, pois nos tempos que se seguem, há a atribuição de milagres nestes locais, por intermédio destes Santos. (Vecoli e Khân, 2011)

Já nos séculos V e VI, há um aumento crescente de peregrinações aos Santos Monges, e a outros que levavam vidas definidas como sacralizadas, vivendo isolados, ou em comunidades, faziam deslocar peregrinos até esses locais para os conhecer, ouvi-los e/ou numa busca de cura para as suas enfermidades. (Pereira, 2003)

Houve, até o século VI, um número tão crescente e descontrolado de relíquias, que o poder eclesiástico, tendo em conta que, algumas peregrinações já se assemelhavam a cultos pagãos, e para evitar ou atenuar tal desenrolar, criou mecanismos, entre eles, o incentivo de fazer as peregrinações sem o meio do corpo, ou seja, ir ao encontro do sagrado e divino através da

reflexão e da peregrinação interior. (Pereira, 2003)

No ocidente, as peregrinações cristãs têm o seu maior florescimento no século VII, em todo território franco, com o surgimento de novos locais de relíquias e santos, tidos, por vezes, como mártires do cristianismo. (Rivas, 1997)

A Idade Média é considerada o período áureo das peregrinações, em que os locais de relíquias, os templos e os milagres, fazem com que este seja um período muito intenso, muito justificado pelo ato de repartição de relíquias, prática que é adotada no ocidente, no VII, pois até então, isso não era permitido e era considerado um ato de sacrilégio. Através dessa nova prática, abre-se, neste período, uma transladação de parte dos corpos dos ditos santos e santificados. Contudo, esta nova prática abre margem ou amplia as falsificações, pois não era incomum encontrar relíquias em duplicado, cujas instituições de posse, afirmavam a sua autenticidade. Dentro desse universo, outra prática comum era a venda e compra de relíquias, em que as mesmas eram compradas por instituições cristãs, com o objetivo de atrair peregrinos. (Pereira, 2003)

Mais uma vez, o clero manifesta-se contra as ideias de materialismo e contra a ideia da peregrinação a locais sagrados, como túmulos de mártires, monges ou a Terra Santa, como forma de salvação. Assim, o clero afirma que a peregrinação deve ser precedida de uma atitude de procura de mudanças no modo de vida, para se ir ao encontro do sagrado. (Vecoli e Khân, 2011)

Contudo, o século X é tido como o ápice das peregrinações, com as grandes rotas no ocidente e oriente, que integra um sistema social e religioso, e passam a tomar outras dimensões, em que o fenómeno local religioso, passa do local para o regional, do individual para o coletivo. Porém, nos meados do século X, as relíquias espalhadas pelo território europeu perdem a sua autonomia. As rotas de peregrinação convergem em quatro principais destinos, Santiago de Compostela, Roma, Jerusalém e Monte Gargano, como culto a S. Miguel. Todavia, esta última está vinculada à Rota Jacobea. (Rivas, 1997)

Os movimentos de peregrinações foram os grandes responsáveis pela construção religiosa europeia, entres os séculos IX e XIII, em que se deu um movimento social e religioso singular, que propiciou a difusão e conversão de valores da cristandade, a difusão de valores e conhecimentos, assim como, de mecanismo para a difusão e desenvolvimento económico e

político. (Rivas, 1997)

A peregrinação era tida como um estado de adoração itinerante, em que no século IV dirigiram-se à Terra Santa, a Jerusalém, ao túmulo do Cristo à procura de um renascimento espiritual e em busca de uma salvação. Já no século XI, no tempo das Cruzadas³², da luta contra os muçulmanos, membros da Igreja, cavaleiros entre outros, dirigiam-se a Jerusalém à procura de estarem próximos de Cristo, para que, quando morressem, conseguissem a vida eterna. Outra função atribuída às Cruzadas, era a de garantir a proteção do peregrino, assim como, dos bens que eles, os peregrinos, levavam consigo. (Dias, 1994)

No século XI, a venda de indulgências, doação pecuniária, como forma de pena era conferida aos peregrinos e à Cruzada, pelo Papa Urbano II, em 1095. Estas questões foram alvo de duras críticas pela Reforma³³. Nesta forma de pena, caso o crime fosse muito grave, a pena de peregrinação poderia ser aplicada para toda a vida. (Pereira, 2003)

Contudo, já nos séculos XI-XV, as peregrinações a Roma e a Santiago também eram tidas como locais de salvação. Essas peregrinações eram feitas pelos próprios fiéis, ou estes contratavam pessoas para fazerem a peregrinação por eles, como um ato de representantes dos pedidos de interseção, assim como, de entrega das ofertas. (Dias, 1994)

Na Idade Média, a peregrinação era tida também como uma penitência pelos pecados cometidos, isto é, atribuída como punição pelas infrações da ordem pública. Essa forma de punição é instituída até à reforma penitencial, que ocorre entre os séculos XII e XIII, que atribui a absolvição dos pecados após a confissão. Porém, a peregrinação é ainda atribuída pelo bispo, como uma forma de penitência por alguns pecados de relevância pública. (Vecoli e Khân, 2011)

Os atos tidos como abusivos, que tomavam as peregrinações, fizeram com que no século XIII, a Igreja estabelecesse, ou melhor, impusesse algumas práticas sacramentais, como a confissão e comunhão, antes de iniciar grandes peregrinações. (Pereira, 2003)

³² Cruzadas: Movimento militar cristão da Europa Ocidental realizado entre os séculos XI -XIII em direção a Terra Santa (Palestina/Jerusalém), com objetivo realizar a dominação cristã do território.

³³ A Reforma foi um movimento que teve início no século XI, em que a igreja estabeleceu ou restabeleceu diversas práticas, a fim da reconstrução de valores.

No final do século XIII, no ano de 1300, é instituído, pelo então Papa Bonifácio VIII, o Ano Santo (Ano Jubileu), em que, durante as peregrinações a estes locais sagrados, nestes períodos, seriam atribuídas indulgências, ou seja, uma redução total ou parcial de uma pena atribuída por um ato tido como pecado. Assim, motivado também pela indulgência plenária instituída pelo Papa Bonifácio VIII, a quem realizasse a peregrinação a Roma, benefício esse, que até então, apenas tinha sido concedido às Cruzadas, houve, naquele ano, um grande fluxos de peregrinações, pelo desejo de se gozar desse benefício. (Pereira, 2003)

No século XV, um conjunto de acontecimentos fizeram com que houvesse um declínio nas peregrinações, e já no século XVI, houve uma diminuição ainda maior, pois pregava-se e priorizava-se uma manifestação de fé interiorizada, opondo-se assim às manifestações de fé exteriores. Este movimento foi alimentado ou impulsionado por membros da Reforma Protestante³⁴, em que o grande líder, Lutero, desvalorizava a peregrinação e a entendia como um ritual pagão. (Pereira, 2003)

Entre essas contestações, no século XVI, os humanistas criticam os abusos cometidos com os atos de comércio de indulgências e a amplitude de relíquias existentes. Assim, perante as contestações, a igreja instituiu o Tratado das Relíquias de Calvino³⁵, assim como o movimento de afirmação da peregrinação como forma de mudança interior, e não como uma forma de cura. (Vecoli e Khân, 2011)

Contudo, outros acontecimentos históricos ajudaram no enfraquecimento das práticas de peregrinações, tendo como um dos principais fatores, a Revolução Francesa³⁶, pois no ano de 1790, as congregações religiosas foram dissolvidas, e os conflitos e as guerras que se seguiram dificultaram ainda mais a realização de peregrinações. (Pereira, 2003)

³⁴ Reforma Protestante: Movimento que culminou no século XVI e teve como principal líder Martinho Lutero (1483-1546) monge e teólogo, em contestação dogmas da Igreja Católica Romana na época, cuja principal prática condenada era a venda de indulgências.

³⁵ Tratado das Relíquias de Calvino: Frente aos rumos que a igreja tomava as questões do materialismo e idolatria de restos mortais e outros objetos, que em muitos dos casos também eram questionáveis suas origens e autenticidade, surge o movimento anti materialismo do sagrado e divino. Este movimento tem como principal líder o teólogo João Calvino (1509-1564).

³⁶ Revolução Francesa: Movimento revolucionário camponês francês que ocorreu entre os anos de 1789 -1799, em contestação ao poder monárquico absolutista e aos privilégios religiosos, feudais e aristocráticos, cujo poder foi destituído e privilégios dissolvidos. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade do movimento ecoaram por toda Europa.

É descrito por Lima (2007) um pouco deste percurso histórico e cultural dos processos de surgimento dos trajetos de peregrinação no contexto mundial, referindo que este desenvolvimento desperta grande interesse nas várias linhas de investigações, dada a complexidade de factos envolvidos.

...ao longo da história da humanidade, como se os santuários aparecessem como termóstato da intensidade existencial da experiência religiosa. Lugares de peregrinação, de romaria ou de visita devocional foram assim os santuários semitas do século XII da era pré-cristã, como são assim os santuários hiperorganizados de Meca, de Lourdes ou de Fátima; funcionam assim os lugares santos de Benares, Jerusalém, de Guadalupe ou de Santiago de Compostela, como funcionam também os santuários da Grécia antiga. Milhões de peregrinos em Lourdes, na Aparecida (em São Paulo), em Jerusalém, em Meca ou em Fátima: uma experiência disseminada pelos quatro cantos do mundo, que instiga a reflexão de historiadores, antropólogos, sociólogos e teólogos. (Lima, 2007, p.10)

Até ao final do século XIX, a maioria das peregrinações eram realizadas a pé. No entanto, na contemporaneidade, nos caso de peregrinações muito distantes, não é incomum a utilização de algum meio de transporte para a sua realização. (Pereira, 2003)

As peregrinações são movimentos que estão a crescer cada vez mais no mundo moderno, facto que é também justificado pela busca de uma exteriorização da fé, embora deva destacar-se que há um crescente número de indivíduos que realizam a peregrinação como forma de turismo. (Turner; Turner,1978)

Segundo Sousa (1999), a Igreja Católica considera o turismo como um importante meio de comunicação, sendo este também uma forma de o Homem se ausentar das preocupações do trabalho, permitindo-lhe a aproximação e diálogo com outros Homens. Contudo, a Igreja está consciente de que a ida a lugares sagrados de peregrinação sem o mínimo de sentimento espiritual, podem causar problemas e conflitos, e até mesmo sentimento de repulsa por parte daqueles que a fazem com um sentido religioso, sendo que, por vezes, até mesmo os habitantes destes lugares, influenciados pela religião, também podem ter este sentimento de repulsa.

A fim de minimizar os conflitos, foi instituído pela Igreja Católica, mais especificamente pelo *World Council of Churches* (Conselho Mundial das Igrejas), um congresso internacional realizado em Genebra, na Suíça em 1970, onde se estabeleceu um conjunto de propostas, das quais, que: deve-se dar uma educação orientada sobre a autenticidade dos objetos religiosos aos habitantes dos países recetores e anfitriões, para uma boa conduta face ao fenómeno turístico-

religioso; deve-se fazer relações pastorais nos países emissores, para que os visitantes venham preparados para realizar as atividades condizentes e em harmonia com o ambiente anfitrião; deve-se desenvolver as ações propostas para que os peregrinos e turistas recobram o aspeto mais humano na sua viagem, a fim de perceberem o significado profundo do fenómeno religioso, de forma a que viagem possa ser um momento de meditação espiritual. (Sousa, 1999)

2.6.2 *Entre Contextos, Conceitos e Definições*

Ao longo dos tempos e contextualizações, as peregrinações sofreram grandes mudanças, tanto em relação aos locais, trajetos e motivações. A contemporaneidade, não se distancia disso, pois há um processo de mudanças acentuadas e cada vez mais dinâmicas, ou melhor dizendo, rápidas, que englobam a peregrinação.

A peregrinação caracteriza-se por uma viagem que é realizada por devoção a um local sagrado, contendo três elementos fundamentais: o peregrino, o local sagrado e o caminho que o leva até esse local. Porém, é relevante salientar que os motivos que levam os indivíduos a realizar a peregrinação são bastante diversos e não se resumem a questões religiosas. (Pereira, 2003)

A construção da palavra peregrinação tem como origem a palavra peregrino, cuja raiz vem do latim *peregrinus*, e que, posteriormente deriva, na Idade Média, para *pelegrinus*, em que *per agro* significa caminhar pelos campos, e *per eger* significa para lá das fronteiras, o que demonstra a situação de se ser estrangeiro, um ser em viagem. Este sentido ficou conhecido e foi aplicado desta forma, até ao século XI. (Teixeira, 2008)

Como já mencionado, os peregrinos são as pessoas que saem do seu domicílio em viagem a um lugar sagrado, um santuário, sendo o termo peregrino também similar ao de romeiro. Porém, inicialmente, o termo romeiro era atribuído a quem seguia para Roma. No entanto, o termo apenas muda de acordo com o local de destino, as intenções são as mesmas, fazem viagens a locais sagrados. (Arenas, 1998)

A peregrinação pode ser compreendida como uma metáfora da existência e vida, cujas aprendizagens e experiências constroem e modificam os indivíduos e sua identidade. Com isso, almeja-se uma renovação interior e estado de pureza original, que passa pelas fases de iniciação,

sofrimento e alegrias das divindades que os criaram, tendo como principal objetivo, não simplesmente o exterior, alcançar a meta, mas a atitude de renovação interior, que é proporcionada pela viagem, sendo o esforço empreendido, o esgotamento físico, as dores e os embates com os limites exteriores e interiores, caminhos para atingir esta meta de encontro com o sagrado. (Vecoli e Khân, 2011)

O ser humano, por natureza, segundo Lima (1994), é um ser nómada, que vive à procura, mas que em alguns casos, e em dados momentos, se acomoda, tomando um local de passagem como um local de chegada, prática a que ele chama de transformar o ser peregrino num ser sedentário, e em que a suposta estabilidade gera uma acomodação, num processo classificado por ele, como sendo o “vício da instalação”, cujo tempo de permanência varia de indivíduo para indivíduo.

Numa interpretação teológica do ato de peregrinar, e citando a história bíblica de Êxodo, contendo os episódios de Abraão e Ló, a quem Deus ordenou que abandonassem, respetivamente, Ur dos Cananeus (e seguisse para a terra de Canaã) e Sodoma, pois estes eram locais de vícios, que dificultariam a elevação e evolução moral do ser, sendo que este ato de deslocação, ou seja, de peregrinação, era uma forma de romper com o “vício da instalação”, permitindo romper com a inércia, o comodismo implícitos em certos valores e práticas tidas como inferiores. (Lima, 1994)

Assim, o Êxodo de Israel do Egito, em busca da terra prometida, constitui um paradigma, de uma caminhada, isto é, de uma peregrinação, não apenas como uma libertação da escravatura, de uma pseudo segurança, mas como a libertação de si próprio. Tampouco é tida como uma simples meta de chegada, que perante as adversidades, se torna cada vez mais longínqua, numa esperança adiada. A passagem pelo deserto simboliza a impossibilidade de fixação, numa atitude de procura compulsória e numa reflexão necessária. Neste caminhar, muitos nascem e morrem, com maior ou menor tempo de caminhada, caminhada que se conquista de forma gradativa, paulatina, em que se exercita a paciência, e interioriza e edifica-se a aprendizagem do caminhar, de superar a dor, de se superar a si mesmo. (Duque, 2005)

Seguindo esta abordagem teológica, *“O peregrino não está ainda “na Glória”, mas vive sob seu signo; não realizou totalmente “banquete das Nupcias”, mas assinalou-o; não atingiu ainda a completa bem-aventurança, mas vive-a “em desejo” ao pisar a terra sagrada de um santuário ou de beijar o ícone de um eleito.”* (Lima, 1994, p.60). Assim, para a teologia, o

peregrino é alguém que está a caminho, na procura de uma glória, do encontro de algo superior ao seu ser.

O momento da chegada ao destino ou à meta a que o peregrino se predispôs, por seu turno, encerra também o valor simbólico, em que nesta, o chegar ao santuário não se resume simplesmente à alegria ou à conclusão de um ritual obrigatório, mas é tido como o livrar-se do peso e mazelas dos dias da viagem, e assim seguir um projeto renovador. (Lima, 2005)

Segundo o Guia da Peregrinação, do Ano Jubilar de 2000, é descrito que:

A palavra peregrinação indica, etimologicamente, a condição daquele que se acha fora de casa, isto é, fora do seu lugar de residência, fixa, segura e estável. No sentido religioso é uma prática e uma atitude espiritual comum a todas as crenças é de facto, todas as religiões têm seus lugares significativos de peregrinação.

Desde os primeiros tempos da igreja, a peregrinação é uma atividade de indivíduos ou grupos que se dirigem a um lugar santo ou a um determinado santuário, para cumprir uma experiência de fé. Ao longo da história, os motivos desta prática têm sido diversos e dado lugar a diferentes tipos de peregrinação: penitencial, devota e jubilar. (Jubileu, 2000, p.14)

Sobre uma abordagem antropológica e teológica do conceito de peregrinação, afirma-se que todos no planeta terra estão em constante peregrinação, em processo de compreensão dos acontecimentos da vida, processos estes que ocorrem pelo facto de existir permanente instabilidade e transformação dos seres e do mundo. (Lima, 1994)

Segundo Lima (1994), que cita M. Heidegger, o ser humano coloca-se num permanente êxodo, numa procura para sair de si, de se abandonar, para se compreender, sendo peregrinar uma forma de realizar esta busca.

... “peregrinação” não é somente uma categoria histórica, nem muito menos uma categoria ligada ao Ocidente ou ao Cristianismo. É certo que a Igreja tem, ao longo da sua história, criado um berço cultural onde a peregrinação aparece na sua vertente sociológica com grande aparato em contextos bem diferenciados. Porém, a peregrinação está nos meandros do ser humano como o sangue que corre nas veias da vida. Peregrinar não é um ato meramente extrínseco ao homem, como se de deslocação se tratasse apenas; peregrinar pertence ao âmago do ser. Neste sentido podemos traduzir o pensamento heideggeriano em relação à existência como a experiência dinâmica de um ser peregrinante, não no sentido apenas metafórico mas de índole instituinte. Daí que a noção bíblica de “peregrinante” possa constituir um paralelo com a noção contemporânea de existência. (Lima, 1994, p. 54).

De acordo com a citação acima, peregrinar pertence ao ser humano como uma forma de busca,

não uma busca externa, mas como uma ação interna, uma necessidade de transformação e compreensão, que vai além dos valores religiosos ou culturais de um determinado grupo ou nação, de uma faixa de tempo. Assim, ele afirma que peregrinar está presente em todos os seres humanos, que estão em constante busca e transformação.

Neste sentido de compreensão e definição deste evento peregrinação, Lima (1994) apresenta alguns argumentos que procuram exemplificar a dimensão do fenómeno.

A peregrinação, cremos, se é como já dissemos, uma dimensão antropológica de fundamento, também é um processo socioantropológico de memória. Não se trata apenas de recordar o itinerário dos antepassados, a história de um lugar sagrado ou os benefícios espirituais pertencentes ao almanaque do santo; em tudo isto joga-se, é certo a re-potencialização do ser humano e portanto a revivificação da estrutura da memória obnubilada pela poeira das coisas; trata-se sem dúvida de um itinerário exterior, topográfico, mas também de uma “peregrinação interior” que cada homem faz ao santuário do seu ser. É também a peregrinação, como um processo social, o eco visível da busca incessante do homem; é também a força integradora; é portanto o eco da peregrinação interior; é processo de ativação da memória social como é fundamentalmente processo de ativação da memória do ser. (Lima, 1994, p.58)

Nesta definição, torna-se evidente a complexidade dos fatores históricos, culturais, sociais e religiosos, internos e externos aos seres humanos, e das suas interligações, cuja compreensão é necessária para se compreender as dinâmicas de construção da motivação e/ou necessidade de peregrinar, e o seu papel em diferentes grupos e indivíduos.

A peregrinação faz parte de uma ação de diferença e novidade, em que o indivíduo, em contacto com indivíduos de diferentes identidades procuram a afirmação da sua identidade, isto é, uma procura de reafirmação. Ao mesmo tempo que o contacto com indivíduos da mesma cultura identitária revive laços culturais e identitários. Sendo assim, a peregrinação consiste também numa revitalização da memória e estruturação pessoal. Sem dúvida que na peregrinação, há uma aliança entre a diferença e a novidade, que não se confundem, mas se estimulam reciprocamente. (Lima, 1994)

Assim, ainda do ponto de vista antropológico, a peregrinação é a descoberta do outro, do diferente, do mundo diferente, do espaço diferente, da organização ritual da vida diferente, de uma orquestração do quotidiano também diferente. Esta diferença é também a novidade em relação ao outro, ao mundo habitado, ao espaço, à organização da vida. Tudo isto sob o fascínio de haver um ponto de chegada – um santuário, uma ermida, uma catedral, uma cidade santa.

(Lima, 1994)

Em Silva (2004) apresentam-se algumas características da peregrinação, e em uma delas cita Victor Turner, que diz que, na peregrinação há três momentos distintos, sendo o primeiro a separação, em que se sai do mundo profano, se distancia da família, do trabalho e desloca-se para fora do ambiente habitual geográfico de trânsito e relações. O segundo é a transição, em que consiste num dado período de tempo em que o indivíduo permanece fora, que está distante do conforto do lar, fora de uma zona de conforto habitual, uma fase de inseguranças e exposições numa procura por atingir uma meta. Já a terceira fase é a incorporação ou reintegração, tida como o processo de retorno ao lar, às suas origens e locais habituais, porém como um ser diferente, enriquecido com as experiências, pela superação física e uma reconstrução interior pela reflexão. A peregrinação é tida por Victor Turner como um ritual de passagem, porém, não é algo inevitável e obrigatório.

Quanto às questões que levam as pessoas a realizarem peregrinações, uma das motivações também pode ser entendida como uma necessidade.

A peregrinação, como aliás as romarias, pertencem, em grande parte, a este universo, no qual o homem procura soluções para uma vida sensata através de uma justa conjugação do adquirido e do recebido, do tido e do sentido, do palpável e do místico, do sensível material e do sensível espiritual. (Lima, 2007, p.121)

Neste, também é descrito o ambiente a que o peregrino é exposto, ou melhor, é imerso durante a sua peregrinação, os riscos e medos, ou seja, o ambiente fragilizante que o peregrino se propõe vivenciar, a fim de realizar a peregrinação, em que é exposto a perigos de ordem física e moral, desgaste mental e físico, um ambiente de inseguranças e desafios.

A peregrinação consiste de um movimento de sair do seu local habitual e partir em busca e em direção ao sagrado “*A peregrinação é a caminhada em direção a um centro, um local santificado, no qual se vai realizar o encontro com o «Totalmente Outro», ou seja, o sagrado, qualquer que seja a manifestação que este assuma.*” (Silva,2004, p. 339). Assim, visa-se encontrar e sentir essa divindade, em busca da pureza e da sensação sublime.

Quanto os locais tidos como sagrados, Silva (2004) cita Mircea Eliade, que diz que estes locais ou templos sagrados são tidos como morada desses deuses. Mesmo o mundo, sendo um local

impuro, esses santuários sagrados purificam este mundo, para além de serem locais de comunicação entre o humano e o divino. Assim, penetrar nesses templos que são tidos zonas de fronteiras entre dois mundos, um centro de comunicação, a ligação entre o profano e sagrado.

Outro exemplo é apresentado por Cohen (2001), sobre as peregrinações no México, em que fala da construção e interpretação social atribuída sobre as peregrinações e peregrinos, em que esses, os peregrinos, durante a peregrinação assumem um *status*/identidade de seres sagrados, ou seja, transcendem os estratos sociais.

Sobre uma perspectiva cristã, o ser humano, desde o seu nascimento, torna-se um peregrino na terra, até à sua morte, em que, no final de sua trajetória, ou seja, da sua vida terrena, na morte, terá de se encontrar com a divindade, com Deus, e assim retorna para a sua pátria, a pátria celeste. Assim, a estadia do homem na terra é apenas uma passagem, sendo a sua caminhada pelo mundo acompanhada pelo Pai Celestial, que espera o retorno dos seus filhos à sua verdadeira morada, no mundo celeste. (Silva, 2004)

A peregrinação é tida como um processo de desprendimento, simplicidade, adaptabilidade e abertura para uma reflexão espiritual, como uma busca de uma nova forma de ver e seguir a vida, um despertar de uma nova consciência. Assim, ele e o outro, o diferente, o estrangeiro, o forasteiro, se entrecruzam, partilham experiências, mas isso se permitirem, se forem retirados os “muros físicos, psicológicos e jurídicos”, como dito por Silva (2004), que os separam e os distanciam.

Em Turner e Turner (1978), é dito que na peregrinação é criado uma unidade *communitas*, em que há uma horizontalidade das hierarquias e estatutos sociais, ou seja, assumem um carácter de “iguais e comuns”, em que no momento da peregrinação os iguala, num identidade única e comum de peregrinos.

Atualmente, o termo peregrinação não se restringe à questão religiosa. Porém, a peregrinação por mais que tenham outras conotações e possíveis variações, ainda segue a ideia de estar associada à religião, isto é, que o predomínio na sua associação é o sagrado. (Pereira, 2003)

Para Lima (1994), o ser humano é um ser insatisfeito e também um ser de esquecimento

O homem é ser insatisfeito como é ser de esquecimento; experimenta com facilidade a instalação de

obstáculo, que o leva a uma grande ausência de sentido e até à perda à das razões de existir. Talvez esteja aqui uma razão profunda para a proliferação das peregrinações na época que vivemos – como aliás noutras épocas da história. O homem instalado pertence reavivar a memória como é ser peregrino, daí que o contexto atual seja de uma reorganização de peregrinações como é também de ampla facilidade de instalação cómoda. (Lima, 1994, p. 56)

Neste trecho, o autor justifica o ato de as pessoas realizarem peregrinações, como uma necessidade, em alguns casos, como uma procura de dar sentido às suas vidas, sendo esta ação de movimentar-se, ou melhor dizendo, de sair do seu ambiente quotidiano, uma das formas de busca e construção ou reconstrução de sentidos para viver.

Outro ponto de argumentação, é que vive-se numa contemporaneidade em que se propicia cada vez menos o caminhar a pé, pois as formas de deslocamento tornam-se cada vez mais rápidas, e que quase não se sente o deslocamento, está-se num local, e logo de seguida está-se noutra, sendo o trajeto ou caminho, por vezes, ignorados, e o meio técnico utilizado torna-se a viagem, ou seja, a viagem torna-se a partida e chegada, vivênciar e experienciar o trajeto torna-se quase nulo e estéreo, segundo diz Duque (2005):

...vivemos numa cultura em cujo quotidiano escasseia a experiência da caminhada a pé. O processo tecnológico-industrial, que animou sobretudo a Europa dos últimos séculos, conduziu a um desenvolvimento extremo da deslocação através de meios técnicos. Quase se torna realidade o famoso dom da ubiquidade, só que desta vez em virtude de uma conquista humana e não por gratuito dom celeste. (Duque 2005, p. 233-234)

...Estamos em todo o lado, sem verdadeiramente estar em lado nenhum, porque não vamos a lado nenhum, isto é, porque não percorremos a distância entre os espaços que nos separam. Apenas estamos, de repente, aqui ou acolá, perto ou longe. Mas não andamos entre aqui e acolá, entre o perto e o longe. (Duque 2005, p. 234)

Acostumados a utilizar meios de transporte para nos movimentarmos de um local para o outro, efetuamos uma movimentação que não é nossa, que se classifica como “deslocação não real”.

Duque (2005)

... O percurso não é nosso – ou melhor, não chega a ser percurso, uma vez que através dos meios técnicos, simplesmente engolimos a distância, absorvêmo-la sem saborear, sem ser marcada pela demora do trajeto...”; “...O mundo passa a ser apenas asfalto para as rodas, sem terra para pés de carne e osso. (Duque 2005, p. 234)

Segundo o autor supracitado, reforça a ideia que as viagens em transportes técnicos da atualidade, eliminam o caminho, e fazem com que a experiência da viagem seja a partida e a

chegada.

Há outras formas de viajar, sem mesmo ter as partidas e as chegadas, em que são utilizadas tecnologias virtuais para visitar lugares pelo mundo, no conforto do lar, através do ecrã, e sem intervalos de deslocação, de um lugar para o outro, bastando apenas carregar em botões. (Duque, 2005)

Os meios de transportes da atualidade e as ferramentas tecnológicas virtuais, estão a reduzir os hábitos de caminhar e de se fazer viagens e deslocações através do passo a passo, em locais dignos de serem vivenciados, metro a metro. E diz: “... *O mundo é feito desses espaços contínuos e não apenas de isolados átomos espaço-temporais da partida e da chegada. Para partir e chegar, é preciso percorrer a distância. Caso contrário, a partida não é saída para lado nenhum e à chegada nunca alguém chegara.*” (Duque 2005, p. 234).

O autor argumenta que, somente a viagem a pé é capaz de levar o indivíduo a outro lugar, pois assim, através do passo a passo, ele pode inserir-se, de forma gradual, num meio diferente do seu quotidiano e sentir um outro sítio, uma outra cultura

... porque só quem caminha a pé se põe verdadeiramente a caminho...” “... nessa experiência de imersão no caminho que o ser humano sente verdadeiramente o seu egocentrismo contrariado. Sai de si, para entrar em algo diferente de si, surpreendente, inesperado, por vezes mesmo dolorosa oposição a si mesmo...(Duque, 2005, p. 235)

O caminhar, na peregrinação, não se restringe apenas à aproximação ou vivência do caminho, mas também como uma forma de se aproximar do outro com quem tem algo em comum e compartilha a mesma meta. (Duque, 2005)

No contexto da reflexão aqui construída, a peregrinação não consiste apenas em ir através de uma via determinada, até um local que possui algo de estima, a peregrinação não se resume ao fim, mas sim, ao processo que se concretiza para chegar a esse local, envolvendo as experiências vividas e os sentimentos despertados ao longo da peregrinação, assim como, das diferentes formas de se perceber e fazer a peregrinações, e os diferentes tipos peregrinos.

2.7 Santiago (Tiago Maior): A Lenda de Santiago

A lenda sobre Santiago tem início com Jesus Cristo e os seus 12 (doze) apóstolos, sendo que um deles era Tiago, irmão de João, ambos filhos de Zebedeu e Salomé. Durante a Última Ceia, Tiago sentou-se ao lado direito de Jesus e foi o primeiro a comer o pão e a beber o vinho. O primeiro encontro com os irmãos Tiago e João deu-se quando Jesus caminhava nas margens do lago Tiberíades, enquanto os irmãos ajudavam o seu pai na pesca. Neste encontro, Jesus convidou, ou como também é tido, fez o “chamado” aos irmãos para deixarem a pesca e para se converterem em “pescador de homens”, “pescadores de almas”. Os irmãos abandonaram o trabalho com o pai e seguiram Jesus para divulgarem o evangelho. (Cardoso e Almeida, 2005; Díaz y Díaz, 1993)

Tiago e João foram os primeiros dos doze apóstolos de Jesus Cristo, e João foi um dos quatro evangelistas. Tiago ficou depois conhecido como Tiago Maior, para o distinguir do outro apóstolo como o mesmo nome, que passou a ser chamado de Tiago Menor. Tiago Maior é tido como o primeiro mártir do cristianismo, tendo dedicado a sua vida a divulgar as “mensagens” de Jesus Cristo. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

Os relatos sobre a vida e história do apóstolo Tiago Maior (Santiago) nos registos bíblicos são poucos, sendo uma justificação para tal, poder estar relacionada com sua morte relativamente cedo, por ser ele o primeiro apóstolo mártire do cristianismo. Com isso, a maior parte dos textos sobre o apóstolo, remontam de escritos do século IV. (Díaz y Díaz, 1993)

Tiago Maior é o santo que se venera na cidade de Compostela, na Galiza, há 12 séculos, atraindo milhares de pessoas da Europa e do mundo, para a cidade, que leva o seu nome, Santiago. As pessoas dirigem-se à cidade a fim de fazer orações e outros ritos junto ao túmulo do Apóstolo. (Cardoso e Almeida, 2005)

Segundo a história Cristã, Jesus Cristo, sabendo que a sua morte estava próxima, designou Simão como sendo chefe da Igreja, deu-lhe o nome de Pedro e disse a Pedro que ele era o responsável por edificar a igreja cristã. Pedro fica então com a responsabilidade de estar à frente da Igreja e orientar os apóstolos na missão de espalhar a boa nova, isto é, as mensagens de Jesus Cristo e os princípios cristãos. (Cardoso e Almeida, 2005)

Após a morte de Jesus Cristo, Tiago Maior ficou com a responsabilidade de divulgar os

princípios cristãos e a palavra de Deus pela Península Hispânica, a Ibéria. Tiago foi acompanhado por dois discípulos, Teodoro e Atanásio. Poderão ter chegado pelo Sul à Andaluzia ou a Lisboa, e seguido caminho em direção ao norte³⁷. Segundo a lenda, durante a sua caminhada, Tiago pregou aos povos das cidades e vilas por onde passou. Quando chegou a Saragoça, teve sonhos com Pedro, em que este pedia que Tiago voltasse para a Palestina. Assim, ele embarcou em Barcelona, e chegou à Terra Santa entre os anos de 43 e 44 da era cristã. (Cardoso e Almeida, 2005; Díaz y Díaz, 1993)

Porém, após chegar à Terra Santa, Tiago é perseguido, preso e condenado por difundir ideias falsas, que eram tidas como afronto ao governo da época. Mas mesmo na prisão continuou a sua pregação. Herodes Agripa, então rei da Judeia, mandou decapitá-lo no ano de 44. Existia na época, o ritual de atirar o cadáver dos executados para fora das muralhas da cidade, como um ato de desprezo por eles, a fim de serem devorados por animais selvagens. No entanto, Atanásio e Teodoro conseguiram resgatar o corpo de Tiago e fugiram numa embarcação, tendo então o seu corpo sido trasladado para a Península Ibérica. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005; Dias 1994; Díaz y Díaz, 1993)

Em (Adrião, 2011 e Plötz, 1993), é dito, que os textos que descrevem os acontecimentos da transladação do corpo de Santiago para a Península Ibérica, são datados do século XI, facto que, para alguns, fomentam que os tidos acontecimentos são lendas.

O episódio da viagem com o corpo do Apóstolo é também rodeado de lenda, pois o barco que Atanásio e Teodoro conseguiram, não tinham velas nem leme e, segundo reza, um anjo levou o barco por todo o mediterrâneo, passou pelo estreito de Gibraltar e pela costa da Bética e Lusitânia, hoje conhecida como Andaluzia e Portugal, e após 7 (sete) dias de navegação entrou em Arosa na Galiza. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

Quando chegaram, Atanásio e Teodoro amarraram o barco a uma grande pedra conhecida como *padrón*, pedra essa que, nos dias atuais, está no altar-mor (altar principal) da igreja que foi construída para venerar Santiago, e localidade de chegada tomou o nome de *Padrón* após esse acontecimento. (Cardoso e Almeida, 2005)

³⁷ Segundo Adrião (2011), os registos mais antigos conhecidos da passagem de Santiago pela Península Ibérica remontam do século IV.

Padrón estava sob o domínio de Roma e tinha como governante a rainha Lupa. Anatólio e Teodoro dirigiram-se ao centro da Lupário, onde pediram autorização à governante um local digno para sepultarem o corpo do Apóstolo Tiago. Ela, sobre falsas intenções, disse que iria ajudar. Porém, enviou-os para uma armadilha e estes foram presos pelo governador. Ainda assim, conseguiram fugir e voltaram, mais uma vez, e pediram ajuda a Lupa. Novamente, ela disse que iria ajudar e deu-lhes dois bois bravos para puxar uma carreta, indicando-lhes também por onde deveriam ir, mas o caminho indicado por Lupa passava por uma região habitada por um dragão. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

Ao depararem-se com o dragão, Anatólio e Teodoro não tiveram reação, a não ser empunhar um crucifixo e esperar a morte. Porém, diante do objeto sagrado, o dragão caiu morto, e os dois prosseguiram viagem, com os dois bois bravos, entretanto tornados mansos. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

Lupa, após saber do ocorrido, ficou maravilhada e converteu-se ao cristianismo, e assim decidiu ajudar os discípulos, oferecendo-lhes um local para enterrarem o Apóstolo, local que foi chamado em latim por *Liberum Donumou (Livre-Don)*, que hoje é a cidade de Santiago. Os dois discípulos construíram ali o túmulo de Santiago e continuaram com as suas vidas ali, a zelar pelo túmulo e a venerar o Apóstolo. (Adrião, 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

É dito que Tiago Maior fez um pedido a Cristo, que era, que aqueles que fossem a estas terras ao encontro de seu sepulcro, não receberiam nenhum castigo pelos seus pecados, sendo libertados das tormentas e fogos da eternidade. (Díaz y Díaz, 1993)

Existia, até o ano de 257, um grande número de pessoas que peregrinavam, a fim de venerar aos pés do túmulo de Santiago. Porém, o Imperador Vespasiano proibiu, nessa data, qualquer tipo de veneração e devoção ao túmulo do Apóstolo, e assim impossibilitou o culto jacobeu. Após a proibição, o local do túmulo ficou abandonado e foi tomado pela vegetação, apesar de a memória e a devoção a Santiago continuarem vivas. (Cardoso e Almeida, 2005)

Outro facto que impediu o culto ao Apóstolo, bem como a outros tidos com santos pela Igreja Católica, e a realização de atos ligados à Igreja Católica, foi a proibição e perseguição das práticas católicas e dos seus praticantes.

...o túmulo do Apóstolo começou a ser visitado pelos cristãos que viviam na região, até que, em 257 Valeriano proibiu as peregrinações aos sepulcros dos Santos. Mais tarde, com ferozes perseguições aos cristãos no tempo de Dioclesiano, o túmulo do Apóstolo foi cuidadosamente escondido para evitar os nefastos da intolerância religiosa que então grassava, acabando assim, o túmulo de S. Tiago por ficar esquecido durante séculos. (Martins, 1992, p.97)

Por toda a Europa espalhava-se a fé a Santiago, que posteriormente foi reconhecido como Santo pela Igreja Católica. Em França, ele era conhecido como Saint Jacques, na Inglaterra, na Escócia e na Irlanda, como Saint James, e nas repúblicas Italianas como San Giacomo, Iago e Jacob³⁸. (Cardoso e Almeida, 2005)

Após a ocupação muçulmana da região, perde-se informações sobre a localização do túmulo. O local do túmulo de Santiago foi esquecido até ao século VIII, entre os anos 800 e 820 (século IX), quando um eremita cujo nome era Pelayo, que morava próximo do *Libre-Don*, ouvindo uma melodia celestial, foi à procura de quem a cantava, porém, não encontrando ninguém, olhou para o céu e ficou fascinado com o céu repleto de estrelas, que formavam uma espécie de caminho vindo do norte do oriente e terminava por cima do local em que o eremita se encontrava. (Cardoso e Almeida, 2005; Silva, 2004)

Pelayo entendeu aquilo como um sinal, que indicava a localização do túmulo de Santiago que estava desaparecido há séculos. Dirigiu-se então à cidade vizinha de Iria Flávia e informou o bispo Teodomiro do ocorrido. Assim, começaram a procurar o túmulo. Após um extensa busca, encontraram as ruínas de uma pequena capela, debaixo das pedras encontraram um túmulo em mármore, e mais dois em pedra simples, que seriam de Anastásio e Teodoro, enterrados ao lado de Santiago. (Cardoso e Almeida, 2005)

Martins (1992) descreve este facto de uma outra forma, dizendo:

Segundo a tradição, foi o bispo Teodomiro, quem no século IX encontrou o sepulcro do Apóstolo, depois de ter sido alertado de que, no monte *Liberum Donum* à meia noite se ouviam cânticos e se vislumbravam luzes e estrelas. Neste local encontravam-se três túmulos, sendo um de maior dimensões que os outros dois. Aberto o maior, encontraram um corpo com a cabeça cortada, com um bordão e um letreiro que dizia “ *aqui jaz S. Tiago, filho de Zebedeu e de Salomé, irmão de João, o qual foi morto por Herodes em Jerusalém; veio por mar com os seus Discípulos até Iria Flávia da Galiza e chegou aqui num carro puxado por bois pertencentes a Lupa proprietária deste campo donde eles não quiseram ir mais adiante.* ”

³⁸ Tiago, Jacob, ou Jacó são o mesmo nome, em Espanha diz-se Jacobeu, porém em galego escreve-se Xacobeo.

(Martins, 1992, p. 97)

O Bispo Teodomiro viajou até à capital das Astúrias para informar o Rei Afonso II do achado. O rei e a comunidade cristã ficaram imensamente animados, e o monarca partiu imediatamente para o *Libre-Don* para venerar Santiago, tendo ficado conhecido como o primeiro peregrino de Santiago. (Cardoso e Almeida, 2005)

O Rei Afonso II reuniu a Cúria e assim proclamou que o *Libre-Don* era o *Locus Beati Jacobi* (lugar de São Tiago), ordenando a construção de uma catedral no local onde foram encontradas as ruínas, que foi consagrada no ano de 834, e também a construção de um mosteiro para os monges. Ao redor dessas construções, foi surgindo um povoado que recebeu o nome de Santiago, Santiago do Campo das Estrelas, deste modo surgindo o nome de Santiago de Compostela. Com isso, cria-se ou marca-se como um local de grande importância no contexto europeu cristão, e um ponto de convergente da cristandade medieval. (Cardoso e Almeida, 2005; Silva, 2004)

Em Singul (1999), é dito, no que refere às controvérsias sobre a história, e a estadia de Santiago na Península Ibérica, assim como a sua divulgação do cristianismo, em que nos textos gregos do Catálogo Apostólico, se diz que a evangelização de Santiago ficou circunscrita apenas a Samaria e à Judéia.

Perante estas contextuações da estadia, ou não, de Santiago na Península Ibérica é dito que:

As notícias mais arcaicas da pregação jacobea nos limites do Ocidente faziam parte da cultura oral da cristandade hispânica, transmitida oralmente durante os primeiros séculos da nossa Era. Mas o facto de que essas tradições jacobeias se mostravam com mais ou menos vitalidade não significa que a pioneira evangelização de São Tiago deixara significativas pegadas textuais ou arqueológicas no território peninsular. Isto porque a adoração massiva da religião cristã pelos povos peninsulares deu-se paulatinamente, adaptando-se o novo culto às sensibilidades das comunidades locais, diretamente proporcional ao declínio das devoções pagãs autóctones e romanas importadas. (Singul, 1999. p.17)

Sobre estes episódios, Arenas (1998), descreve o descobrimento do túmulo do apóstolo no século IX como uma construção, uma invenção histórica da sua passagem pela Península Ibérica, assim como, a trasladação do seu corpo após sua morte, em 44, por Herodes Agripa, em que descreve e dita uma construção cercada de símbolos.

O barco, como símbolo da viagem pela vida; a rocha, como símbolo de permanência e origem do bem; a rainha Lupa, como uma expressão da maldade; os anjos, como defensores do bem; os touros bravos domesticados, como o mal submetido ao bem; o dragão, como símbolo do demónio e contrário ao bem; a chuva de estrelas, como que certifica o local sagrado; a cova, como antro ou casa natural do sagrado; a arca, como urna ou cofre onde se guarda as relíquias. (Arenas, 1998)

Nesta construção cultural, Singul (1999) descreve como, e porquê a valorização e crescimento do culto jacobeu, e como este foi de grande relevância para a implementação e consolidação de interesses pré existentes, pois até então havia uma grande resistência a estes valores e, com os tempos, penetra neste universo cultural.

“O Estado romano incentivou o culto imperial como signo de romanidade e acatamento às leis do império. Nas províncias hispânicas, a doutrina cristã, interpretada como uma força espiritual e social contrária ao poder de Roma, não foi acolhida por uma parte significativa da população até vários séculos depois da pregação jacobea de que falam as tradições. A primeira semente apostólica não encontrou campo receptivo e teve que aguardar vários séculos para obter resultados satisfatórios na península” (Singul,1999. p.18)

2.8. Os Caminhos de Santiago

2.8.1 A Peregrinação a Santiago de Compostela

Com a descoberta do túmulo do Apostolo, no século IX, existiram crescentes fontes de divulgação, inicialmente a nível regional e depois pela Europa. Com isso, a quantidade de pessoas a viajarem em peregrinação até o túmulo de um dos 12 apóstolos, foi-se avolumando. (Silva, 2004)

Neste período em questão do século IX, como já dito, o rei era Afonso II das Astúrias, sendo que a maior parte da Península Ibérica estava sobre o domínio muçulmano e davam início as primeiras ofensivas cristãs contra esta ocupação. (Silva, 2004)

No processo de reconquista cristã, na luta contra os mouros, na Batalha de Clavijo, a cerca de Logroño, La Rioja (Astúrias), no século IX, ano de 844, no dia 23 de maio, um cavaleiro, montado num cavalo branco que carregava consigo um estandarte branco com uma cruz a

vermelho e uma espada, lutou ao lado dos cristãos, foi identificado pelos mesmos como sendo Santiago. Este combateu com eles e ajudou na vitória. Surge então a lenda de Santiago, o “Matamouros”. (Adrião, 2011; Dias, 1994)

Assim, também é dito que o culto a Santiago serviu também como elemento convergente da cristandade hispânica para o embate e combate contra o Islamismo. (Teixeira, 2008)

A construção da memória sobre São Tiago demonstra-se com uma forte ligação, em que a história e mito se mesclam como uma forte união da sua construção e um movimento de contextualização, a fim de se estabelecer uma legitimidade à descrição apresentada sobre São Tiago como o evangelizador na Hispânia e do seu sepulcro. (Teixeira, 2008)

Embora não haja provas inequívocas sobre a vinda de Santiago à Península Ibérica, assim como, da trasladação do seu corpo, de Jerusalém para a Península Ibérica, desde o descobrimento, ou redescobrimento do suposto túmulo, no século IX, o culto ao Santo foi-se consolidando como uma grande rota de peregrinação na Europa. (Marques, 2000)

No final do século IX, em 899, o número crescente de peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela foi tão acentuado, que foi necessária a construção de um templo maior e de novos locais de acolhimento, sendo que cinco estradas possibilitassem acesso ao templo, e com este aumento de peregrinos, conseqüentemente, houve um aumento no número de ofertas. Com isso, houve um grande crescimento económico e social nesta região da península. (Teixeira, 2008)

Inicialmente, os peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela iam trajados com roupas comuns aos viajantes. Porém, ao longo do tempo, há uma criação de uma indumentária. (Adrião, 2011)

Os peregrinos a Santiago eram normalmente identificados pelos elementos que levavam e de como eram trajados, em que o chapéu era para se proteger do sol; uma capa - esclavina para proteger do frio; bordão - báculo para apoiar-se; cabaça para beber água; bolsa-bi-saco para transportar o dinheiro para as despesas e ofertas; vieira- concha afim de demonstrar o carácter pacífico da viagem. Estes elementos eram tidos como uma forma de identificar os peregrinos, assim como, de uma simbologia, como no caso do bordão, como um espécie de luta entre o bem e o mal. (Dias, 1994)

Os bastões também são utilizados pelos peregrinos, espécie de apoio material para auxiliar no caminho, têm uma simbologia que está ligada à busca, noutros momentos da vida, de algo para ajudar a enfrentar as dificuldades e sofrimentos, intrínsecos e extrínsecos do ser, do corpo e da alma. (Lima, 1994)

As indumentárias eram como a identidade do peregrino, pois esta simbolizava ou seu carácter religioso, num momento de busca e reflexão, em que o trajeto, o caminho, torna-se sagrado e , para vários significados. Ao longo dos tempos, esses trajes foram-se modificando. Contudo, alguns elementos ainda permanecem, sendo que a colcha jacobea atravessou os tempos, tendo como nome científico *Pectem Maximus o Jacobeus*, e comumente, ou popularmente conhecida como vieira, é tida como o elemento mais emblemático da identificação do peregrino, que são utilizados, para além de objeto de identificação, como amuleto e/ou adorno, seja ela natural, sintético, metálico, entre outros materiais e tamanhos. (Rivas, 1997)

Ao regressar a casa, após a peregrinação, o peregrino guardava as vestes e demais elementos que transportava durante a peregrinação, como uma recordação e exemplo aos seus descendentes, ou os entregava a uma igreja de sua devoção, como ex-voto³⁹, como forma de agradecimento por ter regressado. (Adrião, 2011)

Segundo Rocha (1993), alguns registos do século X, apontam que existia uma tradição que ditava o início da peregrinação a Santiago. Era celebrada uma missa, onde a comunidade em que vivia o peregrino orava a favor do mesmo. O peregrino levava consigo os documentos preparados para a sua identificação como peregrino, assim como, a bênção das insígnias que o mesmo levaria e serviriam como identificação do *status* de peregrino pelos locais em que passasse. Esses rituais que antecediam a saída em peregrinação eram realizados, tendo como principal objetivo pedir as bênçãos de Deus para auxiliar a enfrentar as dificuldades de todos os géneros que se poderia ter durante a peregrinação.

Ao longo dos caminhos, nas suas paragens de hospedagem, os peregrinos participavam nas orações das comunidades, e durante a jornada de peregrinação, dedicavam parte do seu tempo

³⁹ Ex-voto: Objeto doado ou colocado em um templo religioso ou local sagrado, como forma de testemunho e/ou agradecimento por ter alcançado uma graça/milagre de realização, de conquista, ou de cura de enfermidade.

de permanência na cidade de Compostela às orações e a outros rituais litúrgicos, como vigílias, missas, penitências, entre outros, na catedral de Santiago e noutras igrejas. (Rocha, 1993)

No século XI, o culto e as peregrinações a Santiago de Compostela já possuíam grandes dimensões na Europa, e o crescente número de milagres atribuídos a ele (Santiago), reforçavam a ideia do culto e as práticas de peregrinação até à cidade de Compostela. (Plötz, 1993)

No século XI, os peregrinos percorriam o caminho vindo de Espanha, por rotas francesas de *Tours, Limoges e Le Puy*, e assim se foi tornando uma rota de peregrinação formal. Durante o Século XII, os caminhos tornam-se elementos de altíssima atratividade, sendo percorridos por milhares de peregrinos de toda a Europa. Assim, no ano de 1139 é criado o Livro V, do *Codex Calixtine*⁴⁰, onde foi idealizada a rota e uma forma de guia para o caminho, contendo informações minuciosas e essenciais dos locais e serviços, tais como, localização monumentos e templos, locais de hospedagem, alimentação, fontes de água, costumes locais, hospitais, entre outras informações que eram pertinentes para os peregrinos. (Adrião, 2011; UNESCO, 2007; Silva, 2004)

Alguns registos do ano de 1130, já identificam quatro caminhos estabelecidos no território francês, sendo que três deles são Paris-Tours-Bordéus, Vézeley-Limoges e LePuy- Conques, que mais à frente, rumo a Compostela, se convergem em Ostabat, entrando em território espanhol e cruzam os Pirinéus em Roncevalles. Já o quarto é de Arles, a passar por Toulouse e atravessa os Pirinéus, por Somoport. Mas entre o início destes caminhos “principais” existentes, há também um conjunto de “sub caminhos” oriundos do norte, centro e sul da Europa. (Silva, 2004)

Os itinerários que englobam, além dos Pirinéus, tiveram uma maior relevância, uma vez que a França era então o reino mais povoado da Europa. (Teixeira, 2008)

Há nesta região peninsular, um crescimento multicultural heterogéneo, em que coexistem tradições indígenas, românicas, germânicas, muçulmanas entre outras, sendo estas tradições expressas nas línguas, hábitos do quotidiano, artes, arquitetura...Este pull cultural, tendo como

⁴⁰ O nome *Codex Calixtine* faz referência ao Papa Calixto II. O *Codex Calixtine* é composto por cinco livros: Antologia Litúrgica; Livro dos Milagres; Livro da Transladação do Corpo; História de Carlos Magno e de Rolando; Guia dos Peregrinos a Santiago de Compostela. (Adrião, 2011)

elemento convergente o culto a S. Tiago, ou aproximado por ele, ao longo desse espaço e tempo, vem a formar uma nova unidade convergente. (Teixeira, 2008)

O Caminho de Santiago, mais especificamente o Caminho Francês, é tido como um grande elemento de ligação à Europa, em que ao longo dos séculos serviu de via de comunicação e integração, cujos transeuntes que o percorreram foram, desde os tidos como os mais nobres conhecidos aos mais humildes anónimos. Estes, de nacionalidades e regiões diversas, bem como, de diversas motivações, convergiam a caminho de uma Europa dita cristã. Assim, o Caminho de Santiago apresenta-se como um elemento de unificação e fortalecimento desta identidade europeia, além de ser um local de partilha de fé, um centro convergente de partilha de ideias e saberes, que são também difundidas pela Europa. (Silva, 2004; Dias 1994)

O crescimento demográfico dos séculos XI-XIII proporcionaram as condições para a construção de infraestruturas, como redes de mosteiros, hospedarias e enfermarias para aos peregrinos e demais viajantes ao longo do caminho, pois os caminhos utilizados pelos peregrinos eram caminhos comuns, por populações locais do quotidiano. (Marques, 2000)

Outro ponto relacionado com os caminhos, é o da construção de locais de auxílio aos peregrinos na Idade Média. Estes baseavam-se no princípio da caridade para com os mesmo, como obras de misericórdia. Assim, surgem pousadas, albergues, hospitais e outros locais para atender às necessidades dos peregrinos. (Dias, 1994)

Por muitos estímulos que existissem, a peregrinação não era uma viagem fácil nos tempos medievais, pois os peregrinos estavam sujeitos a tempestades, inundações, entre outras condições climáticas desfavoráveis. Contudo, existiam diversos outros perigos, para além das intemperes, como assaltantes nos caminhos, ou mesmo nas hospedarias, assim como, os peregrinos e falsos peregrinos que roubavam, e outros casos de violência física a que estes poderiam ser expostos. Porém, os perigos não terminavam aí, pois existia também o risco de não encontrarem um local para se hospedarem, e mesmo encontrando abrigo, não havia a garantia de condições mínimas de higiene, estando assim, expostos a contágio de doenças e outros males. (Marques, 2000)

Quanto à proteção ao peregrino, na Alta Idade Média já havia uma preocupação para com isso, em que, a título de exemplo dessa preocupação, um documento publicado entre os anos de 782

e 786, agravava a punição de homicídio em sessenta soldos⁴¹ sempre que este fosse praticado contra um peregrino. Um decreto do bispo Ivo de Chartres⁴², que estabelece que a pena, em caso de homicídio, contra um peregrino, seria o dobro da pena por qualquer outro homicídio. Já no tempo do imperador Carlos Magno⁴³ surgiu a lei de proteção ao peregrino, sendo que os mesmos deveriam ser identificados com as insígnias de peregrino. Outra ação de proteção foi efetuada pelo então Papa Gregório VII⁴⁴, que estabelece a pena de excomunhão caso se tentasse prender ou espoliar um peregrino ou clérigo. (Marques, 2000)

O peregrino era tido com um indivíduo sem nacionalidade, sem localidade, livre no tempo e espaço enquanto peregrinava, durante o qual era protegido, cuja preocupação de acesso a esse transeunte, e a garantia da sua segurança, era defendida por leis, atribuindo penas a quem cometesse algum ato contra a integridade do peregrino. Essas preocupações de zelar pelos peregrinos, também podem ser explicadas pelo impacto da grande circulação desses pelos caminhos, estimando-se que, entre os séculos XI e XV circulavam, anualmente, cerca de 25.000 a 50.000 peregrinos. (Arenas, 1998)

Assim, nos tempos que se seguiram, também foram criadas sanções, no século XII, para conter ou inibir as ações contra os peregrinos e demais transeuntes ao longo dos caminhos, como camponeses, mercadores e outros viajantes, pois havia um medo com proporção generalizada. Com isso, seria também aplicada a pena de excomunhão a quem cometesse delito contra os mesmos. (Marques, 2000)

A Igreja Católica tinha grande interesse em manter os peregrinos em segurança, principalmente porque muitos deles realizavam a peregrinação para cumprir promessas, mas também porque levavam ao santuário oferendas, como joias, obras de arte e outras mercadorias, motivo também pelo qual os assaltantes visavam tanto os peregrinos. (Marques, 2000)

No século XIII, mais precisamente no ano de 1226, Afonso IX de Castela⁴⁵, declarou aos seus súditos, quanto ao ato de não molestar os peregrinos, que transitassem pelas suas terras. E Filipe

⁴¹ Soldo: Moeda romana em ouro criada no século IV com circulação até o século X.

⁴² Ivo de Chartres (1040-1115): Fora Bispo do ano 1090 até sua morte em 1115.

⁴³ Carlos Magno (742-814): Fora Rei dos Francos, Rei dos Lombardos e Imperador Romano-Germânico.

⁴⁴ Papa Gregório VII (1073-1085): Fora Papa entre os anos de 1073 a 1085.

⁴⁵ Afonso IX de Castela (1171-1230): Fora Rei de Leão e Castela entre os anos de 1188 a 1230.

de Beaumanoir⁴⁶ institui que, qualquer peregrino que fosse preso ou molestado de forma arbitrária, deveria ser libertado, e que os seus bens confiscados fossem devolvidos. (Marques, 2000)

Mas mesmo com as intervenções para coibir os atos contra os peregrinos, os casos de violência continuam. No século XV, muitas vezes ordenados ou estimulados pelos nobres galegos, os peregrinos eram assaltados, uma vez que os peregrinos, por vezes, levavam oferendas valiosas a serem entregues “ao Apóstolo”. (Marques, 2000)

A insegurança perante a peregrinação era de tal magnitude, que antes de saírem em peregrinação, havia também a prática de se fazer um testamento. (Marques, 2000)

Como já dito, o período áureo das peregrinações a Santiago de Compostela foi na Idade Média. Contudo, após a Reforma Protestante, no séc. XVI, houve um grande declínio no número de pessoas a peregrinarem rumo à cidade de Santiago de Compostela, e assim se manteve até meados do séc. XX. (Silva, 2004)

Contudo, somente no ano de 1884, pelo então Papa Leão XIII⁴⁷, a Igreja Hierárquica reconheceu que a Catedral de Santiago abrigava os restos mortais do Apóstolo Tiago Maior. (Adrião 2011; Cardoso e Almeida, 2005)

A importância e relevância do Caminho de Santiago para a Europa recebe um novo brilho e destaque com a vinda do então Papa João Paulo II⁴⁸ à cidade de Compostela, no ano de 1982, em que discursou sobre a importância do Caminho para a aproximação e compreensão dos povos face às suas diferenças, e posteriormente, no ano de 1987, quando o Conselho da Europa classifica os itinerários compostelanos como o Primeiro Itinerário Cultural Europeu, sendo esta classificação um marco do reconhecimento dos Caminhos de Santiago para a formação de uma identidade cultural e espiritual europeia. Além disso, após a nova visita e peregrinação do Papa João Paulo II a Santiago de Compostela, no ano 1989, há um renascer e crescimento dessas peregrinações. (Silva, 2004)

⁴⁶ E Filipe de Beaumanoir (?-1296): Fora poeta e Jurista.

⁴⁷ Papa Leão XIII (1810- 1903): Fora Papa entre os anos de 1878 a 1903.

⁴⁸ Papa João Paulo II (1920- 2005): Fora Papa entre os anos de 1978 a 2005.

Em Arenas (1998), é feito um questionamento quanto à fixação de rotas rígidas, em que diz que os caminhos erroneamente se fixam por meio de rotas românicas, ou de artes e arquitetura, mas o caminho não se resume a isso, pois seja caminho feito por terra, mar, ou ar, o que importa é o destino, chegar ao local sagrado, como por exemplo, não ficar preso a vantagens turísticas, económicas e culturais, podendo assim o peregrino decidir por onde quer ir. Contudo, desde o Códex Calixtino, foram criados e são criados mapas e definições de rotas.



Imagem II: Mapa I - Caminhos de Santiago na Europa⁴⁹

Os Caminhos de Santiago de Compostela foram proclamados em 1987, o Primeiro Itinerário Cultural pelo conselho europeu (como já mencionado). Em 1993, o Caminho de Santiago Espanhol recebe o título da UNESCO como Património da Humanidade, e em 1998 o Caminho de Santiago Francês recebe o mesmo título. (UNESCO, 2007)

Os Caminhos Espanhóis, que são reconhecidos pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, estão inseridos na fronteira franco-espanhola, ou seja, têm início na fronteira com França. Existem dois caminhos oficiais na fronteira com França, o caminho que entra por

⁴⁹ Caminhos de Santiago na Europa: Imagem esta que consta na Credencial do Peregrino na contemporaneidade. Disponível em: http://www.caminhodesantiago.com.br/mapas/mapa_credencial_ceuropa.htm

Roncesvalles (Valcarlos Pass) e Canfranc (Somport Pass), que a oeste de Pamplona se fundem. Ao longo desses caminhos, estão cerca de 1.800 (mil e oitocentas) edificações, sendo estas tanto religiosas como seculares, cercados de muita história, e 166 (cento e sessenta e seis) cidades. (UNESCO, 2007)

O Caminho de Santiago Francês é considerado o de maior tradição e história, sendo que este é o mais reconhecido internacionalmente. O traçado atual foi fixado no final do século XI, tendo como principais responsáveis Sancho III o Maior⁵⁰, Sancho Ramirez de Navarrae Aragão⁵¹ e Afonso VI⁵². (UNESCO, 2007)

Os Caminhos de Santiago Francês e Espanhol são considerados também como importantes elementos que retratam a evolução arquitetônica da Europa no decorrer de vários séculos. Em especial, o Caminho representa o nascimento da arte românica, com a construção posterior das catedrais góticas e de mosteiros. (UNESCO, 1998)

É incontestável a importância cultural e religiosa que tangem o Caminho de Santiago na história da Europa, sendo diversas as formas de abordar este fenómeno de peregrinação no presente. (Sousa, 1999)

No decorrer dos séculos, o Caminho de Santiago teve uma redução significativa no número de pessoas que realizam a peregrinação. Porém, não houve interrupções desde que começaram as peregrinações. (Xacobeo Galicia, s/d)

Ao longo da história as peregrinações tiveram várias funções, e em momento algum teve exclusivamente uma função religiosa, houve sim, uma predominância religiosa em determinados momentos, que perpassou por funções culturais, e na atualidade, destaca-se a função económica. (Sousa, 1999)

Das peregrinações à Santiago de Compostela na contemporaneidade, Singul (1999), faz uma

⁵⁰ Sancho III o Maior/Sancho III Garcês (901- 1035): Rei de Navarra entre os anos de 1004 a 1035.

⁵¹ Sancho Ramirez de Navarra (1043-1094): Rei de Aragão entre os anos de 1063 a 1094, e de Navarra 1076 a 1094.

⁵² Afonso VI (1043-1109): Rei de Leão entre os anos de 1065 a 1109, Rei de Castela 1072 a 1109, Rei da Galiza 1073 a 1109, e Rei de Toledo de 1085 a 1109.

descrição dessas motivações, que vão além das motivações religiosas católicas:

... Certamente os motivos religiosos tradicionais – por devoção, voto, petição de um favor concreto etc. – têm plena vigência. No entanto, há motivações culturais e ecológicas que movem as pessoas, sobretudo os jovens, a fazer o Caminho: o encontro com uma bonita e variada paisagem da rota jacobea, a aproximação com a arte medieval europeia, a vivência da ecologia; em suma, interesses socioculturais nos quais se misturam o meio ambiente, a cultura e a história do Caminho. Muito características são as motivações religioso-culturais, nas quais se dá uma significativa mistura de devoção e cultura, de espiritualidade e arte. E, em geral, estão muito vivas as motivações espirituais. A vivência do Caminho de Santiago, hoje em dia, é uma forma de praticar o ecumenismo espiritual: são católicos, protestantes, anglicanos, budistas e de outras religiões os peregrinos que caminham para Compostela a cada ano. Entre as motivações pessoais, destaca-se o seguir a rota jacobea como prática de meditação sobre a própria vida, ou de um aspeto muito concreto de seguir a mesma; é uma forma de terapia para “encontrar a si mesmo”. (Singul, 1999. p.66)

É possível compreender que, ao longo dos tempos, as peregrinações a Santiago de Compostela tiveram várias motivações e significados, destes, alguns estão presentes na atualidade de forma integral ou parcial, mas existem tantas outras que foram criados, processos e questões que são construídas e reconstruídas, em que englobam e/ou ressaltam determinados elementos, conforme necessidades e interesses.

2.8.2 Os Caminhos a Santiago de Compostela em Portugal

Como já mencionado, no final do Século XI, em 1095, é proclamado, pelo então Papa Urbano II⁵³, as Cruzadas. Sendo assim, nestas surgem as Ordens Militares⁵⁴, que no decorrer do século XII ganham destaque e importância, uma das quais, o seu papel no combate aos que não profetizavam o cristianismo, ou seja, tinham um caráter militar/religioso, sendo estes monges e soldados⁵⁵. (Apolinário, 2013)

Assim, é possível compreender o caráter e surgimento das Ordens Militares, surgindo entre elas

⁵³ Papa Urbano II (1042-1099): Foi Papa entre os anos de 1088 a 1099.

⁵⁴ Ordens Militares: As ordens militares religiosas surgem como dentre principais motivos proteger os peregrinos cristãos.

⁵⁵ O então Papa Urbano II faz uso do poder conferido através da Reforma Gregoriana, reforma que institui poderes aos Papas, sendo este poder acima dos poderes dos reis, sendo então compreendido o poder papal acima de qualquer outro poder vigente na terra, a estar abaixo apenas do poder de Deus. (Apolinário, 2013)

a Ordem de Santiago, no ano de 1170, tendo como objetivos, defender os territórios e enfrentar batalhas na conquista contra os muçulmanos. (Apolinário, 2013)

Em Apolinário (2013), pondera-se sobre a Ordem de Santiago, e de como esta esteve, e está, presente num contexto histórico português, sendo que esta ordem militar teve um papel relevante na expulsão e ocupação da Península Ibérica, principalmente, contra os mouros. Estes traços e registos culturais de devoção ao Santo, espalhados pelo atual território português, sendo estes bem diversos, desde objetos, edificações, esculturas, entre outras, que demonstram esta ligação, crença e valorização do culto a Santiago.

A Ordem Militar de Santiago possuía caráter defensivo e ofensivo, em que se pode exemplificar o caráter defensivo aquando da proteção daqueles que seguiam ao local de devoção e as relíquias de Santiago e também de proteção contra invasores. Num caráter ofensivo, exemplifica-se, mais pertinentemente no combate aos muçulmanos, na Península Ibérica, mas também, como responsáveis pela manutenção das fronteiras, segurança e repovoamento da área peninsular. (Apolinário, 2013)

Estes cavaleiros seguiam sobre as insígnias do Apóstolo, faziam voto de pobreza, seguiam as regras de Santo Agostinho. Contudo, não tinham de fazer votos de castidade. Sendo assim, é criada a Cruz de Santiago, um elemento simbólico emblemático da luta. Depois, também é incorporada a vieira⁵⁶, que identifica os peregrinos a Santiago de Compostela (ver imagens III e IV). (Apolinário, 2013)

Na contemporaneidade, os peregrinos a Santiago levam consigo a credencial do peregrinos⁵⁷, documento que os identifica e é necessário para ter acesso aos albergues públicos ao longo dos

⁵⁶ “A primeira vez que aparece a vieira como símbolo jacobeu é no sermão *Veneranda dies: os peregrinos que vão a Jerusalém levam palmas – símbolo de triunfo, como as que ostentavam as pessoas que receberam Jesus na sua entrada na cidade santa -, e os peregrinos que vão a Compostela levam vieiras cosidas nas roupas, como símbolo das boas obras, para honrar a São Tiago. Este é o significado cristão que para a Veneranda têm as conchas das vieiras: as boas obras. Tal significado curativo, profilático e simbólico das conchas de vieira que se desenvolverá, a partir do século XII e durante muitos anos, diante da porta norte da Catedral de Santiago.*” (Singul, 1999. p.59-60)

⁵⁷ A credencial do peregrino tem suas origens nas ditas cartas de apresentação e salvo-conduto, em que era expressa sua condição de peregrino que por vezes permitia aos peregrinos alguns privilégios, como por exemplo, livre passagem. Em dezembro de 2015 é anunciado pelo Escritório do Peregrino em Santiago de Compostela, que para a emissão da Compostela, torna-se única e obrigatória o uso da credencial do peregrino que é emitida pela Escritório do Peregrino, redistribuída/vendida por outras instituições. Esta alteração começa a ter validade em abril 2016, sendo também estabelecido o preço máximo de comercialização da credencial a dois euros. Mais informações em: <http://peregrinosantiago.es/esp/peregrinacion/la-credencial/>

Caminhos. A credencial também é utilizada como registo e identificação de passagem dos peregrinos, em que a mesma deve ser apresentada no final da peregrinação para comprovar o trajeto e distancia percorrida, se assim for solicitado, a Compostela⁵⁸. Durante a viagem é necessário que o peregrino carimbe a credencial, no mínimo, duas vezes ao dia, em albergues, igrejas, capelas, estabelecimentos comerciais, entre outros locais, a fim de comprovar que esteve de passagem por esses locais. Para ser considerada “válida” a peregrinação, a fim de requerer a Compostela, é necessário que o peregrino percorra no mínimo 100 quilómetros a pé ou a cavalo, ou 200 quilómetros de bicicleta.



Imagem III: Cruz de Santiago⁵⁹



Imagem IV: Vieira com a Cruz de Santiago⁶⁰

⁵⁸ A Compostela é uma espécie de diploma que é conferido ao peregrino, a atestar que o mesmo fez a peregrinação a Santiago de Compostela. Este documento é feito pela *Oficina del Peregrino* (Escritório do peregrino), sendo este documento escrito em latim, bem como o nome do peregrino, ou melhor dizendo, traduzido para o latim.

⁵⁹ Fonte imagem Cruz de Santiago. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Cruz_de_Santiago

⁶⁰Fonte imagem Vieira com a Cruz de Santiago. Disponível em: <http://odespertardaespiritualidade.blogspot.pt/2012/04/concha-grande-simbolo-do-caminho-de.html>

Neste processo de adoração a Santiago, no século XI, surgiram, no território que hoje é Portugal, vários templos religiosos dedicados ao Santo, sendo possível compreender a dimensão que tomava tal adoração no território, uma vez que já nas primeiras décadas de descoberta do túmulo, que atribuído como sendo o de Santiago, mais precisamente, passados apenas pouco mais de três décadas da descoberta, a Igreja de Castelo do Neiva⁶¹ foi dedicada ao Santo, sendo que, até o final do século, já existiam mais de vinte igrejas, tendo Santiago como patrono. (Marques, 2000)

Para se compreender um pouco mais sobre a dimensão que tomou a adoração ou culto ao Apóstolo S. Tiago no território português, Marques (2000), apresenta um quadro do Anuário Católico de Portugal dos tempos atuais, em que apresenta o número de paróquias e os seus respectivos Apóstolos como padroeiros, em que, num total de 660 paróquias, 283 têm S. Pedro como padroeiro, seguido por S. Tiago com 187, e para um efeito mais comparativo, em terceiro segue S. André, com 70. O maior número de paróquias que têm S. Tiago como padroeiro encontra-se no norte de Portugal, destacando-se, Braga com 42, Porto com 28, Viana do Castelo com 22 e Vila real com 17, facto este explicado pela proximidade com a região da Galiza. Através das informações supracitadas, pode-se compreender melhor a dimensão do culto a Santiago, em Portugal, de norte a sul do país.

Quanto às origens dos caminhos em Portugal, a partir do século XII, e de como estas rotas foram estabelecidas ao longo dos tempos, e quais os caminhos preferidos, uma vez que, há relativamente pouco tempo ainda não constavam, nos mapas dos caminhos europeus a Santiago de Compostela, menções à rota Portuguesa, destaca-se que o Caminho até “...então figurava apenas o traçado correspondente a peregrinação da rainha Santa Isabel - de Coimbra a Santiago -, sendo hoje muito diferente o panorama dos conhecimentos neste sector.” (Marques, 2000,p. 13-14).

Os ditos Caminhos de Santiago em Portugal, não eram espaços ou rotas incomuns de trânsito das populações locais, que estas utilizavam no dia-a-dia. Contudo, através das experiências compartilhadas entre os peregrinos e os conselhos e saberes das populações ao longo dos caminhos, foram estabelecendo-se trajetos e rotas mais rápidas, seguras e convenientes aos

⁶¹ Igreja de Castelo do Neiva: Está localizada no Município de Viana do Castelo.

peregrinos, assim como, foram surgindo estruturas de apoio aos peregrinos, o que aumentava a preferências de passagem em certas localidades. (Marques, 2000)

Nesta fixação de preferências por alguns caminhos, é dito por Marques (2000) que:

...podemos afirmar que a maior parte dos peregrinos portugueses e europeus que escolhiam Lisboa, como escala do seu percurso para Santiago, optavam pela via tradicional até ao Porto, que seguia de perto o traçado da antiga estrada romana, que vinha de Mérida e Lisboa, passava por Santarém e Coimbra até ao Douro, em Portucale. Daqui no período medieval, podia seguir-se para Braga, rumando, depois para Ponte de Lima, Valença e Santiago, mas o caminho frequentado era o de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença, Santiago, havendo também quem seguisse pelo litoral, ou mesmo de barco para os portos do norte de Portugal e da Galiza. De Rates, alguns seguiam para Braga, donde inflectiam para Valença, atravessando as pontes de Prado e de Ponte de Lima. (Marques, 2000, p. 15-16)

Como se pode verificar, nos caminhos a Santiago, em Portugal, nomeadamente, os caminhos medievais que levavam a Santiago de Compostela, não tinham um ponto único de partida, mas sim, “trechos” vias intermediárias, ligações entre ligações, de cidades para cidades, e não necessariamente, uma via única. Assim, diz-se que não havia um caminho a Santiago, sendo que, na Idade Média, se falava em caminhos como o Caminho do Porto, as Vias de Braga e Guimarães. (Dias, 1994)

Os caminhos a Santiago de Compostela, entre Portugal e Espanha, foram importantes elementos de aproximação entre estas nações e os seus respetivos cidadãos, sendo um importante elo histórico e cultural.

Parece ser indubitável que as constantes peregrinações a Santiago devem ter contribuído para uma intensificação nas relações entre o norte de Portugal e a Galiza, para além naturalmente do intercâmbio constante entre as populações vizinhas de ambos os lados. Esse intercâmbio assume um particular significado nesta área territorial, onde os contactos entre os homens decorrem com a maior normalidade ao longo da Idade Média embora por vezes sobressaltados por incidentes ou conflitos prontamente sanados. (Moreno, 1992, p.75)

Os caminhos em Portugal foram locais de passagem em peregrinação de vários personagens históricos, tanto nacionais como estrangeiros, de grande importância política, económica e religiosa. Nacionais como: Conde D. Henrique, em 1097; D. Afonso II, em 1219; D. Sancho II, em 1244; Rainha Santa Isabel, em 1325; D. Pedro, Conde de Barcelos, em 1336; Rei D. Manuel, em 1502. Os estrangeiros foram: Leão de Rozmital, Barão de Boémia, em 1446; Nicolau de Polielovo, da Silésia, na Polónia, em 1484; Jerónimo Muenzer, de Nuremberga, em 1495; D.

Edme de Saulieu, Dom Abade de Claraval, em 1531-1533; Clenardo o célebre humanistas, em 1537; Sigmundo Cavalli, em 1567-1568; Erich Lassota de Steblovo, militar de Filipe II, em 1581; João Baptista Confalonieri, em 1594; Cosme de Medicis, em 1669. Estes seguiram trajetos variados, sendo que os estrangeiros passaram por Portugal no momento de ida a Santiago ou do seu retorno, e faziam o trajeto consoante os interesses políticos e religiosos. (Dias 1994; Marques, 2000)

Outro ponto importante sobre os caminhos que os peregrinos seguiam em Portugal, é que estes eram escolhidos de acordo com a conveniência dos peregrinos. Alguns procuravam rotas que passavam por locais onde existiam templos religiosos do seu interesse, outros davam primazia a locais com determinadas hospedagens e auxílios, e assim ao longo dos tempos e necessidades, os caminhos vão-se construindo e desconstruindo. (Dias 1994)

É bem evidenciado que os Caminhos de Santiago são vários, sendo que não se pode afirmar qual é o caminho realizado por Santiago, ou que o caminho não é de Santiago, mas sim, os caminhos que levam a Santiago: *“Encontra-se, de igual modo, provado, que não havia somente um caminho português a Santiago, mas algumas vias percorridas pelos peregrinos que se dirigiam ao santuário jacobeu.”* (Moreno, 1992, p.75)

Assim, Moreno (1992) aborda estas múltiplas rotas, ou caminhos no norte de Portugal.

Coube o mérito a Carlos Alberto Ferreira de Almeida de demonstrar de um modo inequívoco quais as principais vias de acesso a Santiago de Compostela existentes no Norte de Portugal. Sendo muito percorridas todas as vias que iam dar à Galiza, duas delas contudo, que partiam da cidade do Porto, foram largamente utilizadas. Uma delas dirigia-se a Braga, seguindo daí para Ponte de Lima, Valença e Tui. E outra tomava a direção de Ponte do Ave, Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença e Tui”... (Moreno, 1992, p.75)

Em Reira (2007), é descrito como surgiu, ou como foi recuperado, ou reformulado o Caminho Português. Através das narrativas feitas, apresenta alguns critérios e discussões sobre o traçado, no ano de 1992.

O traçado comumente utilizado em Portugal, teve as suas origens entre os séculos XII e XIII, no dito Caminho Medieval e Vias Romanas que, em dado momento, se sobrepõem, mas, uma vez que alguns pontos que já não existiam, ou eram inviáveis, novos traçados foram adaptados. Contudo, as Vias Romanas, mais especificamente, no caso do Caminho Português, a Via XIX

de António⁶², era palco de deslocamento de tropas e equipamento, desprivilegiando as aldeias, templos e outros locais de interesse, assim como as necessidades de outros viajantes. Assim, os traçados estabelecidos outrora para a peregrinação, privilegiavam o caminho de interesse e necessidades dos peregrinos, ou seja, locais onde comer, templos religiosos, locais de hospedagem, entre outros. Com isso, nos tempos atuais, a base de necessidades não é muito diferente. (Reira, 2007)

Os caminhos e traçados foram estabelecidos, de maneira a proporcionar passagem por locais mais tranquilos e agradáveis, distanciados de locais com maior trânsito ou grandes obstáculos. Como tal, é descrito que, o caminho ou traçado era modificado de maneira que fosse conveniente aos peregrinos, em comparação a um local ou passagem que lhes fosse inconveniente. Com isso, lança-se mão da analogia dos Caminhos de Santiago, como um grande rio a desaguar em vários afluentes, ou seja, defende-se a ideia de múltiplas rotas e caminhos. (Reira, 2007)

Através das imagens (V-VI) que se seguem, dos mapas II e III, há uma melhor compreensão das dimensões e ramificações dos caminhos existente em Portugal, e de como estes abrangem o território português, do sul do país, até chegar ao território espanhol, à cidade de Santiago de Compostela.

Atualmente, o Caminho de Santiago é a terceira maior rota de peregrinação cristã do mundo, considerando que, no ano de 2013, 215.880 pessoas, em 2014, 237.886 pessoas e em 2015, 262.458 pessoas realizaram a peregrinação a Compostela (ver tabelas I, II e III)⁶³, sendo o Caminho Português⁶⁴, a segunda rota mais praticada. (Oficina del Peregrino, 2016)

⁶² A Via Romana XIX ligava Bracara a *LucusAugusti* (Lugo) através de Limia (Ponte de Lima), Tude (Tui, Ad Duos Pontes (Pontevedra) e *AquaeCelenae* (Calda de Reis). As Vias recebi ou era também conhecida pelo nome de quem a mandou fazer, neste caso Itinerário de António.

⁶³ Os dados apresentado foram obtidos através da Escritório do Peregrino, disponível em: <http://peregrinosantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/> Acesso em: 03 de Jan. de 2016.

⁶⁴ Vale ressaltar, que o dito Caminho Português, não se resume ao caminho somente em Portugal, os dados sobre o Caminho Português, também englobam locais que iniciam-se em Espanha, que também fazem parte do Caminho Português.



Imagem V: Mapa II - Caminhos de Santiago em Portugal
 Fonte: <http://acaminhodesantiago.wordpress.com/o-caminho/>



Imagem VI: Mapa III - Dos Caminhos de Santiago no Norte de Portugal
 Fonte: <http://www.caminhodesantiago.com/mapas.htm>

Tabela I- Dados Estatísticos da Peregrinação de 2015

Caminhos	Nº. Peregrinos	%
Caminho Francês	172.207	65,61
Caminho Português	43.135	16,44
Caminho do Norte	15.871	6,05
Caminho Primitivo	11.426	4,35
Caminho Inglês	9.247	3,52
Via De la Plata	9.221	3,51
Muxia - Finisterra	758	0,29
Outros	371	0,14
Caminho de Inverno	210	0,08
Total	262.458	100%

Tabela II- Dados Estatísticos da Peregrinação de 2014

Caminhos	Nº. Peregrinos	%
Caminho Francês	237.886	68,10
Caminho Português	35.491	14,92
Caminho do Norte	15.071	6,34
Via De la Plata	8.490	3,57
Caminho Primitivo	8.275	3,48
Caminho Inglês	7.194	3,02
Outros	711	0,30
Muxia - Finisterra	652	0,27
Total	237.886	100%

Tabela III- Dados Estatísticos da Peregrinação de 2013

Caminhos	Nº. Peregrinos	%
Caminho Francês	151.761	70,30
Caminho Português	29.550	13,69
Caminho do Norte	13.393	6,20
Via De la Plata	9.016	4,18
Caminho Primitivo	6.854	3,17
Caminho Inglês	4.404	2,04
Outros	444	0,21
Muxia - Finisterra	454	0,21
Total	215.880	100%

Os dados apresentados nas tabelas I, II e III, permitem perceber que houve um aumento, tanto total como proporcional, no número de pessoas que realizam a peregrinação a Santiago de Compostela, utilizando o Caminho Português.

Outros dados estatísticos do Escritório do Peregrino⁶⁵ tornam-se relevantes para compreender o perfil destes peregrinos a Santiago de Compostela, no que refere às questões declaradas sobre Sexo; Meios Utilizados; Faixa Etária; Motivações; Nacionalidades, contrapondo, assim, os diferentes anos, a fim de demonstrar as dinâmicas desta peregrinação.

Tabela IV: Sexo

Sexo	2013	2014	2015
	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)
Masculino	117.873 (54,60%)	128.500 (54,02%)	138.929 (52,93)
Feminino	98.007 (45,40%)	109.386 (45,98%)	123.529 (47,07%)
Total	215.880 (100%)	237.886 (100%)	262.458 (100%)

Tabela V: Meios Utilizados

Meios Utilizados	2013	2014	2015
	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)
A Pé	188.191 (87,17%)	210.944 (88,67%)	236.273 (90,02%)
De Bicicleta	26.646 (12,34%)	25.324 (10,65%)	25.343 (9,66%)
A Cavallo	977 (0,45%)	1.520 (0,64%)	771 (0,29%)
Cadeira de Rodas	66 (0,03%)	98 (0,04%)	71 (0,03%)
Total	215.880 (100%)	237.886 (100%)	262.458 (100%)

Tabela VI: Faixa Etária

Faixa de Idades	2013	2014	2015
	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)
Menores de 30 anos	61.114 (28,31%)	67.348 (28,31%)	74.721 (28,47%)
Entre 30 e 60 anos	121.305 (56,19%)	131.764(55,39%)	143.885 (54,82%)
Maiores de 60 anos	33.461 (15,50%)	38.774 (16,30%)	43.852 (16,71%)
Total	215.880 (100%)	237.886 (100%)	262.458 (100%)

Tabela VII: Motivações

Motivações	2013	2014	2015
	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)	Nº. peregrinos (%)
Cultural- Religiosa	117.785 (54,56%)	120.412 (50,62%)	141.969 (54,09%)
Religiosa	86.291 (39,97%)	101.013 (42,46%)	99.680 (37,98%)
Cultural	11.804 (5,47%)	16.461 (6,92%)	20.809 (7,93%)
Total	215.880 (100%)	237.886 (100%)	262.458 (100%)

⁶⁵ Os dados apresentados (quantidade e percentual) correspondem ao total de peregrinos, nos diversos caminhos contabilizados, pois não há disponível, dados somente dos perfis dos peregrinos do Caminho Português.

Quadro I: Nacionalidades

Nacionalidades	2013 Nº. peregrinos (%*)	2014 Nº. peregrinos (%*)	2015 Nº. peregrinos (%*)
Espanha	105.891(49,05%)	113.624(47,76%)	122.344 (46,61%)
Itália	15.621(14,20%)	20.241(16,29%)	22.121 (15,79%)
Alemanha	16.203 (14,73%)	16.345(13,15%)	18.855 (13,46%)
Estados Unidos	10.125(9,21%)	11.577(9,32%)	13.658 (9,75)
Portugal	10.698 (9,73%)	11.655(9,38%)	12.465 (8,90%)
França	8.305 (7,55%)	9.345(7,52%)	9.910 (7,70%)
Reino Unido	4.207 (3,82%)	4.395(3,54%)	5.415 (3,86%)
Irlanda	5.212 (4,56%)	5.020(4,04%)	5.360 (3,83%)
Canadá	3.373 (3,07%)	(-)	4.199 (3,00%)
Coreia	(-)	3.840 (3,09%)	(-)

%*: Os percentuais correspondem ao total de peregrinos dos caminhos diversos.

(-): Sem informação disponível

Para melhor se compreender como é a distribuição e os locais de partida, ou início das peregrinações no território português a Santiago de Compostela, é apresentado a seguinte quadro.

Quadro II: Local de Início

Local de Início	2013 Nº. peregrinos (%*)	2014 Nº. peregrinos (%*)	2015 Nº. peregrinos (%*)
Porto	8.859 (4,10%)	10.636 (4,47 %)	13.199 (5,03%)
Valença do Minho	4.380 (2,03%)	4.551 (1,91%)	5.697 (2,17%)
Resto Portugal	1.602 (0,74%)	2.245 (0,94 %)	2.140 (0,82%)
Lisboa	1.067 (0,49%)	1.435 (0,60 %)	2.059 (0,78%)
Ponte de Lima	966 (0,45%)	1.315 (0,55 %)	1.564 (0,60%)
Braga	399 (0,18%)	565 (0,24%)	505 (0,19%)
Barcelos	554 (0,25%)	542 (0,23%)	608 (0,23%)
S. Pedro de Rates	635(0,29)	531 (0,22%)	765 (0,29%)
Chaves	368 (0,17%)	328 (0,14%)	322 (0,12%)
Guimarães	178 (0,08%)	282 (0,12%)	310 (0,12%)
Viana do Castelo	161 (0,07%)	184 (0,08%)	227 (0,09%)
Coimbra	123 (0,06%)	157 (0,07%)	253 (0,10%)
Guarda	94 (0,04%)	151 (0,06%)	257 (0,10%)
Fátima	102 (0,05%)	134 (0,06%)	176 (0,07%)
Viseu	63 (0,03)	70 (0,03%)	56 (0,02%)
Póvoa de Varzim	75 (0,03%)	60 (0,03%)	98 (0,04%)
Aveiro	29 (0,01)	39 (0,02 %)	20 (0,01%)
Faro	17 (0,01)	37 (0,02 %)	36 (0,01%)
Esposende	38 (0,01%)	24 (0,01 %)	74 (0,03%)

(%*) Os percentuais correspondem ao total dos locais de início das peregrinações a Santiago.

Através dos dados apresentados, é possível compreender que existe um aumento crescente no número de peregrinos a Santiago de Compostela, sendo que a motivação apenas religiosa está em segundo lugar na lista das motivações, em comparação com os três anos apresentados. O Caminho Português vem-se consolidando como a segundo maior rota praticada, sendo que, no cenário Português, a cidade do Porto aparece como principal local de início da peregrinação.

Capítulo III**3. Das Observações, Interpelações e Meandros****3.1 Da Observação Participante**

Neste ponto inicial deste capítulo, para desenvolvimento e descrição da Observação Participante, destaca-se que esta construção foi realizada através de um agrupamento de questões vivenciadas e/ou relatadas dos factos e experiências como peregrino. O período de realização dessa Observação Participante deu-se em maio de 2015, mais precisamente, entre os dias 8 e 24 de maio. Contudo, houveram outros momentos que Observação Participante que são descritos nos capítulos seguintes.

Essa Observação Participante consistiu na vivência de realizar a viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, pela Rota Portuguesa, como já mencionado, tendo como início da caminhada a cidade do Porto, seguindo pelo caminho, referido por alguns, como sendo o Caminho Central, trajeto esse, aproximadamente, de 260 km (duzentos e sessenta quilómetros).

As principais localidades de passagem e hospedagem foram em Portugal: Porto; Vairão*⁶⁶; Macieira da Maia (Vilarinho); São Pedro de Rates*; Barcelinhos*; Barcelos; Tamel*; Ponte de Lima*; Rubiães*; Valença do Minho. Em Espanha: Tui*; Porriño*; Redondela*; Mos; Pontevedra*; Briallós; Calda de Reis*; Padrón*; Teo; Santiago de Compostela*.

Assim, foi realizada a viagem a pé, por esta ser a forma mais tradicional e usual na atualidade, como já apresentado⁶⁷. Preconizou-se seguir o trajeto indicado pelas sinalizações indicativas (setas amarelas e marcos) e utilizar como meio de hospedagem, os albergues públicos, da então descrita rota. Com isso, procurou-se ter esta vivência do peregrino, observá-los, indagá-los sobre as motivações, e também perceber como estes interagem com os demais peregrinos e com as pessoas que vivem e transitam por estas localidades, ao longo do Caminho Português, e os comportamentos e percepções sobre os caminhos, os albergues, os locais de visita, descanso, orações, entre outros.

⁶⁶ Localidades estas assinaladas com (*) indicam que foram realizadas hospedagem, sendo para tal utilizado os albergues públicos.

⁶⁷ Ver capítulo I descrição do número de peregrinos, origem, e meio de locomoção utilizado para realizar a peregrinação.

As formas e conteúdos apresentados tiveram em conta o trabalho de investigação realizado, no âmbito do mestrado, realizado entre os anos de 2010/2012, como alternativa complementar para aprofundar as apresentações e questões do trabalho anterior de dissertação de mestrado. Com isso, lançou-se mão desse trabalho anterior, quanto à utilização do mesmo método, para contrapor e justapor algumas questões que são apresentadas nas reflexões, no final deste capítulo.

3.1.1 Olhares e Vivências

3.1.1.1 Dos Caminhos

Como mencionado, a viagem de peregrinação iniciou-se na cidade do Porto, antecedendo-se a esta, a realização, pela madrugada, da viagem de Coimbra ao Porto de comboio.

No início da viagem, no dia 8 de maio de 2015, na cidade do Porto, foi possível observar algumas questões. Aquando da chegada ao local de início, à Sé Catedral, às 08:15 horas, a mesma ainda se encontrava fechada. Eram cerca de 20 peregrinos que iniciariam a peregrinação no Porto, ou iriam dar continuidade, sendo também este o local utilizado pelos peregrinos para adquirir a credencial do peregrino e/ou carimba-la para registar a passagem.

Dentre esses peregrinos, alguns transportavam roupas, calçados, mochilas, máquinas fotográficas, mapas e guias, desde equipamento mais simples aos mais sofisticados. Do total, três estavam de bicicleta e com pequenas mochilas atreladas.

Quanto aos peregrinos que aguardavam a abertura da Sé Catedral, foi possível verificar a presença de elementos de diversas nacionalidades, através dos diálogos iniciais e de outras observações, como os sotaques bastante variados. Durante os diálogos, surgiram temas como, qual o caminho/trajeto que pretendiam fazer, onde iriam ficar/pernoitar... Alguns indicaram, enquanto outros, para além de dizerem, mostraram o caminho/trajetos e locais por onde iriam passar, apontando nos mapas e guias que levavam, justificando, por vezes, a escolha dos trajetos pelas condições dos locais de passagem, pelas condições dos albergues, bem como, por terem recebido indicação de pessoas que já tinham percorrido o caminho, ou até mesmo,

seguindo as informações dos guias.

Os primeiros destinos eram diversos, como a paragens por albergues, públicos, outros por albergues privados, outros que faziam o primeiro trecho de saída da cidade por metro⁶⁸ para evitar o trânsito e movimento urbano. Este momento de decisão ou indecisão, de como ir e por onde ir, foi debatido rapidamente entre os peregrinos que, na sua maioria se conheceram ali mesmo, e que, por afinidade de destinos, decidiam começar o caminho juntos. Logo após a abertura da porta principal da Sé, os peregrinos entraram na Sé, adquiriram e/ou carimbaram as credenciais e deram início à viagem.

Após a saída da Sé Catedral, nos primeiros metros de caminhada⁶⁹, grupos de turistas transitavam pelas imediações da Sé Catedral, sendo que os guias de turismo que os acompanhavam, identificavam aos grupos os peregrinos como sendo peregrinos a Santiago de Compostela, sendo este o primeiro momento em que se observou esta classificação por parte de outros.

Nos primeiros monumentos identificados na cidade, estes foram quase que ignorados pelos peregrinos que, na sua maioria, lançavam apenas olhares rápidos, olhares comuns aos que são lançados para outras edificações e residências. O caminhar dos peregrinos na cidade confundia-se com o caminhar das demais pessoas pela cidade, sendo que os peregrinos não despertavam a atenção aparente das pessoas, como se já fosse habitual a presença dos mesmos (peregrinos).

Foi possível identificar um vasto número de monumentos⁷⁰, desde prédios públicos, chafarizes, fontes, igrejas, estátuas, bustos, largos, praças entre outros monumentos identificados ao longo da caminhada pelo centro da cidade do Porto e as zonas mais periféricas. Contudo, como já mencionado, os peregrinos passaram por estes sem grandes contemplações e, em alguns casos,

⁶⁸ Quando da utilização do metro, os peregrinos vão até a estação de metro São Bento, linha amarela em direção ao Hospital São João, seguem até a estação Trindade, mudam para a linha vermelha em direção a Povia de Varzim e ao final da linha, em Povia de varzim, daí então seguem o caminho a pé. Na saída da estação há setas amarelas indicativas do Caminho.

⁶⁹ Devido os objetivos de realização do trabalho de investigação, optou-se por iniciar a viagem sozinho, ou seja, sem fazer parte de um grupo inicialmente, para estar livre quanto ao ritmo de caminhada, locais de paragem e outras necessidades de informação e de interação com as pessoas ao longo do caminho e os peregrinos.

⁷⁰ O registo desses monumentos ao longo do trajeto sinalizado encontra-se juntamente com os mapas produzidos, bem como do registo fotográficos dos mesmos e dos seus georreferenciamentos que encontram-se em Apêndice.

tiravam rapidamente fotografias. Mesmo aqueles que levavam guias turísticos não procuravam informações sobre esses monumentos e locais.

No decorrer do trajeto de peregrinação a Santiago de Compostela, no que refere à percepção do património edificado e monumentos ao longo do Caminho, foi possível verificar que, durante a peregrinação, a maioria dos peregrinos observados, não demonstravam grande interesse pelos monumentos e por outras edificações. Novamente, mesmo aqueles que levavam consigo guias com informações sobre estes locais, o mais comum era que esse locais fossem vistos numa breve paragem ou redução do ritmo de caminhada, para se tirar algumas fotos. Quanto aos locais (monumento, templos religiosos..) que não estavam à beira do caminho, sinalizados com placas indicativas, em que tornava-se necessário desviar do caminho para ir até esses locais, não foi observado essa prática de desvio do caminho para ir visitar esses locais.

Contudo, os templos religiosos a beira do caminho, tais como, capelas e igrejas, sempre que estas estavam abertas para visita, verificou-se que alguns peregrinos se dirigiam até esses locais. Alguns sentavam-se e/ou ajoelhavam-se, como se estivessem em oração. Outros apenas observavam e tiravam fotos. Já os oratórios, ao longo do caminho, contruídos nos muros das casas ou próximo dos cruzeiros, eram locais de rápidas observações no interior dos oratórios, os quais também eram fotografados.

Já a gastronomia, nos casos observados, apresentava-se como sendo de grande interesse pelos peregrinos, pois estes procuravam, nas diferentes localidades, os produtos típicos, tais como, vinhos e outras bebidas, pães, doces, enchidos, queijos e pratos locais ou regionais. Eles procuravam esses produtos nos bares, cafés, mercados, consumiam no próprio estabelecimento e/ou faziam compras e levavam para consumi-los nos albergues. Quanto à confeção ou consumo desses produtos, por vezes eram feitas uma descrição aos demais presentes, sobre as características do produto, e o facto de serem produtos locais ou regionais.

Nessas localidades, o artesanato também era de interesse por parte dos peregrinos, em que analisavam as questões estéticas e os materiais utilizados. No entanto, não foi presenciada compra dos mesmos, pois alguns alegavam que as mochilas já não tinham espaço para tais produtos, ou já estavam demasiado pesadas.

Nas trilhas, estradas e em alguns pontos de paragem para descanso, era comum encontrar

embalagens de água vazias, refrigerantes, energéticos, barras de cereais, pastilhas elásticas, rebuçados, bolachas... que indiscriminadamente eram descartados por alguns peregrinos. Mas também foi possível presenciar peregrinos que seguiam o caminho com sacos plásticos, recolhendo essas embalagens descartadas por outros.

As sinalizações, os marcos, setas amarelas e vieiras sinalizam o caminho a seguir de forma frequente e perceptível. Contudo, havia sinais, em vários locais, de que a sinalização tinha sido alterada em algum momento, sendo mais evidente esse facto nas setas amarelas pintadas, em que, em vários pontos havia sinais de setas repintadas e outras que indicavam outras direções estavam parcialmente apagadas ou borradas com tinta amarela ou de outras cores, ou até mesmo duplas sinalizações, que apontavam sentidos diferentes.

As sinalizações do caminho demonstraram ser um ponto de grandes conflitos e interesses, sendo que o interesse económico era o mais nítido, como nos exemplos dos casos descritos a seguir.

Um peregrino espanhol, que disse já ter realizado várias viagens de peregrinação pelo Caminho Português, durante vários anos consecutivos, desde 2003, disse que, ao longo desses anos, observou que os trajetos estão sempre a mudar, e que haviam sempre alterações, de um ano para outro.

Disse que nos primeiros anos que realizou a peregrinação pelo Caminho Português, esse passava prioritariamente próximo de templos religiosos. Contudo, afirmou que é cada vez mais comum o caminho não passar nesses locais. Segundo ele, vê-se que os desvios parecem serem feitos devido aos interesses comerciais, sendo a sinalização alterada para que os peregrinos passem à frente dos estabelecimentos comerciais.

A título de exemplo dessas alterações, ele apresenta o caso de São Pedro de Rates, em que no penúltimo ano em que havia feito a peregrinação (2014), o caminho passava à frente da Igreja de São Pedro de Rates e depois seguia para o albergue, mas que, para sua surpresa, (em 2015) o caminho foi desviado, e passou por uma rotunda, de onde não contemplava mais os monumentos e templos religiosos da localidade.

A sinalização dos albergues também apresenta algumas questões de burla, pois foram vistas sinalizações indicativas de albergues privados a utilizarem indicações similares aos dos

albergues públicos. Com isso, em alguns casos, os peregrinos desviavam-se da rota, crentes que estavam a ir para os albergues públicos, mas que, na verdade, eram albergues privados com preços superiores cobrados, em comparação com os albergues públicos. E, como relatado por alguns peregrinos que vivenciaram essas situações, como já se tinham desviado do caminho, em alguns casos, quase um quilómetro, e já estavam muito cansados, tiveram que ficar nesses albergues privados.

Outro caso descrito e observado foi entre a etapa de Tui a Porriño, onde havia um senhor que estava a fazer reparos na sinalização do caminho. Esse abordava os peregrinos, dando indicações sobre um desvio como uma rota alternativa. Em conversa com o mesmo, ele explicou a situação que estava a ocorrer.



Imagem VII: Explicações Sobre o Desvio
Fonte: Trabalho de Campo 2015

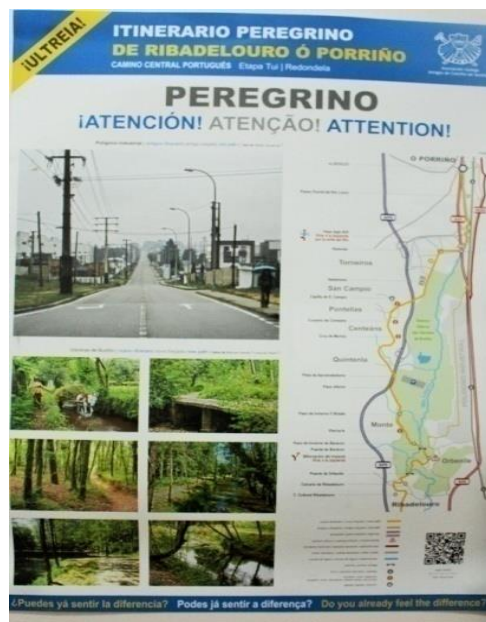


Imagem VIII: Cartaz de Informações do Desvio
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Ele falou ser membro da *Asociación Galega de Amigos do Camiño de Santiago*⁷¹, disse trabalhava como voluntário no auxiliar a peregrinos, e na manutenção do Caminho Português. Dentre esses trabalhos de auxílio aos peregrinos, já há vários anos, foram registadas reclamações acerca do trecho da etapa entre Tui e Mós, que passava por uma área industrial, pois é uma via de alcatrão e com poucas sombras, sendo essa passagem, alegadamente, muito

⁷¹ *Asociación Galega de Amigos do Camiño de Santiago*: Associação sem fins lucrativos criada no ano 1992, que tem como principais objetivos o fomento, a defesa e a promoção da peregrinação Jacobea, a ajuda e proteção ao peregrino Jacobeu, e a defesa do património Jacobeu. Informações em: <http://www.amigosdelcamino.com/>

desgastante para o peregrino que segue a pé.

Segundo ele, esse trecho do caminho, até mesmo nos guias do Caminho Português, indicavam aos peregrinos, como alternativa para esse trecho, utilizassem de táxi ou outro meio de transporte para levá-los até à cidade de Mós, e de lá darem continuidade à caminhada.

Face às queixas dos peregrinos, que segundo ele, remontavam a mais de 20 anos por essa passagem nesse trecho de zona industrial, os Xacobeos⁷², através dos seus técnicos, fizeram um levantamento e aprovaram o percurso alternativo, que foi denominada então como “Variante de Orbenlle”, variante essa criada no ano de 2014, que passa por áreas de campos e bosques, com cerca de um quilómetro a mais, se comparada ao trajeto do polígono industrial.

Contudo, foi descrito por ele que, a ideia da variante não foi bem vista pelos comerciantes da região do polígono industrial, pois, ao criarem essa alternativa, os peregrinos deixariam, em parte, de passar perto dos seus estabelecimentos comerciais, assim como, de consumir nos mesmos estabelecimentos. Ele usou expressão “seus euros que caminham” para explicar a relação e percepção que os comerciantes dessa região da zona industrial têm para com os peregrinos, e do grande interesse desses comerciantes em que os peregrinos continuassem a passar por lá e fizessem uso dos produtos e serviços desses estabelecimentos.

Assim, havia um conflito de interesses, que segundo ele, os comerciantes da região do polígono industrial estavam, de forma sistêmica, a destruir a sinalização indicativa desta rota alternativa. Com isso, como é o exemplo dele e de outros voluntários da *Asociación Galega de Amigos do Camiño de Santiago*, procuram informar os peregrinos sobre o caminho alternativo, refazendo também, sistematicamente, as sinalizações destruídas, com a quebra e retirada de marcos e pinturas graffiti, com tinta negra, das setas amarelas e placas explicativas e indicativas. Segundo ele, essa destruição/vandalização eram efetuados por esses comerciantes. Disse também que, quando uma vez ele estava a fazer uma das reparações nas sinalizações do trajeto alternativo, foi ameaçado por um desses comerciantes, alegando que o caminho não deveria ser desviado.

⁷² Xacobeos: Empresa pública vinculada a *Xunta da Galicícia*, destinada a promoção turística e cultural no território da Galiza. Os Xacobeos também são responsáveis por gerir os caminhos a Santiago de Compostela, bem como os albergues públicos no território espanhol. Mais informações em: <http://www.xacobeo.es/>



Imagem IX: Desvio Setas alteradas I
Fonte: Trabalho de Campo 2015



Imagem X: Desvio Setas alteradas II
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Segundo o voluntário, quando realizada a alteração do trajeto, já se fazia ideia de que poderia haver conflito. Contudo, não a essa dimensão e persistência de vandalização da sinalização. Disse ele que entendia, parcialmente, essa resistência à mudança, pois o caminho seguiu, durante anos, por aquele trajeto, mas que, também era necessário ver a necessidade do peregrino, sendo que não se extinguiu o outro trecho, apenas foi criada uma alternativa, e que cabia aos peregrinos escolherem, não sendo meramente uma imposição de um trajeto.

Neste sentido de dinâmicas e percepções sobre o caminho, numa escola à beira do caminho, *Escuela de Educación Infantil de Carracedo*, na localidade Caldas de Reis-Pontevedra/Espanha, quando passávamos á beira da escola, um professor fez o convite para entrar na escola, e lá ele explicou o motivo. Nesta escola é desenvolvido o projeto “*Ventanas Para el Mundo*” (Janelas para o Mundo), projeto que consistia em convidar alguns peregrinos que passam pelo Caminho Português para conversarem com as crianças da escola primária.

Assim, o professor explicou os objetivos, que segundo ele, eram de aproveitar esse recurso que passa ao lado da escola, que são os peregrinos de diversas localidades, países e diversas culturas. Para tal, esses peregrinos são convidados a apresentar-se às crianças, dizerem o nome e local de origem, e apontam num mapa que está projetado no quadro, onde está localizado e descreve algumas questões sobre o local de origem, a cultura, língua, clima...

Após essa apresentação, as crianças da escola cantavam músicas infantis em espanhol, e pediam aos peregrinos que cantassem uma música característica da sua localidade de origem e na sua língua.

Para além disso, era pedido aos peregrinos que escrevessem “Bom Caminho” nas suas línguas e alfabetos (símbolos gráficos), escritos esses, em diversas línguas, que eram afixados nas janelas da escola, localizada nas margens do caminho, e que serviam como saudação aos peregrinos que passavam.

No final era entregue um postal da escola, criado pela a escola, e era feito um pedido aos peregrinos que, quando chegassem ao seu local de origem, enviassem um postal da sua localidade. Assim, o professor apresentou uma parede cheia com centenas desses postais recebidos, e uma caixa a transbordar, com outras centenas dos mesmos, assim como, de cartas onde falavam sobre as experiências da peregrinação e da passagem pela escola.

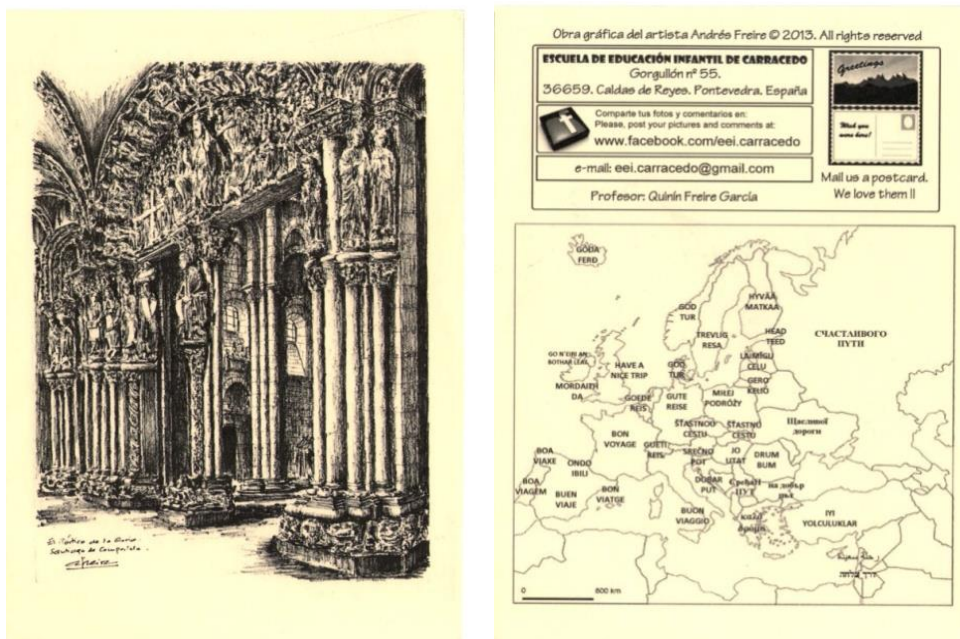


Imagem XI: Postal Frente/Verso
 Fonte: Trabalho de Campo 2015

O professor explicou que o objetivo do projeto era mostrar a diversidade que existe no mundo, os diferentes tipos de pessoas e culturas, as diferentes formas de falar, escrever, cantar, as diversas localidades em Espanha e os países no mundo, e utilizava-se do Caminho de Santiago, ou melhor, do peregrino, para aproximar essas diversidades das crianças.

Já num outro sentido de uso do Caminho Português, durante a viagem, na parte espanhola, também foi possível presenciar grupo de turistas que seguiam para Santiago de Compostela. Esses turistas desceram do autocarro e fizeram parte do trajeto a pé, seguindo a sinalização

indicativa. Foi um trecho com cerca de 2 km. No final desse trecho, o autocarro encontrava-se num entroncamento a aguardar por esse turistas, os quais indicavasse que seguiram novamente viagem de autocarro rumo a Santiago de Compostela.

Já sobre uma forma de contrapor a informações sobre as observações e informações anteriores, percebeu-se que surgiram vários outros locais de hospedagem direcionados aos peregrinos, pois identificou-se um maior número de hotéis convencionais e hotéis fazendas (hotéis rurais), com placas informativas, indicativas e preços especiais para os peregrinos, assim como, a abertura de albergues privados, sendo que, em determinadas localidades mais pequenas, onde apenas existia um albergue público, já mais dois albergues privados se encontravam em funcionamento (caso de Rubiães), e durante algumas etapas, também já existiam novos albergues privados.

Para além da abertura ou direcionamento de estabelecimentos de hospedagens, outros estabelecimentos comerciais de serviço, como a alimentação, surgiram ou apresentavam informações direcionadas aos peregrinos, sendo que alguns estabelecimentos estavam direcionados e quase exclusivos aos peregrinos, como no caso das rouletes que se encontravam em locais remotos, tendo passagem, quase única, nesses locais, os peregrinos.

Outro ponto observado foi com a existência, ou prática de atuação, das empresas de transportes de mochilas, sendo que esta já era uma prática comum no Caminho Espanhol e Francês. Contudo, até então, não era muito usual e divulgado no Caminho Português, mas que apresentou ser utilizado por parte dos peregrinos, assim como, da existência de estabelecimentos comerciais com informações sobre esse serviço.

3.1.1.2 Dos Peregrinos

Devido ao período do ano, isto é, o mês de maio⁷³, foi possível registar e presenciar um fluxo considerável de peregrinos que faziam o caminho em sentido inverso, ou seja, pessoas que seguiam as setas azuis, dirigindo-se ao Santuário de Fátima. Este fluxo mais intenso era justificado pela proximidade da data comemorativa do seu primeiro aparecimento no dia 13 de

⁷³ O mês de maio é o período do ano em que há maior fluxo de peregrinos ao Santuário de Fátima, no dia 13 de maio que é a data de comemoração do aparecimento de Nossa Senhora de Fátima e também este dia é dedicado a ela segundo a práticas da Igreja Católica Apostólica Romana. Mais informações em: <http://www.fatima.pt/portal/>

maio.

Os peregrinos a Fátima eram, na sua maioria, facilmente identificados por vestirem os coletes de sinalização, uma vez que, por vezes, alguns dos caminhos assinalados a Fátima seguiam por estradas com grande fluxo de veículos, daí a necessidade de colete de sinalização.

Os peregrinos de Fátima, ou a Fátima, quando encontravam os peregrinos a Santiago saudavam-nos dizendo “Bom Caminho”, e os peregrinos a Santiago respondiam da mesma maneira.

Entre esses encontros, com peregrinos a caminho de Fátima, um que dizia ser português da cidade de Nazaré, parou para conversar, disse que tinha feito vários caminhos, e assim começou a sugerir locais para pernoitar e a dar descrições detalhadas sobre os locais, desde histórias às condições de hospedagem.

Já nos albergues, aquando da realização das entrevistas, foi dito que esse senhor era um peregrino que vivia no caminho, isto é, seguia os caminhos, tanto a Fátima, quanto a Santiago, a viver das esmolas e de restos dos mantimentos e sobras de comidas preparadas, deixadas pelos peregrinos nos albergues. Contudo, esse não era um caso isolado. Havia outros que faziam o mesmo.

Também afirmaram que o mesmo já não era aceite na maior parte dos albergues, pois ele não contribuía com donativos e também não tinha grandes cuidados com a higiene pessoal, apresentando-se, na maioria das vezes, embriagado, sendo, como afirmado pelos hospitaleiros e gestores, como inconveniente e desagradável, e assim se justificava a recusa em o acolherem nos albergues.

Foi dito também, que houve outro caso com um peregrino português, que dizia ser de Gaia, que passava pelos mesmos albergues, cerca de 4 vezes ao ano, ficava a rondar pelo caminho, o que fez com que eles desconfiassem que ele não ia a Santiago, que era um sem-abrigo. Este foi acusado de alguns furtos nos albergues, em que teria furtado a caixa de donativos. Segundo alguns hospitaleiros, houve um registo, através de filmagens do tal peregrino, no momento em que este introduziu um arame na caixa de donativos para retirar as notas. Os albergues comunicaram entre si sobre este facto, e divulgada uma foto do mesmo, a fim de assegurarem que este não era acolhido nos albergues.

Sobre os assuntos debatidos pelos peregrinos, nos albergues, e nos locais de realização de refeições, tais como, restaurantes, foi possível presenciar discursões sobre Deus, religião e espiritualidade. Essas discussões, com diferentes pontos de vista, em alguns momentos tornaram-se calorosas, com um tom de fala mais áspero e rude. A título de exemplo desse facto, destacam-se as discursões entre uma peregrina holandesa e uma peregrina alemã que, no final dos seus diálogos divergentes, evitavam-se, e deixaram de conviver nos momentos de refeição, pois diziam, declaradamente, que agiam assim por pensarem e verem de formas diferentes, a experiência com o “divino” e a peregrinação. Este ponto vem reforçar que a ideia de uma poli religiosidade no Caminho Português, nem sempre segue uma passividade e convivência pacífica.

Apesar da intensa convivência e dos grupos que se formaram durante a peregrinação, havia momentos, em que, os peregrinos procuravam ficar sozinhos, ou caminhavam sozinhos, momentos esses que eles diziam serem para refletir. Como descrito na investigação anterior. (Gomes, 2012)

3.1.1.3 Das Motivações

Quanto às motivações para fazerem a peregrinação e o porquê de fazerem o Caminho Português, os motivos apresentados foram diversos, questões religiosas e espiritualistas; para se encontrarem; momentos de superação de problemas; para refletirem sobre a vida; para trabalharem o desapego às questões materiais; como forma de turismo, lazer, aventura; para conhecerem pessoas...

Um peregrino espanhol nascido em Burgos, 72 anos de idade, ex-funcionário bancário, agora reformado, disse preferir fazer o Caminho sozinho. Contudo, disse que isso não queria dizer que assim continuava no caminho sozinho, pois estava sempre a encontrar mais pessoas com quem sentia afinidades, e a partir daí seguia o caminho com elas. Disse que, o facto de iniciar o caminho sozinho também permite decidir e gerir o tempo como mais lhe convinha. Por exemplo, segundo ele, se tivesse vontade de parar para conversar com os campesinos, podia-se parar, sem ser necessário consultar ninguém e sem a pressão do tempo de paragem.

Ele disse que o motivo que o levou a fazer o caminho, foi porque, depois da reforma, procurava também uma atividade, atividade essa que, segundo ele, o mantivesse em forma. Mas depois das experiências dos caminhos já realizados, além de ter a atividade física, o Caminho de Santiago tornou-se uma oportunidade de conhecer e de conviver com diferentes pessoas, de diferentes países e culturas, e essa convivência permitiu-lhe uma grande aprendizagem e uma ampliação da cultura. Para além disso, acrescentou que era um momento e oportunidade de refletir e pensar sobre coisas da vida, no que fez e no que fará e a própria existência.

Ele falou que, a primeira vez que fez o Caminho de Santiago foi no ano de 1998. Desde então, passa o ano à espera da época para o fazer novamente. Já fez vários caminhos. Contudo, nos últimos anos apenas faz o Caminho Português. Faz o Caminho Português desde 2003, começando na cidade do Porto, pois tem preferência por essa rota, pelo facto de gostar muito da cidade do Porto, gostar de Portugal e dos portugueses. Além disso, acrescentou, que o Caminho Português é muito bonito, e também por apresentar um grau de dificuldade relativamente mais fácil, se comparado, por exemplo, ao Caminho Francês. Outro motivo, segundo ele, foi a língua pois, por mais que seja diferente (espanhol / português) é possível comunicar, o que facilitava a proximidade e a interação.

Outro caso, um peregrino italiano com aproximados 60 anos, já realizou diversas peregrinações e Caminhos a Santiago. Dessa vez realizava o Caminho Português por intermédio de uma amiga, amiga essa que se encontrava doente e acamada. Ao sair de Itália, colheu um ramo no jardim da casa dessa amiga, colocou-o num frasco de vidro, frasco esse que seguia com ele na peregrinação e, sempre que passava por templos religiosos, com o frasco nas mãos, fazia orações, pedindo auxílio divino para a recuperação de saúde da amiga.

Já uma peregrina portuguesa, com cerca de 25 anos, explicou que estava a fazer o caminho como uma ocupação de tempo livre, e disse ter feito o Caminho Português nos primeiros meses de 2015, no período do inverno, juntamente com o seu pai. Ambos fizeram o Caminho Português, juntos como uma forma de aproximação e para fortalecerem os laços, pois segundo ela, até então, a relação entre ambos era muito distante e fria. Quando realizaram o Caminho, houve uma aproximação, maior convivência e diálogo, sendo que, mantiveram esses laços após a conclusão da peregrinação.

3.1.1.4 Os Peregrinos no Caminho

Entre as conversas com os peregrinos, destacam-se algumas que demonstram um pouco as percepções, interligadas com as motivações que as levem a fazer o Caminho Português.

Um jovem peregrino espanhol, que disse ter iniciado a peregrinação na cidade de Lisboa, seguia o Caminho sozinho, mal tendo interação, e pouco tempo, com os demais peregrinos até então, pois teve, principalmente, mais contato com as pessoas das localidades por onde passou.

Falou sobre as belezas da arquitetura e da literatura de Portugal, fazendo menção ao livro de José Saramago⁷⁴ “Viagem a Portugal”⁷⁵, e as descrições sobre o país feitas na obra, essas descrições deram-lhe motivação para fazer a peregrinação e, assim, conhecer melhor Portugal e alguns dos locais descritos na obra.

Fez observações sobre o Caminho e sobre as suas conversas com os portugueses, através das quais conseguiu perceber as dificuldades económicas e políticas vividas em Portugal, dificuldades essas também relatadas pelas pessoas nessas diversas localidades por onde passou durante a sua viagem de peregrinação em Lisboa, sendo essas questões relatadas muito semelhantes às vivenciadas e percebidas por ele em Espanha.

Nestas reflexões, sobre os pontos acima, falou sobre as questões políticas e das figuras de destaque registadas da história, afirmando que “ na Península Ibérica há muitos pensadores e pouco praticantes”, isto é, que havia necessidade de se colocar em práticas algumas questões que ficavam presas nas palavras ou nas vontades.

Numa das paragens para descanso, esse peregrino espanhol fez uma observação e reflexão, chamou a atenção para a observação das casas velhas (casas com arquitetura antiga), em comparação com os modelos de casas novas (casas com projetos modernos). Disse que as casas velhas representam uma história, uma identidade, e a utilização de materiais locais e regionais,

⁷⁴ José de Sousa Saramago 1922-2010: Escritor português que foi contemplado com Nobel de Literatura no ano de 1998 e Prémio Camões no ano de 1995, autor de diversas obras em língua portuguesa que também foram traduzidas para diversas outras línguas.

⁷⁵ Livro “Viagem a Portugal”, é um livro composto por uma coleção de crónicas, publicado em 1981, em que descreve regiões de Portugal Continental.

casas com sentido e alma. Contudo, essas são por vezes abandonadas e, por vezes, também são demolidas para darem lugar às casas novas. Já as casas novas, segundo ele, como por efeito da globalização, seguem modelos padronizados, espaços sem identidades. Construções e espaços que fazem lembrar casas de banho, os seus estilos, por vezes, são tão estéreis como elas (as casa de banho), um branco comum, um ambiente frio, sem vida, sem memória, um lugar-comum que se pode encontrar em qualquer lugar do mundo. Mas ele disse que, ao longo do Caminho Português, constatou estar repleto de “casas velhas”.

Um outro peregrino espanhol, o já mencionado, com 72 anos, disse que o Caminho de Santiago, tanto na parte portuguesa, como na parte espanhola, são elementos importantes para as várias localidades, pois antes do Caminho de Santiago passar por elas, essas localidades estavam praticamente abandonadas, com poucas pessoas. Assim, o Caminho de Santiago é como uma alternativa para essas pessoas que vivem nessas localidades, pois permite terem uma interação com pessoas de diferentes culturas, para além do movimento económico proveniente dos peregrinos, sendo que, ambos os fatores ajudam a aumentar a qualidade de vida nesses locais.

Assim, continuou a dizer que, quando fez o Caminho Português pela primeira vez, só haviam na parte portuguesa, ou seja, de Porto a Valença do Minho, apenas dois albergues, mas que agora, haviam muito mais albergues, bem como houve um aumento na oferta dos albergues na parte espanhola. Segundo ele, esse aumento não só se refere aos albergues públicos, mas também aos albergues privados. Antes as alternativas eram ou hotéis e pensões, porém agora tem-se muito mais opções de escolhas.

Segundo os peregrinos mais experientes, isto é, aqueles que já realizaram algumas peregrinações, as relações e os laços de amizade que são criados ao longo do caminho, não ficam restritos apenas ao período do percurso do Caminho de Santiago, sendo que, após o término da peregrinação, são mantidos os contatos, seja por telefone, cartas, correio eletrónico, visitas ou até mesmo agendamentos para fazerem outras peregrinações juntos.

Entretanto, também foi dito que, não são todos os peregrinos que estabelecem essas relações de amizades, pois segundo eles, os peregrinos são como as pessoas na vida, são pessoas diferentes, com diferentes motivações, e que, nesses anos de peregrinação, tem-se percebido uma massificação, isto é, um aumento no número de peregrinos, e que face a esse aumento, houve uma mudança, pois anteriormente, os peregrinos eram mais amistosos, saudavam e

conversavam. Agora alguns nem sequer cumprimentam, passam ao lado e nem olhares trocam. Com isso, afirmaram haver uma diminuição do espírito de companheirismo e de partilha nos Caminhos de Santiago.

Entre as interpelações com os peregrinos, a maior parte desses afirmavam fazer o Caminho Português, não por motivos religiosos católicos, mas parte desses, entendiam que era também uma oportunidade de reflexão interior e sobre as formas de ver o mundo. Alguns desses que não seguiam por motivos religiosos e espirituais, nem sequer tinham conhecimento sobre a história de Santiago, dos caminhos e significados da peregrinação. Ao longo do caminho, alguns destes tomavam conhecimento da história do Apóstolo e o porquê da existência dos Caminhos de Santiago.

Outro facto dito e também observado, era que, sempre havia necessidade, quando interpeladas, as pessoas que vivem ao longo do Caminho de Santiago, mostravam-se sempre solícitas, e para além disso, saúdam e dizem “Bom dia!”, “Bom caminho!”, e mesmo com uma certa dificuldade de comunicação, em ambas as partes do caminho (Portugal e Espanha), peregrinos e pessoas locais, procuravam dialogar, saber sobre os locais de origem dos peregrinos e explicavam também sobre as questões locais, como os locais de descanso e refeições, as histórias e tradições locais.

Uma frase de um peregrino expressa essa ideia de interação com o outro, em que ele disse que “os encontros e diálogos ao longo do caminho eram sempre oportunidade de novas descobertas.”

3.1.1.5 Dos Locais

Entre os diálogos com as pessoas das localidades acerca do Caminho Português, das implicações para com o património e as ações junto da UNESCO, no que refere ao reconhecimento como Património da Humanidade, destacam-se aqui dois discursos, o primeiro de uma portuguesa em Valença do Minho (Portugal) e outro de um espanhol em Caldas de Reis (Espanha).

Esta primeira falou e problematizou sobre as questões dos caminhos, que dentre essas questões,

disse, acerca da patrimonialização do Caminho Português, em que, em tom firme, com uma ideia já pré-consolidada da temática, discursou sobre os impactos, positivo e negativos, do caminho, não só na localidade de Valença do Minho, bem como em outras localidades por onde a rota de peregrinação passa.

Disse que o Caminho de Santiago é um importante elemento cultural, que faz parte da identidade das localidades, não só da história de Santiago, mas também no que toca ao receber e acolher os peregrinos. Que os peregrinos tornavam mais vivas as localidades por onde passavam, e que, em muitos casos, se não fossem esses peregrinos, essas localidades seriam esquecidas e poderiam já estar mais abandonadas.

No entanto, ela afirmou ser contra o reconhecimento do Caminho Português como Património da Humanidade, pois teria um impacto gigantesco nessas localidades, e que essas não estavam preparadas para receber, mesmo como local de passagem, um número maior de peregrinos. Disse que, esse aumento mudaria o modo de vida das pessoas, pois, com o aumento já compreendido nos últimos anos, já tornava a situação, com tantos peregrinos, algo incómodo às pessoas que vivem nessas localidades ao longo do caminho.

Um dos exemplos que foram apresentados pela mesma, tem a ver com os campos e cultivos ao longo ou margens do caminho que, por vezes, os cultivos (uva, maçã, milho...) eram colhidos sem autorização dos produtores pelos peregrinos. Ela disse que uma coisa seria um peregrino retirar um cacho de uva, uma espiga de milho, contudo, se tal prática for multiplicada por centenas e milhares de peregrinos, o impacto dessa ação geraria a essas pessoas que cultivam esses campos uma grande perda de produção.

Quanto ao aumento do número de peregrino, ela fez menção ao Caminho Francês, a dar exemplo de se sabe que esse está a torna-se cada vez mais impraticável devido ao número incontroláveis de peregrinos que está a receber todos os anos, com números crescentes, sendo que a peregrinação pelo Caminho Francês torna-se, cada vez mais, uma “maratona” de peregrinos em busca de cama e comida. Alegou que, por esses motivos, os peregrinos estão a procurar alternativas, sendo que, o Caminho Português está a apresentar-se como esta alternativa. Entretanto, segundo ela, teme que o Caminho Português venha a transformar-se no “Caminho Francês” com todas as suas mazelas.

Outro impacto negativo, foi descrito em relação à utilização de terrenos e imóveis, pois ela afirmou estar consciente de que a patrimonialização implica um conjunto de regras e normas de uso desses espaços onde ele, o património está inserido ou abrangido. Face a esse conjunto de novas regras que podem ser trazidas com a patrimonialização do Caminho Português, aos proprietários de terras e mesmo às pessoas que vivem ou dependem desses espaços, poderiam ser gravemente prejudicados, pois alguns nem sequer saberiam o que fazer, ou como e aonde recorrer para obter as devidas autorizações para determinadas mudanças de atividades nestas localidades, ou uso das estruturas e infraestruturas.

Novamente, com um exemplo prático, falou acerca das áreas limites, que não se resumem às margens do Caminho Português, e das suas implicações, em que, uma simples retirada de árvore, ou mudança de um rego de água, que hoje é tido como procedimento corriqueiro, poderá tornar-se algo muito mais complexo, inviável, ou mesmo impossibilitado. Isso, devido às novas regras, normas, questões burocráticas e políticas que inviabilizariam tais ações e, com isso, poderão mudar o modo de vida dessas pessoas ao longo do Caminho Português.

O segundo, o senhor espanhol, em Caldas de Reis, disse que há um grande interesse, principalmente por parte dos gestores públicos e proprietários de estabelecimentos comerciais, em promover o Caminho Português. Contudo, ele alega que estes não se importam muito com a percepção e o desejo das pessoas que vivem ao pé do caminho e das localidades por onde os caminhos passam. Assim, exemplificou a situação, que quando há mudanças dos trajetos por interesse económico, estes nem se prestam ao cuidado de consultar as pessoas dessas localidades, que por vezes, de um dia para outro, acordam com o Caminho de Santiago a passar ao pé de suas casas e terrenos.

O senhor argumentou que, muito dessas pessoas que vivem nestas localidades, vivem ou mudaram para esses locais devido à tranquilidade, valorizam esse estilo de vida, sendo que o fluxo de peregrinos nessas localidades rompem com esse sossego. Destacou também, que se vê nos últimos anos um aumento no número de peregrinos, em que chegam a passar centenas de peregrinos por dia, e estes, cada vez mais, perturbam e interferem no modo de vida dessas pessoas que vivem ao longo do Caminho Português.

O mesmo deu como exemplo o ato dos peregrinos irem chamar as pessoas às casas, ao longo do caminho, para pedir água, em que ele descreve que não há mal nenhum neste ato de ajudar

o peregrino, mas se pensar, e é facto que ocorre no caminho, se na mesma residência três dezenas de peregrinos baterem à porta para pedir água, torna-se este ato um incomodo recorrente e mesmo insuportável.

Outro ponto apresentado está relacionado com a segurança, pois ele disse que há pessoas de todo mundo a fazerem o Caminho Português e também todos tipos de pessoas, e que se desconhece o carácter dos mesmos, não se sabe quem está à porta e quais as suas intenções. Contudo, ele disse não ter conhecimento de ocorrências graves, mas que as pessoas que vivem ao pé dos caminhos correm esse risco, e com o aumento no número de peregrinos esses riscos aumentam consideravelmente.

Foi dito também por ele que, com mais frequência, as cercas dos campos e pastos são violadas e estragadas pelos peregrinos, que invadem estas áreas cercadas por diversos motivos, seja para colher frutas, descansar ao pé das árvores, cursos de água... Segundo ele, este tipo de ação gera prejuízos económicos aos proprietários desses sítios, com o reparo das cercas, bem como no transtorno da fuga de animais, ou mesmo de entrada de animais nas plantações.

3.1.1.6 Dos Albergues

Foi observado que os albergues são espaços de maior convívio e interação entre os peregrinos, momentos estes em que os peregrinos fazem diálogos mais longos e assuntos mais complexos e variados, a exemplo desses, apresentam-se os factos que se seguem.

No Albergue de Vairão, os diálogos eram tidos em várias línguas, português, inglês, italiano, alemão, espanhol, uma mescla de línguas, vocábulos, sinónimos para se conseguirem expressar e serem compreendidos. Falava-se sobre as línguas, sobre os espaços e as questões e diversidades culturais que influenciam nas línguas. A exemplo dessas diversidades de idiomas, apareceram relatos das suas origens, origem maternas e paternas, italiana, germânica, espanhola, e de como essas origens influenciaram no conhecimento dos idiomas. Falavam sobre os locais de origem, os seus e dos seus genitores, dos locais que já haviam visitado, das experiências e vivências culturais através das viagens e dos conhecimentos adquiridos através delas, das convivências com pessoas, com povos com quem já estiveram, e também das outras experiências e lugares e culturas que gostariam de conhecer.

A intercalar com estes pontos, também vinham as queixas de dores do primeiro dia, ou primeira peregrinação, com sugestões dos mais experientes, ou mesmo dos “achismos”, de como era melhor caminhar e as atividades que deveriam ser feitas para evitar dores, bolhas nos pés, o que se devia levar, os equipamentos para caminhada, tais como ténis, roupas...

Esses diálogos sobre diversidades culturais foram presenciados em todos os albergues, bem como as conversas sobre dores e formas preventivas e paliativas para essas dores.

Entretanto, essa diversidade não se apresenta de forma tão pacífica em todos os momentos, pois nessas questões de percepções, houve momentos que, nos diálogos, apresentavam-se como tentativas de demonstrar uma superioridade cultural, desde formas de organização social (questões políticas e de conflitos, desigualdades, género...), a produtos e serviços (bebidas, comidas, equipamento...), para além desses, as questões da percepções e sentidos das peregrinações, das religiões e espiritualidades, demonstravam-se mais conflituosas, em que os diálogos se tornavam mais como formas de embates. Consequentemente, após esses diálogos mais calorosos, alguns deixaram de conversar e evitavam os locais onde os seus “opponentes” estavam.

Assim, durante a viagem, os grupos de afinidades foram estabelecendo-se, seja para caminharem juntos, prepararem e/ou jantarem juntos, e também nas escolhas de camas nos quartos, quando quiserem ficar próximos de uns e distantes de outros.

Outro ponto de “estranheza” era quanto a nudez, que nos albergues era algo que proporcionava certo desconforto para alguns, pois algumas pessoas despiam-se parcialmente ou totalmente para trocar de roupa, antes e/ou após o banho, isso em frente às outras pessoas nos quartos. Diferentes percepções sobre a nudez apresentavam-se, alguns peregrinos lançavam olhares de estranheza ou mesmo de incômodo perante a exposição do outro, enquanto outros saíam do ambiente. A nudez não seguia padrão de idade ou sexo, assim como a estranheza e incômodo também não, isto é, de sexos iguais ou diferentes. Contudo, nesses momentos não havia censuras diretas aos atos, como dizer algo ou reclamar com os demais peregrinos ou hospitaleiros, via-se a mudança de direção de olhares e, em alguns casos, a saída do quarto, como já mencionado.

No momento do banho também a questão da nudez causava incómodo a alguns peregrinos, pois em alguns albergues, as casas de banho eram separadas por sexo, mas no entanto, o local de banho dividido por sexo, não havia divisórias, e as pessoas do mesmo sexo cuidavam da sua higiene, ou seja, tomavam banho à frente umas das outras. Nesse tipo de casa de banho, foi possível presenciar o desconforto de alguns em ver e em se ser visto nú. Também foram relatados casos de peregrinos que esperavam até horas mais avançadas, quando a maioria das pessoas já tinham tomado banho, para então utilizar o local sozinho, e assim tomavam banho. Diziam que, mesmo com o risco de entrarem outras pessoas, já se sentiam menos expostas e desconfortáveis.

A partilha dos quartos também apresentava um certo desconforto e reclamações por parte de alguns peregrinos, pois, depois de algum tempo de convivência e das noites anteriores nos albergues, já se sabia quais eram os peregrinos que faziam barulho à noite, seja porque se levantavam da cama muitas vezes durante a noite, ou por se mexerem muito na cama ao dormir, ou até mesmo porque ressonavam.

Com isso, a chegada aos albergues e as escolhas de quartos ou camas eram feitas, tendo em conta alguns critérios, para evitar ficar próximo desses peregrinos, ou nos beliches com eles (as).

Em conversas com alguns peregrinos durante a caminhada, nos locais de descanso e mesmo nos albergues públicos, alguns disseram que preferiam ficar nos albergues privados, pensões e hotéis, uma vez que as condições de conforto e privacidade eram melhores do que nos albergues públicos. Outros faziam apenas uso de alguns albergues públicos, que, devido às condições de alguns albergues públicos, optavam por ir aos albergues privados, pensões e hotéis.

Outros, devido às condições, os odores desagradáveis, os barulhos e principalmente pelos ressonares, que dificultavam ou impossibilitavam alguns peregrinos de dormir, procuravam quartos privados nos estabelecimentos de hospedagem privados, para conseguirem dormir, sendo que, alguns desses peregrinos intercalavam a sua estadia, dormindo, entre estabelecimentos privados e albergues públicos.

Mas para além desses factos, cabe ressaltar momentos um pouco mais delicados quanto ao uso e acesso aos albergues.

Aquando da chegada ao Albergue de Tui, a hospitaleira, com um ar frio e semblante fechado, perguntava o que queríamos e pediu a credencial de peregrinos. Depois da entrega das mesmas, ela analisou-as para verificar onde tínhamos começado, onde passámos e onde ficámos, e porque ficamos em determinados locais. Questionou por que não ficámos em Valência do Minho. Dentre esses locais de passagem e hospedagens, verificou que, na credencial havia o carimbo da Casa da Fernanda, e com um tom de cólera perguntou se lá tínhamos dormido.

Deparados com esta pergunta, criou-se um espaço para falar ou explicar sobre o trabalho de investigação. Contudo, a investigação também não foi vista com bons olhos por parte da hospitaleira que, num ar de desprezo, disse ser mais uma de tantas outras investigações que era feita sobre o Caminho de Santiago. Rapidamente a senhora também disse, em tom de ameaça e censura, que não daria qualquer informação e que não poderia ser feito qualquer tipo de trabalho no albergue, pois, caso fosse feito, ela moveria um processo.

Foi-lhe então explicado o projeto, e que as cartas de apresentações e pedido de autorização tinham sido enviados por correio eletrónico e por meio convencional. Mas a senhora, no tom ainda mais áspero, respondeu que não, que não permitiria nada.

Apesar da forma de tratamento, a hospitaleira permitiu que ficássemos no albergue para dormir, e quando chegámos ao quarto, começámos a conversar com os demais peregrinos, que acabaram por dizer, com um ar de assustados, que parecia que tinham chegado a um quartel militar, pois a senhora hospitaleira os tinha tratado de maneira semelhante.

Passados alguns minutos, chegou à receção um peregrino que nos aguardava para jantar. Contudo a senhora disse-lhe que não estávamos lá. No entanto, este entrou em contato por telefone e dissemos-lhe que já nos iríamos encontrar com o ele na receção. Quando chegámos à receção, o peregrino já estava a conversar com a hospitaleira. Este peregrino, senhor espanhol de 72 anos, falava das suas experiências no caminho e das mudanças que tinha detetado nos anos que se passaram, desde que fez o caminho pela primeira vez.

De repente, a hospitaleira começa a discursar sobre o verdadeiro peregrino e sobre os turigrinos e bicigrinos. Neste seu discurso percebeu-se a razão do seu “inquerito” aquando da chegada ao albergue.

Disse que, naquele local só podiam ficar os verdadeiros peregrinos, que segundo ela, são aqueles que fazem o caminho por motivos religiosos e espirituais, já os demais, faziam o caminho por desporto e turismo, de forma mais económica.

Assim, fez uma descrição dos detalhes que observa nos peregrinos, tais como, o tamanho da mochila que leva, se na mesma tem alguma indicação que está a ser levada por alguma empresa de transporte ou veículo de apoio; se o peregrino demonstra estar fisicamente cansado ou suado, sendo estes os sinais para se perceber se vem de carro ou se carrega realmente a mochila; quanto aos locais onde o peregrino ficou, ou seja, os locais onde pernoitou, se ficou em albergues privados ou hotéis. Segunda ela, estes são sinais que denunciam os falsos peregrinos, e que os falsos não tinham o direito de ficar nos albergues públicos, pois esses espaços são apenas para os verdadeiros peregrinos.

Quando contestada pelo peregrino espanhol sobre os critérios utilizados por ela, e onde estavam estabelecidos esse conjunto de regras, a mesma disse que trabalhava com um livro de regras debaixo do braço, e que, o verdadeiro peregrino não exigia nem questionava, apenas agradecia.

Após esse episódio de Tui, ao chegar a Porriño, foram feitas, como ocorrido nos albergues anteriores, as devidas apresentações e informações no que respeita à investigação. Inicialmente, o hospitaleiro disse que sim, que poderia fornecer informações e conceder uma entrevista. Contudo, passados alguns momentos, quando ainda estávamos próximos da receção, uma chamada telefónica mudou o cenário. O hospitaleiro falava ao telefone e olhava para nós, a sua fisionomia mudou e ficou com um semblante mais sério.

Na hora estabelecida pelo hospitaleiro, para conversar, ele mudou o discurso e a disponibilidades inicial, com um ar bravo e testa franzida, disse que não daria qualquer informação, pois a hospitaleira de Tui já tinha conversado com ele e o tinha instruído a não entrar em qualquer tipo de colaboração para com a investigação, e que estávamos proibidos de realizar qualquer tipo de trabalho no albergue.

Também foi dito por ele que, eles, os hospitaleiros, se comunicam e sabem tudo o que se passava no Caminho Português. Fez menção ao peregrino que estava a conversar com a hospitaleira em Tui, disse que estavam atentos a esses “falsos peregrinos”, e que o Caminho de Santiago era

para os “verdadeiros peregrinos”.

Face a este comportamento, perguntou-se ao hospitaleiro qual o motivo para tal hostilidade, e para a sua não colaboração. Novamente, o mesmo disse que sabiam de tudo o que era feito no Caminho, e que, de forma alguma iria colaborar. Mais uma vez foi-lhe explicado o objetivo do trabalho, mas ele permaneceu irredutível em colaborar e reafirmou que o Caminho de Santiago e os albergues públicos eram para os verdadeiros peregrinos, aqueles que o fazem com o propósito da religião, e que ele era voluntário no albergue, motivado pela sua fé, para ajudar os verdadeiros peregrinos e não os demais.

Já em Redondela, aquando da chegada ao albergue, novamente a apresentação à hospitaleira. A mesma disse que tinha recebido a carta de apresentação e solicitação de colaboração com a investigação. Inicialmente, a mesma disse que iria colaborar. Contudo, passados alguns momentos, e após receber um telefonema e verificar o correio eletrónico, novamente o cenário se transforma. A hospitaleira disse que não poderia fornecer qualquer informação, como tampouco permitir qualquer trabalho nos albergues. Indagada sobre qual o motivo da mudança, a mesma disse que não tinha autorização para tal, que pessoalmente apoiava o trabalho, mas não poderia dar qualquer informação.

Após estes consecutivos desapoios, e para evitar transtornos maiores, tomou-se a decisão de não realizar entrevistas com os hospitaleiros e gestores dos albergues em território espanhol, pois este facto, como mencionado, iniciou-se em Tui, o primeiro albergue espanhol do itinerário escolhido. Assim optou-se por lançar a mão ao material conseguido na investigação anterior, junto dos albergues sobre a tutela dos Xacobeus, na Galiza, uma vez que, foram concedidas as devidas autorizações para a recolha e uso deste vasto material, o qual não foi utilizado no trabalho anterior.

3.1.1.7 Síntese

Como apresentado no início desta descrição, há vários caminhos dentro do Caminho Português, diferentes locais de passagem e paragem, diferentes formas de fazê-lo, desde de ir a pé; ir de bicicleta; a cavalo ou até mesmo utilizar os transportes públicos, por exemplo, o metro, para percorrer determinados trechos, assim como, os equipamentos, condições e informações que os

peregrinos utilizam no Caminho Português.

Foi possível perceber que não há um roteiro fixo ou planeamento rígido pela maioria dos peregrinos, em que se apresentam, inicialmente, com uma flexibilidade consoante a conveniência, mas também se observou essa adaptabilidade ao longo do caminho.

No caso da percepção e usos do Caminho Português, a escola, em Espanha, apresenta-se como uma forma de enculturação que, através das pessoas que passam pelo caminho, entendem-se esses como portadores de um “mundo”, agentes que trazem consigo novas possibilidades de conhecimento e ligação com outros locais e culturas, através desses representantes, sendo esta uma oportunidade de ampliar os horizontes sobre esta diversidade.

Entre os peregrinos, foi possível perceber que existiam aqueles que iniciavam o Caminho sem terem conhecimento da história de Santiago, de ter sido um dos doze apóstolos, a sua lenda sobre a sua divulgação do cristianismo na Península Ibérica, a sua morte e transladação do corpo. Também não sabiam o porquê de os Caminhos. Quando estes descobriam estas informações, muitos destes questionavam como é que sabiam que Santiago passara por ali e quem é que definiu o trajeto.

Estes, alegavam, na sua maioria, que não sabiam sobre essa ligação de Santiago com os doze apóstolos, que sabiam, obviamente, que era um santo, mas não dessas questões históricas e lendárias sobre Santiago e sobre o Caminho. Sabiam, ou tinham o Caminho de Santiago com algo espiritual, um local de viagem para reflexão.

Quanto a essas percepções, não só sobre a peregrinação a Santiago de Compostela, mais especificamente aos albergues públicos, apresenta-se o posicionamento de ocultar uma prática e postura, ou a segregar outros. A título de exemplo, a hospitaleira em Tui, que procurava identificar os verdadeiros peregrinos, através da observação dos detalhes e das interpelações. Contudo, não recusou-se a falar sobre essas questões e demonstrou-se contra a ideia de outro tipo de peregrinos.

Nesse ponto, ficou esclarecida a questão dos dignos e dos não dignos, de uma busca e exclusão dos “falsos peregrinos”, indignos, impuros que, alegadamente, deturpam a ideia dos Caminhos de Santiago. Essa questão, ou ação pode ser vista, a grosso modo, e de forma não generalizada,

como um espécie de “caça” a quem não faz o Caminho de Santiago pela vertente e motivação religiosa, e que esses verdadeiros peregrinos também devem estar sujeitos a uma subordinação e gratidão por aquilo que lhes é disponibilizado e oferecido.

Outras questões que ficaram claras, sob o ponto de vista dos verdadeiros e falsos peregrinos, é a ideia de sofrimento, esforço e desapego, em que os peregrinos devem caminhar e carregar o seu fardo, isto é, a mochila, e expor o seu corpo ao frio, calor, chuva, poeira e fadiga, assim como, estar disposto a contentar-se com os conjunto de regras dos locais e às condições que lhe são proporcionadas para a realização da higiene e repouso do corpo. Ou seja, neste sentido, e tendo em conta o caso apresentado, para serem “verdadeiros peregrinos” é necessário assumirem uma postura para serem aceites ou compreendidos como tal, na visão de alguns, se não seguirem esse padrão, são excluídos da categoria de “verdadeiro peregrino” e não devem, como tal, beneficiar dos albergues públicos nem serem acolhidos como peregrinos.

Dos caminhos e traçados, foram apresentadas questões de conflitos, sendo que o conflito e interesses económicos são exemplificados na questão das “guerras das setas amarelas”, que para além do conflito manifestado entre Tui e Porriño, ao longo do Caminho Português, foram identificados diversos locais com setas apagadas e setas repintadas, assim como, dupla marcação de setas amarelas a sinalizar caminhos divergente. Estas marcações e remarcações, como observadas e também descritas pelos atores ouvidos, foram alteradas, principalmente, por questões de interesse económico, pois havia o interesse da passagem dos peregrinos à frente de estabelecimentos comerciais ou bastante próximo deles, para que eles, os peregrinos fizessem uso dos produtos ou serviços nos estabelecimentos comerciais.

Outro fator relacionado com a sinalização e os produtos e serviços, são os albergues, pois, como identificado, havia vários albergues que davam a entender que eram albergues públicos, ou seja, utilizavam-se de informações indicativas similares às dos albergues públicos. Com isso os peregrinos dirigem-se a esses locais, que muitas das vezes, para não dizer todas, praticavam preços superiores aos albergues públicos⁷⁶.

Já sobre os albergues, como apresentado, pode ser um local de conflito, pois as diferenças

⁷⁶ Faz-se necessário aqui ressaltar que não se tem o intuito condenar os albergues privados, mas evidenciar a prática de alguns que podem ter e foi percebida desta forma, como ação para confundir os peregrinos e leva-los até estes albergues.

culturais, sobre uma ótica etnocêntrica, podem passar de “ao encontro” cultural, para “de encontro”, em que se travam disputas variadas de ostentação de um ponto de vista superior, como visto. Entre estes pontos, estão a religiosidade e espiritualidade.

Os albergues também aparecem, tal como o exemplo apresentando sobre Tui, como locais de classificação, em que alguns hospitaleiros e gestores fazem, ou procuram fazer distinção entre peregrinos e turigrinos, avaliar os comportamentos e assim classificá-los, permitindo, ou não, o acesso ao albergue.

3.2 Das Visões e Interpretações

Com este subcapítulo, tem-se a intenção, de apresentar, como já mencionado no próprio título do capítulo, algumas das visões e interpretações sobre o Caminho de Santiago.

Assim, esta construção textual e estrutura de apresentação das informações é organizada de forma explorar as questões. Procurou-se uma forma didática, mais pertinente, para melhor apresentar as questões abordadas e, com isso, apresentar estas diversas questões, convergentes e divergentes, dos discursos, divididas através dos métodos utilizados, para a obtenção das informações, e assim expor os conteúdos que permeiam os objetivos desta investigação, com as sínteses dos discursos.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas⁷⁷, isto é, contou com a utilização de um guião para direcionar as questões face aos objetivos propostos nesta investigação. Sendo que outros momentos, de maneira complementar, e para aprofundar determinados pontos, foram realizadas participações em eventos.

Nesta construção constam, na primeira parte, as entrevistas realizadas por ordem cronológica, aquando da realização da viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, que foram realizadas nos albergues com os hospitaleiros, gestores dos albergues e gestores municipais, ao nível das freguesias e ao nível municipal.

⁷⁷ A descrição mais detalhada do método é descrita no capítulo I em Diálogos Metodológicos.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de compreender e registar as perceções dos atores quanto aos albergues públicos, dos peregrinos, as perceções e ações das comunidades em que estão inseridos os albergues, quanto ao Caminho, os peregrinos, os albergues, do Caminho Português e as ações desenvolvidas para com o Caminho.

3.2.1 Entrevistas no Caminho.

Como já mencionado, estas entrevistas foram realizadas durante a viagem de peregrinação pelo Caminho Português (Caminho Central), sendo estas realizadas com: Gestora e Hospitaleira do Albergue Vairão; Presidente da Junta de Freguesia de Vairão; Casal de Hospitaleiros Albergue de Vairão; Hospitaleira Albergue São Pedro de Rates; Gestor e Hospitaleiro Albergue Barcelinhos; Hospitaleiro Casa da Recoleta (Tamel); Proprietária Casa de Acolhimento de Peregrinos (Casa da Fernanda); Hospitaleira Albergue Ponte de Lima; Gestor, Hospitaleiro e Presidente do Albergue de Rubiães; Presidente da Câmara Municipal de Valença do Minho.

3.2.1.1 Gestora e Hospitaleira do Albergue Vairão (G.H.A.V)

A gestora e hospitaleira está envolvida no albergue desde de 2013. Em janeiro de 2015 assumiu a gestão do albergue. Inicialmente ela trabalhava como voluntária nas obras do albergue, e foi nessa altura que conheceu Pedro Macedo, que fazia então parte da comissão instaladora do albergue.

Após esse contato, apresentou-se como hospitaleira voluntária do albergue. Quando isso ocorreu, ela encontrava-se desempregada e, por isso, a gestão do albergue fez um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional-IEFP⁷⁸, e foi assinado um contrato de emprego e inserção. Assim, a entrevistada trabalhou no albergue, durante seis meses, através desse contrato.

Nesses seis meses de contrato, segundo ela, foram desenvolvidas diversas atividades no local, desde visitas para conhecer o espaço, assim como, dias de voluntariado para auxílio nas obras,

⁷⁸ “O IEFP é o **serviço público de emprego nacional**. Tem por **missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego**, através da execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional.” Informações disponíveis em: <https://www.iefp.pt/instituicao>

reforma e limpeza de móveis, pintura de paredes...

Após a sua colocação, ou seja, novamente incorporada no corpo de docentes, uma vez que a entrevistada é professora de inglês do 1º e 2º ciclo, passou a dedicar-se ao trabalho no albergue a tempo parcial, já sem o contrato mencionado.

A entrevistada descreveu um pouco a história do albergue, sendo que o Albergue de Vairão está alocado num edifício do século X⁷⁹, que foi um mosteiro beneditino misto (homens e mulheres), depois os frades em 1126 foram para Santo Tirso e ficaram apenas as freiras. Ela informou que há um túnel que, na altura, ligava os dois espaços. Em 1834, com o término das ordens religiosas em Portugal⁸⁰, o local passou por uma transição e deixou de ser um mosteiro. O prédio foi um convento e depois escola. Afirmou também que o local é permeado de muitas histórias⁸¹ e de vida.

Assim, o espaço deixou de ser um convento e passou a ser uma escola maternal, para atender as famílias desestruturadas e sem condições financeiras para manterem as filhas, como uma espécie de colégio interno, filhas essas que apenas iam a casa no verão. A escola atendia as meninas, que então recebiam formação em tarefas domésticas e “femininas”, tais como, lavar a roupa e passar, cozinhar, bordado, costura...

De seguida, o prédio passou por uma fase transitória, continuou a ser uma escola, mas com um regime um pouco mais aberto, isto é, não necessariamente um regime de internato. Contudo, as freiras que eram as educadoras, atingiram uma certa idade e, sem condições físicas, e sem pessoal para dar continuidade, conseqüentemente, a escola fechou na década de 1980, sendo as três últimas freiras transferidas para a cidade de Fátima.

À medida que o número de freiras diminuía, menor era o espaço do edifício que ocupavam. Com isso, partes deste foram abandonadas, até ao seu abandono completo.

⁷⁹ Documentos comprovam sua existência antes do ano de 974, então Mosteiro Salvador de Vairão, pertencente a ordem religiosa de São Bento e abrigava homens e mulheres. Já após o ano de 1126 passou a abrigar somente mulheres. Informações Acervo Nacional Torre do Tombo em Mais informações em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1461684>

⁸⁰ Reforma Geral Eclesiástica: Momento que estabeleceu a extinção das ordens religiosas em Portugal, tais como mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, através do decreto de 30 de maio de 1834.

⁸¹ Há uma lenda que Dom Afonso Henriques teve um filho com uma mulher que viveu no mosteiro.

Desde o seu fecho, há cerca de 20 anos, e da sua então última utilização, que foi a tal escola para meninas, houve, segundo a entrevistada, uma comoção por parte das pessoas da localidade, pois era um edifício que sempre teve as portas abertas e que um dia fechou, não só para as pessoas de fora, mas também para as pessoas da freguesia.

A ideia de se transformar o local num albergue surgiu de dois peregrinos, Pedro Macedo e Ana Lombo. Os dois conheceram-se ao fazerem o caminho e foram hospitaleiros no Albergue São Pedro de Rates. Mais tarde vieram a casar no mesmo albergue. Por terem tido a ideia de fazer um local de hospedagem mais próximo do Porto, por esta ser uma etapa muito longa, com cerca de 40 km, até São Pedro de Rates, pensaram em criar um albergue que possibilitasse encurtar essa etapa. Assim, em contato com a Junta de Freguesia de Vairão e com a Assembleia Distrital, então proprietária do edifício, fizeram um protocolo para abertura do albergue.

A abertura do albergue deu-se de forma gradual desde 2013, pois o local estava abandonado e degradado. Com isso, à medida que as áreas foram recuperadas, foram-se disponibilizando novos espaços para atender aos peregrinos. A Recuperação do espaço deu-se também através da ajuda de pessoas que trabalharam como voluntários nas obras de recuperação do edifício.

Segundo ela, atualmente o albergue conta apenas com voluntários para o seu funcionamento. São no total, cerca de 17, não todos regulantes, mas esporádicos, estando de forma permanentes, ou diariamente, dois voluntários que vivem ao lado do albergue. Apenas uma “funcionária”, que é voluntária, e que vive ao lado do albergue, é remunerada pela limpeza do albergue, a qual, consoante o número de peregrinos que pernoitam no albergue, recebe uma parcela dos donativos pagos pelos peregrinos.

A entrevistada disse também que a manutenção (contas de consumo, água, energia, reparos...) do albergue estavam em fase de transição para a auto-sustentabilidade, mediante a receita dos donativos dos peregrinos.

O albergue tem 4 pisos mais a torre, sendo que um piso e a torre são destinados aos peregrinos. Conta com 44 leitos (camas), divididos em 12 quartos, 5 casas de banho, 2 cozinhas, 1 sala e 1 refeitório.

O proprietário do prédio continuava a fazer parte da Assembleia Distrital da Cidade do Porto. Contudo, as Assembleias foram extintas em outubro de 2014, e o património foi então distribuído pelos concelhos onde havia património, Porto, Gaia e Vila do Conde. O prédio do mosteiro foi atribuído à Câmara Municipal de Vila do Conde, apesar de a Freguesia de Vairão não pertencer a Vila do Conde. Assim, ainda se encontrava em processo e trâmites de verificação sobre a que município ficaria atribuído, ou vinculado, o albergue.

Quanto à formalização da gestão do albergue e, devido às implicações legais, e principalmente, como forma de captar recursos, segundo ela, sentiu-se a necessidade da criação de uma associação. Esta iniciou-se em janeiro de 2015, registada com o nome de Vila Valeriana, nome este que estaria associado à Freguesia de Vairão no tempo dos Romanos.

O albergue conta com uma direção, com assembleia geral e controlo fiscal, em que são debatidas e apresentadas questões e propostas de administração do albergue.

A maior parte dos recursos financeiros do albergue vem dos donativos⁸² dos peregrinos. Quanto às obras para reparos exteriores e interiores, houve financiamento parcial por parte da Assembleia Distrital. Contudo, em 2014 foi feita uma candidatura para um subsídio junto da associação norte-americana *Americian Perelegins on The Camino*⁸³, em que o albergue, através da Associação Vila Valeriana, foi contemplado com um recurso financeiro, o qual foi aplicado na restauração da nova ala do albergue.

Segundo ela, o albergue, além de ser um espaço para os peregrinos, é também um local para diversas atividades para as pessoas que vivem na região. Um exemplo disso foi o convívio do Compasso de Páscoa⁸⁴ realizado em 2015, em que, ao invés de as pessoas beijarem o Compasso em casa, foram até ao albergue fazê-lo, assim como a atividade de Magusto⁸⁵.

⁸² Donativo: Taxa mínima cobrada ao peregrinos para ficarem hospedados no albergue, contudo, fica a critério do peregrino doar valores superiores ao mínimo, que no caso de Vairão é de 5 euros.

⁸³ *Americian Perelegins on The Camino*: Mais informações em: <http://www.americanpilgrims.com/index.html>

⁸⁴ Compasso de Páscoa: Também referido como Compasso Pascal, é uma tradição cristã portuguesa que no período da páscoa, há a passagem de casa em casa pertencentes a determinadas paróquias, no dia ou semana seguinte em que é comemorado a ressurreição de Jesus Cristo, um cruxifixo a simbolizar o Cristo Vivo, em que esse cruxifixo é beijado pelos moradores dessas casas visitadas.

⁸⁵ Magusto: Festa que está comumente associada a São Martinho, celebrada no dia de todos os Santos, em que se assam castanhas na fogueira.

Segundo a mesma, procura-se fazer essas atividades de forma a envolver a freguesia, pois o espaço é da freguesia, e a ideia de se ter no local um albergue serviu para revitalizar o espaço, mas também com um sentido colaborativo das pessoas da freguesia para manter o local. O espaço já era um sítio de grande apreço por parte das pessoas da freguesia, e agora torna-se de apreço por parte dos peregrinos, uma vez que é um local bonito e sossegado.

Ela também informou que o albergue permite uma certa flexibilização de escolha dos quartos, face às necessidades identificadas pelos peregrinos, para recuperar as energias e seguir o caminho.

Foi dito também que, apenas parte do edifício está disponibilizado para o albergue, pois há outros espaços atribuídos para realização de outras atividades, através de outros protocolos assinados, que permitem fazer uso do espaço para, por exemplo, um núcleo de ensino de dança, o Museu do Peregrino⁸⁶, um centro de estudos, tendo também já sido abrigo de escoteiros. Ela enfatizou que o Caminho de Santiago permitiu uma nova vida ao prédio e que também existe o interesse em manter essa vida.

A entrevistada disse que, em 2013, incentivada, não só pela abertura do albergue, mas também pelo trecho perigoso em que passavam os peregrinos, pela estrada nacional 306⁸⁷, devido ao grau de periculosidade do trecho, pelo qual os peregrinos caminhavam demasiado perto da circulação automóvel, foi feito um acordo entre as juntas de freguesias de Gião, Vairão e Macieira da Maia, bem como da Câmara Municipal que tem um departamento ligado ao Caminho de Santiago para desviar o caminho.

Segundo ela, as pessoas da freguesia já tinham conhecimento dos peregrinos a Santiago, e que estes passavam pela estrada de Gião e Macieira e, aquando da abertura do albergue e desvio do caminho para passar em Vairão, sentiram-se motivadas com essa mudança, pois os peregrinos possibilitaram, não só vida ao prédio, que parcialmente abriga o albergue, mas também mais vida e movimento à freguesia.

⁸⁶ Museu do peregrino: fundado em 25 de julho de 2015, como Centro de Interpretação do Caminho de Santiago em que peregrinos contam a suas histórias. Mais informações em: <http://mosteirodevairao.blogspot.pt/2015/07/museu-do-peregrino-abre-hoje.html>

⁸⁷ Estrada nacional 306 (N306): Pertence a rede nacional de estradas em Portugal, sendo este trecho tem início em Vila do Conde e segue até Ponte de Lima.

Com isso, ela disse, os peregrinos de diversas partes do mundo trazem consigo várias experiências e possibilitam às pessoas de Vairão um conhecimento do mundo sem precisarem de sair de Vairão. E, desta forma, os peregrinos também levam consigo e divulgam o nome da freguesia pelo mundo.

Foi dito que as pessoas que vivem na freguesia têm interesse em fazer o caminho. Contudo, têm um certo receio quanto a esse desconhecido. Para desmitificar e aproximar as pessoas do caminho, foi feita a apresentação no albergue do filme *The Way*⁸⁸, em que cerca 40 pessoas foram assistir e ficaram emocionados e motivados a fazerem o caminho.

Disse que, quanto ao facto de o caminho passar por Vairão, despertou ou motivou ainda mais as pessoas da freguesia a fazerem o Caminho de Santiago. Alguns já foram a Santiago de Compostela em meios de transporte. Contudo, a maioria ainda não tinha tido a experiência de fazer a peregrinação. Com a atual interação entre os peregrinos e as pessoas da localidade, estes últimos estão cada vez mais curiosos e motivados para fazerem o caminho.

A gestora e hospitaleira diz que a relação das pessoas da freguesia com o albergue e com as pessoas que trabalham no albergue é muito boa, pois desde o início se procurou uma mobilização, incentivo e auxílio das pessoas da freguesia em todos os processos relacionados com o albergue. Mas não só com as pessoas da freguesia, pois, procura-se o diálogo com outras associações e instituições ao longo do caminho.

Foi dito que, quando um peregrino chegava a Vairão e dizia que escolheu fazer o caminho, e ficar no albergue, por indicação de outras pessoas que já o tinham feito, as pessoas da freguesia sentiam-se orgulhosas, pois isso era sinal de que estavam a fazer um bom trabalho de receção e de acolhimento de peregrinos. E esses peregrinos ajudavam a divulgar e promover a freguesia.

Ela disse que os peregrinos são sempre uma descoberta, pois há sempre algo a aprender com eles, pois trazem consigo várias experiências e vivências, desde os peregrinos mais expressivos, aos mais contidos, num caminho mais interior. Estes últimos buscam estar mais sós e reflexivos.

⁸⁸ Filme lançado no ano de 2010, que conta a história de um pai norte-americanos, que após a morte de seu filho que estava a fazer o caminho de Santiago entre França e Espanha, vai buscar o corpo e pertences do filho, contudo, ao chegar no local resolve completar a viagem de peregrinação a Santiago.

Há também o peregrino misto, em que tem os seus momentos de interação, assim como, de reclusão e reflexão.

Para ela, escutar as histórias dos peregrinos permite crescer, viver e até mesmo viajar com eles. As suas histórias permitem um novo olhar sobre as pessoas e sobre o mundo, que conduz e fortalece o sentimento de esperança no mundo. Disse também, que a vontade dela é de estar com todos eles para compreendê-los e partilhar as histórias.

Das motivações para fazer o caminho, disse que tudo são motivos para fazer o caminho, desde fazer o caminho como alternativas de férias, como fuga de problemas ou mesmo motivados pelas diversas fontes de publicidade, sentem-se motivados a descobrir o que é o Caminho de Santiago.

Ela disse que o caminho é dito também como uma alternativa, que pode auxiliar no desenvolvimento das localidades, principalmente pelos recursos financeiros, pois estes peregrinos movimentam o comércio e fortalecem a economia, por onde passam. Contudo, é feita uma crítica quanto ao sentimento de perseguição do caminho como um local de exploração, seja pelas freguesias, estabelecimentos comerciais, albergues público e privados, entre outros. Pois segundo ela, o mais importante é preservar, ou mesmo, construir um caminho de liberdade ao peregrino, e enfatizou que o Caminho de Santiago é uma expressão de liberdade, que permite uma nova experiência a cada dia.

Segunda ela, a barreira da língua, em alguns casos, dificulta a comunicação. Mas também disse que a senhora, que é hospitaleira, procurava encontrar formas de transmitir as informações necessárias, mas que ela também ficava muito feliz quando encontrava peregrinos que falam português, pois assim podia dar mais detalhes e interagir mais.

Ela afirmou que o Caminho de Santiago criou um novo significado para as pessoas da freguesia e arredores, pois ao fazerem referência ao trajeto até à freguesia, começaram a trocar os nomes e utilização de referências, pois, ao invés de se dizer ou perguntar se vai por determinada estrada ou rua, faziam agora referência ao Caminho de Santiago.

3.2.1.2 Presidente da Junta de Freguesia de Vairão (P.J.F.V)

Desde 1978, vinha a desempenhar atividades junto da freguesia, associado ao setor da cultura. Em 2001 foi convidado a fazer parte da lista da autarquia, a encabeçar a lista, tendo sido eleito para presidente da Freguesia de Vairão, e permanecendo no cargo por 12 anos. Com a nova organização administrativa a nível nacional, a Freguesia de Vairão ficou agregada à Freguesia de Fornelo, que passou a ser denominada de União das Freguesias de Vairão e Fornelo. Contudo, prossegue no poder executivo como tesoureiro.

Trabalha, e trabalhou, com pesquisas e divulgação de questões históricas e culturais da freguesia pois, segundo ele, a freguesia é muito rica neste aspeto, em que também há elementos representativos da nacionalidade. Tendo como exemplo, a importância do convento que participou, de forma monetária, para a batalha de Dom Afonso Henriques contra os mouros.

Segundo ele, em Vairão há expressões religiosas muito fortes, tendo como exemplo, a Festa de São Bento⁸⁹ que ocorre no terceiro final de semana do mês de julho de cada ano. Sendo também as festividades do Rancho Folclórico da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vairão⁹⁰ associada à festa de São Bento há cerca de 15 anos, como forma de fortalecer ambas as festividades ao nível de públicos e atividades.

No quarto domingo da quaresma⁹¹ é realizada uma procissão do Senhor dos Passos, que relembra o suplício de Jesus Cristo ao calvário, em que há o Sermão do Encontro⁹². No primeiro final de semana de setembro é realizada a Festa de Santo Ovídio⁹³.

⁸⁹ São Bento: viveu entre 480-547, Santo canonizado no ano de 1220. Foi monge fundador da Ordem dos Beneditinos, em que foi a primeira ordem monástica comunitárias, isto é, a criação de locais destinados aos monges, que até então viviam de forma isolada. O dia de comemoração segundo o calendário católico é em 11 de julho.

⁹⁰ Rancho Folclórico da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vairão: O rancho folclore conta com cerca de 40 componentes com idades entre 3 anos aos 96, e que são apresentadas e revividas questões de músicas e danças.

⁹¹ Quaresma: Período de quarentena, isto é, 40 dias que antecedem a celebração da páscoa, páscoa que é tido como a “ressurreição de Jesus Cristo”, sendo esta a principal celebração do cristianismo.

⁹² Sermão do Encontro: Momento de reflexão realizado quando da encenação do encontro de Jesus Cristo e Virgem Maria, mãe de Jesus, quando este segue a caminho do calvário para a crucificação.

⁹³ Santo Ovídio: Cidadão romano nascido na Sicília (Itália), em 95 tornou-se 3º Arcebispo em Bracara Augusta (Braga) e morreu no ano de 1035.

Segundo ele, o convento nasceu ligado à história do mosteiro. Os primeiros documentos, relatam uma doação das alfaias⁹⁴ da Igreja de Vairão ao mosteiro, no ano 1074, sendo este um dos factos que comprova a existência do mosteiro antes desta data. Ao mosteiro também é atribuído o primeiro documento em língua portuguesa, o documento da Notícia do Torto⁹⁵, no cartório do Mosteiro de Virão.

Foi dito que, aponta-se, há cerca de 6 anos, uma preocupação e interesse em divulgar e conhecer o Caminho de Santiago. Contudo, para os jovens, ainda é pouco conhecido. Já com a abertura do albergue, houve, por parte das pessoas da freguesia, uma maior abertura e interesse em conhecer essa história e ligação entre Vairão e o mesmo.

Disse que, mesmo sem ter grande conhecimento sobre o Caminho de Santiago e sobre a sua importância, ele sempre teve interesse que o Caminho de Santiago passasse por Vairão, pois há cerca de 20 anos, os Caminhos de Santiago foram desviados para as estradas nacionais.

Segundo ele, há alguns anos, dois senhores estavam a fazer um estudo sobre o Caminho de Santiago entre o Porto e Santiago. E já nessa época, dizia-se que os caminhos seguiam pelas estradas romanas. Contudo, a ideia de o verdadeiro traçado passar pelas estradas nacionais não faz sentido, pois os caminhos romanos mediam 3,20 metros de largura, já as estradas nacionais têm, na sua maioria, 6 metros. Assim, passar o caminho pelas estradas nacionais não fazia muito sentido, uma vez que não remetem às questões históricas. Sendo que, por esse facto, também se apoia que o Caminho de Santiago passasse por Vairão.

3.2.1.3 Casal de Hospitaleiros Albergue de Vairão (C.H.A.V)

Ambos são voluntários no albergue desde a abertura do mesmo, no dia 25 de julho de 2013, sendo a principal motivação, ou o que faz com que ambos fossem voluntário, o facto de residirem ao lado do mosteiro e de já conhecerem as pessoas da Junta, assim como o facto de já estarem reformados e com disponibilidade e tempo livre, pois, segundo eles, não há, no

⁹⁴ Alfaias: São objetos utilizados nos momentos litúrgicos (celebrações), normalmente produzidos como materiais nobres (ouro, prata, pedras preciosas, cristais, tecidos finos...).

⁹⁵ Notícia do Torto: Documento manuscrito datado dentre os anos 1214-1216, tido como o primeiro documento escrito em língua portuguesa. Mais informações em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1461698>

momento, um grande interesse entre os jovens, uma vez que, fazer esses trabalhos no albergue requer tempo e dedicação.

Segundo eles, trabalhar no albergue e receber o peregrino é algo já natural, pois disseram ter gosto em tratar bem as pessoas e fazer o possível para ajudá-las. Segundo eles, os peregrinos gostam muito do espaço e da receção que têm. Eles falam também dos presentes que recebem dos peregrinos de diversas nacionalidades e das cartas e telefonemas que recebem dos amigos que fizeram por causa do albergue.

Foi dito que, as pessoas da freguesia gostam muito de ter o albergue, pois deu mais vida e utilidade ao prédio, um local que já estava muito degradado. Mas também disseram que há o interesse económico, pois os peregrinos movimentam o comércio, seja, nos cafés, farmácias ou mercado.

Segundo eles, há uma mobilização por parte das pessoas da freguesia em receber bem os peregrinos, e estão sempre a fazer comentários sobre quantos peregrinos passaram. Disseram que, quanto às obras, houve uma grande mobilização por parte das pessoas da freguesia, principalmente, aos fins-de-semana.

Segundo ela, pelo facto de fazer limpeza, parte dos donativos é revertido como pagamento para a mesma, sendo que, por cada 4 peregrinos hospedados, ela recebe 5 euros.

Disseram que, eles é que fazem toda a manutenção, mas também auxiliam os peregrinos no que for possível. Por exemplo, quando está a chover, eles levam os peregrinos no seu carro até ao restaurante, farmácia, mercearia, médico... Quanto a esse apoio ao peregrinos, foi dito que o proprietário do restaurante, quando vê que os peregrinos estão muito cansados ou quando está a chover, leva os peregrinos que foram fazer refeições ao seu restaurante, de volta ao albergue.

Foi dito que, na freguesia existe uma médica (Doutora Alberta Gomes) que atende os peregrinos de forma gratuita, em casos de emergência, sendo apenas cobrado aos peregrinos, os medicamentos.

Disseram que há muitos tipos de peregrinos, uns mais falantes, uns mais calados, outros mais tímidos. Contudo, afirmaram saber que todos somos diferentes. Mas que a língua, isto é, o

português, aproxima mais as pessoas. Contudo, a língua não impede a comunicação, quando se tem vontade. Em relação às dificuldades de comunicação com os peregrinos de outra língua, e não sendo possível resolver alguma questão de emergência ou auxílio, eles comunicam à presidente do albergue, a qual vai auxiliá-los, uma vez que ela domina outros idiomas.

Quanto à percepção sobre o que motiva os peregrinos, foi dito ser um mistério, mas sabe-se que é um sacrifício grande fazer-se o caminho, pois exige muito fisicamente, a caminhada é longa e não é nada fácil. Contudo, saber o que realmente os motiva, não é possível saber.

Segundos eles, há, por parte dos peregrinos, algumas reclamações com os trechos de entradas junto aos carros, pois o trajeto torna-se mais difícil, desgastante e perigoso. Não se sabe se é esse o facto, pelo qual muitos chegavam a Vairão e depois queiram seguir pelo Caminho da Costa, ou seja, passar pelo litoral.

Disseram que, procura-se ter uma flexibilidade de algumas regras no albergue, principalmente quanto aos horários de entrada e saídas dos peregrinos, não lhes sendo negada a entrada se chegarem tarde, durante a noite, ou mesmo se precisarem de sair mais tarde no dia seguinte. Até é permitido permanecer mais um dia no albergue, sem que seja necessário cobrar mais um donativo. Como tal, confirmaram saber sobre os diferentes horários de entrada e saída dos outros albergues, mas que, em Vairão, fazem dessa forma mais flexível.

Quanto à questão de segurança, eles dizem saber do risco de abrir a porta e receber os peregrinos já tarde, de noite. Contudo, afirmam que correm esse risco, mas que, também não querem deixar nenhum peregrino na rua, sem abrigo e hospedagem.

Foram relatados também alguns casos, ao receberem os peregrinos em sua casa. Isso ocorreu mais no período do inverno, período esse com menor número de peregrinos. E quando havia apenas um só peregrino(a), era oferecido abrigo na casa para não ficarem sozinhos e, assim, se sentir mais seguro. Segundo eles, também houve casos também que, quando os peregrinos chegam de noite, já tarde, ou está a chover muito, eles oferecem alimentos aos peregrinos, pois das condições para irem até os estabelecimentos, ou dos mesmos já estarem fechados.

Dentre as histórias e factos curiosos, falaram sobre uma peregrina francesa que foi cozinhar, e o fogão tinha uma tampa de vidro, mas a peregrina, sem saber bem como funcionava o fogão,

colocou os tachos sobre o tampo de vidro e ligou os quatros queimadores e que, com o aquecimento, o vidro estourou e deixou a cozinha repleta de vidros e, quando a hospitaleira tentou entender o que havia ocorrido, travaram um longo diálogo de mímicas.

Outro facto foi o caso de um peregrino alemão com o seu cão, em que ele queria deixar o cão dentro do albergue, mas não foi permitido. Então o peregrino foi dormir com o cão fora do albergue. Falaram também sobre a história dos peregrinos portugueses e brasileiros bêbados, em que parecia que o vento os estava a abanar e chegaram aos albergue a cambalear e a rir.

Destes factos, que segundo eles, marcaram o seu período como hospitaleiros, descreveram os casos dos peregrinos que conversam, ao longo do caminho, com as pessoas. E dá o exemplo de um senhor português que foi até ao albergue deixar um cajado a um peregrino brasileiro que tinha conhecido. No momento da entrega este peregrino não estava no albergue e, segundo relatos, quando o peregrino chegou ao albergue, ficou admirado com a surpresa. No entanto, não sabia quem lhe tinha oferecido o cajado.

3.2.1.4 Hospitaleira Albergue São Pedro de Rates (H.A.S.P.R)

Segundo ela, era voluntária no albergue desde 2012, iniciou o trabalho no albergue porque era funcionária da Junta de Freguesia de São Pedro de Rates, quando a Junta era responsável pelo albergue. A mesma fazia a limpeza e organização dos espaços do albergue. Era como um trabalho extra que fazia para a Junta.

Logo após o albergue passar para a gestão da associação, foi convidada a ser hospitaleira. Aceitou o convite, pois segundo a mesma, tinha gosto em ter contato com os peregrinos.

Disse que a Associação de Hospitaleiros de São Pedro de Rates foi criada em 2013, e contava com cerca de 20 hospitaleiros. Desde então, o albergue passou a ser administrado pela associação que faz as obras e manutenção do albergue com os donativos dos peregrinos, sem ser estabelecido o valor mínimo de contribuição. Contudo, há também a colaboração da Junta de Freguesia de São Pedro de Rates e da Câmara Municipal, que ajudam com o pagamento da água e energia elétrica, pelo que segundo ela, se não houvesse essa ajuda, não seria possível manter-se o albergue.

O albergue conta com 62 leitos (camas), tendo no piso superior três quartos com 30 camas e dois salões com 32 camas, uma cozinha, um quarto para os hospitaleiros, uma sala de convívio, 4 casas de banho, uma masculina e uma feminina com duche, duas mistas com sanitas, lavados e lavandaria.

Pelo facto da entrevistada viver a cerca de 50 metros do albergue, a ela é atribuída a tarefa de abrir o albergue as 13:00h e de fechar o albergue às 22:00h, receber o peregrino e fazer as limpezas. Disse que, no período da manhã, é feita a limpeza do albergue, isto como contratada. Já na parte da tarde, a partir das 17:00h, é feito o trabalho de receber os peregrinos (hospitaleira) de forma voluntária até às 22:00h.

Quando chegam peregrinos fora do horários estabelecido, ela vem ao albergue recebe-los, ou eles mesmo vão a sua casa à procura de auxílio para entrarem no albergue. Disse ter uma certa dificuldade em comunicar com os peregrinos que não falam português ou espanhol, mas tenta e procura comunicar e informar da melhor forma possível.

Segundo ela, os peregrinos, na sua maioria, gostam do espaço do albergue e elogiam, gostam da culinária local e também dos locais e monumentos que existem para serem visitados na freguesia. No livro de registo, pelo facto dela ser a pessoa que está todos os dias no albergue, sempre lhe fazem boas referências, referências estas de elogios e agradecimentos pela hospitalidade.

Ela disse que as pessoas que vivem próximas do albergue e na zona onde passa o caminho gostam de ver e de interagir com os peregrinos e tentam sempre ajudar os peregrinos no que for necessário. Destacou que é bom o caminho passar por São Pedro de Rates, pois o caminho é bonito, e sente-se orgulhosa por isso. Para além disso, disse que o Caminho de Santiago é importante para São Pedro de Rates por vários motivos, dentre eles, cita a importância económica, pois os peregrinos compram nos restaurantes, cafés e mercearias. Outro facto, é que os peregrinos fazem visitas aos monumentos e locais históricos e aprendem um pouco mais sobre a cultura de São Pedro de Rates.

Foi por ela destacado que há peregrinos que se queixam da sinalização, pois sabe-se que há pessoas que mudam as setas amarelas a indicar outro trajeto com o intuito de fazerem com que

o caminho passe ao pé dos seus estabelecimentos comerciais. Ela deu o exemplo, aquando da chegada a São Pedro de Rates, que dantes o caminho passava pela igreja de Rates, mas com o desvio, sem saber como, e por quem, deixou de passar por lá.

Quanto à sua perceção sobre peregrino, ela vê-os como aventureiros, como pessoas que fazem o Caminho de Santiago como uma atividade de desporto e pela oportunidade de convívio. Também foi dito que alguns peregrinos fazem o caminho como uma procura de resolverem os seus problemas e desilusões. Exemplificou falando sobre aqueles que fazem o caminho porque estão tristes por terem terminado um relacionamento, entre outras questões, e vêm no caminho uma oportunidade de reflexão e consolo.

3.2.1.5 Gestor e Hospitaleiro Albergue Barcelinhos (G.H.A.B)

Segundo ele, a motivação principal para ser hospitaleiro no albergue, foi o facto de já receber os peregrinos na escola onde trabalha e, aquando da abertura do albergue, e por fazer parte da organização do grupo folclórico, aderiu à ideia de auxiliar o peregrino.

Ele é professor, faz parte do Grupo Folclórico de Barcelinhos⁹⁶, que gere o albergue de peregrinos, sendo que não há um responsável direto pelo albergue, mas sim várias pessoas, que fazem parte da direção do grupo folclórico, e com isso, fazem também a gestão do albergue. Esta gestão, segundo ele, é facilitada e conveniente, uma vez que o albergue se encontra no mesmo prédio da sede do grupo folclórico.

Disse que, a ideia de se fazer o albergue em Barcelinhos, surgiu ao verificar-se que os peregrinos que passavam por Barcelinhos, muitas das vezes, ficavam no prédio dos Bombeiros, local esse que fica ao lado do atual albergue, assim como, no Colégio La Salle⁹⁷. Mas esses espaços não dispunham, segundo ele, de condições mínimas para abrigar o peregrino para pernoitar. Ambos os espaços dispunham de locais para banho e higiene pessoal. Contudo, não era um ambiente

⁹⁶ Grupo Folclórico de Barcelinhos: Fundado em 1953 é um grupo que apresentam músicas e danças tradicionais da região. Mas para além, possibilita a divulgação da culinária regional e portuguesa. Informações em: <http://www.gfbarcelinhos.com/>

⁹⁷ Colégio La Salle Barcelos: Colégio particular cristão católico, fundado 1952 e que pertence ao Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs. Informações em: <http://colegio.lasalle.pt/>

ideal, pois havia poucas camas e os peregrinos dormiam no salão dos Bombeiros e no ginásio da escola. Após a abertura do albergue, deixou de haver necessidade de utilização desses dois espaços de acolhimento para os peregrinos.

Quando surgiu a proposta do albergue, segundo ele, houve um grande apoio por parte dos moradores de Barcelinhos, quer aqueles que vivem próximos ou os mais distantes do albergue pois, até então, esse era o primeiro albergue em Barcelos e Barcelinhos, que hoje também já conta com mais dois albergues, o albergue Amigos da Montanha⁹⁸ e o Albergue de Cidade de Barcelos⁹⁹.

Assim que foi feita a solicitação junto da autarquia, a proposta foi aprovada e apoiada, sendo que, o espaço foi cedido ao grupo folclórico, através de um contrato de aluguer por um valor simbólico.

No prédio que abriga o albergue, funcionou anteriormente, uma escola de jardim-de-infância e, quando esta fechou, no ano de 2009, foi apresentada a proposta, pelo grupo folclórico, junto da autarquia para que o espaço ficasse sob a tutela do grupo, o qual também alojaria no local, um albergue para peregrinos.

Assim, devido à localização privilegiada, por estar próximo do local de passagem dos peregrinos e por estar junto à entrada da cidade de Barcelos, foram feitas obras no prédio para dar lugar ao albergue, o qual foi inaugurado em 2010. As obras ainda não estavam totalmente concluídas. Havia espaços, como a cozinha que ainda estavam em vias de conclusão.

O albergue conta com um voluntário para a limpeza diária, que também é hospitaleiro no albergue, e com o trabalho voluntário dos demais membros da direção do grupo folclórico no albergue.

Pelo facto de o albergue estar localizado, ou de dividir o espaço com o grupo folclórico, são realizadas diversas atividades em ambos os espaços, principalmente nos finais de semana, em

⁹⁸ Albergue Peregrinos Amigos da Montanha: albergue privado criado em 2012, que pertence a Associação Amigos da Montanha. Mais informações em: http://www.amigosdamontanha.com/_albergue_de_peregrinos

⁹⁹ Albergue Cidade de Barcelos: albergue privado criado em 2013 e gerido pela Associação ACB - Albergue Cidade de Barcelos. Mais informações em: <http://www.alberguedebarcelos.com/>

que os peregrinos têm a oportunidade participar nessas atividades. Entre as atividades, ele citou a festa mensal que é realizada, em que feita uma recriação da “Tasquinha”, festa com música ao vivo e onde também é servida uma refeição da culinária típica da zona. Assim, segundo ele, os peregrinos têm a oportunidade de conhecer um pouco da cultura local através da música e gastronomia.

Ele disse que, aquando da realização dessas festas e atividades que avançam noite a dentro, é concedida ao peregrino a possibilidade de pernoitar mais uma noite no albergue. As festividades estão abertas ao público em geral, e, durante essas festividades, as pessoas que participam nas mesmas, aproveitam para conhecer as instalações do albergue, a pedido.

Entre as atividades realizadas pelo Grupo Folclórico de Barcelinhos destacou o Festival Internacional de Folclore Rio¹⁰⁰ que é realizado num período de 15 dias, com grupos de várias partes do mundo.

Da interação entre peregrinos e pessoas da localidade, segundo foi dito, os peregrinos são bem recebidos pelas pessoas da localidade e, por vezes, são saudados com um “Bom dia!” e “Bom caminho!”. Destacou que há um grande interesse por parte dos peregrinos em conhecer a cidade de Barcelos, pois há várias belezas na cidade e locais de visita, artesanato... sendo estímulos importantes para os peregrinos transitarem pelas localidades, assim como, de interagirem com as pessoas, quer nesses locais de visita, como nos estabelecimentos comerciais.

Outro ponto destacado por ele foi que, como há poucos estabelecimentos comerciais em Barcelinhos, muitas das vezes as refeições são feitas no albergue, em que o grupo folclórico proporciona essas refeições, por vezes pratos regionais por um valor simbólico, e quando não proporcionam essas refeições, as demandas são supridas por dois restaurantes que estão próximos do albergue.

Segundo ele, o albergue funciona totalmente sobre a dependência do grupo folclórico, sendo a única participação, e como já mencionado, o aluguer simbólico que é pago à autarquia de Barcelos. No albergue, é cobrada a taxa de donativo no valor de 5 euros para a manutenção e

¹⁰⁰ Festival Internacional de Folclore Rio: Ocorre durante o verão, sendo realizado normalmente nos dias finais do mês de Julho e início de Agosto, com períodos variados. Mais informações em: <http://www.festivalrio.gfbarcelinhos.com/>

demais despesas do espaço.

Disse que, o contato com os peregrinos é uma possibilidade de enriquecer a cultura geral e as diferentes formas de pensar e ver o mundo, pois há peregrinos de várias partes do mundo, e também de várias regiões do país. Assim, são estabelecidos diálogos e laços de amizade que perduram após a passagem dos peregrinos pelo albergue. É esse contato e troca de conhecimentos com os peregrinos, que são realizado no albergue, que faz com que se sinta valorizado pelo trabalho que é realizado.

Destacou que o Caminho de Santiago tem um espírito de acolhimento, de ser bem recebido, de pessoas dispostas a ajudar. Mas para além disso, é uma oportunidade de convívio e de aproximação das pessoas, e nos albergues são proporcionados esses momentos para além do descanso e relaxamento.

Quanto à postura do peregrino, disse que, por vezes, há aqueles que não têm o espírito de peregrino, que chegam ao albergue e não ficam satisfeitos com que lhe é disponibilizado, isto é, com as condições do albergue. E enfatizou que, quando isto ocorre, entende-se que não é um serviço de albergue que alguns peregrinos procuram. Um albergue de peregrino é um local de convívio e partilha, e não um local onde se trancam no quarto.

Para ele, existem alguns que, de peregrinos só têm o nome, pois não se comportam como tal. A exemplo disso descreveu o caso de um peregrino que chegou ao albergue e perguntou se poderia ficar uma semana, como se o albergue fosse um hotel. Disse que os peregrinos não vêm fazer turismo, mas podem aproveitar para conhecer a cidade. No entanto, há aqueles que se dizem peregrinos, mas, de facto, querem é fazer turismo.

Entre as motivações que os leva a fazerem a peregrinação a Santiago, destacou que, o mais latente é acreditar e ter fé, o sentimento e espírito cristão de se mover em busca de algo, de ir a este local de culto e enriquecer a fé. Para além disso, é a oportunidade enriquecimento cultural, pelo convívio com outras pessoas.

Segundo ele, o Caminho de Santiago o é tido como importante para Barcelinhos pois, através dele (Caminho Português), a localidade torna-se conhecida e divulgada como local de referência para os peregrinos, como também o albergue se torna uma referência, factos estes

que não aconteciam há anos atrás.

3.2.1.6 Hospitaleiro Albergue Casa da Recoleta (Tamel) (H.A.C.R)

O entrevistado é hospitaleiro desde a abertura do albergue, no ano de 2010. Quando foi convidado para fazer parte da equipa de trabalho no albergue, percebeu a necessidade urgente de fazer o caminho para compreender o que era ser peregrino, pois segundo ele, só assim é possível entender quais são as necessidades do peregrino, e, desta forma, estar capacitado para ser um hospitaleiro.

Inicialmente, veio a trabalhar no albergue através do Programa de Ocupação Complementar (POC), programa este destinado às pessoas inscritas no Centro de Emprego¹⁰¹, em que, para além do subsídio desemprego, era pago um valor extra para realizar trabalhos, coberto sob o abrigo do POC. Assim, após essa experiência de um ano através do programa, foi convidado a trabalhar no albergue como rececionista/hospitaleiro, sendo ele o único funcionário do albergue, que também conta com cerca de 8 voluntários.

Disse que o albergue é municipal, pertencente à Câmara Municipal de Barcelos, mas é gerido por uma associação que estabeleceu um protocolo com a Câmara. Com isso, toda a gestão está a cargo da Associação AVAR¹⁰², desde a manutenção e organização dos hospitaleiros. Contudo, no que se refere às obras, essa parte fica atribuída e sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Barcelos.

O albergue está aberto durante todo o ano, mesmo no período de inverno, em que a fluência de peregrinos é extremamente reduzida, e em certos dias, às vezes nula.

Disse que o albergue é visto pelas pessoas que vivem próximas dele, como sendo um espaço que lhes pertencem, eles compreendem as dinâmicas envolvidas na peregrinação. Sendo que, as pessoas que vivem na localidade demonstram-se sempre solícitas para ajudarem os peregrinos, e por vezes, abordam os peregrinos para perguntar se está tudo bem e se precisam

¹⁰¹ O Centro de emprego faz parte das ações do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP. Mais informações em: <https://www.iefp.pt/>

¹⁰² Associação AVAR/Sobram Sonhos Associação AVAR: Associação sem fins lucrativos constituída em 2011.

de algo. Este facto, para ele, demonstra e representa que as pessoas da localidade “se colocam no caminho” e percebem as dificuldades e necessidades dos peregrinos.

Para ele, as pessoas que têm casas ao longo do Caminho Português são pessoas privilegiadas, porque conseguem ver todos os dias os peregrinos a passarem, e gostam de ter contato com os eles, demonstram-se dispostos a ajudar e compreendem o espírito da peregrinação. Contudo, foi dito que, essa interação só é vista e sentida nos trajetos posteriores à cidade do Porto, pois antes, na maioria das localidades, as pessoas não têm grande, ou até mesmo, nenhum conhecimento sobre o Caminho de Santiago, e muito menos sobre os peregrinos.

Foi também dito que, existe, cada vez mais, um sentimento de que o caminho pertence à pessoa que vive ao longo do caminho e também um sentimento de que estão em constante peregrinação, pois viajam com eles (peregrino), e também para aqueles que vivem nessas localidades e ainda não fizeram a peregrinação a Santiago de Compostela, desenvolvem cada vez mais a curiosidade e o desejo em fazerem o caminho.

Segundo ele, o facto de ser hospitaleiro também lhe dá a sensação de estar sempre a peregrinar, pois quando os peregrinos deixam o albergue, pela manhã, ele tem o sentimento de que está a ir com eles, e o mesmo, pode-se dizer que se aplica às pessoas que vivem ao longo do caminho.

Descreveu a percepção dele quanto aos voluntários dos albergues, em que disse que demonstra que há cada vez mais um sentimento e vontade de se dar, de fazer algo para colaborar com o peregrino, e que as pessoas que fazem esse trabalho, seja por um dia ou de forma constante, são tidos como um exemplo a ser seguido pelas demais pessoas das localidades.

Disse que, o peregrino é aquele que faz o caminho em busca de um fim, uma pessoa que busca algo, é que, por vezes, não sabe o quê, mas continua motivado e com a esperança, de que sim, de que vai encontrar o que procura, e que, se não encontrar ao longo do caminho, quando chegar a Santiago de Compostela algo em si será transformado.

Quanto às motivações para fazerem a peregrinação, disse que estas são diversas, sejam elas por motivos de luto, motivos culturais, motivos religiosos, gastronômicos... Sabe-se que algo, no final do caminho, se vai transformar, daí que, muitas das vezes, as pessoas voltam a fazer peregrinações, seja pela transformação que ocorreu, seja por novas necessidades, ou mesmo

porque não encontraram tudo que procuravam.

Apontou que, das motivações, sabe-se que o Caminho Santiago é baseado ou balizado numa matriz católica. Contudo, tem uma proporção ecuménica. Mas o que resume o peregrino e o indivíduo é que todos buscam algo, algo para completar, algo transcendente, norteados por uma perfeição impossível de alcançar.

Ressaltou que notou, ao longo desses cinco anos, que se vem perdendo o espírito do peregrino, pois o peregrino não exige, o peregrino agradece, mas o que acontece com cada vez mais frequência, é que os peregrinos, quando chegam ao albergue, primeiro vêm o hospitaleiro com sendo o seu empregado, como alguém para servir e não para o auxiliar. Que, pelo facto de pagar, pode exigir. E há, cada vez menos, o espírito de peregrino, que agradece, aparecendo cada vez mais o turigrino, chegando ao albergue como se estivesse a chegar a um hotel e procuram serviços, como se desse se tratasse, têm uma visão deturpada do que são os albergue e do que é caminho.

Para ele, essa distinção de quem é peregrino e de quem é turigrino não vem estampada e visível logo no primeiro momento. Contudo, ele afirmou que, o peregrino não é apenas aquele que faz o caminho por motivos religiosos, mas sim no seu comportamento de exigir e se restringe ao turismo. Mas também disse que, isso não quer dizer que o caminho seja apenas para os peregrinos, mas os turigrinos devem entender que o albergue é, e foi feito para os peregrinos, sendo este um local com determinadas estruturas e regras para atender as necessidades dos peregrinos.

Nas relações que existem entre população e peregrinos, disse que se espalha o espírito de peregrino, uma atenção é ajuda, sendo muito positiva e propícia à peregrinação, pois esse encontro e interação amistosos com a população, ajudam nessa procura que o peregrino faz.

Destacou que, o caminho é de grande importância para as localidades por onde passa, pois o peregrino possui necessidades. Assim, do ponto de vista material, na procura em suprir essas necessidades básicas, eles movimentam a economia, e com isso trazem essa vantagem económica por onde passam. Outra vantagem do caminho, é que proporciona um “fusão de culturas”, pois passam pessoas de diferentes origens culturais do mundo, que os peregrinos, ao terem contato com as populações locais, permitem descobrir diferenças culturais muito ricas.

Face as essas diferenças culturais, pode-se dizer que a religião é uma delas, e que, pelo facto de o caminho apresentar esse carácter ecuménico, é possível perceber que todos procuram por algo similar, indiferente dos preceitos religiosos.

Para ele, o Caminho de Santiago é um elemento milenar que segue o seu traçado pelos monumentos e pela história, é já marcado há séculos, mas há uma preocupação demarcada em mante-lo.

Disse que, nota-se, ao longo dos tempos mais próximos, a mobilização e criação de entidades e órgão competentes para criar melhores condições de auxílio e informações aos peregrinos, e que, essas ações são bem vistas. Contudo, há uma preocupação e receio de se perder a essência e espírito da peregrinação e de transitar para o turismo.

3.2.1.7 Proprietária Casa de Acolhimento de Peregrinos - Casa da Fernanda (P.C.A.P-C.F)

A sua história sobre receber os peregrinos ocorreu há mais de 10 anos atrás, quando uma peregrina portuguesa bateu à sua porta a pedir ajuda, pois estava muito cansada e não tinha mais condições para caminhar, e já vinha, ao longo dos últimos quilómetros de caminhada a pedir abrigo, mas sem sucesso.

Quando a mesma bate à sua porta e explica a sua situação a ela e ao seu pai, dizendo que não necessitava de comida, mas apenas de um local onde pudesse descansar. Nesse momento ela e o pai recusaram hospedá-la, mas ofereceram-se para levá-la até Ponte de Lima de carro, onde ela se poderia hospedar num hotel. Mas a peregrina não aceitou. Com isso, foi-lhe feita a proposta levá-la e, na manhã seguinte, ir buscá-la para retornar ao local onde tinha feito a paragem, mas a mesma rejeitou novamente a proposta e alegou ser peregrina, e que, onde parasse, deveria ficar.

Deparada com este impasse da situação, ela entra em contato com o marido e explica a situação, pelo que ambos resolvem acolher a peregrina. Tinham receio da segurança dos seus bens, mas ela, ao explicar a situação de cansaço da peregrina, disse que a mesma seria incapaz de levar a pedra de mármore da sua cozinha, ou seja, não apresentava perigo aparente.

A peregrina foi acolhida numa casa improvisada, tomou um banho frio, pois não havia água quente, foi-lhe dado de comer e beber ao jantar, e já na manhã seguinte, o pequeno-almoço.

Então a peregrina disse-lhe que iria contar a história e a experiência de hospitalidade recebida ao escritor John Brierley¹⁰³, que escreve sobre os Caminhos de Santiago. E assim o fez, pelo que o escritor foi fazer o Caminho de Santiago Português e foi até à casa referida para confirmar a história. Apesar da dificuldade de comunicação, pois nesta época a entrevistada não falava nem entendia a língua inglesa, a história foi confirmada e ele escreveu sobre a Casa da Fernanda. E, desde então, diz ela que “começou a peregrinação em sua casa”, como forma de dizer que tendo vindo a abrigar os peregrinos, e que o “caminho” dela é em sua casa.

Após receber os peregrinos em sua casa, ela criou um espaço, uma casa de madeira com 10 camas e duas casas de banho e, segundo os seus dados, já se hospedaram em sua casa, peregrinos de noventa e nove nacionalidades diferentes.

Ela disse que, o verdadeiro peregrino já sabe onde ir, já sabe onde quer ficar, pois há muitos guias e informações na internet. Assim, se o mesmo a procura, sabe das suas opções e escolhas, pois, se quiser ficar, quer em local simples, ou em locais de luxo, estes existem no caminho. Contudo, mesmo com todas essas informações disponíveis, o que não torna os locais uma surpresa, quando os peregrinos chegam a casa dela a pedir para ver o local de hospedagem que ela oferece, a mesma sente-se ofendida, pois o que ela oferece é uma casa de família, e não um albergue. É uma casa em que não se recebe como um hóspede, mas como uma visita, em que se dividem à mesa, conversam, partilham histórias e emoções.

Foi dito que a sua casa é um local para o verdadeiro peregrino, em que a sua família abre as portas para acolher o verdadeiro peregrino, mas que está fechada para aqueles que não o são. Quando o peregrino pede para ver, ou seja, avaliar as condições, para esse a porta da sua casa está fechada e é a ele indicado para procurar um outro lugar para hospedar.

Segunda ela, disse sentir-se com o coração partido quando há peregrinos de mais idade que lhe

¹⁰³John Brierley: Escritor de diversos guias sobre os Caminhos de Santiago, dentre eles, guias sobre o Caminho Português.

batem à porta, à procura de um local para ficar e a casa está cheia, doí-lhe o coração, pois sabe bem a exigência física que o caminho requer e o quanto as pessoas de idade se sacrificam para fazer o Caminho.

Ela contou a história de três jovens que, no dia anterior estavam em Tamel, na Casa Recoleta e queriam ficar na casa dela, mas havia um casal de idosos que estavam muito cansados e não tinham onde ficar e sem mais condições de caminhar. Ela então entra em contato com o albergue para que as jovens fiquem por lá. No momento da entrevista as três jovens alemãs aparecem na sua casa a pedir água.

O Albergue de Tamel e o Centro de Informações em Barcelos, mantêm contato com ela, e quando aparecem peregrinos com dúvidas quanto à Casa da Fernanda, eles entram em contato por telefone para esclarecer questões, ou mesmo intermediar para verificar a disponibilidade e solicitar reserva de camas.

Ela diz-se preocupada, pois há cada vez mais turismo, não que ela seja contra o turismo e entende que os turistas também são peregrinos, que há outras formas de entender a peregrinação, que ela nem é a favor, nem contra, mas que, na casa dela, a hospedagem é destinada ao peregrino que vem com o sentimento de partilha.

Contou outros casos de pessoas, que começaram a fazer o caminho como turistas, que apenas ficavam hospedados em hotéis, albergues privados e hotéis rurais, e que, após alguns dias de caminhada, mudaram de ideias, e mesmo com reservas feitas e com tudo já pago, abandonaram esta opção de hospedagem e passaram a utilizar os albergues públicos, por estes serem locais de partilha.

Segundo ela, essa mudança e o aumento para o turismo vem sendo sentida há cerca de dois a três anos, sendo comum os peregrinos telefonarem-lhe a pedir um quarto privado. Ela até tem dois quartos privados, mas não é esse o perfil de peregrino que ela quer abrigar em sua casa, e quando os mesmos já pedem ou perguntam se ela tem quarto privado, ela diz logo que não. Dos quartos privados, ela deixa um para acolher os amigos e o outro para receber peregrinos quando vêm em família e com filhos, assim como, para receber os últimos peregrinos que chegam, e o quarto coletivo já está cheio.

Destaca que é comum os peregrinos lhe ligarem a pedir para fazer reserva, e que, muitas das vezes, por indicações de amigos. Esse facto, segundo ela, é positivo pois, como são indicações, estes já chegam a saber como são as condições de acomodação disponíveis, sem grandes surpresas e o constrangimento de lhe pedir para ver a casa e avaliar se quer ficar, ou não.

Ela justificou que, quando acolhe o peregrino não estabelece um valor, fica ao critério do peregrino decidir o valor que quer dar, ou seja, o donativo, consoante o que a ele lhe pareça ser justo e conforme os seus recursos disponíveis.

Segundo ela, independente da religião, há sempre um motivo para fazer o caminho, e acredita que algo maior nos guias, como algo divino (Deus), a manifestar-se, e que, na maior parte das vezes não sabemos interpretar, e que nunca estamos sós neste mundo.

Entre as várias histórias, ela falou sobre a peregrina portuguesa que vivia no Luxemburgo, e que esteve na Casa da Fernanda, e, após ter voltado para o Luxemburgo, incentivada por um padre da paróquia de lá, montou uma exposição fotográfica sobre a sua experiência de peregrinação, cujo valor de entrada para ver a exposição era um donativo. Com a exposição foram arrecadados cerca de quinhentos euros, valor este que depois foi oferecido à Casa da Fernanda, como forma de agradecimento pelo trabalho de acolhimento aos peregrinos. Esse dinheiro, segundo a entrevistada, foi utilizado para colocar ar condicionado na casa de madeira, que abriga os peregrinos.

3.2.1.8 Hospitaleira Albergue Ponte de Lima (H.A.P.L)

A entrevistada trabalha no albergue de Ponte de Lima desde 2009. Como já era funcionária da Câmara Municipal de Ponte de Lima, foi realocada para trabalhar como hospitaleira. No albergue trabalham duas pessoas, a hospitaleira e uma funcionária de limpeza.

Segundo ela, a relação que os peregrinos tem com o albergue é como se eles estivessem nas suas próprias casas, e, em geral, ajudam a manter o local em condições. Já quanto às pessoas que vivem próximas dos albergues, apoiam a ideia de ter um albergue e sentem que o espaço é uma mais valia para o peregrino.

A hospiteira disse que as pessoas da localidade estão sempre dispostas a auxiliar o peregrino, seja desde o mais básico, dando informações, ao ato de oferecer-lhe frutas, assim como, mesmo com as dificuldades linguísticas, procuram interagir e saber um pouco mais das origens dos peregrinos e das motivações para fazerem o caminho.

Segundo ela, as pessoas que vivem na localidade, na sua maioria, não entendem muito bem o caminho e a peregrinação, assim como, não estão muito envolvidas com o Caminho de Santiago.

A Associação dos Amigos do Caminho de Santiago¹⁰⁴, a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários são as instituições envolvidas no auxílio ao peregrino, em Ponte de Lima. A Associação está ligada ao albergue, sendo a intermediária das relações com a Catedral de Santiago, sendo um exemplo desta intermediação, a compra de credências, uma vez que, fica a cargo da Associação fazer a compra e envio das mesmas ao albergue.

A Câmara Municipal é responsável pelo espaço em que está instalado o albergue, bem como da manutenção do espaço, como já dito como por exemplo, a disponibilização de funcionários para trabalhar no local.

Outras formas de auxílio aos peregrinos, no caso dos Bombeiros, quando os peregrinos não têm mais condições de caminhar, é prestado o socorro aos mesmos, sendo eles transportados até ao albergue. Outro auxílio é, quando o albergue está lotado, os peregrinos são acolhidos nas instalações dos Bombeiros.

Quanto à percepção sobre o peregrino, foi dito por ela que, o peregrino é uma pessoa culta, que tem muita fé e é aventureira, que são motivados e fazem o caminho em busca de algo, às vezes de forma consciente ou também inconsciente. Contudo, disse que, por vezes, os peregrinos são um pouco impacientes, pois como há apenas uma pessoa para recebê-los, o tempo de espera é demasiado grande, segundo eles.

Disse que os peregrinos proporcionam à localidade um enriquecimento cultural, pois, como são

¹⁰⁴ Associação dos Amigos do Caminho de Santiago: Associação sem fins lucrativos constituída em Ponte de Lima no ano de 1998. Mais informações em: <http://www.caminhoportuguesdesantiago.com/PT/>

peregrinos de diversas nacionalidades, estes trazem um pouco das suas culturas até Ponte de Lima, assim como, levam consigo e divulgam Ponte de Lima pelo mundo, seja ao conhecer a gastronomia tradicional, seja ao divulgar as fotos na internet.

Disse que, pela sua experiência em ser uma peregrina, isto é, quando fez o Caminho de Santiago, segundo ela, foi possível perceber as necessidades dos peregrinos e, no que toca às reclamações e queixas dos peregrinos, concorda que estas faziam sentidos, e compreendeu as dificuldades do caminhar e da convivência no albergue, principalmente para conseguir dormir, com os barulhos, em especial, o ressonar.

3.2.1.9 Gestor, Hospitaleiro e Presidente do Albergue de Rubiães (G.H.P.A.R)

Assumi ambas as funções, Presidente da Junta de Freguesia de Rubiães e Gestor do Albergue no ano de 2014. O cargo de gestor do albergue é um encargo inerente ao cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Rubiães.

Disse que, pelo facto de já ter feito peregrinações, de valorizar a peregrinação, assumiu com prazer a tarefa de gerir o albergue, também pela oportunidade de estar em contato com os peregrinos, o que, segundo ele, é gratificante.

O albergue foi concebido, num prédio que anteriormente era uma escola. O espaço estava devoluto, e com o aumento do fluxo de peregrinos a passarem por Rubiães, entendeu-se a necessidade de criar um albergue, também uma vez que a etapa entre Ponte de Lima e Valença do Minho era muito grande, cerca de 40 quilómetros. Então foi feita uma candidatura a fundo comunitários há cerca de 9 anos, e esta foi aceite, pelo que se criou o Albergue de Rubiães como alternativa intermediária a esta etapa.

No albergue há dois funcionários, um requisitado no Centro de Emprego, e outro contratado diretamente pela Junta de Freguesia.

Foi dito que o albergue tem a política para com os seus funcionários e peregrinos, de fazerem uso do local como se estivessem em suas casas. Segundo o gestor, ele é, e continua a ser um peregrino, um peregrino que passa por esta vida, e assim como estamos a peregrinar por esta

vida, o albergue deve ser entendido como uma casa de todos nós, seja ele o peregrino de Santiago ou peregrino a Fátima.

Segundo o gestor, é com muita pena que vê o facto de algumas pessoas da freguesia não conhecerem o espaço do albergue e que, nas assembleias têm procurado convocar as pessoas a conhecer o albergue, pois ele entende que o albergue é de toda a freguesia, mas poucos têm interesse no albergue.

Mas mesmo com este desinteresse com o albergue, ele disse que há uma ótima relação com o peregrino, pois, como por exemplo, há vizinhos do albergue que procuram, da maneira que podem, fornecer condimentos e alimentos complementares às refeições dos peregrinos, entre outros casos, cobertores e outras necessidades.

O albergue, segundo ele, na sua gestão, tem-se tentado torná-lo num local mais acolhedor de conforto aos peregrinos, com instalação de aquecimento e fornecer cobertores, maior comodidade, tal como, uma máquina de *snacks* e bebidas quentes e frias, assim como, um local de promoção e comercialização do artesanato e produtos locais, tendo sido criados expositores para estes produtos na sala do albergue. Segundo ele, o albergue tem que ser um local de descanso e conforto, que os desconfortos dos peregrinos fiquem restritos ao caminho, com as dificuldades e “pedras pelos caminhos”.

Ele afirmou que, não se pode esquecer que o peregrino é um ser humano, e como um ser humano, tem sentimentos. Disse que há, por parte de alguns que vivem próximos ao caminho, que o vêem como uma oportunidade de negócio, que apenas o vêem como uma forma restritiva de tirar proveito. Mas há outros tantos, como já mencionado anteriormente, que o vêem de uma outra forma, com um espírito de solidariedade, e que fornecem frutas, água e outros auxílios ao peregrino.

Segundo ele, na freguesia, o albergue e a Junta de Freguesia, que são os dois órgãos que auxiliam os peregrinos, sendo que o albergue está a cargo da Junta, ou seja, as despesas e manutenção são da responsabilidade da Junta. No entanto, o albergue é autossustentado, ou seja, há um equilíbrio entre as despesas e receitas. No albergue é feita a cobrança da taxa de donativo, no valor de 5 euros.

Ele disse que, o peregrino é entendido como alguém que faz o caminho caminhando, que, ao fazer o caminho, ele passou a admirar mais o peregrino, disse ele. O Gestor é catequista e, no ano de 2011, a 12 jovens do 10^a ano (15- 16 anos), fez uma proposta aos alunos, nos quais estava incluído o seu filho mais novo, para fazerem a peregrinação a Santiago no período da quaresma. A proposta foi aceite por eles e pelos pais, e assim fizeram o caminho, juntamente com uma colega de catequese. Até então, para ele, o peregrino era uma figura que ele respeitava, mas após a peregrinação, para além do respeito, passou a valorizar o peregrino, pois, segundo ele, apenas quem faz o caminho consegue perceber o que é ser-se peregrino. Indiferente do motivo que tenha levado a pessoa a fazer o caminho, seja ela, religiosa, pessoal, entre outros, há que valorizar essa decisão e coragem.

Segundo ele, quando fez o caminho com os jovens, foi uma oportunidade de conhecer os seus limites, não só físicos, mas também psicológicos, e das questões que são possíveis de superar e suportar, e ser confrontado com situações, em que o voltar atrás não é tão simples, e o “a frente”, não é o “ali” tão próximo.

Disse que, a experiência de estar com os jovens que estavam longe de casa, longe dos seus pais, sendo a questão psicológica colocada à prova naquele momento, pois fazer ver ao jovem não é tarefa tão simples. Mas que esse desafio, tanto para ele, como para os jovens, é o que falta a muitos, o estar a ser confrontado com as dificuldades, e saber lidar com as dificuldades, saber quais são os limites.

Destacou que, em especial, para os jovens, foi um exercício, uma preparação para um futuro, em que, após concluírem os seus estudos, e seguissem para as universidades, teriam de deixar a sua zona de conforto, pois não há universidades próximas de casa. Assim, o fazer o caminho foi uma oportunidade de terem uma certa autonomia e de saber gerir os seus recursos e necessidades.

Quanto à postura dos peregrinos no albergue, disse que há casos de atitudes de peregrinos que não são muito corretas, contudo, não valia a pena referenciá-los, pois eles não são dignos de receber o nome de peregrino.

Destacou que há pessoas que vivem ao longo do caminho que, ao ver o aumento do fluxo de peregrinos, seguem atitudes oportunistas, em que querem tirar proveito dessa situação e

começam a criar espaços, desde um pequeno comércio a um local de alojamento. Ele disse que não é contra, mas há abusos e risco de banalização, em que isso parece uma não dignificação do caminho e desprestígio do nome de peregrino, como uma forma de tirar proveito desses, perder o sentido, apenas tirar proveito.

Quanto às motivações dos peregrinos, disse que são questões muito pessoais e diversas, não sendo possível descrevê-las.

Ressaltou que o Caminho de Santiago é importante para a Freguesia de Rubiães. No entanto, é ainda pouco explorado, pois deveria ser utilizado para divulgar e promover mais a freguesia, principalmente os elementos históricos e culturais, desde monumentos até ao artesanato.

Acrescentou que o Caminho de Santiago pode ser entendido como um momento de interiorização, que permite ir às profundezas do ser, o que no dia-a-dia não é possível de alcançar.

Mas, face a estas questões, lança uma pergunta: Onde fica Santiago no meio de tudo isso tudo? Pois, fala-se dessa interiorização, das relações entre peregrinos com peregrinos, de peregrinos com pessoas locais, mas a figura, o Santo é deixado à margem, fala-se do caminho e deixa-se de lado o Santo, ele perdido no caminho. O objetivo é chegar até lá, seguir-se com ele ao longo do caminho ou só se está com ele quando se chega lá?

3.2.1.10 Presidente da Câmara Municipal de Valença do Minho (P.C.M.V.M)

Segundo ele, hoje fala-se muito do Caminho Português que, a seguir ao Caminho Francês, é hoje o caminho com mais peregrinos. O Caminho Português vem demonstrando um crescimento constante nos últimos anos, sendo que, comparado ao ano de 2014, já apresenta um crescimento de 30%, com uma previsão total de, até ao final do ano, entre 45 a 50 mil peregrinos.

Ele afirmou também que, Valença do Minho e Ponte de Lima foram os que se propuseram a marcar o Caminho em Português, tendo, nos anos 90, entre 97 e 98, dado início às marcações com setas amarelas. Contudo, muitas das pessoas da região, naquela época, acreditavam ser

uma tolice, pois não acreditavam que haveria pessoas com interesse em caminhar a pé de Valença a Santiago, e que nem mesmo faziam a peregrinação a Fátima.

Segundo ele, o facto é que, ao longo desses anos que se seguiram, foi crescendo o número de peregrinos que faziam o Caminho Português. Agora, quanto aos que criticaram a colocação das setas, quando se iniciou a marcação, vêm que passam mais de 30 mil peregrinos por ano, e já não dizem mais que é uma tolice e conseguem agora entender o quanto é importante para o turismo e comércio. Pois aqueles que, além de passarem como peregrinos, voltam depois, para visitar como turistas, acompanhados de amigos ou familiares.

Para além disso, acrescentou que o Caminho de Santiago é um importante elemento divulgador, não só de Valença do Minho, mas da Região Norte de Portugal e da Galícia, e é também uma marca.

Segundo ele, na sua gestão ao longo dos últimos, quase 6 anos, teve como uma das prioridades promover o Caminho Português. E nos seus discursos, tal como dos gestores na Galícia, apresentava e dizia que o Caminho Português de Santiago é um elo de ligação entre o norte de Portugal e a Galiza, e que faz parte do património, pois mesmo antes de existir Portugal, já existia o Caminho de Santiago, quer seja por um misto de fé para os católicos em adoração ao Santo, como algo místico, em que vão expiar os seus pecados, encontrar-se consigo, um momento de reflexão, sendo esta uma experiência única.

Ele disse ter feito o caminho várias vezes, e fez etapas. Assim, sente-se à vontade para falar sobre o caminho, pois, segundo ele, falar do caminho após senti-lo é algo fácil.

Do ponto de vista do património, destacou que o Caminho Português tem mais uma vertente imaterial, pois, o que mais interessa no caminho, é a parte espiritual, para além de conhecer e conviver com as pessoas de diversos países. O caminho é um misto de fé, espiritualidade e aventura. E que, para a cidade de Valença do Minho, torna-se cada vez mais um património económico.

Disse que algumas pessoas, por vezes, criticam as condições do caminho, por ter buracos, pedra... Mas, segundo ele, isso não interessa nada a quem faz o caminho, não há problema em haver buracos e pedras.

Ressalta que, pelo facto de Valença do Minho estar localizada a cerca de 120 quilómetros de Santiago de Compostela, há vários grupos de peregrinos que começam a peregrinação em Valença, por já conseguirem fazer o percurso mínimo exigido a pé, que é de 100 quilómetros, para receber a Compostela.

Disse que, num contexto histórico, o Caminho de Santiago, ao longo dos anos, sejam eles tempos mais remotos, como na Idade Média, foi um elemento de aproximação dos povos, pois naqueles tempos não existiam estradas e caminhos públicos, em que para passar era necessários pagar aos senhores das terras, mas no caso dos peregrinos havia o salvo-conduto, ou seja, não era necessário pagar para transitar por estas estradas e caminhos. Assim, os caminhos também eram uma forma de penetrar as barreiras que existiam, que levam a Santiago, contudo esse trânsito era feito pela fé e salvação.

Destacou que o Caminho é importante para Valença do Minho, pois, como os números indicam, apenas no ano de 2014 passaram pela cidade, mais de 30 mil peregrinos, sendo que, nos 5 primeiros meses de 2015 já tinham pernoitado no Albergue de Valença mais de 1.500 peregrinos, sendo este um aumento de quase 3 vezes mais, comparado com o ano anterior. Contudo, nesses números não estavam contabilizados os grupos, pois esses que não podem ser hospedados no albergue e são abrigados nos pavilhões desportivos, nesses casos, não lhes é cobrada qualquer taxa.

Quanto às questões negativas sobre o caminho, ele diz que não há pontos a destacar e que não existiam ocorrências, mas existe uma grande preocupação de mobilização das entidades de segurança, como a polícia, para evitar incidentes, pois existiram dois casos de violação na região do Porto, tendo os incidentes ocorrido com uma peregrina portuguesa e outra japonesa. Mas, segundo ele, o indivíduo que cometeu tais atos foi identificado e detido.

Segundo ele, apenas um incidente foi registado no albergue, que foi o caso do roubo de umas sapatilhas, mas a situação foi contornada quando comunicada à Câmara, tendo o indivíduo lesado sido levado a uma loja para a comprar umas novas.

Disse que, neste cenário de segurança, há sempre uma preocupação, mas de forma preventiva, pois não se sabe quem está a ficar no albergue, mas quando há suspeitos normalmente é feita a

comunicação entre os albergues para não receberem ou ficarem atentos a determinados peregrinos. Mas, para ele, esse número reduzido de ocorrências demonstra que as pessoas que fazem o Caminho, são pessoas que não causam grandes problemas.

Quanto ao funcionamento do albergue, disse que o Albergue de Valença do Minho (Albergue São Teotônio) tem 60 leitos, é municipal e está sobre a sua gestão, conta com funcionários para o seu funcionamento de segunda a sexta-feira, das 16:00 às 20:00 horas, e retornam as 22:00 horas para verificar se está tudo em ordem ou se chegaram mais peregrinos para registo e cobrança do donativo de 5 euros. Já nos fins-de-semana, conta com a colaboração de voluntários, em especial, os escoteiros de Valença.

Num contexto de criação do albergue, disse que no ano de 2004, a Câmara Municipal de Valença adquiriu um prédio que estava devoluto ao Estado Português, que era a antiga casa de um juiz, pois, em tempos, o Estado fornecia uma casa aos juizes. Assim, foi feita a compra e abriu-se o primeiro albergue de peregrinos a Santiago de Compostela, em Portugal. Essa ideia, na altura, teve resistência, pois foi criticada a criação de uma casa para os “turistas”, o que não fazia muito sentido, pois o número de peregrinos era de cerca 1.000 a 1.500 peregrinos por ano a passarem por Valença do Minho.

Já em relação à questão dos peregrinos, turigrinos e bicigrinos, ele diz que são modalidades diferentes. No início havia apenas os peregrinos, pessoas que iam a pé, mas depois começou a mudar, pois houve uma abertura por parte dos Xacobeus da Galícia, de maneira a permitir outras formas, como por exemplo, a cavalo ou de bicicleta. Mas para ele isso é indiferente, pois não se choca com as diferentes modalidades, uma vez que há necessidade de adaptação aos tempos.

Como exemplo disso, faz referência ao ano de 2015, em fevereiro, em que um grupo de cerca de 12 mexicanos chegaram ao Porto e trouxeram os seus cavalos do México para fazerem o caminho. Esse tipo de esforço, segundo ele, deve ser respeitado e valorizado, pois exigiu uma grande vontade e logística para tal.

Contudo, para ele, independente da forma que se faz, o Caminho de Santiago deve ser sentido e vivido, não como sentido em alguns casos, em que alguns fazem de bicicleta, indo e vindo do Porto a Santiago em dois ou três dias, pois isso mais parece, para ele, mais como uma prova de ciclismo do que peregrinação. Assim, ele acredita que a melhor forma para sentir e viver o

caminho é ir a pé, pois corresponde melhor ao espírito do caminho, seja em grupo ou sozinho, mas disse que, no caminho nunca se está sózinho, pois encontra-se e interage-se com outras pessoas ao longo da viagem.

Foi dito que não há, em Valença do Minho, nenhuma festividade religiosa ligada a Santiago, mas na cidade vizinha, em Tui, há a festividade do Santiago Matamouros, sendo atualmente, nos últimos anos, apenas utilizado o nome de Festa de Santiago, para não se gerar polémica com questões ligadas aos povos árabes.

Ele afirmou que a Câmara Municipal de Valença do Minho tem desenvolvido várias atividades direcionadas para o Caminho Português, a primeira delas é uma manutenção da sinalização do trajetos, isto é, repintura das setas. Outra atividade é a constante limpeza e arranjos do trajeto no município.

Já num carácter de promoção do Caminho Português, disse que a Câmara Municipal faz apresentações em eventos e feiras de turismo, tais como, a Feira Internacional de Turismo de Madrid¹⁰⁵, a BTL- Feira Internacional de Turismo, que se realiza em Lisboa¹⁰⁶. Em ambos os eventos, as cidades de Valença do Minho e Tui são apresentadas como porta de entrada e de saída do Caminho Português a Santiago de Compostela, havendo material específico de promoção. Para além disso, em Portugal e, nos últimos dez anos, em Valença, também foram realizados quatro encontros dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela.

Ele disse que foram criados diversos produtos e souvenirs, tais como, sabonetes e porta-chaves com temas do Caminho de Santiago, e também foi criado, no ano de 2015, uma mascote (marca), o Guarita, que se associa à imagem das muralhas da fortaleza de Valença, mais especificamente, a guarita, as setas amarelas do Caminho de Santiago.

Outro ponto em destaque, é quanto ao projeto de Valença do Minho e Tui como Eurocidade¹⁰⁷,

¹⁰⁵ Feira Internacional de Turismo de Madrid – Informações em: http://www.ifema.es/fitur_01/

¹⁰⁶ BTL - Feira Internacional de Turismo - Informações em: <http://btl.fil.pt/>

¹⁰⁷ EUROCIDADE - Protocolo de cooperação e utilização de equipamentos e serviços, bem como desenvolvimento de projetos entre cidades transfronteiriça. Informações do protocolo de Valença do Minho e Tui. Mais informações em: http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal_municipal/orgaos_autarquicos/EUROCIDADE/Protocolo%20Eurocidade.pdf

assinado em 2011, tendo, como marca que as une, o Caminho de Santiago.

Disse que o Caminho de Santiago é visto pela população de Valença do Minho como um bem, pois agora faz parte da rotina da cidade, e o trânsito dos peregrinos é coisa comum e bem vista pelas pessoas da cidade, a quais procuram auxiliar os peregrinos.

Destacou que a importância do Caminho de Santiago é cada vez mais sentida, como por exemplo, há hotéis que já fazem preços especiais aos peregrinos, assim como, a abertura de albergues particulares e existem projeto de abertura de mais albergues privados, e também, por parte da Câmara Municipal, de mais um albergue público que fique a cargo da gestão de alguma entidade, ou seja, a Câmara realiza a obras de construção e mobiliário e a entidade administra o espaço.

Acrescentou que foi criado, no ano de 2013, um quiosque de apoio ao peregrino, em que são fornecidos mapas, informações turísticas, médicas, conforme a necessidade dos peregrinos, e na Freguesia de Fontoura estava em construção uma área de descanso e repouso gratuito para os peregrinos, dando novo uso ao espaço, que anteriormente era um posto de recolha de leite. Já na entrada da cidade, por iniciativa de uma empresa privada, foram instalados bancos, chuveiros microaspersores e uma caixa para que os peregrinos deixem mensagens.

Segundo ele, a candidatura a Património da Humanidade, e o reconhecimento como Património da Humanidade, é um passo que deve ser dado para impedir que ocorra o que está a ocorrer no Caminho Francês, em que há muitos peregrinos, mas não há locais de suporte para tantos peregrinos e, para que, também não haja abusos nos valores cobrados. Assim, o Caminho Português deve aproveitar dessa experiência para evitar que o mesmo ocorra, sendo que, uma das formas de proteger o Caminho Português, é o seu reconhecimento como Património Nacional e como Património Mundial junto da UNESCO. Pois, com a classificação serão estabelecidas normas, regras e orientações claras.

Falou que, entre as ações de proteção do Caminho Português para 2015, há um projeto em que se pretende realizar, com a colaboração dos Xaboeu e municípios, uma padronização da sinalética dos Caminhos, desde o Porto a Santiago de Compostela, que sejam difíceis de vandalizar e alterar, pois até agora não há um padrão, uma vez que a setas amarelas para Santiago, azuis para Fátima e luminescentes no lado espanhol para aqueles que querem fazer o

caminho à noite. Face a essas e a outras, vê-se a necessidade de um padrão.

A primeira reunião/discussão sobre esta padronização ocorreu na cidade de Vigo, em Espanha, onde participaram os Xacobeus, entidades públicas, como a Comissão de Organização da Região Norte, o Gabinete de Trabalho da Galícia e Norte de Portugal, em que, através deste encontro, foi elaborada a ideia de uma candidatura aos Fundos Comunitários Europeus do POCTEP 2015-2020¹⁰⁸, que será apresentada em setembro de 2015, com o objetivo de captar recursos para implementar a sinalética padronizada, centros de promoção, divulgação e interpretação do Caminho Português.

Segundo ele, os padrões que se querem estabelecer não se restringem à sinalização, procura-se também estabelecer um precário comum em todos os albergues públicos. Já quanto aos albergues privados, que o preço seja livre, mas que não haja truques. Diz isso, fazendo referência aos albergues que se apresentam como públicos nas sinalizações e que, na verdade, são privados e cobram valores superiores a 5 euros¹⁰⁹.

Quanto ao material de informação e promoção do Caminho Português, segundo ele, quer seja na parte portuguesa ou na espanhola, sigam um padrão. Já mais especificamente, quanto à promoção do Caminho Português, o caminho desde a cidade do Porto já é bem conhecido, mas que, para além disso, sejam também promovidos os caminhos mais a sul de Portugal, pois há referências históricas de peregrinos por essas regiões.

Assim, segundo ele, o objetivo é permitir e propiciar aos peregrinos uma experiência única, que este, ao chegar a Santiago de Compostela sinta que valeu a pena, e que através dessa percepção, divulgue aos outros essa experiência. E para isso, há de se ter a preocupação com que, o sentido espiritual e de encontros do caminho, não venha a ser sobreposto pelos interesses económicos, prevenindo-se, com isso, contra abusos que possam vir a ocorrer.

Destacou que há encontros que são realizados entre as Câmaras. Contudo, segundo ele, não há uma participação efetivas dos municípios, assim como, das associações, pois muitas das vezes, as organizações não se entendem, por vaidades e interesses.

¹⁰⁸ POCTEP: Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal que desenvolve projetos e fornece fundos para projetos de desenvolvimentos em diversas áreas. Mais Informações em: <http://www.poctep.eu/>

¹⁰⁹ Preço esse cobrado no território português, já em território espanhol o valor é de 6 euros.

Segundo ele, há, no Caminho Português, um conjunto de conflitos de interesses, no que respeita à passagem dos o caminho ou caminhos pelos municípios, havendo uma guerra de especialistas que afirmam e negam terminados caminhos, sendo que esse conflito existe por causa do turismo, entre outros interesses, questões essas que, segundo ele, não existiam na década de 90, quando se começou a sinalização, que, como já foi dito, as pessoas se riam dessa ideia do Caminho Português, pois na altura era um contrassenso, uma vez que muitas das pessoas, em Portugal, tinham o desejo de comprar um carro e, fazer viagens a caminhar, era uma contradição a esse desejo.

Disse que os primeiros grupos que realizaram o Caminho Português, por vezes tinham que retirar as vegetações do caminho para conseguirem passar, as sinalizações eram precárias e nas localidades, as pessoas locais não gostavam que os peregrinos passassem por lá, isto é, o ambiente não era muito favorável.

Mas que, hoje, o cenário é outro, está na moda andar a pé, de bicicleta e correr, e existem várias pessoas que dizem ter interesse em fazer o Caminho Português, uma espécie de moda. Contudo, destacou ele que, como uma moda, tem de se ter cuidado para não se confundir com o turismo, mas vê-se agora este misto de peregrinação e turismo. Porém, segundo ele, o caminho é a oportunidade de reencontro consigo próprio, e que não se deve perder isso.

3.2.1.11 Síntese

Caminho

O cenário atual demonstra uma dinâmica quanto às ações políticas relacionadas ao Caminho Português. Nos pontos apresentados nas entrevistas constata-se uma diversidade de opiniões, por vezes convergentes, divergentes e conflituosas.

A ideia dessa transformação, tendo como referência o Caminho de Santiago, tal como o exemplo do caso, nas proximidades de Vairão, descrito pela gestora e hospiteira do albergue, demonstra que o Caminho se torna uma referência, numa construção e incorporação de novos sentidos aos espaços, em que algumas pessoas deixam de fazer referência aos nomes das ruas e referem-se como sendo o Caminho de Santiago.

No caso da entrevista com o gestor e hospitaleiro em Rubiães, na sua narrativa sobre sua incursão com jovens, em que ele diz que usou o Caminho de Santiago como forma de educar os jovens e prepará-los para as novas fazes da vida, demonstra os vários sentidos e utilizações do património, as várias formas de apropriações que, não necessariamente excluem as outras, pois, como referido, foi também uma atividade ligada à religiosidade promovida pela catequese.

Fica claro nas entrevistas, os múltiplos sentidos do Caminho, sentidos diretos ligados às peregrinações, assim como também, os sentidos indiretos, em que são agregados valores culturais do Caminho.

Nestes primeiros, o Caminho de Santiago e as peregrinações são vistos como expressão de uma espiritualidade, sendo que, para alguns, está ligado às práticas religiosas católicas, para outros são uma expressão de busca do auto-encontro e das forças transcendente ao mundo.

Já no segundo, percebem e fazem uso do caminho e das peregrinações, a fim de agregar a esta prática e fluxo de peregrinações, uma alternativa para promover e otimizar determinados traços culturais locais e regionais, criam sentidos complementares ao caminho e as peregrinações. Em suma, articulam mudanças e derivações culturais do uso e apropriação do património.

Em ambos os casos de perceções e apropriações supracitados, demonstram-se exemplos das dinâmicas culturais e patrimoniais, e das forças e interesses existentes nessas construções e reconstruções, ou seja, nas derivações.

Nas entrevistas, evidencia-se também o sentido mais latente que existe para com este património, o sentido do património imaterial. Contudo, o material não é descartado, está em segundo plano e confere legitimidade. Mas a prática, ou como alegado, a tradição, justifica-se pela existência, ao longo dos tempos, desses itinerários e etapas de peregrinações a Santiago de Compostela.

Assim, entre os pontos sobre o património material, observou-se que esses elementos patrimoniais que emolduram o Caminho Português são sustentáculos do discurso e não o discurso, ou seja, esses são complementos do registo histórico que justificam o porquê de o caminho passar por determinada localidade e por tal troço. Esse discurso é justificativo e

complementar, no que legitima os trajetos.

Noutro ponto, o Caminho apresenta-se num processo de convergências de divergências, em que essas são tidas ou vistas, como formas de organização e planeamento para o desenvolvimento do Caminho de Santiago. Todavia, por vezes, nos discursos, algo que é decorrente, são as questões para maximizar ganhos benéficos, as ações e planeamento, a fim de mitigar os impactos negativos que podem ser entendidas com incipientes. Sendo que, a ideia dos investimentos apresentados, demonstra-se como ações para um retorno financeiro, já ações mitigatórias contra outros impactos não foram destacadas nos discursos.

O Caminho Português apresenta-se numa construção e transformação constantes, sendo que, a exemplo dessa construção e ligação das localidades com o Caminho de Santiago, e dos novos laços e significados, está a criação de espaços e atividades ligadas às peregrinações. Um exemplo desse facto, recai na criação do Museu do Peregrino em Vairão, em que a história e o construção cultural se demonstra dinâmica.

Entre os discursos, o aparecimento de uma organização para o planeamento e gestão do Caminho Português é visto como algo positivo e benéfico, pois acredita-se que há esta necessidade de organização. Também é facto que se demonstra o crescente interesse em desenvolver o Caminho Português e a importância deste para as localidades e regiões.

Apesar de muitos dizerem que o Caminho de Santiago não é uma atividade turística, como apresentado na entrevista realizada com P.C.M.V.M, houve divulgações do Caminho Português em Feiras de Turismo. Com isso, não se afirma aqui que o Caminho Português é apresentado como produto turístico, pois seria necessário ter-se mais informações detalhadas de como este é apresentado, mas demonstra-se, nesse caso, assim como em outros apresentados nas entrevistas, que há uma ligação com o turismo, não necessariamente de forma direta, mas fica em segundo plano, como sendo um elemento que agrega valor à atividade turística.

Entre as questões económicas, é dito por vários entrevistados, sobre a exploração económica excessiva, em que alguns indivíduos e entidades têm como premissa a ligações e interesses com o Caminho Português e com os peregrinos, pela vertente económica, abusam dessa exploração que, segundo os entrevistados, esquecem ou deixam de lado os outros sentidos da peregrinação, não só para quem faz a peregrinação, mas também para aquele que recebe e acolhe o peregrino.

Os agentes dos poderes públicos e as instituições privadas demonstram articularem-se cada vez mais, deparados também ao crescimento do número de peregrinos, a fim de maximizar o que isto representa de impacto positivo no cenário local, regional, nacional, e transnacional.

O Caminho Português apresenta-se como um agente catalisador de projetos de interação municipais, regionais, municipais e mesmo transnacionais, como no caso Eurocidades, de Valença do Minho, em Portugal e Tui, em Espanha, assim como, de ferramentas e possibilidades de atrair investimentos e recursos de diversos fundos.

Estas linhas de financiamento e recursos são diversas, como apresentadas, oriundas de instituições nacionais, internacionais, de fundos públicos e privados, para a realização de ações mais diversificadas, ligadas às peregrinações, tais como, as sinalizações, abertura ou reforma de albergues, infraestruturas ou estruturas de apoio, e também para a manutenção dos elementos supracitados.

A valorização do Caminho Português e o reconhecimento desse como Património Mundial da Humanidade, é apresentado como algo incontestável, sendo vista pela maioria, como algo que só vem a confirmar a relevância e sentido deste bem como importante para os dois Estados envolvidos, assim como, para a humanidade, dado o significado e a riqueza cultural.

As organizações envolvidas com as peregrinações extrapolam o carácter religioso centralizado, sendo estas organizações difundidas em várias esferas de poderes e organizações, distribuídas em diversos espaços.

Peregrinos

A diversidade crescente de perfis dos peregrinos, faz com que, em alguns casos, se tenha um movimento de estranheza por parte de quem receciona, interage e acolhe os peregrinos, pois esta nova dimensão variável é, para alguns, como deturpadora do sentido “real” das peregrinações.

Foi possível perceber os conflitos, principalmente entre os hospitaleiros e os que são entendidos como turigrinos, pois as perceções e a postura esperada dos peregrinos, em muitos dos casos, é motivo de frustração por parte dos hospitaleiros, que consideram determinadas posturas como

não muito bem quistas, e afirmam que alguns não são dignos de serem chamados de peregrinos e, de forma pejorativa, são denominados turigrinos.

Dos conflitos das diferentes vertentes, se assim se pode dizer, estão os “conservadores” e os “modernos”, em que entram em conflito para dizerem que este ou aquele são verdadeiros peregrinos. Os conservadores, numa visão de sentido “clássico” das peregrinações e da postura dos peregrinos, sobre a vertente religiosa, já os modernos num sentido de mudança e aceitação aos novos sentidos e motivações das peregrinações e dos comportamentos diversos dos peregrinos.

As linhas conservadoras dizem que os caminhos, e com maior ênfase, os albergues, são para os verdadeiros peregrinos, já os modernos entendem que os albergues são para todos os que fazem o caminho sem distinção, pois todos são peregrinos.

Contudo, há a ideia de exclusão de alguns peregrinos (andarilhos e mendigos), pois são visto como agentes não contribuidores e apenas vivem no caminho, tendo como fonte de sobrevivência a mendicância e os restos deixados pelos peregrinos nos albergues.

Como já parcialmente apresentado, há entre os discursos, uma ideia de um bem cultural imaterial muito marcante e evidenciada, em que as relações estabelecidas com a existência do Caminho de Santiago a passar por sua localidade, vem como uma prática benéfica com impactos positivos, desde aspetos culturais, cujo discurso que se repete é o de que o Caminho Português auxilia a promover as localidades através dos peregrinos, seja ao seus próximos, amigos e familiares, seja através das comunicações digitais nas redes sociais. Ou seja, os peregrinos, por serem oriundos de vários, locais, países e nacionalidades, fazem fotos, vídeos, experimentam a gastronomia local e conhecem e adquirem artesanato e outros souvenirs. Com isso, segundo os relatos, esses peregrinos levam um pouco das localidades por onde passam para outros cantos do mundo.

Esta promoção é vista com algo muito benéfico, pois para além de levar um pouco destas localidades a lugares longínquos, as fazem ficar mais populares. Sendo assim, também podem criar/despertar interesses de outras tantas pessoas a irem a estes locais para conhecer, seja através da peregrinação ou do turismo, como já mencionado.

Outra questão está relacionada com o dito enriquecimento cultural, que é proporcionado pelos peregrinos, pois estes, ao estarem nestas localidades, compartilham um pouco da sua cultura e das diferentes formas de ver e viver no mundo. Assim, foi dito que, estar em contato com os peregrinos, possibilita viajar com eles, viajar através dos seus contos, histórias e experiências. Isso possibilita a quem vive nessas localidades, estar em constante viagem pelo mundo que passa ao pé das suas casas e dos seus lugares de cotidiano, além da possibilidade de fazerem, por vezes, novos amigos.

Foi dito, em alguns casos, que a língua era uma limitação no contato e diálogo. Contudo, também foi dito que esta não impede a comunicação, uma vez que, a vontade de interagir e a abertura para tal tornam-se maiores do que as barreiras linguísticas, que a persistência e vontade auxiliam na comunicação.

Foi possível perceber que a importância económica traz a transformação da figura de outrora, do pobre peregrino, para a figura atual, ou seja, daquele que agora traz consigo dinheiro e desenvolvimento. A figura antiga de interpretação de que o peregrino não exige, apenas agradece, ainda parece presa à ideia do pedinte, mendigo, desprovido de recursos financeiros. Mas agora é uma figura detentora de recursos, que, no entanto, é tratada com tal, mas ainda em relação à ótica de outrora, de não exigir. Mas isso não condiz com a realidade, pois o peregrino agora reclama, questiona e exige. Essa postura de exigir não ocorre de uma maneira generalizada, mas como apresentado, demonstra-se e é cada vez mais comum, segundo os relatos nas entrevistas.

Na visão dos entrevistados, e como já abordado parcialmente nos itens anteriores, os peregrinos, para além das “riquezas culturais” que trazem consigo, levam também a estas localidades por onde passam, novas divisas, mais recursos financeiros de forma direta ao consumirem produtos e serviços nestas localidades e trazem novos investimentos e empreendimentos.

É unânime a questão dos benefícios financeiros/económicos que geram os peregrinos, sendo que, por vezes, justificou-se o investimento de criação de locais para acolhê-los, a manutenção das vias de passagem e outras estruturas e infraestruturas de apoio, por vezes contestados esses investimentos, pelas pessoas das localidades, mas posteriormente, há uma mudança no discurso, pois os retornos económicos, uma vez que se avoluma o número de peregrinos a passarem nessas localidades.

Albergues

Os albergues, segundo os entrevistados, foram locais criados mediante uma procura e necessidade de hospedagem entre as etapas, que, em alguns casos, se apresentavam muito longas para alguns peregrinos, como também, em alguns casos, os espaços que existiam para tal acolhimento dos peregrinos eram insuficiente e/ou tinham condições muito limitadas face às necessidades dos peregrinos.

Estes espaços que abrigam os albergues, são locais em que houve uma mudança de uso, ou seja, eram espaços já existentes que, após obras de recuperação e/ou remodelação passaram a ter novo uso e também significado para as pessoas das localidades.

Os albergues, como visto, e através de uma análise retrospectiva, demonstram-se como locais cada vez mais dinâmicos, a fim de atender as necessidades dos peregrinos e de lhes proporcionar maior conforto.

Como visto, ao longo das entrevistas, o Caminho Português, mais especificamente nos albergues, também são importantes elementos sociais locais, pois além de proporcionarem um local de repouso e convívio aos peregrinos, também possibilitam contato entre eles, os peregrinos, e como as pessoas das localidades, para além de serem também locais que geram renda, seja de forma direta, com contratação de pessoal para funcionamento e manutenção, seja de forma indireta, quando esses peregrinos movimentam a economia local, ao fazerem uso dos produtos e serviços no albergue e/ou nas intermediações dos albergues.

Os albergues são tidos como espaços de encontro e trocas, para onde, como mencionado pelos hospiteiros, os peregrinos trazem consigo várias histórias, sonhos, desejos, interpelações internas e externas, e estar em contato com esses peregrinos proporciona uma viagem, não só pelo mundo, devido às origens dos peregrinos, mas também pelos mundos desses, quando os peregrinos partilham as suas vivências, percepções e aprendizagens no seu mundo interno, isto é, as suas percepções e reflexões.

Esses relatos das diversidades culturais em que vivem e/ou vivenciaram os peregrinos, são, segundo os hospiteiros, o que mais os motiva a realizar essa função, em que se criam laços que podem perdurar após a passagem dos peregrinos, e quando esses peregrinos retornam aos

seus locais de origem. Neste sentido, pode-se dizer que os albergues são catalisadores dessas reações difusas de culturas. Espaços esses que proporcionam uma aproximação maior, pois dispersos no caminhar, convergem aos albergues, sendo estes espaços coletivos, tornam as ações de não se relacionarem uma tarefa difícil.

Os espaços dos albergues, como já mencionado, de acordo com a ideia que alguns dos hospitaleiros entrevistados têm, deve ser um local de prioridade para os verdadeiros peregrinos sendo que, os demais não devem tirar lugar a estes verdadeiros, pois são estes os que necessitam e os albergues foram criados para estes. Contudo há uma controvérsia, e mesmo polêmica quanto essas classificação e filtro selectivo para indentificar de quem é ou de quem não é o “verdadeiro peregrino”.

Em alguns casos, os albergues também se apresentam como ponto de convergência, em que o uso do local é feito pelos peregrinos e pessoas da localidade, sendo uma possibilidade de interação, como foi apresentado no caso do Albergue de Vairão, mas para além de Vairão, apenas no albergue de Redondela (Espanha), como descrito por Gomes (2012), há este uso e destino conjunto dos espaços do albergues de forma constante, noutros casos, estes espaços eram locais quase exclusivos aos peregrinos, sendo outras atividades esporádicas.

Dentro estas atividades esporádicas realizadas nos albergues, toma-se como exemplo, também o caso de Vairão, em que, como apresentado, foram realizadas, como que ações de sensibilização e informação sobre os Caminho de Santiago, ações de enculturação, em que foram feitas seções cinematográficas sobre o Caminho de Santiago, abertas às pessoas da localidades, assim como, a realização de eventos culturais locais que também se utilizaram do espaço.

Capítulo IV**4. Dentre Eventos, Associações e a Proposta**

Neste IV Capítulo consta na primeira parte a atividade pré-evento e as conversas dos participantes no evento “Colóquio Caminhos de Santiago”, organizado pela Câmara Municipal de Pinhel, realizado na cidade de Pinhel¹¹⁰, Portugal, na Casa da Cultura, no dia 29 de agosto de 2015, às 21:00 horas. Quanto à participação nos mesmos, esta deu-se a convite da Associação e Espaço Jacobeus.

Na segunda parte consta, também a convite da Associação e Espaço Jacobeus, a participação no evento de comemoração do “Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela”, que, como o título diz, foi realizada na cidade de Santiago de Compostela, no dia 11 de outubro de 2015, sendo que, antecedendo ao evento, realizou-se e acompanhou-se a última etapa de peregrinação, entre Padrón e Santiago de Compostela. Esta foi realizada por membros da Associação e Espaço Jacobeus, entre outros convidados.

Já na terceira parte, são apresentadas as entrevistas realizadas com os representantes das associações (Associação e Espaço Jacobeus e Associação de Peregrinos Via Lusitana) que estão envolvidas na promoção e candidatura a Património da Humanidade junto da UNESCO, e com o relator da proposta de candidatura. As entrevistas foram realizadas nos locais propostos pelos entrevistados, tendo a primeira sido realizada na cidade de Guimarães¹¹¹ e as duas seguintes na cidade Lisboa¹¹².

No final de cada um dos três tópicos, são apresentadas algumas sínteses sobre os diversos pontos e momentos apresentados, supracitados.

¹¹⁰ Pinhel: Município localizada na Região Centro e sub-região Beira Interior Norte de Portugal e faz parte dos 14 municípios que compõem o distrito da Guarda. Mais informações em: www.cm-pinhel.pt/

¹¹¹ Guimarães: Município localizado na região Noroeste de Portugal. Mais informações em: <http://www.cm-guimaraes.pt/>

¹¹² Lisboa: Capital Portuguesa localizada na região oeste do país. Mais informações em: <http://www.cm-lisboa.pt/>

4.1 O Caminho de Torres e o “Colóquio Caminhos de Santiago”

4.1.1 O Caminho de Torres: Sobre a etapa entre Almeida e Pinhel

Como já mencionado no início deste capítulo, a anteceder a realização do “Colóquio Caminhos de Santiago”, em que houve a participação nesse evento, a convite da Associação e Espaço Jacobeus, antes do evento, foi realizada, no mesmo dia já referenciado, a viagem de peregrinação com 12 outras pessoas, entre elas, membros da associação e outros convidados, por uma das etapas do Caminho de Torres, etapa essa de vinte e quatro quilómetros, entre as cidades de Almeida¹¹³ e Pinhel¹¹⁴, que também foi um momento de observação participante, em que são feitos apontamentos da mesma nos pontos de reflexões deste capítulo.

Durante a realização do trajeto, foi possível observar as ações ou tentativas do Frei que realizava connosco a etapa, em sensibilizar as pessoas das localidades quanto à passagem dos caminhos pela localidade. Sendo que, na entrada da localidade de Vila Verde, uma senhora que tinha a sua casa à frente de uma seta amarela de sinalização feita pelo Frei, perguntou-lhe o que era aquilo, e ele então começou a explicar que era a sinalização indicativa do Caminho de Santiago. Ela, com um ar admirado, disse-lhe que Santiago de Compostela estava tão longe, e perguntou-lhe se ele estava a ir a pé para lá. Ele explicou que sim, e como ele, outras pessoas já seguiam por aquele caminho, e então pergunta à senhora se já tinha visto mais pessoas com mochilas às costas a passarem por lá. A senhora afirmou que sim, mas que não fazia ideia de quem eram. Então o Frei disse que essas pessoas eram peregrinos de Santiago, peregrinos a Santiago de Compostela. Ela diz então entender o porquê da sinalização e da passagem das pessoas a pé, com mochilas às costas.

Mais adiante, novamente o Frei estabeleceu diálogo com um comerciante num café, e começou a perguntar se ele tinha visto peregrinos a passarem por lá, ao que ele disse que sim, que às vezes via alguns peregrinos a passar e, por vezes, até iam até ao estabelecimento comercial para comer e beber. No momento desta conversa, o Frei sugeriu ao comerciante que colocasse, com

¹¹³ Almeida: Município localizado na Região Centro e sub-região Beira Interior Norte de Portugal e faz parte dos 14 municípios que compõem o distrito da Guarda. Mais informações em: <http://www.cm-almeida.pt/Paginas/default.aspx>

¹¹⁴ Pinhel: Município localizado na Região Centro e sub-região Beira Interior Norte de Portugal e faz parte dos 14 municípios que compõem o distrito da Guarda. Mais informações em: www.cm-pinhel.pt/

a devida autorização da Junta de Freguesia, uma sinalização indicativa do caminho, no que toca à sua existência e distância até ao estabelecimento comercial.

Quanto à conduta, durante essa etapa de peregrinações, os registos fotográficos, feitos pelos peregrinos, dos locais de passagem eram constantes, desde paisagens, a elementos da flora e fauna, naturais ou cultivos e criações.

Durante os diálogos realizados com o Frei, foi apontado por ele, sobre o possível conflito de interesses sobre um não desenvolvimento desse itinerário que realizávamos, pois segundo ele, nas localidades do lado espanhol da Via de La Plata (Via da Prata), entendiam que este troço do caminho na parte portuguesa (Caminho de Torres), poderia vir a ser uma concorrência e retirar ou desvio de parte de peregrinos do caminho na parte espanhola.

Sobre uma percepção da peregrinação, foi dito, por alguns peregrinos do grupo, que tudo no caminho se tornava mais intenso, em especial, que tudo se torna mais saboroso e prazeroso, o comer, beber água, tomar banho, dormir, deixar os pés descalços, estas ações rotineiras ganham outro sentido ou dão mais prazer quando se está em peregrinação. Segundo eles, os pequenos atos, que por vezes são automáticos num inverso quotidiano, são sentidos mais intensamente quando se está no caminho.

Entre as conversas, foi dito que, dantes, a figura que se tinha de muitos dos peregrinos era de doente, de coitado que procurava auxílio e intervenção divina para as enfermidades do corpo, mas agora são outras as interpretações, pois em muitos dos casos, eles são vistos, os peregrinos, como pessoas em busca de auxílio para as enfermidades da alma.

Disseram que, no caminho, os peregrinos seguem sem rótulos e sem título, pois a pessoas aproximam-se, procuram saber o nome e origem, mas não procuram saber o que fazem, que títulos têm, e depois de algum tempo de convivência falam das motivações em fazer o caminho. É uma forma de tratamento horizontal, em que todos são iguais, são peregrinos, isso nos mesmos locais de uso, como no caso dos albergues públicos. Quando querem tratamento diferenciado, procuram os albergues privados e hotéis.

Outro ponto debatido e observado recai nos peregrinos, vistos como não santos, como pessoas que bebem, fumam, querem e procuram bons vinhos, boas comidas. Contudo, nos discursos

condenavam os excessos e abusos, e diziam que no Caminho de Santiago também se pode ter momentos de privação e penitência.

Neste sentido, foi dito que o caminho também é visto como um local de sacrifício e de sofrimento, mas também de redenção e purgação, alívio dos pecados, em que a mochila é tida como o fardo da vida, a dor de caminhar e o peso nas costas para libertar-se dos flagelos da vida, dos erros e de expiar os pecados. A mochila também é vista como um cruz que é necessário carregar e a necessidade de se passar por isso para se libertar.

4.1.2 O Colóquio

Nesta parte constam as sínteses dos discursos de alguns dos participantes do “Colóquio dos Caminhos de Santiago”, em que são apresentadas aqui as falas¹¹⁵ e respetivos temas: Técnico do Município de Barcelos: “A Importância dos Caminhos para os Municípios”; Delegado da Associação e Espaço Jacobeus em Amaranto: “Revitalização do Património Cultural dos Caminhos de Santiago”; Membro da Associação e Espaço Jacobeus: “Experiências do Caminho”; Frei Franciscano: “Espiritualidade no Caminho de Santiago”.

4.1.2.1 Técnico do Município de Barcelos: “A importância dos Caminhos para os Municípios”.

Falou da importância dos Caminho a Santiago e destacou, como sendo o primeiro Itinerário Cultural Europeu, e que, também proporciona desenvolvimento por onde passa e que chegam a Santiago de Compostela milhares de peregrinos mensalmente, oriundo dessa diversidade de caminhos e de diferentes nacionalidades.

Disse que, devido ao fluxo de peregrinos, cabe aos municípios adotarem, enquanto políticas e planeamento, tomarem um posicionamento para o desenvolvimento do Caminho de Santiago. No entanto, disse que não há uma política nacional para tal, tampouco há uma entidade para dar uma uniformidade e regras, organizar, planejar e definir o caminho e fazer conhecer todo esse

¹¹⁵ As falas seguem a ordem de apresentação realizada no evento.

património a ele indexado.

Segundo ele, os Caminhos de Santiago perpassam por um conjunto de dez regras básicas para o seu planeamento de desenvolvimento, estruturantes, para que o Caminho assuma um posicionamento estratégico para o território, e que, cabe aos municípios procurar e proporcionar aos peregrinos a melhor experiência do caminho, nos seus territórios.

Primeiro ponto: pressuposto é quanto a criação e abertura de caminhos, pois não se deve criar caminhos sem ter uma base patrimonial, histórica ou mesmo arqueológica, sendo necessário respeitar a identidade histórica dos caminhos, sendo que essas bases ajudam a valorizar esse património. Assim, faz uma crítica às invenções de os caminho seguirem por praias. Exemplo este, que ele disse saber que existe e que podem vir a existir novos.

Segundo ponto: respeitar a alma e essência do caminho, assim, sabe-se que há cada vez mais peregrinos, contudo, não se pode nortear o caminho através do interesse monetário.

Terceiro ponto: ter como foco os peregrinos, e não o imediatismo, pensar o caminho em função dos peregrinos e não dos interesses pontuais, económicos e momentâneos. Deu como exemplo, o desviar o caminho para que este passasse enfrente a determinados estabelecimentos comerciais. Disse que se deve respeitar quem faz o caminho, e não mover o caminho e os peregrinos de acordo com interesses. Com isso, reforçou a ideia de não desvirtuar a essência do caminho. Sendo assim, segundo ele, o peregrino deve ser sempre o foco das atenções, das ações e estruturas que o município venha a proporcionar. Mas que também é preciso pensar quais as necessidade dos peregrinos que são diferentes das dos turistas, ou seja, as informações e condições que precisam os peregrinos são bem distintas, o que procuram os peregrinos é diferente, pois sua procura é por uma experiência mais espiritual.

Quarto ponto: promover a pedagogia dos locais, isto é, promover a cultura dos caminhos, pois a exemplo do Caminho Francês e do Caminho Central, há uma cultura do caminho, pois as pessoas conhecem e respeitam os peregrinos e procuram auxiliá-los, mas também sabem a importância dos peregrinos como agentes dinamizadores da economia local, revitalizadores das aldeias e localidades rurais. Assim, as pessoas do território devem conhecer para valorizar os peregrinos e o caminho, como um elemento de identidade da sua localidade. Apenas assim, através dessa sensibilização, que ele aponta que não é feita de um dia para outro, é que se pode

pensar em desenvolvimento para o caminho.

Quinto ponto: respeitar as regras já criadas, no que diz respeito à sinalização, seguindo, por exemplo o que já foi instituído pelo Conselho da Europa¹¹⁶.

Sexto ponto: pensar além de uma demarcação e delimitação com base e validade histórica, mas ir além disso. Devem os municípios, na medida do possível, incorporá-la ao Plano Diretor Municipal, pois se de facto se quer tê-lo como um dos eixos de desenvolvimento no município, é necessário esta ação, a fim de o proteger e promovê-lo. Contudo, ressalta também neste ponto, a necessidade de diálogo e planeamento entre os municípios, já que ações isoladas não fazem o caminho, e se um município fizer a sua parte, e se, no troço seguinte, o outro município não fizer, não há caminho. E também neste ponto destacou a necessidade de uniformidade das sinalizações nos diferentes municípios.

Sétimo ponto: o poder político dos municípios deve procurar dialogar para desenvolver ações em conjunto com as associações e entidades, sendo esses importantes elementos de auxílio na gestão de desenvolvimento dos caminhos, tanto como agentes promotores como de fiscalização no que tange às necessidades de manutenção, seja quanto a limpeza, sinalização, entre outras questões.

Oitavo ponto: os municípios devem entender a diversidade de origem dos peregrinos, isto é, diversas nacionalidades. Assim, a produção de conteúdos informativos, em que destacou, as informações sobre o património nos municípios, e as ações, em que devem ter em conta essa diversidade.

Nono ponto: O efeito no peregrino após a sua experiência, em que é necessário pensar e entender que esses peregrinos que passam pelo território podem, num outro momento, voltar ao território, mas dessa vez como turista, sozinho, ou até mesmo acompanhado, na procura de viver ou de partilhar com os seus, os momentos e experiências que tiveram ao longo do

¹¹⁶ Conselho da Europa: Conselho com sede Estrasburgo (França), formado no ano de 1949, após o final da II Guerra Mundial, com objetivo promover a defesa dos Direitos Humanos e concluir acordos na Europa quanto a questões sociais e jurídicas. Atualmente integra 47 Estados-membros. Mais informações em: <http://www.coe.int/pt/web/portal/home>

caminho, sendo esse um grande ponto dinamizador do caminho, já que, para além da peregrinação, é possível desenvolver outros pontos de valorização e promoção dos municípios. Com isso, destacou que o Caminho de Santiago pode ser uma âncora de desenvolvimento dos municípios.

Décimo ponto: não abordar o Caminho de Santiago como um produto turístico, pois o caminho não é um produto turístico. Disse que a essência do caminho não passa pelo turismo, e que, se a sua essência for entendida ou vendida como turismo está fadada ao fim, e esta alma do caminho estará perdida, sendo que, não se deve fazer do caminho um produto turístico, muito menos um turismo de massa, pois o caminho proporciona, como já mencionado, experiências distintas a nível cultural e espiritual.

Assim, segundo ele, cabe aos municípios seguirem esses passos bases para entenderem, planearem e desenvolverem o Caminho de Santiago.

4.1.2.2 Delegado da Associação e Espaço Jacobeus em Amaranto: “Revitalização do Património Cultural dos Caminhos de Santiago”.

Iniciou o seu discurso com a apresentação da história da lenda de Santiago, aquando da sua morte, e sobre o parecer técnico das ruínas românicas que estão por baixo da catedral, que valida a história sobre o túmulo de Santiago e da construção inicial, no século IX da igreja, em homenagem a Santiago, que anexada a um mosteiro, Mosteiro de Altares.

Prosseguiu, falando sobre o momento histórico de conflito em que Santiago, na Batalha de Clavijo, Santiago apareceu montado num cavalo, seguiu à frente dos cristãos para matar os mouros (muçulmanos), daí o nome de Santiago Mata-mouros, isso no ano de 844, sendo que, nas batalhas que se seguem, o seu nome era invocado.

Falou do período de 1175, em que foi então construída a Catedral de Santiago, mas não da forma que se conhece hoje. No entanto, há elementos que foram preservados, e que, no ano de 1962, tanto a catedral como a cidade de Santiago são reconhecidas como um conjunto artístico, e, de seguida, no ano de 1985, o Caminho Francês, que entra pelo norte de Espanha, foi reconhecido como Património da Humanidade pela UNESCO.

Neste contexto cronológico, foi considerado que, ao longo destes tempos, os Caminhos de Santiago eram também percorridos por artistas provenientes de várias partes da Europa, os quais, para além de procurarem matérias-primas, a exemplo da Pedra de Ançã¹¹⁷, em Portugal, difundiam e procuravam conhecimento, por onde passavam, para além do comércio de obras de artes nesta parte ocidental da Europa.

Foi dito que, ao longo dos caminhos, a seguir ao século IX, houve um crescente fluxo de peregrinos, surgem locais de auxílio para os mesmos, desde albergarias, mosteiros, grupos de ordens religiosas, hospitais e outros pontos de acolhimentos aos peregrinos, assim como, nobres que contribuem com a construção e revitalização de alguns trechos e de pontes ao longo dos caminhos.

Falou sobre o principal ponto de início das peregrinações, em Portugal, a Catedral do Porto, local de saída de milhares de peregrinos pelo Caminho Central. E após essa descrição, em tom de crítica, falou sobre o “Caminho das Areias”, este apontado de forma polémica, pois segue pelas praias.

Disse sobre a cidade de Coimbra, a peregrinação da Rainha Santa Isabel que, por duas vezes, seguiu a cidade de Santiago, sendo que, a primeira quando o Rei Dom Diniz ainda era vivo, e a segunda após a sua morte. Sendo que, outro facto a que liga a peregrinação, é que, aquando do seu falecimento (da rainha), foi colocado junto ao seu corpo o bastão que ela utilizou nas peregrinações a Santiago, encontrando-se, também, a sua coroa na Catedral de Santiago. Acrescentou que, no ano de 2014, foi criado um albergue de peregrinos no Mosteiro de Santa Clara a Nova, em Coimbra, e, em sequência disso, foi criado um núcleo museológico no mosteiro dedicado à Rainha Peregrina.

Falou sobre São Salvador de Vairão, mosteiro anterior ao século IX e do seu ciclo de vida até seu fecho, por completo, e da abertura de um albergue no local, onde também se criou um núcleo museológico do peregrino, no ano de 2015.

¹¹⁷ Pedra de Ançã: Pedra de formação calcária que tem como tons de cores o amarelo ao branco azulado, encontrada na região do Concelho de Cantanhede/Portugal, tido como bom material para esculpir por ser macia e sem veios.

Destacou, sobre seu município, Município de Amarante, local onde se desenvolveu uma procura e levantamento histórico quanto à sua ligação histórica com as peregrinações a Santiago de Compostela, em que, essa ligação é feita através dos Caminhos de São Gonçalo, caminho esse realizado por ele, São Gonçalo, e que, ao longo dos tempos, surgiram locais para atender aos peregrinos, tais como, pontes, albergarias, gafarias, hospitais...

Ao falar de Pinhel, apontou locais e pontos na cidade que têm ligação com Santiago, desde vieiras, pórticos e a nave da Igreja Matriz, que tem a imagem do Santo.

Assim, fez o encerramento, concluindo que o Caminho de Santiago é um caminho que leva a Espanha, mas para além disso é um caminho de história, de partilha, de cultura, que traz património e preserva a identidade portuguesa.

4.1.2.3 Membro da Associação e Espaço Jacobeus: “Experiências do Caminho”

Descreveu as suas experiências de viagens pelo mundo (Índia, América do Sul, América Central, Médio Oriente, Sul de África e Europa).

Quanto à sua viagem à Índia, foi confrontado a dizer o que procurava por lá, e a sua resposta foi, que procurava encontrar-se, como uma viagem espiritual. Já em tom de contra resposta, foi-lhe dito que não era necessário ir tão longe, pois havia, próximo dele, o Caminho de Santiago.

Disse que a sua motivação inicial para fazer o Caminho de Santiago foi por causa da depressão que sentia, e procurava no caminho uma resposta para superar este momento de doença e a peregrinação possibilitou-lhe essa “cura” pois, segundo ele, o mundo conturbado em que se vive, repleto de violência e de pessoas, num ritmo acelerado, sem tempo para pensar, refletir e para olharem para elas próprias.

Segundo ele, o caminho é a oportunidade de se ouvir e de ouvir o outro, de ser solidário e ter mais amor ao próximo, ir ao encontro de algo que mais procuram ou que mais precisam. No caminho abdica-se dos confortos habituais, das vaidades e consegue-se viver com pouco, com o mínimo, ou o máximo que se consegue carregar às costas, nas mochilas, e assim rever algumas posturas e modo de viver e de se relacionar com o outro.

Neste sentido do caminho, disse e sugeriu aos presentes que, quando virem, ou estiverem com peregrinos, que os tratem bem, que não é preciso muito, que dizer-lhes um simples “Bom Caminho!” tem grande efeito, pois revigora as energias e o conforta.

Também destacou a necessidade de ter condições mínimas para a peregrinação e, a título de exemplo, disse que a sinalização é algo fundamental, e quanto à hospedagem, o peregrino não procura luxo, mas um local simples para poder fazer as suas necessidades básica de higiene e descanso.

Ele disse que, a forma como se trata os peregrinos, sejam elas boas ou más, se propaga rapidamente, e que os peregrinos, quando retornam às suas localidades de origem, podem ser vistos como uma espécie de “embaixadores do caminho”, pois relatam e propagam as experiências que viveram e presenciaram.

Foi dito, em linhas gerais, que os peregrinos são pessoas boas, que estão à procura de uma paz espiritual, e que todo o auxílio que é dado aos peregrinos extrapola fronteiras e cria uma boa imagem para a localidade, e esta boa imagem pode atrair novas pessoas e turistas.

4.1.2.4 Frei Franciscano: “Espiritualidade no Caminho de Santiago”

A fim de sintetizar a ideia de espiritualidade no Caminho de Santiago, ele apresentou um trecho inicial do filme *Tres en el Camino*¹¹⁸ (Três no Caminho), filme esse que conta a história de três peregrinos no Caminho de Santiago, em três estações do ano, verão, inverno e primavera, sendo uma peregrina brasileira, um peregrino holandês e uma peregrina japonesa. A primeira, segue a religião da umbanda, o segundo, o catolicismo e a terceira, sem religião indicada. Três peregrinos de distintas localidades e distintas crenças, mas que procuram no caminho, um momento de encontro consigo mesmo e com a espiritualidade.

O Frei deu início à sua conversa, dizendo que há duas questões distintas entre espiritualidade

¹¹⁸ *Tres en el Camino*: Filme documental lançado no ano de 2004, que conta história de três peregrinos, Milena Salgado/Brasileira, RobJorritsma/ holandês e Madoka Mayuzumi /Japonesa.

no Caminho de Santiago e espiritualidade do Caminho de Santiago, sendo que, escolhe falar sobre a primeira, uma vez que para a segunda, seria necessário recorrer a documentos históricos que remontam aos séculos.

Ao falar de peregrinação, falou das suas experiências e afirmou já ter realizado 12 peregrinações a Santiago de Compostela, entre os anos de 2002 e 2014, e de 2 realizadas em Itália, no Caminho de São Francisco de Assis. Momentos nos quais que ele afirmou ter vivido momentos de espiritualidade, de contemplação e partilha de vida com os outros e também de contemplação de todas as coisas criadas por Deus.

Num sentido filosófico, disse que, no Caminho de Santiago não se olha apenas para a frente ou para trás, olha-se para os lados, em que o caminho é um todo, e não somente aquilo que se pisa com os pés, sendo este um momento de introspeção para ver mais além.

Assim, ele falou das vivências e observações durante as suas peregrinações. Relata sobre uma jovem peregrina à beira do caminho a ler um livro volumoso, e indagou-se se poderia ser uma bíblia; de um jovem peregrino, que tinha por hábito rezar o terço nos primeiros quilómetros de cada dia de caminhada; de um peregrino solitário a tocar gaita irlandesa; jovens peregrinos sentados num templo a ler poemas de Fernando Pessoa. Então, com estas observações, ele abre a questão: Podem ser estes casos apresentados considerados momentos de espiritualidade? As três histórias do filme inicialmente apresentadas podem ser consideradas como momentos de espiritualidade?

Ele afirmou que sim, pois disse que, hoje não existe uma espiritualidade padrão como houve no passado, cujo objetivo era expurgar os pecados. Hoje, a seu ver, tudo o que faz o peregrino, transcender-se, pode ser considerado espiritualidade.

Indagou se haverá lugar para uma espiritualidade diferente no Caminho de Santiago? Ele mais uma vez afirmou que sim, pois sendo Santiago um dos 12 apóstolos a espalhar a Boa Nova da sua ressurreição, há espaço para uma nova espiritualidade com fundamentação bíblica.

Com isso, ele também afirmou que está a fazer um guia de espiritualidade para peregrinos, que é um diário, mas também um itinerário para 30 dias de peregrinação, composto de pensamentos, salmos, entre outros textos bíblicos, e orações, destinado a crentes ou não na fé católica, mas

crentes nas palavras de Deus.

4.1.2.5 Síntese

Nos discursos são apresentadas, entre as questões, a necessidade de uma organização do Caminho Português, para o seu desenvolvimento, um planeamento que perpassa por várias esferas de poderes e organizações, bem como, de uma mobilização social, num carácter construtivo e de sensibilização.

Dentre esses estão, a necessidade de criação e manutenção de condições mínimas para a realização da peregrinação, como a criação de uma sinalização adequada, condições de segurança, locais para alojamento e alimentação, mas além dessas questões de cunho mais material, abordou-se a necessidade de se criar e manter uma boa relação com o peregrino. Isto é, recebê-lo bem e compreender as suas necessidades e anseios.

Falou-se da necessidade de identificar os elementos históricos/culturais ligados a Santiago e às peregrinações, e como estes bens são relevantes para legitimar a passagem do Caminho de Santiago pelas localidades, ou da existência de tais itinerários.

Foram apresentadas, entre as conversas, as diversidades de perfis dos peregrinos, as diferentes motivações que os levam a fazer o Caminho, as diferentes formas de procura e percepção das peregrinações, com isso sucinta a necessidade de compreender esta diversidade. Mas além dessas diversidades supracitadas, há também a diversidade cultural dos peregrinos, peregrinos de distintas e distantes localidades, nacionalidades e países.

São também apresentados alguns dos benefícios que as peregrinações geram nas localidades, dentre eles, os benefícios económicos, em que o peregrino de forma direta faz uso de produtos e serviços nas localidades, assim como, também é importante divulgar as localidades, e que, desta forma, pode ser um agente dinamizador do turismo, pois, este pode auxiliar na promoção das localidades. Contudo, também foi feita a advertência sobre a exploração económica excessiva, ou seja, pensar os peregrinos apenas como fator de exploração económica.

4.2 Encontro das Associações em Comemoração “Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela”

4.2.1 A Última Etapa

A anteceder ao evento, foi realizado, no dia 10 de outubro de 2015, o acompanhamento da última das várias etapas¹¹⁹ feitas a pé, realizadas por pessoas e grupos de diversas localidades, entre elas, Guimarães, Braga, Amarante, Vila verde, Barcelos, Vairão, Oliveira das Azeméis, membros ou não das associações, que realizaram desde as suas localidades, aos finais de semana, etapas de peregrinação pelo Caminho Português.

Esta última etapa contou com a participação de 42 pessoas, sendo que, foi realizada a viagem de autocarro, com partida da cidade de Guimarães, com destino a Padrón, para a realização da última etapa a pé da peregrinação entre Padrón e Santiago de Compostela, etapa essa com, aproximadamente, vinte e quatro quilómetros.

Apesar da chuva intermitente, os participantes da última etapa, sendo a mais jovem com 10 anos, e o mais idoso com 72 anos, apresentavam-se todos bem dispostos e equipados para fazer o caminho. Os diálogos entre os membros do grupo eram constantes, demonstravam-se sempre solícitos com os demais membros do grupo e para com os demais peregrinos que encontravam ao longo do caminho, e também tentavam cumprimentar as pessoas das localidades que respondiam ao “Bom dia”, a dizer “Bom dia” e, por vezes, desejar um “Bom caminho”.

Para além das conversas, os peregrinos demonstravam interesse nas plantações e vegetações, nos monumentos, em especial, os templos religiosos, locais de paragem para fotografias, diálogos entre eles para obterem mais informações sobre os locais e observações.

¹¹⁹ Etapas - Abril: dia 11- Amarante/Filgueiras; dia 12 Filgueiras/ Guimarães, Fafe/Guimarães, Vizela/ Guimarães; dia 25 - Guimarães/ Braga; Póvoa de Lanhoso/ Braga; dia 26 - Braga/ Ponte de Lima.
Junho: dia 13 - Ponte de Lima/ Rubiães; dia 14 - Rubiães /Tui.
Julho: dia 4 - Tui/ Redondela; dia 5 - Redondela/ Pontevedra.
Setembro: dia 19 - Pontevedra/ Calda de Reis; dia 20 - Calda de Reis/ Padrón.
Outubro: dia 11: Padrón/ Santiago de Compostela.



Imagem XII: Início da Última Etapa em Padrón
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Das motivações, foi dito por um peregrino, que ele sempre gostou de atividades de desporto e de estar em contato com a natureza. Ao casar, e devido a problemas no joelho, deixou de realizar essas atividades de desporto em ambientes naturais. Contudo, a sua esposa começou a fazer parte da Associação Espaço e Jacobeus, e a participar nas peregrinações organizadas pela associação. Assim, a convite da esposa, começou a fazer as peregrinações, juntamente com ela.

Uma peregrina disse que fazia a peregrinação pela primeira vez. Segundo ela, gostou da experiência, pois encontrou aquilo que procurava. Disse que o Caminho de Santiago é um local onde se encontra com pessoas mais humanas, pessoas mais próximas e com espírito de cooperação e ajuda, características que ela disse serem mais difíceis de encontrar nas pessoas, no dia-a-dia, e principalmente, nas grandes cidades. Para além disso, destacou que, na peregrinação foi possível conhecer novas pessoas, de diversos locais e nacionalidades, de diferentes estratos sociais, que estas estavam no caminho reunidas, sem distinção, estavam próximas, com um objetivo e característica comum, a peregrinação, sendo que esses factos tornaram ainda mais rica essa vivência de peregrinar.

Entre as conversas, também foi dito, sobre as experiências anteriores, dos caminhos que já

tinham realizado, uns com longos trajetos de peregrinação durante 70 dias, outros de 7 dias, e estes últimos diziam que era melhor fazer peregrinações mais curtas, e que cada um deve fazer consoante os seus pecados, e que essas de 70 dias eram para os pecados maiores. Fala essa também numa neclas de sentido de humor.

Sobre estas perceções e sentidos da peregrinação, entre os diálogos, foi dito por aqueles que faziam peregrinações mais longas, que o sentimento de se desligarem das questões e ritmos quotidianos, e entrar no caminho, é mais sentido a partir do oitavo dia de caminhada, sendo que os trajetos mais curtos de menos tempo, não possibilitam tanto essa ligação com o caminho. Porém, afirmaram que há pessoas que se conseguem desligar e ligam-se à peregrinação com mais facilidade do que outras, mas que, no geral, há necessidade desse tempo.

Durante a peregrinação, um Frei Franciscano¹²⁰ que fazia parte do grupo, disse que, em 2012, num encontro realizado com um padre de Barcelos, num encontro sobre o Caminho de Santiago, disse que foi a Santiago de Compostela para obter 130 credencias de peregrino, a *oficina del peregrino*, facto que foi comunicado ao cónego responsável, e este último pediu ao padre que ajudasse a trazer mais peregrinos a Santiago de Compostela. Este facto foi descrito como um contra movimento face ao crescente número de turistas que se dirigem a Santiago de Compostela.

As conversas durante a peregrinação eram diversas, sendo que, na sua maioria, predominavam questões do quotidiano, desde assuntos como, ver um caracol, dizer que esse era bom para alimentar a tartaruga de estimação. Outros falavam sobre as comidas das respetivas localidades, de como eram preparadas, as origens dos ingredientes e os melhores locais para se comer. Dentre estes, um disse que, ao comer um determinado prato na sua localidade, num determinado restaurante, esse prato virou referência, e quando come em qualquer outro local é muito estranho, pois o sabor que espera está registado, que é o que tem por hábito da sua localidade.

As pessoas do grupo comentavam e descreviam as condições arquitetónicas das edificações e os estilos. Faziam referências históricas e culturais das localidades, como, por exemplo, o

¹²⁰ Este é o mesmo frei que participou do evento na cidade de Pinhel que já fora mencionada.

túmulo de Camilo José Cela Trulock¹²¹, Primeiro Marquês de Iria Flávia, que se encontra em Padrón, no cemitério do Colegiado de Iria Flávia.

Ao observar as plantações e as espécies, em especial, das videiras, faziam comparações com as que eram encontradas em Portugal, e quando havia semelhanças, comentavam sobre a história dessa parte de Galiza, que já pertenceu ao território português. Assim, falaram também dos conflitos históricos no passado, nas disputas de território entre Portugal e Espanha, e de como as fronteiras se foram expandindo de um lado, e recuando do outro.

Quando, no caminho, uma peregrina ao ver um cartaz com um anúncio de um local que aplicava *reiki*¹²², comenta com amiga, ela responde, dizendo que, fazer o caminho já era uma forma de limpar o corpo e a alma, e que não necessitava de tal serviço.

Outro comentário foi quanto às mordomias e confortos que estavam a ter, pois fazer o caminho por etapas e com carro de apoio, parecia mais ser um turigrino que peregrino.

Na paragem para almoço, onde se encontrava o autocarro de apoio, cada qual com o prato que trazia para partilhar, oferecia e pedia que ou outros provassem, e diziam, orgulhosos, que tinham feito ou que era da localidade ou região onde viviam, assim como, ofereciam vinhos produzidos também por eles, ou de origem e produzidos nas suas localidades.

O almoço foi regado com muitas conversas animadas e risos. Diziam estar em família, e aquando da passagem de algum peregrino, estes eram convidados para se juntarem ao grupo e almoçar. Dentre os peregrinos convidados, estavam um peregrino francês e duas peregrinas japonesas. Os pratos e vinho eram oferecidos. Falou-se também dos ingredientes, formas de preparo e de qual região era típico. Quando, nos momentos de agradecimentos entre eles, alguns diziam que Santiago o abençoasse.

Após o almoço, seguiu-se viagem, e aquando da chegada a Santiago de Compostela, alguns seguiram diretamente ao albergue de peregrinos Seminário Menor, e outros foram até à

¹²¹ Camilo José Cela Trulock (1916-2002): escritor espanhol, foi académico da Real Academia Espanhola e também lutou na Guerra civil espanhola. Recebeu o Prémio Príncipe das Astúrias em 1987, o Prémio Nobel de Literatura em 1989 e o Prémio Cervantes em 1995.

¹²² *Reiki*: Terapia energética realizada com o toque ou aproximação das mãos, como uma forma de transmissão e equilíbrio energético corporal de quem a recebe.

Catedral.



Imagem XIII: Almoço Etapa Padrón I
Fonte: Trabalho de Campo 2015



Imagem XIV: Almoço Etapa Padrón II
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Durante a realização da última etapa, em que o presidente e vice-presidente da associação desempenham um papel de hierarquia e liderança, sendo as figuras responsáveis por ditar o ritmo da caminhada, dos locais e tempo de paragem. Havia uma espécie de ordenamento e controlo do grupo. Estas ordens eram seguidas sem qualquer questionamento aparente.

Aquando da chegada aos albergues, estes já referidos, também foram os responsáveis por recolher os documentos de identificação dos membros do grupo e fazer o registo dos mesmos. No momento do jantar não foi diferente, pois eles comunicaram horário de início do jantar e, durante o jantar, comunicaram a programação do dia seguinte, como por exemplo, o horário de saída do albergue, o local de encontro antes da celebração da missa, assim como após a mesma.

Aquando do jantar, estavam novamente reunidos no Seminário Menor, em que novamente compartilharam dos pratos, petiscos e vinho que levavam, e mais uma vez diziam que estavam reunidos em família a confraternizar. Durante o jantar, uma peregrina de 10 anos, exibia orgulhosamente a sua identificação de confrade e dizia ser a mais jovem da associação.



Imagem XV: Jantar Seminário Menor
Fonte: Trabalho de Campo 2015



Imagem XVI: Medalha de Confrade de Santiago
Fonte: Trabalho de Campo 2015



Imagem XVII: Grupo em Posse para Foto Catedral
Fonte: Trabalho de Campo 2015

4.2.2 A Comemoração

No dia seguinte, 11 de outubro de 2015, foi realizado o evento, sendo esta iniciativa da Associação e Espaço Jacobeus e Associação de Peregrino Via Lusitana, evento este, a fim de promover a comemoração, que segundo dito, foram convidadas todas as associações do Caminho Português e outras instituições e organizações, tais como gestores dos albergues, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, entre outras, para comemorar o “Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela”, e também como oportunidade de união/discussão no interior do Associativismo Jacobeu.

Um dos objetivos, e como já mencionado, foi fazer um ponto da situação sobre a convergência das associações e organizações envolvidas com o Caminho Português pois, segundo apresentado pelas associações organizadoras, há a necessidade de um diálogo maior entre as associações sobre convergência de ações, assim como, de conhecimento dos objetivos de cada associação, e assim fazer uma união para um trabalho conjunto.

A comemoração teve como momento principal, na Catedral de Santiago, a celebração da Missa do Peregrino, com a participação de representantes das associações do Caminho Português, a assumirem os locais de honra e também a realizarem as leituras durante a celebração, assim como, a leitura rogativa (carta que foi lida) a Santiago, para auxiliá-los na tarefa de fomento das peregrinações e auxílio aos peregrinos. A celebração terminou com *Botafumeiro*¹²³ (turíbulo), que desta forma, se fez acontecer com a oferta (patrocínio) da Associação e Espaço Jacobeus.

¹²³ *Botafumeiro*: Segundo a própria descrição do cônego responsável pela celebração, representa a acensão dos pedidos e rogativas ao céu.



Imagem XVIII: Celebração Missa do Peregrino

Fonte: Trabalho de Campo 2015

Após a celebração, ocorreu um almoço ao lado da catedral, na Hospedaria San Martin Pinário¹²⁴ (Seminário Maior), almoço esse de confraternização das associações do Caminho Português, que contou com a participação de 260 pessoas das diferentes associações, entre outros convidados.

Após o almoço, houve discurso feito pelos membros da organização, que abordaram o evento, e lamentavam o facto de alguns questões não terem corridos da melhor forma, pois, devido às novas regras, houve uma redução no número máximo de pessoas dentro da catedral, e alguns membros das associações não conseguiram entrar.



Imagem XIX: Almoço de Confraternização I

Fonte: Trabalho de Campo 2015

¹²⁴ Hospedaria San Martin Pinário: Prédio que desde o século XVI abriga os peregrinos, localizado ao lado da Catedral de Santiago, é agora um espaço dedicado a hospedagem e eventos. Mais informações em: <http://www.sanmartinpinario.eu/>



Imagem XX: Almoço de Confraternização II
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Segundo alegado pela organização, isso ocorreu por questões de segurança, e que, em toda a Espanha, como na Europa, os locais de grande concentração e manifestações religiosas estão sob uma maior vigilância. Sendo que, em Santiago não era diferente, em que se percebeu um número maior de seguranças internos na catedral, e de forças policiais no exterior. E como não aconteceu anteriormente, há uma maior restrição quanto à entrada de objetos na catedral, sendo que os peregrinos não podem entrar com as mochilas, e as bolsas e sacos menores, são agora verificados pelos seguranças junto às portas de entradas da catedral.

Para finalizar, falou o Presidente da Associação e Espaço Jacobeus, que agradeceu a presença de todos, e destacou a necessidade de união das associações, para uma cooperação e ações em conjunto, para fomentar as peregrinações e auxiliar os peregrinos, através de um “espírito de associativismo Jacobeus”.



Imagem XXI: Almoço de Confraternização - Presidentes da APVL e AEJ
Fonte: trabalho de Campo 2015

4.2.3 Síntese

Através do encontro, foi possível perceber um exemplo de peregrinação realizada por um grupo, como este, como se organizaram e as formas hierárquicas de condução nesta etapa, assim como as motivações e as percepções sobre o Caminho de Santiago. Algumas das observações, percepções e interpretações sobre o trajeto, de interação entre os peregrinos e os convívios, e os diálogos durante a peregrinação.

Para além disso, foi possível perceber, não só, as questões do Caminho Português e das pessoas que estavam a realizá-lo, mas também, das experiências e relatos de percepções de outras pessoas e de outros caminhos, das motivações variadas de entendê-los e fazê-los.

Na comemoração, isto é, na Missa do Peregrinos e no almoço de confraternização, foi possível presenciar um número considerável de associações ligadas ao Caminho Português, através dos membros presentes e da convergência de interesse em prol da adoração a Santiago e do desenvolvimento das peregrinações a Santiago de Compostela.

Foi possível perceber também a ligação das associações com os membros da administração da Catedral e o seu papel no Caminho Português, como representantes reconhecidos pela ordem religiosa, no papel de auxílio aos peregrinos.

Nos discursos e na intenção de realização do evento, foi dito que, para além de ser um dia comemorativo e de encontro das associações, também foi um dia para fortalecer os laços e aproximar as associações e os membros para se conhecerem, pois a intenção que se procura, segundo eles, é um trabalho cooperativo e de sinergia das associações em prol do Caminho Português.

Também foi observado e descrito, sobre as questões de segurança, que se torna delicado alguns factos atribuídos à construção simbólica de Santiago, e que, no cenário atual, requer maiores atenções perante aos conflitos latentes, por questões religiosas/políticas.

4.3 Associações e a Proposta

Para recapitular o texto inicial deste capítulo, neste terceiro momento são apresentadas informações das entrevistas realizadas com: Presidente da Associação Espaço Jacobeus; Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana; Relator da Proposta de Candidatura a Património da Humanidade.

4.3.1 Presidente da Associação Espaço Jacobeus

O entrevistado, então Presidente da Associação Espaço Jacobeus desde janeiro de 2015, membro sócio da associação desde 2009, primeiro foi Delegado da associação na cidade de Guimarães, e após o trabalho que desenvolveu com a marcação do traçado do Caminho de Torres a Guimarães, no ano de 2011, e também de presidente fiscal, de 2012 a 2014, no ano de 2014, com as eleições, foram apresentadas duas listas para a direção da associação, mas em momentos preliminares da eleição, uma das listas desistiu e, com isso, foram agregadas os elementos da outra listas, em que o candidato a presidente da lista desistente foi agregado como vice.

Segundo ele, na tomada de posse, em janeiro, também foi realizada uma sessão pública, tendo esta também ocorrido na associação, que contou com a presença de cerca de 140 pessoas, entre elas, membros de outras associações, tais como, o Presidente da Confraria de Santiago, Presidente da Câmara de Guimarães...

Disse que, essa foi a primeira eleição com maior número de votos, com a participação de cerca de 70 associados, ou seja, cerca de 70 votos, numa associação que conta, aproximadamente, com 400 sócios. Sendo que, nas eleições anteriores, no ano de 2012, contabilizaram-se 37 votos.

Facto esse explicado por ele devido aos conflitos que existiam entre o antigo Presidente e os associados, pois, segundo ele, as ações do antigo Presidente foram questionadas e fortemente desaprovadas pelos associados. Tais desaprovações, vistas também como atos ilegais, levaram à abertura de um processo jurídico contra o antigo Presidente, ficando este condenado a pagar/ressarcir as contas da associação.

Segundo ele, o aumento no número de votos, assim como, de novos associados, é explicado

pela transparência, vontade e determinação que existe nos atos da nova gestão, em que a associação demonstra o espírito de ajudar, de acolher, no auxiliar aos peregrinos e acolhe-os no que for necessário através das redes e parcerias, esteja onde o peregrino estiver no caminho. A transparência e atos de auxílio aos peregrinos criaram esta credibilidade, tendo ele dito que, a associação procura agir a uma só voz, com abertura e diálogo para com os sócios. Disse também que, em Portugal, há várias associações, contudo elas não dialogam como deveria. Perante isso, procura-se um diálogo e uma aproximação entre essas.

Ele afirmou que, após o início da nova gestão, foram abertas delegações no Porto, Lisboa, Fátima, Faro, seguindo esta ordem. Já existiram delegações nessas localidades, contudo, as mesmas tinham fechado. Esta abertura de “novas” delegações, também implica que há novos voluntários envolvidos e a pensar no desenvolvimento do Caminho de Santiago, que, como ele disse, faz referência a Faro, localidades mais ao extremo sul de Portugal, em que visa fazer esta ligação do caminho entre Faro e Lisboa. Para além dessas, há delegações em Amarante, Barcelos, Braga, Guimarães, Oliveira de Azeméis, Ponta Delgada (Açores), Porto, Vila do Conde e Vila Verde.

Disse que a associação, quando promove eventos, procura comunicar e convidar as demais associações, albergues, municípios, paróquias, escoteiros, bombeiros... com o objetivo sensibilizar, no que toca ao espírito da peregrinação e do caminho, isto é, o espírito de solidariedade e auxílio. Segundo ele, o ato de sensibilização perpassa por vários sentidos e questões básicas e simples, como desejar um bom dia e um bom caminho ao peregrino, já fazem a diferença, pois isso valoriza e conforta os peregrinos nesses momentos de esforços da peregrinação.

Segundo ele, em muitas das localidades em que desenvolvem ações de sensibilização ao longo do caminho, há pessoas locais que não sabem o que é um peregrino, e não têm a noção de quem é aquela pessoa que vai com uma mochila às costas, que para alguns, ainda fazem referência aos termos que se usavam antigamente, de que o peregrino era um vagabundo.

Disse que, desta forma, procura-se nessas ações de sensibilização, mostrar a essas pessoas nas localidades, que a pessoa que vai ali, o peregrino, vai com uma missão, pode não ser ela inicialmente a motivação espiritual, ou seja, podem estar motivados pelo turismo, cultura, desporto... mas que, ao longo do caminho, podem-se transformar. Contudo, o inverso também

pode ocorrer, em que começam com o o espírito de peregrino e tomam ou incorporam outras vertentes. Pois no Caminho de Santiago encontra-se de tudo. Mesmo aqueles que fazem a peregrinação por motivos religiosos e de espiritualidade são peregrinos de diversas religiões e crenças, ou mesmo ateus.

Ele disse também que, esse processo de conversão ao longo do caminho é algo comum, e cita, a título de exemplo, que a delegada da associação em Faro, então com 36 anos de idade, após ter feito primeiro o Caminho Francês, e depois o Caminho Inglês, se converteu e foi batizada, facto esse que ocorreu em 2014. Assim, ele justificou que, não é possível identificar quem é peregrino e qual a sua motivação, pois podem mudar ao longo do caminho, e que o comportamento e postura do peregrino não está necessariamente relacionado com a sua crença religiosa, pois o descrente pode ter uma postura melhor do que a do crente.

Disse que a associação tem como principais objetivos, fomentar o culto a Santiago, o espírito de peregrinar e auxiliar o peregrino e, para isso, procuram acolher, informar e guiar o peregrino, tentando também auxiliar os albergues, para que eles funcionem da melhor maneira possível, e para que, quando há queixas por parte dos peregrinos, que estas sejam reencaminhadas para esses albergues.

Foi dito que a associação tem como norma para com as delegações, que sejam realizadas pelo menos uma vez por mês, o encontro denominado por Ponto de Informação Peregrinos (P.I.P), que visa promover uma espécie de tertúlia, em que pessoas podem obter informações e tirar dúvidas, assim como, outras pessoas narram e descrevem as suas experiências de peregrinação. Nesses encontros, também é possível retirar (adquirir) a credencial de peregrino e as guias. Esse encontro dura, geralmente, cerca de três a quatro horas. Já nas delegações de Braga, Porto e Barcelos, esses encontros ocorrem uma vez por semana, todas as sexta-feira. Há, em todas delegações, um membro (normalmente incumbido ao delegado ou a outro membro da direção) responsável por gerir esses encontros, os momentos de diálogos e as discussões.

Já sobre a associação, segundo ele, a Associação Espaço Jacobeus é mantida com recursos financeiros das fidelizações dos associados, e com outros apoios a nível municipal, tais como, o apoio do Município de Barcelos, que fornece fundos à associação, para que esta faça a manutenção da sinalética do caminho no concelho. Já outros municípios, como Braga e Guimarães, dão apoios eventuais, que não monetários, colaboram com o fornecimento de

autocarros ou outros transportes, aquando da realizações de etapas de peregrinações, em que os veículos vão levar ou buscar os participantes ao início e/ou final das etapas.

Outras fontes de recurso são as doações de sócios ou particulares, que doam produtos, tais como, doces, cajados, bordões, bordados... que são vendidos. A venda de credenciais, sendo estas adquiridas junto ao Xacobeus, a 1 euro, são vendidas a 1,50 euro, estes 50 cêntimos são recebidos como donativo à associação. Há também a venda de *t-shirts* com motivos da associação e do caminho, que são adquiridas a módicos preços ou doações, para depois serem revendidas, e assim são angariados fundos para a associação.

Sendo as atividades de peregrinação realizadas e organizadas pela associação, são planeadas sem fins lucrativos, são realizadas algumas etapas do caminho e, no mínimo, uma vez por ano, é realizada uma peregrinação até Santiago de Compostela.

A Associação e Espaço Xacobeus¹²⁵ está ligada à Diocese de Braga, estando o estatuto¹²⁶ da associação ligado a ela, dependente hierarquicamente, e também é agregada à Confraria de Santiago em Santiago de Compostela (*Archicofradia Universal del Apóstol Santiago*)¹²⁷.

Há, segundo ele, uma boa relação da associação com a Igreja Católica, em Portugal, mas também diz que existe, por parte de muitos párocos que não apreciam o Caminho de Santiago, ou seja, o Caminho de Santiago não lhes diz muito, principalmente os párocos de mais idade, uma diferença com o que ocorre com os párocos mais jovens, pois estes participam nas atividades desenvolvidas e ou organizadas pela associação.

Já a relação com os Xacobeus, com a Confraria de Santiago, com os Delegados do Caminho, *Oficina del Peregrino* (Escritório do Peregrino), são tidas como relações ótimas.

Destaca que há, atualmente, uma boa relação entre a Associação e Espaço Xacobeus e a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago Português, relação essa que não era bem vista,

¹²⁵ Associação Espaço Xacobeus: informações em <http://www.jacobeus.org/>

¹²⁶ Estatuto da Associação e Espaço Xacobeus foi revisto e alterado no ano de 2013 e encontra-se disponível em <http://www.jacobeus.org/>.

¹²⁷ *Archicofradia Universal del Apóstol Santiago*: Associação Católica com sede na Catedral de Santiago, que tem suas raízes a Bula Papal de Alejandro VI, de 1499. Mais informações: <http://www.archicompostela.org/archicofradia/>

anteriormente, pois existiam conflitos e divergências de ideias. Hoje, há novos associados ligados aos albergues do Caminho Português, que após a saída do antigo presidente, se associaram à Associação Espaço Jacobeus.

A credencial que foi criada e era vendida pela gestão passada, já não é mais utilizada, pois agora é utilizada a credencial que é produzida em Santiago de Compostela.

Segundo ele, cerca de 90% das credenciais são enviadas por correio, isto é, cerca de 10% são adquiridas presencialmente, nas delegações, ou na sede da Associação Espaço Jacobeus. Desses peregrinos que vão até às delegações ou sede para adquirir a credencial, após a peregrinação, em grande parte dos casos, retornam à associação para contar as suas experiências da peregrinação. No caso das credencias enviadas por correio, também há um *feedback* por parte dos peregrinos, que, na sua maioria, entram em contacto para agradecer pelas informações e auxílio, que contribuíram para a realização da peregrinação. Em ambos os casos, esses *feedbacks* por parte dos peregrinos são visto pela associação com algo positivo e gratificante, pelo trabalho que desenvolvem para ajudar os peregrinos. Contudo, ele destaca que não se procura um protagonismo, que o trabalho da associação é o de ajudar por ajudar.

Ele disse que entende o Caminho Português como sendo muito bem promovido. Contudo, há algumas lacunas, e teme-se que possa vir, também, a ficar massificado, isto referindo-se ao Caminho Central, encontrando-se numa transição, em que surgem cada vez mais albergues e, para exemplificar, cita o caso da Freguesia de Rubiães, em que, nos últimos anos, surgiram três albergues privados.

Em termos de caminhos, segundo ele, devem existir ou coexistir com praticabilidade e segurança, segurança essa no caso de alguns troços que passavam por vias rodoviárias, em que se deve procurar alternativas de trajeto para locais com menor trânsito de veículos, situação essa de trajetos com trânsito que, segundo ele, ocorre mais na parte espanhola. Já na parte portuguesa, o que é entendido como foco de maior necessidade, é uma sensibilização e envolvimento por parte das câmaras municipais e freguesias, no que respeita à padronização da sinalização do caminho, assim como, das informações dos serviços, monumentos e locais de visita. Mas, segundo ele, estes últimos podem, e são entendidos, para alguns, como elementos de turismo, mas para ele não, pois considera que são questões complementares às necessidades dos peregrinos.

Contudo, ele destacou, que a função essencial do caminho é espiritual, as demais questões são acessórios e que, outras ações que se desenvolvam, têm um objetivo mercantilista. Assim, ele afirmou entender que esses novos movimentos que existem por parte dos municípios, associações e federação só ocorrem por existirem verbas de Fundos Comunitários, pois, se não existissem, as associações com os objetivos espirituais ainda estariam sozinhas, a proteger e desenvolver o caminho.

Destacou que, principalmente no território português, há uma falta de compreensão e de percepção sobre o Caminho de Santiago, pois os peregrinos que passam pelo caminho, podem voltar, futuramente, no seu automóvel para visitar esses locais, pois há muitas belezas ao longo dos caminhos, quer seja em Portugal, quer em Espanha. Assim, se as pessoas ao longo do caminho soubessem ou entendessem essas possibilidades, veriam o caminho de uma outra forma.

Disse que há, por parte de algumas associações, em Portugal que se preocupam ou promovem o Caminho Francês, e confirmou não ser contra as pessoas que o promovem, mas que deveria haver uma maior promoção e preocupação em promover o Caminho Português, e de terem, por assim dizer, um pensamento mais patriota, pois como estão em Portugal, deveriam olhar mais para o Caminho Português e ajudar a desenvolvê-lo e a promovê-lo em rede. Ele explicou que o desenvolver e promover em rede é como um sistema de cooperação, em que há a “espinha dorsal” que é o caminho de Lisboa a Santiago, e que está em desenvolvimento até Faro, mas que, para além das informações nos traçados dos caminhos praticados, há a necessidade de se incorporar outras informações sobre as demais localidades periféricas ao caminho, as variantes e itinerários complementares ao território português.

Esse trabalho, segundo ele, tem que ser feito, assim como, o de identificar o património histórico/cultural desses trajetos, facto até mesmo necessário para concretizar o reconhecimento como Património da Humanidade. Pois se fosse devidamente inventariado, poderia identificar inúmeros caminhos, uma vez que, nos tempos medievais, cada um fazia o seu caminho, não havia uma via única, era apenas sair da sua casa e dirigir-se à cidade de Santiago, e o peregrino fazia o caminho de acordo com a conveniência e indicações, conveniência estas que poderiam ser explicadas por ter um familiar numa localidade, que lhe pudesse dar abrigo, ou por indicações de locais onde ocorriam assaltos, assim eram indicados outros trajetos. Outro facto,

tem a ver com os momentos de conflitos, em que ele falou sobre o período, em que Braga não aceitava os peregrinos, pois a Sé de Braga estava em desacordo com Santiago de Compostela, então os peregrinos deviam e passavam por Tibães.

Com isso, ele ressaltou que, se forem pensar em caminhos a Santiago de Compostela, em Portugal há inúmeros. Contudo, há de se pensar na viabilidade e segurança dos caminhos e trajetos, pois não vale a pena apresentar um caminho a passar por uma rodovia ou mesmo seguir por locais de difícil acesso.

Dentro dos aspetos negativos do Caminho Português, ele destacou a preocupação quanto à massificação do caminho, pois não se pensa na sustentabilidade do caminho, ou seja, dos locais de apoio ao peregrino, sendo necessário um apoio ou uma preocupação a nível autárquico, no controlo de abertura de estabelecimentos, tais como, albergues. Pois ele disse que o peregrino só faz a peregrinação se existirem os meios e condições para tal. Se não existirem, ele vai procurar locais que tenham.

No entanto, falou também sobre alguns exageros nos locais de apoio, que causam conflitos entre os estabelecimentos, quer seja pelo preços praticados, que a fim de reduzir os preços, podem também reduzir as condições, nesse cenário, segundo, causar ou colocar em risco de extinção dos albergues públicos, albergues esses que foram feitos e mantidos, em muitos casos, com dinheiro público, como por exemplo, a rede de albergues, em Espanha.

Outro aspeto, tem a ver com a massificação, e assim chegar ao nível do Caminho Francês, e todos os problemas que nele ocorrem, pois no Caminho Português, essencialmente o Caminho Central, do Porto a Santiago, já se sentem alguns sinais desses mesmos problemas.

Dentre os pontos positivos do Caminho Português, informou que esse promove Portugal, além de ser um ponto de partilha cultural, pois permite o encontro de pessoas de várias partes do mundo, e que, se não fosse o Caminho Português, as pessoas destas localidades não teriam a oportunidade de conviver com pessoas de tão diferentes nações. Sendo essa a principal riqueza do caminho, a multiculturalidade, tanto para o peregrino, como para os portugueses ao longo do caminho. Para além disso, o Caminho Português ajuda a promover Portugal a nível mundial. Outro ponto é que, o Caminho de Santiago pode ser conjugado com os caminhos a Fátima, mesmo com uma história mais recente, podem ser promovidos em conjunto e ambos também

promoverem Portugal.

Quanto aos peregrinos, para ele há duas visões distintas dos peregrinos, uma do peregrino que é peregrino já há algum tempo e que, quando solicitado, está sempre disposto a ajudar e aceita e não exige, ou seja, aceita a ajuda sem exigir e, para além disso, partilha. Já a outra é a do peregrino que exige.

Há peregrinos que não respeitam o património alheio, que ao longo do caminho deitam o lixo pelo chão, como copos, garrafas, latas, embalagem... Isso ocorre, principalmente, por parte dos peregrinos jovens. Mas ele explica, não justificando esta situação, a qual ele mesmo já observou, estes casos, quando os peregrinos chegam à exaustão. Exaustão essa que também põe em risco o peregrino, pois este percorre o caminho de forma desorientada, à beira das estradas e com risco de atropelamento, ou mesmo de quedas nos trilhos.

Outro perfil de peregrino que ele critica, mas disse respeitar, são os casos em que os peregrinos passam por todos os cafés para beberem cervejas. Segundo ele, o caminho não é o sentido de pobreza, mas deve ter um sentido de austeridade, privar-se para ter uma reflexão. Independentemente do percurso que se faça, isto é, por etapas, de forma contínua, ou apenas trechos esporádicos, é conveniente ter disponibilidade de tempo para ele. Ambas as formas são válidas e meritórias, pois não é a quantidade de tempo, nem o período que se passa no caminho que é relevante, mas sim como se aproveita o tempo para reflexão.

Ele disse defender a ideia de que, antes de qualquer marcação e sinalização do caminho, seja por associações ou câmaras municipais, é necessário efetuar ações de sensibilização às pessoas que vivem ao longo do caminho. Ações essas que são exemplificadas, como, a necessidade de se ir de porta em porta (casa em casa, de comércio a comércio) a fim de informar as pessoas sobre o Caminho de Santiago e sobre o peregrino, informação essas que podem constar num folheto, ou ser mesmo passadas através de um diálogo. Disse que, a respeito dessa sensibilização e conhecimento, a parte norte de Portugal, desde a cidade do Porto já há um certo conhecimento, mas o mesmo não ocorre da cidade do Porto, seguindo-se para o sul de Portugal.

Nos caminhos, em Portugal, ele disse não haver grandes conflitos e hostilidades para com os peregrinos e no caminho, nas suas marcações e demarcações, mas facto esse que não ocorre na etapa de Tui a Porriño, em que o desvio alternativo ao polígono industrial ainda estava em

conflito aberto. Mas ele condena esse conflito, pois o que estava em causa era um interesse económico e uma mercantilização do Caminho.

Ele disse acreditar, que o reconhecimento do Caminho a Património da Humanidade obriga a que seja criado um conjunto de ações e locais de apoios que são hoje inexistentes, assim como, uma mudança de alguns trechos a serem retirados das estradas, para além de que, criar uma identificação do património iconográfico e histórico ao longo do caminho, inicialmente no Caminho Central e, de seguida, pelas suas variantes.

Criticou o facto de, no Caminho de Santiago, num modo geral, quer seja o Caminho Português, Francês ou Del Plata... haver uma mercantilização dos caminhos, pelo que a verdadeira essência do caminhos se está a perder. Sendo que, no Caminho Francês, e como já tinha sido mencionado, há uma massificação, em que os peregrinos “correm” para conseguir um local nos albergues. Já no Caminho Português, há uma grande falta de informações, uma procura de abertura e marcação de novos caminhos, novas marcações desenfreadas, assim como, a criação de marcas turísticas, produtos... Essas ações de tais dimensões e frequências, em que a mercantilização torna-se cada vez mais evidente, e se continuar assim, o caminho perderá a sua essência espiritual, e que estas ações “periféricas” possam tornar-se as principais.

4.3.2 Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana

O entrevistado é o Presidente da Associação de Peregrinos Via Lusitana, desde 2012, tendo-o motivado a ser Presidente, por ter também sido o fundador da associação, e tendo, de entre os outros membros da direção, mais tempo disponível, apresentou-se como candidato. Atualmente, a associação conta com cerca de 120 membros, sendo que a maioria são pessoas residentes em Lisboa (local da sede da associação) e Grande Lisboa.

A associação surgiu no ano de 2010, como alternativa. Foram questionados quanto à abertura da associação, uma vez que já existia uma delegação de Associação e Espaço Jacobeus em Lisboa, mas, como destacado por ele, a Associação de Peregrino Via Lusitana, não tem vínculo religioso, o que a diferencia da Associação e Espaço Jacobeus, que é uma Confraria do Apóstolo Santiago.

Falou das ligações com as entidades religiosas católicas, que indicou serem bem diversas, pois há padres que têm uma ligação e se interessam pelo caminho, a outros os caminhos não lhes interessa. Apesar de não ser uma associação católica, a associação, procura sensibilizar os albergues e outras organizações quanto às práticas religiosas católicas dos peregrinos, em que é sempre aconselhado ter nos albergues, os respetivos locais e horários de celebração das missas nas localidades.

A associação não tem fins lucrativos, tendo como objetivo principal e missão, auxiliar e ajudar os peregrinos, seja através do fornecimento de credenciais, disponibilização de informações sobre os caminhos, albergues, entre outras, através do *site* da associação¹²⁸ ou por telefone, quer seja antes, durante e/ou depois da peregrinação.

A associação mantém-se através do pagamento da anuidade dos seus associados, através da venda e envio de credenciais, da venda de guias¹²⁹, pins e outros souvenirs, entre doações esporádicas de entidades e peregrinos. Esta venda presencial de credenciais, é feita através da Sé de Lisboa, que, em associação, adquire as credencias junto da Catedral de Compostela, que envia as credenciais para a Sé de Lisboa, e assim, a Sé vende aos peregrinos.

A associação não tem uma sede própria, as reuniões e encontros são realizados em locais definidos por mútuo acordo dos membros, que, por vezes, elegem algum restaurante para a realização das reuniões dos membros, entre outras atividade de convívio abertas à participação de peregrinos e de outros convidados.

Para além do contacto de auxílio direto com os peregrinos, são também desenvolvidas pela associação, ações de sensibilização para a criação e manutenção de condições de hospedagem, passagem, serviços aos peregrinos, assim como, são realizadas ações de sinalização dos caminhos. São efetuadas ações de sensibilização junto aos municípios por onde o caminho passa, para orientar as pessoas dessas localidades sobre o que é o Caminho de Santiago, quem são os peregrinos, incentivar o bom acolhimento aos peregrinos, o motivo e significado das setas amarelas ou outras sinalizações do caminho.

¹²⁸ *Site* da Associação de Peregrinos Via Lusitânia: <http://www.vialusitana.org/>

¹²⁹ Guias: os guias vendidos são parte de um acordo feito com o escritor John Brierley, que fornece os guias por ele produzido a associação num valor que permite fazer a revenda sobre um valor inferior ao encontrado nas livrarias.

Um exemplo dessas ações foi quando, no ano de 2011/2012, no Município de Águeda, onde tinha sido feitas recentemente, a sinalização com as setas amarelas a Santiago e as azuis a Fátima, houve, junto das pessoas da localidade, uma grande especulação sobre os significado das mesmas, em que era dito por alguns que as setas amarelas e azuis, eram marcações e sinalizações feitas por marginais e ladrões. Sendo que, quando a seta aponta para a direita dava uma informação e, quando para a esquerda, outra informação. E assim, os marginais e ladrões saberiam como agir nessas localidades.

A população local, deparada com essas especulações, atuaram, pintando as setas amarelas e azuis de negro, e assim desapareceu na região a sinalização. Ao ter conhecimento do sucedido, a associação fez uma ação de sensibilização direta aos moradores que viviam próximos das sinalizações, e publicou notícias num jornal impresso, a fim de explicar os significados das mesmas. Essa ação de esclarecimento, também contou com a participação de um padre local, que, durante a celebração de algumas missas, explicou aos presentes os significado das setas, para resolver o mistérios e mistificação em torno da sinalização. Atualmente, essa especulação, segundo ele, encontra-se superada, e os peregrinos são muito bem recebidos na localidade.

Assim, afirmou que a associação tem como principal objetivo e foco o peregrino, sendo o caminho uma consequência dessa atividade.

Segundo ele, a associação procura ter um contato mais direto possível com o peregrino, e auxiliá-lo no que for necessário, e trata as reclamações e sugestões dos peregrinos, procurando verificar o porquê dessas reclamações e, quando possível, procura corrigir essas falhas. Em geral, esse *feedback* por parte do peregrino é feito via *email*, mas também não é incomum utilizarem o telefone para pedir auxílio emergências, como por exemplo, de informações de albergues alternativos entre as etapas. Um facto em destaque é que ¼ das chamadas telefônicas recebidas, são realizadas por peregrinos a perguntar se confirmam as informação do caminho com início em Lisboa, e que, caso haja algum problema durante esse trajeto, se podem encontrar em contacto com a associação para pedir ajuda.

No entanto, informou que o pedido de informações não se restringe aos peregrinos que iniciam o caminho em Lisboa, ou mais a sul do país. Inicialmente, a associação pensava que seria assim. Entretanto, são feitos pedidos de informações, de forma geral, sobre o Caminho Português, e

até mesmo já estando em Espanha, os peregrinos telefonam à associação a pedir informações. Mas também destacou que, quando é solicitada informação mais ao sul, por exemplo, dos caminhos que começam no Algarve, existe uma limitação quanto a essas, pois, praticamente, as informações que a associação tem, são as mesmas que são encontradas nos *sites* sobre esses caminhos mais ao sul.

As relações da associação com as demais entidades, sejam elas públicas ou privadas, são tidas, segundo ele, como muito boas. A exemplo disso, destacou o trabalho desenvolvido junto ao Turismo Centro de Portugal, em que foi realizado o georreferenciamento dos caminhos que iniciam no Concelho de Alvaiázere¹³⁰, até Albergaria-a-Velha¹³¹, passando por nove concelhos. Esse trabalho foi denominado de “Necessidade de Sinalética Definitiva”, em que foi realizado o levantamento para, posteriormente, ser feita uma marcação do caminho a passar por esses municípios. A associação apresentou a proposta de trajeto de sinalização, e as câmaras, em alguns casos, apresentaram alternativas para alguns trechos.

Assim ficou a cargo das câmaras municipais efetivarem a marcação da sinalização, sendo colocados azulejos uniformes, um com o desenho da vieira e outro menor com a seta amarela. Foi também efetuada, por algumas câmaras, a criação e a colocação de marcos, sendo que, para esses casos, cada câmara criou o seu modelo.

Após esse protocolo, foi assinado um novo, para o então levantamento e sugestão de trajeto nos municípios de Vila Nova da Barquinha¹³², Tomar¹³³ e Ferreira do Zêzere¹³⁴, tendo já sido realizado o levantamento, estando em fase de conclusão da sinalização. Aquando da entrevista, havia a pretensão de assinatura de novos protocolos para levantamento da sinalização em

¹³⁰ Concelho de Alvaiázere: Localizado na região Centro de Portugal, na região Pinhal Interior Norte, está a 170 km. Mais informações em: <http://www.cm-alvaiazere.pt/>

¹³¹ Município Albergaria -a- Velha: localizada no Distrito de Aveiro, na sub-região Baixo Vouga. Mais informações em: <http://www.cm-albergaria.pt/>

¹³² Concelho de Vila Nova da Barquinha: É integrado a Província do Ribatejo é pertencente ao Distrito de Santarém. Mais informações em: <http://www.cm-vnbarquinha.pt/>

¹³³ Concelho de Tomar: localizado na Região Centro de Portugal e Sub-região Médio Tejo. Mais informações em: <http://www.cm-tomar.pt/>

¹³⁴ Concelho de Ferreira do Zêzere: Localizado no extremo norte do Ribatejo e a 150Km a norte de Lisboa. Mais informações em: <http://www.cm-ferreiradozezere.pt/>

Lisboa, Vila Franca de Xira¹³⁵ e Azambuja¹³⁶.

Os protocolos assinados com as câmaras municipais, e demais órgãos, para a execução de projetos e atividades, são pensados de forma a requererem recursos mínimos, ou seja, não visam dar lucro à associação, que em alguns casos, não chegam mesmo a cobrir os custos.

Disse que, o levantamento do caminho entre Lisboa e o Porto, tem por base o trabalho realizado por Alexandre dos Santos Rato, e outros colaboradores, entre os anos de 2002/2004, que também culminou na criação e publicação, no ano de 2006, do primeiro guia “Caminho Central Português - Lisboa a Santiago”. Outro documento que também foi utilizado para esse levantamento e sinalização, o relato de viagem de Giovanni Battista Confalonieri¹³⁷ (1594), a Lisboa e, de seguida, a Santiago de Compostela, cuja publicação da edição traduzida em espanhol por Monsenhor José Guerra Campos¹³⁸, foi publicada nos anos 60, na revista Estudos Galegos.

No entanto, e como já mencionado, esses trabalhos serviram como apenas orientadores, pois os locais e trechos descritos no relato de Confalonieri, na atualidade tornaram-se impraticáveis, como por exemplo, à saída de Lisboa, em que o caminho indicado segue por uma autoestrada. Foi dito que os demais trajetos sugeridos, dão relevo aos locais a serem evitados, por serem locais com maior movimento de veículos, problemas de segurança e desconforto para o caminhar do peregrino.

Segundo ele, na atualidade, há um grande interesse nos Caminhos de Santiago, pois antigamente, alguns municípios que tinham esse caminho a passar pelas suas localidades, não lhe davam muita importância. Agora esse interesse mudou, pois aqueles municípios por onde não passa o caminho, têm interesse em que este passe pelo município, e aqueles que não davam muita importância, demonstram, agora, interesse em desenvolvê-lo.

Disse também que, esses interesses, na sua maioria, estão atrelados às questões económicas,

¹³⁵ Concelho de Vila Franca de Xira: Está Localizado a 20 km da Capital Lisboa, é composto por seis freguesias. Mais informações em: <http://www.cm-vfxira.pt/>

¹³⁶ Azambuja: Distrito de Lisboa, é constituída por sete freguesias, da região do e da sub-região da Lezíria do Tejo. Mais informações em: <http://www.cm-azambuja.pt/>

¹³⁷ Giovanni Battista Confalonieri (1561-1648): Clérigo Italiano e doutor em teologia e filosofia.

¹³⁸ Monsenhor José Guerra Campos (1920- 1997): Bispo, Doutor em teologia e professor em teologia.

pois, ao longo dos últimos anos, o crescimento do número de peregrinos, denunciou a importância económica. Contudo, às vezes essas interpretações sobre as estatísticas do Caminho Português, que hoje se apresentam em dezenas de milhares, nem sempre passam por tais municípios, pois os trajetos mais percorridos estão mais ao norte. Há um crescimento no número de peregrinos a iniciar o caminho em Lisboa, mas no entanto, em termos percentuais, está distante dos números alcançados no norte de Portugal.

Entretanto, mesmo com números relativamente reduzidos, o interesse em desenvolver o caminho nestas localidades torna-se cada vez maior, pois fazem uma comparação com o turismo. Os turistas vão fazer uma visita à localidade, utilizam um carro ou autocarro, apenas se deslocam dos veículos para visitarem o local, e não fazem uso dos estabelecimentos comerciais da localidade. Já os peregrinos, consomem e fazem uso dos serviços disponibilizados nas localidades, tais como, bares, cafés, restaurante... seja ao passarem, ou até mesmo, durante a sua estadia. Esses factos ocorrem, principalmente, nas pequenas localidades.

Afirmou que a passagem dos peregrinos antigamente era negligenciada, e que os poderes locais não davam conta, ou não não tinham conhecimento no número de peregrinos que percorriam o território. Agora esse cenário está a mudar, pois, é crescente, em alguns municípios mais do que em outros, a preocupação em se observar esse fluxo de peregrinos e de criar condições melhores para eles.

A título de exemplo, sobre esse interesse, foi dito que algumas câmaras municipais entram em contato com a associação a perguntar o porquê de os caminhos não passarem pelos seu municípios, fazendo, também, pedidos para que esses passem por lá.

Segundo o entrevistado, a associação vê os Caminhos de Santiago como algo vivo mutável, mas é contra a abertura de caminhos de forma descontrolada, pois, numa retrospectiva histórica, existiram diversos caminhos, uma vez que as pessoas, em Portugal, saíam das suas casas e iniciavam a peregrinação a Santiago de Compostela, isto é, faziam os caminhos que tinham condições e que lhes era mais conveniente. Assim, sabe-se que, em grande parte do território português, passavam peregrinos. Mas a abertura de demasiados caminhos inviabiliza a existência e manutenção dos mesmos, assim como, das estruturas e infraestruturas de apoio.

Para exemplificar, explicou que a abertura de um albergue apenas para peregrinos, entre Lisboa

e Porto, não é economicamente sustentável, sendo necessárias outras atividades complementares, como já ocorre, em que os peregrinos que realizam esse trajeto ficam hospedados em hotéis e pensões.

Quanto às questões dos peregrinos e turigrinos, ele disse que não há uma política oficial por parte da associação, mas a nível pessoal, disse que não é contra aqueles que não levam as mochilas às costas, pois, em alguns casos, esses apenas fazem o caminho nessas condições, ou seja, não tem condições para levar a mochila consigo. Mas ressalta que é contra aqueles que fazem o caminho como turismo e ocupam os albergues, em detrimento dos peregrinos, com por exemplo, alguns que fazem o caminho através de agências e grupos organizados, que por vezes até seguem o caminho com carro de apoio.

Quanto à percepção do peregrino e as motivação do peregrino, disse que esta discursão é ampla, pois tenta-se dizer quem é o verdadeiro peregrino. Segundo ele, quando o peregrino está no caminho e lhe é perguntado qual o motivo que o levou a fazer a peregrinação, muitos deles não sabem responder, dizendo apenas que decidiram fazer o caminho, e é durante o caminho que descobrem as respostas a essas perguntas, sem que antes as tivessem equacionado.

A exemplo disso, contou a história do encontro com um peregrino canadiano, nos meados da década de 90, no Caminho Francês, em que esse peregrino estava a fazer pequenas filmagens sobre o caminho como um registo pessoal. Esse peregrino estava a jantar, juntamente com outros num local de hospedagem residencial, e o canadiano começou a fazer uma pequena entrevista com os presentes. De repente, quando indagados sobre as motivações para fazerem o caminho, apenas os que estavam a fazer por motivos religiosos católicos afirmaram o motivo, já os demais, que eram a maioria, não souberam responder a essa questão, pois nem mesmo o “entrevistador”, sabia dizer qual era a sua própria motivação, sendo o objetivo da interpelação, construir ou descobrir a sua motivação, pois só sabia que queria, mas não porque queria.

Segundo o Presidente da associação, os Caminhos a Santiago de Compostela constituem oportunidades de se trabalhar a autoestima, pois, ao colocarem-se a caminho, muitos se perguntam se conseguirão terminar, especialmente, quando fazem caminhos longos, como é o caso do Caminho Francês, que exige uma caminhada de cerca 30 dias, e, ao chegarem a Santiago fazem uma reflexão sobre as suas capacidades e os desafios superados. Nessas reflexões, também é recorrente pensarem sobre a capacidade de viver com tão pouco, com um

desapego às coisas materiais, levando-se apenas o básico nas mochilas, e se compra o resto ao longo do caminho, apenas o necessário.

Outra questão enfatizada por ele tem a ver com as interações, em que o peregrino tem a oportunidade de interagir com pessoas de nacionalidades diversas, sendo que, durante essa interação, os títulos, ocupações e classes sociais não interessam, todos são peregrinos. Apenas quando se quer é que se tem essa informação.

Segundo ele, os Caminhos de Santiago, já para as pessoas religiosas católicas, são locais de intensidade extrema, pois para esses, estar a caminho de um local santo, é algo que os faz viver esse caminhar de forma intensa, com um cariz bastante simbólico para eles. Assim, ele contou a história de um padre norte-americano que estava a fazer o caminho, e quando esse padre relatava a sua experiência do caminho, teria dito que acreditava ter vivido toda sua vida para fazer o caminho, e que o caminho era o ápice da sua história de vida, que culminaria com sua chegada a Santiago de Compostela, ao estar junto ao túmulo do apóstolo.

Disse que, no que se refere às questões mais inconvenientes nos caminhos, destaca as mudanças de setas e trajetos à revelia. Outro ponto recaiu sobre os abusos de exploração económica, em que alguns comerciantes praticam preços exorbitante, e por ser o caminho um local de passagem, com novos peregrinos a passar, dia-a-dia, tornam-se então as novas vítimas dessas explorações abusivas. Ele enfatizou que não é contra a exploração económica, pois as pessoas das localidades estão a prestar serviços aos peregrinos. O que ele disse condenar são os abusos.

Entre as várias posturas dos peregrinos, ele disse que há cada vez mais peregrinos que exigem muito, nos albergues querem que todas as suas necessidades sejam tratadas e reclamam das condições. No caminho reclamam das condições do trajeto, que ficaram muito tempo expostos ao sol, que não havia sombras. Estas, segundo ele, são posturas cada vez mais recorrentes, que estão a aumentar.

Das relações dos municípios com o caminho, apontou para a questão da falta de manutenção dos caminhos, quer seja na sinalização, na limpeza, com a retirada da vegetação que obstrui ou dificulta a passagem dos peregrinos. Segundo ele, é um descaso, pois estas manutenções exigem custos financeiros baixos.

Foi dito também que, em alguns casos, os municípios não sabem bem quais são as necessidades dos peregrinos, e o que esses peregrinos procuram. Assim sendo, desviam os caminhos por trajetos mais curtos, ou seja, mais rápidos, mas que não têm as condições que a maioria dos peregrinos procuram, como por exemplo, fazerem desvios da sinalização para estradas de alcatrão, ou informar que os locais de passagem em bosques são locais perigosos, pois não têm muito movimento de pessoas nesses locais. Esses casos apresentam-se nos caminhos do Porto para o sul de Portugal, sendo que a associação tem procurado fazer uma sensibilização nesses municípios, a fim de resolver essas falhas.

Quanto à convivência entre os peregrinos de Fátima e peregrinos de Santiago, disse que esta convivência é pacífica, que no trecho de saída de Lisboa o caminho, isto é, a sinalização para ambos encontra-se junta, e continua assim até Santarém, seguindo depois o Caminho de Santiago para Tomar. Mas a sinalização feita que segue para a cidade do Porto, com as setas amarelas, também é acompanhada da sinalização no sentido inverso, com as setas azuis, que indicam o caminho para Fátima.

Contudo, disse também que esta sinalização ou, para melhor dizer, que este caminho assinalado para Fátima, junto à sinalização do Caminho de Santiago, é pouco utilizado, pois os peregrinos de Fátima, normalmente, seguem pela estrada nacional, e muitas das vezes são acompanhados pelo carro de apoio, dando-se preferência à estrada nacional, devido a esta comodidade.

Quanto à candidatura a Património da Humanidade, segundo ele, o processo de candidatura é algo moroso, como a pré-candidatura que foi entregue, ainda há muito trabalho a fazer, assim como o parecer da UNESCO, para se saber se a proposta avança, numa tentativa de reconhecimento.

Entre os pontos positivos do reconhecimento a Património da Humanidade, disse que será feita uma maior preservação dos caminhos e dos monumentos que se encontram localizados ao longo do caminho, assim como, haverá uma definição e fixação do trajeto, não estando o Caminho Português à mercê de diversos interesses especulativos.

Mas também ressalta que há uma parte que é menos bem vista nesse processo de reconhecimento e preservação, pois há impactos, regras e normas que são implementados após o reconhecimento, que limitam as alterações e usos dessas propriedades ao longo do caminho.

As questões burocráticas podem ser um empecilho para essas pessoas que vivem ao longo do caminho.

Segundo ele, para uma melhor gestão do Caminho Português, torna-se necessária a criação de mais associações, associações essas distribuídas por regiões, em Portugal, e que essas sejam convergentes quanto ao desenvolvimento do caminho, ou seja, que mantenham um diálogo constante. Essa regionalização é justificada para que essas associações estejam mais próximas dos caminhos, e desta forma, compreender melhor as necessidades e responder de forma mais rápidas às questões.

4.3.3 Relator da Proposta de Candidatura a Património da Humanidade

Segundo ele, no dia 28 de setembro decorreria a apresentação junto da UNESCO, da proposta de candidatura à lista indicativa para inscrição dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, a Património da Humanidade, constituindo esse um primeiro passo, pois, após a apresentação da candidatura, como regra geral da UNESCO, há um prazo de dez anos para se concluir a candidatura a Património da Humanidade. Contudo, a previsão inicial de término desse trabalho do Caminho Português é até 2021¹³⁹.

Essa candidatura foi subscrita por duas associações, pela Associação e Espaço Jacobeu (AEJ), pela figura do presidente, Domingos Carneiro, e pela Associação de Peregrinos Via Lusitana (APVL) pelo presidente José Luís Sanches. Esta é uma candidatura de âmbito nacional, através de cinco caminhos (ver imagem XXII), o Caminho Central Português, o Caminho da Costa, o Caminho de Torres, o Caminho Interior Português e o Caminho Nascente Português, não estando incluído na lista de candidatura a Património da Humanidade, o troço transmontano da Via da Prata, troço esse em Trás-os-Montes. (Ver quadros III e IV)

Foi abordado que, na reunião realizada na cidade de Coimbra, em abril de 2015¹⁴⁰, se estabeleceu o momento inicial dos trabalhos para a apresentação dessa proposta, para o mês de

¹³⁹ Ano de 2021: Este ano para conclusão do trabalho foi elegido por ser este o próximo Ano Jacobeu (Ano Santo/ Ana Jubilar Compostelano), ano este que recebe esta denominação quando o dia de Santiago, 25 de julho, coincide com um domingo, sendo que o último ocorreu em 2010 e o próximo em 2021.

¹⁴⁰ Ata da Reunião de Coimbra encontra-se nos Anexos.

setembro de 2015. Ele informou, justamente, que a sua intervenção naquela reunião serviu de mote para se lançar a proposta sobre a candidatura, tendo destacado a relevância dos Caminhos Portugueses, uma vez que são a segunda maior rota, no que toca ao número de peregrinos a Santiago de Compostela¹⁴¹, e que, esse número é maior do que nos caminhos do norte de Espanha, os quais já estão incluídos na lista de Património da Humanidade da UNESCO.

A proposta, segundo ele, foi estabelecida através de uma lógica nacional dos Caminhos de Santiago, em Portugal, e não apenas a nível regional, como já vinha sendo desenvolvida, do norte de Portugal e da cidade de Lisboa, para além do norte. Porém, o que se procura e que se pretende agora, é um caminho que se percorra até ao sul, mais precisamente, Faro. Essa ideia de reconhecer os caminhos mais ao sul é reforçada pelo facto histórico, de que, basicamente, se atribuiu à Ordem de Santiago¹⁴² a expulsão dos muçulmanos da região, assim como a conquista desse território. Assim sendo, os Caminhos de Santiago em Portugal, apresentam-se como um elemento de relevância, para além das escalas municipais, regionais, como sendo um elemento patrimonial de abrangência nacional, que cobre e tem ligações com Portugal Continental, de norte a sul. A proposta de candidatura seguiu algumas das bases de reconhecimento do Caminho Espanhol.

Quanto à candidatura, destacou que não havia uma entidade promotora, nem tampouco fundos para o desenvolvimento dos trabalhos que viriam a seguir, pois estavam dependentes de decisões governamentais na criação de condições do trabalho necessário, que se seguia à candidatura.

Disse que o interesse em realizar a candidatura, surgiu nele, em particular, devido aos estudos que já vinha a realizar há alguns anos, em especial, o livro que publicou em 2014¹⁴³, que demonstra que os Caminhos de Santiago são estruturantes para a cultura de Portugal, sendo que, ao longo da história, com mais destaque ou menos evidência ao longo dos tempos, mas sempre presente, e que, atualmente, está mais evidenciado, e como já mencionado, é a segunda

¹⁴¹ A primeira ou a maior rota de peregrinos a Santiago de Compostela, apresentada com mais detalhes no capítulo II é a do Caminho Francês.

¹⁴² Ordem de Santiago: Ordem militar religiosa fundada no século XII que teve grande importância nas batalhas contra os muçulmanos, sendo o símbolo da ordem a cruz em forma de espada ou espada em forma de cruz (Cruz de Santiago).

¹⁴³ Livro: Caminhos de Santiago - Portugal: Caminho da Fé. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja / Turismo de Portugal.

rota mais utilizada. Para além disso, no mesmo ano (2014) ele já tinha entrado em contato com o Turismo de Portugal¹⁴⁴, e enviado uma carta à UNESCO, sugerindo que os Caminhos Portugueses fizessem parte da Lista Indicativa.

Assim, após essa reunião realizada em Coimbra, surgiu um grupo de trabalho constituído pelo Turismo de Portugal, pela Direção-geral do Património Cultural¹⁴⁵ e com o apoio da UNESCO Portugal, para que, de forma inicial, o Caminho de Santiago em Portugal fosse inscrito na Lista Indicativa, como passo prévio à candidatura. Assim foi acordado que a candidatura seguisse, não em nome pessoal do entrevistado, mas sim em nome das duas associações, a AEJ e APVL.

A candidatura é também justificada por ele, pela importância e por vários elementos históricos ligados e correlacionados a Santiago e aos Caminhos de Santiago em Portugal, sendo que, estes factos e elementos não ficam aquém dos utilizados para a candidatura dos caminhos no norte de Espanha a Património da Humanidade. Para além disso, o fluxo de peregrinos, a rede de albergues, as sinalizações existentes, e os demais pontos de apoio aos peregrinos em Portugal, apesar de carecerem de serem reavaliados, ressaltam essa importância e a consolidação do caminho no território, principalmente, nos caminhos a partir da cidade do Porto e mais ao norte do país.

Disse que existe uma moda no cenário nacional, de patrimonialização e de tentativa de inscrição a Património da Humanidade, quer seja a nível regional, como a nível autárquico, pois o modelo de política adotado no país, com a transferência e autonomia às autarquias, sendo que, estas tentativas de candidatura a Património da Humanidade, estão longe de serem comparadas com a relevância dos Caminhos de Santiago em Portugal, pois, como já mencionado, há essa procura em se ter uma abrangência e ambição de carácter nacional, não apenas regional ou local.

Já com um carácter de Património Nacional, a proposta, quando apresentada à UNESCO, a Direção-geral do Património Cultural toma conhecimento da respetiva proposta e começa a tramitar as ações para o reconhecimento como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse

¹⁴⁴ Turismo de Portugal: Integrado no Ministério da Economia, é a entidade pública responsável pela promoção e valorização da atividade turística em Portugal. Mais informações em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage.aspx>

¹⁴⁵ Direção-geral do Património Cultural: Responsável pela gestão do património cultural, material e imaterial em Portugal continental. Mais informações em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

Público. Assim, o que se pretende ou se prevê, é que quando a candidatura estiver concluída, grande parte dos Caminhos Portugueses já estejam classificados como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público, para dar suporte à candidatura. Esse é um trabalho paralelo à candidatura, a ser desenvolvido pela Direção-geral do Património Cultural.

A escolha dos traçados, ou seja, dos cinco caminhos propostos, afirmou, que tiveram em conta a estabilidade, no caso de quatro deles. O facto é que já estão estabilizados, isto é, uma relativa consolidação e fluxo de peregrinos, como é o caso do Caminho Central, de Lisboa a Valença do Minho; o Caminho da Costa, com início na cidade do Porto; o Caminho Interior com início no concelho de Viseu; O Caminho de Torres que vem de Salamanca e que depois entronca em Ponte de Lima. (Ver imagem XXII)

Segundo ele, esses caminhos, apesar de já se encontrarem estabilizados, ainda carecem de algumas pequenas alterações para deviá-los das estradas nacionais e de outros pontos, como estradas de alcatrão, a fim de passarem por locais mais cómodos e agradáveis aos peregrinos. Mas também se destacou a necessidade, ou ainda, uma deficiência quanto aos albergues e pontos de apoio, entre outras valências, sendo necessário aumentar a oferta desses tipos de equipamentos.

Já os caminhos que levam mais a sul, no caso de o Caminho Central ser alargado de Lisboa até Faro, e o Caminho Nascente, com início entre Tavira e Trancoso, a candidatura tem dois principais argumentos, o primeiro, o facto de ter uma intenção de âmbito nacional, e, com isso, cobrir o território de norte a sul. O segundo tem a ver com as marcas diversas físicas, isto é, do culto a Santiago, no sul de Portugal. Mas para além dessas duas propostas ao sul, poderão existir mais, consoante a manifestação de interesses e discussão entre associações e poderes públicos responsáveis por esses territórios.

Quanto ao traçado de Almada a Lisboa, disse que há uma lacuna, pretendendo-se que os peregrinos a façam de barco, até mesmo como uma alusão às viagens de peregrinação ao longo da história feitas, em grande parte, de barco, como por exemplo, os peregrinos que vinham de Inglaterra, e por isso a denominação de Caminho Inglês, pois os ingleses desembarcavam em Ferrol e La Corunha e depois seguiam para Santiago de Compostela. Sendo a escolha de chegada a Lisboa por Almada justificada também, pelo interesse em se passar primeiro em Palmela.

A proposta apresentada dos Caminhos Portugueses é conhecida como um “espinha dorsal” de um Caminho Português a Santiago de Compostela, o que não impede que haja propostas de outros itinerários complementares e de outras variantes, desde que sejam apresentados como significantes e relevantes.

Disse que a candidatura se inicia como uma ideia de reconhecimento dos caminhos em Portugal. Contudo, isso não impede que, quando o processo der início junto da UNESCO, essa faça contato com as autoridades espanholas, em especial a *Xunta da Galizia*¹⁴⁶, para os troços dos Caminhos Portugueses que seguem pela Galiza por Tui a Santiago de Compostela, de Verin a Santiago de Compostela, e com a *Junta de Catilla y León*¹⁴⁷, para o troço do Caminho da Prata que tem início em Salamanca, cuja variante passa pelo território português e adentra o território pelas cidades fronteiriças de Almeida e *Ciudad Rodrigo*, para que esses também sejam incluídos na lista de Património da Humanidade. Sendo esta a ambição da proposta apresentada, para que se desenvolva uma proximidade com as autoridades galegas e se efetive o reconhecimento desse bem transnacional. Dai a ideia de se fazer a candidatura nacional e, por intermédio da UNESCO, transformá-la numa candidatura transnacional.

Destacou que esta candidatura tem várias dimensões. Em primeiro lugar, é a de reconhecer que os Caminhos Portugueses foram e são peças importantes, e até mesmo essenciais para a rede peregrinatória a Santiago de Compostela. Assim foi na Idade Média, e é assim nos dias atuais, pois torna-se cada vez mais crescente. Para além disso, o constante crescimento de peregrinos a percorrer o território português nos últimos anos, também desperta o interesse e necessidade em tipificar os caminhos, sinalizá-los e dotá-los de valências próprias de apoio aos peregrinos.

Com isso, a candidatura também é uma forma de sistematizar informações, padronizar os caminhos e controlar uma multiplicação de Caminhos Portugueses, pois isso levaria a uma dispersão de recursos e atenções. A proposta apresentada visa criar essa “espinha dorsal” dos Caminhos Portugueses, a fim de reunirem condições de segurança, sinalização, pontos de apoio, albergues, entre outros pontos, consoante as necessidades dos peregrinos.

¹⁴⁶ *Xunta da Galiza*: Comunidade autónoma pertencente ao território espanhol, a *Xunta*(Junta) é responsável por gerir o território da *Galiza* (Galécia), localizado a noroeste da Península Ibérica com uma área de 29 575 km², tendo a sede política em Santiago de Compostela. Mais informações em: <http://www.xunta.es/portada>

¹⁴⁷ *Junta de Castilla y León*: Comunidade autónoma pertencente ao território espanhol, a Junta é responsável por gerir o território, de Castilla y León (Castela e Leão), localizada na região noroeste de Espanha, tem uma área de 94 226 km², tendo como sede política a cidade de Valladolid. Mais informações em: <https://www.jcyl.es/>

Segundo ele, para além disso, é também uma oportunidade de qualificar o património e de qualificar a paisagem, restaurar e efetuar a manutenção desses patrimónios que, em alguns casos, carecem de especial atenção em relação à sua recuperação. Há também a vantagem económica, que poderá beneficiar as localidades por onde o caminho passa, pois as câmaras municipais e juntas de freguesias terão um papel importante na manutenção dos caminhos e nos locais de apoio aos peregrinos, sendo essas algumas das várias dimensões que poderão vir a ser alcançadas com essa candidatura.

Disse que o Turismo de Portugal e a Direção-geral do Património Cultural são as instituições que estão envolvidas com a patrimonialização, contando com o apoio da UNESCO. No entanto, assim que o projeto passe a fazer parte da Lista Indicativa da UNESCO, espera-se contar com a participação das entidades regionais da cultura, entidades regionais de turismo, das associações de municípios, dos municípios, das juntas de freguesia, e com as associações de peregrinos, sendo que estas últimas estão no início e no fim, pois a classificação dos Caminhos de Santiago em Portugal vão beneficiar, segundo ele, principalmente os peregrinos, sendo esse o objetivo inicial desse projeto. Em sequência ou consequência, outras entidades irão beneficiar com isso.

Foi destacado que esse é o passo inicial, isto é, colocar os Caminhos Português na Lista Indicativa, mas para efetivar a candidatura, é necessário o envolvimento do Governo Português e de outras instituições, para assim se conseguir obter uma unidade de missão que junte as diversas instituições, e tenha recursos financeiros e técnicos de áreas multidisciplinares necessários para levar a candidatura adiante.

Afirmou que, os municípios e as juntas de freguesia são vistas como peças essenciais, pois serão esses que irão fazer parte do plano de gestão para a manutenção do que denomina a UNESCO como uso durável do bem, fazendo parte, entre os diversos critérios estabelecidos aquando do reconhecimento. Com isso, os municípios, juntamente com as associações serão os elementos mais próximos na verificação das condições dos caminhos, albergues, sinalizações...

Mas o papel dos municípios e juntas de freguesias não se restringe ao pós candidatura, pois a estes também são atribuídas as tarefas de auxiliar na definição do traçado, pois esses agentes conhecem e estão mais próximos do terreno e, teoricamente, conhecem e sabem indicar onde são os melhores locais de passagem.

Já sobre o porquê do crescente interesse quanto ao Caminho Português, ele disse que há vários peregrinos que passam pelo Caminho Português, sendo uma das suposições, a de que eles procuram alternativas ao Caminho Francês que se encontra massificado, mas sabe-se também que os caminhos em Portugal são suficientemente atrativos para despertar o interesse desses peregrinos.

Segundo ele, há, e é demonstrado pelos poderes políticos em Portugal, em especial pelos poderes regionais e locais, o interesse em promover e revitalizar os caminhos. Sendo que, esses interesses passam pelas dimensões patrimoniais, culturais e económicas, e que, em consequência, dão aos municípios o reconhecimento de serem pertencentes a uma rede muito mais vasta, cujo elo de ligação é o Caminho de Santiago.

Afirmou novamente que a candidatura se justifica devido às histórias e marcas do culto a Santiago, em Portugal, não só os caminhos, igrejas e ordens religiosas dedicados a Santiago, pois há várias feiras, festas, contos, lendas, literatura e poesia, que se foram codificando, ao longo dos séculos, no país.

Assim, com o propósito de apresentar alguns desses pontos de argumentação do entrevistado, apresenta-se o quadro que se segue (Quadro III), com a descrição dos critérios apresentados para a candidatura, segundo a lista de critérios para a inscrição a Património Mundial junto da UNESCO¹⁴⁸.

Quadro III- Critérios Equivalente para Candidatura

“(ii) – Em todas as épocas é possível encontrar elementos de intercâmbio de influências na paisagem criada para servir os caminhos de peregrinação. Desde o modelo *de peregrinação* da Catedral de Braga, que pretendia copiar o das catedrais francesas onde se iniciava o *Caminho Francês* e o da Catedral de Compostela, até aos revestimentos azulejares barrocos, executados a partir de gravuras, sobretudo do Norte da Europa, são múltiplas as obras geradas em torno do culto a Santiago que evidenciam intercâmbios artísticos. A actividade pontística medieval é também uma componente tecnológica de primeira importância, pois foi a construção de pontes em Barcelos, em Ponte de Lima, em Amarante, em Coimbra, e em

¹⁴⁸ Critérios para inscrição a Património Mundial da UNESCO: Como mencionado no capítulo I, são dez os critérios, sendo do I ao VI relacionados a bens culturais, e de VII ao X, relacionados a bens naturais.

muitos outros lugares, que permitiu a estabilização dos caminhos e a consequente organização e hierarquização territorial. Ao nível do planeamento urbanístico, é importante ter em atenção que muitas igrejas consagradas a Santiago foram construídas no caminho (como Santarém ou Guimarães), para atrair os peregrinos e motivá-los a passar por aqueles templos. Na atualidade, os *caminhos* que se encontram sinalizados são um eixo estruturante da criação de paisagens específicas, onde não faltam elementos devocionais mais discretos, como alminhas, oratórios, fontes, áreas de descanso e de informação.

(iii) - a civilização do Ocidente medieval desapareceu há muito e é fragmentário o conhecimento que temos dela. Existem múltiplos pontos de contacto entre as motivações peregrinatórias actuais e as da Idade Média, ambas assentes num despojamento mais ou menos temporário, numa viagem simultaneamente física e interior, num caminhar a pé sem ajudas ou carros de apoio. O acto de peregrinar, tão incompreendido ao longo dos tempos, foi uma marca da Idade Média, que hoje se renova com outras virtudes e condições. As peregrinações a Compostela são, por isso, tanto uma marca de uma tradição cultural e civilizacional morta como viva.

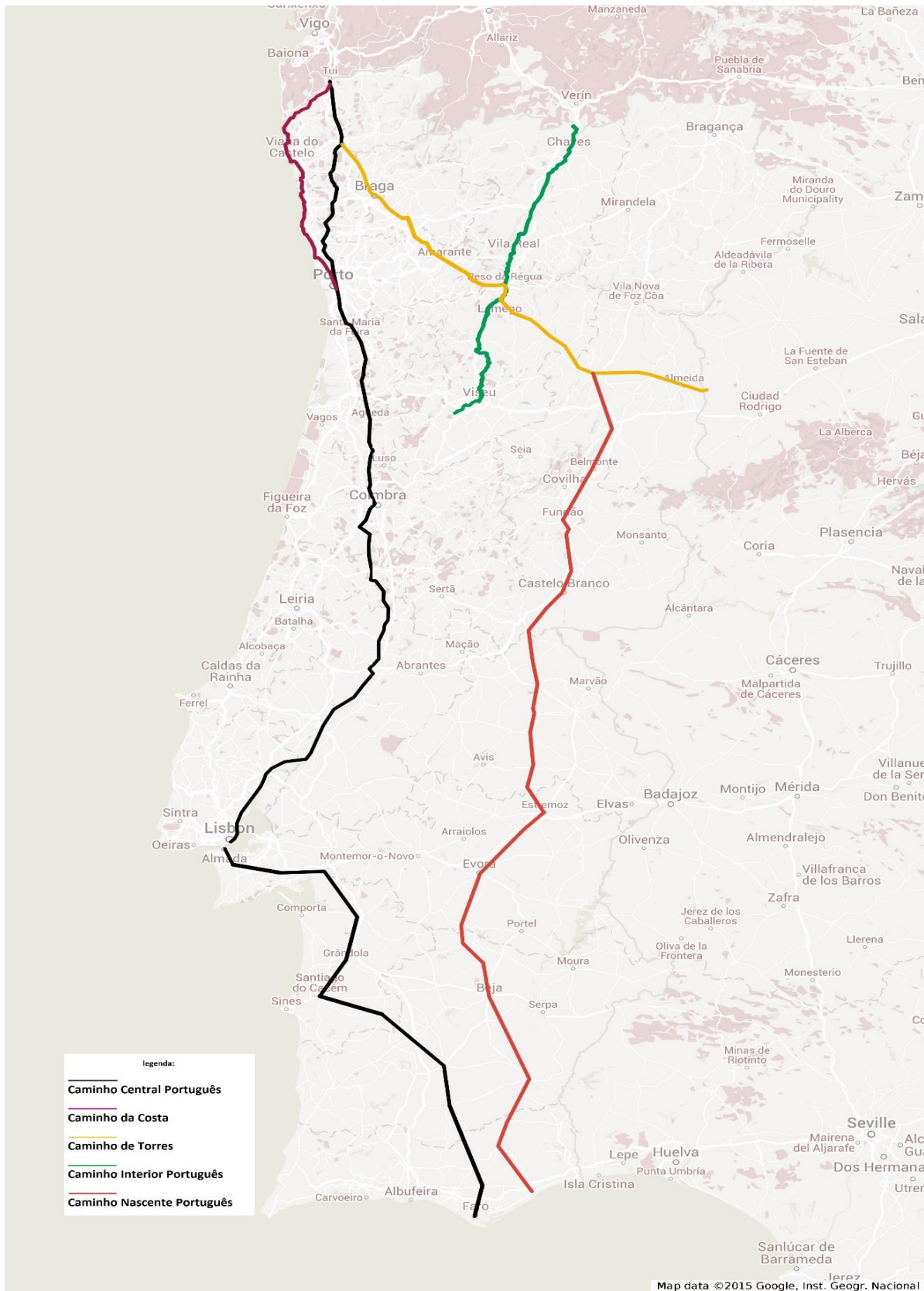
(iv) – ao longo dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*, e também em parte devido a essa rota peregrinatória ou ao impacto que o culto a Santiago teve, e continua a ter, em Portugal construíram-se emblemáticos monumentos e obras de arte verdadeiramente identitárias do país, de regiões ou de localidades. Em praticamente todas as cidades existiu uma igreja dedicada a Santiago e os elementos artísticos inventariados asseguram à devoção a Santiago uma das mais importantes e estruturantes dimensões da paisagem religiosa nacional. Desde o estilo pré-românico até à contemporaneidade, todos os períodos da história deixaram o seu testemunho nos *caminhos portugueses*.

(vi) – Os itinerários peregrinatórios portugueses em direcção a Compostela estão materialmente associados à crença de que o túmulo do apóstolo Santiago se encontrava na Galiza, razão de ser da mais importante peregrinação da Europa medieval. Os Caminhos Portugueses associam-se ainda a acontecimentos memoráveis (peregrinações da rainha Santa Isabel, do rei D. Manuel e de tantos outros), obras de arte e arquitectura emblemáticas do país (túmulo da rainha D. Isabel em Coimbra, a Catedral de Braga, o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro de S. Pedro de Rates, o Castelo e Paço de Palmela, a Basílica de Castro Verde), verdadeiramente estruturantes da herança histórico-artística portuguesa.”

Fonte: Proposta Candidatura UNESCO/ Portugal¹⁴⁹

¹⁴⁹Documento com versão integral encontra-se nos Anexos (Proposta Candidatura UNESCO/ Portugal)

Imagem XXII: Mapa dos Caminhos para Proposta Indicativa a UNESCO



Fonte: Documento Proposta Candidatura UNESCO/ Portugal

Quadro IV: Descrição Proposta de Candidatura

“1. Caminho Central Português: percorre c. 634 Kms, entre Lisboa e Santiago de Compostela (dos quais 569 Kms em território português). É o itinerário estruturante, que se inicia na capital do país, onde existe a igreja paroquial de Santiago (cuja freguesia já existia em 1160), a Sé-Catedral (que detém uma dimensão peregrinatória medieval testemunhada pelo culto a S. Vicente), o Museu Nacional de Arte Antiga (maior repositório de arte dedicada a Santiago do país, ali se conservando, entre outras peças referenciais, o *retábulo da Vida e da Ordem de Santiago*), o Mosteiro dos Jerónimos, tão ligado à figura de D. Manuel I (1469-1521) e à peregrinação que empreendeu a Compostela em 1502. As etapas principais deste trajecto incluem Coimbra (onde se encontra o túmulo e o tesouro de D. Isabel de Aragão (1271-1336) – no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e no Museu Nacional de Machado de Castro, respectivamente), Porto (principal ponto de partida dos peregrinos actuais dos caminhos portugueses e cidade que preserva ainda importantes testemunhos do culto a Santiago, seja na sua Sé Catedral, seja na mais modesta igreja de S. Crispim e S. Crispiniano, antigo hospital dos Palmeiros) e Barcelos (em cujo museu arqueológico se encontra o *Cruzeiro do Senhor Galo*, cuja lenda é idêntica à de Santo Domingo de la Calzada). O percurso integra ainda a passagem por Valença do Minho, principal ponto de passagem para Tui, e onde se concentraram abundantes albergarias e hospitais desde a Idade Média (<http://www.amigosdelcamino.com/attachments/article/143/Caminho%20central%20portugues.pdf>).

1.1. Proposta de ampliação do Caminho Central Português: propõe-se a ampliação do *Caminho Central Português* em aproximadamente 317 Kms, entre Faro e Almada, fazendo-se a travessia para Lisboa de barco ou comboio. Esta proposta de ampliação pretende dotar os *caminhos portugueses* de uma dimensão nacional, ligando a capital do Algarve a Lisboa. Em concreto, este itinerário percorre territórios da antiga Ordem de Santiago, em particular Santiago do Cacém (onde subsiste o mais impressionante testemunho de escultura medieval dedicada a *Santiago Matamouros*) e Alcácer do Sal e Palmela (duas das capitais da Ordem de Santiago em território português). O início do percurso em Faro justifica-se pelo seu estatuto de capitalidade regional, mas também pela dimensão histórica da cidade, conquistada aos muçulmanos por Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago, instituição que deteve a gestão da futura catedral (entre os séculos XIII e XVI) e onde ainda existe o antigo colégio jesuíta de Santiago Maior. O percurso passa ainda pela basílica de

Castro Verde, em cujos azulejos se assimila o mito fundador da batalha de Ourique à intervenção mítica de Santiago na batalha de Clavijo).

2. Caminho Português da Costa: numa extensão de c.142 Kms, este trajecto é uma derivação do *Caminho Central Português*, a partir do Porto ou a partir de S. Pedro de Rates. Este itinerário justifica-se pelos abundantes testemunhos do culto a Santiago e da passagem dos peregrinos nas localidades marítimas do Norte português, sendo o actual concelho de Matosinhos um dos casos mais significativos (sobretudo a *lenda do barco de pedra* que evoca um acontecimento ocorrido no mesmo momento em que a barca com o corpo de Santiago passava ao largo da costa rumo à Galiza). Vila do Conde e, especialmente, Viana do Castelo foram importantes pontos de passagem de peregrinos, restando, nesta última cidade, o Hospital Velho, destinado a *pelegrijs e rromeus que vãa.o e veem pera Santiago* (informação de 1459). A travessia para a Galiza pode fazer-se por barco através de Caminha e Vila Nova de Cerveira ou, por terra, atravessando a ponte em Valença do Minho, aí entroncando com o Caminho Central Português (<http://caminhodacosta.wix.com/caminhodacosta>).

3. Caminho Português Interior de Santiago: numa extensão de 307 Kms (160 Kms dos quais em território português), este *caminho* liga Viseu à fronteira com a Galiza, em Verín, e estrutura-se em 10 etapas. É o itinerário de peregrinação a Compostela que inclui maior componente de paisagem natural, a par de algumas importantes referências patrimoniais: em Viseu, o Museu Nacional de Grão Vasco inclui o retábulo dedicado a Santiago, procedente da Igreja de Santiago de Cassurrães, e obra cimeira do pintor manuelino-renascentista (Grão) Vasco Fernandes; o centro histórico de Lamego; a ponte medieval de Oura; e o núcleo urbano de Chaves, última paragem antes da Galiza e, por isso, terra de importantes albergarias medievais (<http://www.cpisantiago.pt/>)

4.Caminho de Torres: Com início em Salamanca, 343 Kms deste caminho são percorridos em território português. A sua importância é semelhante ao *Caminho Central Português*, uma vez que é através deste itinerário que se incluem nos trajectos de peregrinação a Compostela três das cidades que possuem mais numerosos e relevantes testemunhos do culto a Santiago: Amarante (cuja ponte e mosteiro estão consagrados a S. Gonçalo, lendário beneficiador do caminho para os peregrinos), Guimarães (onde se testemunha o primeiro hospital para peregrinos, logo no século X) e Braga (cuja catedral românica, no século XI, pretendeu

constituir-se como um centro de peregrinação rival de Compostela). Entronca no *Caminho Central Português* em Ponte de Lima e deve o seu nome ao itinerário percorrido entre 1732 e 1734 por Diego Torres, catedrático da Universidade de Salamanca exilado em Portugal por esses anos (<http://caminosantiago.usal.es/torres/>).

5. Proposta de criação do *Caminho Nascente Português*: 535 Kms, entre Tavira e Trancoso, onde entronca no *Caminho de Torres*. Este itinerário ilustra diferentes dimensões do culto a Santiago no Sul e interior do país. Começa em Tavira, cidade emblemática para a Ordem de Santiago, onde subsiste o túmulo de Paio Peres Correia (c.1205-1275) - o mais importante mestre medieval da Ordem. As etapas incluem passagens por Mértola (uma das três capitais da Ordem de Santiago em Portugal), Beja (cuja igreja de Santiago foi elevada a catedral) e Évora (onde o herói da reconquista da cidade, Geraldo Sem Pavor, foi representado com as vieiras de Santiago e onde existe também a igreja de Santiago). O percurso segue depois para o Alto Alentejo e Beira Baixa, onde o *caminho* já se encontra marcado e onde subsistem importantes elementos de devoção ao apóstolo, como a Igreja de Santiago de Belmonte (local que acolhe o túmulo do descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral (c. 1467-1520). A opção por Trancoso como ponto de chegada justifica-se pelo cruzamento do *Caminho de Torres* e por a vila ser um importante local de passagem de peregrinos, cuja etapa mais antiga do castelo (século X) foi mencionada num documento de 960, pelo qual uma célebre nobre doou este e outros bens ao mosteiro de Guimarães *pro remedio animo nostrecaptiuoset peregrinos etmonasteria*(para salvação da nossa alma, captivos, peregrinos e mosteiros).

6. Troço transmontano da Via da Prata: ao logo de 82 Kms, entre Quintanilha e Segirei, este itinerário é uma variante da Via da Prata e, por ser um trajecto secundário, não fará parte da candidatura a património mundial. Trata-se, todavia, do único troço dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* em Trás-os-Montes (região onde se conservam abundantes testemunhos do culto a Santiago e das rotas peregrinatórias). Por esse facto, mesmo que não venha a ser incluído no dossier final de candidatura, será importante que os projectos de qualificação patrimonial, paisagística e assistencial a desenvolver para os restantes caminhos possam também incidir sobre este itinerário.”

Fonte:Proposta Candidatura UNESCO/ Portugal (versão integral em anexos III)

4.3.4 Síntese

Há uma descrição das associações, das atividades que são desenvolvidas por elas e dos seus objetivos. A Associação e Espaço Jacobeus(A.E.J) tem a sua ligação com o Caminho Português, através de uma ótica religiosa, que vai desde a sua constituição vinculada à representação da Igreja Católica - Diocese de Braga, aos membros associados, que devem ser católicos. Já a Associação de Peregrinos Via Lusitana, não tem sua constituição num carácter religioso. Contudo, possui relações com as ordens religiosas em Portugal e em Espanha, mais especificamente, em Santiago de Compostela, com a parte ligada às peregrinações.

Num cenário anterior à atual gestão da Associação e Espaço Jacobeus, havia uma rivalidade mais exacerbada com as outras associações, sendo este facto atribuído ao anterior presidente. Mas com a saída do mesmo, houve uma mudança e aproximação das associações.

O conjunto de ações das associações são bem diversos, mas convergem principalmente num carácter de auxílio aos peregrinos que tencionam de realizar a peregrinação, assim como, durante as peregrinações. As associações fornecem informações sobre o Caminho de Santiago através dos *sites*, redes sociais, correio eletrónico, telefone e também nos eventos e reuniões organizados pelas associações ou por convidados.

Porém, o papel das associações não se restringe a isto, pois elas também exercem atividades junto aos órgãos municipais, regionais e noutras esferas do poder público, com projetos e ações de criação e manutenção de questões ligadas ao Caminho Português, tais como, nas sinalizações, trajetos, albergues, ações de sensibilização local...

Logicamente, como já mencionado, também são os atuais articuladores no processo de reconhecimento a Património Nacional Português e na candidatura a Património da Humanidade junto da UNESCO.

Nesse conjunto de três entrevistas do relator da proposta, com os presidentes das associações, foi dito que, os critérios em relação aos itinerários apresentados para a candidatura são justificados por questões históricas e patrimoniais existentes nessas localidades, ao longo do trajetos propostos, e também aparecem como um agente delimitador dos caminhos. Porém, também foi dito que a sua intenção não é a de limitar os caminhos, mas sim organizar o cenário

atual para uma concentração de ações primárias para o desenvolvimento.

Contudo, também demonstram que a abertura de novos caminhos é algo que gera grande polémica pois, como visto, há embates e disputas entre localidades, regiões ou até mesmo entre instituições, em relação a estas aberturas, pois, às vezes, estes novos caminhos são classificados por alguns como itinerários ilegítimos e construções equivocadas.

Nessas conversas tidas ao longo das entrevistas, ficam evidentes as questões de, como o Caminho Português é compreendido, sendo tido com um elemento de grande importância cultural, que, para além de Portugal e Espanha, também é relevante para o cenário mundial, devido aos elementos que constituem o Caminho Português, elementos esses de carácter material e imaterial.

Segundo dito, o processo de reconhecimento do Caminho Português, irá auxiliar no planeamento e manutenção dos caminhos/itinerários, assim como também, na criação de novas possibilidades de desenvolvimento, para além de ajudar na preservação e resgate de vários elementos culturais e patrimoniais.

As questões descritas sobre o processo de patrimonialização do Caminho Português, também demonstram parte da complexidade de elementos, ações e trâmites burocráticos, dos processos políticos e institucionais que englobam a procura de reconhecimentos.

Capítulo V

5. Entre Reflexões e Dialéticas

Neste capítulo final, são apresentadas questões reflexivas sobre os demais capítulos desta investigação.

A organização que se segue, procurou estruturar e apresentar as questões através de pontos mais específicos, mas que também se mostram interligados, relacionados com as questões diretas sobre os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, sendo essas as questões subdivididas em: Os Peregrinos e a Peregrinação - Mutabilidades; Os Caminhos a Santiago de Compostela - Patrimonializações.

Já na penúltima parte, nas “Notas Finais” são apresentadas reflexões e construções, em linhas gerais, sobre património e cultura. Incluem-se também questões que vão para além das fronteiras restritivas desta investigação, com pontos e reflexões, quanto ao que tange as questões culturais e patrimoniais de uma forma mais ampla. Nessas, reflexões e construções, aponta-se as utilizações, conflitos, perceções do património e cultura, de alguns pontos de forças envolvidos nessas dinâmicas. Espera-se, assim, problematizar as ideias, usos e apropriações da cultura e património e aprofundar os meandros da visões de construção prismática dos mesmos.

Na última parte “*Making Of: Notas da Trajetória*”, constam os caminhos e questões da construção da tese, busca-se fazer uma síntese desta trajetória percorrida, desde momentos iniciais ao final da investigação, que entre este início e fim, perpassam por questões que as vezes não são descritas e inscritas nos trabalhos, questões presentes nos “bastidores” e nos diálogos internos do investigador.

5.1 Os Peregrinos e a Peregrinação - Mutabilidades

Ao longo desta investigação, foi possível perceber os diversos sentidos das peregrinações ao longo dos tempos, e dos seus conflitos e interesses, as suas conotações e usos, e como estas transformações geraram conflitos, não só no passado, mas também na contemporaneidade.

A peregrinação pode ser entendida como algo em movimento, ao longo dos milénios, e as suas transformações em diferentes contextos, como são apresentadas nas questões teóricas de peregrinos e peregrinação.

Contudo, face a essas variáveis, como dizer e classificar quem são os verdadeiros peregrinos? Quem tem direito a fazer uso desse bem? Quem pode percorrer os Caminhos de Santiago? Quais as motivações que são legítimas e quais as ilegítimas? Que tipo de peregrinos estão “às margens do caminho”?

Quem avalia e dá a chancela de verdadeiro peregrino? Se, como dito, há pessoas que começam e terminam o caminho de maneiras diferentes. Alguns iniciam como peregrinos e terminam como turigrinos, e vice-versa. Como e onde avaliar e perceber este espírito de peregrino? Qual é esta chave descodificadora desse carácter e postura, uma vez que as intenções e motivações para fazerem a viagem de peregrinação não está estampada no peregrino e, por vezes, não está explícita, e muito menos declarada abertamente?

Foi percebido, no contexto do Caminho Português, que há uma ideia um pouco confusa e mesmo controversa, em relação ao tratamento que é dado aos peregrinos, pois a ideia e relação que se tem com muitos deles é a de que estão carentes, isto é, entendendo a relação para com eles, como caridade. Contudo, o que é percebido é que os peregrinos procuram serviços. Assim, fica distorcida a interpretação dos papéis desses atores, sendo este um facto que também pode explicar a relação, aversão ou contra movimento que se tem para com os ditos turigrinos, pois eles, os peregrinos, têm um papel ou apresentam-se como consumidores desses serviços.

Entre os pontos de reflexão sobre os Caminhos de Santiago e peregrinações, cabe refletir sobre os pensamentos e buscas dos peregrinos, pois estes procuram caminhos de peregrinação heterogéneos ou homogéneos? Ou seja, a nível de rota/itinerário, procuram um padrão de trajeto, acolhimento, assim como, de pessoas para convivência ou procuram o contrário?

Pode-se dizer que há nos discursos, uma visão, por vezes, um referencial, ou mesmo, padrão de peregrinos, de entendê-los como uma forma homogênea, utilizando-se, para isso, referências excludentes.

No entanto, há referências de entendimento de formas heterogêneas dos peregrinos, num entendimento da individualidade, da origem, da motivação e da procura do peregrino, que também gera conflitos pois, como não há como assegurar comportamentos padrões ao longo da viagem, assim como, não há formas de se garantir uma percepção padrão, pois, para alguns, um é entendido como peregrino, para outros, o mesmo é um turigrino, um inverso flutuante de percepção sustentado por pré conceitos de avaliação observativa e traços, ou mesmo inquéritos. Esses factos foram observados nos discursos, presenciados e vividos no Caminho Português, tendo como exemplo de interpelação, a hospitaleira em Tui, que, com “filtros” atribui ou não acesso ao albergue, o qual apenas é destinado aos “verdadeiros peregrinos”, segundo argumentado.

Novamente: Onde estão os verdadeiros peregrinos? Há uma linha mutável e mesmo tênua que os separa, e porque não dizer, uma linha divergente e convergente, como elementos, ações e comportamentos pertencentes e não pertencentes a diferentes padrões e visões. Mas há um padrão, um elemento comum, o de que “o verdadeiro peregrino não exige, que o verdadeiro peregrino agradece”. Mas que esta fala e discurso pode também ser entendida como forma de se enclausurar numa zona de conforto, com um rótulo excludente para com aqueles que “perturbam” o conforto, fogem dum padrão e questionam, e porque não dizer, mesmo dos que exigem. Contudo esse “exigir” é algo subjetivo e questionável nos discursos sobre o rotular ou o definir o falso do verdadeiro peregrino.

Como se viu na retrospectiva histórica, houve, ao longo dos tempos, várias formas de definir, de se ver e entender o peregrino, assim como, as diferentes formas e objetivos de se fazer as peregrinações.

Essa mutabilidade desse conceito e elemento cultural, seguiu os interesses religiosos, políticos, jurídicos, sociais e económicos, bastante diversos, não só no tempo, mas também no espaço. Neste presente também não é diferente, há múltiplas formas de ver e entender as peregrinações, seja no micro espaço da esfera local, no meso espaço das regiões e no macro espaço, na escala

nacional e global, e, para além disso, há tentativas de construções e espaços que tentam englobar estas esferas, mas essas tentativas, não só nesses conceitos e definições, são excludentes, ou até mesmo reducionistas. Contudo, não quer dizer que não sejam necessárias, mas que não se devem afirmar como únicas, ou seja, certas ou erradas, mas simplesmente relativas e específicas ao tempo, modo e espaço.

Dentro dos diversos discursos apresentados, onde se aponta a importância do Caminho Português e de outros elementos que o compõem, como a oportunidade de desenvolvimento (ponto este que será explorado parcialmente neste tópico) do turismo nas esferas locais, regionais, nacionais e internacionais. Esse elemento, ou para melhor dizer, a atividade turística, é também apresentada como uma forma de resgate, recuperação, valorização de elementos culturais e patrimoniais, aliados também ao desenvolvimento social e económico nestas diversas esferas.

O desenvolvimento do turismo no Caminho Português a Santiago aparece nos discursos de alguns atores, como sendo uma atividade paralela à peregrinação, e como observado e registado por muitos desses, a prática de peregrinação como turismo é condenada, a classificando quem assim a faz como turigrinos, de uma forma pejorativa, em muitos dos discursos. Esta classificação é fundamentada, alegando-se que determinados espaços são apresentados como exclusivos aos “verdadeiros peregrinos”. Contudo, como observado, os mecanismos de “filtrar” os acessos (peregrinos/turigrinos) são aparentemente ineficazes.

Demonstrou-se que a peregrinação não é vista, por vários dos atores apresentados, como uma atividade turística. No entanto, torna-se evidente que o Caminho e o conjunto de bens incorporados nele, são elementos que são, e podem ser, explorados pelas atividades turísticas, e também como forma agregar valores a estes bens. Ou seja, o sentido e a ligação com o Caminho de Santiago pode despertar um maior interesse em conhecê-lo, assim como, lograr recursos para a preservação destes elementos culturais/patrimoniais.

A tarefa de colocar as peregrinações como uma atividade turística seria algo cómodo, isto é, tentar colocá-la dentro de uma gaveta e etiquetá-la como tal seria fácil, mas, ao mesmo tempo, redutor.

Entretanto, face às limitações de se compreender os diversos meandros das peregrinações que

tangem as múltiplas áreas do conhecimento, e a tarefa para tais, não se nega as construções conceituais existentes, seja em que área for, nem mesmo como turismo¹⁵⁰, pois há várias ferramentas técnicas e conceituais no turismo que podem auxiliar no planeamento e desenvolvimento das peregrinações. Porém, entender as peregrinações como meramente atividade turística não abrange as margens necessárias da complexa atividade e coloca-a em risco, risco no sentido de falhas graves, como a de podar os ramos e de a forçar a um sentido, e, com isso, causar conflitos e a perda de elementos e sentidos culturais.

No evento “Dia da Sociologia”, realizado no dia 17 de março de 2016, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nos dois debates, nesse evento, Ferreira¹⁵¹ e Abreu¹⁵², aquando da realização da Mesa intitulada “Culturas e Aspetos Culturais em Coimbra”, tornou-se pertinente exemplificar as questões sobre património e cultura.

A apresentação de Ferreira, que inicialmente era intitulada de “Turistas em Coimbra”, recebeu novo título pelo orador, logo no início da sua apresentação, que passou a ser “As Cidades a Procura de Turistas”.

Nesse sentido, ele afirmou que algumas cidades procuram o turismo como uma forma de desenvolvimento e transformação dos espaços, principalmente o contexto urbano. O turismo aparece e desponta como uma forma de desenvolvimento social e económico.

Como tal, cabe analisar a transformação feita pelo turismo e turistas, no espaço e estrutura urbana e social. Pois acarretam alterações significativas na forma de se ver, entender, construir e interagir nesses espaços de turismo.

Para além dos efeitos internos de perceção, ou seja, nos indivíduos, membros do espaço recetor, cabe compreender os demais impactos nesses espaços recetores.

¹⁵⁰ O turismo também é uma atividade que engloba outras áreas do conhecimento. Contudo, o que se destaca aqui é quanto da restrição da visão sobre as peregrinações apenas sobre esta óptica de atividade turística.

¹⁵¹ Professor Claudino Ferreira: Doutor em sociologia, Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mais informações em: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/claudio_ferreira.php

¹⁵² Professora Paula Abreu: Doutora em sociologia, Professora na Faculdade de Economia e Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mais informações em: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/paula_abreu.php

Entre esses impactos, estão aqueles em que as cidades e as localidades se viram para fora, isto é, em que são planeadas e geridas a pensar nos grupos externos (turistas), sendo que os internos (população local) ficam à margem desse processo. Cidades e localidades geridas para o consumo externo. Produtos e serviços nos dispositivos estruturais que são permeáveis aos turistas, e cada vez mais impermeáveis aos “nativos”.

Espaços, produtos e serviços centralizados num público-alvo externo, com agentes internos beneficiados de forma centralizada, ou seja, bônus a grupos minoritários, por vezes pautado pelo interesse económico.

Essa abordagem explorada por ele apresentou o cenário da cidade de Coimbra, que após o reconhecimento da Universidade de Coimbra e Baixa Sofia¹⁵³ como Património da Humanidade pela UNESCO, houve um significativo aumento das atividades turísticas na cidade.

Segundo o orador, essas ações de transformação anteriormente mencionadas, vieram a ser percecionadas, com maior intensidade, após o título de Património da Humanidade, estando os espaços, equipamentos e acesso aos mesmos, cada vez mais direcionados ao turismo e aos turistas.

Por outro lado, na apresentação de Abreu, intitulada “Cenas Musicais”, apontou alguns aspetos positivos do reconhecimento de bens a Património da Humanidade, tendo como consequência, e como já mencionado, o crescimento da atividade turística, em que o Fado de Coimbra, após o reconhecimento do conjunto em Coimbra, mostra-se menos ortodoxo, mais dinâmico. Uma vez que as ações que eram vistas como abomináveis, como as mulheres tocarem instrumentos ou a cantarem o Fado de Coimbra, começam a ser “aceitáveis”, “permitidas”.

A oradora argumentou que as ações de patrimonialização, podem levar à perda desse ortodoxo do património e cultura, consequentemente uma vida mais dinâmica, pois as relações muito rígidas e estáticas, ao invés de preservarem, levam à “morte”, à finitude da cultura.

¹⁵³ Universidade de Coimbra e Baixa Sofia / Património da Humanidade. Mais informações em: <http://worldheritage.uc.pt/pt/>

Esses exemplos que englobam a cidade de Coimbra, servem também como elementos de reflexão sobre o Caminho Português, correlacionadas com a atividade turística/peregrinações e quanto ao possível reconhecimento como Património da Humanidade, e os possíveis impactos, ónus e bónus, nas infraestruturas e estruturas edificadas e sociais, nas localidades por onde os itinerários passam.

Quanto à questão de diversidade e encontro de peregrinos de várias religiões nos Caminhos a Santiago, pode ser entendida como fazendo parte dos “Itinerários da Felicidade”, termo cunhado por Florêncio¹⁵⁴, para explicar o fenómeno itinerante de pessoas que seguem até distintas, instituições religiosas, locais e pessoas com ligações com o mundo místico e sobrenatural, a fim de lograrem auxílio ou recursos face aos problemas, necessidades e/ou desejos.

Nestas procuras nos “Itinerários da Felicidade”, como apresenta Florêncio, o indivíduo pode ter convicções religiosas, ou não, ou seja, preceituar determinada prática religiosa. Contudo, em momentos de necessidades, transita por estes locais e pessoas tidos como privilegiados de intermediação com o mundo espiritual e sobrenatural, na procura de resolver, sanar ou atenuar questões de cunho físico, psicológico, social, económico...

Assim, o Caminho de Santiago pode ser compreendido e englobado nesta prática dos “Itinerários da Felicidade”, sendo um local de convergência ecuménica, cujas motivações, desejos e necessidades são diversas, e, em que, sobre este níveis religioso e sobrenatural, há uma polissemia de traduções e interpretações.

Numa visão menos macro do fenómeno, do Caminho de Santiago, como fazendo parte destes “Itinerários da Felicidade”, não é evento exclusivo da contemporaneidade, como também descrito nas questões históricas das peregrinações, mesmo sob uma vertente apenas católica, houve por vezes, formas simultâneas, mais ou menos acentuadas, significados distintos às peregrinações, seja na procura de sanar enfermidades, adoração, pagamento de promessas, pedido de auxílio para alcançar graças, como forma de expurgar os pecados, como cumprimento de penas..., remete ou interpreta-se o Caminho de Santiago, assim como, as demais

¹⁵⁴ Fernando José Pereira Florêncio: Professor Auxiliar no Departamento de Ciências da Vida, da Universidade de Coimbra, e como já mencionado, orientador desta investigação. Mais informações em: http://www.uc.pt/fctuc/dcv/pessoas/docentes/f_florencio

peregrinações cristãs, neste contexto de serem “Itinerários da Felicidade”.

A peregrinação englobou, e engloba, vários sentidos, como apresentado ao longo desta investigação, através de elementos teóricos e práticos, essa diversidade pode apresentar-se, por vezes, de maneira conflituosa, seja no que tange os aspetos da cultura, religião, política, economia, de maneira interna, isto é, sobre estes aspetos isolados, assim como, nas inter-relações dos mesmos, sendo difícil mensurar quais são os maiores conflitos, internos ou externos, neste conjunto de atores apresentados.

As dimensões dos conflitos vão da micro à macro escala, com uma permeabilidade de escalas multi-setorizadas, com agentes intermediadores e/ou fomentadores dos conflitos, alguns perenes, outros intermitentes. Nestes agentes perenes, pode-se apresentar, a título de exemplo, a Igreja Católica que sempre apresentou um posicionamento, ao longo dos tempos, quanto às peregrinações, no entanto, com algumas variações de significados. Já como forma intermitente, pode-se apresentar as instituições políticas públicas, como ações variáveis e esporádicas, mediante o tempo e interesse dos gestores nos períodos dos seus mandatos políticos. Outro exemplo desse sentido intermitente, são as associações que, consoante o corpo, têm interpretações e desenvolvem ações, por vezes também subordinadas às esferas religiosas e políticas supracitadas.

Dentre as diversas formas de compreender as peregrinações, acredita-se aqui que a peregrinação é uma procura relativa, consciente e inconsciente, da diversidade, é o diferente que se procura, a procura e o encontro ou reencontro com algo que difere do seu quotidiano, de um local para refletir, aventurar-se, onde convergem pessoas com vivências e culturas diferentes, com forma de ver e viver, os seus olhares interiores e as suas bases e referências distintas.

Porem-se a caminho é um exercício incomum, do olhar e vivência, para além do quotidiano. Ao mesmo tempo, procura-se ou exercita-se uma rotina, rotina para pensar, refletir, interagir, fazer-se, refazer-se. Dentro os sentidos, existem aqueles que procuram sair do “automático”, do mesmo estéril, e ir ao encontro do sentido, de romper com a anestesia, com o estado de suspensão e tornar-se mais latente, vivo, com um leme, e não apenas à deriva no mar da vida. Mas este todo, que se resume a uma palavra, peregrino, tenta-se resumir quem a faz.

Os peregrinos são também protagonistas no processo de construção do Caminho Português,

pois as questões de percepções fazem com que este património, seja visto e apropriado de maneira distinta, causando conflitos no cenário atual, entre a distinção destes viajantes que recebem os rótulos de peregrinos, turigrinos, numa construção e reconstrução de significados da peregrinação e dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela.

Como é apresentado por Sousa (1999), na atualidade, não se pode considerar que as peregrinações estão à margem da atividade turística, por mais que a motivação principal seja religiosa, a componente turística perpassa por ela.

Esta questão pode ser justificada através dos dados estatísticos da *Oficina del Peregrino* (Escritório do Peregrino), quanto às motivações para a peregrinação, em que as questões religiosas e culturais se apresentam em maior número.

Desta forma, não se pode negar ou tentar excluir do cenário de peregrinação a figura do “turigrinos”, sendo que, só o rótulo, já pode ser uma negligência a esta função e percepção sobre as peregrinações e sobre os Caminhos a Santiago de Compostela.

Neste sentido, como apresentado no capítulo II, é enfatizado na obra de Sousa (1999), que, ao longo da história, as peregrinações tiveram várias funções, e que, em momento algum, teve exclusivamente uma função religiosa. Houve sim, uma predominância religiosa em determinados momentos, que decorre de funções culturais, e, na atualidade, destaca-se a função económica.

Como também é destacado pelo autor, para que o Caminho perdure, é necessária uma dialética entres os atores envolvidos (municípios, confrarias, Igreja, peregrinos...), para que as diversas funções do Caminho se mantenham, pois, se houver apenas uma predominância, corre-se o risco de o Caminho de Santiago ficar em desequilíbrio e ameaçado. Face a isso, apresentam-se as seguintes questões de reflexão: Como seria se um do Caminho só fosse explorado como função económica, em que, quanto mais rentável melhor? Como seria se fosse condenada outra forma de peregrinação que não fosse com bases estritamente religiosas?

5.2 Os Caminhos a Santiago de Compostela - Patrimonializações

Nestes processos de transformação, também estão os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, isto é, os locais de passagem utilizados ou criados/determinado/sinalizados para os peregrinos, cujos interesses de tais traçados são motivos de polémicas e disputas, seja pelo lado positivo, como algo benéfico para a localidade, seja negativo com impactos culturais, ambientais e políticos.

Santiago, ou a ideia transmitida e utilizada da sua figura, a divulgação do cristianismo, inicia-se como algo diferente, exterior à cultura. Contudo, com o passar dos tempos, transformou-se e passou a ser algo legítimo, o correto, o natural, que também, ao longo dos tempos, se vem a transformar.

Assim, o próprio Caminho de Santiago pode ser entendido como um processo de mudança cultural, através da divulgação dos princípios cristãos. A história do Apóstolo na sua missão de divulgação do cristianismo é como um agente externo que implementou uma mudança cultural na Península Ibérica, que logrou outras dimensões ao longo da história.

Entre as várias interpretações sobre o Caminho de Santiago, destaca-se aqui a analogia feita por alguns autores e atores do Caminho de Santiago, como um rio que leva a vida e transborda, tornando o ambiente por onde passa mais fértil e cheio de vida, seja pela movimentação económica, ou pela interação social e cultural. Esse movimento de vida que é atribuído aos Caminhos de Santiago demonstram a sua relevância e importância nos locais por onde passa, e o seu lado e impacto benéfico, em que em alguns casos, como descrito, foi, e é o que permite a vida em determinadas localidades, que antes desse fluxo do Caminho de Santiago, estavam esquecidas e abandonadas, sem grande perspectivas e alternativas de desenvolvimento.

Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela são vistos, em determinadas localidades, como a possibilidade de desenvolvimentos económico e social, sendo que, em muitas destas, é também um elemento para evitar ou reduzir migrações internas ou externas, sendo esta primeira o êxodo rural com migrações para grandes centros urbanos, já a segunda como migrações para outros países, em que estas migrações são justificadas pela falta de oportunidades e expectativas, havendo um decréscimo populacional e uma taxa de envelhecimento elevada nestas localidades, o que tem como principal fator, já apresentado, o

êxodo dos jovens.

Os efeitos benéficos, seja na geração de emprego ou na renda, nas localidades, é algo que é dito atingir todas as localidades por onde passa o caminho, sendo esse, o Caminho Português, alvo de disputas e de interesse em que passe em determinadas localidades, por causa deste viés económico.

Neste sentido, o Caminho de Santiago também é apresentado como sendo a possibilidade de uma maior valorização e resgate cultural, como visto nesta investigação e também por Gomes (2012), há a realização e o resgate de várias práticas culturais abandonadas ou que já não tinham grande expressão, mas que, incentivadas e motivadas pelo fluxo de peregrinos, essas práticas tomam novo ânimo, reaparecem e destacam-se como expressões culturais das localidades e regiões.

Uma questão que merece ser bem observada no Caminho de Santiago, e em outras regiões e localidades que recebem um grande número de “forasteiros” (para dizer, a grosso modo), são as membranas culturais e os seus processos de seleção de valores que entram nesta membrana, ou seja, em contatos com outras culturas, estes elementos culturais são absorvidos, e também, no que toca ao processo de repelir determinados valores culturais.

Com este sentido, a ideia de peregrinação, peregrinos e dos Caminhos de Santiago podem ser correlacionados, pois há diversas formas de reconhecimento, apropriação e interpretações que são excluídos ou marginalizados por estes atores, internos e externos dos sistemas culturais, ou seja, “nativos” e “forasteiros”.

Nessa permeabilidade cultural, nesses locais com grande fluxo de agentes externos, passivos e/ou ativos, podem existir esforços por parte desses grupos culturais “nativos” para fortalecer a sua identidade cultural e, assim, fazer frente às questões contrárias. Esse movimento contrário de resistência pode explicar parte do conflito existente sobre os dignos, ou não, de receberem o título, ou de serem chamados de peregrinos.

Claro que, neste ponto, estar-se a discutir sobre o contrassenso daqueles que se autodeclaram como peregrinos, não sendo avaliados e reconhecidos como tal, pois, sabe-se que há pessoas que fazem o Caminho de Santiago e não se classificam com peregrinos, mas como pessoas que

estão a fazer o Caminho de Santiago.

Sobre esse ponto, vale a pena debater: quais e por quê, e em quais momentos estes elementos culturais diferentes são repelidos ou incorporados? Se são incorporados, como são estes processos, serão eles novos elementos culturais “permanentes” ou “temporários”? Claro que não se pode esquecer ou comentar o erro ao afirmar que os elementos culturais são elementos permanentes. Como já se sabe, e como descrito no Capítulo II, são elementos mutáveis e não cristalizados.

Portanto, esta relação de conflito mostra-se como parte da dinâmica cultural, em que a resistência e contramovimento à ideia, prática, comportamento do peregrino e do sentido da peregrinação e do Caminho de Santiago, dos agentes internos e externos provocam este movimento e instabilidade prática e conceitual.

Os processos de dinâmicas, difusões e incorporações culturais estão presentes no dia-a-dia, pois comemos, vestimos e comportámo-nos através de uma mescla de valores culturais, mas damos ênfase e incorporamos, de forma intencional, ou não, determinados elementos culturais endêmicos, ou não, para construir uma identidade, que nos aproxima de uns e nos distancia de outros, quer seja no âmbito familiar, local, regional ou nacional..., pois é latente o desejo, ou até mesmo, um processo de necessidade de grande parte dos seres humanos em serem diferentes e, ao mesmo tempo, terem laços que os una a determinados grupos, reproduzindo, assim, determinados comportamentos para serem aceites por esses grupos.

Essa questão do comportamento, não se refere apenas a indivíduos que foram criados dentro de certos grupos e valores culturais, mas há aqueles, que procuram, através de um “curso intensivo cultural”, ou seja, aprendem certos valores e normas culturais para reproduzirem esses valores e práticas, e serem aceites pelo grupo cultural, momentaneamente, ou permanentemente. Essa forma de ser momentaneamente aceite pode ser comumente vista no turismo, principalmente no turismo cultural, em que os indivíduos para terem uma vivência diferente dos seus padrões culturais, do seu quotidiano, seguem e/ou praticam determinados padrões culturais incomuns por sentirem uma necessidade ou interesse numa experimentação cultural.

Neste processo de “identidade cultural temporária”, pode-se assim dizer, podemos classificar os peregrinos, pois assumem determinadas posturas e comportamentos, estando num processo

de peregrinação, independentemente da motivação, alguns incorporam ou aceitam determinadas posturas e regras, quer seja para serem aceites pelos grupos, ou mesmo para fazerem uso dos espaços comuns destinados aos peregrinos.

As motivações para estas experiências de inserção noutras culturas, são bastantes variadas, sendo mesmo o processo de qualificá-las e quantificá-las algo complexo, até mesmo inviável devido ao grande número de variáveis e dinâmicas.

Coloca-se aqui esta questão: Pode o processo de reconhecimento do Caminho de Santiago Português a Património da Humanidade colocar em risco a identidade cultural, uma vez que os moldes dos Caminhos Francês e Espanhol podem ser seguidos, como um processo de difusão e legitimidade cultural?

Esta questão mostra-se relevante, pois pode levar a um processo de homogeneização do Caminho Português, ou mesmo a um processo de replicação dos padrões dos Caminhos Francês e Espanhol.

É importante pensar-se neste prognóstico e, em relação às entidades competentes e grupos sociais nas diferentes esferas, se estas estão preparadas para estes processos, e para evitarem uma possível aculturação e desculturação durante e após a patrimonialização, pois, entende-se o uso de referências, no entanto, entende-se aqui que são referências e não devem ser apenas replicações homogeneizadoras. Entende-se também que isto faz parte de um processo de escolhas. Entretanto, vale a pena colocar-se aqui a observação sob este aspeto.

O património é um bem coletivo, e como um bem coletivo, um pode ter uma outra ligação, um outro sentido, uma diferente ligação e atribuição positiva para com o bem, seja ele material ou imaterial. Neste sentido, os diálogos sobre os pontos divergentes e convergentes fazem-se necessários, para assim auxiliar a estabelecer a sustentabilidade destes bens.

As expressões e registos culturais e patrimoniais, interligados com Santiago e com os Caminhos a Santiago de Compostela, apresentam-se como elementos que procuram voltar os holofotes, isto é, procuram destacar estes elementos a fim de afirmar estas ligações históricas/culturais com Santiago e/ou com as peregrinações, seja nas expressões artísticas e simbólicas e/ou nos relatos e registos históricos das peregrinações e das suas passagens em determinadas

localidades.

A intencionalidade de apresentar ou realçar estes elementos supracitados vem com o intuito de legitimar a passagem do Caminho de Santiago por estas localidades, em que entram no universo nostálgico identitário, pois, como já mencionado, atualmente há um interesse em dar mais brilho e destaque a tais elementos, a fim de promovê-los. Promovê-los no sentido de atrair mais e novos interesses, investimentos e recursos, seja para a recuperação, preservação e/ou exploração destes bens patrimoniais ligados a Santiago e aos Caminhos.

Os elementos patrimoniais materiais, interligados, ou não, de forma direta a Santiago, isto é, os bens históricos de períodos mais remotos, a título de exemplo, os bens do período histórico dos romanos e outros monumentos e edificações religiosas, tais como cruzeiros, capelas e igrejas, são apresentados como forma de definir o traçado, ou seja, os locais de passagem dos Caminhos. Contudo, como já mencionado no capítulo anterior, estes critérios não são únicos, pois há outras condições, a procura por locais com menor fluxo de veículos motorizados e em ambientes mais bucólico com elementos naturais, também são premissas para definições dos traçados.

As diversas organizações com interesse direto ou indireto no Caminho de Santiago, são extensamente vastas, sendo complexa a tarefa de delimitação, quanto à amplitude e à alternatividade, pois coloca-se num cenário amplamente dinâmico.

Neste sentido, como percebido ao longo do trabalho realizado, esta mutabilidade de formas de relações, sejam divergente ou convergente, bem como de atores envolvidos, demonstram uma relativa instabilidade, no que refere-se às questões políticas de organização. Os interesses e disputas estão latentes em diversos pontos, principalmente no que concerne às questões de definição de traçados ou rotas. Desta forma, como apresentado por alguns atores, o processo de reconhecimento como Património Nacional Português e Património da Humanidade junto da UNESCO, pode trazer uma certa estabilidade aos itinerários.

Contudo, neste cenário de reconhecimento, mas não recaindo, necessariamente, sobre os atores quanto a esta estabilidade de forma positiva, muito menos no sentido contrário, cabe aqui destacar que há uma rede de complexos elementos que podem ser marginalizados nesta construção e definição de itinerários, mas também cabe esclarecer que o intuito desta

observação não é dizer que é ilegítima a proposta, e que, face a algumas necessidades, foram apresentadas estas que constam na proposta com as devidas justificações. Porém, não se poderia deixar de dizer que outros tantos troços e itinerários podem também ser tidos como “legítimos”, mas que, no momento não estão incluídos na proposta de receber a chancela da UNESCO como Património da Humanidade e Património Nacional Português.

Face a esta observação, abre-se aqui a questão quanto à institucionalização do património, cuja ideia de legítimo ou ilegítimo se vincula aos poderes das instituições, organizações e até mesmo de indivíduos, com determinados poderes económico, político, cultural, apontam e definem como legítimos ou ilegítimos determinados bens, ou seja, atribuem ou não os títulos e valores aos bens culturais e patrimoniais.

Como apresentado por Madureira (2012), quanto ao seu trabalho de investigação sobre as loiças produzidas em Trás di Munti, em Cabo Verde, este discurso pode ser apoiado através de uma vertente conservadora e fazer-se uso do termo tradicional para legitimar uma escolha e marginalizar outra. A perceção do grupo pode ficar em segundo plano, isto é, realiza-se uma escolha através duma verticalidade de poder (de cima para baixo), um sistema impositivo, persuasivo e ativo desconstrutivo, ativo destrutivo no sentido de que, para além de defender uma ideia, se procurar desconstruir a outra, como nos casos que são apresentados pela autora.

Estas relações de poder na atribuição de significados e legitimidade quanto aos bens culturais é vigorosamente percebida nos Caminhos Português, pois as ações e tentativas de legitimar atributos e significados tangem desde as definições dos trajetos, significado das peregrinações e a figura do peregrino.

O mesmo risco ocorre, quanto à definição e conceitualização dos Caminhos de Santiago, mas este revela-se com uma particularidade, pois busca-se, como foi mostrado nas discursões ao longo deste capítulo, uma padronização, sendo também um risco, a particularidade ou diversidades de caminhos e as suas formas, sendo mais uma vez ténue a linha que separa o padrão que se diz necessário para os desenvolvimento e manutenção dos itinerários, como a questão de homogeneização de esterilidade dos Caminhos Portugueses, ou seja, aproximá-lo do “comum”.

Como apresentado, existem vários elementos, formas incomuns de percebê-los. Mais uma vez

afirma-se que, aqui não se está a rejeitar a ideia de criação de certas conformidades, porém, destaca-se que há uma diversidade, e quanto às conformidades, torna-se necessário ter-se em conta as diversidades, para que estas não sejam meramente marginalizadas, desprezadas e tidas como não dignas, erradas, falsas ou impuras, maximizando os processos de conflito e de exclusão.

Nestes sentidos supracitados, cabe refletir sobre as ideias de enculturação, aculturação, e desculturação, pois as ações e questões referenciadas, quanto ao Caminho Português, peregrinação e peregrinos estão nestas ideias, uma vez existem questões que podem provocar, acelerar ou atenuar estas dinâmicas culturais.

Como exposto no capítulo II, a cultura é algo dinâmico, sendo que, por vezes, a enculturação, aculturação, e desculturação, são polémicas e alvo de críticas, críticas no sentido de serem pensadas e discutidas. A primeira, quer proporcionar, a outra substituir, a última retirar. Entretanto podem ser vistas como sinónimos das três anteriores, ou seja, estas ideias podem ter um rótulo na sua embalagem, que não é condizente com o seu conteúdo.

Outra questão que se pode tornar deturpada, é quanto à ideia de preservação, que toma como sentido para alguns, como que uma cristalização dos bens, ou seja, torna estéreis as dinâmicas dos objetos, locais e práticas, que, como já mencionado, podem encaminhar o bem para a finitude da sua “vida”.

A preservação, num sentido básico, deve resvalar de um processo de compreensão sobre as interpretações convergentes e divergentes, os usos e sentidos, assim como, as dinâmicas mais, ou menos, latentes, do passado e presente, e não seguir apenas um sentido de mono prisma existencial e temporal.

A tarefa de conjugar com estes sentidos é algo complexo, requer diversas capacidades e diálogos, quer seja no campo teórico, como no prático, a fim de elucidar os cenários e auxiliar no direcionamento para um ponto de harmonia relativa dos múltiplos sentidos.

Mais especificamente, os títulos e reconhecimento do Caminho Português, sejam eles a nível de património nacional ou mundial, podem acarretar esses impactos, pois um local, monumento, trajeto, antes visto e com determinado uso e apropriação, pode passar a ter outro uso, ou perder

o sentido. Isto no sentido amplo, não só no que tange o património material e imaterial, como também nas questões socio-ambientais.

Quanto à peregrinação, como parcialmente mencionado, também não é diferente, pois pode vir a ser entendida de forma diferente, isto no sentido negativo ou positivo, tanto para quem a faz, como para quem a vê passar pelo local onde vive e transita, mas também, para além desses casos. O impositivo concetual e de definição do ser peregrino e da peregrinação de maneira estática, ou o “pré conceito” reducionista, podem acarretar conflitos, conflitos esses entre peregrinos e/ou entre quem recebe e convive com os peregrinos nos trajetos e locais de peregrinação, ao longo dos caminhos, sendo que, no caso do Caminho Português, estes conflitos evidenciam ser mais frequentes e descritos neste trabalho.

Destaca-se aqui que a oficialização, o reconhecimento e patrimonialização, pode converter-se numa padronização, legitimação, restrição do sentido e uso. Todavia, não se coloca aqui em xeque a credibilidades dos órgãos para tal, nem se aponta como prejudicial, apenas se demonstra a necessidade de sensibilidade de tais ações, perante as passíveis e os possíveis efeitos e impactos de tais ações de patrimonialização.

Os conflitos históricos mais distantes no tempo, e dos dias atuais¹⁵⁵, trazem à tona e problematizam estas construções culturais, pois a figura do Santiago Matamouros está associada à expulsão dos mouros. Como apresentado, depois dos factos ocorrido em novembro de 2015, em Paris- França, há uma contestação e reivindicação do território da Península Ibérica, como movimento extremista muçulmano.

Este conflito contemporâneo latente, já era sentido e era fruto de preocupações, pois, como vivenciado e narrado durante o evento do Encontro das Associações do Caminho Português em Santiago de Compostela, já havia um estado de alerta contra possíveis ações.

Uma reflexão sobre os conflitos atuais, vem demonstrar um exemplo claro de como as dinâmicas culturais são elementos complexos, que não devem ser menosprezados. São necessários estudos

¹⁵⁵ Esta observação e referência deste facto, não tem de forma alguma a intenção lançar uma visão reducionista com relação ao problema, mas apenas uma nota a cerca do relativismo cultural, sem entrar em questões de proporcionalidade do problema e mérito de questões, apenas um exemplo que permeia o Caminho de Santiago e está em evidência. Tem-se consciência da gravidade e amplitude da questão e sua proporcionalidade.

amplos sobre as relações culturais, os sentidos e usos que se dá face a fatores culturais e patrimoniais divergentes, num carácter horizontal, ou seja, de não inferiorizar nem supor uma supremacia cultural, mas sim uma forma de respeito mútuo dos valores culturais, a fim de mitigar os conflitos extremistas e de intolerância dos lados, ao longo dos tempos.

O cenário que se apresentou ao longo deste trabalho de investigação, demonstra parte destas dinâmicas existenciais e temporárias, com sentidos mais ou menos latentes, de forma direta ou indireta, com as peregrinações e os Caminhos a Santiago de Compostela. Abordou-se os momentos temporários, em que as peregrinações se tornavam mais intensas, as suas contestações e declínios, mas que, no cenário contemporâneo, assume uma ascensão, com prognósticos favoráveis com um número de praticantes ainda maior.

Entre este aumento crescentes das peregrinações a Santiago de Compostela, está o Caminho Português, sendo tal aumento descrito por motivos diversos, entre eles, como uma alternativa à questão das condições do Caminho Francês, comparada com as condições e experiências que são proporcionadas no Caminho Português.

A valorização cultural, demonstra nesse cenário do Caminho Português, mas também para além dele, que há implicações, sendo que esse cenário apresenta-se como um exemplo de como e quanto a patrimonialização é uma ação complexa, desde a apropriação à salvaguarda, das margens que englobam aos marginalizados, dos detentores legítimos aos segregados excluídos, paradoxos exacerbados ou velados nos tecidos culturais. Sentidos construídos e constituídos nos cenários diversos entre escalas e esferas, de seguimentos, grupos, locais, regiões... Múltiplos interlocutores que transfiguram-se dentre os espaços e tempos como protagonistas de um constitutivo metamórfico.

Partes dessas dinâmicas aqui foram apresentadas, interlaçadas por sentidos sociais, institucionais, religiosos, espirituais, tangíveis e intangíveis. Sentidos multiformes que constituem o tecido cultural, sendo algumas tramas mais ou menos visíveis, mas sendo possível esboçar as confluências e paradoxos que tangem o Caminho Português a Santiago de Compostela.

5.3 Notas Finais

O papel que aqui se procurou, foi o de problematizar e apresentar os diversos pontos, e não apenas defender um ou outro discurso, assim como, não reduzir os discursos, ou mesmo as questões, por interesse pessoal. O discurso da problematização, as soluções dos conflitos ou ações mitigatórias perante os mesmos, podem ser vistos como afluxos e utópicos. Contudo, tampouco se tem a pretensão de se ter conhecimento sobre todas as questões, problemas e soluções, mas sim, realizar uma apresentação e análise de alguns pontos, entre as múltiplas formas de percebê-los e solucioná-los.

A questão utópica da patrimonialização, ou seja, as formais “ideais”, devem ao menos servir de referência, sendo, ou tendo objetivo, aproximar-se, ao máximo, deste ideal, hoje meramente utópico.

Acredita-se aqui que cabe ao investigador, mas não só a ele, identificar e descrever estas questões de conflitos, não como uma forma de dizer por dizer, mas com o objetivo de apresentar as visões e conflitos, contrapondo-as e justapondo-as, a fim de fazer transparecer os cenários.

Numa visão de sentidos, o património pode ser visto como algo sagrado, como uma fé cega, como uma herança. Contudo, para outros ele, o património, deve e pode ser questionado, ser negado e rejeitado, em que por vezes há grandes embates em afirmar a legitimidade ou ilegitimidade, a contestação sobre a apropriação ou não, sobre o seu reconhecimento, ou se se pode reconhecer em parte, ou deixá-lo de parte, através de uma escolha e ou imposição.

Quando se fala em cultura, não se está aqui a dizer que a cultura, como algo a ser explorado, seja pelo turismo ou pela produção económica, nem mesmo por elementos dela que são apresentados e expostos, ou dos quais se tem orgulho, pois há vários elementos e traços que são velados, escondidos, com receio de censura ou questionamento.

No caso da investigação, também é assim, pois há várias práticas e ideias que as pessoas não querem que sejam expostas, não querem que haja uma exposição das suas práticas, pois pode conduzir a um julgamento por isso, mesmo que não tenha orgulho nesse comportamento, ou esteja em conflito interior, ou com outra pessoa, ou por ser uma minoria, ter receio, sentir-se rejeitado, visto como arcaico ou rudimentar. Isso não quer dizer que está certo ou errado, apenas

que pensa de forma diferente, e o pensar diferente, pensar de acordo com o que não está na moda, ou que, para a maioria, é errado. O que se procurou aqui justamente com este trabalho, teve a ver com a necessidade de diálogo e a reflexão sobre a tolerância e flexibilidade, num contraponto à verdade absoluta.

Pois na cultura, por exemplo, ela, a verdade, é mutável, e por vezes oportunista, de acordo com o espaço e o tempo, em que cada indivíduo, sofre e também pode proporcionar forças de interação e repulsão, estabilidade e instabilidade cultural, sendo o tempo um dos principais agentes reativos, transformando o elemento cultural, transformando o indivíduo, transformando-o, ou mesmo deteriorando-o, devido aos agentes internos e externos a que se está sujeito. Sendo que, a reação, produto e subproduto estão também ligadas diretamente aos compostos e agentes catalisadores que transformam a reação, seja ela completa, incompleta, mas que nunca é permanentemente estável, há apenas uma pseudo estabilidade, pois se houver a estabilidade, no sentido de estagnada, demonstra-se que está a poucos passos do fim da sua inexistência ou sentido vivo. Assim, pode-se dizer que nas investigações científicas verifica-se e regista-se essas entropias das dinâmicas culturais.

Abre-se aqui outro ponto, que é a questão das superioridades e do discurso de utilização da mesma. No que tange a cultura e património, há algo que requer uma atenção especial, pois como apresentado por Areia¹⁵⁶, num dos seus seminários apresentados em 2015, no Departamento de Ciências da Vida, da Universidade de Coimbra, existem textos neonazistas, na atualidade, em que a cultura é utilizada para distanciar os indivíduos e grupos, à luz e pretexto de uma superioridade.

São apresentados elementos e traços culturais ditos como legítimos, genuínos, como puros, originais. Neste ponto, alguns conflitos são criados, pois permeiam um discurso fascista. Uma vez que a superioridade biológica foi derrubada, numa forma de justificar uma supra valorização, por vezes, utiliza-se a cultura e património.

Sim, são legítimas as utilizações de diferenciar os grupos étnicos e as suas devidas escalas e elementos, ou até mesmo no próprio grupo, ou seja, na identidade. Entretanto, também existem

¹⁵⁶ Manuel Laranjeira Rodrigues Areia: Professor catedrático aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Mais informações em: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=1351431080780694>

suas utilizações deturpadas, que se distanciam do relativismo cultural, relativismo este que demonstra que não há superioridade, e como já mencionado, existem apenas diferenças, diferença essas baseadas nos recursos e necessidade, sendo assim, estão distantes dessa dita superioridade.

Segundo Areia nos eventos em 2015, para além desse, há outro ponto sobre o património que deve ser superado, sendo este quanto à visão eurocêntrica, em que alguns entendem que, em outros continentes e países, em especial, em países ditos do terceiro mundo, nesses países há cultura, e que a Europa é a Cultura.

Para compreender melhor e exemplificar, em linhas gerais, esta questão, relata-se aqui um diálogo com um académico europeu, em que eram debatidas questões sobre cinema contemporâneo. O mesmo, ao referir o seu conhecimento cultural cinematográfico atual, disse que este se assemelhava à cultura do terceiro mundo, pobre e até mesmo, inexistente.

Esse ponto demonstra, não de uma forma generalizada, a percepção ou a criação de uma ideia de cultura, sendo utilizada como ferramenta de preconceito e estigmatização de determinadas culturas e de como esse discurso de diferenças culturais podem ser utilizados para demonstrar uma superioridade, inferioridade e exclusão.

Numa conferência realizada no Departamento de Ciências da Vida, sobre o Museu de Quai Branly, foi apresentada a imagem de uma *Tsantsa*¹⁵⁷ (cabeça reduzida), a qual vinha da reserva do *Musée de l'Homme*¹⁵⁸ (Museu do Homem) a qual tinha sido utilizada nos materiais de publicidade do museu. Este objeto, no contexto em que foi produzido no Equador é alvo de grande polémica, pois estas cabeças reduzidas serviam como troféus de guerra e de força frente ao inimigo, e assim já causavam grande desconforto entre os membros dos grupos e familiares das vítimas, porque as cabeças das vítimas tinham sido decepadas dos corpos e reduzidas.

Mas a questão não fica restrita a este momento temporal de guerra, pois devido ao grande valor comercial que estas cabeças reduzidas alcançavam nos mercados internos, no país, e também

¹⁵⁷ *Tsantsa*: Prática que era atribuída aos índios Jivaros, em que a cabeça do inimigo era decepada, removido o crânio e após a utilização de técnicas havia desidratação da pele e redução do volume e preserva alguns traços da fisionomia.

¹⁵⁸ *Musée de l'Homme*: Museu etnográfico que está localizado na cidade de Paris. Mais informações em: <http://www.museedelhomme.fr/>

no mercado internacional, tal atividade de (re)produção de cabeças reduzidas após os conflitos entre os grupos prosseguiu, desta vez como forma de atender à demanda do mercado. Com isso, várias famílias tiveram entes que estavam desaparecidos, e quando algumas das vítimas eram encontrados, tinham sido decapitados, factos estes que, para além da perda do familiar, impediam a realização completa dos rituais fúnebres.

Houve então no país a proibição da exposição das *Tsantsas*, assim como, do seu comércio, tendo sido atribuída uma data anual, no Equador, para a exposição destas peças que tinham sido produzidas no momento de guerra, com forma recordar a história, mas não como ato de glória ou trofeu pelos conflitos.

Entre as pessoas presentes na conferência, estava uma equatoriana, aluna de doutoramento em antropologia, do departamento já mencionado. Após o término da apresentação, foi aberto um momento para intervenções/perguntas. Neste momento, a aluna equatoriana dá início e questiona a forma como foi apresentado o tal objeto, e falou sobre o que esse objeto representa no seu país de origem.

Entre as várias questões, discutiu-se sobre a abordagem superficial do significado do objeto, contexto de produção e repercussão do mesmo no Equador.

Este caso apresentado exemplifica como os contextos culturais são sensíveis, e como existe uma necessidade de uma análise mais profunda, temporal e social, para que as leituras superficiais, em especial por profissionais, não venham a deturpar os significados dos bens culturais e patrimoniais. Entende-se que, nessas leituras, todos estão sujeitos a erros. Contudo, uma postura anti-etnocêntrica torna-se necessário.

Enfatiza-se aqui que a diversidade cultural, ou a harmonia das diversidades culturais, não estão na ausência de conflitos, mas sim na necessidade de diálogos e respeito por essas diversidades, numa ação e processo construtivo de entendimento das diferenças e de formas argumentativas de construção, e não meramente, de imposição, subjugação e marginalização.

Nesta investigação foi possível compreender e registar uma parte dos amplos elementos que estão envolvidos e permeiam o Caminho de Santiago Português a Santiago de Compostela, as diversas instituições envolvidas, tanto elas ligadas ao poder público como ao privado. As

diferentes formas de perceber as peregrinações, os peregrinos, os caminhos, nas suas questões divergente e convergentes, conciliadoras e conflituantes. Isto é, de algumas das diversas forma de perceber, fazer uso e apropriar-se do património, mas isso não só na contemporaneidade, pois como é visto, ao longo dos tempos, também se apresentavam distintas e dinâmicas.

A complexidade de elementos, sociais, culturais, patrimoniais, materiais e imateriais envolvidos, ligados ao Caminho Português, demonstram a necessidade de projetos e de processos de investigações multidisciplinares, pois como aqui apresentados, há uma complexa rede que está interligada a esses bem. Também é demonstrada a complexidade das relações, e de como a falta, ou omissão, pode acarretar danos e perdas a este rico tecido cultural, também constituído pelo Caminho Português, nos cenários portugueses e espanhóis.

A patrimonialização pode ser compreendida como fenómeno de sentidos diversos. Ao fazer uso da palavra sentidos, tem-se a intencionalidade de afirmar que, numa construção ou processo de patrimonialização, são múltiplas as formas de se conceber o património, ou sendo mais realista sobre o processo, da ideia de património.

O património, ou a ideia de sua construção, perpassa por vários sentidos, em que por vezes, estes sentidos, são atuantes de forma conjugada, sendo que dentre eles estão: social, através de ações de grupos e representações; religioso, por valores e dogmas; político, através de decretos e leis; económico, interesses e necessidades monetárias; ambiental/ecológico, preservação da biodiversidade e recursos, e/ou ambientes salubres... Em suma, está atrelado a interesses, cujos sentidos também são dinâmicos em determinados tempos e espaços, mostram-se (re)construtivos conforme necessidade e forças.

Ao analisarmos o Caminho de Santiago, e os elementos ligados a ele, como os peregrinos e as peregrinações, podemos perceber, e mesmo exemplificar, esse conjunto de elementos, forças e necessidades, atuantes nessa (re)construção do património, e nos sentidos que a ele são atribuídos.

Atribuições, que a grosso modo, podem ser compreendidas como sintéticas ou naturais, sendo esta última algo relativo, pois pode ser compreendida como sem intencionalidade, mas que, como já mencionado, existem sempre os sentidos e intenções, mais ou menos latentes e aparentes.

Nestas referências, sintéticas ou naturais, o elemento comum a elas, que está contido no património, é a ideia de que deriva de algo, ou seja, o património não é uma geração espontânea, em que classifica-los como natural ou sintético, tangem o sentido do legítimo ou ilegítimo, detetáveis nas forças e discurso opostos, a fim de classificar, isto é, reconhecer ou ignorar, legitimar ou deslegitimar.

Assim, adentramos novamente na ideia do caráter que pode ocorrer nas patrimonializações, fortalecer e exaltar sentidos por um lado, e marginalizar e excluir por outro. Escolhas de significados e atribuições. Nestes sentidos, cabe refletir: O processo de patrimonialização é uma perfeição utópica ou imperfeição intencional?

Todavia, não se está aqui a colocar em xeque as ações de patrimonialização, mas cabe evidenciar-se, ou apresentar essa reflexão, em que a construção do património e a patrimonialização podem ser cercadas dessas intencionalidades, intencionalidades que podem ser opressoras, em que na ideia ou discurso de se preservar, faz-se a desconstrução ou aniquilação de outros sentidos e bens, bem como pode proporcionar uma estagnação nos processos dinâmicos inerentes na cultura e património.

Novamente destaca-se aqui que a intenção não é de apontar-se contra a patrimonialização, mas sim fazer um exercício para problematizar os processos. Refletir e demonstrar que num discurso de preservação há escolhas e intencionalidades, que por vezes, de forma consciente e/ou inconsciente, podem acarretar em impactos nocivos, sendo que o grau de nocividade, pode ser visto e interpretado como relativo, atribuindo-o o caráter de efeito um colateral inevitável, e mesmo necessário.

5.4 *Making Of*: Notas da Trajetória

Como já mencionado algumas vezes ao longo deste trabalho, esta investigação é uma continuidade da realizada no âmbito do mestrado, entre os anos de 2010/2012, tendo dado sequência aos estudos realizados, agora no doutoramento.

Apesar de ter iniciado o doutoramento logo após término do mestrado, em 2012, efetivamente a investigação prosseguiu apenas a partir de 2013, pois, por questões de financiamento, ou melhor, pela ausência de financiamento naquele momento, não foi possível prosseguir com os estudos. Contudo, essa questão foi superada em 2013, através da concessão de uma bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, instituição brasileira vinculada ao Ministério da Educação- MEC, a realização do Doutorado Pleno no Exterior.

Durante o primeiro ano de doutoramento, em 2013/2014, foi realizada a parte curricular proposta do programa de doutoramento em Antropologia Social e Cultural, sendo que, dentro desta parte curricular, houve a disciplina de projetos, disciplina que consistiu na elaboração e defesa do projetos de investigação, que passa por questões metodológicas, históricas e conceituais.

Ao terminar essa fase, mediante a aprovação, seguiu-se para o trabalho de campo. Pode-se dizer que o trabalho de campo se iniciou durante as leituras de questões teóricas sobre as palavras-chaves desta investigação e seguiu por outros conceitos teóricos, até um enquadramento histórico, questões metodológicas, pois, nessa procura de decifrar e apresentar alguns significados e contextos, já se faz o exercício de criar delimitações do universo imaginado sobre o proposto tema, ou seja, já se cria o campo.

Para além dessas questões que antecederam o campo, entende-se isso como pré-campo, e como já mencionado no capítulo I, dedicado à metodologia, foram enviadas cartas de apresentação às instituições envolvidas com o Caminho de Santiago Português, a fim de obter as devidas autorizações de acesso às instituições e estabelecimentos que foram considerados como pertinentes para a investigação proposta.

Esse ponto aqui é destacado a fim de voltar a questão já mencionada no Capítulo III, que tem a ver com o acesso aos albergues públicos, em Espanha e com a conceção de entrevistas e recolha de outras informações de funcionários, voluntários e gestores.

Após retorno da viagem, numa reunião que se realizou com o orientador Fernando Florêncio, viu-se a necessidade de comunicar o facto ocorrido à instituição responsável pelos albergues públicos, em Espanha, isto é, aos Xacobeos na Galiza. Essa comunicação foi realizada por meio eletrónico (*email*) e envio de carta física convencional. A instituição em questão, após cerca de 30 dias, respondeu às questões feitas através de uma carta que envio por correio convencional.

Nessa carta de resposta constou, primeiramente, um pedido de desculpa pelo facto ocorrido, e informaram que teriam prazer em colaborar com a investigação. Mas também informaram que, para se ter acesso ao albergue, é necessário ter a credencial de peregrino, e que esse facto poderia explicar a não autorização de trabalho interno no albergue por parte da hospitaleira em Tui. Contudo, esse argumento ou suposição não se demonstrou válida, pois, logo no momento de chegada ao albergue, e como já mencionado, foi imediatamente solicitada a credencial de peregrino, a qual foi apresentada de imediato.

Na carta também constava um convite por parte dos Xacobeos para retornar novamente aos albergues públicos espanhóis, de forma a realizar os trabalho interno nos mesmo, sendo apenas necessário comunicar previamente a data ou período para tal.

Novamente, no final da carta é feito um novo pedido de desculpas pelo ocorrido, informando que estavam à disposição para colaborar com a investigação. Contudo, em reunião com o orientador, ficou acordado que não seria necessário fazer novamente a investigação em campo, ou parte dela, mas que se deveria registar os factos ocorridos a serem mencionados na tese.

Nesse cenário de registos, vale destacar também, quanto a uma visão geral de obtenção das informações em campo, que pode ser dito que, todos os dispositivos¹⁵⁹ instrumentais utilizados

¹⁵⁹ Descritivo do material utilizado durante a viagem em Maio de 2015: GPS Garmin Oregon 650; gravador de áudio Zoom H1; filmadora Canon XA-20; baterias Filmadora (3); máquina fotográfica Canon 700D + Lente 18-55mm; baterias máquina fotográfica (2); pilhas AA (8); microfones direcionais (2); computador portátil Samsung 530U; tripés (1) 158 cm (1) 165 cm; cartões de memória (4) 64G (4) 32G; discos externos (2) 1T; pen USB (1) 32G (1) 64 G; cabos de Conexão e carregadores de baterias; blocos para notas rápidas (2); cadernos/diário de campo (2); cartas de apresentação (1) orientador (1) Coordenadora; cartões de visita; roteiros de entrevistas; esferográficas; lápis; borracha.

também auxiliaram, não só no registo, mas também no acesso às informações. Pois inicialmente existia a dúvida de qual seria o comportamento dos entrevistados e observados perante essa “parafernália”, mas o efeito foi de tal forma, aparentemente, positivo, uma vez que as pessoas viam o trabalho que estava a ser realizado com credibilidade e profissionalismo. Isso por parte dos peregrinos, dos entrevistados nos albergues e outras pessoas ao longo do Caminho Português.

Outro ponto sobre esses momentos de campo, ou em campo, estão relacionados com a realização da peregrinação ou etapas de peregrinação. Afirma-se aqui que, para além do conhecimento e preparação teórica e técnica, o campo exigiu uma grande preparação física. As peregrinações, que para alguns, podem ser entendidas como viagens a pé, isso já pressupõem algumas questões, mas vale aqui apresentar alguns desses pontos.

A viagem por si só (Porto x Santiago de Compostela), pela distância percorrida, já era dura, em que, em média, foram percorridos trajetos de vinte e cinco quilómetros por dia. Mas vale lembrar que não se tratava apenas de caminhar, mas também de carregar uma mochila com aproximadamente treze quilos e outra bolsa de acesso rápido e fácil, com máquinas de filmagem ou fotográfica, gravador e caderno para apontamentos.

Além disso, as condições de terreno, isto é, do piso bem variadas, com trechos em alcatrão, pavimentados com pedra, terra, vegetação e também porque não, de lama e água, entre outros percalços inerentes à realização de trabalhos em ambientes itinerantes e sem controlo.

Devido ao que ocorreu com os peregrinos que estavam a caminho de Fátima¹⁶⁰, que coincidiu com o período de realização do pré-teste do campo, ficou ainda mais evidente o risco da segurança física, uma vez que, em vários trechos dos caminhos realizados, os locais de passagem são os mesmos que os dos automóveis, em locais estreitos em que os peregrinos ficam muitos próximos aos veículos em movimento nas ruas e estradas.

Outro fator que torna dura a caminhada são as condições climáticas, com momentos frios pelas manhãs, temperaturas acima de 30° a partir do meio da manhã até ao final da tarde, e

¹⁶⁰ Duas semanas a anteceder a viagem mencionada, do Porto à Santiago de Compostela, peregrinos que seguiam a Fátima foram atropelados por um automóvel, quando esses seguiam a caminhar por uma autoestrada, sendo que alguns desses foram vítimas fatais.

também chuvas em alguns momentos. Momentos de frio e calor, que também eram acompanhados por sede, fome, cansaço, dores...

Um cenário de adversidades que vão além das questões e pressões físicas, englobam também as questões psicológicas, pois a insegurança e ansiedade estavam também presente. Seja pelo risco físico de acidentes e lesões, como pela necessidade em conseguir as informações necessárias, ou seja, alcançar os objetivos propostos com a investigação de forma substancial.

Além desses elementos, a rotina de caminhada, recolha e registo exigia uma grande disciplina, pois não bastava apenas chegar aos albergues ou alojamentos, local que para muitos peregrinos é de descanso, reposição de energias e realização da higiene. Era necessário chegar a esses locais e continuar o trabalho, tanto de observação, de realização de entrevistas, de escrita do diário e de cópia das informações obtidas nas gravações de áudio e vídeo para os discos de armazenamento.

Os momentos de repouso, por vezes foram os mínimos necessários para continuar as atividades, a fim de explorar e obter o máximo de informações objetivas possíveis nesses espaços de tempo.

O exercício de adaptabilidade à privacidade mínima foi também algo frequente, pois ao compartilhar quartos e casa de banho (aqui inclui-se, em alguns casos, também o banho), estar-se exposto tanto pela questão da nudez, odores, ressonares e outros sons e barulhos, segurança dos bens materiais (principalmente os equipamentos), sendo preciso haver uma adaptação a esses ambientes e condições.

Foram estabelecidos contatos e negociações diversas, com diversos atores, em que sempre houve, quando em diálogo com esses, uma postura de informação sobre a realização do trabalho de investigação, em que, por vezes, alguns interpelados tinham também a postura de interpelar sobre questões da antropologia como área do conhecimento e dos objetivos da investigação. Assim, ficava e fazia-se o exercício de ser aceite e de ter acesso aos locais e à informações. Procurou-se sempre uma horizontalidade das relações, em que nos diálogos, como já mencionados, havia argumentações de ambos os lados, numa construção colaborativa e de troca de informações.

Quanto ao contato com as organizações, neste caso, a Associação Espaço Jacobeus, Associação de Peregrinos Via Lusitana e UNESCO Portugal, através dos contatos estabelecidos com membros dessas, foram elementos importantes para a obtenção de informações, através das entrevistas, da disponibilização de documentos e participação em eventos correlacionados com o Caminho Português. Essas organizações mencionadas, ou a melhor dizer, alguns dos representantes das mesmas, demonstraram-se sempre solícitos desde os primeiros contatos.

O facto de já ter um conhecimento prévio e acumulado, devido à investigação do mestrado, auxiliou nesses diálogos com os indivíduos, organizações e instituições, pois o conhecimento parcial do universo investigado e de alguns agentes interlocutores, permitiram ir a pontos de informação mais específicos e direcionados nos terrenos, assim como, ao nível dos diálogos e interpelações.

Outros pontos de sondagem de acesso a informações também foram testados, para tal foram enviados *emails* às instituições com carta uma de apresentação e um breve resumo sobre a investigação. Tais órgão e instituições contactadas foram: Turismo de Portugal e Turismo Norte de Portugal; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal do Porto; Câmara Municipal de Barcelos, para os gabinetes e responsáveis pelo setor da cultura, sendo que entre elas, apenas esta última, respondeu ao contato inicial a informar estar disponível para colaborar com informações para a investigação. Contudo, aquando da solicitação de agendamento para a realizar as entrevistas, argumentou estar com uma agenda sem disponibilidade, sendo solicitado o envio das questões por *email*, assim foi feito, mas não houve resposta às questões apresentadas à instituição.

Perante essas múltiplas fases e circunstâncias, pode-se aqui concluir que o trabalho de campo, de uma maneira geral, exigiu um conjunto de exercícios e esforços, intelectuais, físicos e psicológicos. Com isso, tem-se aqui a intenção de registar esses caminhos percorridos e respetivas situações e condições para alcançar os objetivos desta etapa.

Após essa etapa do trabalho de recolha de informações em campo, o processo de organização das informações e a delimitação dos meandros, torna-se tarefa exaustiva, pois, face à quantidade de informações obtidas torna-se necessário redefinir as margens e limites, pois com o campo, apresentam-se novas questões não previstas de forma teórica, e cabe assim verificar

a necessidade e viabilidade de se entrar em certas questões, a fim de se lograr os objetivos iniciais propostos.

Esse trabalho de nova delimitação, bem como da tese em si, tem grande influência do orientador, pois através da vasta experiência do mesmo, apontaram-se as consequências de se seguir por tais caminhos, conjugando-as com questões de tempo e recursos para conclusão do trabalho.

Nesse ponto, evidencia-se sobre o ideal e o real, que o ideal vai num sentido amplo desmedido, já o real tem relação com os recursos e possibilidades acessíveis, a fim também de deixar e tornar-se consciente o porquê de tais escolhas. Assim, procurou-se explorar essas fronteiras máximas do real, tendo conhecimento da existência de outros caminhos e formas de abordagem, mas que, face às escolhas, seguiu-se por esse.

Assim, o produto final desta construção apresentada aqui, representa esse caminhar, caminhar acompanhado, participativo, observado de perto ou longe, mas que também teve momentos solitários, introspectivos, de divagações, que por fim culminaram neste ponto.

6. Referências Bibliográficas

ABBTUR- Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. 2005. *O Turismo como Força Transformadora do Mundo Contemporâneo* /. Organizadores Miguel Bahl. Rosilene da Costa Martins, Sérgio Fernandes Martins. São Paulo. Editora Roca.

ABBTUR (Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. 2003. *Turismo: Enfoques Teóricos e Práticos*. Organizador Miguel Bahal. São Paulo. Editora Roca.

Abreu, Regina. 2007. *Património Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: Antropologia e Património Cultural- Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenal. Nova Letra.

Abreu, Regina. 2008. *Patrimónios etnográficos e museus: uma visão antropológica*. In: E o Patrimônio? . Rio de Janeiro. Editora Contra Capa.

Abreu, Regina. M. R. M. 2010. *Museus, Ruínas e Paisagens: Patrimonialização e Disputas de Sentidos*. In: Guimarães, Maria da Conceição Alves de. (Org.). *Museografia e Arquitetura de Museus*. 1 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, v. 1, Pág. 190-212

Adrião, Vitor Manuel. 2011. *Santiago de Compostela – Mistérios da Rota Portuguesa*. Lisboa. Dinapress.

Anico, Marta, 2005. *A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade*. Horizontes Antropológico, nº 23. p. 71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf> . Acesso em: 23 nov.2014.

Anico, Marta. 2009. *Representing identitie sat local municipal museums: Cultural forums or identity bunkers*. In: *Heritage and Identity*. Routledge. London.

Anico, Marta; Peralta, Elsa. 2009. *Heritage and Identity*. Routledge. London.

Apolinário, Fernando Manuel Marques. 2013. *A Ordem de Santiago - A Arte como manifestação de culto e cultura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia. Faculdade de Teologia -Universidade Católica Portuguesa.

Arenas, José Fernandes. 1998. *Elementos Simbólicos de la Peregrinación Jacobea*. León. Edileasa.

Referências Bibliográficas

Albarello, Luc. 1997 (1995). *Recolha e Tratamento Quantitativos dos Dados de Inquéritos*. In: *Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva. Pág. 48-83.

Almeida, João Ferreira de; Pinto, José Madureira. 1989. *Da Teoria à Investigação. Problemas Metodológicos Gerais. Cap. II*. In: *Metodologia das Ciências Sociais, 3ª edição*. Porto. Edições Afrontamento.

Arias, Patricio Guerrero. 2002. *La cultura- Estrategias conceptuales para entender la identidad, la alteridad y la diferencia*. Quito. Abya- Yala.

Augé, Marc; Colleyn, Jean- Paul. 2008 (2004). *A Antropologia*. Lisboa. Edições 70.

Batalha, Luís. 2005. *Antropologia: Uma Perspectiva Holística*. Lisboa. Editora Universidade Técnica de Lisboa.

Barreto, Margarida. 2000. *Turismo e Legado Cultural*. 4ª edição. Campinas, São Paulo. Editora Papyrus.

Baveystock, Zelda; Mason, Rhiannon. 2009. *What role can digital heritage play in the re-imagining of national identities?: England and its icons*. In: *Heritage and Identity*. London. Routledge.

Beni, Mário Carlos. 2001. *Análise Estrutural do Turismo*. 6ª ed. Atualizada. São Paulo. Editora SENAC São Paulo.

Beni, Mário Carlos. 2006. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo. Editora Aleph.

Berg, Mette Loiuise. 2006. *O Desafio de Encontrar e Definir «o terreno»: reflexões em torno de uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid*. In: *Terenos Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

Bernardi, Bernardo. 2007 (1974). *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa. Edições 70.

Bourdieu, Pierre. 2007 (2005). *Reprodução Cultural e Reprodução Social*. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Editora Perspectiva S.A. Pág. 295-336.

Burgess, Robert G. 1997 (1994). *A Pesquisa de Terreno*. Oeiras: Editora Celta.

Referências Bibliográficas

- Cabral, Clara Bertrand 2011. *Património Cultural Imaterial- Convenção da UNESCO e Seus Contextos*. Lisboa. Edições 70.
- Cardoso, António Homem; Almeida, Lourenço de. 2005. *O Caminho Português de Santiago*. S. João do Estoril, Cascais. Editora Lucerna, 1ª edição. Pág.6-37.
- Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro. 1998. *Metodologia da Investigação- Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Carvalho, Paulo; Fernandes, João Luís J. 2012. *Património Cultural e Paisagístico- Políticas, Intervenções e Representações*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Choay. Françoise. 2010 (1982). *As Questões do Patrimônio*. Lisboa. Editora Edições 70.
- Choay, Françoise. 2011 (2009). *Alegoria do Patrimônio*. Lisboa. Editora Edições 70.
- Clifford, James. 1986. *On Ethnographic Allegory*. In: *Writing Culture – The Poetics and Politics of Ethnography*. London. University of California Press. Pág. 98- 121.
- Cohen, Anthony. 2001 (1985). *Symbolizing the Boundary*. In: *The Symbolic Construction of Community*. London and New York . Routledge. Pág. 39-70.
- Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Ministério dos Negócios Estrangeiros. (CNUNESCO- MNE). 2016. “*Lista Indicativa de Portugal ao Património da Humanidade*”. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- Costa, António Firmino. 1989. *A Pesquisa de Terreno em Sociologia. Cap. V, In: Metodologia das Ciências Sociais*, 3ª edição. Porto. Edições Afrontamento.
- Costa, Alcidea Coelho. 2006. *Educação Patrimonial Como Instrumento de Preservação*. Disponível em: <http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- Cuche, Denys. 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa. Editora Fim de Século.
- Diário da República. 2001. “*Lei n. 107/2001*”. In: número 209, Série I-A. Lisboa. 8 de Setembro de 2001. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.pdf>. Acesso

Referências Bibliográficas

em: 02 dez. 2014.

Diário da República. 2009. “Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro”. In: 1.ª série - N.º 206. 23 de Outubro de 2009. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf. Acesso em: 22 de Nov. 2016.

Dias, Geraldo J. Amadeu Coelho. 1994. “*Em Peregrinação a Santiago pelos Caminhos de Portugal*”. In: Gil Vicente- Revista de Cultura e Actualidades. nº 29, Jan./ dez. Guimarães. Ideal – Artes Gráficas. Pág. 1-15.

Dias, Reinaldo. 2003. *Sociologia do Turismo*. São Paulo. Editora Atlas.

Díaz y Díaz, Manuel C. 1993. *Santiago el Mayor a Traves de los Textos*. In: Santiago, Caminho de Europa: Culto y Cultura em la peregrinación a Compostela. Santiago. ATENEA, Comunicación y Mecenazgo S.A. Pág. 3-15.

Digneff, Françoise. 1997 (1995). *Do Individual ao Social: A abordagem biográfica*. In: Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva. Pág. 203-245.

Duque, João. 2005. “*A Peregrinação a Pé na Perspectiva da Conversão*”. in: Compostellanum, Revista de la Arqchidiócesis de Santiago de Compostela, Volumen L numeros 1-4 Santiago de Enero – Diciembre. Editora Imprenta KADMOS. Salamanca. Pág. 233 - 241.

Emerson, Robert M. e Fretz, Rachel I./ SHAW, Linda L. 1995. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago. University of Chicago.

Fife, Wayne. 2005. *Doing Fieldwork - Ethnographic Methods for Research in Developing Countries and Beyond*. New York. Palgrave Macmillan.

Geertz, Clifford. 1973. *The Interpretation of Cultures*. New York. Basic Book

Gomes, Leandro. 2012. *Olhares Sobre o Património - Uma Etnografia do Caminho de Santiago Português*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural. Acervo Biblioteca de Antropologia - Universidade de Coimbra.

Gonçalves, António Custódio. 1992. *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Porto. Editora Afrontamento.

Referências Bibliográficas

- Hall, Stuart. 2003 (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. In: *The Work of Representation*. London. SAGE Publications Ltd. Pág.1 -74.
- Handler, Richard. 1988. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. London: Editora University of Wisconsin Press.
- Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (orgs.). 1984. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pág. 9-23.
- IEPE- Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena. 2006. “*Patrimônio Cultural e Imaterial e Povos Indígenas*”. Editora IEPÉ. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/infoteca/livros/70.html> acesso em: 01 fev. 2011.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1999. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília. Instituto de Educação Patrimonial Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial.
- Iturra, Raúl. 1989. *Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia*. Cap. VI, In: *Metodologia das Ciências Sociais*, 3ª edição. Porto. Edições Afrontamento.
- Iturra, Raúl. 1991. *A Religião como Teoria da Reprodução Social*. Lisboa. Escher.
- Jubileu, 2000. 2000. *Guia da Peregrinação*. Lisboa. Paulus Editora.
- Kaplan, David; Manners, Robert. 1975. *Teoria da Cultura*. Rio de Janeiro. Editora Zahar.
- Laraia, Roque de Barros. 2013 (1986). *Definições e Conceitos Sobre Cultura*. Rio de Janeiro. 25ª edição. Editora ZAHAR.
- Lévi-Strauss, Claude. 2010 (1973). *Raça e História*. 10ª edição. Lisboa. Editora Editorial Presença.
- Lévi- Strauss, Claude. 2010-2 (1983). *O Olhar Distanciado*. Lisboa. Edições 70.
- Lima, Evelyn Furquim Werneck. 2005. “*Preservação do Patrimônio: Uma Análise das Práticas Adotadas no Centro do Rio de Janeiro*”. Patrimônio- Revista Eletrônica do IPHAN, vol. 2, Nov/Dez. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>. Acesso em : 06 jun. 2012.

Referências Bibliográficas

Lima, José da Silva. 2007. *A Peregrinação. Percursos e a palavra*. Lisboa. Editora Departamento Editorial da INCM. Pág.1-150.

Lima, José da Silva. 1994. *A Peregrinação: Da Antropologia à Teologia*. In: MEMORIA, Revista do Instituto Católico de Viana do Castelo. Viana do Castelo. Editora Instituto Católico de Viana do Castelo. vol. I. ano I. Pág. 53- 62.

Lima, Mesquita. 1979. *Antropologia ou Entropologia?*. Lisboa. Edições IN- CM.

Madureira, Tânia Isabel Guimarães. 2012. *A Revitalização da Olaria em Trás diMunti e os Seus Significados Locais- Loiça pintada não é património*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural. Acervo Biblioteca de Antropologia - Universidade de Coimbra.

Malinowski, Bronislaw. 2009 (1972). *Uma Teoria Científica de Cultura*. Lisboa. Edições 70.

Mapril, José. 2006. *Passageiros de Schengen: a dialética entre fluxos e encerramento no trabalho de campo*. In: Terenos Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais..

Marcus, George E. 1995. *Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. In: Annual Review of Anthropology. vol.24. Pág. 95-117.

Martins, Alcina Manuela de Oliveira. 1992. *Da Devoção a S. Tiago à Contestação dos Votos Jacobeios*. In: I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela. Lisboa. Editora Távola Redonda. Pág. 97-102.

Marques, José. 2000 (1998). *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e Condicionalismos de uma Caminhada*. In: Mínia. Número 6, série IIIª. Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural. Braga. Pág.1-44.

Maroy, Christian. 1997 (1995). *A Análise Qualitativa de entrevistas*. In: Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva. Pág. 117-154.

Moreira, Carlos Diogo.1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, Carlos Diogo. 2007. *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa. Instituto de Ciências

Socias e Políticas.

Moreno, Humberto Baquero. 1992. *As Peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza*. In: I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela. Lisboa: Editora Távola Redonda. Pág. 75- 82.

Oficina del Peregrino. 2016. “*Dados Estatísticos da Peregrinação a Santiago de Compostela.*” Disponível em: <http://peregrinossantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/>. Acesso em: 04 Jan. 2016.

OMT (Organização Mundial do Turismo). 2001. *Introdução ao Turismo*. Direção e redação Sancho, Amparo, traduzido Corner, Dolores Martins Rodrigues. São Paulo. Ed. Roca.

Pereira, Pedro. 2003. *Peregrinos - Um Estudo Antropológico das Peregrinações a pé a Fátima*. Lisboa. Editora Crença e Razão.

Plötz, Robert. 1993. *El Apostolo Santiago el Mayor em la Tradición Oral y Escrita*. In: Santiago, Caminho de Europa: Culto y Cultura em la peregrinación a Compostela. Santiago. ATENEA, Comunicación y Mecenazgo S.A. Pág.193-208.

Prats, Llorenç. 2009. *Heritage according to scale*. In: Heritage and Identity. London. Routledge.

Quintino, Maria Celeste Rogado. 2004. *Revisão de agendas etnográficas: convés, varandas, aldeias e cidades*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Reira, José António de la. 2007. *Introdução ao Caminho Português na Galiza*. In: A Grande Obra dos Caminhos: Caminho Português na Galiza, vol. XI. Coruña. HéculasEdiciones. Pág.40-65.

Rivas, José Luis Barreiro.1997. *La Función Política de los Caminos de Peregrinación en la Europa Medieval – Estudio del Camino de Santiago*. Madrid. Editorial Tecnos S.A.

Rivière, Claude. 2013 (1995). *Introdução à Antropologia*. Lisboa. Edições 70.

Rocha. Pedro Romano. 1993. *El Peregrino a Santiago y la Oración de la Igleseia*. In: Santiago, Caminho de Europa: Culto y Cultura em la peregrinación a Compostela. Santiago. ATENEA, Comunicación y Mecenazgo S.A. Pág.17-34.

Referências Bibliográficas

Rodrigues, Marly. 2005. *Preservar e Consumir: O Patrimônio histórico e turismo*. In: *Turismo e Patrimônio Cultural*. FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). 4ª edição. São Paulo. Contexto.

Ruquoy, Daniele. 1997 (1995). *Situação de entrevista e estratégia do entrevistador*. In: *Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva. Pág. 84-116.

Sacramento, Octávio José Rio, 2014. *Atlântico passional: mobilidades e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras*. Instituto Universitário de Lisboa e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Salazar, Mónica Gómez. 2009. *Pluralidad de Realidades, diversidad de Culturas*. México. Universidad Nacional Autónoma de México.

Sarró, Ramo; Lima, Antónia Pedrosa de. 2006. *Já Dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica*, In: *Terenos Metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

Singul, Francisco. 1999. *O Caminho de Santiago: a peregrinação ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro. EdUERJ..

Silva, José Antunes da. 2004. "Caminho de Santiago: uma Europa Peregrina". In: *Theologica. Identidade Social do Cristianismo. Série II. Vol. XXXIX. Fasc.1. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia. Braga.*

Soares, André Luis Ramos, Dr. Jeckyl and Mister Hide ou. 2009. *A Educação Patrimonial Serve a Quem?*. In: *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: Editora UNIFIL.

Sousa, Marco Antón Álvarez. 1999. *Teórico Para a Análise das Peregrinacions*. In: *Homo Peregrinus*. Vigo. Edicións Xerais de Galicia.

Storey, John. 2002 (2001). *Teoría cultural y cultura popular*. Barcelona. OCTAEDRO - EUB.

Teixeira, Alfredo. 2008. *Matrizes das Crenças em Portugal*. In: *Portugal: Percursos de Interculturalidade: Matrizes e Configurações*. Vol III. Cap.VII. SIG Lda. Lisboa. Pág. 299-378.

Turner, Victor; Turner, Edith. 1978. *Image and pilgrimage in: Christian culture*. New York.

Columbia University Press.

UNESCO.1- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. s/d .
“*História UNESCO*”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/>. Acesso em: 03 Fev. 2015.

UNESCO.2 - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. s/d.
“*Programa Tesouros Humanos Vivos*”. Disponível em:
<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00031-ES.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2015.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração*
“*Universal dos Direitos Humanos*”. 1998 (1948). Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 29 set. 2016.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2004.
“*Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*”. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2015.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2005.
“*Convenção para Diversidade das Expressões Culturais*”. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2015.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2006.
“*Convenção para Salvaguarda para o Patrimônio Imaterial*”. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 03 Fev. 2015.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2007.
“*Caminho de Santiago de Compostela*”. <http://whc.unesco.org/en/list/669>. Acesso em: 27 set. 2016.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2013.
“*Manual de Referência- Preparação de Candidaturas para o Patrimônio da Humanidade*”.
Disponível em: whc.unesco.org/document/124260. Acesso em: 26. set. 2016.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2014-2.
“*Lista do Patrimônio Mundial em Portugal*”. Disponível em:
http://whc.unesco.org/en/list/?search=Portugal&searchSites=&search_by_country=®ion=

Referências Bibliográficas

&search_yearinscribed=&themes=&criteria_r . Acesso em 03 fev.2015.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. 2015. “*Lista de Patrimônio Mundial*”. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 05 set. 2016.

Vecoli, Fabrizio; Khân, GabrieleMandel. 2011. *Dicionário das Religiões - Peregrinação I*. Editora MEDIA promo, Lda.

Xacobeo Galícia. s/d. “*Caminho de Santiago*”. Disponível em: <http://camino.xacobeo.es/es/caminos/camino-frances>. Acesso em 06 Fev. 2015.

Williams, Raymond. 2001 (1980). *Cultura y Sociedad. 1780 -1950*. Buenos Aires. NuevaVisón.

Williams, Raymond. 1985 (1976). *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. New York. Oxford University Press.

Zanirato, Silvia Helena. 2009. *O Patrimônio Cultural em Cidades Novas. Leituras da Política Patrimonial Paranaense*. In: A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Londrina. Editora UNIFIL. Pág. 78-93.

7. Apêndice

7.1 Registo Digital

7.1.1 O Mapa a Registo Georreferenciado

Dentre os objetivos desta investigação, a proposta foi de conhecer e registar o trajeto de peregrinação e os locais frequentados pelos peregrinos durante a peregrinação. (descrição da rota; locais de convívio, descanso e restauração; locais de visita; meios utilizados para a viagem).

Tendo como elementos norteador este objetivo, foi realizado um registo em GPS de todo trajeto realizado, assim como, dos locais de visita, tais como, os templos religiosos e monumento, locais de descanso.

Este trabalho possibilitou a criação de um mapa com apontamento sobre a sinalização, isto é, das setas amarelas indicativas do trajeto de forma georreferenciadas do trajeto do período de em que foi realizado o trabalho de campo. Houve também o registo dos monumentos, tais como, templos religiosos, cruzeiros, e outros elementos arquitetónicos destacados e assinalados como relevantes ou importantes ao longo do Caminho Central Português, assim como, os locais de descanso e fontes de água disponíveis ao longo do trajeto e das respetivas condições.

Esses pontos que dão origem ao mapa, tiveram como critério a sinalização do trajeto existente, ou seja, os elementos apresentados, através de imagens, são os encontrados no trajeto proposto. Sabe-se que há uma série de outros elementos presentes nas localidades. Contudo, quase por regra, a utilização ou visita por parte dos peregrinos à esses elementos não é realizada por indicação de traço ou trajeto contínuo de setas amarelas a indicar o caminho, em que os peregrinos observados, por raríssimas vezes, se desviaram para irem a esses locais que estavam além do trajeto proposto.

Apêndice

7.1.2 Álbum Digital

Como parte desse registo e descrição do trajeto, lança-se mão da utilização do registo fotográfico que foi realizado para auxiliar no processo de descrição. Nesta descrição apontam-se os elementos mais emblemáticos do trajeto. Esse registo de fotos selecionadas, no total de 15.000, conta com cerca de 2.270 fotografias, sendo organizadas pelas etapas de peregrinação e seguem a sequência do trajeto.

Nota: O mapa e álbum fotográfico, juntamente com as respectivas informações de acesso, encontram-se no dispositivo de armazenamento (DVD).

8. Anexos

Os documentos que seguem em anexos, são os documentos mencionados ao longo deste trabalho de investigação, sendo que alguns deles foram agrupados, de acordo com o conteúdo e momento em que foram produzidos. Os documentos apresentados são:

- Carta Grijó;
- Princípios Básicos de Sinalização e Ata de Resumos – Fórum Sinalização: Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal; Ata de Resumo “Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação - Sinalização do Caminho de Santiago & Caminho de Fátima em Portugal;
- Conclusões & Propostas e Ata Resumo - Conferência Oliveira de Azeméis: Conferência “Carta de Grijó: E Agora?; Conclusões e Propostas “Carta de Grijó: E Agora?;
- Ata Reunião “Caminho Português de Santiago de Compostela – Valorização Cultural e Turística”;
- Estatuto Associação Espaço Jacobeu;
- Estatuto/ Regulamento Associação de Peregrinos Via Lusitana;
- Proposta de Candidatura / Mapa Proposta;
- Mapa Património da Humanidade.

Carta de Grijó

Carta de Grijó

sobre o Caminho de Santiago e de Fátima

Os participantes no **Fórum Sinalização** - Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização dos itinerários de peregrinação “Caminho de Santiago” e “Caminho de Fátima”, reunidos no Mosteiro de Grijó, a 13 de Dezembro de 2009,

Considerando,

1. Que o Conselho da Europa recomendou em 1984 (Recomendação 987) “Uma cooperação entre os Estados-membros destinada a preservar conjuntamente os itinerários internacionais de peregrinação - por exemplo uma acção concertada tendo em vista fazer figurar os itinerários mais significativos e os seus monumentos no repertório do património mundial da UNESCO”.
2. Que o Conselho da Europa apresentou a Declaração de Santiago de Compostela (23 de Outubro 1987), apelando as autoridades, instituições e cidadãos para (entre outros):
 - a) Perseguir o trabalho de identificação dos caminhos de Santiago sobre o conjunto do território europeu;
 - b) Estabelecer um sistema de sinalização dos principais pontos do itinerário pela utilização do emblema proposto pelo Conselho da Europa;
 - c) Desenvolver uma acção coordenada de restauração e posta em valor do património arquitectónico e natural situado na proximidade destes caminhos.
3. Que o Conselho da Europa declarou, em 1987, o Caminho de Santiago como “Primeiro Itinerário Cultural Europeu”, e em 2004 atribuiu-lhe a menção de “Grande Itinerário Cultural Europeu”.
4. Que a UNESCO inscreveu, em 1993, o Caminho Francês de Santiago (de Roncesvalles até Santiago de Compostela) na lista do património da humanidade.
5. Que a UNESCO inscreveu, em 1998, como “Caminhos de Santiago – du Puy - em França”, 64 monumentos individuais notáveis, 7 conjuntos e 7 secções de caminho particularmente distinguidos, na lista do património da humanidade.
6. Que a Comissão Europeia lançou, em 19 de Março de 2007, a etiqueta “Património Europeu”, atribuída aos lugares que desempenharam um papel particular na história da Europa e sua progressiva construção.
7. Que existem em Portugal diversos itinerários históricos de peregrinação, seja a Santiago de Compostela, seja a outros santuários nacionais que, em certas épocas da História, convocaram milhares de peregrinos.
8. Que os itinerários portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela registaram, desde do século IX até aos dias de hoje um contínuo fluxo de peregrinos, mesmo quando o mesmo não acontecia em outros itinerários, hoje classificados como património mundial.

9. Que na actualidade, os Caminhos Portugueses são o segundo itinerário mais percorrido dos Caminhos de Santiago.

10. Que os itinerários de peregrinação são itinerários religiosos e de manifestação de fé de quem os percorre com esse intuito, mas que permitem ainda o contacto com o património cultural, artístico, arquitectónico e da natureza, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das regiões que atravessam.

Declaram,

1. Que é urgente que o Estado português se consciencialize do património cultural e paisagístico que constituem os itinerários de peregrinação em Portugal;

2. Que é urgente a classificação dos Caminhos Portugueses de Santiago como património cultural e natural nacional, promovendo medidas para o seu estudo, protecção e conservação.

3. Que importa iniciar o processo de candidatura para a inscrição dos Caminhos Portugueses de Santiago na lista do património mundial da UNESCO.

4. Que para este efeito, seja constituído um Conselho de Cooperação para a gestão e coordenação dos itinerários de peregrinação em Portugal. Este Conselho deverá ainda integrar as Câmaras Municipais e outras instituições públicas regionais. Devem ter assento neste Conselho as associações relacionadas com estes itinerários.

5. Que neste âmbito, seja nomeada ou criada, pelo Governo da República Portuguesa, uma entidade responsável pela regulamentação e homologação da sinalização dos itinerários de peregrinação em Portugal, em especial para os Caminhos de Santiago e os Caminhos de Fátima. Esta mesma entidade deverá ser responsável pela urgente elaboração de um manual técnico para a execução da sinalização destes itinerários específicos.

Os participantes no **Fórum Sinalização - Princípios Básicos** a adoptar na abertura e sinalização dos itinerários de peregrinação “Caminho de Santiago” e “Caminho de Fátima”, em vésperas do Ano Jubilar Compostelano de 2010, manifestam ainda o seu desejo de que os Caminhos Portugueses de Santiago possam vir a ser inscritos na lista do património da humanidade da UNESCO por ocasião do Ano Santo de 2021.

Grijó, 13 de Dezembro de 2009.

Princípios Básicos Sinalização
e Ata Resumo - Fórum
Sinalização

Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação

Sinalização do **Caminho de Santiago** **&** **Caminho de Fátima** *em Portugal*



Documento Aprovado no Fórum Sinalização

Mosteiro de Grijó
13 de Dezembro de 2009

SUMÁRIO

1. Introdução
2. O Caminho Português de Santiago
3. História da Sinalização
 - 3.1. Caminho Português de Santiago
 - 3.2. Caminho de Fátima
4. Metodologia a seguir para a abertura de um novo itinerário de peregrinação
5. Elementos de sinalização propostos para o Caminho de Santiago e para o Caminho de Fátima
 - 5.1. Placa de entrada em localidades
 - 5.1.1. Caminho de Santiago
 - 5.1.2. Caminho de Fátima
 - 5.2. Placa mapa
 - 5.3. Placas indicadoras de direcção
 - 5.3.1. Placa com logótipo e Seta
 - 5.3.1.1. Caminho de Santiago
 - 5.3.1.2. Caminho de Fátima
 - 5.3.2. Placa com seta simples
 - 5.3.2.1. Caminho de Santiago
 - 5.3.2.2. Caminho de Fátima
 - 5.3.3. Confirmações
 - 5.3.3.1. Caminho de Santiago
 - 5.3.3.2. Caminho de Fátima
 - 5.3.4. Marcas
 - 5.4. Sinalização mista Caminho de Santiago/ Caminho de Fátima
 - 5.4.1. Seta Simples
 - 5.5. Outras placas
 - 5.5.1. Placa de caminho errado
 - 5.5.2. Placas informativas
 - 5.5.3. Placas indicativas
6. Manutenção
7. Conclusão

Com este documento pretendemos oferecer linhas directivas e recomendações destinadas as autoridades públicas, bem como as associações que trabalham no Caminho de Santiago e de Fátima. Pretendemos assim contribuir para uma execução uniforme da sinalização.

1. Introdução

O Ano Santo de 1993 representou uma viragem significativa para o Caminho de Santiago. Se de facto as visitas, em 1982 e em 1989, do Papa João Paulo II a Santiago de Compostela (foi o primeiro Papa a visitar o túmulo do Apóstolo Tiago), contribuíram para o despertar do interesse pelo Caminho, outros factores se associaram: em 1987, o Concelho da Europa declara-o “Primeiro Itinerário Cultural Europeu”, e em 1993, a UNESCO inscreve o itinerário dito “Caminho Francês” em Espanha, na lista do património cultural da humanidade. E é para este Ano Santo de 1993, que a Xunta de Galicia promove um ímpar plano de promoção: reabilita caminhos, constrói albergues, e faz uma grande campanha publicitária. Assim, nesse ano, mais de 100 mil peregrinos recebem a “Compostela” (documento expedido pela Catedral de Santiago a quem realizou a tradicional peregrinação cristã). No Ano Santo de 2004 este número ultrapassou os 150 mil peregrinos...

Desde do Ano Santo de 2004, o Caminho Português de Santiago têm registado um crescimento significativo do número de peregrinos. Do mesmo modo, nos últimos anos, têm crescido o número de peregrinos que, percorrendo, no sentido inverso, o Caminho de Santiago, se dirigem para Fátima. Assim voltaram a ser usadas as antigas estradas e os velhos caminhos, sendo abertos “novos” itinerários de peregrinação.

Mas na actualidade, estes “novos” itinerários de peregrinação apresentam graves insuficiências que põem em causa a integridade dos peregrinos. A deficiente sinalização destes itinerários ocasiona – demasiadas vezes – que os peregrinos se confundam e percam, percorrendo quilómetros a mais ou, simplesmente, desistam do seu intuito.

Assim, é necessário e urgente que os itinerários de peregrinação para Santiago de Compostela e para Fátima sejam devidamente estudados, identificados e sinalizados, sendo ainda efectuada a sua manutenção.

Para tal, há de se utilizar o “Manual de Regras para a sinalização do Caminho de Santiago”, publicado pelo Ministério das Obras Públicas de Espanha em 1993, destinado a facilitar a elaboração e a realização de uma sinalização do Caminho de Santiago, em todos os países europeus, tendo ainda a vocação à uniformizar os múltiplos signos existentes nos caminhos que levam a Santiago de Compostela.

Mas se o Caminho de Santiago e o Caminho de Fátima são os itinerários de peregrinação hoje mais percorridos, não podemos nem devemos nos esquecer da presença, em todo o território nacional (continental e ilhas), de outros itinerários de peregrinação nacionais, regionais e locais.

Importa por isso, desde já, ganhar consciência da riqueza patrimonial e cultural existem em volta dos itinerários de peregrinação em Portugal.

As propostas que aqui se apresentam são o modesto contributo de peregrinos preocupados com o desenvolvimento destes itinerários de peregrinação.

Este documento foi aprovado no âmbito do Fórum Sinalização, realizado no Mosteiro de Grijó, em 13 de Dezembro de 2009, em vésperas do Ano Santo de 2010.

2. O Caminho Português de Santiago

“A peregrinação a Santiago de Compostela, é um dos principais eventos culturais da Europa da Idade Média. Ele teve uma grande influência tanto sobre as artes, como sobre a civilização de numerosos países da Europa ocidental. As diferentes estradas seguidas pelos peregrinos convergiam todas em Santiago de Compostela aos pés do túmulo do apóstolo e em todas estão espalhadas obras de arte e de criação arquitectónica. (...) Acrescenta-se a isso que o Caminho de Santiago é ainda, nos nossos dias, percorrido por inúmeros peregrinos. O Caminho de Santiago não tem equivalência se considerarmos a sua influência importante e mesmo fundamental na formação da Europa do Oeste”

Avaliação apresentada a UNESCO para a inscrição do Caminho de Santiago na lista do património mundial – ICOMOS, Outubro 1993.

A lenda e a notícia da descoberta do túmulo do Apóstolo Santiago, no ano 813, propagou-se por todo o Ocidente. O culto de Santiago ganhou assim as suas raízes no território que viria a ser Portugal. Por toda parte surgem igrejas e topónimos que o atestam.

No que respeita aos percursos, a peregrinação portuguesa a Compostela nunca deu origem a um caminho unificado. Os caminhos para a cidade do Apóstolo eram muitos, embora se possam definir algumas vias principais.

As vias de comunicação medievais assentavam fundamentalmente na notável rede viária romana. Em Portugal essas vias “assentavam sobre uma trílice infra-estrutura de meios de comunicação que se interpenetravam e completavam: terrestres, fluviais e marítimas. As vias terrestres continuavam a ter por base as redes traçadas por romanos e muçulmanos”¹.

A “estrada” mais utilizada seria o eixo Lisboa – Valença do Minho por Santarém (onde se podia chegar em apenas um dia pelo Tejo), Tomar, Coimbra, Porto, Braga e Ponte de Lima. Ou, mais tarde (1325), saindo do Porto para Barcelos e daí para Ponte de Lima e Valença do Minho. Á este eixo estavam ligados outros: A importante estrada romana Mérida – Braga, passando por Viseu e Lamego, podendo na Régua descer a Braga ou seguir para Chaves (não podemos esquecer que Coimbra, Viseu e Lamego eram as cidades mais importantes entre o Mondego e o Douro); Aliás é desde Coimbra que sai outro itinerário em direcção a Viseu, Lamego e Braga, descrito pelo geógrafo árabe Edrici (Século XII).

Um papel importante desempenharam também as vias “per loca marítima”, ao longo da costa, como a Lisboa, Montemor-o-Velho e, a Porto – Caminha. Não esqueçamos ainda as estradas mouriscas. As saídas de Portugal para a Galiza faziam-se predominantemente por Valença do Minho (Tuy), Chaves (Verín) e Portela do Homem.

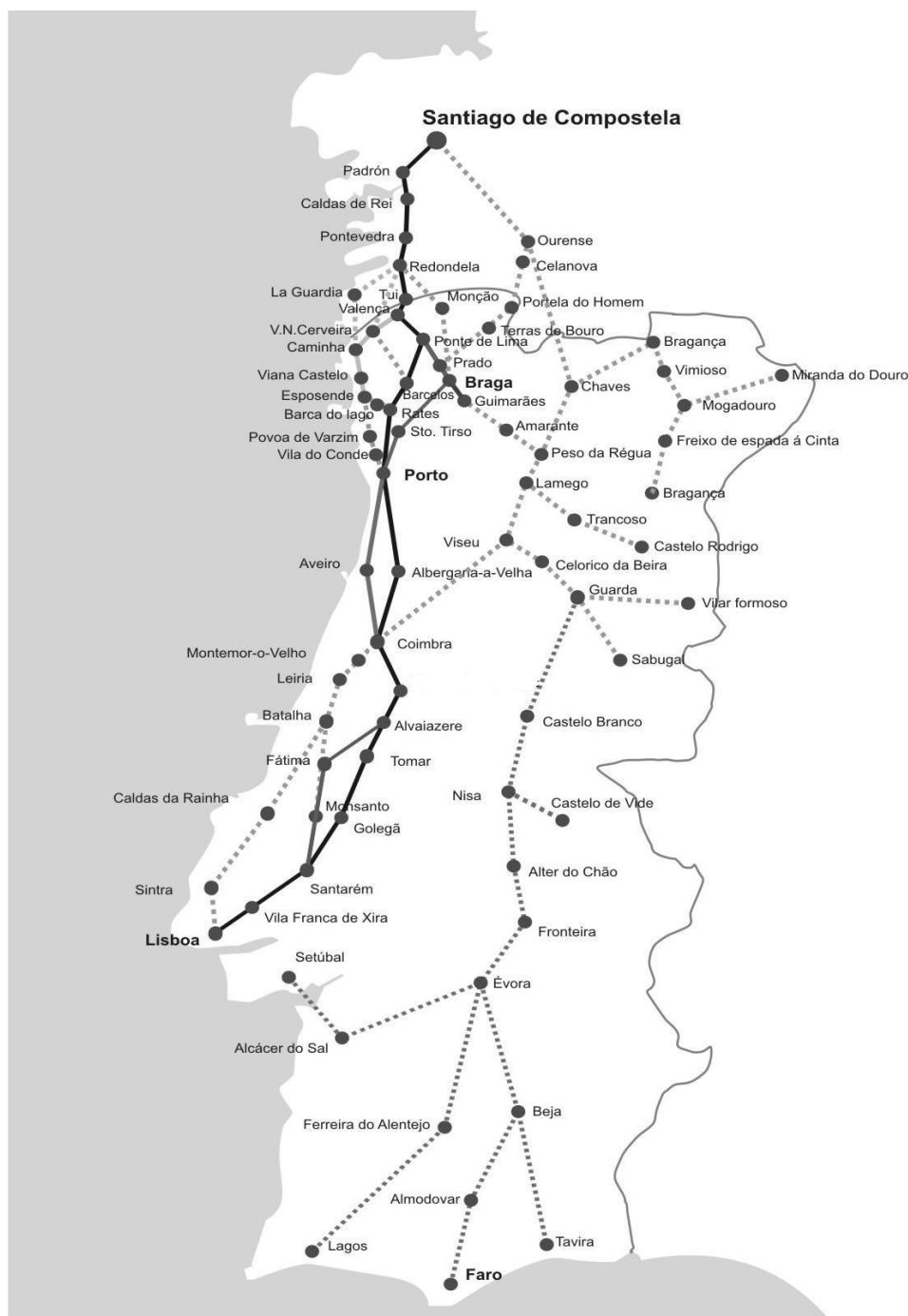
Dos relatos conhecidos de peregrinações pelo Caminho Português, o mais completo é o de Gianbattista Confalonieri, que, em 1594, foi de Lisboa a Compostela². Mas já no século XII, Edrici, autor de “Recreio do que anseia percorrer os horizontes do mundo”³,

¹ MARQUES, A.H. de Oliveira - *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 4º ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978.

² CONFALONIERI, Gianbastista - *Por terras de Portugal no século IV*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa 2002.

³ JAUBERT, P.A., *Livro de Roger*; DUBLER, César E. – *Los caminos a Compostela en la obra de Idrisi*, in «al-Andalus», XIV, 1949; LOPES, David – Os árabes nas obras de Alexandre Herculano, in «Boletim

descreve dois itinerários portugueses de Coimbra para Compostela, um por mar e outro por terra. Outros peregrinos deixaram-nos também o seu testemunho: O Barão de Rosmithal (1466), os alemães Jerónimo Munzer (1495) e Erich Lassota de Steblau (1581), Nicola Albani (1745), o príncipe Cosme III de Médicis (1669), ou ainda o Doménico Laffi (1691). Infelizmente, são poucas as informações sobre o itinerário que importantes individualidades portuguesas seguiram para alcançar Santiago de Compostela. É o caso de D. Sancho II (1244), a Rainha Santa Isabel (1325), e D. Manuel I (1502).



Itinerários de Peregrinação em Portugal

da Segunda Classe”, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1910; COELHO, António Borges, Portugal na Espanha Árabe, 2.ª ed., Vol. 1, Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

Princípios Básicos na sinalização do Caminho de Santiago e de Fátima

3. História da Sinalização

3.1. Caminho Português de Santiago

Por ocasião do Ano Santo de 1965, a Livraria Cruz (Braga) publica o livro “Caminho Português para Santiago de Compostela” do Conde d’Aurora, que oferece os primeiros subsídios sobre os itinerários do Caminho de Santiago no Norte de Portugal. É certo que, de entre outros autores, Mário Martins, em 1957, já tinha escrito sobre a peregrinação a Santiago de Compostela⁴, mas não apresentando itinerários.

Em 1982 a “Asociación Amigos de los Pazos” (Vigo/ Galiza) inicia uma campanha junto ao Conselho da Europa afim de que os Caminhos de Santiago possam ser alvo de um plano integrado de recuperação. Esta campanha que se tinha iniciado dois anos antes junto ao Governo de Espanha, leva a aprovação da Recomendação 987 (1984) sobre o Caminho de Santiago, e culmina em 1987 com a declaração do Caminho de Santiago como Primeiro Itinerário Cultural Europeu.

Em 1984 os “Amigos de los Pazos” convocam o 1º Encontro Internacional sobre os Caminhos de Santiago, realizado em Tuy (Galiza). Sucessivamente, em anos posteriores, são convocados mais dois encontros. No mesmo ano (1984), conjuntamente ao Círculo de Amizade Almeida Garret, realizam a peregrinação a pé desde Braga.

Em 1985, Manuel Cadafaz de Matos apresenta “O culto português a Sant’Iago de Compostella ao longo da Idade Média; peregrinações de homenagem e louvor ao túmulo e à cidade do apóstolo entre o séc. XI e o séc. XV”⁵. No ano seguinte, o professor Humberto Baquero Moreno apresenta as “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”⁶. Em 1988, Manuel Inácio da Rocha escreve sobre “Nossa Senhora do Norte nos caminhos de Santiago”⁷. Em 1990, o P. Arlindo Magalhães da Cunha apresenta as suas investigações em “A Caminho de Santiago - Da Serra do Pilar a S. Pedro de Rates”⁸, e no mesmo ano é editado o guia “Por Caminhos de Santiago – Itinerários portugueses para Compostela” de Carlos Gil e João Rodrigues⁹. Já no âmbito do Ano Santo de 1993, surgem várias publicações sobre os Caminhos Portugueses de Santiago: Um guia Porto – Compostela editado, no âmbito da Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal, pela Xunta da Galiza; “Caminhos de Santiago no Entre Douro e Minho”, do Dr. Alberto Abreu; O catálogo da exposição “S. Tiago nas Imagens e Caminhos do Alto Minho”, que no seu final apresenta um mapa dos itinerários nessa região; entre outros mais.

São também realizados em Portugal importantes e decisivos congressos. O de maior dimensão para o estudo do Caminho Português de Santiago é aquele realizado no Porto, organizado pelo Círculo de Amizade Almeida Garret, em 1989¹⁰.

Mas de facto só em 1992, às portas do Ano Santo de 1993 - que projectou o Caminho de Santiago em todo o mundo – é que se iniciou o estudo, reconhecimento e sinalização do Caminho Português de Santiago... na Galiza, entre Tuy e Santiago de Compostela. Este

⁴ MARTINS, Mário – Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média, 2ª Ed., Lisboa, Brotéria.

⁵ in separata de “Bibliotecas, Arquivos e Museus”.

⁶ in “Revista da Faculdade de Letras: História”, Porto.

⁷ in “Boletim do CER”, separata nº4, Viana do Castelo.

⁸ Edição da Associação de Amizade de S. Pedro de Rates, 1992.

⁹ Guias Dom Quixote, Lisboa, 1990.

¹⁰ Actas do I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago, Távola Redonda, Lisboa, 1992.

trabalho foi realizado pela Asociación Amigos de los Pazos e pela Asociación Galega Amigos do Camiño de Santiago (AGACS).

Foi com a recém nascida Associação de Amigos do Caminho de Valença que se inicia o estudo e sinalização do itinerário entre Ponte de Lima e Valença do Minho/ Tuy. Do mesmo modo, em 1998, com o aparecimento da Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago, inicia-se o estudo e sinalização do itinerário desde Barcelos e depois, desde do Porto.

Em 2004, a Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia da UCP Braga, lançam o projecto “Espaço Jacobeus”, no âmbito do qual promovem o estudo e a sinalização do itinerário desde Braga até Ponte de Lima.

Em 2006, a AGACS aproveitando o Caminho do Tejo, itinerário de peregrinação para o Santuário de Fátima, aberto pelo Centro Nacional de Cultura (2003), e o trabalho de Alexandre dos Santos Rato, sinaliza o itinerário de Lisboa até ao Porto. No mesmo ano, a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo (fundada em 2004), sinaliza o “Caminho da Costa”, pela orla costeira, de Castelo de Neiva (Viana do Castelo) até Valença do Minho.

Em 2009, a Associação Espaço Jacobeus termina o estudo e sinaliza o tramo de Guimarães a Braga. Aproveitando o estudo do historiador local, Dr. Penteadó Neiva, sinaliza ainda o itinerário desde S. Pedro de Rates até Castelo de Neiva, permitindo aos peregrinos vindos do Porto, poderem optar, em S. Pedro de Rates, por seguir para Barcelos ou para Esposende.

Nota: Foram editadas, nos últimos anos, mais de uma centena de obras sobre o Caminho de Santiago em Portugal. Existem milhares de sítios na Internet sobre o Caminho Português. Surgiram e apagaram-se associações jacobeias. Assim foram estudados e sinalizados outros itinerários de peregrinação, que optamos por não citar aqui por não terem sido objecto de qualquer acção de manutenção, fazendo com que hoje seja difícil ou impossível seguir esses trajectos. Em anexo colocamos uma listagem das associações jacobeias referenciadas em Portugal e na Galiza.

3.2. Caminho de Fátima

Como é do conhecimento geral muitos milhares de peregrinos dirigem-se anualmente a pé a Fátima e ainda muito outros o fazem ocasionalmente, sendo certo que esses peregrinos o fazem quase sempre por estradas asfaltadas de intenso tráfego automóvel com o que correm grandes riscos, além de estarem sujeitos a uma forte poluição atmosférica e sonora. Os acidentes, infelizmente, não são raros e a saúde é afectada também pela inalação de gases de escape dos veículos. Todos estes inconvenientes – e o ruído não é o menor – determinaram o CNC – Centro Nacional de Cultura a conceber um projecto, à escala nacional, que contempla a sinalização de caminhos alternativos, sempre que possível trilhos de terra batida ou caminhos rurais e, quando isso não é viável, estradas rurais com pouco trânsito.

A delineação do critério e a metodologia inicial foram da responsabilidade do arqt.º paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Foi estabelecida uma parceria com o Ministério do Ordenamento Territorial que ofereceu a cartografia e as fotografias aéreas, com a firma Entrepósito que pôs à disposição um veículo 4 x 4, e assinado um protocolo com as nove câmaras municipais cujo território é atravessado pelo caminho que iria ligar Lisboa a Fátima, o primeiro caminho a ser sinalizado, ao qual chamámos Caminho do Tejo por

ldear este rio desde Lisboa até Santarém. Foi criado um logótipo “Caminhos de Fátima” a ser usado em todos os caminhos, logótipo que foi devidamente registado. A Secil ofereceu os marcos que são e serão todos de betão bem cofrado, criando assim uma normalização que evitará no futuro uma inconveniente diversidade de materiais e marcos. Os azulejos foram oferecidos pela Fábrica de Cerâmica Constância. Foi editado um Guia do Peregrino do Caminho do Tejo, oferecido pela Reader’s Digest, que complementa a sinalização feita com cerca de 150 marcos a que foram acrescentadas centenas de setas azuis. Foi editado um álbum de qualidade, com fotografias e texto.

De acordo com um protocolo, a implantação dos marcos foi realizada pelas câmaras municipais sob a coordenação do CNC. Também, e segundo o protocolo, a manutenção do Caminho compete às câmaras municipais pelo que anualmente é realizada uma vistoria fazendo uma lista do que há fazer (levantar algum marco caído, cortar ervas ou silvas que tapam outro, rever uma situação em que um novo caminho exige uma alteração, etc.). No entanto, apesar das autarquias mostrarem sempre a disposição de honrar o compromisso assumido pelo protocolo mostrando empenho e boa vontade, verifica-se que, por terem uma estrutura pesada e por isso burocratizada, nem sempre conseguem a rapidez e a agilidade necessárias para resolver pequenos casos pontuais.

Ao Caminho que de Valença alcança Fátima por Ponte de Lima, Porto e Coimbra, o CNC decidiu apelar de Caminho do Norte. Este Caminho já está todo marcado com setas azuis estando gora em fase de revisão final que deve estar terminada em breve. Também aqui foi celebrado um Protocolo com as 16 Câmaras Municipais atravessadas. É de notar que tanto este Caminho, como o Caminho do Tejo, são igualmente Caminhos de Santiago, estando por isso também marcados com setas amarelas embora, claro está, no Caminho do Norte indicando sentidos opostos. Actualmente não poucos peregrinos que de vários pontos de Espanha e outros países demandam Santiago, peregrinam depois para Fátima, sendo o contrário também frequente, o que é possibilitado por o Caminho do Norte entroncar em Tui/Valença com o *Camiño Portugués de Santiago*.

4. Metodologia a seguir para a abertura de um novo itinerário de peregrinação

A abertura de um novo itinerário de sinalização deverá obedecer a uma metodologia sistemática. Não se deverá abrir nenhum itinerário sem garantir estes passos:

4.1. Estudo

Em primeiro lugar há-de se promover uma investigação séria, cuidada e exaustiva sobre o itinerário de peregrinação pretendido. Para tal aconselha-se recorrer a, entre outros, historiadores locais e a investigadores nacionais.

4.2. Reconhecimento

Após o estudo de um itinerário histórico há-de se verificar a sua presença, conservação e segura utilização “in loco” (no terreno). Na medida dos possíveis, respeitando o traçado histórico, há-de se escolher caminhos de terra-batida e/ ou empedrados, evitando tanto quanto possível as estradas asfaltadas e/ ou frequentadas por veículos motorizados. Devem ser banidos os troços que se revelem perigosos (ou, caso seja possível, efectuar obras que eliminem esses perigos). Recomenda-se efectuar uma derivação sempre que se considere necessário atingir um ponto notável (monumento, etc.), tendo em atenção que o número de quilómetros adicionais (para o conjunto da etapa) não seja muito elevado. Aliás, há-de se optar pelo caminho (histórico) mais curto. Há-de se evitar a marcação em caminhos privados, dando prioridade a caminhos

públicos e de serventia, pelo que é necessário apurar a propriedade dos caminhos. Recomenda-se ainda a consulta as autarquias, as entidades locais e regionais, e aos proprietários (caso existam) de modo a obter a autorização para a implementação da sinalização.

4.3. Sinalização

A sinalização de um itinerário de peregrinação deve ser efectuada no respeito pelos presentes “Princípios Básicos na sinalização do Caminho de Santiago e de Fátima”. A entidade responsável pela abertura do itinerário deverá fazer uma descrição sumária do itinerário, apresentando as características mais importantes e consideradas pertinentes dos locais por onde passa o itinerário (monumentos, lendas, etc.), a distância em quilómetros, a identificação das etapas, o traçado do percurso (opcionalmente marcado na Carta Militar de Portugal, do Instituto Geográfico do Exército, na escala 1/25 000), e um perfil do itinerário, com indicação das altitudes principais. Estas informações devem ser de acesso público, através da Internet ou da publicação de folhetos ou guias (sendo aconselhável a sua distribuição gratuita ou a baixo custo).

4.4. Manutenção

A entidade que procede a abertura de um itinerário, deve-se responsabilizar pela sua manutenção, durante um período mínimo de cinco anos. Em caso de impedimento deverá contactar outra entidade que possa se responsabilizar por esta tarefa.

5. Elementos de sinalização propostos para o Caminho de Santiago e para o Caminho de Fátima

Advertências

- a) A sinalização é essencialmente para o peregrino a pé, a cavalo ou em bicicleta. No entanto ela também deve ser pensada para a população local e o público em geral, informando que se encontram num itinerário de peregrinação, seja ela para Santiago de Compostela ou para Fátima.
- b) O itinerário tem de estar sinalizado de forma a ser percorrido por qualquer pessoa, mesmo sem experiência, sem recurso a técnicas ou equipamentos de orientação (GPS, mapas, bússolas, guias, etc.).
- c) A sinalização deve estar bem visível de longe (não devem, por exemplo, estar escondidas por construções ou vegetação). Deve ainda estar bem integrada no meio onde se coloca, devendo aproveitar as possibilidades de fixação existentes (sinais da estrada, postes de iluminação, etc.).
- d) Deverão existir elementos de sinalização de 10 minutos em 10 minutos de marcha¹¹, para além de estarem sinalizados todos os cruzamentos.
- e) Na sinalização do Caminho de Santiago, será utilizado o “Manual de Regras para a sinalização do Caminho de Santiago”, publicado pelo Ministério das Obras Públicas de Espanha, em 1993.
- f) Na sinalização do Caminho de Santiago, o centro da vieira de Santiago é sempre colocado no sentido inverso da marcha.
- g) Na sinalização do Caminho de Fátima será utilizado o logótipo, apresentado pelo Centro Nacional de Cultura, do “Caminho do Tejo”.

¹¹ Os tempos de marcha são calculados na base de uma velocidade de marcha média, sem pausas, de 4 km por hora, sobre terreno plano. Assim esta distância não deve ultrapassar os 250 metros.

h) Ter em atenção que é necessária a devida autorização das autoridades públicas ou dos proprietários privados para a colocação da sinalização e/ou utilização de caminhos privados.



Logótipo Oficial dos Caminhos de Santiago¹²



Logótipo Oficial dos Caminhos de Fátima



Placa aprovada pelo Conselho da Europa

¹² O centro da vieira simboliza a cidade de Santiago de Compostela. Os raios da vieira representam os Caminhos de Santiago que levam àquela cidade.

5.1 Placa de entrada em localidades

A “placa de entrada em localidades” tem a vocação de sinalizar e materializar a presença do Caminho ao conjunto da população local e aos visitantes (peões, ciclistas ou automobilistas), numa localidade. Pode ser colocada a entrada ou a saída da localidade, sobre a sinalização já existente ou sobre outra, desde que visível desde do eixo principal de circulação.

5.1.1. Caminho de Santiago



Logótipo Oficial + Identificação da localidade em letras azuis sobre fundo amarelo

5.1.2. Caminho de Fátima



Logótipo Oficial + Identificação da localidade em letras brancas sobre fundo azul

5.2. Placa mapa

A “placa mapa” (Infopoint) tem a vocação de indicar ao peregrino a sua posição no itinerário de peregrinação. Podem existir “placa mapa” dos itinerários a nível nacional, regional ou local. Pode ser colocada ao início de cada etapa e/ou no início de uma secção do itinerário. A “placa mapa” terá outras indicações de interesse para o peregrino, como por exemplo: quilometragem, pontos de água potável, albergues, monumentos. A “placa mapa” deverá estar em, no mínimo, quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês).



*O mapa apresentado é apenas de carácter informativo
devem ser elaborados mapas mais detalhados*

5.3. Placas indicadoras de direcção

A “placa indicadoras de direcção” tem a vocação de assegurar a continuidade da sinalização sobre todo o itinerário. Deve ser utilizada nos cruzamentos ou nas mudanças importantes de direcção.

5.3.1. Placa com logótipo e seta

5.3.1.1. Caminho de Santiago

Esta placa com o logótipo e a indicação “Caminho de Santiago” faz, em primeiro lugar, a associação do logótipo com a identificação do itinerário; Em segundo lugar, indica a direcção a seguir¹³.



Logótipo oficial + seta amarela

5.3.1.2. Caminho de Fátima

Esta placa com o logótipo e a indicação “Caminho de Fátima” faz, em primeiro lugar, a associação do logótipo com a identificação do itinerário; Em segundo lugar, indica a direcção a seguir.



Logótipo oficial + seta azul

¹³ Ver “Advertências” alínea e).

5.3.2. Placa com seta simples

5.3.2.1. Caminho de Santiago

Esta placa com a seta amarela e a indicação “Caminho de Santiago” faz, em primeiro lugar, a associação da seta amarela com a identificação do itinerário; Em segundo lugar, indica a direcção a seguir.



Seta amarela + “Caminho de Santiago”

5.3.2.2. Caminho de Fátima

Esta placa com a seta azul e a indicação “Caminho de Fátima” faz, em primeiro lugar, a associação da seta azul com a identificação do itinerário; Em segundo lugar, indica a direcção a seguir.



Seta Azul + “Caminho de Fátima”

5.3.3. Confirmações

As “confirmações” confirmam o caminho e a direcção a seguir. Devem ser colocadas nos cruzamentos, nos sítios em que o traçado esteja confuso, bem como de 10 minutos em 10 minutos de marcha¹⁴.

5.3.3.1. Caminho de Santiago

Neste caso a seta apresenta-se sem mais nenhuma indicação a não ser a direcção a seguir.



Seta Amarela

¹⁴ Ver nota nº 11.

5.3.3.2. Caminho de Fátima

Neste caso a seta apresenta-se sem mais nenhuma indicação a não ser a direcção a seguir.



Seta Azul

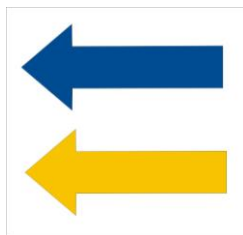
5.3.4. Marcas

As marcas são “confirmações” (setas amarelas ou azuis, ou ainda as duas juntas como indicado em 5.4.) pintadas sobre rochas, árvores, muros, postes e outros suportes similares.

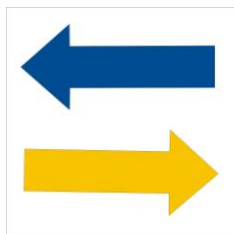
5.4. Sinalização mista Caminho de Santiago/ Caminho de Fátima

5.4.1. Seta Simples

Neste caso apresentam-se as duas setas (azul e amarela) sobrepostas, sem mais nenhuma indicação a não ser a direcção a seguir, sejam as duas no mesmo sentido ou cada uma em sentido contrário.



Seta azul + Seta amarela – mesma direcção



Seta azul + seta amarela – direcção contrária

5.5. Outras Placas

4.5.1. Placa de Caminho Errado:

A Placa de Caminho Errado coloca-se em caminhos a evitar. É constituído por uma placa quadrada, ou uma marca, com um X amarelo ou azul.

5.5.2. Placas Informativas:

Há que sinalizar, onde não seja evidente, a presença de restauração, alojamento e de transportes públicos.

5.5.3. Placas Indicativas

São placas indicativas àquelas que indicam um ponto notável, monumento, ruínas, fonte, miradouro. Devem ser colocadas no lugar ou junto ao objecto.

6. Manutenção

É indispensável manter os itinerários de peregrinação atraentes, seguros e sinalizados de forma uniforme. O controlo e a manutenção regular dos itinerários de peregrinação dão a garantia de qualidade e segurança. Assim, **todos os itinerários de peregrinação devem ser controlados pelo menos uma vez por ano**. Eventualmente, poderá ser necessário efectuar controlos suplementares nos itinerários os mais frequentados.

A manutenção é da responsabilidade da entidade que sinalizou o respectivo itinerário de peregrinação.

Nas acções de manutenção há-de se controlar o estado de conservação da sinalização, eliminar pequenos obstáculos sobre a sinalização, bem como identificar eventuais danos ao itinerário de peregrinação.

Outro meio recomendado será a disponibilização de questionários dirigidos aos peregrinos, permitindo obter informações suplementares sobre o estado da sinalização e dos itinerários.

O controlo deve incidir, entre outros, nos seguintes aspectos:

- a) Ausência de sinalização;
- b) Falsa indicação de direcção;
- c) Falta de visibilidade (a indicação deve estar visível a aproximadamente 20 metros de distância);
- d) Legibilidade deficiente (por deterioração ou sujidade).

7. Conclusão

Um itinerário de peregrinação, seja ele qual for (Caminho de Santiago, Caminho de Fátima, ou para a Senhora da Nazaré ou a Senhora da Lapa, por exemplo), não é um percurso de pedestrianismo. Um itinerário de peregrinação é um percurso seguido, ao longo da nossa história nacional, por aqueles que procuravam santuários, capelas ou eremitas, por razões de fé. Hoje, estes itinerários de peregrinação, pela sua própria história, são percursos culturais e, por isso, também percursos turísticos.

Estes itinerários de peregrinação não podem, por isso, ser confundidos com um PR (Pequena Rota) ou GR (Grande Rota) de pedestrianismo. A sua sinalização deve ser distinta, coerente e uniforme, existindo princípios e normas comuns ao longo de todos estes itinerários.

Um itinerário de peregrinação sinalizado implica a responsabilidade de quem o sinaliza (nomeadamente a responsabilidade civil). Pelo que a sinalização destes itinerários deve ser regulamentada e homologada, permitindo a objectividade, a transparência, a uniformização e o rigor da sinalização e a manutenção destes itinerários. Assim haveria condições para garantir a qualidade do itinerário, bem como a segurança de quem os percorre, e a recuperação e protecção do património cultural, arquitectónico, artístico e natural a sua volta.

Estes “Princípios Básicos” não se esgotam neste documento, que apenas é um contributo para este processo. De facto é necessário um verdadeiro “Manual técnico” para a regulamentação e homologação dos itinerários de peregrinação em Portugal.

Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009

Proposta apresentada por,

*António Pires, AEJ Porto.

*Amaro Franco, AEJ Viana do Castelo.

Texto sobre o Caminho de Fátima, da autoria de:

*Lourenço de Almeida, Centro Nacional de Cultura (CNC Lisboa).

Colaboração gráfica de:

*João Pedro Freitas, AEJ Braga.

Fórum Sinalização

Princípios Básicos na abertura e sinalização dos itinerários de peregrinação Caminho de Santiago e Caminho de Fátima

Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009

ACTA RESUMO

Participaram no Fórum várias entidades, entre as quais, representantes das Câmaras Municipais de Águeda e de Vila Nova de Gaia, da Entidade de Turismo do Centro, da Direcção Regional de Cultura do Centro, da Junta de Freguesia de S. Tiago de Beduído, do Grupo de Jovens de Canelas e da Associação Galega dos Amigos do Caminho de Santiago (AGACS). Participaram ainda os membros das Delegações da AEJ, do Porto, de Viana do Castelo, de Braga, de Esposende e de Estarreja, entre outras pessoas de Lisboa, Coimbra, Viseu, Oliveira de Azeméis, Valongo e Lourosa.

António Pires (AEJ Porto), da organização deste Fórum, deu início aos trabalhos agradecendo a presença dos participantes e a disponibilidade da paróquia de Grijó em receber esta reunião. Após uma breve apresentação do Mosteiro de Grijó, fez uma sumária apresentação da AEJ. Depois justificou a convocatória deste Fórum, destacando o número crescente de peregrinos que procuram o nosso país e as más condições que os nossos caminhos oferecem a quem deseja peregrinar a Santiago de Compostela e/ ou a Fátima, sendo assim necessária a criação de uma sinalização uniforme e garantir a sua manutenção. Após esta introdução, convidou todos os participantes a se apresentarem.

Depois, tomou a palavra Amaro Franco, Presidente da AEJ, e da organização deste Fórum, apresentando a Ordem de Trabalhos desta reunião. Nomeadamente, a apresentação, discussão e aprovação ou reprovação da proposta de Princípios Básicos para a abertura e sinalização dos itinerários de peregrinação em Portugal e, depois, a apresentação, discussão e aprovação da “Carta de Grijó”, manifesto que reunirá as preocupações e recomendações deste Fórum.

Assim, deu-se início a apresentação do primeiro documento proposto. Por os pontos 1, 2 e 3 do documento serem acessórios introdutórios, foi decidido iniciar a discussão pelo seu ponto 4. – Metodologia.

Alexandre Rato (AGACS) interveio para fazer uma breve explicação dos critérios que o “Comité de Especialistas do Caminho de Santiago” tem em conta para o reconhecimento de um itinerário. Nomeadamente: A existência de um itinerário físico e utilizado no tempo; Relatos de viagem por estes itinerários; Presença de albergarias e hospitais; Existência de património, tradições e lendas; e, por fim, cartografia. A esta intervenção Amaro Franco esclareceu que o “Comité de Especialistas” é um órgão de consulta do Governo da Galiza, muitas vezes politizado. Sublinhou que este órgão não reuniu durante a legislatura do governo anterior da Galiza. Pelo que Portugal não se deve subjugar a este “Comité”, reconhecendo porém, a pertinência destes critérios, mas defendeu de que Portugal tem de ter o seu próprio “Comité”.

Depois deu-se continuação ao debate sobre a metodologia que deve presidir a abertura de um itinerário de peregrinação. Amaro Franco sublinhou que, neste ponto, são

considerados todos os itinerários de peregrinação e não apenas o Caminho de Santiago ou o Caminho de Fátima.

Um dos elementos importantes deste documento é a responsabilização da entidade que procede a abertura do itinerário de peregrinação.

Alexandre Rato voltou a intervir, explicando o processo e a metodologia que seguiu na sinalização do itinerário entre Lisboa e o Porto. Referiu os anos de investigação, o reconhecimento do terreno e a sinalização do itinerário. Referiu ainda a existência de protocolos com as Câmaras Municipais para a manutenção da sinalização, protocolo este que não é colocado em funcionamento.

Luís Arruda (CM Águeda) referiu a dificuldade que, o município que representa, tem em sinalizar o itinerário no seu concelho. Isto porque os peregrinos não seguem a sinalização ou surge sinalização não oficial. Os peregrinos optam muitas vezes pela estrada nacional (no caso do caminho para Fátima) e pelo caminho mais curto em detrimento do caminho mais seguro.

Luís Arruda perguntou ainda, relativamente ao ponto quarto das declarações da Carta de Grijó, sobre o Conselho Jacobeu e a homologação da sinalização. Amaro Franco respondeu de que o Conselho Jacobeu proposto será uma entidade de cooperação interministerial com as Câmaras Municipais, instituições públicas regionais e associações, para a gestão dos itinerários. Mas que o Conselho deverá atribuir as responsabilidades de regulamentação e homologação a uma entidade externa.

Fernando Costa (AEJ Porto) sugeriu que, sendo que a maior parte das Câmaras Municipais estão a fazer a revisão do PDM (Plano Director Municipal), seria uma boa oportunidade de lhes fornecer elementos para a inscrição do Caminho de Santiago no PDM, criando desde já uma faixa de protecção a sua volta. Antero Carvalho (DR Cultura Centro) observou que para isso ser possível o Caminho de Santiago teria de ser classificado como Bem de Interesse Publico para poder ser incluído no PDM. As Câmaras Municipais podem o incluir (caso, único, do município de Ponte de Lima, mas não são obrigadas a fazê-lo, pelo que a classificação dos Caminhos Portugueses de Santiago é urgente.

Depois Amaro Franco apresentou o ponto quinto da proposta, referindo-se aos elementos de sinalização para o Caminho de Santiago e para o Caminho de Fátima. Informou que esta proposta foi elaborada de acordo com o Manuel de Regras para a sinalização do Caminho de Santiago aprovado pelo Conselho da Europa.

Passando de seguida a visualização da respectiva sinalização proposta, levantou-se uma dúvida quanto ao logótipo para o Caminho de Fátima. Foram apresentadas duas propostas: A primeira sendo o logótipo utilizado pelo CNC - Centro Nacional de Cultura (entidade que procedeu a abertura do Caminho de Fátima); Uma segunda proposta, utilizando o desenho do carimbo que o santuário de Fátima oferece aos peregrinos. Abriu-se um diálogo entre os presentes sobre a leitura e facilidade de reprodução dos dois símbolos propostos. Alexandre Rato informou de que o logótipo do CNC exibido apenas foi pensado para o Caminho do Tejo (itinerário para Fátima, vindo do Sul), e de que para cada itinerário o CNC iria ter um logótipo diferente. Assim, os

presentes aprovaram de que, a ser confirmada esta informação, deveria ser o Santuário de Fátima a elaborar uma proposta de logótipo para os Caminhos de Fátima.

[Informação a posteriori: O Conselho Nacional de Cultura informou de que o logótipo utilizado no Caminho de Tejo é o logótipo que utilizará na sinalização de todos os itinerários para Fátima]

A seguir, Amaro Franco apresentou o sexto ponto da proposta, relativa a manutenção dos itinerários de peregrinação, passando depois as conclusões do documento, as quais são incluídas na “Carta de Grijó”.

O Fórum aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada.

Passou-se a apresentação, discussão e aprovação da “Carta de Grijó”. Amaro Franco indicou que este documento é um género de resumo das matérias tratadas no Fórum, sendo uma declaração política, por isso um instrumento de sensibilização afim de que o Governo possa reconhecer o Caminho de Santiago como um bem de interesse público, protegendo-o através da sua classificação como património nacional, não só o itinerário em si, mas todo o conjunto patrimonial, cultural e natural, envolvente.

Ricardo Gaspar fez o reparo de que no ponto quarto das declarações, o documento se refere a um Conselho Jacobeu. Sendo que o Fórum aprovou a distinção entre itinerários de peregrinação e os itinerários do Caminho de Santiago e do Caminho de Fátima, parece-lhe justo que este organismo não se denomine “jacobeu” (pela inequívoca referência ao Caminho de Santiago). Foi aprovada esta sugestão, passando a ser “Conselho de Cooperação interministerial”.

A “Carta de Grijó” foi aprovada pela unanimidade dos presentes, que manifestaram o seu desejo de que os Caminhos Portugueses de Santiago possam vir a ser inscritos na lista do património mundial da UNESCO, por ocasião do Ano Jubilar Compostelano de 2021.

No encerramento do Fórum, o Padre António Coelho, pároco de Grijó, agradeceu a realização desta iniciativa no Mosteiro onde, ao longo dos tempos, celebres peregrinos encontraram hospitalidade. Recordou que ainda hoje recebe peregrinos em Grijó. Para assinalar a celebração do Ano Santo de 2010, António Pires fez a entrega de um cartaz desse evento ao padre António Coelho.

Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009.

Conclusões & Propostas e Ata
Resumo- Conferência Oliveira
de Azeméis



CONFERÊNCIA Carta de Grijó: E Agora?

Biblioteca Municipal Ferreira de Castro
Oliveira de Azeméis
23 de Janeiro de 2010

CONCLUSÕES & PROPOSTAS

No seguimento das conclusões do Fórum Sinalização, nomeadamente da “Carta de Grijó”, os participantes na Conferência aprovaram as seguintes conclusões e propostas:

Conclusões:

1. A AEJ – Associação Espaço Jacobeus responsabilizou-se pela preparação e apresentação do Manual Técnico para a Sinalização do Caminho de Santiago e do Caminho de Fátima em Portugal. Este manual será apresentado durante o ano de 2010.
2. As Entidades e as Regiões de Turismo, em colaboração com a AEJ, responsabilizam-se pela organização e convocação de reuniões regionais com as Câmaras Municipais, de modo a permitir uma maior participação no projecto, tanto a nível da sinalização como da classificação. Estas reuniões serão realizadas durante o mês de Abril de 2010.
3. A AEJ responsabiliza-se pela organização e convocação de umas Jornadas Técnicas, a realizar na última semana de 2010 (local e dia a indicar), para as quais serão convidadas todas as instituições públicas e privadas com interesse no projecto, e onde cada instituição (Câmara Municipal) terá entre 10 a 15 minutos para apresentar os seus resultados. Nomeadamente para dar conta do estudo e reconhecimento efectuado sobre o Caminho de Santiago, e indicar os bens que pretende apresentar para classificação junto ao IGESPAR, no âmbito da candidatura “Caminho de Santiago em Portugal”.
4. A AEJ responsabiliza-se pela organização e convocação de uma Cerimónia Protocolar, a realizar na última semana de Outubro de 2010 (local e dia a indicar), para as quais serão convidadas todas as instituições públicas e privadas com interesse no projecto. Esta Cerimónia Protocolar será iniciada com uma palestra proferida por uma personalidade convidada. O momento alto da cerimónia será a assinatura da candidatura para a classificação do “Caminho de Santiago em Portugal” junto ao IGESPAR.
5. As Câmaras Municipais e outras instituições interessadas ficam responsáveis pela apresentação dos estudos e documentação inerente para a instrução do processo a apresentar junto ao IGESPAR.
6. A AEJ e o Centro Nacional de Cultura comprometem-se em apoiar cada instituição interessada no Caminho de Santiago e do Caminho de Fátima.
7. A AEJ poderá assinar protocolos de colaboração com as entidades interessadas, no sentido de promover o Caminho de Santiago, bem como para o reconhecimento, sinalização e manutenção da sinalização deste itinerário.
8. A AEJ, como entidade responsável pela emissão da “Credencial do Peregrino”, assume ainda o compromisso de desenvolver um inquérito junto aos peregrinos, a fim de aferir o seu grau de satisfação no Caminho de Santiago e no Caminho de Fátima.



Propostas

Sinalização

1. Sinalização nas estradas

Num projecto global, a ser liderado pelas Entidades e Regiões de Turismo, com a autorização do Instituto das Estradas, colocação de placas informativas nas estradas, vias rápidas e auto-estradas, indicando a proximidade de um hito do Caminho de Santiago ou do Caminho de Fátima.

2. Sinalização dos itinerários (para a peregrinação tradicional):

Grupo A: Áreas com o(s) itinerário(s) sinalizados

Fase 1: Reconhecimento, correcção (caso necessário) e implementação da sinalização;
Fase 2: Divulgação do itinerário.

Grupo B: Áreas com o(s) itinerário(s) estudado(s)

Fase 1: Reconhecimento e definição do itinerário;
Fase 2: Implementação da sinalização;
Fase 3: Divulgação do itinerário.

Grupo C: Áreas com o(s) itinerários a estudar

Fase 1: Estudo
Fase 2: Reconhecimento e definição do itinerário;
Fase 3: Implementação da sinalização;
Fase 4: Divulgação do itinerário.

Classificação

1. Classificação pelo IGESPAR

Fase 1: Elaboração da candidatura para a abertura do procedimento

- Participam nesta fase todos os municípios interessados e que já tenham efectuado o estudo sobre o Caminho na sua área geográfica, tendo identificado os bens que deseja propor a classificação no âmbito do “Caminho de Santiago em Portugal”.
- Esta fase estará terminada em Setembro 2010, sendo que a candidatura deverá dar entrada no IGESPAR em Novembro de 2010.

Fase 2: Novas candidaturas

- Nesta fase participam os municípios que não abrangidos na 1º fase. A sua candidatura será anexa ao procedimento entregue na 1º fase. Poderão existir vários momentos para a entrada da candidatura de novos municípios.
- Esta 2º fase estará terminada em Abril de 2011. Todas as candidaturas devem ser entregues ao IGESPAR até Novembro de 2011.
- Os prazos devem ser rigorosamente cumpridos já que esta candidatura é complexa e talvez deva ser submetida a uma comissão mista dos Ministérios da Cultura e do Ambiente.



2. Classificação pela UNESCO

O Fórum Sinalização (Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009), nas suas declarações finais – Carta de Grijó – apela a classificação do Caminho de Santiago em Portugal e a inscrição deste bem na lista do património mundial da UNESCO. Indica especialmente que esta inscrição possa ser aprovada na Assembleia-geral de 2011, por ocasião do próximo Ano Jubilar Compostelano.

Tendo em conta as classificações do Caminho de Santiago em Espanha (1993) e do Caminho de Santiago em França (1998), estamos certos da aprovação da candidatura do Caminho de Santiago em Portugal. A título de exemplo, o ICOMOS recomendou a aprovação das candidaturas espanhola e francesa, com o fundamento dos seguintes e idênticos critérios:

Critério ii,

Espanha: «o caminho de peregrinação de Santiago de Compostela teve um papel fundamental para facilitar os intercâmbios culturais bilaterais entre a península ibérica e o resto da Europa na Idade Média.»

França: «o itinerário de peregrinação à Santiago de Compostela teve um papel essencial nos intercâmbios e no desenvolvimento religioso e cultural ao longo da Baixa Idade Média, como o ilustram admiravelmente os monumentos cuidadosamente seleccionados sobre os itinerários seguidos pelos peregrinos em França.»

Critério iv,

Espanha: «as peregrinações tinham um papel essencial na vida cultural e espiritual da Idade Média. Assim, os itinerários que empregavam eram equipados de instalações destinadas ao bem-estar espiritual e físico dos peregrinos. O Caminho de Santiago, melhor que outros, conservou a sua integridade sob a forma de edifícios seculares e religiosos, de cidades e aldeias, grandes e pequenos e de estruturas de engenharia civil.»

França: «as necessidades espirituais e físicas dos peregrinos indo a Santiago de Compostela foram satisfeitos graças a criação de um certo número de edifícios especializados, sendo que muitos foram criados ou ulteriormente desenvolvidos sobre as secções francesas.»

Critério vi,

Espanha e França: «o itinerário de peregrinação de Santiago de Compostela é um testemunho excepcional do poder e da influência de fé cristã entre todas as classes sociais e em todos os países da Europa na Idade Média.»

No entanto, para esta candidatura existir, vários aspectos têm de se verificar. Nomeadamente, a inscrição do bem na lista indicativa que o Estado Português tem junto a UNESCO; A classificação nacional do bem (IGESPAR?); Que o bem beneficie de uma protecção jurídica; E a existência de mecanismos de gestão.

Desde já a AEJ irá contactar as instituições responsáveis pelo acompanhamento das candidaturas na UNESCO de forma a reunir toda a informação e desenvolver o processo a fim de que a classificação possa ser uma realidade nos prazos indicados.

CONFERÊNCIA

Carta de Grijó: E Agora?

Biblioteca Municipal Ferreira de Castro
Oliveira de Azeméis
23 de Janeiro de 2010

ACTA RESUMO

Participaram nesta Conferência várias entidades, entre as quais, representantes das Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Barcelos, Belmonte, Guimarães, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Palmela, Porto, Santarém, São João da Madeira, Valença do Minho e Vila Verde; das Entidades de Turismo do Porto e Norte de Portugal, de Leiria – Fátima e Lisboa e Vale do Tejo; ainda do Centro de Património da Estremadura e o Centro Nacional de Cultura; as Delegações da AEJ de Braga, Esposende, Porto, Estarreja e Viseu, para além de várias pessoas a título individual.

Estavam inscritas e/ou manifestaram o seu interesse e disponibilidade para participar no projecto de sinalização e de classificação dos Caminhos Portugueses de Santiago várias entidades, entre as quais as Câmaras Municipais de Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Cantanhede, Constância, Fundão, Lisboa, Moita, Santa Maria da Feira, Soure, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia; a Entidade de Turismo do Centro e a Direcção Regional de Cultura do Norte.

Foi distribuída aos participantes a Ordem de Trabalhos da Conferência, cujo teor consta do documento em anexo. Em anexo consta ainda uma relação dos participantes.

A Mesa de Abertura da Conferência foi constituída pela Dra. Gracinda Leal, Vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pelo Presidente da Direcção Nacional da Associação Espaço Jacobeus, Amaro Franco, pelo Dr. Lourenço de Almeida, da Direcção do Centro Nacional de Cultura, pelo Coordenador de infra-estruturas da Associação Espaço Jacobeus, António Pires, e pela Isabel Pires da Delegação de Estarreja da Associação Espaço Jacobeus.

Isabel Pires deu início a Conferência, apresentando a Mesa e dando conta das instituições presentes e das que, ausentes, manifestaram a sua disponibilidade para integrarem os trabalhos deste projecto.

A Dra. Gracinda Leal deu as boas-vindas aos participantes e referiu ainda a grande importância do reconhecimento do Caminho de Santiago em Portugal.

Amaro Franco reiterou as boas-vindas aos participantes, agradeceu a disponibilidade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para receber a Conferência e referiu a importância da mesma, contextualizando a sua organização na sequência do Fórum Sinalização, realizado no Mosteiro de Grijó (Vila Nova de Gaia), em 13 de Dezembro de 2009.

Amaro Franco referiu ainda que, com esta Conferência, é dado um grande passo em matéria do desenvolvimento do Caminho de Santiago em Portugal. O Caminho de Santiago foi declarado “Primeiro Itinerário Cultural Europeu”, em 1987, pelo Conselho da Europa que, em 2004, lhe atribuiu a menção de “Grande Itinerário Cultural Europeu”, título extensível aos itinerários portugueses.

Amaro Franco termina referindo-se a Carta de Grijó, em que os participantes no Fórum Sinalização aprovaram apelar ao estado Português afim de que, em 2021, o Caminho de Santiago em Portugal possa ser inscrito na lista do património mundial da UNESCO.

A seguir dá-se início a primeira parte desta Conferência a cargo de António Pires, que procedeu a apresentação dos princípios básicos para a abertura dos itinerários de peregrinação em Portugal, em particular para o Caminho de Santiago e Caminho de Fátima.

António Pires apresentou os Princípios Básicos a adoptar na abertura e sinalização de itinerários de peregrinação (aprovados no Fórum Sinalização), nomeadamente para os Caminhos de Santiago e para os Caminhos de Fátima, apresentando a construção técnica dos desenhos, os códigos das cores, bem como uma sugestão para das dimensões.

Na continuação deste painel, Amaro Franco esboçou a história a sinalização dos Caminhos de Santiago na Europa, referindo-se ainda ao “Manual de Regras para a Sinalização do Caminho de Santiago”, elaborado pelo Governo de Espanha e adoptado oficialmente pelo Conselho da Europa.

Amaro Franco referiu existir a necessidade de duas sinalizações: Uma que deverá existir ao longo das estradas (incluindo-se as auto-estradas e outras vias rápidas), informando os automobilistas de que estão próximos de um hito do Caminho de Santiago; A outra deverá existir a fim de permitir a peregrinação tradicional (a pé, em bicicleta ou a cavalo).

Amaro Franco referiu ainda de que, na quase totalidade do território nacional, poderemos encontrar vestígios de um itinerário jacobeu ou do culto ao apóstolo São Tiago Maior. Esclareceu ainda de que estes itinerários não eram exclusivamente no sentido para Santiago de Compostela, mas nos dois sentidos, para além da existência de outros locais importantes (sejam locais ou regionais) de peregrinação.

Amaro Franco informou ainda de que o Caminho Português de Santiago é o segundo itinerário, de peregrinação a Santiago de Compostela, mais percorrido. Mais, informou ainda que a previsão da Xunta de Galicia para este Ano Santo de 2010, são de dez milhões de visitantes a Santiago de Compostela.

Assim, Amaro Franco apelou a que todos os municípios – alertando que este têm de ser um trabalho a ser desenvolvidos por todos – iniciem um estudo sério no sentido de identificar estes itinerários de peregrinação. Aos municípios onde o itinerário já está estudado apelou que seja implementada a sinalética aprovada pelo Fórum Sinalização (Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009).

Amaro Franco terminou referindo a disponibilidade da AEJ para colaborar com os municípios interessados. Mais, afirmou que a AEJ irá proceder a elaboração do Manual Técnico para a Sinalização do Caminho de Santiago e do Caminho de Fátima, que será depois disponibilizado as entidades interessadas.

Depois António Pires apresentou uma simulação para o processo de implementação da sinalização e da sua manutenção. Nomeadamente, o processo passa pela verificação no terreno das reais necessidades. Estas necessidades são colocadas numa tabela própria e também referidas num mapa topográfico. Para a manutenção será uma tabela similar na qual, após o reconhecimento no terreno, são colocadas as faltas ou correcções a efectuar.

Amaro Franco referiu a necessidade de cada placa sinalizadora ser devidamente homologada e conseqüentemente numerada, a fim de agilizar tanto a sinalização como a sua manutenção. Referiu ainda de que a sinalização de cada itinerário deve constar de um processo próprio, devidamente arquivado e acessível.

Para terminar este painel, Amaro Franco apelou aos municípios e demais entidades presentes para que todos possam iniciar o trabalho de estudo, identificação e sinalização do Caminho de Santiago.

Para o efeito, declarou que a AEJ estará disponível para colaborar com todas as entidades interessadas. Nomeadamente a AEJ, para além de elaborar o Manual Técnico para a Sinalização do Caminho de Santiago e do Caminho de Fátima, estará disponível para ajudar no estudo e identificação dos itinerários de peregrinação, bem como no levantamento das necessidades de sinalética e a sua manutenção. Propõe-se ainda a AEJ elaborar (e fazer o respectivo tratamento), um inquérito junto aos peregrinos sobre o itinerário, a sua sinalização e outros aspectos.

Solicitando permissão ao Dr. Lourenço de Almeida, Amaro Franco referiu ainda a disponibilidade do Centro Nacional de Cultura para colaborar com as instituições interessadas na sinalização do Caminho de Fátima.

O Dr. David Catarino, Presidente da Região de Turismo de Leiria-Fátima, agradeceu e elogiou o trabalho técnico desenvolvido pela AEJ, mas manifestou a sua reserva pelo número de instituições presentes. Referiu que será sempre difícil promover uma actividade onde todos os municípios envolvidos possam estar presentes, pelo que sugeriu a realização de reuniões regionais as quais podem ser convocadas com o apoio das entidades e regiões de turismo. Assim, declarou que a Região de Turismo a qual preside está interessada em participar neste projecto. Mais, referiu que, no âmbito do QREN, a Região de Turismo Leiria-Fátima, têm um programa para roteiros espirituais, nos quais poderá inscrever a dinamização e divulgação destes itinerários de peregrinação.

O Dr. Joaquim Ruivo, Presidente do Centro de Património de Estremadura, manifestou o seu agrado pela Conferência, felicitando a AEJ pelo trabalho desenvolvido. Declarou ainda a disponibilidade do CEPAE para colaborar com este projecto.

O segundo painel, referente a inscrição dos Caminhos Portugueses de Santiago na lista do património mundial da UNESCO, foi apresentado por Amaro Franco.

No início Amaro Franco referiu que já por diversas ocasiões foi pública a intenção, de diversas instituições portuguesas, de inscrever os Caminhos Portugueses na lista do património mundial da UNESCO. No entanto jamais, até ao Fórum Sinalização, se passou da intenção para a prática. Aludiu ainda de que o Conselho da Europa, quando em 1987 declarou o Caminho de Santiago como Primeiro Itinerário Cultural Europeu, sugeriu aos diversos estados para que cooperassem entre si de forma a inscrever este itinerário junto a UNESCO.

Amaro Franco referiu que para o Fórum Sinalização (Mosteiro de Grijó, 13 de Dezembro de 2009), a AEJ procedeu a uma profunda investigação sobre esta temática. Assim, a AEJ consultou os requisitos necessários para a inscrição de um bem na lista do património mundial da UNESCO e teve acesso a candidatura do dito “Caminho Francês” em Espanha, classificado pela UNESCO em 1993, e a candidatura do “Caminho de Santiago em França”, classificado em 1998.

Amaro Franco apresentou brevemente as duas candidaturas, apontando as suas diferenças estruturais, mas fazendo ver que os critérios, que levaram a classificação, foram idênticos. (Nota: Em Espanha está classificado um itinerário no seu todo – linearmente; Em França, foram classificados 64 monumentos individuais, 7 conjuntos e 7 secções de caminho).

Depois, Amaro Franco explanou algumas das condições sem a qual a candidatura dos Caminhos Portugueses de Santiago não poderá ser levada a UNESCO. Nomeadamente, entre outros aspectos, a vontade política do Governo, a classificação do bem (Caminhos Portugueses de Santiago) pelo IGESPAR e a existência de uma instituição que faça a gestão do bem.

No referente a classificação pelo IGESPAR, Amaro Franco fez alusão a Lei 107/ 2001 e ao Decreto-Lei 309/2009. Mais, no âmbito destas leis, se o número de interessados (proponentes?) for superior a 10, proceder-se-á a consulta pública. Amaro Franco defendeu que a consulta pública será uma óptima oportunidade para o público em geral se aproximar e consciencializar da importância dos Caminhos Portugueses de Santiago. Sobre o início do procedimento, Amaro Franco esclareceu de que qualquer pessoa, individual ou colectiva, pode solicitar o início do processo de classificação junto ao IGESPAR.

Amaro Franco declarou ainda que é o propósito da AEJ dar entrada ao procedimento e levar a candidatura a UNESCO. Para tal, apesar da AEJ poder se apresentar individualmente, é o propósito da associação de que o procedimento seja solicitado pelas diversas entidades: Câmaras Municipais, Entidades de Turismo e outras instituições interessadas.

Para este efeito, Amaro Franco apresentou uma calendarização, nomeadamente:

2010 – Apresentação do requerimento junto ao IGESPAR;

Até 2015 (inclusive) – Classificação pelo IGESPAR;

2016 – Início do processo para a UNESCO;

Até 2020 (inclusive) – Instrução do processo e Relatório do ICOMOS;

2021 – Aprovação da candidatura na Assembleia Anual da UNESCO.

Para efeitos da instrução do requerimento a apresentar ao IGESPAR, Amaro Franco convidou os municípios presentes a elaborarem a lista dos bens que pretendem classificar no âmbito dos Caminhos Portugueses de Santiago.

Terminando a sua apresentação, Amaro Franco perguntou aos presentes se, até ao próximo mês de Junho, seria possível esta lista estar pronta. A Dra. Adélia Santos, da Câmara Municipal de Vila Verde referiu de que cada município tem o seu programa de actividades e que este assunto seria um “extra” não previsto, pelo que o prazo até Junho seria demasiado curto. A mesma opinião foi expressa pelo Dr. Alexandre Aguiar, da Câmara Municipal de Marco de Canavezes. O Dr. José Calado Mendes, da Câmara Municipal de Palmela, informou de que embora Palmela “não faça” parte do Caminho, o município está interessado neste projecto por Palmela ter sido a sede da Ordem Militar de Santiago. No respeitante ao prazo proposto, crê que ele será curto. A Dra. Joana Galhano, da Câmara Municipal de São João da Madeira, e a Dra. Paula Oliveira, da Câmara Municipal de Guimarães, por não serem as pessoas responsáveis pela área, abstiveram-se. Os restantes municípios presentes, em grande parte por o itinerário na sua área geográfica já se encontrar estudado e sinalizado, estiveram de acordo com o prazo.

Para ir de encontro aos interesses de todas as instituições presentes, foi estabelecida a seguinte proposta de trabalho:

No mês de Abril de 2010, em dias e locais a definir, serão realizadas reuniões regionais com as Câmaras Municipais. Estas reuniões serão convocadas com o apoio das Entidades e Regiões de Turismo.

Na última semana do mês de Setembro de 2010, em dia e local a indicar, será realizada uma jornada técnica em que cada instituição terá quinze a vinte minutos para apresentar o seu trabalho e bens a classificar.

Na última semana do mês de Outubro de 2010, em dia e local a indicar, será realizada uma cerimónia protocolar, com a presença dos Presidentes de Câmara Municipal, ou seus representantes, para a assinatura formal do requerimento de abertura de procedimento junto ao IGESPAR.

Para este efeito a Amaro Franco propôs que cada instituição possa indicar um ou dois técnicos para acompanhar o desenvolvimento deste projecto. Amaro Franco convidou ainda todas as instituições presentes a, desde já, iniciar o trabalho.

Dado o adiantar da hora, foi escusado o encerramento protocolar da Conferência.

A AEJ comprometeu-se em enviar esta acta, a listagem dos participantes e seus contactos respectivos, bem como de um documento que reúna as conclusões e propostas que a AEJ apresentou no âmbito desta Conferência.

Oliveira de Azeméis, 23 de Janeiro de 2010.

Documento Reunião
“Caminho Português de
Santiago - Valorização
Cultural e Turística”

“CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO - VALORIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA”
8 de abril 2015 | Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra

Na sequência da reunião havida no dia 8 de abril de 2015, em Coimbra, com a presença das entidades e especialistas constantes do documento anexo, a qual proporcionou uma reflexão técnica sobre a valorização cultural e turística do Caminho Português de Santiago, à escala nacional, e a sua projeção internacional sustentada nos valores culturais e no potencial turístico e de coesão territorial que o caracterizam, foi produzido o presente documento técnico, o qual reflete as matérias abordadas e o seu enquadramento.

CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO – os valores culturais do Caminho - Autenticidade e identidade. Património material e imaterial associado ao Caminho. O Caminho – “espinha dorsal” e variantes

Enquanto Itinerário Cultural, o Caminho de Santiago é uma via de comunicação terrestre, delimitada e que possui uma dinâmica e funções históricas próprias ao serviço de um fim concreto e determinado. Enquanto Itinerário Cultural reúne as seguintes condições: testemunha movimentos de pessoas e trocas de ideias, conhecimento e valores entre povos, países, regiões ou continentes, ao longo de períodos significativos de tempo; manifesta-se em património tangível e intangível; integra um sistema dinâmico de ligações históricas e de bens culturais associados à sua existência (ICOMOS, 2008).

Com este enquadramento, compreende-se, no caso do Caminho Português, a importância da preservação da sua autenticidade, quer através de evidências históricas quer do património associado – as igrejas, memoriais, a paisagem, as festividades, tradições e lendas que, no território, sustentam essa autenticidade.

No que diz respeito às evidências históricas, é de realçar o papel da investigação científica e o contributo que os Centros de Investigação das Instituições do Ensino Superior podem aportar à fundamentação da autenticidade do Caminho. Consta-se que existem, ainda, muitas oportunidades de investigação que permitem aprofundar as especificidades e os contextos históricos e sociais que consolidam, em cada região, o Caminho de Santiago.

Neste âmbito, é relevante o papel desempenhado pelas Direções Regionais de Cultura no estabelecimento de áreas de investigação prioritárias para a valorização cultural dos traçados nas respetivas regiões, bem como na dinamização de parcerias com centros de investigação.

Estas entidades consideram, de forma unânime, o Caminho de Santiago como um fator de valorização da identidade cultural das regiões, que tanto no plano regional como nacional, deve ser objeto de uma intervenção concertada.

A importância do trabalho científico é reforçada pela existência do Comité Internacional de Peritos do Caminho de Santiago, presidido por Paolo Caucci, o qual integra, desde março, a representante portuguesa, Professora Maria José Azevedo Santos. Identifica-se, aqui, a oportunidade de uma maior aproximação a este Comité de Peritos, nomeadamente, no âmbito da divulgação dos trabalhos realizados e a realizar em centros de investigação nacionais.

As dimensões religiosa e espiritual que o Caminho assume, enquanto caminho de peregrinação, também fazem parte da sua identidade, pese embora a natureza da peregrinação ser, hoje, diversificada.

A Igreja desempenha um papel fundamental na consolidação da dimensão religiosa garantindo a abertura de igrejas e locais de culto associados à peregrinação, contribuindo assim para a valorização do património religioso e artístico, e sensibilizando as comunidades cristãs para o acolhimento aos peregrinos.

O Caminho é um meio privilegiado para fomentar a compreensão e o conhecimento mútuo, sendo reconhecido o papel das peregrinações e viagens por motivos religiosos e espirituais no desenvolvimento sustentável do turismo.

O Caminho Português tem registado um crescimento consolidado, sendo atualmente o segundo percurso mais percorrido a seguir ao francês. Os peregrinos repetem o caminho e têm predisposição para percorrer novos caminhos.

Em Portugal, é necessário estabilizar a “espinha dorsal” do Caminho de forma a permitir, tal como acontece na Galiza, assegurar um trabalho concertado de valorização no que respeita à sinalética, pontos de apoio e qualificação da paisagem.

Uma vez mais, enquanto Itinerário Cultural, este deve ter os seus limites definidos, bem como a identificação de uma “zona tampão” que permita a preservação dos seus valores culturais materiais e imateriais, na sua autenticidade e integridade (ICOMOS, 2008).

Segundo o historiador Paulo Fernandes, estão suficientemente sedimentados 4 trajetos: o Caminho Central (de Lisboa/Porto a Santiago), o Caminho da Costa (variante que a partir do Porto segue pelo litoral), o Caminho Interior (que se inicia no município de Viseu terminando em Chaves, atravessando a fronteira em Vilarelho da Raia, percorrendo cerca de 180 Km da Via da Prata, em território espanhol, até alcançar Santiago de Compostela) e o Caminho de Torres (de Salamanca a Santiago, passando por Lamego, Amarante, Guimarães e Braga).

Num esforço de valorização do Caminho, é aconselhável um foco concertado em traçados inequivocamente consolidados de modo a permitir assegurar a sua qualificação e projeção internacional, sustentados em fatores identitários. Aliás, é nesta abordagem que fará sentido equacionar a inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, bem como o reforço da presença dos traçados em território português nos Caminhos de Santiago – Itinerário Cultural do Conselho da Europa.

A Comissão Nacional da UNESCO esclarece que o Caminho de Santiago foi reconhecido como Património Mundial da UNESCO em Espanha, desde a fronteira franco – espanhola até Santiago, em 1993 (cujo centro histórico também se encontra classificado) e em França em 1998.

PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO - Dinamização de parcerias internacionais para promover o Caminho Português de Santiago à escala nacional

Segundo a Comissão Nacional da UNESCO, um processo de candidatura autónoma ou de extensão do caminho espanhol para território nacional poderia ser equacionado, sendo necessária a prévia inscrição do bem na Lista Indicativa (em revisão até ao final do ano). Uma iniciativa desta natureza seria bem acolhida, conforme sinalizou a referida Comissão Nacional.

A apresentação de uma candidatura à lista indicativa pressupõe a existência de um Promotor e de um processo suportado no trabalho de um comité científico que sustente o valor universal excepcional do bem. Os valores associados à autenticidade e integridade dos traçados, bem como o envolvimento das comunidades na sua preservação e a afetação de bens culturais, são elementos decisivos neste processo. É um processo que se reflete num plano de gestão, suportado nos princípios do turismo sustentável.

O Centro Nacional de Cultura também reforçou o interesse em aprofundar a oportunidade de classificação de um bem de tão grande valor enquanto rota/paisagem cultural.

Por outro lado, também é de ter presente que o Caminho de Santiago foi o primeiro Itinerário Cultural a ser certificado pelo Conselho da Europa (Estrasburgo), em 1987, abrangendo 6 países – Espanha, França, Portugal, Bélgica, Itália Alemanha, tendo sido o projeto pioneiro do *Institut Européen des Itinéraires Culturels*, sediado no Luxemburgo. A necessidade de existir um órgão de gestão que garantisse os pressupostos da classificação levou à constituição, em 2011, da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, visando reunir todos os países por onde passam vias do Caminho de Santiago e promover o desenvolvimento coordenado da rede europeia dos Caminhos de Santiago.

Atualmente, o concelho de Vila Pouca de Aguiar é o único representante português que integra a Federação Europeia do Caminho de Santiago (parceiros em Espanha - Xunta de Galicia, França - Comunidade de Le Puy en Velay, Itália - Vila de Assis e Bélgica - província de Namour). Este município assegura a dinamização do Caminho Português Interior de Santiago, num percurso de cerca de 200 Km, que atravessa as regiões do Porto e Norte e Centro de Portugal, reunindo 8 municípios (Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves), sendo atualmente o único traçado português que pode utilizar a chancela dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa.

A Federação Europeia tem recorrido a fundos comunitários para desenvolver várias ações de promoção dos Caminhos de Santiago (website com plataforma de vendas de pacotes turísticos, guias turísticos em formato físico e *online*, entre outros materiais de divulgação).

Reveste-se, portanto, de toda a pertinência, equacionar o reforço da presença de traçados portugueses sob a chancela dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, previamente validados pelo respetivo Comité Científico.

A Direção Geral do Património Cultural, na qualidade de representante nacional no Acordo Parcial Alargado dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, está em condições de acompanhar um processo que venha a equacionar essa presença mais representativa, com o apoio do Comité Científico da Federação Europeia.

Assim sendo, quer o desafio da candidatura a Património da UNESCO, quer a consolidação da presença de Portugal nos Itinerários Culturais do Conselho da Europa constituem uma oportunidade para implementar um processo de valorização cultural e turística do Caminho, no plano nacional, contando com um imprescindível alinhamento à escala regional.

Salienta-se a oportunidade que representa o próximo ano Jacobeu em 2021.

VALORIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA DO CAMINHO - Partilha de experiências de valorização do Caminho, à escala regional. Reforço da identidade e autenticidade cultural. Parcerias.

A partilha de experiências de valorização do Caminho, à escala regional, permitiu enfatizar a necessidade de uma articulação entre os diferentes agentes envolvidos, no sentido de assegurar uma coerência na abordagem do tema, quer do ponto de vista da justificação dos traçados (o seu “significado”) quer das intervenções físicas, nomeadamente sinalização. Esta articulação deverá começar, naturalmente, à escala regional e refletir-se no plano nacional.

De facto, a gestão de um Itinerário Cultural implica uma coordenação transversal que garanta a combinação de políticas de preservação, conservação, ordenamento do território, desenvolvimento sustentável e turismo. A existência de mecanismos que assegurem a proteção do Itinerário, incluindo desastres naturais e outros riscos, bem como a disponibilização de infraestruturas de informação, interpretação e serviços turísticos, são aspetos que devem ser considerados, tendo em vista os valores históricos e culturais do Itinerário enquanto elementos essenciais a transmitir aos visitantes (ICOMOS, 2008).

Na **região Norte**, está acordada a dinamização de uma parceria entre 4 entidades - Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional Norte, Direção Regional de Cultura, Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, e Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galicia-Norte de Portugal, constituindo uma plataforma de coordenação regional, com uma componente de cooperação transfronteiriça, visando garantir a articulação dos projetos a desenvolver na região.

Esta plataforma permitirá concertar um plano integrado de ação relativamente à valorização cultural e turística dos traçados do Caminho, com enquadramento nas linhas de financiamento regionais e em fundos de cooperação transfronteiriça. De referir, a este propósito, a possibilidade de poder vir a aproveitar a 1ª convocatória para financiamento de projetos transfronteiriços, no próximo mês de Setembro.

Na **região Centro**, a experiência de articulação envolve a Entidade Regional de Turismo do Centro, municípios e a Associação Via Lusitana, no âmbito de um projeto de sinalização do Caminho Central abrangido pelo território daquela Entidade Regional que, entretanto, se alargou. Realizou-se, ainda, um trabalho de sensibilização quer das autarquias envolvidas, quer das comunidades locais. No âmbito dos trabalhos de sinalização/qualificação do território foi celebrado um protocolo com os municípios e juntas de freguesia envolvidos.

Considerando que a região Centro é atravessada pelo Caminho Central e Caminho Interior, tanto a CCDR Centro, como a Direção Regional de Cultura e a Entidade Regional de Turismo do Centro sinalizam esta temática como relevante e que exige uma concertação intra-regional, com ações passíveis de enquadramento nos fundos regionais. Outras parcerias são identificadas como necessárias, nomeadamente com a Igreja (Dioceses), a Universidade, bem como com a região Norte, numa ótica de densificação da cooperação transfronteiriça com a região da Galiza.

De referir, a este propósito, o facto destas duas regiões estarem envolvidas num projeto para os Caminhos de Santiago sinalizado no Turismo 2020 - Plano de Ação, no âmbito do Eixo Cooperar / Reforço da cooperação internacional.

Na **região de Lisboa**, é de referir o recente protocolo celebrado entre a Entidade Regional de Turismo de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e a associação Via Lusitana para a sinalização do Caminho, com início na Sé e até ao limite do território abrangido por esta Entidade Regional (área metropolitana de Lisboa), sendo que em outros concelhos bastará completar a sinalização já existente.

Na **região do Alentejo**, é de sinalizar a parceria da Direção Regional de Cultura com as Universidades de Coimbra e Évora para efetuar um levantamento histórico do respetivo traçado geográfico no território, tendo sido sinalizados os caminhos que fazem a ligação quer com o norte e sul do território, quer com o território espanhol.

Está, ainda, previsto um projeto de revitalização cultural dos percursos delineados, em articulação com a CCDR Alentejo, Turismo do Alentejo-Ribatejo, municípios e dioceses do território. Do ponto de vista da valorização turística, os traçados do Caminho complementam uma oferta de fruição e descoberta do território associada aos percursos pedestres que, neste caso, assumem uma dimensão de experiência cultural que pode ser enriquecida com serviços turísticos adequados.

Na **região do Algarve**, a Direção Regional de Cultura confirma a existência de um valioso património cultural material e imaterial relacionado com a devoção ao Santo Guerreiro e que configura um efetivo contributo da região para a compreensão da dimensão histórica, cultural e religiosa associada ao Caminho Português de Santiago. O levantamento dessa iconografia enquadra-se no trabalho de desenvolvimento de conteúdos em contexto de rotas turístico-culturais da Direção Regional.

É essencial a compatibilização de perspetivas que possibilitem a preservação do carácter identitário do Caminho e a respetiva identidade religiosa, bem como a sua fruição por parte de outros públicos que procurem experiências distintas. Esta preocupação enquadra-se, também, na abordagem da Entidade Regional de Turismo do Algarve tendo em vista a densificação da oferta cultural da região. O envolvimento dos parceiros locais é, também, sinalizado como relevante, assim como os aspetos relacionados com a gestão e monitorização dos itinerários.

Pode referir-se que, de uma forma consensual, a notoriedade internacional dos Caminhos de Santiago e a desejável associação com Espanha, numa abordagem transfronteiriça, são oportunidades que contribuirão para alavancar os traçados regionais a partir da “espinha dorsal” do Caminho Português.

A questão da governança, à escala regional e nacional, é uma matéria unanimemente identificada como crucial, na ótica de assegurar uma abordagem coerente e transversal do ponto de vista dos valores que sustentam a autenticidade e identidade do Caminho, e para a qual contribuem as evidências históricas, as práticas culturais vividas pelas comunidades associadas ao seu património material e imaterial, a qualificação dos traçados (paisagem, sinalização uniformizada, pontos de apoio, informação, segurança).

Também a dimensão da atividade turística deve ser encarada como um fator valorizador da fruição do Caminho, ao proporcionar serviços e *facilities* ajustados aos que percorrem o Caminho enquanto uma experiência cultural e de enriquecimento interior.

O PERFIL DO PEREGRINO – NECESSIDADES E EXPECTATIVAS - O que procura o peregrino. Como organiza a sua viagem e onde procura informação. Diferenças entre peregrinos estrangeiros e nacionais.

É suscetível de discussão a aplicação dos conceitos de turista *versus* peregrino quando se aborda a fruição do Caminho de Santiago. O que é certo é o facto de este ser um percurso que congrega um conjunto alargado de motivações - espaço de crença, de autorreflexão, de busca interior, de aventura, de contacto com novas culturas. Para além do mais, a motivação do início do Caminho poderá não coincidir com a motivação obtida em resultado da experiência vivenciada.

O peregrino procura a informação que necessita, essencialmente, em *sites* das Associações ou em *sites* temáticos. Percorre, em média, 20 kms/dia, pelo que é essencial ter este aspeto presente na identificação das soluções de alojamento disponíveis/necessárias. Outra questão relevante prende-se com a segurança do Caminho, pelo que é determinante a sensibilização das comunidades e das forças de segurança.

É importante a existência de informação sobre os recursos turístico-culturais existentes nos traçados, a qual deve ser disponibilizada nos albergues e noutros pontos de apoio ao peregrino. Subsiste a falta de materiais básicos de informação (sobre o traçado, pontos de apoio, informações úteis), bem como de suportes adequados às necessidades dos peregrinos (nomeadamente em termos de formato).

O peregrino estrangeiro tem maior poder económico e opta por trajetos mais longos, daí preparar a experiência mais atempadamente.

PRÓXIMOS PASSOS - Recomendações decorrentes da reflexão técnica

Sendo inequívoca a relevância do Caminho Português de Santiago em termos de notoriedade internacional, bem como em termos do papel de Portugal na construção histórica e cultural deste Itinerário, é determinante uma concertação de atuação institucional, tanto no plano regional como nacional.

No plano regional, estão reunidas as condições para alcançar essa concertação institucional na medida em que, nas cinco regiões, estão já sinalizadas boas práticas que podem ser aprofundadas, envolvendo entidades da Cultura, Turismo, Igreja, Academia, Território - CCDRs e Autarquias. A dimensão do envolvimento das comunidades e das associações de peregrinos é também imprescindível acautelar.

No plano nacional, coloca-se a questão da oportunidade do desenvolvimento de uma proposta consensualizada que estabeleça os critérios do posicionamento pretendido para a presença dos traçados portugueses quer no âmbito dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa quer no contexto de uma possível candidatura a Património Mundial.

A inexistência de um “órgão” de cooperação nacional poderá dificultar a agilização da concertação. *

Considerou-se pertinente vir a aprofundar esta matéria com um número restrito de entidades – Comissão Nacional da Unesco, DGPC e Turismo de Portugal, as quais também convocariam a colaboração da Igreja e do ICOMOS – Portugal, para aprofundar a metodologia de operacionalização da resposta aos desafios identificados no âmbito dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa e da candidatura à lista indicativa da UNESCO.

Considera-se oportuno manter ativa a rede de entidades e especialistas participantes na reunião de dia 8 de abril (ficou registada a pertinência de vir a convidar a Associação Nacional de Municípios Portugueses), para efeitos de partilha de informação sobre o desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente os referidos no parágrafo anterior.

**A título de exemplo, no caso de Espanha, o Conselho Jacobeu é o órgão de cooperação entre o governo central e as comunidades autónomas, atravessadas pelo Caminho. Integra representantes dos departamentos com competências nas áreas da cultura, educação, cooperação internacional, turismo, cooperação territorial, economia, finanças, desenvolvimento e meio ambiente, para além de representantes das seguintes comunidades autonómicas: País Basco, Catalunha, Galiza, Astúrias, Cantábria, La Rioja, Aragão, Navarra e Castela e Leão. O Conselho Jacobeu integra uma Comissão Executiva, uma Comissão Plenária e uma Comissão de Cooperação da Gestão do Património Mundial.*

PARTICIPANTES CONVIDADOS PELO TURISMO DE PORTUGAL

1. Direção Geral do Património Cultural - Manuel Lacerda
2. Comissão Nacional da UNESCO - Clara Cabral
3. Centro Nacional de Cultura - Maria Calado
4. CCDR Norte – Eduardo Viana
5. CCDR Centro - Jorge Brandão
6. Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galicia-Norte de Portugal – María Galdes
7. ERT Centro de Portugal - Filomena Pinheiro, Sílvia Ribau, Artur Jorge Almeida
8. ERT Lisboa e ATL – Associação Turismo de Lisboa, Jorge Humberto
9. ERT Alentejo - José Pedro Calheiros
10. ERT Algarve - Luísa Correia
11. ARPT Porto e Norte – Marta Marques
12. ARPT Centro de Portugal - Marli Monteiro
13. ATA – Associação Turismo do Algarve - Dora Coelho, Ana Vargues
14. DR Cultura Norte - António Ponte
15. DR Cultura Centro - Celeste Amaro
16. DR Cultura Alentejo - Maria da Conceição Lopes
17. DR Cultura Algarve - Alexandra Gonçalves, Natércia Magalhães
18. Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar - Rita Dias, Manuel Marques, Catarina Chaves
19. Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja - Sandra Costa Saldanha
20. Obra Nacional da Pastoral do Turismo - Carlos Alberto Godinho
21. Associação - Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular - António Barroso, Marta Ferreira
22. Associação Espaço Jacobeus - Domingos Gomes Carneiro
23. Associação Via Lusitana - José Luís Sanches, Ana Maria Paiva Morão
24. Associação Amigos do Caminho Português de Santiago (não respondeu ao convite)
25. Associação Amigos do Caminho de Santiago de Távira - Johannes Eussen
26. Maria José Azevedo Santos
27. Paulo Almeida Fernandes
28. Arlindo Ribeiro da Cunha
29. Paulo de Oliveira Sá Machado
30. Rosário Machado

Estatuto AEJ

Estatuto Associação Espaço Jacobeus

Estatuto

CAPÍTULO I - Definições Gerais

Artigo 1º - Definição

A Associação Espaço Jacobeus é uma associação privada de fiéis católicos, de âmbito nacional e local, com personalidade canónica e civil, sem fins lucrativos, regendo-se, nomeadamente, pelas "Normas Gerais das Associações de Fiéis" (N.G.A.F.), pelo direito canónico e concordatário que lhe seja aplicável, pelos artigos cento e sessenta e sete a cento e oitenta e quatro do Código Civil, por estes Estatutos e pelo Regulamento Geral Interno, tendo uma duração indeterminada.

Artigo 2º - Objeto

A Associação Espaço Jacobeus tem como finalidades: fomentar o culto e a peregrinação ao Sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior em Compostela; preparação e informação de peregrinos; promoção do Caminho Português de Santiago.

Artigo 3º - Atividades

1 - Com vista à realização dos seus objetivos, a Associação Espaço Jacobeus propõe-se a:

- a) Promover a peregrinação ao Sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior em Compostela com a orientação cristã que lhe é própria;
- b) Divulgar e promover o uso do Caminho Português de Santiago, dedicando particular atenção aos aspetos espirituais e culturais da peregrinação;
- c) Procurar, por todos os meios, que o peregrino seja bem acolhido e esteja bem atendido na sua peregrinação no Caminho Português de Santiago, como uma exigência de caridade cristã;
- d) Promover ações de informação e de preparação para que a peregrinação seja uma ocasião de evangelização para os peregrinos;
- e) Promover a formação dos seus associados;
- f) Apoiar os seus associados na realização da vocação à santidade, procurando proporcionar-lhes os meios para a sua formação doutrinal e espiritual;
- g) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários;
- h) Promover o estudo e a investigação sobre o Caminho Português de Santiago;
- i) Promover a sinalização, a conservação e a limpeza dos itinerários de peregrinação;
- j) Editar e apoiar a publicação de jornais, revistas ou outros documentos de interesse relevante relacionados com o Caminho Português de Santiago e/ou sobre a Peregrinação;
- k) Proporcionar o acesso a documentação e bibliografia relativa ao Caminho de Santiago;
- l) Promover o intercâmbio e a cooperação com associações e organismos, nacionais e estrangeiros, que prossigam objetivos similares aos da Associação Espaço Jacobeus.

Artigo 4º - Património Social

O património social da Associação Espaço Jacobeus é constituído pelas contribuições dos associados e de outras entidades, por subsídios atribuídos, pelos bens adquiridos no exercício das suas atividades e pelas retribuições por serviços prestados no âmbito das suas atribuições.

Artigo 5º - Sede

A Associação Espaço Jacobeus tem a sua sede na Rua das Oliveiras, 26, Edifício Junta de Freguesia de S. Vicente, freguesia de S. Vicente, concelho de Braga.

Artigo 6º - Delegações

1 - Uma Delegação é a forma de representação local da Associação Espaço Jacobeus, sendo constituída pelos sócios existentes na área de influência geográfica da respetiva Delegação. A dinamização da Delegação é efetuada por um Delegado nomeado diretamente pela Direção Nacional da Associação Espaço Jacobeus;

2 - A constituição e a extinção das Delegações são da competência da Direção Nacional.

Artigo 7º - Filiação

A Associação Espaço Jacobeus está agregada e goza das mesmas graças concedidas pela Igreja à "Archicofradia del Glorioso Apóstol Santiago", que é uma associação pública de fiéis, de âmbito universal, ereta pela Santa Sé, tendo por finalidade fomentar o culto e a peregrinação ao sepulcro do Apóstolo São Tiago Maior, com sede em Santiago de Compostela.

Artigo 8º - Princípios Fundamentais

A Associação Espaço Jacobeus é independente de toda e qualquer forma de controlo partidário e/ou ideológico.

Artigo 9º - Logótipo

O símbolo/logótipo da Associação Espaço Jacobeus é constituído por uma cruz de Santiago sobre uma vieira e um bordão com uma cabaça, por detrás da mesma vieira, cuja imagem a cores está em folha anexa a estes Estatutos.

CAPÍTULO II - Associados

Artigo 10º - Admissão e Exclusão de Associados

1. Podem ser associados da Associação Espaço Jacobeus pessoas singulares ou coletivas, de qualquer nacionalidade, que livre e conscientemente adiram aos fins e obrigações expressos nestes Estatutos, desejem apoiar e participar ativamente nas atividades da Associação Espaço Jacobeus, se inscrevem como tal e sejam admitidos pela Direção Nacional;
2. Os associados podem ser excluídos da Associação Espaço Jacobeus por decisão da Assembleia Geral com fundamento no afastamento dos objetivos estatutários, ou por colocarem em causa o bom nome e o interesse da associação;
3. Da decisão que não admita qualquer fiel como sócio ou da exclusão de um sócio da Associação Espaço Jacobeus cabe recurso hierárquico para a autoridade eclesiástica competente, no prazo de quinze dias a contar da notificação ou do conhecimento da decisão, com fundamento em qualquer motivo justo, nos termos do cânone 1737.

Artigo 11º - Direitos

- 1 - São direitos dos associados:
 - a) Participar na Assembleia Geral;

- b) Receber informações sobre as atividades e o funcionamento da Associação Espaço Jacobeus;
 - c) Participar nas atividades da Associação Espaço Jacobeus;
 - d) Participar nas graças espirituais que a Igreja concede à Associação Espaço Jacobeus.
- 2 - Apenas os associados que sejam pessoas singulares maiores de dezoito anos e menores que setenta e cinco anos são elegíveis para os Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus.

Artigo 12º - Deveres

1 - São deveres dos associados:

- a) Para além da sua devoção particular, fomentar o culto ao Apóstolo São Tiago Maior, estimular a peregrinação na sua dimensão cristã e prestar atenção e orientação aos peregrinos;
- b) Contribuir para a concretização dos objetivos da Associação Espaço Jacobeus;
- c) Exercer os cargos para que tenham sido eleitos e os serviços que legitimamente lhe forem pedidos e desempenhá-los com diligência, salvo se obstar justa causa;
- d) Contribuir para o financiamento da Associação Espaço Jacobeus mediante o pagamento de uma quota anual;
- e) Pugar pelo crédito e prosperidade da Associação Espaço Jacobeus.

2 - O não pagamento de quotas implica a suspensão de direitos do sócio até à regularização da sua situação de quotização.

CAPÍTULO III - Corpos Gerentes

Artigo 13º - Enumeração

1-São Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus:

- a) a Mesa da Assembleia Geral;
- b) a Direção Nacional;
- c) o Conselho Fiscal.

Artigo 14º - Mandato

1 - O mandato dos titulares dos Corpos Gerentes é de dois anos, mantendo-se em funções até serem substituídos pela gerência seguinte;

2 - Após a eleição de novos Corpos Gerentes, os Corpos Gerentes em funções têm dez dias úteis para disponibilizar toda a informação relativa à Associação Espaço Jacobeus aos Corpos Gerentes eleitos, com as seguintes considerações:

- a) As contas devem ser apresentadas à Direção Nacional eleita pela Direção Nacional cessante (com o respetivo parecer do Conselho Fiscal também cessante), em reunião formal a agendar com a Direção Nacional eleita, juntamente com o Conselho Fiscal também eleito, num prazo de dez dias úteis;
- b) Na eventualidade de se registarem dívidas por saldar a credores identificados e/ou saldos de exploração negativos, deverá convocar-se Assembleia Geral Extraordinária para decisão sobre a responsabilidade de tal situação podendo, até, empenhar-se a Direção Nacional cessante para que providencie, solidariamente, e de imediato, os meios financeiros para liquidação integral dessas situações;
- c) Após a tomada de posse da Direção Nacional eleita, e caso surjam dívidas ocultas ou de credores desconhecidos perante o Relatório e Contas apresentado pela Direção Nacional cessante após a eleição, a anterior Direção Nacional será, solidariamente, responsável pela liquidação das mesmas;

- 3 - Nenhum membro pode ser eleito para mais do que dois mandatos consecutivos, a não ser que a Assembleia Geral reconheça, expressamente, por votação secreta, que é inconveniente proceder à sua substituição;
- 4 - Os Corpos Gerentes não deverão tomar posse antes de serem confirmados pela autoridade eclesiástica competente;
- 5 - Em caso de vacatura da maioria dos lugares de cada órgão, deverá proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, salvo se estas forem ocupadas por membros suplentes. Em qualquer das circunstâncias, o membro designado para preencher o cargo apenas complementarará o mandato;
- 6 - O exercício de qualquer cargo nos Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus é gratuito;
- 7 - Não podem pertencer à Direção Nacional os sócios que desempenhem cargos diretivos em partidos políticos

Artigo 15º - Eleição

- 1 - As eleições para os Corpos Gerentes realizam-se de dois em dois anos, por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos sócios que venham a participar no ato eleitoral, sendo permitido o voto por correspondência;
- 2 - A convocação da Assembleia Geral Eleitoral é feita com antecedência de, pelo menos, 30 dias;
- 3 - As listas a submeter a eleição devem ser entregues à Mesa da Assembleia Geral, que as deverá tornar públicas dez dias antes da data designada para a eleição;;
- 4 - Poderão ser propostos e eleitos suplentes, em todos os órgãos, em número não superior a um terço dos membros efetivos;
- 5 - No prazo de oito dias após a eleição dos Corpos Gerentes, deverão os membros eleitos ser propostos à aprovação da autoridade eclesiástica competente.

Artigo 16º - Responsabilidades

- 1 - Os atos de gestão da Associação Espaço Jacobeus deverão obedecer aos princípios da legalidade canónica, da obediência hierárquica, do respeito pelo bem público eclesial, da proteção dos direitos e interesses dos fiéis, da igualdade e proporcionalidade, da justiça e imparcialidade, da boa-fé, da desburocratização e da eficiência, atuando sempre em nome da Igreja Católica;
- 2 - Os membros dos Corpos Gerentes da Associação Espaço Jacobeus são pessoalmente responsáveis, perante a lei eclesiástica e estatal, pela atuação dos órgãos de que fazem parte salvo se, para além dos motivos previstos no Direito, tiverem votado contra as resoluções e tiverem feito consignar o seu voto em ata, ou não tiverem tomado parte na respetiva resolução.

Artigo 17º - Assembleia Geral

- 1 - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Associação Espaço Jacobeus, sendo composta por todos os associados no uso dos seus direitos;
- 2 - A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo as faltas ocasionais supridas pela eleição de substitutos entre os sócios presentes, os quais cessarão funções no termo da reunião;;
- 3 - A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente, duas vezes por ano:
 - a) a primeira, preferencialmente até ao dia 30 de março, para apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas;
 - b) a segunda, preferencialmente até dia 30 de outubro, para apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento;

- 4 - A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente quando, por justificação plausível:
- a) for pedido pela Mesa da Assembleia Geral, pela Direção Nacional ou pelo Conselho Fiscal;
 - b) mediante o requerimento de um terço dos sócios, no uso dos seus direitos, com a indicação dos motivos.
 - c) por mandato direto da autoridade eclesiástica competente;
- 5 - Nos anos em que haja eleição dos Corpos Gerentes, far-se-á uma Assembleia Geral Eleitoral para tal fim, dentro da primeira quinzena de Dezembro;
- 6 - A Convocação da Assembleia Geral será efetuada com a antecedência mínima de quinze dias mencionando o dia, a hora e o local da reunião, bem como a respetiva Ordem de Trabalhos;
- 7 - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não reservadas à autoridade eclesiástica superior e não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Corpos Gerentes;
- 8 - As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos dos presentes, com as seguintes exceções:
- a) Alteração do Regulamento Geral Interno, exclusão de associados e destituição dos titulares dos órgãos eleitos, que requerem a maioria de dois terços de votos favoráveis;
 - b) Alteração dos Estatutos e Extinção da Associação Espaço Jacobeus, que requerem a maioria de três quartos de votos favoráveis.

Artigo 18º - Direção Nacional

- 1 - A Direção é responsável pela administração, gestão corrente, orientação e coordenação das atividades, representação legal e pela coordenação da representação externa da Associação Espaço Jacobeus;
- 2 - A Direção é composta por cinco a nove elementos, sempre em número ímpar, sendo um Presidente, um a três Vice-Presidentes, um Tesoureiro, e um a quatro Secretários;
- 3 - A Associação Espaço Jacobeus é obrigada pelas assinaturas de dois dos membros da Direção, sendo, pelo menos, uma delas do Presidente ou do Tesoureiro;
- 4 - A Direção Nacional reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente as vezes consideradas necessárias. As reuniões de Direção Nacional extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Direção Nacional;
- 5 - Os responsáveis pelas Delegações (Delegados) e o Assistente Espiritual poderão participar nas reuniões da Direção Nacional não tendo, contudo, direito a voto.

Artigo 19º - Conselho Fiscal

- 1 - O Conselho Fiscal é o órgão a quem compete o exercício da função fiscalizadora sobre o património, escrituração e documentos da Associação Espaço Jacobeus, a emissão de pareceres sobre os Relatórios de Atividade e Contas, bem como sobre os assuntos do âmbito das suas competências que os demais órgãos lhe submetam;
- 2 - O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais;
- 3 - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar nas reuniões da Direção Nacional sempre que, no âmbito das suas atribuições, tal for considerado conveniente.

CAPÍTULO IV - Assistência Religiosa

Artigo 20º - Órgão de Vigilância

A Associação Espaço Jacobeus tem um órgão de vigilância, composto por um representante da autoridade eclesiástica, livremente eleito pela mesma autoridade eclesiástica.

Artigo 21º - Assistente Espiritual

1 - A Associação Espaço Jacobeus terá, por exigência pastoral e canônica, um Assistente Espiritual nomeado pela autoridade eclesiástica competente. O Assistente Espiritual não é funcionário ou um colaborador da Associação Espaço Jacobeus, mas sim o elemento em quem a autoridade eclesiástica competente confia, de modo estável, a cura pastoral da Associação Espaço Jacobeus, a exercer segundo as normas do direito universal e particular. No exercício do seu múnus o Assistente Espiritual depende, unicamente, do seu superior Eclesiástico;

2 - A duração do mandato do Assistente Espiritual Nacional fica ao critério da autoridade eclesiástica competente;

3. O Assistente Espiritual porá o maior empenho em salvaguardar e promover a finalidade religiosa e cristã da Associação Espaço Jacobeus e de todas as suas atividades, e promoverá iniciativas apropriadas em ordem à formação espiritual e doutrinal dos sócios;

4 - O Assistente Espiritual deverá manter com a Direção Nacional a mais estreita união e colaboração, sem interferência nas competências de cada um;

5 - São deveres do Assistente Espiritual:

a) Sempre que o entender, assistir às reuniões da Direção Nacional, não dispondo, porém, de voto;

b) Celebrar ou mandar celebrar uma missa de sufrágio por cada sócio falecido;

c) Uma vez por ano, em dia determinado, celebrar ou mandar celebrar uma Eucaristia por todos os sócios e benfeitores da Associação Espaço Jacobeus;

6 - Sem que isto afete a autoridade e competência do Assistente Espiritual, deverá este ouvir o parecer da Direção Nacional, sempre que as decisões a tomar exijam, pela sua dimensão, intervenção de ordem administrativa, ou quando o parecer da Direção Nacional se considere útil, em ordem a encontrar as melhores soluções.

CAPÍTULO V - Disposições Finais

Artigo 22º - Relações com outras Instituições

1 - A Associação Espaço Jacobeus, sem perda da sua autonomia própria, manterá permanente diálogo e colaboração com as instituições públicas ou privadas, que mais interessem ao prosseguimento dos objetivos da Associação Espaço Jacobeus;

2 - A Associação Espaço Jacobeus poderá filiar-se em Federações ou organizações nacionais e internacionais cujos princípios não contrariem os presentes Estatutos e mediante deliberação favorável da Assembleia-Geral, sob proposta da Direção.

Artigo 23º - Regulamento Geral Interno

É da competência da Assembleia Geral a aprovação do Regulamento Geral Interno necessário ao bom funcionamento da Associação Espaço Jacobeus.

Artigo 24º - Revisão e Alteração dos Estatutos

1 - Os presentes Estatutos são passíveis de revisão sob proposta apresentada pela Direção Nacional ou por dois terços dos associados e aprovado por três quartos dos votos dos associados presentes na

Assembleia Geral para o efeito reunida;

2 - A revisão e alteração destes Estatutos carecem da aprovação da autoridade eclesiástica competente.

Artigo 25º - Dissolução e Extinção

1 - Quando, por falta de meios, a Associação Espaço Jacobeus se mostrar incapaz de realizar as atividades que lhe são próprias, a Assembleia Geral pode solicitar à autoridade eclesiástica competente a sua dissolução;

2 - Em caso de deliberação da extinção da Associação Espaço Jacobeus, compete à Assembleia Geral eleger uma Comissão para decidir sobre os destinos dos bens da associação.

Artigo 26º - Lacunas

No que estes Estatutos sejam omissos rege-se a Associação Espaço Jacobeus pelo Regulamento Geral Interno, ou serão decididos em Assembleia Geral, desde que não colida com as "Normas Gerais das Associações de Fiéis" (N.G.A.F.), o Código de Direito Canónico, o Código Civil e os princípios gerais destes Estatutos.

Artigo 27º - Vigência

Estes novos Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a aprovação pela mesma Autoridade Eclesiástica.

Revisão e alteração aos Estatutos aprovada em Braga, 25 de outubro de 2013.

Disponível em: <http://www.jacobeus.org/>. Acesso em: 27 de Dez. 2015.

Estatuto e Regulamento APVL

Estatuto Associação de Peregrinos Via Lusitana

Dos estatutos:

A associação tem como fins:

- 1 – Defender e transmitir o espírito da Peregrinação Jacobea, nas suas componentes histórica, cultural e prática.
- 2 – Informar e apoiar o Peregrino Jacobeu.
- 3 – Promover e desenvolver a hospitalidade no Caminho.
- 4 – Incentivar a salvaguarda e a valorização do Caminho Português a Santiago e o Património a ele associado, promovendo o seu estudo e investigação e outras iniciativas que visem a sua divulgação.
- 5 – Promover a sinalização e manutenção dos Caminhos Portugueses a Santiago.
- 6 – Colaborar com instituições nacionais e internacionais em todas as actividades e decisões que contribuam para a defesa, conservação e salvaguarda do Património Jacobeu.
- 7 – Contribuir para agrupar associações e organismos interessados na promoção da peregrinação jacobea com vista a assegurar a sua representatividade e a sua coordenação, nacional e internacional.

Disponível em: <http://www.vialusitana.org/sobre/objectivos/> . Acesso em: 27 de Dez. 2015.

Regulamento Associação de Peregrinos Via Lusitana

Regulamento de Associados

Aprovado na Assembleia Geral de 29 de Maio de 2010

1 – Associados Fundadores

- São considerados associados fundadores os presentes na primeira Assembleia Geral da Associação e os admitidos nos 30 dias seguintes.
- Não necessitam de aprovação em Assembleia Geral.

2 – Associados Eventuais e Efectivos.

- Para se ser admitido como associado eventual, basta ser aprovado pela direcção.
- A admissão faz-se mediante o pagamento de uma jóia e da quota do trimestre.
- Os associados eventuais passarão a efectivos mediante aprovação em Assembleia Geral, não podendo ter mais de três votos contra, ou dois se de associados fundadores.
- No caso de não aprovação perderão também o estatuto de associado eventual.

3 – Associados Honorários

- São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado serviços de relevância ou contribuído meritóriamente para a concretização dos objectivos da APVL.
- Serão admitidos em Assembleia Geral, sob proposta da direcção, no mesmos moldes que os associados efectivos.

4 – Direitos dos associados:

- Participar na Assembleia Geral da Associação.
- Eleger e ser eleito para os órgãos sociais da APVL.
- Ser mantido ao corrente de todas as actividades e decisões dos órgãos sociais da APVL.
- Participar em todas as actividades da APVL.
- Só os associados fundadores ou efectivos têm direito de voto em Assembleia Geral.

5 – Deveres dos associados:

- Contribuir para a concretização dos objectivos da APVL.
- Exercer os cargos para que tenham sido eleitos.
- Contribuir para o funcionamento da APVL mediante o pagamento das quotas.

6 – Joia e Quota

- Os valores da joia e da quota serão fixados em Assembleia Geral.
- O não pagamento de quotas implica a suspensão dos direitos do associado até à regularização da situação.
- Os associados honorários estão isentos de joia e do pagamento de quotas.

7 – Perdem a qualidade de associados, por decisão da Assembleia Geral da APVL

- Os que infringirem os estatutos ou se afastem dos objectivos da Associação.
- Os que ponham em causa o bom nome ou os interesses da APVL.
- Os que não regularizarem eventuais quotizações em atraso num prazo razoável que lhes venha a ser comunicado.
- Os que o solicitem.

Disponível em: <http://www.vialusitana.org/sobre/regulamento-associados/> . Acesso em: 27 de Dez. 2015.

Proposta Candidatura e Mapa



TENTATIVE LIST SUBMISSION FORMAT



STATE PARTY: Portugal

DATE OF SUBMISSION:

Submission prepared by: Associação Espaço Jacobeus (AEJ) e Associação de Peregrinos Via Lusitana (APVL)

Name: Associação Espaço Jacobeus (AEJ)
APVL - Associação de Peregrinos Via Lusitana

E-mail: geral@jacobeus.org (AEJ)
info@vialusitana.org (APVL)

Address:

Rua das Oliveiras, n.º26 (edifício da Junta de Freguesia de S. Vicente), 4710-302 Braga (AEJ)
Rua Acácio de Paiva, n.º3, 3.º eq. 1700-003 Lisboa (APVL)

Fax:

Institution:

<http://www.jacobeus.org/>
<http://www.vialusitana.org/>

Telephone: 968 338 078 (AEJ)
915 595 213 (APVL)

Name of Property: Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela

State, Province or Region: Portugal

Latitude and Longitude, or UTM coordinates: lat: ; long:

Description:

O bem patrimonial misto cultural e natural designado por *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* representa o contributo português para a mais célebre peregrinação da Europa Ocidental. Beneficiando da proximidade física em relação a Compostela, e da densa rede viária do Noroeste peninsular, os *Caminhos Portugueses* contrastam com outros percursos, na medida em que oferecem trajectos mais diversificados e de mais fácil caminhada (evitando, por exemplo, os itinerários mais expostos ao Sol e ao calor e, em tempos mais recentes, a massificação de alguns trajectos).

O impacto da descoberta em Compostela do túmulo do Apóstolo (ocorrida pela década de 20 do século IX) antecedeu a independência de Portugal e o mais antigo testemunho no actual território nacional deverá datar de 862 (menos de meio século após aquela descoberta), ano em que foi sagrada a Igreja de Santiago do Castelo de Neiva (concelho de Viana do Castelo). Ao longo da Idade Média, os caminhos portugueses foram procurados por peregrinos jacobeus nacionais e estrangeiros, os quais deixaram numerosos registos e relatos, conservando-se ainda, e sobretudo, uma herança documental original que menciona legados pios para construções públicas que beneficiavam os peregrinos. Foi o que ocorreu com S. Gonçalo de Amarante, lendário construtor da ponte medieval sobre o rio Tâmega naquela localidade, cuja legenda ombreia com Santo Domingo de la Calzada ou San Juan de Ortega (pontos do *Caminho Francês* já declarados Património Mundial).

Se o Norte do país conserva ainda muitos dos antigos caminhos de peregrinação (particularmente a Norte do rio Douro), o sul de Portugal teve uma estruturante presença da Ordem de Santiago, principal instituição que, no século XIII, empreendeu a conquista do Alentejo e Algarve e deteve a gestão de grande parte daqueles territórios nos séculos seguintes. Por essa razão, é surpreendente a densidade de marcas alusivas ao culto a Santiago, razão de ser de uma dimensão verdadeiramente nacional do culto do Apóstolo em Portugal (que alia assim a herança peregrinatória do Norte ao impulso conquistador e reformador do Sul). A relevância da Ordem de Santiago na história portuguesa testemunha-se na

manutenção de uma Ordem Honorífica de Sant'Iago de Espada concedida pelo Presidente da República, destinada a distinguir o mérito científico, literário e artístico, mas cujo grão-colar (insígnia máxima) pretende distinguir antigos chefes de Estado.

Na actualidade, os *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela* representam quase 20% do fluxo anual de peregrinos registado na *Oficina* do Peregrino de Santiago de Compostela (18,60% em Maio de 2015) e a tendência dos últimos anos tem sido a de um contínuo aumento, especialmente nos meses de Primavera e Outono. Existem 4 caminhos estabelecidos e a proposta que agora se apresenta inclui dois outros troços (que prolongam os caminhos já estabelecidos para Sul, conferindo assim consistência nacional a estes itinerários). Exclui-se desta proposta o pequeno trecho transmontano da Via da Prata, itinerário que representa uma variante e que não tem o carácter estruturante dos anteriores. No global, a presente proposta propõe para classificação uma rede viária de c. 2066 Kms.

1. Caminho Central Português: percorre c. 634 Kms, entre Lisboa e Santiago de Compostela (dos quais 569 Kms em território português). É o itinerário estruturante, que se inicia na capital do país, onde existe a igreja paroquial de Santiago (cuja freguesia já existia em 1160), a Sé-Catedral (que detém uma dimensão peregrinatória medieval testemunhada pelo culto a S. Vicente), o Museu Nacional de Arte Antiga (maior repositório de arte dedicada a Santiago do país, ali se conservando, entre outras peças referenciais, o *retábulo da Vida e da Ordem de Santiago*), o Mosteiro dos Jerónimos, tão ligado à figura de D. Manuel I (1469-1521) e à peregrinação que empreendeu a Compostela em 1502. As etapas principais deste trajecto incluem Coimbra (onde se encontra o túmulo e o tesouro de D. Isabel de Aragão (1271-1336) – no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e no Museu Nacional de Machado de Castro, respectivamente), Porto (principal ponto de partida dos peregrinos actuais dos caminhos portugueses e cidade que preserva ainda importantes testemunhos do culto a Santiago, seja na sua Sé Catedral, seja na mais modesta igreja de S. Crispim e S. Crispiniano, antigo hospital dos Palmeiros) e Barcelos (em cujo museu arqueológico se encontra o *Cruzeiro do Senhor Galo*, cuja lenda é idêntica à de Santo Domingo de la Calzada). O percurso integra ainda a passagem por Valença do Minho, principal ponto de passagem para Tui, e onde se concentraram abundantes albergarias e hospitais desde a Idade Média (<http://www.amigosdelcamino.com/attachments/article/143/Caminho%20central%20portugues.pdf>).

1.1. Proposta de ampliação do Caminho Central Português: propõe-se a ampliação do *Caminho Central Português* em aproximadamente 317 Kms, entre Faro e Almada, fazendo-se a travessia para Lisboa de barco ou comboio. Esta proposta de ampliação pretende dotar os *caminhos portugueses* de uma dimensão nacional, ligando a capital do Algarve a Lisboa. Em concreto, este itinerário percorre territórios da antiga Ordem de Santiago, em particular Santiago do Cacém (onde subsiste o mais impressionante testemunho de escultura medieval dedicada a *Santiago Matamouros*) e Alcácer do Sal e Palmela (duas das capitais da Ordem de Santiago em território português). O início do percurso em Faro justifica-se pelo seu estatuto de capitalidade regional, mas também pela dimensão histórica da cidade, conquistada aos muçulmanos por Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago, instituição que deteve a gestão da futura catedral (entre os séculos XIII e XVI) e onde ainda existe o antigo colégio jesuíta de Santiago Maior. O percurso passa ainda pela basílica de Castro Verde, em cujos azulejos se assimila o mito fundador da batalha de Ourique à intervenção mítica de Santiago na batalha de Clavijo).

2. Caminho Português da Costa: numa extensão de c.142 Kms, este trajecto é uma derivação do *Caminho Central Português*, a partir do Porto ou a partir de S. Pedro de Rates. Este itinerário justifica-se pelos abundantes testemunhos do culto a Santiago e da passagem dos peregrinos nas localidades marítimas do Norte português, sendo o actual concelho de Matosinhos um dos casos mais significativos (sobretudo a *lenda do barco de pedra* que evoca um acontecimento ocorrido no mesmo momento em que a barca com o corpo de Santiago passava ao largo da costa rumo à Galiza). Vila do Conde e, especialmente, Viana do Castelo foram importantes pontos de passagem de peregrinos, restando, nesta última cidade, o Hospital Velho, destinado a *pelegrijs e rromeus que vãa.o e veem pera Santiago* (informação de 1459). A travessia para a Galiza pode fazer-se por barco através de Caminha e Vila Nova de Cerveira ou, por terra, atravessando a ponte em Valença do Minho, aí entroncando com o Caminho Central Português (<http://caminhodacosta.wix.com/caminhodacosta>).

3. Caminho Português Interior de Santiago: numa extensão de 307 Kms (160 Kms dos quais em território português), este *caminho* liga Viseu à fronteira com a Galiza, em Verín, e estrutura-se em 10 etapas. É o itinerário de peregrinação a Compostela que inclui maior componente de paisagem natural, a

par de algumas importantes referências patrimoniais: em Viseu, o Museu Nacional de Grão Vasco inclui o retábulo dedicado a Santiago, procedente da Igreja de Santiago de Cassurrães, e obra cimeira do pintor manuelino-renascentista (Grão) Vasco Fernandes; o centro histórico de Lamego; a ponte medieval de Oureira; e o núcleo urbano de Chaves, última paragem antes da Galiza e, por isso, terra de importantes albergarias medievais (<http://www.cpisantiago.pt/>).

4. Caminho de Torres: Com início em Salamanca, 343 Kms deste caminho são percorridos em território português. A sua importância é semelhante ao *Caminho Central Português*, uma vez que é através deste itinerário que se incluem nos trajectos de peregrinação a Compostela três das cidades que possuem mais numerosos e relevantes testemunhos do culto a Santiago: Amarante (cuja ponte e mosteiro estão consagrados a S. Gonçalo, lendário beneficiador do caminho para os peregrinos), Guimarães (onde se testemunha o primeiro hospital para peregrinos, logo no século X) e Braga (cuja catedral românica, no século XI, pretendeu constituir-se como um centro de peregrinação rival de Compostela). Entronca no *Caminho Central Português* em Ponte de Lima e deve o seu nome ao itinerário percorrido entre 1732 e 1734 por Diego Torres, catedrático da Universidade de Salamanca exilado em Portugal por esses anos (<http://caminosantiago.usal.es/torres/>).

5. Proposta de criação do Caminho Nascente Português: 535 Kms, entre Tavira e Trancoso, onde tronca no *Caminho de Torres*. Este itinerário ilustra diferentes dimensões do culto a Santiago no Sul e interior do país. Começa em Tavira, cidade emblemática para a Ordem de Santiago, onde subsiste o túmulo de Paio Peres Correia (c.1205-1275) - o mais importante mestre medieval da Ordem. As etapas incluem passagens por Mértola (uma das três capitais da Ordem de Santiago em Portugal), Beja (cuja igreja de Santiago foi elevada a catedral) e Évora (onde o herói da reconquista da cidade, Geraldo Sem Pavor, foi representado com as vieiras de Santiago e onde existe também a igreja de Santiago). O percurso segue depois para o Alto Alentejo e Beira Baixa, onde o *caminho* já se encontra marcado e onde subsistem importantes elementos de devoção ao apóstolo, como a Igreja de Santiago de Belmonte (local que acolhe o túmulo do descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral (c. 1467-1520)). A opção por Trancoso como ponto de chegada justifica-se pelo cruzamento do *Caminho de Torres* e por a vila ser um importante local de passagem de peregrinos, cuja etapa mais antiga do castelo (século X) foi mencionada num documento de 960, pelo qual uma célebre nobre doou este e outros bens ao mosteiro de Guimarães *pro remedio animo nostre captiuos et peregrinos et monasteria* (para salvação da nossa alma, captivos, peregrinos e mosteiros).

6. Troço transmontano da Via da Prata: ao longo de 82 Kms, entre Quintanilha e Segreiros, este itinerário é uma variante da Via da Prata e, por ser um trajecto secundário, não fará parte da candidatura a património mundial. Trata-se, todavia, do único troço dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* em Trás-os-Montes (região onde se conservam abundantes testemunhos do culto a Santiago e das rotas peregrinatórias). Por esse facto, mesmo que não venha a ser incluído no dossier final de candidatura, será importante que os projectos de qualificação patrimonial, paisagística e assistencial a desenvolver para os restantes caminhos possam também incidir sobre este itinerário.

Justification of Outstanding Universal Value:

(Preliminary identification of the values of the property which merit inscription on the World Heritage List)

Os *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* são as mais importantes vias de acesso meridionais na complexa rede conducente ao suposto túmulo de Santiago em Compostela. Foram percorridos por peregrinos desde o século IX e são parte importante dos trajectos viários da Península Ibérica, que tanto contribuíram para a identidade europeia, assente na mobilidade medieval e no intercâmbio entre várias dimensões que caracterizam a aventura humana, desde a arte à literatura, da religiosidade popular à assistência aos peregrinos, da etnografia e arqueologia à sociologia.

Os *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela* integram unidades patrimoniais verdadeiramente identitárias da história e legado de Portugal, algumas das quais já alvo de classificação como Património Mundial. Sem pretender ser exaustivo, elenca-se um conjunto de obras-primas da história portuguesa, onde a presença do culto a Santiago é também estruturante:

- **Tesouro da rainha Santa Isabel no Museu Nacional de Machado de Castro:** Isabel de Aragão foi peregrina jacobea em duas ocasiões (1325 e 1335). Em Compostela, terá oferecido à catedral duas imagens de vulto (*S. Gabriel e Nossa Senhora*) que se encontram no Museo Catedralicio de Santiago de

Compostela. Fez-se sepultar no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em túmulo majestoso cujo jacente é decorado com a bolsa decorada com vieiras e o bordão característicos dos peregrinos. No Museu Nacional de Machado de Castro exhibe-se parte do tesouro da rainha que está relacionado com a sua condição de peregrina: quatro peças do século XIV, em prata, entre as quais um relicário para o Santo Lenho e uma *Nossa Senhora com o Menino*, também concebida como relicário. Coimbra ocupa lugar de destaque na história dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação*, pois foi em relação à conquista da cidade por D. Fernando I, o Magno (1064), que a *História Silense* (meados do século XII) relatou a primeira aparição de Santiago cavaleiro, guerreiro mítico à frente das hostes militares cristãs contra os muçulmanos.

- **Retábulo de Santiago Matamouros na Igreja Matriz de Santiago do Cacém** – mais importante obra do século XIV relacionada com o culto a Santiago, deve ter sido encomendada pela Ordem de Santiago, depois de voltar a deter os domínios de Santiago do Cacém (Setúbal), ou por patrocínio da princesa bizantina Vataça de Lascaris, aia da corte de D. Isabel de Aragão. É uma obra-prima da arte gótica nacional e uma das mais relevantes no contexto internacional, representando-se Santiago como cavaleiro cristão, empunhando o estandarte da Ordem de Santiago.

- **O Mosteiro dos Jerónimos e o itinerário de D. Manuel I na sua peregrinação a Compostela** – D. Manuel I foi também peregrino de Santiago de Compostela e conhece-se o seu itinerário, iniciado em Lisboa e continuado por Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Braga e Valença. No Mosteiro dos Jerónimos, realização máxima da arquitectura do ciclo manuelino, conserva-se uma imagem de Santiago incorporada na genealogia mítica de Portugal representada no Portal Sul, aberto para a praia e porto, local simbólico de partida e de chegada das caravelas e naus dos Descobrimientos portugueses.

- **O modelo de “peregrinação” da Catedral de Braga** - no século XI, a Catedral de Braga pretendeu ombrear com Santiago de Compostela como centro religioso, estatuto para o qual o culto das relíquias era parte essencial. O projecto, promovido pelo bispo D. Pedro (1071-1092), previa um modelo *de peregrinação*, com deambulatório de capelas radiantes, ornadas de relíquias de santos de importante veneração no Noroeste peninsular. Esse projecto de catedral românica nunca foi terminado e parte das relíquias foram roubadas pelo bispo de Compostela Diego Gelmírez, mas ainda restam importantes testemunhos arqueológicos desse tempo e dessa ambição.

- **A representação de Geraldo Sem Pavor como Santiago no Museu Regional de Évora** – Évora foi reconquistada pelo cavaleiro Geraldo Galdes, apelidado de Sem Pavor, em 1165. No século XIV, quando aquele célebre guerreiro era já o símbolo da cidade, a arte local retratou-o a cavalo, espezinhando dois inimigos da fé católica, mas com o escudo decorado por vieiras. Foi esta a imagem oficial do conquistador da cidade património mundial durante a Idade Média, associando-se o cavaleiro à figura de Santiago como paladino mítico e sobre-humano dos exércitos portugueses da Reconquista.

- **Retábulo da Vida e da Ordem de Santiago no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa** – procedente de Palmela, capital da Ordem de Santiago na transição para o século XVI, este retábulo é a mais completa obra artística que ilustra a associação da Ordem de Santiago com a legenda do apóstolo, bem como uma obra-prima da pintura portuguesa de inícios do século XVI. Ainda que faltem quatro tábuas, o retábulo evoca tanto a viagem mítica de Santiago para a Galiza como os momentos fundadores e essenciais da Ordem de Santiago, fazendo desta peça um marco artístico do culto a Santiago em todo o mundo.

- **S. Gonçalo de Amarante e os construtores de pontes nos Caminhos de Santiago** – semelhante a Sto. Domingo de la Calzada, ou S. Juan de Ortega (unidades patrimoniais do *Caminho Francês* e, por isso, já alvo de classificação), S. Gonçalo foi um santo que a lenda associou à construção da ponte de Amarante, em inícios do século XIII, para benefício dos peregrinos que se moviam na zona. Ponte, mosteiro e túmulo do santo constituem um elemento essencial do culto jacobeu em Portugal e dão pleno sentido à passagem do *Codex Calixtinus*, que aconselhava à visita aos corpos santos que jaziam no caminho, fazendo assim com que as marcas dos *caminhos* participassem activamente na peregrinação.

- **A legenda de Santiago nos azulejos da Igreja Matriz de Samora Correia** – o mais completo programa iconográfico azulejar dedicado a Santiago encontra-se em Samora Correia (Santarém), localidade que foi uma importante comenda da Ordem de Santiago. Os painéis de azulejos do interior da

igreja, saídos da oficina do monogramista PMP (um dos grandes mestres azulejares lisboetas da primeira metade do século XVIII e justamente um dos nomes cimeiros na eventual candidatura do azulejo a património mundial) ilustram a legenda de Santiago enquanto apóstolo das *Hespanhas*, mítico evangelizador da Península Ibérica.

- **Palmela, primeira e última capital da Ordem de Santiago em Portugal** – Na igreja de Santiago de Palmela guarda-se um museu com algumas das mais importantes estátuas de Santiago do país. O castelo foi sede da Ordem de Santiago no século XII e, de novo, a partir do século XV. Aí se guardam algumas relíquias arqueológicas da Ordem, como um dos primeiros cemitérios dos frades, de onde se resgatou uma insígnia de cavaleiro espatário, em forma de vieira. A Pousada de Palmela adaptou as instalações do antigo convento dos freires espatários.

- **O antigo Hospital dos Palmeiros no Porto** – em pleno centro histórico do Porto, cidade património mundial, o antigo hospital dos Palmeiros, documentado desde 1307, ilustra a dimensão assistencial que os peregrinos encontravam na cidade. Na Sé do Porto existiu até inícios do século XX uma capela dedicada a Santiago, da qual procede uma imagem de madeira, de influência flamenga e realizada nos princípios do século XVI, que constitui uma das mais impressionantes representações do apóstolo no nosso país. Em Junho de 2015, o Porto foi a terceira localidade onde maior número de peregrinos iniciou a sua jornada, imediatamente após Sarria e Saint Jean de Pied-de-Port.

- **Cruzeiro do Senhor Galo de Barcelos** – o cruzeiro, dos séculos XIV ou XVII, ilustra uma lenda semelhante a outra de Sto. Domingo de la Calzada, sobre as desventuras de peregrinos em terreno hostil. Na origem, encontrava-se à entrada da ponte de Barcelos, equipamento viário de primeira importância para a definição dos caminhos do Noroeste português em direcção à Galiza. Hoje encontra-se no Museu Arqueológico e é um dos símbolos identitários da vila e dos próprios caminhos de peregrinação a Compostela.

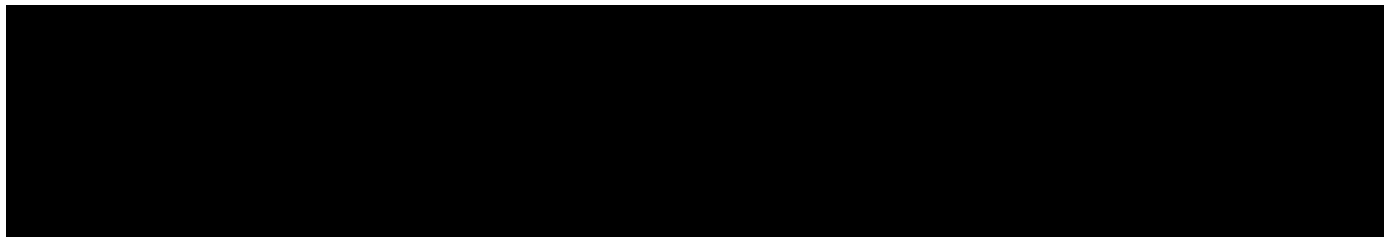
- **S. Pedro de Rates, lendário discípulo de Santiago** – o lendário primeiro bispo de Braga (S. Pedro de Rates) e orago de um dos mais importantes mosteiros beneditinos do início da história portuguesa teria sido discípulo de Santiago aquando da sua evangelização na Península Ibérica. O facto é evidentemente lendário, mas ele foi decisivo para alimentar as pretensões de Braga em ostentar o estatuto de diocese metropolitana das *Hespanhas*, por contraponto a Compostela. Esta querela animou toda a Idade Média e constituiu-se como eixo prioritário de identidade religiosa nacional face à Galiza.

- **O mito de Ourique na Basílica real de Castro Verde** – o revestimento azulejar da Basílica de Castro Verde evoca uma das dimensões mais interessantes do culto a Santiago: a associação do mítico guerreiro Santiago com a batalha de Ourique (1139), momento fundador do reino de Portugal, travada por D. Afonso Henriques contra os exércitos de 5 reis mouros e coincidindo curiosamente a sua data (25 de Julho) com o dia de Santiago. Revestindo as paredes da Basílica de Castro Verde, ilustra o impacto do culto a Santiago para a viabilidade de Portugal como reino independente, numa obra que pretendeu visitar esse mito fundacional de Portugal em pleno reinado de D. João V (1689-1750), época em que também Portugal saía definitivamente de um período de anexação espanhola.

Criteria considered to be met [see Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*]:

(Please tick the box corresponding to the proposed criteria and justify the use of each below)

(i) (ii) (iii) (iv) (v) (vi) (vii) (viii) (ix) (x)



Retirado

(ii) – Em todas as épocas é possível encontrar elementos de intercâmbio de influências na paisagem criada para servir os caminhos de peregrinação. Desde o modelo *de peregrinação* da Catedral de Braga, que pretendia copiar o das catedrais francesas onde se iniciava o *Caminho Francês* e o da Catedral de Compostela, até aos revestimentos azulejares barrocos, executados a partir de gravuras sobretudo do Norte da Europa, são múltiplas as obras geradas em torno do culto a Santiago que evidenciam intercâmbios artísticos. A actividade pontística medieval é também uma componente tecnológica de primeira importância, pois foi a construção de pontes em Barcelos, em Ponte de Lima, em Amarante, em Coimbra, e em muitos outros lugares que permitiu a estabilização dos caminhos e a consequente organização e hierarquização territorial. Ao nível do planeamento urbanístico, é importante ter em atenção que muitas igrejas consagradas a Santiago foram construídas no caminho (como Santarém ou Guimarães), para atrair os peregrinos e motivá-los a passar por aqueles templos. Na actualidade, os *caminhos* que se encontram sinalizados são um eixo estruturante da criação de paisagens específicas, onde não faltam elementos devocionais mais discretos, como alminhas, oratórios, fontes, áreas de descanso e de informação.

(iii) - a civilização do Ocidente medieval desapareceu há muito e é fragmentário o conhecimento que temos dela. Existem múltiplos pontos de contacto entre as motivações peregrinatórias actuais e as da Idade Média, ambas assentes num despojamento mais ou menos temporário, numa viagem simultaneamente física e interior, num caminhar a pé sem ajudas ou carros de apoio. O acto de peregrinar, tão incompreendido ao longo dos tempos, foi uma marca da Idade Média, que hoje se renova com outras virtudes e condições. As peregrinações a Compostela são, por isso, tanto uma marca de uma tradição cultural e civilizacional morta como viva.

(iv) – ao longo dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*, e também em parte devido a essa rota peregrinatória ou ao impacto que o culto a Santiago teve, e continua a ter, em Portugal construíram-se emblemáticos monumentos e obras de arte verdadeiramente identitárias do país, de regiões ou de localidades. Em praticamente todas as cidades existiu uma igreja dedicada a Santiago e os elementos artísticos inventariados asseguram à devoção a Santiago uma das mais importantes e estruturantes dimensões da paisagem religiosa nacional. Desde o estilo pré-românico até à contemporaneidade, todos os períodos da história deixaram o seu testemunho nos *caminhos portugueses*.

(vi) – Os itinerários peregrinatórios portugueses em direcção a Compostela estão materialmente associados à crença de que o túmulo do apóstolo Santiago se encontrava na Galiza, razão de ser da mais importante peregrinação da Europa medieval. Os *Caminhos Portugueses* associam-se ainda a acontecimentos memoráveis (peregrinações da rainha Santa Isabel, do rei D. Manuel e de tantos outros), obras de arte e arquitectura emblemáticas do país (túmulo da rainha D. Isabel em Coimbra, a Catedral de Braga, o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro de S. Pedro de Rates, o Castelo e Paço de Palmela, a Basílica de Castro Verde), verdadeiramente estruturantes da herança histórico-artística portuguesa.

Statement of authenticity and/or integrity [see Paragraphs 78-95 of the *Operational Guidelines*]:

A identificação e a caracterização dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* baseiam-se em dois grandes grupos de fontes de informação: as fontes escritas e o registo arqueológico e artístico. No primeiro caso está a ampla documentação medieval que evoca os caminhos e as construções pias para apoio aos peregrinos (especialmente a construção de pontes). Inserem-se também aqui os relatos de peregrinações célebres, como a rainha Santa Isabel (séc. XIV), D. Manuel I (1502) e Giovanni Battista Confalonieri (a mais completa relação do caminho entre Lisboa e Santiago, escrita em 1594). No segundo caso, contam-se os numerosos testemunhos materiais de natureza artística e arqueológica que identificam os caminhos de peregrinação e a progressão do culto ao apóstolo Santiago em Portugal. Trata-se de um património múltiplo e heterogéneo, ora estruturante da própria herança civilizacional portuguesa, ora discreto e de méritos locais e regionais. Em todo o caso, a totalidade do património associado ao culto a Santiago e aos itinerários peregrinatórios assume-se como um dos capítulos mais importantes da história portuguesa, desde a construção da igreja de Santiago de

Castelo de Neiva em 862 e a primeira menção ao hospital de peregrinos de Guimarães (951), até à época contemporânea, em que os caminhos estão a ser revitalizados e beneficiados e até numerosos artistas e escritores têm explorado o tema, como ocorreu com Joana Vasconcelos em 2007, para realizar a obra *El Matador* (hoje exposta em Santiago do Cacém).

A autenticidade dos caminhos atesta-se, assim, pelo cruzamento destas duas fontes de informação, a que se devem juntar outras de mais duvidosa veracidade, mas que caracterizam de forma profunda o imaginário colectivo de algumas regiões, como as lendas e os ditados populares, passados de geração em geração, e que tanto rasto deixaram, por exemplo, em Trás-os-Montes, ou a crónica dos séculos XVI e XVII que, não sendo evidentemente fontes primárias, são parte essencial da história dos caminhos de peregrinação e do culto ao apóstolo.

De uma maneira geral, o património estruturante associado aos caminhos e ao culto a Santiago encontra-se em bom estado de conservação e tem, até, havido um relativo cuidado nos últimos anos para beneficiar antigas estruturas, quando integradas nos principais itinerários peregrinatórios. Subsiste, todavia, um trabalho de qualificação patrimonial e paisagístico a fazer em alguns locais e troços, razão de ser da presente candidatura como uma oportunidade ideal para se criar um modelo de gestão que enquadre os *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela* como uma totalidade patrimonial única.

É, finalmente, a autenticidade e o impacto histórico do culto a Santiago e dos caminhos de peregrinação o que está subjacente ao espírito de alguns lugares: no Mosteiro de Leça do Balio, uma recente festa evoca a assistência que aquela casa monacal deu aos peregrinos ao longo dos tempos; ainda existem 187 paróquias portuguesas cujo orago é Santiago; não é possível entender a importância da ponte de Ponte de Lima sem a componente peregrinatória que, ontem como hoje, é característica da vila; a figura de S. Pedro de Rates é omnipresente na localidade de Rates e no seu mosteiro; Amarante deve a sua importância histórica à ponte medieval, lendariamente construída por um devoto de Santiago e para benefício de peregrinos, entre outros exemplos que se poderiam citar.

Comparison with other similar properties:

(The comparison should outline similarities with other properties on the World Heritage List or not, and the reasons that make the property stand out)

Apesar de não ter o sucesso do *Caminho Francês*, os *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* têm vindo a aumentar o número de peregrinos, pelas boas condições de peregrinação que apresentam. São caminhos estruturados em elementos patrimoniais emblemáticos, muitos dos quais gerados a partir da dimensão peregrinatória dos lugares, ou com relação com peregrinos ou o culto das relíquias. A antiguidade e veracidade dos caminhos portugueses, sobretudo a Norte do rio Douro, não se diferenciam do *Caminho Francês* ou dos caminhos do Norte da Península Ibérica, recentemente declarados Património Mundial. As componentes patrimonial, natural e assistencial têm vindo a ganhar peso para a definição dos caminhos portugueses e assumem-se como elementos preferenciais para quase 20% dos peregrinos que anualmente chegam a Santiago de Compostela, constituindo-se Portugal como o segundo ponto de partida mais importante da rede peregrinatória compostelana, bem acima dos caminhos do Norte da Península (Norte, Primitivo e Inglês, que, juntos, totalizam pouco mais de 10% da totalidade dos itinerários até Compostela).

Sabendo-se do carácter massificado do *Caminho Francês*, sobretudo os albergues de preço reduzido, que não respondem já à procura, obrigando a autênticas correrias que subvertem o espírito da peregrinação, a constituição dos *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela* pretende fornecer uma alternativa de idêntica dimensão aos caminhos existentes em Espanha, tanto em extensão (razão de ser da dimensão nacional do Caminho Central Português e do Caminho Nascente Português), como em trajectos menores e mais variados (Caminho da Costa, Caminho Interior Português e Caminho de Torres).

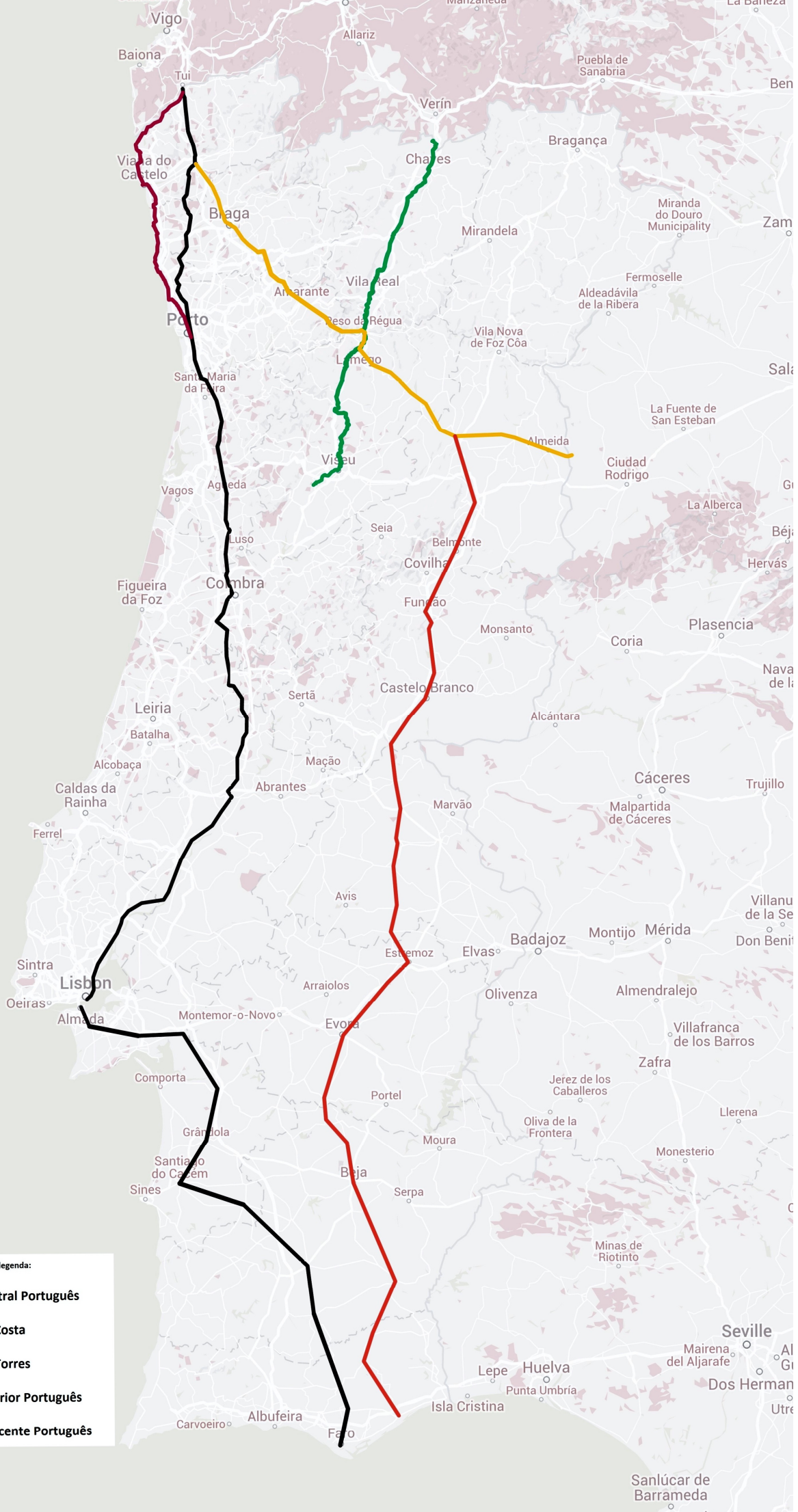
Tal como os caminhos do Norte de Espanha, recentemente declarados Património Mundial, também os itinerários portugueses agora propostos estão na origem do culto jacobeu e ligam-se directamente ao impacto que a suposta descoberta do túmulo do Apóstolo teve na Idade Média. Foi no castelo de Neiva (Caminho Português da Costa) que se regista a mais antiga referência a uma igreja dedicada a Santiago. A construção da ponte de Amarante (Caminho de Torres) está relacionada com os santos construtores do

Caminho de Santiago. E as referências podem multiplicar-se. Na actualidade, os caminhos portugueses atraem mais do dobro dos peregrinos que percorrem aqueles itinerários do Norte de Espanha recentemente incluídos na Lista de Património Mundial da UNESCO (7,70% para estes itinerários setentrionais espanhóis e 18,60% para os *Caminhos Portugueses* – dados de Maio de 2015). O diálogo intercultural proporcionado pela passagem dos peregrinos (mas também a materialização de obras de arte, de referências literárias, de tradição oral relacionadas com a dimensão peregrinatória dos lugares) está na origem de algumas das mais importantes construções arquitectónicas que singularizam a herança cultural portuguesa entre a Idade Média e os nossos dias e explica a circunstância de os caminhos de Santiago serem uma unidade cultural ligada pela história, a paisagem e a geografia.

- The Tentative List submission format is available from the UNESCO World Heritage Centre and at the following Web address: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists>.
- Further guidance on the preparation of Tentative Lists can be found in Paragraphs 62-67 of the *Operational Guidelines*.
- An example of a completed Tentative List submission format can be found at the following Web address: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists>.
- All Tentative Lists submitted by States Parties are available at the following Web address: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists>.
- The original signed version of the completed Tentative List submission format should be sent in English or French to: UNESCO World Heritage Centre, 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France.
- States Parties are encouraged to also submit this information in electronic format (diskette or CD-Rom) or by e-mail to wh-tentativelists@unesco.org.

legenda:

-  **Caminho Central Português**
-  **Caminho da Costa**
-  **Caminho de Torres**
-  **Caminho Interior Português**
-  **Caminho Nascente Português**



Mapa Património da
Humanidade
(Versão Inglês)

WORLD HERITAGE

2015-2016



During last 6,500 years, Istanbul was founded on a peninsula between the Black and Mediterranean Seas, linking the cultures of Europe and Asia. This capital of empires is covered by monumental masterpieces from the Byzantine and Ottoman eras, such as the Hagia Sophia – protecting the city for 2,000 years, Topkapı Palace, Hagia Sophia, Süleymaniye and Sultan Ahmed Complex. The city is still breathing today with its unique silhouette and vivid atmosphere.

Title photo: Dilek Kocak

Ourplace
THE WORLD HERITAGE COLLECTION

The OUR PLACE World Heritage platform is developed in partnership with the UNESCO World Heritage Centre. The OUR PLACE team has now photographed nearly 400 World Heritage sites in more than 90 countries. Visit: www.ourplaceworldheritage.com

The World Heritage emblem symbolizes the interdependence of the world's natural and cultural diversity. The central square represents the achievements of human skill and inspiration, and the circle celebrates the gifts of nature. The emblem is round, like the world, a symbol of global protection for the heritage of all humankind.

The Earthen Architecture Conservation Programme works toward conserving and revitalizing earthen architecture, which is threatened by natural disasters and industrialization. Currently, some one hundred properties on the World Heritage List are partially or totally built with earth.

World Heritage sites are inscribed on the List on the basis of their merits as forming a significant contribution to the cultural and natural heritage of the world. Their outstanding universal value is considered to be beyond national boundaries and to be of importance for future generations.

Conserving the diversity of life on Earth is critical to global human welfare. With the support of the World Heritage Convention, the most important biodiversity sites receive international recognition as well as technical and financial assistance to deal with threats such as agricultural encroachment, alien species and poaching.

EXTRACTS

... parts of the cultural or natural heritage are of outstanding interest and therefore need to be preserved as part of the world heritage of humankind as a whole.

... [with] the magnitude and gravity of the new dangers threatening... [the world's] heritage, it is incumbent on the international community as a whole to participate in the protection of the cultural and natural heritage of outstanding universal value...

An Intergovernmental Committee for the Protection of the Cultural and Natural Heritage of Outstanding Universal Value, called "the World Heritage Committee", is... established within UNESCO.

... the Committee shall establish... under the title of "World Heritage List", a list of the properties forming part of the cultural heritage and natural heritage... which it considers as having outstanding universal value...

The 18th-century stone arches of the Aqueduct of Padre Tembleque march across Mexico's hills, connecting, benefits and cisterns in an engineering marvel. Combining local techniques and materials with the European tradition of Roman hydraulics, the aqueduct brought water to numerous villages.

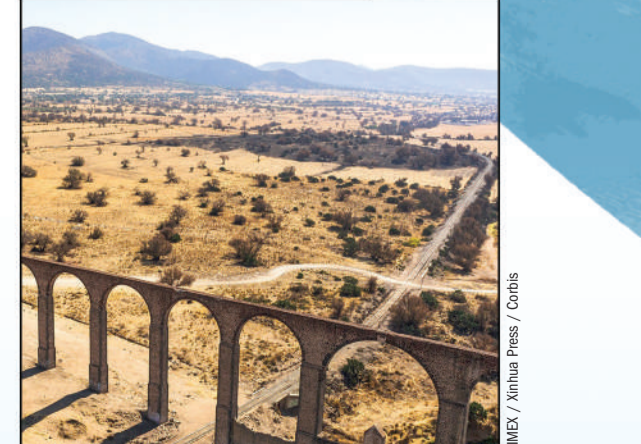


PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS

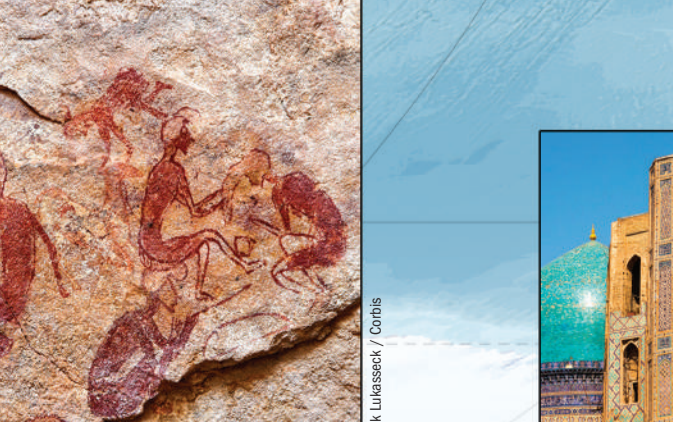


PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS

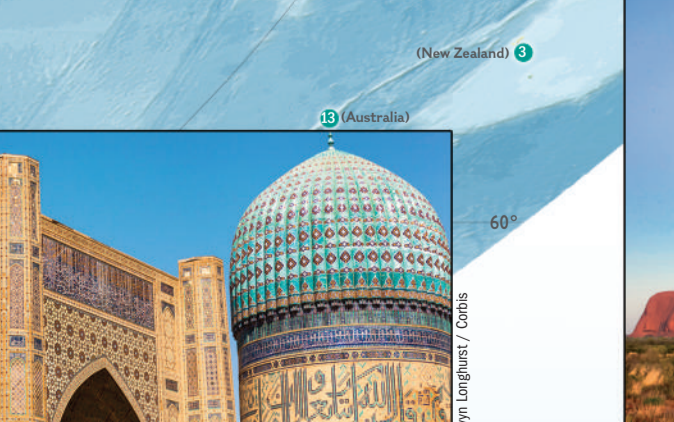


PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS

From the vast plains of the Serengeti to historic cities such as Vienna, Lima and Kyoto; from the prehistoric rock art on the Iberian Peninsula to the Statue of Liberty; from the Kasbah of Algiers to the Imperial Palace in Beijing — all of these places, as varied as they are, have one thing in common. All are World Heritage sites of outstanding cultural or natural value to humanity and are worthy of protection for future generations to know and enjoy.

Key

- Cultural property
- Natural property
- Mixed property (cultural and natural)
- Transnational property
- Property currently inscribed on the List of World Heritage in Danger

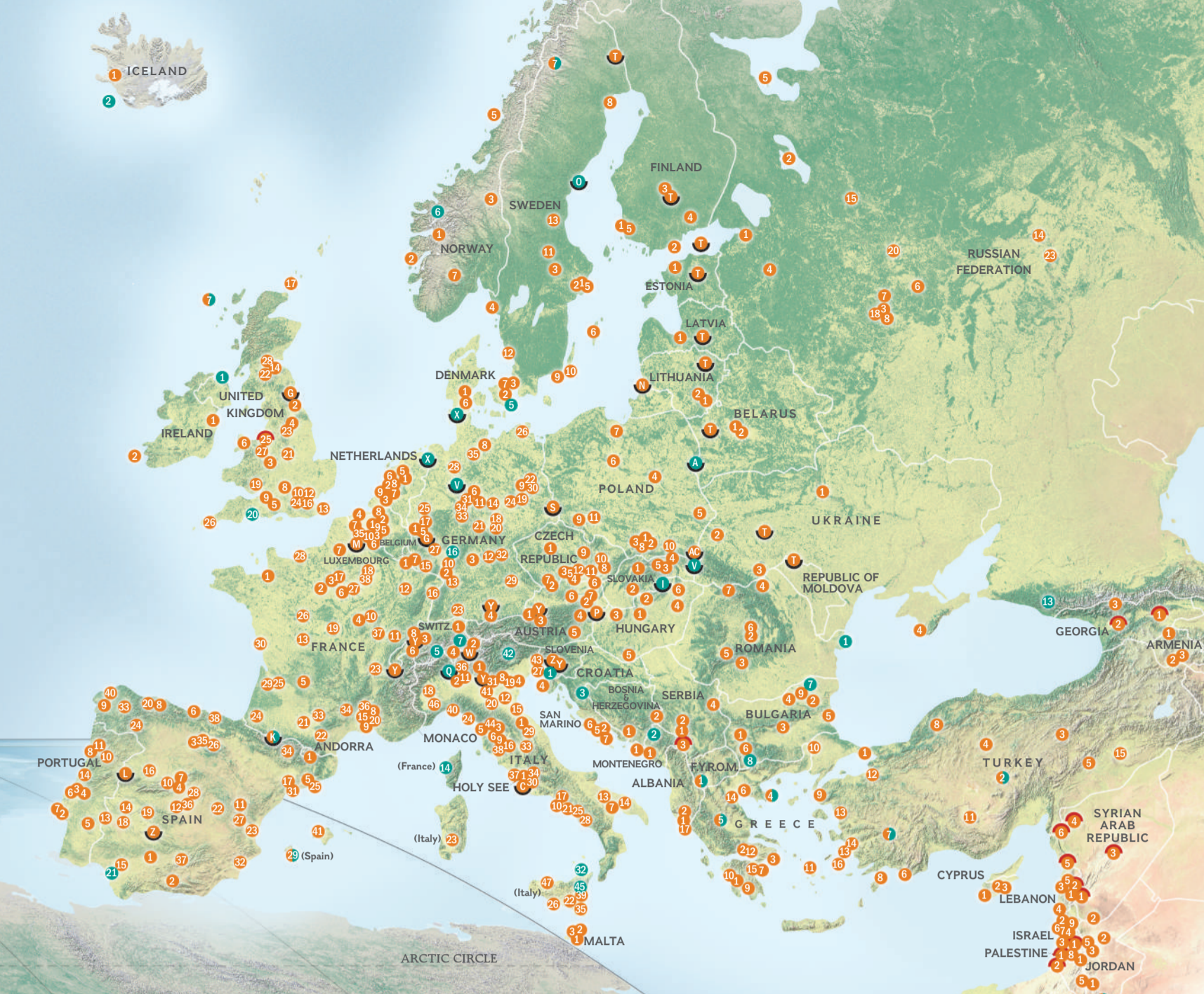
See country index on back side of map for site listings. Number indicates site order by year of inscription within each country. Letters are assigned to transnational properties in the order of their inscription on the List. Only States Parties to the World Heritage Convention are labeled on this map. United Nations (UN) country boundaries are shown as of October 2015. <http://whc.unesco.org> <http://www.nationalgeographic.com>

© 2015 UNESCO Printed October 2015

The designations employed and the presentation of material on this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of UNESCO and National Geographic Society concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries.

Dotted line represents approximately the Line of Control in Jammu and Kashmir agreed upon by India and Pakistan. The final status of Jammu and Kashmir has not yet been agreed upon by the parties.

Final boundary between the Republic of Sudan and the Republic of South Sudan has not yet been determined.



The World Heritage Cities Programme seeks to protect living historic city centres and their cultural and architectural heritage from threats such as uncontrolled development or inappropriate construction.

The World Heritage Marine Programme helps countries nominate marine sites and manage them effectively to ensure that they will thrive for future generations. There are currently 47 marine sites on the World Heritage List.

Cultural heritage refers to monuments, buildings and sites with historical, aesthetic, archaeological, scientific, ethnological or anthropological value. Natural heritage refers to outstanding physical, biological or geological features and includes habitats of threatened species, as well as areas with scientific, environmental or aesthetic value. Mixed sites have both cultural and natural values.

The World Heritage Sustainable Tourism Programme helps visitors discover World Heritage sites while encouraging respect of the environment and local cultures and enhancing community livelihoods.

Robinson Projection
SCALE 1:43,720,000
The reduced scale of the maps and the cartographic projections have resulted in approximate locations of some properties.
Land cover data:
Tom Patterson, US National Park Service
Text: Shelley Sperry
Design and production by National Geographic Maps

Ruins of stone colonnades and temples reveal the history of Palmyra as a crossroads of the Greek, Mesopotamian, Persian and Roman civilizations. From a caravan oasis in the desert, the Syrian city grew into a cultural centre of the ancient world and linked traders from Persia, India, China and Rome.



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS

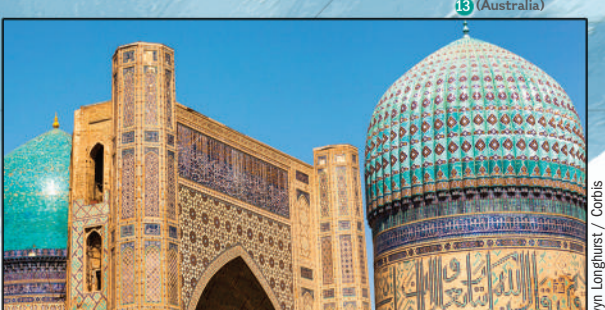


PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS



PHOTO COURTESY OF ROMAN HERITAGE FOUNDATION / CORBIS

In Uzbekistan, the gleaming dome of Bibi-Khanum Mosque is a monument to the empire of Timur, conqueror of Central Asia in the 14th and 15th centuries. His capital, Samarkand, was a multicultural oasis city that welcomed Silk Road traders and became a centre of Islamic scholarship and culture by the 8th century A.D.

For tens of thousands of years the Aboriginal people have managed Uluru and Kata Tjuta, the heart of central Australia's red desert landscape. Today they continue that work — to keep culture and country strong, to honour the spirit of their ancestors and pass traditions on to the next generation.

WORLD HERITAGE

2015-2016



The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) works with countries around the world to identify and protect cultural and natural places that merit recognition as part of the common heritage of humankind. UNESCO adopted the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage in 1972. Since then, 191 countries have ratified the treaty, and at present 1031 properties are inscribed on the List — 802 of which are cultural, 197 natural and 32 mixed (a combination of the two). They are noted here in alphabetical order by country and in the order they were listed.

- Cultural property
 - Natural property
 - Mixed property (cultural and natural)
 - Transnational property (Thirty-one properties are nominated and managed by more than one State Party)
 - Property in danger
- 1979 Year in which each of the 191 States Parties adhered to the World Heritage Convention

A variety of dangers due to natural causes or human intervention are constantly threatening World Heritage. As a result, 48 properties (in bold on the list) are currently inscribed on the List of World Heritage in Danger and are thus entitled to particular attention and emergency conservation action.

- AFGHANISTAN 1979**
 - Minaret and Archaeological Remains of Jam
 - Cultural Landscape and Archaeological Remains of the Bamiyan Valley
 - ALBANIA 1989**
 - Butrint
 - Historic Centres of Berat and Gjirokastra
 - ALGERIA 1974**
 - Al Qaïa of Ben Hamad
 - Tassili n'Ajjer
 - M'Zab Valley
 - Djémila
 - Timgad
 - Kasbah of Algiers
 - ANDORRA 1997**
 - Masia Peraltà-Claror Valley
 - ANGOLA 1991**
 - ANTIGUA AND BARBUDA 1983**
 - ARGENTINA 1978**
 - Los Glaciares National Park
 - Iguazu National Park
 - Peninsula Valdés
 - Cuevas de las Manos, Rio Pinturas
 - Ichniqualungui / Talampayo National Parks
 - Jesuit Block and Estancias of Córdoba
 - Quebrada de Humahuaca
 - Jesuit Missions of the Guaranis
 - Qhapac Nan, Andean Road System
 - ARMENIA 1993**
 - Monasteries of Haghatpat and Sanahin
 - Cathedral and Churches of Echmiadzin and the Archaeological Site of Zvartnots
 - Monastery of Geghard and the Upper Azat Valley
 - AUSTRALIA 1974**
 - Kakadu National Park
 - Great Barrier Reef
 - Willandra Lakes Region
 - Tasmanian Wilderness
 - Lord Howe Island Group
 - Gondwana Rainforests of Australia
 - Uluru-Kata Tjuta National Park
 - Wet Tropics of Queensland
 - Shark Bay, Western Australia
 - Fraser Island
 - AUSTRIAN Fossil Mammal Sites (Riversleigh / Naracoorte)**
 - Heald and McDonald Islands
 - Macquarie Island
 - Greater Blue Mountains Area
 - Fumajun National Park
 - Royal Exhibition Building and Carlton Gardens
 - Sydney Opera House
 - Australian Convict Sites
 - Ningaloo Coast
- AUSTRIA 1992**
 - Historic Centre of Salzburg
 - Rock-Hewn Churches of Oberammergau
 - Historic Centre of Innsbruck
 - Historic Centre of Vienna
 - Fertö / Neusiedlersee Cultural Landscape
 - Prehistoric Pile Dwellings around the Alps
- AZERBAIJAN 1993**
 - Walled City of Baku with the Shirvan Shah's Palace and Maiden Tower
 - Gobustan Rock Art Cultural Landscape
- BANGLADESH 1983**
 - Historic Mosque City of Bagerhat
 - Ruins of the Buddhist Vihara at Paharpur
 - The Sundarbans
- BARBADOS 2002**
 - Historic Bridgetown and its Garrison
- BELARUS 1988**
 - Mir Castle Complex
 - Architectural, Residential and Cultural Complex of the Radzivil' Family at Nesvizh
 - Bialowieza Forest
 - Strove Geodetic Arc
- BELGIUM 1996**
 - La Grand-Place, Brussels
 - Flemish Brugges
 - The Four Fountains on the Canal du Centre and their Environs, La Louvière and Le Roux (Hainaut)
 - Historic City of Tournai
 - Major Mining Sites of Wallonia
 - Beliefs of Belgium and France
- BELIZE 1990**
 - Belize Barrier Reef Reserve System
- BENIN 1982**
 - Royal Palaces of Abomey
- BHUTAN 2011**
 - **Vuivangia (Plurinational State of)** 1976
 - City of Potosi
 - Jesuit Missions of the Chiquitos
 - Historic City of Sucre
 - Fuente de San Catalina
 - Tivanku: Spiritual and Political Centre of the Tiwanaku Culture
 - Noel Kempf Mercado National Park
 - Qhapac Nan, Andean Road System
- BOSNIA AND HERZEGOVINA 1993**
 - Old Bridge Area of the Old City of Mostar
 - Mehmed Paša Sokolović Bridge in Višegrad
- BOTSWANA 1998**
 - Tsodilo
 - Okavango Delta
 - Jesuit Missions of the Guaranis
 - Qhapac Nan, Andean Road System
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Historic Centre of the Town of Olinda
 - Historic Centre of Salvador de Bahia
 - Jesuit Block and Estancias of Córdoba
 - Iguazu National Park
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas Reserves
- BRAZIL 1977**
 - Historic Town of Ouro Preto
 - Churches of Olinda
 - Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso
 - Humberto and Santa Laura Salpitrero Works
 - Brasília
 - Serra da Capivara National Park
 - Historic Centre of São Luis
 - Discovery Coast Atlantic Forest Reserves
 - Atlantic Forest South-East Reserves
 - Tasmanian Wilderness
 - Central Amazon Conservation Complex
 - Pantanal Conservation Area
 - Corcovado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks
 - Brazilian Atlantic Islands: Fernando de Noronha and Atol das Rocas